

ORG'S.

Elizabeth Sousa Abrantes
Josenildo de Jesus Pereira
Yuri Givago Alhadef S. Mateus

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA BALAIADA



A Balaiada – ou Guerra dos Bem-te-vis - tem sido objeto de estudos históricos desde o século XIX; mas, a produção acadêmica relativa a este tema, na historiografia maranhense, sobretudo sob a forma de dissertações e teses, ainda está incipiente, necessitando, inclusive, de uma maior ênfase na história ensinada por meio da produção didática. Segundo a abordagem mais corrente na historiografia, esta revolta teve início em 13 de dezembro de 1838 quando um grupo de vaqueiros, liderado por Raimundo Gomes, invadiu a cadeia da Vila da Manga para libertar companheiros colocados a ferro e lançando, em seguida, um manifesto com reivindicações políticas. A partir deste episódio a revolta se alastrou envolvendo milhares de sertanejos e escravos, mas, também, a participação de segmentos das camadas médias rurais e fazendeiros liberais movidos por seus interesses específicos.



9 786559 175178

editora .org



BY SA

Histórias e memórias da Balaiada



DIVISÃO DE EDITORAÇÃO

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

EDITOR RESPONSÁVEL

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Cesar Pires de Assis

Emanoel Gomes de Moura

Fabíola Oliveira Aguiar

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa

José Sampaio de Mattos Jr

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcelo Cheche Galves

Marcos Aurélio Saquet

Maria Medianeira de Souza

Maria Claudene Barros

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Wilma Peres Costa

Histórias e memórias da Balaiada

Organizadores

Elizabeth Sousa Abrantes

Josenildo de Jesus Pereira

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: James Denis de Carvalho

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ABRANTES, Elizabeth Sousa; PEREIRA, Josenildo de Jesus; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio (Orgs.)

Histórias e memórias da Balaiada [recurso eletrônico] / Elizabeth Sousa Abrantes; Josenildo de Jesus Pereira; Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus (Orgs.) – São Luís, MA: Editora UEMA; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

491 p.

ISBN Fi- 978-65-5917-517-8

DOI Fi- 10.22350/9786559175178

ISBN UEMA - 978-65-89821-30-4

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Balaiada; 2. Memória; 3. Ensino; 4. Maranhão; 5. Brasil; I. Título.

CDU 930.1: 94(812.1).052

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Aos que lutam por justiça social.

Balaios da Balaiada
Compositor: Antônio Vieira
E assim canto um episódio
Da história do Maranhão
A Guerra das balaidades
Que ensanguentou meu torrão
Se você ama ser livre
De opressão odiada
Você também é um balaio
Que nem os da balaiada

Sumário

Prefácio	15
-----------------	-----------

Regina Helena Martins de Faria

Escritos sobre a Balaiada	23
----------------------------------	-----------

Elizabeth Sousa Abrantes

Josenildo de Jesus Pereira

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

Parte I

Relações etnicoraciais e de gênero

1	37
----------	-----------

Antirracismo no Brasil Império: Raimundo Gomes e a luta pelos direitos do “Povo de Cor” na Balaiada

Matthias Röhrig Assunção

2	75
----------	-----------

As mulheres na Balaiada: presença e representações femininas no palco da guerra

Elizabeth Sousa Abrantes

Parte II

Balaiada e Ensino

3	107
----------	------------

A Balaiada na sala de aula e nos materiais didáticos

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

4**134****Ensino de história do Maranhão e gamificação da Balaiada**

Dayse Marinho Martins

5**161****Um olhar sobre o memorial da Balaiada de Caxias/MA: refletindo sobre o museu enquanto ferramenta metodológica para o ensino de História**

Reinilda de Oliveira Santos

6**204****A Balaiada na sala de aula e suas implicações em vestibulares e concursos: uma breve análise do trato dos materiais didáticos usados em escolas e cursinhos de São Luís do Maranhão**

Ramsés Magno da Costa Sousa

Parte III
Memória e Historiografia

7**233****Ressentimentos políticos e lutas de memória em *A Balaiada*, de Clodoaldo Freitas**

Teresinha Queiroz

8**267****Lívio Lopes Castelo Branco, um homem de elite na Rebelião da Balaiada**

Pedro Vilarinho Castelo Branco

9**298****A Balaiada no Ceará: possibilidades de pesquisa**

João Paulo Peixoto Costa

10 **322****A Balaiada pela teia da institucionalidade**

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

11 **347****Astolfo Serra: o que disse e o porquê, acerca da Balaiada!**

Josenildo de Jesus Pereira

12 **372****A politização de indivíduos livres e pobres durante a construção do Estado Liberal na província maranhense, entre o início da Regência (1831) e o fim da Balaiada (1841)**

Léa Maria Carrer Iamashita

Parte IV
Imprensa e Literatura

13 **411****Narrativas da Balaiada na obra de Hélio Benévola Nogueira – *A Escrava Romana***

Jakson dos Santos Ribeiro

Maria dos Santos Damasceno Sousa

14 **444****O jornal “O Telégrafo” e sua atuação na Balaiada durante os anos de 1839-1840**

Johny Santana de Araújo

Susana Ferreira da Silva

Apêndice **477**

Sobre os/as autores/as **485**

Prefácio

*Regina Helena Martins de Faria*¹

Há uns quatro anos, aproximadamente, ouvi a queixa de um amigo que é ativista político e tem a memória da Balaiada como inspiração para sua militância. Ele manifestou-se inconformado por não haver em execução um projeto de pesquisa institucionalizado, privilegiando o estudo da Balaiada, em qualquer das universidades públicas do Maranhão. Presumi ser o seu desejo ver em desenvolvimento uma ampla pesquisa, talvez até com equipe multidisciplinar, de historiadores, arqueólogos e geógrafos, envolvendo também as populações atuais dos principais lugares por onde os balaios tivessem passado ou se estabelecido. Talvez sua expectativa fosse que essa pesquisa resultasse numa “história total” da Balaiada, seguindo concepção preconizada pela primeira geração do movimento dos *Annales*. Ou, quem sabe, numa “história definitiva”, idealização bem frequente por quem não é historiador profissional.

Sabemos, no entanto, que o conhecimento produzido sobre o passado não é fixo e está sendo constantemente revisto e ampliado. E que nunca escreveremos “a história definitiva” de nenhum fato ou processo histórico. Cada vez que nos debruçamos sobre alguma temática, nosso olhar está iluminado por questionamentos suscitados pelo lugar onde estamos. Lugar constituído por nossas diversificadas vivências e a formação teórica que orienta cada historiador no exercício do seu ofício. Por outro lado, sabemos que, atualmente, poucos historiadores se propõem à árdua empreitada de escrever uma “história total”. Assim, temos presenciado

¹ Professora da UFMA, aposentada.

uma multiplicidade de caminhos de investigação e, consequentemente, de abordagens, inclusive nos estudos sobre a Balaiada.

Mas entendo a frustração do meu amigo porque, também para mim, ainda há muito vieses a serem explorados sobre esse conflito armado, que se estendeu por mais de dois anos pelo Maranhão Oriental, por extensas áreas do Piauí e chegou ao Ceará. Conflito classificado de diferentes maneiras por quem dele participou, presenciou-o, escreveu sobre ele ou narrou o que ouviu a respeito dele de seus pais e avós. Conflito denominado de diferentes maneiras: “revolução”, “revolta”, “rebelião”, “guerra”, “insurreição”, “movimento”, dentre outras designações. Conflito que, sem dúvida, foi o maior da história do Maranhão e do Piauí, pela amplitude das áreas atingidas e o número de pessoas afetadas. Pelos cálculos de Domingos José de Magalhães, somente no Maranhão, mais de 11 mil pessoas digladiaram-se em lados opostos: de cinco a seis mil do lado dos rebeldes e de quatro a cinco mil nas tropas a serviço do Estado Nacional²². Cálculos provavelmente subestimados. Porém, caso sua estimativa se aproximasse da realidade, em torno de 5% da população então existente no Maranhão teria lutado no confronto armado, tomando-se por base o relatório de 3 de julho de 1841, do presidente João Antônio de Miranda, que informou ser a população dessa província de 217.054 habitantes. Faço um paralelo com a atualidade, para entendermos melhor a gravidade da situação vivida. Sendo a população do Maranhão de cerca de 7.153.262 habitantes, em 2021, de acordo com o IBGE, comparativamente, seria como se 357.663 pessoas tivessem pegado em armas de um lado ou do outro.

E não sabemos se, na estimativa de Magalhães, estavam contabilizadas as mulheres e crianças integrantes das famílias dos

²² Optei por não fazer a referência dos autores citados por mim, considerando que são os que integram a coletânea ou estão incluídos nas obras listadas no apêndice.

rebeldes, que os acompanhavam. Nem as que seguiam os soldados, como era comum naquela época. Não sabemos também o número das pessoas que tiveram suas vidas transtornadas pela ação violenta das tropas rebeldes e das tropas oficiais. Nem o das famílias camponesas que tiveram as roças destruídas, os animais de suas pequenas criações confiscados, as casas invadidas, mulheres e filhas violadas. Nem o dessas famílias, cujos maridos e filhos não aderiram às tropas rebeldes e precisaram se esconder nas matas, buscando escapar do recrutamento forçado para as tropas legais. Ou o das famílias de médios e grandes proprietários escravagistas, que se sentiram ameaçadas e fugiram para a capital da província ou perderam integrantes, mortos pelo justiçamento levado a cabo por escravizados e camponeses, reagindo ao jugo senhorial de décadas. Esses exemplos podem parecer hipotéticos, mas estão presentes na documentação oficial, nos registros da imprensa da época, nos relatos de contemporâneos e de descendentes seus.

Por tudo isso, a Balaiada continua a despertar o interesse de historiadores, que a revisitam e reúnem-se em eventos para discutir seus trabalhos, a exemplo do realizado em 2018, do qual saiu grande parte dos artigos dessa coletânea. E se não temos um grande projeto de pesquisa em desenvolvimento em uma universidade, é gratificante verificar que quem estuda a temática têm vinculação com variadas instituições de ensino superior, sejam aquelas onde fazem a formação acadêmica, sejam as onde têm vínculo empregatício. Umas quinze instituições são mencionadas nas informações biográficas dos autores da coletânea.

Os artigos aqui reunidos são uma amostra da diversidade dos estudos que estão sendo realizados, avançando cada vez na compreensão da revolta. Senti a curiosidade de identificar possíveis motivações de quem está interessando em estudá-la. Pude ver, então, que essa coletânea congrega tanto pesquisadores e pesquisadoras que têm a Balaiada como

uma de suas temáticas principais de estudo, dedicando-lhe vários trabalhos em suas trajetórias acadêmicas, quanto outros e outras que se voltaram para a temática mais recentemente e de modo eventual.

Listo, inicialmente, os que, a meu juízo, integram o primeiro grupo.

Matthias Röhrg Assunção privilegia em seu artigo o caráter antirracista da luta dos balaios. Faz uma abordagem que vem somar a outras realizadas por ele anteriormente, a exemplo do grande levantamento de depoimentos orais sobre como a Balaiada ficou registrada na memória de descendentes das populações atingidas pelo conflito; da análise sobre a apropriação que os rebeldes faziam das ideias liberais, expressando um tipo de liberalismo popular em seus manifestos; do destaque à resistência ao recrutamento militar como uma das motivações para a luta, dentre outros enfoques.

Léa Maria Carrer Iamashita fez, em sua tese de doutoramento, um alentado estudo sobre a Balaiada. Particulariza, agora, “a politização de indivíduos livre e pobres” na Província do Maranhão, no período de 1831 e 1841. Esse artigo demonstra como as pessoas que se insurgiram não podem ser consideradas como massa de manobra dos políticos liberais e muito menos como facínoras, seres bestiais que agiam por impulso. Os balaios sabiam dos embates políticos travados no país e tinham uma leitura própria das ideias liberais propagadas. Outros estudos recentes também têm alertado para isso, inclusive os de Mathias Assunção, como já mencionei.

Sandra Regina Rodrigues dos Santos teve a Balaiada como objeto de sua dissertação de mestrado, quando enfatizou a pluralidade dos integrantes da revolta e deu visibilidade à ação dos balaios no Maranhão até em regiões mais voltadas para a pecuária, na parte meridional dessa província. Essa autora volta constantemente à temática em artigos, palestras e minicursos em eventos. No presente artigo mapeou as

mudanças que estavam no âmbito das instituições e as reações que provocaram entre os sertanejos, como costuma se referir aos balaios.

Elizabeth Sousa Abrantes estudou a Balaiada em sua monografia de graduação e tem se reencontrado com a temática por meio da orientação de projetos de iniciação científica e da dissertação de Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus, com quem estabeleceu uma profícua parceria, expressa em artigos. Mais recentemente, resolveu canalizar seu interesse sobre história de gênero para a presença de mulheres e crianças nas tropas rebeldes. Foi à documentação em busca de indícios delas, e como os está encontrando!

Ramsés Magno da Costa Sousa foi outro estudioso que escolheu analisar as versões da Balaiada nos livros didáticos em sua monografia de graduação e não abandonou mais as reflexões sobre o tema. Exercendo o magistério de história nas redes pública e privada de ensino, por dever de ofício, acompanha como a temática continua a ser abordada nos livros didáticos, constituindo-se uma voz sempre requisitada a falar sobre isso.

Yuri Mateus é certamente o mais jovem estudioso dentre os desse primeiro grupo. Desde a iniciação científica interessou-se pelo assunto e no Mestrado Profissional de História dedicou-se a analisar como a Balaiada tem sido abordada nos livros didáticos e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Além da dissertação e do paradidático “A Guerra da Balaiada”, a análise do exaustivo levantamento realizado tem sido divulgada em outros artigos.

Passando para os integrantes do segundo grupo, começo por aqueles que também refletem sobre o ensino da Balaiada. Dayse Marinho Martins fundamenta-se no privilegiado lugar que lhe dá sua ampla formação acadêmica e variada experiência profissional. Faz um histórico da institucionalização da História do Maranhão nos currículos escolares e do espaço dado neles à Balaiada. Apresenta abalizados posicionamentos

acerca das vantagens do uso de jogos nas práticas pedagógicas e elenca ricas possibilidades de construção de jogos sobre a Balaiada.

Reinilda de Oliveira Santos dá sua contribuição apoiada em vivências nas áreas de museologia e patrimônio. Descortina o rico debate acerca do papel educacional dos museus e foca o museu Memorial da Balaiada. Descreve-o, ilustrando o texto com fotografias, dando visibilidade a partes do acervo. Baseada em depoimentos de seus dirigentes e na sua própria experiência como integrante de projetos de pesquisa que o incluíram, relata usos que dele tem sido feito pela comunidade estudantil, projetos pedagógicos que o contemplaram e a potencialidade de uso do acervo.

Analizar obras clássicas da historiografia sobre a Balaiada, revisitar fontes históricas e apontar questões ainda não exploradas têm mobilizado historiadores que integram o que considero o segundo grupo. Alguns são historiadores com vasta produção sobre outros temas.

Começo com Teresinha Queiroz e Pedro Vilarinho Castelo Branco, nomes destacados da historiografia piauiense. Queiroz se debruça uma vez mais sobre uma obra de Clodoaldo Freitas, autor a quem já dedicou vários estudos. Com a maestria que lhe é peculiar, apresenta aos leitores o contexto, as fontes e as motivações que teve esse autor – que ela tão bem conhece – para escrever *A Balaiada*, livro inédito até bem pouco tempo, publicado por iniciativa dela.

A emergência do interesse de Castelo Branco pela Balaiada já se manifestou em outro artigo, como consta das referências desse que integra a coletânea. Nesse, faz uma análise das controvertidas interpretações acerca da atuação de uma das lideranças da Balaiada no Piauí, mas que participou também do cerco à cidade de Caxias, Lívio Lopes Castelo Branco da Silva. Recorrendo a diferentes fontes históricas – das matérias do jornal *O Telégrafo* a textos historiográficos, literários e memorialistas –, o autor apresenta-o como um homem de elite, inserido nas lutas políticas de sua

província natal, condição que explica as razões de ter ele entrado na revolta e de como o fez, custeando um contingente de 600 homens. Em seguida, coteja distintas construções discursivas sobre o personagem e a atuação dele na revolta, sem posicionar-se, mas identificando as injunções que motivaram quem as construir. Restou-me uma indagação: o interesse de Castelo Branco por essa liderança piauiense na Balaiada decorre de uma possível relação de parentesco entre eles, como sugere a similitude dos seus sobrenomes?

A cobertura da Balaiada pelo jornal *O Telegrafo* é o objeto compartilhado por Johny Santana de Araújo e Susana Ferreira da Silva, no terceiro artigo dedicado ao estudo da revolta no Piauí, dentre os aqui divulgados. Os autores vinculam a criação do periódico a Manoel de Sousa Martins, o então Barão da Parnaíba, presidente da Província do Piauí desde 1825, com breves substituições no cargo, ainda na década de 1820. Daí, a tônica do jornal, sempre em defesa do Barão e sendo instrumento de perseguição aos seus opositores. Esquadrinham também a vida pública do editor do jornal, Francisco José Fialho, mostrando como ele soube tirar proveitos financeiros da aliança com o longevo governante.

Josenildo de Jesus Pereira é outro pesquisador que tem produzido recentemente sobre a revolta, dedicando-se a revisitar intérpretes clássicos. Já colocou sua lupa na *Crônica Maranhense*, de João Lisboa, e volta-se agora para *A Balaiada*, de Astolfo Serra. Faz uma cuidadosa análise da obra, buscando identificar a base documental, o referencial teórico metodológico e a tese defendida. Procurou, ainda, verificar se Serra deixou-se capturar pelas representações sociais dos diferentes protagonistas da revolta, representações construídas por quem escreveu os documentos e as memórias utilizadas. E, como não podia deixar de ser, destacou a influência de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, no modelo analítico seguido por Serra nessa obra.

O artigo de Jakson dos Santos Ribeiro e Maria dos Santos Damasceno Sousa resulta da parceria estabelecida na orientação feita por ele da monografia de conclusão da graduação em História dela. Fazem uma análise do pouco conhecido romance *A Escrava Romana*, de Hélio Benévola Nogueira. Romance com curiosa estratégia discursiva porque é apresentado pelo autor como uma narrativa baseada em conversas que teve com uma “preta velha”, em Itapecuru-mirim, que seria a protagonista da trama.

O artigo de João Paulo Peixoto Costa traz luzes sobre a Balaiada no Ceará. Dedicado ao estudo das políticas indigenistas, ele teve elementos para qualificar a participação de povos indígenas na revolta naquela província. Essa é uma especificidade da revolta no Ceará ou apenas um viés ainda não percebido e / ou explorado pelos pesquisadores que se dedicaram à ação dos revoltosos no Maranhão e no Piauí?

Animada pela riqueza dos artigos aqui apresentados, não posso deixar de louvar os organizadores da coletânea pela iniciativa de reunirem em um apêndice um precioso levantamento das obras produzidas sobre a Balaiada.

São Luís, março de 2022

Escritos sobre a Balaiada

Elizabeth Sousa Abrantes

Josenildo de Jesus Pereira

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

Caro(a) leitor(a), é com grande satisfação que apresentamos o livro *Histórias e Memórias da Balaiada*, com o objetivo de oferecer um espaço de discussão para questões pertinentes relacionadas às pesquisas sobre Balaiada, com o enfoque nas relações etnicorraciais e de gênero, participação popular e ensino de História, memória, historiografia, imprensa e literatura.

A Balaiada - ou Guerra dos Bem-te-vis - tem sido objeto de estudos históricos desde o século XIX; mas, a produção acadêmica relativa a este tema, sobretudo sob a forma de dissertações e teses, ainda está incipiente, necessitando, inclusive, de uma maior ênfase na história ensinada por meio da produção didática. Segundo a abordagem mais corrente na historiografia, esta revolta teve início em 13 de dezembro de 1838 quando um grupo de vaqueiros, liderado por Raimundo Gomes, invadiu a cadeia da Vila da Manga para libertar companheiros colocados a ferro e lançando, em seguida, um manifesto com reivindicações políticas. A partir deste episódio a revolta se alastrou envolvendo milhares de sertanejos e escravos, mas, também, a participação de segmentos das camadas médias rurais e fazendeiros liberais movidos por seus interesses específicos.

No século XX, a disputa pela memória da Balaiada resultou na produção de interpretações favoráveis e condenatórias desta revolta; bem como, por um lado, a tentativa das elites governantes em apagar a memória da Balaiada e, por outro, a apropriação do seu simbolismo de resistência, especialmente, por movimentos sociais. Não é demais

sublinhar que nas últimas décadas a memória da Balaiada tem sido silenciada pelos poderes públicos uma vez que não se verifica comemorações públicas ou construção de memoriais a respeito desta. Antes, no entanto, a memória oficial consagrou o militar Luís Alves de Lima como “pacificador” do Maranhão devido ao seu êxito na repressão da revolta. Vale destacar que o mesmo recebeu do imperador o título nobiliárquico de Barão de Caxias e, na cidade de São Luís, a homenagem sob a forma de uma estátua, na qual está montado em um imponente cavalo erguendo a sua espada. A estátua está postada em frente ao quartel do 24º Batalhão de Infantaria do exército brasileiro, no bairro do João Paulo.

Em relação ao simbolismo de resistência, é emblemática a denominação de Balaiada Urbana para o movimento conhecido como a Greve de 51. Trata-se do resultado do conflito entre governo e oposição na disputa pelo pleito eleitoral daquele ano e, mais recentemente, no século XXI, a referência à Balaiada Moderna e os Novos Balaios, como o episódio da resistência à cassação do mandato do governador Jackson Lago, eleito em 2006, onde os manifestantes pró-governo se mantiveram em frente ao Palácio dos Leões no “acampamento balaio”. Os movimentos sociais recorrem, com frequência, ao simbolismo de luta e resistência da revolta. E, do mesmo modo, os movimentos e as entidades estudantis, tal como se verifica nas denominações de centros acadêmicos dos Cursos de História da UEMA (Negro Cosme) e da UFMA (Lagoa Amarela).

No campo do ensino básico, o tema tem sido abordado sem atualizações que incorporem as novas pesquisas. Além da falta de livros didáticos e paradidáticos, ainda tem havido uma diminuição da análise deste tema no currículo em razão de avaliações nacionais que desconsideram a história local, como é o caso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A despeito de dificuldades, nas últimas décadas, alguns eventos acadêmicos tratando da Balaiada têm sido feitos. Entre os dias 20 a 21 de novembro de 1998, no Centro de Estudos Superiores de Caxias (CESC/UEMA) foi realizado o *I Seminário sobre a Balaiada: resgatar para reconstruir*, promovido pelos estudantes do Curso de História, em comemoração aos 160 anos da Balaiada. Nos dias 12 e 13 de dezembro de 2003, foi realizado o *I Encontro dos Professores de História da UEMA - História Social e Memória: os 165 anos da Balaiada*, no campus do CESC/UEMA, na cidade de Caxias, com o objetivo de “discutir e ampliar o conhecimento acumulado sobre a Balaiada, produzido pela historiografia maranhense e brasileira, refletindo a sua importância para a história regional e despertando novas possibilidades de pesquisa e análise”. Ainda com esse propósito foi realizado o *I Simpósio Balaiada 170 Anos*, no período de 15 e 16 de dezembro de 2008, no campus do Bacanga/UFMA, promovido pelo curso de História da UFMA em parceria com os cursos de História da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Estadual do Maranhão, sublinhando que “lembra e divulgar o movimento de balaios e bem-te-vis – escravos, lavradores, vaqueiros, artesãos e fazendeiros que lutaram contra as injustiças sociais – é criar oportunidade de se conhecer melhor nossa história, fortalecendo a autoestima e a identidade social coletiva”. Em 12 de dezembro de 2014, na Faculdade do Baixo Parnaíba, em Chapadinha, ocorreu o *I Seminário da Balaiada*, promovido pelos organizadores do Projeto Balaiada. Este evento visava a promoção de valores culturais e turísticos relacionados à guerra da Balaiada na região do Baixo Parnaíba, Baixo Munim e Cocais.

Em 2018 ocorreu o *II Simpósio Memórias da Balaiada – 180 anos*, possuindo uma continuidade histórica com os movimentos acadêmicos que o precederam, sob a perspectiva de que trata de um movimento social cuja importância histórica é central na historicidade do Maranhão e do

Brasil. O evento reuniu pesquisadores de diversas instituições, especialistas do Brasil e do exterior em história do Brasil Imperial, com destaque para a Balaiada, com abordagens da temática em diversas perspectivas, como a historiografia, a memória, a literatura, a imprensa, a nova história militar, gênero, ensino, patrimônio.

O evento foi uma iniciativa de pesquisadores/as maranhenses, com a participação de pesquisadores/as piauienses, em especial, de outros estados da federação, e do prof. Dr. Matthias Assunção (Universidade de Essex), a fim de promover um amplo debate acerca da memória histórica da Balaiada, especialmente, no momento em que esta revolta popular ocorrida em territórios maranhense, piauiense e cearense completou 180 anos. O público alvo foi constituído especialmente pelos estudantes universitários da graduação e pós-graduação do Estado do Maranhão e de outras IES do Brasil, dos professores e estudantes da educação básica do Estado do Maranhão. Além das conferências, mesas redondas, simpósios temáticos e minicursos, o evento teve atividade de lançamento de livros e apresentação da peça *Diálogos dos Mortos da Balaiada*, da Companhia Cena Aberta.

A Universidade Estadual do Maranhão teve, mais uma vez, a honra de sediar um evento desta natureza, desta vez no campus São Luís, no prédio do Curso de História, no centro histórico da cidade. Os trabalhos completos já foram a público por meio dos Anais, correspondendo a nove pesquisas do total de 26 trabalhos apresentados nos três simpósios temáticos: ST 1- História e Historiografia: escritas, espaços e tempos da Balaiada; ST 2- Balaiada: novas linguagens e possibilidades de ensino; ST 3 - Lutas, Rebeliões e Sedições na Construção do Estado Imperial nas Provinciais do Norte durante a Primeira Metade do Oitocentos.

Os capítulos deste livro são resultados da Conferência de Abertura: *Antirracismo no Brasil Império: Raimundo Gomes e a luta pelos direitos*

do “Povo de Cor” na Balaiada; e de seis Mesas-redondas: 1- Historiografia da Balaiada; 2- Balaiada na Perspectiva de Gênero; 3- Balaiada sob o olhar da Literatura e da Imprensa; 4- Histórias e Memórias da Balaiada; 5- Balaiada e lugares de memória; 6- Balaiada e Ensino. Além das pesquisas apresentadas no último simpósio da Balaiada, esta coletânea conta também com capítulos de pesquisadores convidados.

Portanto, alguns dos/as pesquisadores/as que participaram desse evento e outros/as convidado/as aceitaram o desafio de publicar os seus textos acerca da Balaiada em diversas abordagens. Os catorze capítulos da atual coletânea estão distribuídos em quatro partes, a saber: Parte I – Relações Etnicorraciais e de Gênero ; Parte II - Balaiada e Ensino; Parte III - Memória e Historiografia ; Parte IV - Imprensa e Literatura.

Na Parte I- *Relações Etnicorraciais e de Gênero*, o primeiro capítulo *ANTIRRACISMO NO BRASIL IMPÉRIO: Raimundo Gomes e a luta pelos direitos do “Povo de Cor” na Balaiada*, de Matthias Röhrig Assunção, dá ênfase a um personagem até hoje pouco conhecido no Brasil e mesmo na historiografia do Império e das revoltas regenciais: Raimundo Gomes Vieira Jutahy, o comandante em chefe das tropas bem-te-vis. Segundo o autor, Raimundo Gomes formulou e propagou uma crítica mordaz da discriminação contra o que ele, e outros maranhenses de seu tempo, denominavam o “Povo de Cor”. Assim, visa resgatar o antirracismo dos rebeldes, bem como analisar as suas matrizes a partir de suas cartas e proclamações. Além de reabilitar esse personagem tão caluniado, na sua época, essa investigação pode contribuir para dar uma perspectiva histórica à luta antirracista do tempo presente.

No segundo capítulo, *AS MULHERES NA BALAIADA: presença e representações femininas no palco da guerra*, Elizabeth Sousa Abrantes traz uma abordagem da Balaiada até o presente inédita, que é analisar o conflito na perspectiva de gênero. Para a autora, a historiografia não tem

dado a devida atenção a esse aspecto da mobilização dos rebeldes e da atuação das mulheres no conflito. O estudo aponta indícios da participação ou envolvimento das mulheres, sejam livres ou escravas, as representações de honra e feminilidade, bem como a resistência e protagonismo das mulheres no palco da luta. Fez uso de fontes de arquivo como ofícios das forças expedicionárias, em que há o registro de captura de mulheres que são mencionadas como companheiras dos balaios e como emissárias entre os diferentes grupos rebeldes.

A Parte II - *Balaiada e Ensino* traz quatro capítulos. O primeiro deles, *A BALAIADA NA SALA DE AULA E NOS MATERIAIS DIDÁTICOS*, de autoria de Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus, tem por objetivo analisar os sentidos construídos para os conteúdos veiculados nos materiais didáticos que circulam ou já estiveram presentes e, até mesmo são usados nas elaborações das aulas de História do Maranhão da educação básica, especificamente, no conteúdo que versa a respeito da Balaiada. Para tal escopo, utilizou as obras dos seguintes autores: Barbosa de Godóis, na sua obra intitulada *História do Maranhão* (1904); Mário Martins Meirelles com as obras *Pequena História do Maranhão* (1959) e *História do Maranhão* (1960); Raimundo Lindoso Castelo Branco com a obra *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão* (1988); Célia Siebert e Renata Siebert com a obra *Maranhão - História* (2013).

Em *ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO E GAMIFICAÇÃO DA BALAIADA*, Dayse Marinho Martins problematiza a abordagem da Balaiada no ensino de história local. Assim, propõe-se a evidenciar os parâmetros de organização do currículo nas escolas públicas estaduais na disciplina História do Maranhão. Também problematiza, para tanto, a perspectiva de abordagem da Balaiada nos manuais e livros didáticos que subsidiaram a transposição didática na disciplina História do Maranhão. Com isso, contribui com a percepção de como a trama histórica local vem

sendo abordada na esfera da escolarização formal, além de suscitar possibilidades para o uso da gamificação enquanto ressignificação da prática pedagógica em História regional na contemporaneidade.

No capítulo *UM OLHAR SOBRE O MEMORIAL DA BALAIADA DE CAXIAS/MA: refletindo sobre o museu enquanto ferramenta metodológica para o ensino de História*, Reinilda de Oliveira Santos teve como propósito mostrar o museu Memorial da Balaiada, localizado na cidade de Caxias-MA, como instrumento metodológico alternativo para o ensino da História, sobretudo da história regional. Assim, a autora almejou evidenciar a História e o acervo do Memorial da Balaiada, bem como a reflexão de como esse espaço se relaciona com as escolas da cidade de Caxias, destacando a sua importância para o reconhecimento e valorização da história do movimento da Balaiada e suas contribuições para a História do Maranhão. Segundo a autora, esse museu se propõe a apresentar uma versão do ponto de vista dos balaios, artesãos, vaqueiros, pequenos lavradores, negros alforriados, escravos, mestiços e brancos pobres, e explica que o museu, em conjunto com as Ruínas da Balaiada e o recente inaugurado Mirante, formam um complexo histórico cultural.

O último capítulo da Parte II, *A BALAIADA NA SALA DE AULA: uma breve análise do trato dos materiais didáticos usados em escolas e cursinhos de São Luís do Maranhão*, de Ramsés Magno da Costa Sousa, teve como finalidade fazer uma abordagem crítica do tratamento dado à Balaiada nos livros didáticos de História do Brasil do Ensino Médio. O autor observou que há superficialidade na História Regional presente nestes manuais didáticos, o que, por vezes, torna-os deficitários para uma melhor compreensão do conteúdo, e dos temas a serem abordados nessa perspectiva regionalista. Ainda destaca que, embora haja uma maior variedade de novas obras e abordagens, que alcançam esse tema – a Balaiada – tais reflexões ainda não são tão bem sentidas nos livros

didáticos de História do Brasil, o que pode ser visto nas dificuldades desses manuais em não contemplarem as necessidades e realidades dos vestibulares, e por vezes dos concursos locais.

Na *Parte III - Memória e Historiografia*, o capítulo *RESSENTEIMENTOS POLÍTICOS E LUTAS DE MEMÓRIA EM A BALAIADA, DE CLODOALDO FREITAS*, de Teresinha Queiroz, propõe a análise do texto de 1894, o único dos manuscritos preservados de Clodoaldo Freitas, jornalista, político e magistrado, escrito em um momento de forte recrudescimento do militarismo e da repressão aos civis nos inícios da República no Brasil. Explica que o manuscrito de *A Balaiada* permaneceu inédito até 2019, permeado de sentidos políticos, podendo ser visto como uma metáfora da jovem República insatisfeita de si. A autora observou que Clodoaldo Freitas teve como objetivo imediato de se contrapor, no que ele nomeia como crônica, à memória que se construiria e instituiria de heroicização de certos personagens da Balaiada, enfatizando e realçando uma contraimagem, produzida a partir de fontes orais e documentais. Vergasta especialmente a família Sousa Martins, porém, não apenas esses participantes maiores da repressão à Balaiada.

Em *LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO, UM HOMEM DE ELITE NA REBELIÃO DA BALAIADA*, Pedro Vilarinho Castelo Branco analisa um dos líderes do movimento balaio, mais especificamente, Lívio Lopes Castelo Branco, procurando entender esse personagem em dois momentos. No primeiro, avaliou o seu percurso histórico como um homem de elite, compreendendo como se deu sua construção como indivíduo, principalmente, no período que antecede à Balaiada. Para o autor, o segundo momento, ajuda a explicar a sua adesão ao movimento rebelde. Em seguida, mostra os modos de como o referido personagem foi envolvido em teias discursivas que refletem sobre sua participação na revolta dos Balaios. Para a construção desse capítulo, usou como fontes

documentais as informações constantes sobre Lívio Lopes Castelo Branco da Silva, no jornal *O Telégrafo*, periódico criado pelo Governo provincial do Piauí, para informar à população sobre as ações governistas na luta contra os rebeldes.

O capítulo *BALAIADA NO CEARÁ: possibilidades de pesquisa*, de João Paulo Peixoto Costa, tem por objetivo analisar a Balaiada no Ceará, bem como sugerir temas que incentivem o surgimento de novos trabalhos, os quais enriqueçam a historiografia, tornando mais complexa a compreensão sobre a revolta e as transformações políticas e sociais vivenciadas no Brasil Oitocentista, a partir da então Província cearense. O autor chama a atenção para a participação indígena nesse movimento, e defende que talvez seja um dos aspectos mais importantes do envolvimento do Ceará na Balaiada, mas, certamente, não é o único, pois há uma enorme lacuna e muito o que se investigar, sob diversas perspectivas e priorizando diferentes grupos e regiões da Província. Nesse capítulo, o pesquisador buscou apresentar possibilidades de pesquisa para as histórias, tanto do Ceará quanto do fenômeno Balaiada, pois, afirma ser fundamental para a compreensão da construção política e social dessa província e do próprio país no Oitocentos.

No capítulo, *A BALAIADA PELA TEIA DA INSTITUCIONALIDADE*, Sandra Regina Rodrigues dos Santos teve como objetivo mostar que a Balaiada desenvolveu-se com características próprias decorrentes de fatores que se constituíram nas causas imediatas para a sua eclosão: o despotismo das autoridades, a falta de cumprimento das leis, a criação de leis arbitrárias (Lei dos Prefeitos e Subprefeitos e o Recrutamento forçado), além da terrível situação de insegurança e miséria em que se encontrava a maioria da população maranhense. Para a autora, toda essa complexidade talvez justifique a atualidade do tema, sempre tão intrigante e ao mesmo tempo instigante. Finaliza afirmando que esse movimento é

um precursor para outros movimentos de rebeldias posteriores no contexto social e político do Maranhão.

O capítulo *ASTOLFO SERRA: o que disse e porque acerca da Balaiada*, de Josenildo de Jesus Pereira, analisa a interpretação de Astolfo Serra - padre, político e militante - no tocante a Balaiada. Para Pereira, a Balaiada (1839 – 1841) ainda hoje instiga historiadores a investigá-la. O que se já sabe a respeito vem de suas memórias produzidas no tempo de sua ocorrência; mas, também, de interpretações dos que a estudaram. As memórias e as interpretações são sempre urdidadas a partir de um filtro político e ideológico, bem como de uma perspectiva teórico-metodológica de seu intérprete constituindo uma historiografia do tema. Daí, a importância e a necessidade de se revisitar esses estudos a fim de lhes aprender em sua urdidura teórico-metodológica; mas, sobretudo, as implicações político-ideológicas contida em suas teses elaboradas acerca dos eventos e dos protagonistas dos mesmos.

O capítulo *A Politização de Indivíduos Livres e Pobres durante a Construção do Estado Liberal na Província Maranhense, entre o início da Regência (1831) e o fim da Balaiada (1841)*, de autoria de Léa Maria Carrer Iamashita, reflete acerca da protagonização política dos grupos populares durante a Rebelião da Balaiada (1838-41), recortando para análise o espaço da província do Maranhão. A Balaiada se insere no contexto do reordenamento político e social concomitantes à construção do Estado e da nação brasileiros, no pós- Independência. O objetivo então, neste capítulo, foi perscrutar a reação dos grupos populares a esse reordenamento de suas existências, procurando evidenciar o entendimento da legislação liberal a partir da Constituição de 1824, particularmente com a implantação do Ato Adicional de 1834 e o uso dela pelos cidadãos, que tentaram recorrer a favor dos seus direitos. Depois, buscou evidenciar a revolta popular que culminou com a Balaiada, diante

do Regresso, ou seja, do retorno à centralização no âmbito da província maranhense, com a retirada de aspectos liberais da legislação, interpretadas como um retrocesso, que significou perda de autonomia para cidadãos, para a gente simples da província.

E, por fim, a *Parte IV - Imprensa e Literatura* traz o capítulo NARRATIVAS DA BALAIADA NA OBRA DE HÉLIO BENÉVOLA NOGUEIRA – A *ESCRAVA ROMANA*, dos autores Jakson dos Santos Ribeiro e Maria dos Santos Damasceno Sousa. Trata das representações históricas da Balaiada no romance *A Escrava Romana*, do escritor Hélio Benévolo Nogueira. A obra literária narra um romance ocorrido no século XIX, no contexto do período regencial, entre uma escrava e um homem branco na Província do Maranhão, com expressividade maior na cidade de Caxias e na Província vizinha, Piauí, dentro da revolta da Balaiada. Nessa tônica discursiva, partindo da perspectiva da narrativa ficcional com elementos do real, a pesquisa se centraliza na análise das representações do movimento dentro da obra literária.

No último capítulo desta coletânea, *O JORNAL “O TELÉGRAFO” E SUA ATUAÇÃO NA BALAIADA DURANTE OS ANOS DE 1839-1840*, os autores Johny Santana de Araújo e Susana Ferreira da Silva deram destaque a importância do jornal “*O Telégrafo*” para o fortalecimento do combate contra os opositores políticos do então presidente da província do Piaui, Manoel de Sousa Martins, bem como ao próprio movimento debelado pelos insurretos. Buscaram avaliar a importância de seu redator, o jornalista Francisco José Fialho, que se notabilizaria como uma figura destacada da sociedade imperial na Corte, onde foi residir após o fim da Balaiada. Para esses pesquisadores, a Balaiada foi um movimento profundamente marcado pela atuação de facções e grupos que disputavam antagonicamente a influência política na província. Manoel de Sousa

Martins há muito governava o Piauí, de onde saíra bastante fortalecido na disputa pelo poder após a consolidação do estado imperial em 1823.

Esta obra representa um espaço de divulgação da pesquisa histórica e de debate historiográfico, publicizando um valioso material para as consultas e discussões a respeito da “Guerra dos Bem-te-vis”, mais conhecida como Balaiada. Esperamos que este livro, que reúne pesquisas em múltiplas perspectivas e abordagens sobre a Balaiada, fomente outras publicações com novos olhares acerca desta temática tão importante, contribuindo igualmente para a renovação da história ensinada.

Desejamos a todos(as) uma excelente leitura.

São Luís, março de 2022

Parte I

Relações etnicorraciais e de gênero

Antirracismo no Brasil Império: Raimundo Gomes e a luta pelos direitos do “Povo de Cor” na Balaiada¹

Matthias Röhrig Assunção

Unindo valentes vaqueiros
 Raimundo Gomes Vieira
 Na Vila da Manga chegou
 Assaltando a cadeia
 À toda nação brasileira
 Um manifesto gritou
 (Magno José Cruz, 1998, p. 4)

Dedicatória

Dedico esse trabalho a memória de Magno José Cruz (1951-2010), militante do Centro de Cultura Negra do Maranhão, autor de poesia de cordel sobre a Balaiada, com quem eu aprendi muito sobre a necessidade de uma luta antirracista.

Introdução

A Balaiada entrou na historiografia oficial do Império como um movimento de bandidos e facínoras. No entanto, foi um movimento inspirado pela luta por direitos de cidadania (Assunção, 2011). Gostaria de retomar e desenvolver aqui um aspecto, a luta pela igualdade, mais especificamente a igualdade “racial”. Vou enfocar um personagem até hoje

¹ Agradeço o convite de Elizabeth Sousa Abrantes e do comitê organizador para participar do II Simpósio Memórias da Balaiada – 180 anos, no Departamento de História e Geografia, na UEMA, São Luís, 12-14 de dezembro de 2018. Agradecimentos também a Darlene Santos Silva, Martha Abreu e Matheus Gato de Jesus por comentários sobre o texto e Renata Daflon pela revisão.

pouco conhecido no Brasil e mesmo na historiografia do Império e das revoltas regenciais: Raimundo Gomes Vieira Jutahy, o comandante em chefe das tropas bem-te-vis. Ele formulou e propagou uma crítica mordaz da discriminação contra o que ele, e outros maranhenses de seu tempo, denominavam o “Povo de Cor”. Esse texto visa resgatar o antirracismo dos rebeldes e analisar suas matrizes a partir de suas cartas e proclamações. Além de reabilitar esse personagem tão caluniado, na época, essa investigação pode contribuir para dar uma perspectiva histórica à luta antirracista do tempo presente.

A Balaiada é um conflito complexo, pois envolve grupos sociais diferentes em territórios também diferenciados no Maranhão e no Piauí, atingindo até o Ceará. A sociedade maranhense, na época da Regência (1831-41), ocupava um espaço bem menor que os limites do estado hoje, devido a uma grande parte do território atual ainda estar baixo o controle de vários grupos indígenas e a área do Gurupi pertencer ao Pará até 1854 (mapa 1). Nos vales úmidos do Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim plantava-se algodão e arroz, nas terras menos férteis, mandioca. A pecuária ocupava a baixada maranhense e o sul da província, o chamado sertão de Pastos Bons. Fazendeiros de gado, vaqueiros, camponeses e escravizados - cada um desses grupos sociais entrou no conflito da Balaiada com sua pauta de reivindicações. A revolta começou no Maranhão oriental – a região entre o oceano ao norte, o rio Itapecuru ao leste, o rio Parnaíba ao oeste, e a cidade de Caxias ao sul. Essa área constituiu seu mais importante cenário, em termos de intensidade dos combates e números de rebeldes e soldados legalistas envolvidos. Aqui a Balaiada foi antes de tudo uma guerra de resistência de camponeses e vaqueiros, que se desenvolveu em paralelo a uma insurreição de escravos. Na verdade, a insubordinação negra precedeu a Balaiada, na medida em que os quilombos nas matas de Codó, no médio Itapecuru, conseguiram se

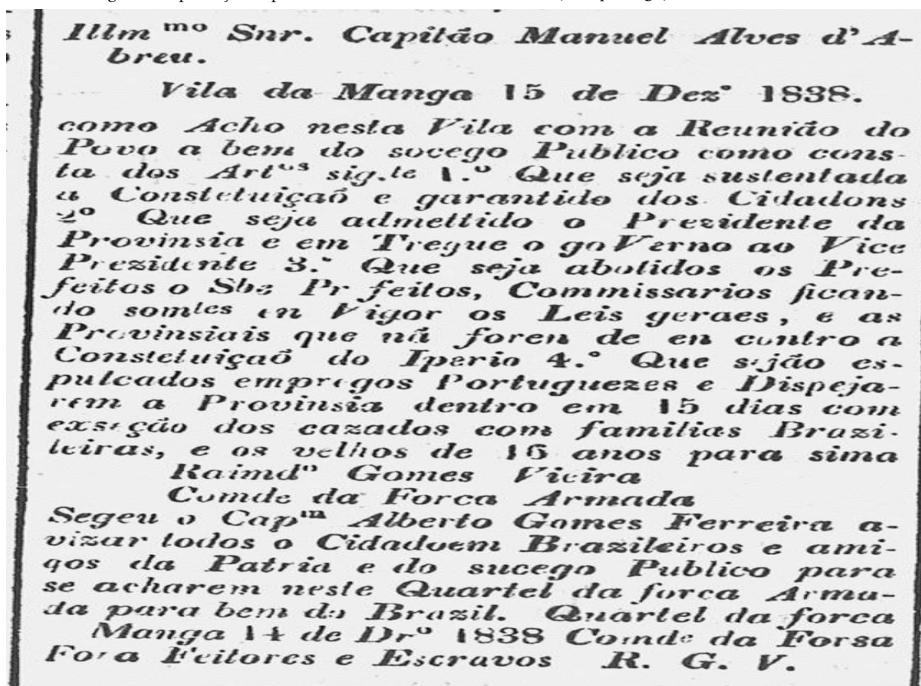
estabelecer durante a década de 1830, como já apontado por Astolfo Serra (1946, p. 218-19), e vinham resistindo a repetidas batidas. A revolta dos balaios contribuiu para a generalização desta resistência escrava, que acabou se transformando numa grande insurreição, liderada por Cosme, o “Defensor das Liberdades Bem-te-vis”.² Esse líder quilombola buscou a aliança com os rebeldes, em particular Raimundo Gomes. É importante sinalizar que, por outro lado, havia também grupos de fazendeiros, no sul do Maranhão e no Piauí quase inteiro, que aderiram à revolta. Nessas áreas a história da revolta é bastante diferente, conforme já salientado por estudiosos como Odilon Nunes (1975) e Claudete Dias (2002).

Muitas fontes indicam que as arbitrariedades contra a população pobre e livre, em particular o recrutamento forçado dos homens, foram o motivo principal da rebeldia. O recrutamento foi implementado no Maranhão pelos prefeitos, um cargo novo com atribuição de funções de polícia, antes exercido por juízes de paz eleitos pelos cidadãos qualificados (os “votantes” com renda mínima exigida pela Constituição de 1824). Os prefeitos, pelo contrário, eram nomeados pelos presidentes da província, e a criação desse cargo, no Maranhão, tem que ser entendida no contexto do *regresso conservador* de 1837. Em outras palavras, os prefeitos não dependiam de apoio local e podiam implementar um recrutamento massivo e mais arbitrário. O Império precisava de mais soldados para enfrentar revoltas que haviam estourado em outros pontos do Brasil (como a Cabanagem, no Pará, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul). O peso maior do recrutamento recaía sobre os homens de cor, livres, em particular aqueles camponeses autônomos que não estavam empregados numa fazenda ou no comércio. Ao ponto que essa época ficou conhecida na memória oral como “Tempo do Pega”. Muitos homens em idade de

² Sobre o Cosme, ver o trabalho pioneiro de Araújo (2008).

servir se escondiam nas matas, durante meses, para escapar da tropa. Algumas vezes a resistência contra o recrutamento assumiu caráter mais militante, como no episódio no qual um pai, por alcunha Balaio, liberou seu filho já recrutado.³ Mas essa resistência endêmica ao recrutamento ainda não havia encontrado uma expressão política. É aqui que Raimundo Gomes assume uma importância muito grande. Ele deu aos bem-te-vis (como eles mesmo se chamavam) uma plataforma política com a proclamação divulgada logo após o famoso assalto à prisão da Vila da Manga, no dia 13 de dezembro 1838, reivindicando o cumprimento da Constituição, o fim do recrutamento arbitrário pelos prefeitos e a extinção desse cargo.

Figura 1: Reprodução do primeiro manifesto de Raimundo Gomes, de 14.12.1838, na Crônica Maranhense.



³ Existem duas versões sobre o Balaio e as razões pessoais de sua revolta. Para uma discussão à luz das fontes orais e de arquivo, ver Assunção (2018, p. 347-49). Para a história oral da guerra, ver Assunção (2008).

1. Raimundo Gomes Vieira Jutahy

Quem era Raimundo Gomes Vieira Jutahy? Não se sabe muito sobre sua vida anterior à revolta. Nasceu em Campo Maior, no Piauí, em data desconhecida (BASTOS, s/d, p. 57). Também não se sabe quando veio para o Maranhão, se foi por ocasião da guerra da Independência, quando milhares de piauienses patriotas foram combater no Maranhão e ficaram por ali, ou se foi por ocasião de alguma seca, como a de 1824-26, que de novo fez chegar muitos retirantes nordestinos na província.

É sintomático que desde o início, a elite conservadora do Maranhão e os oficiais e administradores mandados da Corte para reprimir a Balaiada intentaram - e em grande medida conseguiram - difamar os líderes rebeldes. Raimundo Gomes, a partir do manifesto do 13 de dezembro se consagra como um dos líderes mais proeminentes do movimento, sendo reconhecido pelos outros rebeldes como comandante em chefe. Por isso virou alvo privilegiado nessa ofensiva ideológica da “prosa da contra-insurreição” (GUHA, 1988).

Em primeiro lugar, as fontes oficiais e os jornais destacam sua “qualidade”, ou seja, sua cor (o termo raça não era usado no Maranhão nessa época). Sempre ressaltam que Raimundo Gomes é de “cor assaz escura”, qualificando ele de “cafuz”, “cabra”, “preto” ou “fulo”. Parece que teve o apelido de “Cara Preta”.⁴ Essas diferenças podem indicar uma falta de consistência das diferentes denominações para mestiços naquela época, como sugeriu Regina Faria (2012, p. 75).

Além do mais, seus adversários o descrevem como feio, insignificante e quase inválido, ou seja “cambaio” - que significa tendo as pernas arqueadas pelo lado externo (ABRANCHES, 1992, p. 66). Esse autor

⁴ É possível que esse apelido fosse mais usado na sua província natal (BASTOS, s/d, p. 57). Bastos, contudo, não informa a fonte. Ver também CARVALHO (1924, p. 379, nota 28).

reproduz uma descrição física muito negativa de Gomes, atribuída a Meireles, na época o líder do “partido português”: “tipo reles e boçal, atarracado de corpo, cabeça chata, pernas arqueadas, mal-encarado, o olhar de carneiro mal morto” (ABRANCHES 1992, p. 64).

Em segundo lugar, sempre desqualificam a profissão de Gomes. Seria um simples vaqueiro, sugerindo que ele teria sido apenas capaz de trabalho manual. Mas como já salientou Astolfo Serra (1946, p. 208), vaqueiro no contexto maranhense implicava uma grande responsabilidade, tipo um administrador da fazenda. Carlota Carvalho informa que ele trabalhava numa fazenda em Arari, na Baixada maranhense. Essa fazenda pertencia ao Padre Inácio Mendes de Moraes, homem abastado, vigário do curato de Arari e encarregado da freguesia da vila de Vitória. Raimundo Gomes, como administrador dessa fazenda, precisava ser “homem de reconhecida probidade e merecedor de toda confiança para depositar na mão dele o valor monetário das boiadadas”. (CARVALHO, 1924, p. 159)

Em terceiro lugar, os adversários de Raimundo Gomes negam suas capacidades intelectuais. Por exemplo, o prefeito da comarca do Itapecuru escreve, uma semana depois do assalto da Manga e da publicação do manifesto:

“[...] cujos artigos tem sido publicados pelos sectários do sedicioso Raimundo Gomes, Homem inteiramente falto de luzes, e sem importância alguma, além da que tem como assassino; pelo que se colige que este negocio é dirigido por pessoas de maior influência [...]”⁵

⁵ Carta de Joaquim Jose Gonçalves a Tomás Pires de Figueiredo Camargo, Presidente da Província, 18 de dezembro de 1838. ARQUIVO PÚBLICO, 2001, doc. 11, 35. Para facilitar a leitura, todas as citações tiveram sua ortografia atualizada e pontuação inserida, mantendo-se, no entanto, a capitalização do texto original.

Os conservadores não aceitavam que Gomes poderia escrever manifestos políticos. Inventaram a teoria de uma “mão oculta” que o dirigia, supostamente alguma pessoa do partido liberal maranhense, para denunciar a cumplicidade dos políticos liberais com a revolta. Outra fonte acusa um engenheiro francês, que vivia na área, de ter insuflado ideias revolucionárias nele.⁶ Nisso tudo se expressa uma postura preconceituosa, característica das elites conservadoras da época, que não conseguiam aceitar que homens mais simples e não-brancos podiam articular ideias políticas e defender seus direitos. Tudo indica, pelo contrário, que Gomes redigiu de seu próprio punho seus manifestos. É verdade que depois de virar comandante em chefe teve, ao longo da guerra, vários secretários. Mas, depois da derrota de julho 1840, ficou sem nenhum e continuou escrevendo ofícios e apelos.⁷

Finalmente, vários historiadores, autores dos discursos secundários e terciários da contra-insurreição, insistem no que poderíamos chamar a falta de caráter de Raimundo Gomes. Ele é descrito como traiçoeiro, sempre tentando enganar os oficiais da legalidade com promessas de se apresentar.⁸ Em outras palavras, a desqualificação de Raimundo Gomes justifica a recusa de aceitar os bem-te-vis como interlocutores, dignos de uma negociação. Assim, quando o Presidente da Província Manoel Felizardo tentou fazer concessões aos rebeldes, no início da revolta, foi impedido de fazê-lo pelos conservadores da Assembleia Provincial, liderados por Sotero dos Reis (CARVALHO, 1924, p. 169-70).

⁶ “Conheci que ele não podia ter sido dirigido pelos seus estúpidos chefes e ouvindo alguns dos prisioneiros que n’esse dia se fizeram, declararam-me eles que um Engenheiro Francês, morador na margem do Munim, que há 20 anos estava nesta Província, e vivia de medir terras é quem tinha dado o plano do ataque a Raimundo Gomes, e que com ele estivera muito tempo”. ARQUIVO PÚBLICO, 2001, doc. 158, 251.

⁷ Assim, em 7 de outubro de 1839, um comandante de destacamento informou que “no dia 30 do passado morreu o Secretário do Raimundo Gomes de umas febres”. Ofício de Francisco Afonso Xavier Bastos, ARQUIVO PÚBLICO, 2001 doc 94, 150.

⁸ Veja-se a esse respeito o relato de MAGALHÃES (1858).

A imagem negativa de Raimundo Gomes foi definitivamente consagrada no relato do escritor Domingos Gonçalves de Magalhães, mais conhecido como o “iniciador do Romantismo no Brasil”, e “aclamado chefe” dessa nova escola literária.⁹

Magalhães serviu como secretário do coronel Alves e Lima, o futuro Duque de Caxias, durante a campanha e presenciou a rendição do rebelde, em janeiro de 1841, quando conheceu pessoalmente Raimundo Gomes. Segue sua descrição:

“Insignificante era a sua figura; quase negro, a que chamamos fula, baixo, grosso, pernas arqueadas, testa larga e achatada, olhar tímido e vacilante, pouco atilado de entendimento, voz baixa e humilde, nenhuma audácia de conspirador; e posto que fosse o chefe dos sediciosos, mais obedecia que mandava, e nunca marchou à frente dos seus em momento de peleja, e na retaguarda se conservava, prestes sempre a fugir e a evitar o perigo; [...].”
 (MAGALHÃES, 1858, 144)

Seguindo a desqualificação racial, geralmente no início de um relato ou ofício, o descrédito de Raimundo Gomes é construído através de epítetos como “faccioso”, “desordeiro”, “sedicioso”. À medida que o conflito se intensifica, e dependendo de quem fala, Raimundo Gomes vira um “vândalo” e é descrito como um “caudilho” liderando uma “horda” de “malfeitores”, um “facinoroso” e um “malvado”.¹⁰ Adjetivos mais neutros como “rebelde” são relativamente raros na documentação oficial.

O desenho da história em quadrinhos, do tempo da ditadura militar, mostra como perdurou esse estereótipo negativo sobre Raimundo Gomes e os rebeldes de maneira geral.

⁹ De acordo com a biografia de Magalhães no site da Academia Brasileira de Letras, onde é patrono da cadeira número nove. <https://www.academia.org.br/academicos/goncalves-de-magalhaes/biografia> (Acesso 3.9.2020)

¹⁰ Essas qualificações aparecem em todas as fontes. Para exemplos, recomendo ARQUIVO PÚBLICO, 2001, Docs 9, p. 32, e 19, p 46.

Figura 2: A desqualificação dos rebeldes como facinoras
(De um desenho em quadrinho da década de 1970 sobre o Duque de Caxias)



O estudo das fontes primárias, em particular das cartas de sua autoria, permite traçar outro perfil de Raimundo Gomes Vieira Jutahy.

Antes de tudo, chama atenção o prestígio que Raimundo Gomes gozava entre a população do interior. Por exemplo, quando deu o famoso assalto à prisão da Manga, onde seu irmão e outros empregados do Padre Inácio, seus subordinados, estavam presos, e até metidos em tronco, Raimundo Gomes conseguiu que uma força de vinte e tantos soldados - a maioria da Guarda Nacional - logo se juntasse a ele (AMARAL, 1898, I, p.63, e SERRA, 1946, p. 218-19). Outro exemplo: os bem-te-vis de Caxias chamaram-no para acudi-los contra as arbitrariedades dos irmãos Carneiro (CARVALHO, 1924, p. 164). E, em 1839, Gomes é designado comandante em chefe pela assembleia das forças sitiantes vencedoras de

Caxias (OTÁVIO, 1903, p. 29). O líder do movimento no Piauí, Lívio Lopes, de influente família nessa província, encontrou-se com ele e dividiram a direção do movimento. Lívio assumindo a direção no Piauí. Assim, no Maranhão, ao longo da revolta, Gomes foi sempre reconhecido por todos os rebeldes como “Comandante em chefe”. A fama de Raimundo Gomes acabou ultrapassando os limites da província e chegou até o Ceará. Como mostrou João Paulo Peixoto Costa (2016, p. 317-18), entre a população de maioria indígena da “Serra Grande” de Ibiapaba, em julho de 1839, o líder bem-te-vi era estimado ao ponto que referiam-se a ele como “Raimundo Gomes, nosso irmão”.

Mesmo alguns de seus adversários, como Magalhães (1858, p. 144), reconhecem que ele não foi um facínora sanguinário, quando o confronto entre rebeldes e tropas legalistas degenerou em latrocínios: “nem foi de todos o mais ladrão e cruel, antes comparado a outros parecia humano”. Até a imprensa da corte registrou um episódio nesse sentido:

“Raimundo Gomes, o chefe dos rebeldes do Penteado, dizem que afetara ultimamente hum grande espírito de ordem e humanidade. De modo que, constando-lhe que entre os chefes da força sitiante de Caxias se havia manifestado alguma desinteligência, e querendo ir apaziguá-los, proclamou aos seus 400 bandidos que os que fossem dos seus sentimentos, isto é, que os que não quisessem matar, nem roubar, saíssem à frente para o acompanharem. Apenas saíram 20, como os quais se foi para Caxias, deixando o comando dos que ficavam a hum tal Fidelis de Vasconcellos. Destes 400 homens, mais de 100 não tinham armas.” *Correio Oficial*, 27.02.1839

Em outras palavras, Raimundo Gomes tentou adequar seu comportamento de chefe rebelde aos seus ideais cristãos e sua agenda política de defesa da Constituição e de sua gente.

2. Revolta política, revolução social ou guerra racial?

Não há dúvidas de que a Balaiada foi uma revolta política, dado que as reivindicações dos seus protagonistas eram de cunho explicitamente político. Podemos resumir o ideário dos rebeldes em quatro pontos:

- a defesa da Constituição: respeito dos direitos políticos e defesa da cidadania para todos os homens livres;
- o catolicismo, que incluía um discurso anti-maçom, mas também, como veremos, um igualitarismo cristão;
- o patriotismo: a união dos brasileiros amantes da pátria contra os “portugueses” que, na visão dos rebeldes, ainda mandavam na província;
- o monarquismo: os rebeldes defendem as instituições do Império, que garantiram a Independência ao Brasil e direitos ao “Povo de Cor”.

Esse ideário se expressava também nos apelos programáticos que os rebeldes costumavam fazer. Como sabemos de suas cartas e proclamações, queriam “sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar à Pátria e o Imperador”.¹¹

Os legalistas, pelo contrário, acusaram os rebeldes bem-te-vis, desde o início do conflito, de fomentar uma guerra racial. Três dias após o assalto da Manga, o subprefeito cabano Henrique Coqueiro, já denuncia que ali há

“um mulato por nome Manoel Francisco, que diz ser tenente dos pretos, e este é o que mais tem seduzido a gente de cor, porque esta gente muito acredita ao seu semelhante”.¹²

Esse tipo de acusação reflete bem as ansiedades que atormentavam a elite branca do Maranhão. Para entendê-las, é necessário levar em conta a

¹¹ Para mais detalhes, ver Assunção, 2011.

¹² Carta do subprefeito Henrique Coqueiro, de 16.12.1838, reproduzida em AMARAL, 1898, vol I, p. 63.

estrutura social do Maranhão colonial e os acontecimentos políticos que se sucederam desde a Independência.

O Maranhão oitocentista – uma sociedade de plantation tardia

O Maranhão, em 1838, era uma sociedade de *plantation*, com metade de sua população escravizada. A grande maioria destes trabalhadores labutava em fazendas de algodão e de arroz. Mas, como procurei mostrar em trabalho mais detalhado sobre o assunto (Assunção, 2018), nos interstícios da economia de *plantation* desenvolveu-se um campesinato, constituído de descendentes de negros alforriados, de índios colonizados (“domésticos”, no linguajar oficial) e de migrantes cearenses.

A análise das relações de produção e de distribuição revela a dimensão econômica da estrutura social. No caso do Maranhão, uma reduzida camada de grandes proprietários, negociantes e fazendeiros abastados, assim como alguns altos funcionários, ocupavam o topo da pirâmide social, seguida de um segmento intermediário de fazendeiros, oficiais de carreira, comerciantes, mestres artesãos, funcionários e clero. Os segmentos inferiores – representando de 80 a 85 por cento da população – eram constituídos pelos trabalhadores manuais. Dividiam-se em quatro grupos, de acordo com a qualificação e a relação de trabalho. A base da pirâmide era ocupada pelos escravos do eito, trabalhadores braçais sem autonomia na sua rotina cotidiana (45 por cento da população).¹³ Os camponeses, pescadores, caçadores e coletores formavam outro grupo de trabalhadores braçais, também considerados sem qualificação, que, no entanto, controlavam a organização de suas atividades produtivas. Um terceiro grupo era constituído pelos escravos domésticos e os com ofícios qualificados, que gozavam de alguns pequenos benefícios devido a sua

¹³ Estas percentagens baseiam-se nos dados do censo de 1821 publicado por Lago (1822). Ver também as tabelas 4.1 a 4.6 em Assunção (2018).

posição no processo produtivo. Os trabalhadores livres qualificados como os vaqueiros, artesãos ou feitores formavam o quarto segmento das classes populares.

No auge do *boom* algodoeiro, nas últimas décadas do século XVIII, alguns grandes proprietários acumularam muitas terras e escravatura. Na Ribeira do Itapecuru, conforme pesquisa de Antonia Mota, entre 1785 e 1824, “a maioria dos proprietários de cativos era detentora de escravarias grandes, muito grandes ou de megaplantéis, que também concentravam a quase totalidade dos cativos examinados, perfazendo a elevada média de 89,6 escravos por plantel” (MOTA E BARROSO, 2017, p.14). Acredito que os quilombos, endêmicos nas matas de Codó na década de 1830, e posteriormente na Balaíada, providenciavam refúgio a muitos escravizados dessas grandes fazendas. Conforme um padrão encontrado em muitos lugares das Américas, fugas eram mais frequentes nas propriedades com muita escravatura, constituindo-se os proprietários abastados e suas famílias como o alvo principal dos revoltosos em ações de retaliação.

Mas também houve, no Maranhão, uma tendência à atomização da propriedade escrava, favorecida pela subdivisão dos plantéis entre os herdeiros. É necessário matizar a ideia de uma dicotomia absoluta entre grandes senhores, de um lado, e pobres livres e escravos, do outro. Como em outras províncias brasileiras, havia muitos pequenos e médios proprietários, possuindo entre meia dúzia e 30 escravos, como foi demonstrado por Marcondes (2005) para a década subsequente. Os contornos sociais desse grupo intermediário ainda não foram bem estabelecidos, como por exemplo a sua cor ou seu(s) lugar(es) na hierarquia racial. Mas sabemos que os brancos - excetuando a ilha de São Luís - representavam uma proporção bem inferior à média encontrada no Sudeste do Brasil. Por isso, acredito que a classe média branca escravista

foi menos significativa no Maranhão. Isso teve consequências para a estabilidade do sistema, porque esse grupo providenciou, em outras províncias, um dos pilares para o escravismo, e muitas vezes também um apoio crucial para o partido conservador. Talvez em decorrência disso, a Guarda Nacional não tenha vingado no interior do Maranhão até a época da Balaíada, dessa forma enfraquecendo o controle social já tênue sobre os escravos e outros subalternos.

A estrutura social e suas representações

Existiam vários princípios organizadores da desigualdade e várias maneiras de representar a hierarquia social. Para essa sociedade do antigo regime em transição para uma modernidade neocolonial, é importante diferenciar entre situações de estamento e de classe na análise da estrutura social. Cada dimensão da desigualdade tinha suas próprias linhas divisórias, que se sobreponham e se influenciavam mutuamente.

A oposição entre donos de escravatura e escravizados, claro, era fundamental. É antes de tudo uma distinção jurídica e política. Os grupos intermediários dos forros, dos índios “domésticos” e dos livres não proprietários de escravos matizavam essa oposição básica. Do ponto de vista econômico, o antagonismo principal opunha os chamados “escravos do eito” aos proprietários das fazendas.

Outra distinção fundamental é o critério que hoje chamaríamos de racial, ou étnico-racial. É de suma importância estudar a “formação racial” de sociedades como o Brasil, e mais especificamente a do Maranhão.¹⁴ Ajuda a entender as representações dos vários grupos sociais vigentes na época e também ajuda a percebermos, hoje, a historicidade da terminologia racial, ou seja, como os termos usados em determinada época

¹⁴ Para uma introdução a esse conceito, ver OMI & WINANT (2015).

são resultados de uma construção social e como os seus significados são sujeitos a mudanças. Acredito que é uma importante contribuição da história, ajudando a desconstruir essencialismos, bastante comuns nos embates atuais.

O próprio termo “raça” era pouco usado na primeira metade do século XIX no Brasil, porque nessa época apenas está se fortalecendo a ideia de raça no sentido moderno, ou seja, de uma humanidade dividida em subespécies distintas. Durante a época colonial o termo “raça” ainda tinha o significado de descendência, com uma forte conotação religiosa, associado aos “infiéis” (RAMINELLI, 2020). Que eu saiba, José Bonifácio foi um dos primeiros autores, no Brasil, a usar o termo no sentido moderno, quando, na sua *Representação* (1823, p. 23), discorre sobre a necessidade de emancipação “dessa desgraçada raça Africana”. Mas no Maranhão da época da Balaiada o termo ainda está ausente.¹⁵ A discriminação contra os não-brancos se expressava em termos de “qualidade” ou de “sangue”. Sangue remetia àquela noção ibérica antiga de “pureza de sangue”, derivada da discriminação contra os cristãos novos. Discriminação de origem religiosa contra judeus e mouros convertidos, que acabou se transformando em discriminação de tipo racial, incluindo, na colônia, os africanos e seus descendentes (BANTON, 1987; WELZ, 2011). Ou seja, a discriminação precedeu as teorias raciais – essas apenas lhe dão uma legitimação supostamente científica, já na fase de declínio da escravidão no Brasil.

A discriminação é muito evidente nos registros da justiça local. Era comum, no Maranhão, juízes desqualificarem pessoas – réus ou

¹⁵ Um dos poucos a usar o termo raça no contexto da Balaiada é Magalhães. No seu relato, refere-se a raça algumas vezes. Fala, por exemplo, de Gomes, e “nove de sua raça” (1858, 23). Convém lembrar que Magalhães é praticamente um estrangeiro no Maranhão (e assim se considerava), que seu relato foi finalizado depois do conflito, e publicado pela primeira vez em 1848. Além do mais, ele também fala da “raça prevaricadora” (1858, 35) quando critica a elite de Caxias, o que demonstra que também usava o termo no sentido antigo.

testemunhas – por causa de sua “qualidade”, ou cor.¹⁶ O testemunho de pessoas de cor não era considerado como tendo igual peso que o de uma pessoa branca. As pessoas “de cor” eram, via de regra, sujeitas a julgamentos mais severos e a sanções mais cruéis. Punições degradantes eram aplicadas não apenas aos escravizados, mas também a pessoas de cor livres, de maneira generalizada, quer fossem “pretos livres”, “mulatos”, “cafuzos” ou “índios”. (Ver também Abranches, 1992, p. 34)

Distinções étnicas se sobreponham a essas categorias proto-raciais e interferiam com elas, como a que diferenciava os portugueses metropolitanos dos chamados filhos da terra ou brasileiros, e dos açorianos; ou a distinção entre os negros africanos e crioulos.

Tecnicamente os descendentes dos colonos portugueses eram também portugueses. Nessa época, e ainda durante a Regência, havia uma certa fluidez nos significados desses termos que estavam sendo redefinidos (RIBEIRO, 2002, p. 243-358). Com a Independência, a distinção entre português metropolitano e brasileiro adquiriu obviamente uma nova relevância. Os portugueses residentes tornaram-se tecnicamente brasileiros, mais especificamente “brasileiros adotivos”, embora, na percepção popular, continuassem a ser “portugueses”. E português e branco eram quase sinônimos, tanto para os metropolitanos quanto para os brasileiros. Os portugueses de origem metropolitana no Maranhão, e nas outras províncias, insultavam os brasileiros patriotas de “cabras”, termo que na época tinha o sentido de “mulato escuro”, insinuando que todos os brasileiros, inclusive os considerados brancos, teriam alguma ascendência de “sangue impuro”.¹⁷ Em outras palavras, e isso é importante, os contemporâneos usavam uma terminologia de cor, ou racial, para denominar situações de classe econômica e posicionamentos

¹⁶ Para exemplos, ver Assunção 2018, p. 297-302.

¹⁷ “O filho, ou filha de pai mulato, e mãe preta, ou às avessas”. MORAES SILVA, [1813] 1922, verbete cabra, p. 314.

políticos.¹⁸ Ao mesmo tempo, serviam-se desses termos como injúria racial.

Esse procedimento se explica pela grande correspondência entre as várias dimensões da estrutura social: a maioria dos grandes fazendeiros eram brancos, a maioria dos grandes negociantes eram portugueses (ou ingleses, depois de 1808), e muitos dos “portugueses” nascidos no Brasil eram a favor da Independência. Mas sempre houve pessoas que não se enquadravam bem nesse mundo das correspondências, e isso gerava conflitos. A ascensão econômica e social de pretos e pardos, em particular, foi frequentemente combatida por brancos usando critérios de cor para desqualificá-los. Então, é importante registrar a polifonia desses termos, assim como os deslocamentos de seus significados, para não errar na interpretação, ou cometer anacronismos. Tanto os liberais exaltados, quanto os rebeldes balaios, por exemplo, utilizam um discurso antilusitano que identifica “os portugueses” como os responsáveis pelos males que afligiam “os brasileiros”. Sendo que as pessoas identificadas como portugueses, na Setembrada e na Balaiada, geralmente eram brasileiros “adotivos” e, às vezes, eram até brasileiros natos.

Desde a década de 1790 e a Revolução Haitiana, as elites escravistas no Brasil temiam uma insurreição dos escravizados. Os “horrores do Haiti” são sempre invocados quando se trata de insubmissão dos cativos ou mesmo do povo de cor. Esse pavor se intensificou durante a conturbada presidência de Miguel Bruce, no Maranhão, em 1824, que mobilizou homens de cor livres para apoiar seu governo.¹⁹ Essa racialização da política é evidente também na Setembrada, em 1831-32. E durante a década de 1830, os liberais ainda eram insultados com epítetos como

¹⁸ Ver por exemplo as classificações no Poranduba (1891, p. 134) ou em Gaioso (1970, p. 120) que usam terminologia de cor e de origem para definir classes sociais.

¹⁹ Para mais detalhes sobre os conflitos políticos e ideológicos durante a Independência no Maranhão, ver Galves (2015).

“cabra”, “bode” e “nagô” pelos conservadores ou cabanos (*O Bemtevi*: nº. 8, p. 32, 25.7.1838). Sotero dos Reis, próximo ao conservador português Meirelles, aparentemente vituperava contra a “negralhada metida a patriota”.²⁰

De maneira similar, Severino Alves de Carvalho, o último comandante geral do Brejo da época colonial, odiado pela população de cor do Baixo Parnaíba devido às arbitrariedades que praticou antes e durante a Independência contra os pobres livres, advertia seus superiores contra “a classe perigosa dos cabras”.²¹ Ele teve outra vez papel de destaque na Balaiada, tanto como alvo de vingança dos balaios, quanto como agente cruel da repressão. De fato, “cabra” parece ter sido uma insulta racista comum no Maranhão durante o Império, pois ainda encontramos o termo no centro de um caso de discriminação racial em 1865 (GOMES; XAVIER, 2005, p. 363).

Assim, podemos avaliar melhor a terminologia empregada para qualificar a “cor” de Raimundo Gomes. Inicialmente, nos ofícios dos prefeitos e subprefeitos do interior que relatam seu assalto à Manga, ele sempre é qualificado de “cafuz”.²² Ribeiro do Amaral, cujo estudo é baseado nessas e em muitas outras fontes, e que tenta ser mais objetivo - também o qualifica de cafuz (1898, I, p. 62). Magalhães (1858, p. 17) escreve que Gomes provinha “de uma raça cruzada de índios, brancos e negros, a que chamam cafuzo”. Mas adiante repete que Gomes é “filho d’essa raça cruzada de índios e negros de que tratamos”, mas aqui já omite o branco (1858, p. 23).

²⁰ Citado em Dunshee de Abranches (1941, p. 91 ou 1992, p. 65).

²¹ Ofícios dos Comandantes Gerais, Brejo, 07/06/1827, Arquivo Público do Estado do Maranhão, a seguir APEM.

²² Ver, por exemplo, os ofícios dos subprefeitos de Rosário, 23.12.1838, e de Codó, 28.12.1838 ao presidente da Província, reproduzido em ARQUIVO PÚBLICO, 2001, docs. 14, p.38 e 25, p. 53; ofício do Coronel Henrique Pereira da Silva Coqueiro, 16.12.1838, reproduzido em AMARAL, 1898, I, p. 63-64.

Em todo caso, essa última asserção corresponde à definição colonial do termo cafuz.

Dunshee de Abranches (1992, p. 64) é o único autor a qualificar Raimundo Gomes como “fulo”. O dicionário Moraes (1922, II, p.66) explica que fulo “diz-se do preto, e do mulato, que não tem a sua cor bem fixa, mas tirante a amarelo, ou pálido.” Acredito que sua qualificação não destoe muito das outras, tratando-se apenas de uma variante na taxinomia racial da época, também usada por Magalhães.

Apenas Rodrigo Octavio (1903, p. 12, 29) afirma em várias ocasiões que Gomes teria sido “preto”. Mas como esse texto é baseado em Ricardo Leão Sabino, testemunho da Balaiada que migrou para São Paulo onde fez seu depoimento quase cinquenta anos depois, podemos assumir que o tempo, a distância e o novo contexto social contribuíram para essa mudança na qualificação racial. Tanto é que Sabino ou Octávio também transformaram o caboclo Balaio em “crioulo” (1903, p. 14). Em outras palavras eles adotaram uma visão mais bi-racial da sociedade brasileira.

Não resta dúvida de que as classificações usadas para qualificar Raimundo Gomes tinham o objetivo de diminuí-lo. Como ressalta Ivana Stolze Lima (2003, p. 50), nessa época “a origem social obscura, a bastardia, a acusação de ser mestiço, a falta de uma ascendência honrada compõem temas prediletos da ridicularização.”

E próprio Raimundo Gomes, como se classificava? Como veremos, ele fez sua própria opção e opera com categorias de cor em dois níveis, reforçando assim a plataforma de união da população discriminada que defendia.

3. O antirracismo bem-te-vi

Inicialmente o discurso de Raimundo Gomes se manteve bastante dentro do paradigma do partido liberal maranhense, de oposição nativista

aos “portugueses” e da luta contra a arbitrariedade dos prefeitos. O seu apelo de dezembro 1838 termina mesmo com um “Fora feitores e escravos!”, o que pode significar, de fato, como argumentou Santos (1983), um distanciamento da classe mais oprimida na província (ver Figura 1: Crônica Maranhense).

Revolta liderada por cafuzos e caboclos, a Balaiada ressuscitou a paranoia dos brancos maranhenses de uma “guerra racial” contra eles. Apesar de haver brancos do lado da revolta, e de os rebeldes tentarem, principalmente durante o ano de 1839, aliciar aliados entre os notáveis liberais do interior, essa acusação continuou a ser feita, sobretudo em consequência das destruições de fazendas e das perseguições dos cabanos mais conhecidos.

Raimundo Gomes rebate as acusações de “guerra racial”

Em seu manifesto de 10 de julho 1840, Raimundo Gomes rebate a acusação de que os rebeldes seriam “povos loucos”, feita pelo comandante da primeira coluna do exército imperial.²³

Trata-se de uma das cartas mais detalhadas de sua autoria, escrita após escapar de várias investidas do exército legalista e de sua tropa sofrer séria derrota em Vereda, entre o Munim e o Iguaçá, onde perdeu sua bagagem e quarenta cavalos (AMARAL, 1906, III, p. 48, 52-53). O “comandante em chefe” explicava o desrespeito aos direitos dos cidadãos brasileiros pelo fato de ainda serem os “portugueses” a mandarem na província: “a justiça do Brasil toda é aconselhada dos Portugueses, que figura em frente para enganar aos tolos é Brasileiro.” Por essa razão pergunta ao oficial

²³ Carta do 10.7.1840, Coleção Caxias, Pacote 1, Doc. 45, Arquivo Nacional, a seguir AN.

“[...] pedimos a V. S.^a que nos queira informar de que Terra V. S.^a é Filho e que sangue V. S.^a está fazendo derramar, se V. S.^a é Português tem muita razão, porém se é Brasileiro é mais louco do que nós”.

Por essa mesma razão muitos rebeldes preferiam tratar ou negociar com oficiais das forças legalistas nascidos no Brasil, e não com brasileiros “adotivos”, nascidos na ex-metrópole. Gomes se defendia das acusações que o governo fazia ao movimento e insiste que a guerra civil era desastrosa para todos, independentemente de sua cor:

“[...] nos não queremos matar aos Brancos todos como levantam para melhor engrossar os seus Partidos, morrem tantos Brancos como Cabras como Caboclos”.

Aqui Gomes emprega três termos comuns na época. Como vimos, cabra além de um significado estreito (“mulato escuro”) era usado de maneira mais genérica para afrodescendentes livres e, de maneira depreciativa, por brancos racistas. Gomes, no entanto, se apropriou do termo para um uso mais neutro. Caboclo não aparece nas taxinomias raciais, mas era um termo já usado na época para descendentes de índios, mestiços ou não, vivendo de roça no interior.

Como Gomes atesta, a narrativa da revolta como uma guerra de vingança contra os brancos já foi lançada na época pelos cabanos e sobrevive em narrativas conservadoras até hoje. O melhor exemplo é o sempre citado verso “Não há mais branco, não há mais senhor” que os balaios teriam cantado nas ruas de Caxias quando ocuparam essa cidade (SARNEY, 2003).

Figura 3: A Balaiada como guerra racial na narrativa conservadora
(De um desenho em quadrinho da década de 1970 sobre o Duque de Caxias)



Na verdade, a acusação poderia ser retornada contra as tropas da legalidade, que cometiam toda sorte de excessos durante a campanha. Na memória oral se repetem os episódios de que a tropa, ao chegar nos povoados camponeses, teria agarrado crianças, jogado para cima e aparado na ponta da espada. Isso sugere uma política de extermínio sistemático (ASSUNÇÃO, 1988, p. 171-74). Não encontrei ordem explícita alguma na documentação oficial que o comprovasse. No entanto, Dunshee de Abranches afirma que o coronel Luís Alves de Lima teria recomendado “nas ordens verbais dadas aos chefes das tropas em palácio” poupar vidas dos escravos para retorná-los aos seus senhores, mas, “quanto aos cabras e mestiços livres”, “o seu extermínio seria um benefício para prevenir futuras rusgas como essa...” (ABRANCHES, 1992, p. 72).

Podemos dizer que a racialização do conflito pode ser lida como uma estratégia conservadora para deslegitimar as motivações políticas dos rebeldes. Isso ocorreu em relação a outros movimentos sociais no Império, como por exemplo na Cabanagem, conforme demonstrou Mark Harris: a ideia de uma guerra de ódio racial foi gerada pela repressão do famigerado General Andréa, mais do que uma realidade interna da Amazônia em rebelião - muitos rebeldes eram brancos. A suspensão das garantias constitucionais pelo General era justificada como necessária para erradicar o “crime”. Em outras palavras, a rebeldia política ali também era transformada em crime e o conflito era “naturalizado” (HARRIS, 2010, p. 262). Rebeldes podiam assim ser identificados pela sua cor, seu lugar de nascimento, sua classe social. “Gente de cor” referia-se assim não somente à cor da pele, mas a um conjunto de características étnicas, sociais e culturais que justificavam a repressão sistemática contra todos os tapuios e caboclos. Tal mecanismo resultou mesmo em genocídio, pois estima-se que um quarto da população da Amazônia pereceu nesse conflito. Apesar de a Balaiada não ter chegado a esses extremos, há muitas semelhanças entre os dois movimentos. Aliás, é bom lembrar que Sotero dos Reis fez o que pôde para trazer o general Andréa para o Maranhão (CARVALHO, 1924, p. 170). Ainda bem que não conseguiu, pois a matança teria sido ainda maior!

O medo da re-escravização do Povo de Cor

Durante a época da Independência até a Regência, no discurso liberal das elites no Brasil, o termo escravidão era frequentemente usado, não para se referir ao cativeiro dos africanos, mas como metáfora para a exploração colonial e o absolutismo.²⁴ Como escreve Hebe Mattos (2000, p. 29-30):

²⁴ Neves, *Corcundas*, p. 131.

“Na verdade, este é um enigma poucas vezes enfrentado pela historiografia: por todo o conturbado período do Primeiro Reinado e das regências em um país pesadamente escravista, a metáfora da escravidão como imagem de opressão ou como situação iníqua a ser superada foi constantemente acionada – seja pelo discurso “patriota” da época da independência (o Brasil escravo de Portugal), seja pelo liberal exaltado que clamava por igualdade de direitos entre os brasileiros livres -, mas isso não implicou colocar em xeque o direito de propriedade sobre seres humanos escravizados.”

De fato, no contexto maranhense da década de 1830, o termo escravidão era empregado como analogia para opressão e tirania pelos liberais exaltados e posteriormente pelos bem-te-vis, para denunciar abusos e arbitrariedades contra os homens de cor por autoridades ou “portugueses” (brancos). Além do mais, quando homens de cor falavam de escravidão, também expressavam o seu medo de serem (re-)escravizados de fato. Então temos que estar alertas para esses vários significados, emaranhados e superpostos, do termo escravidão naquele momento.

Quanto a Raimundo Gomes, ele acreditava que havia uma conspiração maçônica pretendendo re-escravizar os homens de cor como ele e seus companheiros:

“[...] nós não estávamos a fato o como foi tramado este negócio por meio do segredo da Sociedade Maçônica, que sejam Cidadãos os Brancos Ricos e que todo o povo de Cor, que esteja no hábito de desprezar, que sofra o pesado jugo do absolutismo e da escravidão”.

Essa era, de fato, uma teoria muito comum entre as classes populares e que foi verbalizada em algumas revoltas anti-conservadoras no Brasil. Pode ser encontrada, por exemplo, nas revoltas liberais em Minas Gerais e São Paulo (1841-42) e na Guerra dos Marimbondos (1851-52) (DANTAS,

2011, p. 529, 537, 541). Muitos rebeldes maranhenses estavam convencidos de que os conservadores maranhenses unidos aos portugueses queriam “fazer-nos seus escravos”.²⁵

A Bíblia e a Constituição na defesa da igualdade das cores

O antirracismo de Raimundo Gomes e outros líderes bem-te-vis se alimentou de várias fontes: o constitucionalismo, o catolicismo popular e também o patriotismo. É provável que ele tenha trocado ideias com seu patrão liberal, o padre Inácio. Talvez tenha mesmo tido acesso à biblioteca dele. Vale lembrar que havia, no Nordeste dessa época, um segmento do baixo clero que combinava leituras iluministas com doutrinas católicas inspiradas em São Tomás de Aquino e que reconheciam a importância do bem comum e até o direito dos povos a depor soberanos (CARVALHO, 1979, p. 150). E liberalismo e o patriotismo, naquele momento, eram sempre associados. Gomes afirma, por exemplo:

“[...] devemos nos reunir como Brasileiro que somos, pois já basta de vermos correr tanto sangue Brasileiro”²⁶

Para Gomes não deveria haver diferença entre os cidadãos, baseada na sua cor. Ele evoca uma poderosa imagem para defender sua visão da igualdade de todos os homens que desafiava a noção ainda hegemônica de “pureza de sangue”:

“[...] digam senhores estes Homens de Cor por ventura pegaram a Cor deles nos Brancos[?] estes Homens de Cor por ventura não serão Filhos de Deus[?] queiram Senhores nos mostrar outro Adão e outra Eva, queiram Sangrar três homens em um Só Vaso, um Branco, um Cabra, e um Caboclo, e ao depois nos queiram mostrar dividido o sangue de um e outro.”

²⁵ Expressão usada na Proclamação anônima, s/d., ARQUIVO PÚBLICO, 2001, doc. 69, 108.

²⁶ Ofício de Raimundo Gomes ao comandante militar do Rosário, ARQUIVO PÚBLICO, 2001, doc. 180, 296.

Contra os brancos que querem re-escravizar os homens de cor, Gomes afirma que todos têm “igual direito”. Esse trecho levanta várias questões. A primeira é até que ponto esse igualitarismo era comum entre os rebeldes? Encontrei um outro texto rebelde que usa linguagem parecida. Em manifesto destinado aos deputados da Assembleia Geral no Rio, os chefes Francisco Gil Castello Branco, Roberto José de Maria e Anastácio da Costa também denunciam as “crueldades com a Pobreza”. Lamentam que

“[...] os Povos desesperados por se verem constrangidos da sua mesma Nação, sem poderem trabalhar as suas Famílias, ao desemprego seus Filhos, morrendo seus Parentes, suas Casas os Inimigo tocam fogo, às suas Roças arrancam os Legumes”.

Como Gomes, reclamam do desprezo de que sofria “este mesmo povo de Cor” e perguntam

“Ora Senhores, que aversão tomaram à estes Homens de Cor[?] Ora por ventura irão pegar a cor deles nos Brancos[?] Por ventura o Sangue dos Brancos terá outra Cor[?] Por ventura haverá outro Adão e outra Eva[?] Por ventura estes Homens não serão filhos de Deus[?]”²⁷

A retórica é muito parecida – o argumento do sangue igual e a origem comum da humanidade como afirmada pela bíblia - porém não idêntica àquela usada por Gomes. Isso sugere que havia um ideário comum entre os rebeldes, baseado numa combinação de igualitarismo cristão e a noção de direitos garantidos pela Constituição, sintetizado nos obrigatorios vivas à Constituição e à religião em cartas ou assembleias. Ainda não consegui

²⁷ “Apelo do Povo do Maranhão” de 15.05.1840. Coleção Caxias, Caixa 808, doc. no. 34, AN. Transcrito em ASSUNÇÃO, 2018.

localizar a origem dessa retórica, mas acredito que se ela inspira na Bíblia ao mesmo tempo em que dialoga criticamente com a noção de pureza de sangue.

Raimundo Gomes, no entanto, vai mais longe, quando chega a reivindicar que são os cabras e caboclos que constituem as forças vivas da Nação. Ele escreve: “esse mesmo Povo de Cor é que é as Forças do Brasil”.

Vale a pena ressaltar a diferença entre “homens de cor”, “gente de cor”, de uso corriqueiro no Brasil regencial (a julgar pela imprensa) e “povo de cor”, que aparece apenas em alguns discursos rebeldes. “Gente” tem um significado mais neutro que “povo”, termo que na época das revoluções atlânticas passa a ter uma associação mais política com soberania popular e direitos.

O nosso herói talvez fosse um visionário excepcional. Mas acredito que não deixe de ser representativo da consciência emergente do “povo de cor” na província, enquanto força econômica, social e, nessa conjuntura, também política. Tal conceito, ultrapassando as categorias mais estreitas de caboclo, cabra ou cafuz das classificações e hierarquias coloniais baseadas na “pureza de sangue”, abriu possibilidades para a formação de uma consciência de classe “para si” dos produtores livres e pobres. Também esboçou uma possível aliança entre os segmentos populares com potencial de se tornar hegemônica – por isso o pavor que causou nas elites conservadoras da região e do Império.

Limites do igualitarismo?

Esse pensamento igualitário, democrata e radical para a época talvez encontrasse seu limite na omissão do negro escravo. Como Maria Januária Vilela Santos (1983, p. 91) salientou: “de uma forma genérica, o negro estaria incluído nesta visão. Mas persiste a omissão.” Na prática, no entanto, Raimundo Gomes não se omitiu: recrutou sistematicamente

escravizados para a sua tropa bem-te-vi e acabou aliando-se ao negro Cosme, o líder do quilombo da Lagoa Amarela. Também apreciou a participação do velho líder indígena, o Matroá, com o qual se encontrou no final da luta (MAGALHÃES, 1858, p. 138).

A adoção de uma postura democrata radical por Gomes se combinou com a crença num complô da reação, que se explica, entre outras coisas, pela importância dos rumores numa sociedade que não tinha, ainda, telégrafo (e muito menos telefone ou internet) e na qual a circulação da informação era muito limitada. Essa desconfiança tinha uma base racional e se justificava pelo mau tratamento dispensado aos homens de cor. Como já disse acima, se os brancos temiam um “Haiti”, o povo de cor do Maranhão tinha razão de sobra para temer uma re-escravização. Os dois medos eram de fato complementares: um alimentava o outro. Ambos remetem à escravidão como categoria fundamental para entender os debates ideológicos entre os homens livres na sociedade maranhense da época.

Para melhor contextualizar o antirracismo e o igualitarismo de Raimundo Gomes, vale lembrar a postura e a prática de seu máximo oponente, Luís Alves de Lima, o futuro Duque de Caxias. Lima, possuía, sem dúvida, grande capacidade de organização e visão estratégica. Também é famosa sua advertência, ao assumir a presidência da província e o comando das armas: “Maranhenses!, mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam.” (citado em SOUZA, 2008, p.291) De fato, a essa altura da guerra civil, talvez fosse importante se colocar acima dos partidos. No entanto, Lima não se colocou acima da estrutura social vigente. Pelo contrário, como destacou Adriana Barreto de Souza (2008, p. 297), ele precisou “reestruturar as fronteiras sociais do Maranhão” e isso significava consolidar as barreiras entre os proprietários brancos e o povo de cor livre

e os escravizados, que tinham sido questionadas por rebeldes como o negro Cosme e Raimundo Gomes. Lima implementou esse processo de “decantação social” através de vários métodos: forçando os rebeldes a primeiro capturar os quilombolas e, somente depois, depor as armas e gozar da lei da anistia proclamada pelo imperador; semeando a discórdia entre os rebeldes através de intrigas de espías; e até comprando os serviços de líderes rebeldes, incluindo o próprio irmão de Raimundo Gomes. Em outras palavras, a “pacificação” da província levada a cabo pelo governo central nada mais era que uma restauração escravocrata e a ação civilizatória de Lima e da legalidade no Maranhão, de que tanto se gabava Magalhães, seu secretário, “não incluía temas modernos da política europeia, como democracia e igualdade”. (SOUZA, 2008, p. 310). Nesse sentido, a igualdade moderna estava sendo defendida de maneira mais radical por um “cabra”, supostamente sem luzes, e não pelo general pacificador e o escritor consagrado.

Conclusões

Esse texto teve como objetivo resgatar a importância de Raimundo Gomes Vieira Jutahy, o principal líder da Guerra dos Bem-te-vis, quase um desconhecido até hoje fora do estreito círculo dos especialistas. A história oficial consagrou como herói o Duque de Caxias, o pacificador. Raimundo Gomes foi usado algumas vezes como exemplo negativo na Câmara dos Deputados no início dos anos 1840, para logo depois sumir da história pública, assim como muitos outros líderes populares das revoltas regenciais. A partir da década de 1980, seguindo o exemplo de Zumbi, Cosme, o líder quilombola da Balaiada, foi reabilitado pelo movimento negro maranhense e virou um herói para todos os que simpatizavam com a causa dos escravizados na luta dos bem-te-vis. No entanto, outros líderes da revolta, em particular seu comandante geral Raimundo Gomes,

também foram esquecidos, silenciados e até caluniados pela historiografia oficial. Mesmo a partir dos anos 1980, quando a revolta começou a ser reabilitada por uma historiografia revisionista e a ser avaliada de maneira mais positiva na história pública – evidenciado através da criação, em 13.12.2017, pela Câmara dos Deputados do Estado do Maranhão, de um “Dia da Balaiada” – a figura de seu líder máximo ainda continua bastante desconhecida (VALADARES, 2017). Talvez esteja na hora de resgatá-lo.

O segundo objetivo do texto era refletir sobre a formação racial do Maranhão e, em consequência, contribuir para a compreensão de algumas singularidades em comparação a outras províncias do Brasil Império. Os termos “homens de cor” e “gente de cor”, que não constam nas categorias estabelecidas nos censos da época, eram de uso generalizado tanto por brancos como não-brancos no Brasil dos oitocentos e foram utilizados por diversos segmentos de homens subalternos no Brasil durante a Regência para verbalizar reivindicações de direitos. No Maranhão, durante a “Guerra dos Bem-te-vis”, o termo foi readaptado e como “Povo de Cor”, passando a expressar uma proposta política que visava cumprir integralmente a Constituição de 1824, com a garantia dos direitos de cidadania constitucionais para todos os homens não-brancos livres, fossem “cabras” ou “caboclos”. Raimundo Gomes, como poucos, vislumbrou a possibilidade de construir uma hegemonia alternativa à sociedade neocolonial branca, baseado no orgulho de que “nos somos as forças do Brasil”. Baseada nos seus atos – mobilizando os negros das fazendas e aliando-se ao Cosme – essa aliança poderia incluir até os escravizados, o que constitui uma das raras exceções no cenário das revoltas regenciais.²⁸

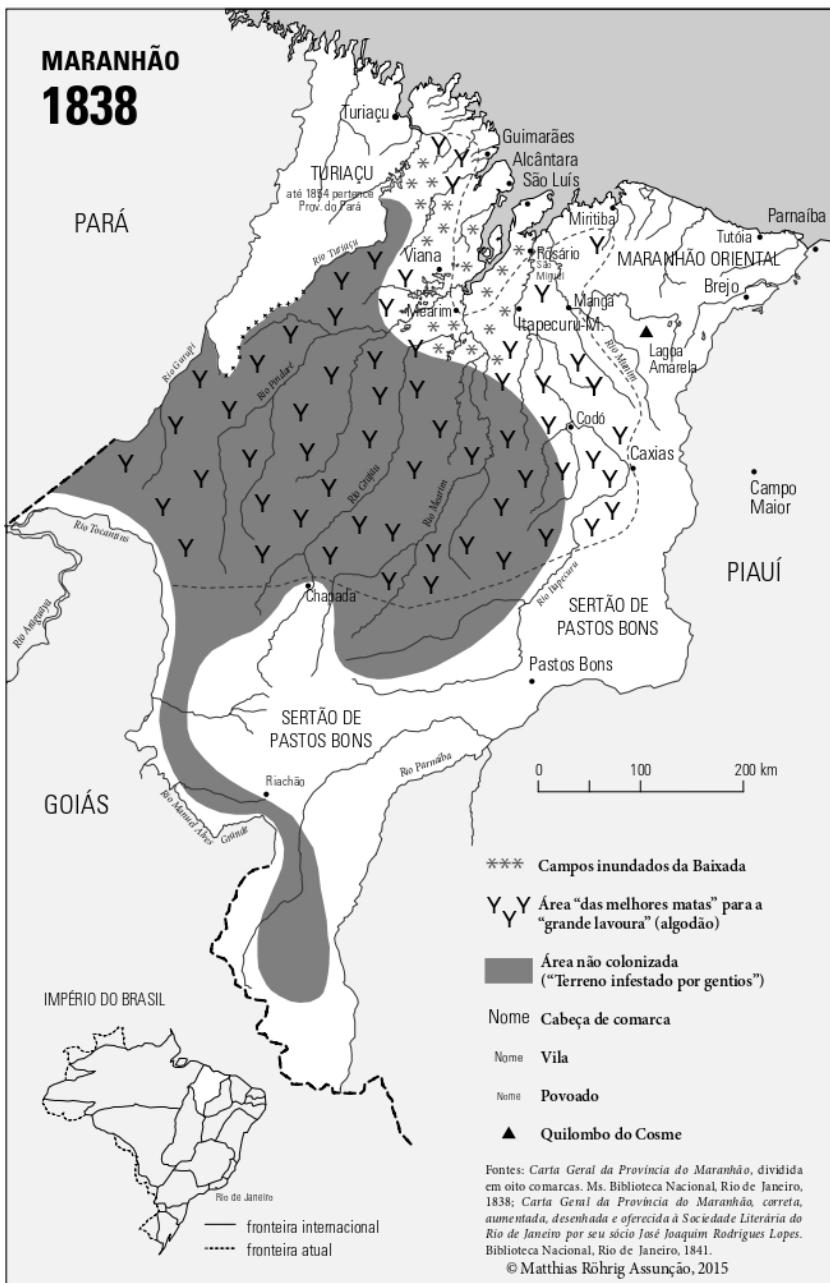
²⁸ É interessante, neste particular, o contraste com a Cabanagem no Pará. Conforme mostrou Pinheiro (2011), todas as lideranças livres dessa revolta foram firmes na sua defesa da escravidão.

Infelizmente, essa utopia não deu em nada. A curto prazo: os bem-te-vis, e outros movimentos similares foram derrotados, através de campanhas militares muitas vezes brutais, que não respeitavam os direitos da população, chegando até a episódios de massacres sistemáticos de famílias rebeldes. O general Luís Alves de Lima, o futuro duque de Caxias, curiosamente entrou na história como “pacificador”, pois a historiografia durante muito tempo reproduziu a “prosa da contra-insurreição”. Alves de Lima, na verdade fez de tudo para dividir o movimento e dividir o “povo de cor” através de várias estratégias. A longo prazo, a luta pela igualdade racial foi derrotada também ideologicamente, com o advento do racismo chamado “científico”, que dominou no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. O orgulho do “povo de cor” sofreu um revés considerável e a assimilação e o “branqueamento” tornaram-se ideologias hegemônicas no Brasil, orientando políticas públicas racistas por mais de cem anos.

A Balaiada é exemplo de um momento histórico singular, mas com alguns paralelos interessantes com os dias atuais. Vivemos hoje uma intensificação da luta por igualdade nos direitos de cidadania, negados aos negros e outros grupos subalternos. Esta luta teve alguns avanços importantes nas últimas décadas, mas também há o perigo de tremendos retrocessos. No momento estamos assistindo uma intensificação das batalhas ideológicas. Em disputa está, entre outras coisas, a interpretação das identidades raciais. Como os “pardos” (categoria estabelecido nos censos) são discriminados de maneira similar aos negros, faz sentido unir os dois e contrapor esse macro-grupo majoritário no Brasil aos “brancos”. Essa estratégia deu certo até determinado ponto. Mas resultou também numa tendência entre a militância antirracista a ler o Brasil exclusivamente em termos bi-raciais, supostamente para não dividir os grupos discriminados. Ainda que todos os mestiços/pardos estejam incluídos, teoricamente, no conceito “negro”, isso acabou invisibilizando

os povos indígenas e seus descendentes, os “caboclos”. Além do mais, como historicamente a miscigenação foi instrumentalizado pelos ideólogos do branqueamento, enfatizar ou até tematizar a mestiçagem acabou sendo visto como equivalente a aceitar o racismo estrutural e a hegemonia branca. Aqui parece que o Brasil está um pouco em descompasso com o resto da América Latina. Faz quase quarenta anos que Gloria Anzaldúa (2012) começou a refletir sobre “o novo mestiço”. Talvez essa leitura binária do Brasil como sendo composto unicamente por pretos e brancos corra o risco de não conseguir adesão da maioria da população, dada a diversidade das identidades existentes, a fragilidade da linha divisória entre brancos e não-brancos e os conflitos para determinar quem é ou não é “negro”. Por consequência, o tabu em torno dessas questões pode até enfraquecer a luta antirracista. Seria o caso de criarmos novas utopias para contrapor ao velho mito da democracia racial? Já houve várias tentativas nesse sentido. Gostaria de lembrar apenas uma. Lélia Gonzalez, na década de 1980, propôs e propagou o conceito de “Améfrica Ladina”. Como o “Povo de Cor” dos bem-te-vis, essa Amefricanidade era uma noção guarda-chuva, uma proposta abrangente, que tentou ultrapassar uma dicotomia racial rígida e basear-se na exploração colonial como critério de base, revelando processos similares no âmbito do continente americano (2018). Por isso acredito que Raimundo Gomes e a rebelião dos bem-te-vis ainda tenham algo a nos ensinar sobre a construção de uma utopia antirracista.

Mapa 1: Mapa da Província do Maranhão, 1838.



Bibliografia

- ABRANCHES, João Dunshee de. *O Captiveiro (Memórias)*. 2a edição, São Luís: Alumar, 1992. [1a ed., Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1941.]
- AMARAL, José Ribeiro do. *Apontamentos para a história da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão*. 3 vols., [São Luís], Maranhão: Tip. Alfaiatari Teixeira, 1898-1906.
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*. Paris: Firmin Didot, 1825.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera. The New Mestiza*. 4a ed., San Francisco: Aunt Lute Books, 2012.
- ARAUJO, Mundinha. *Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas – Negro Cosme: tutor e imperador da liberdade*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Documentos para a história da Balaiada*. Maria Raimunda Araujo (org.). São Luís: FUNCMA, 2001.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *A Guerra dos Bem-te-vis. A Balaiada na memória oral*. 2^a edição, São Luís: Edufma, 2008.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar à Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão.” In: Mônica Dantas (ed.), *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, pp. 295-327, 2011.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *De caboclos a bem-te-vis. Formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850*. 2a ed., São Paulo: Annablume 2018.
- BANTON, Michael. *Racial Theories*. Cambridge: CUP, 1987.
- BASTOS, Claudio, *Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, s/d. (aprox. 1994).

CARVALHO, Carlota. *O sertão*. Rio de Janeiro: Empresa Editores de Obras Scientíficas e Literárias, 1924.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *A liderança do clero nas revoluções republicanas, 1817-1824*. Petrópolis: Vozes, 1979.

COSTA, João Paulo Peixoto. *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*. Tese (doutorado) – Universidade de Campinas, 2016.

CRUZ, Magno José. A Guerra da Balaiada. A epopéia dos guerreiros balaios na versão dos oprimidos. Coleção Negro Cosme. 2a ed, São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), 1998.

DANTAS, Monica. “Epílogo. Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política do Império”, in DANTAS, Monica. *Revoltas, Motins, Revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 2a. ed., Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: EdUFMA, 2012.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão. 2a ed., Rio de Janeiro/São Luís: Livros do Mundo Inteiro/SUDEMA, 1970 [1a ed. Paris, 1818].

GALVES, Marcelo Cheche. “*Ao público sincero e imparcial*”: *Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826)*. São Luís: Café e Lápis, 2015.

GOMES, Flávio e XAVIER, Giovana. Entre cores e hierarquias inventadas: sobre taxonomias raciais e literatura em São Luís, 1865-1915. In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal, MARIN, Rosa e Azevedo;

PRADO, Geraldo (orgs). *Meandros da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005, p. 361-381.

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: *Primavera para as rosas negras. Lélia Gonzales em primeira pessoa*. Coletânea organizada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas. São Paulo: Diáspora Africana, p. 321-34, 2018.

GUHA, Ranajit. The Prose of Counterinsurgency. In: *Selected Subaltern Studies*. Ranajit Guha & Gayatri Chakravorti Spivak (eds.). New York: OUP, 1988.

HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon. The Cabanagem, Race, and Popular Culture in the North of Brazil, 1798-1840*. Cambridge: CUP, 2010.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórica e geográfica do Maranhão*. Lisboa: Typ. da Academia Real de Sciencias, 1822.

MOTA, Antonia da Silva & BARROSO, Daniel Silva. Economia e demografia no Maranhão e no Grão Pará: uma análise comparativa da estrutura de posse de cativos, 1785-1850. *Revista de História* (São Paulo), n. 176, 1-41, 2017

MORAES SILVA, Antonio de. Dicionário de língua portuguesa. Facsimile da 2^a ed. de 1813. 2 vols., Rio de Janeiro: Lito-Tipografia Fluminense, 1922.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais. A cultura política da Independência, 1820-22. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

OTÁVIO [de Langaard Menezes], Rodrigo. *A Balaiada, 1839. Depoimento de um dos heróis do cerco de Caxias sobre a Revolução dos Balaios*. Rio de Janeiro: Companhia Tipografica do Brasil, 1903.

OMI, Michael & WINANT, Howard. Racial formation in the United States. New York: Routledge 2015.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 2003.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de [Visconde de Araguaia]. *A revolução da província do Maranhão, desde 1839 até 1840: Memória histórica e documentada*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1858.

MARCONDES, Renato Leite. “Posse de cativos no interior do Maranhão (1848)”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 61 (2005), p. 169-186.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MORAES SILVA, Antonio de. *Dicionário de Lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: Litografia Fluminense [1813], ed. Fac-símile, 1922.

MOSHER, Jeffrey C. Political Mobilization, Party Ideology, and Lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822–1850, *Hispanic American Historical Review* 80:4 (2000), 879-912.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 4 vols., 2. ed., Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

OMI, Michel & WINANT, Howard, *Racial Formation in the United States*. 3. ed., New York: Routledge, 2015

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Cabanagem: percursos históricos e historiográficos. In: DANTAS, Monica. *Revoltas, Motins, Revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 201-231.

PORANDUBA. Poranduba Maranhense ou Relação Histórica da Província do Maranhão. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 54, 1, vol. 83: 9-277.

RAMINELLI, Ronald. The Meaning of Color and Race in Portuguese America, 1640-1750. *Latin American History*, Oxford Research Encyclopedias, 2019.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.

SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

SARNEY, José. Caxias e a Balaiada. *Revista da Cultura*. FUNCEB, Ano III, no. 5, p. 21-23, 2003. Disponível em: www.funceb.org.br/images/revista/14_8u5x.pdf Acesso em 23.8.2020.

SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VALADARES, Andressa. Após oficializado, Dia da Balaiada no Maranhão é celebrado na Assembleia Legislativa. Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 13/12/2017 14h34. Accessível em: <https://www.al.ma.leg.br/noticias/34924> (Acesso: 4.9.2020)

WELZ, Franka. Idioms of Racism. *Discourses on Race and Black Slavery in the Lusophone Atlantic, 15th – 19th Centuries*. Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de Essex, 2013.

As mulheres na Balaiada: presença e representações femininas no palco da guerra

Elizabeth Sousa Abrantes

Introdução

A Balaiada foi a maior e a mais importante revolta popular do Maranhão, tanto pela extensão do conflito como pela migração dele resultante. Alcançou também províncias vizinhas como o Piauí e o Ceará, onde apresentou algumas características específicas tanto da composição social dos rebeldes e suas lideranças, como nas motivações da luta. Essa guerra civil mobilizou milhares de sertanejos numa grande extensão do território maranhense, com os seus principais líderes oriundos das camadas populares, utilizando táticas de guerrilhas, as quais provocavam o deslocamento contínuo dos acampamentos balaios.

Nessa movimentação dos rebeldes circulavam também mulheres e crianças, que os acompanhavam por motivos diversos, constituindo o chamado “exército invisível”¹. Em vários registros das forças da legalidade ou dos rebeldes é possível perceber a presença desse contingente feminino, bem como a menção às famílias dos rebeldes, a exemplo da própria família de Raimundo Gomes, Comandante em Chefe das Forças Bem-te-Vis.

A historiografia sobre a Balaiada não tem dado a devida atenção a esse aspecto da mobilização dos rebeldes e da participação das mulheres no conflito. Nos ofícios das forças expedicionárias, os registros da presença feminina no palco do conflito mencionam a prisão de mulheres na

¹ Termo utilizado pela historiadora Maria Teresa Garritano Dourado, em sua obra *Mulheres Comuns, Senhoras Respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai* (2005).

condição de companheiras dos balaios e de emissárias entre os diferentes grupos rebeldes, a captura de mulheres escravizadas encontradas em companhia de outros escravos ou de suas proprietárias, a fuga de senhoras casadas e suas filhas para não se tornarem prisioneiras dos balaios, ou de sinhazinhas que teriam sido forçadas a se amasiarem com rebeldes. Em correspondências e proclamações dos balaios existem pedidos para libertação de mulheres bem-te-vis, a declaração de que as mulheres da situação (cabanas) serão respeitadas e que a guerra era dos homens.

A historiografia sobre a Balaiada não deu atenção a essa presença feminina no conflito, apesar dos indícios que aparecem nas fontes, seja das correspondências oficiais dos comandantes das forças legais ou dos líderes rebeldes, dos periódicos, das obras literárias e memorialistas. O objetivo deste estudo é analisar a presença feminina e suas representações no palco da guerra, quer seja das mulheres livres, libertas ou escravizadas, em suas diferentes condições étnicas e sociais, como mulheres da elite ou das camadas populares. Serão enfatizadas as formas de participação no conflito, com destaque para os olhares sobre essas mulheres sertanejas, especialmente as que participaram da luta ao lado dos rebeldes, aqui denominadas de « balaias » ou « bem-te-vis », constituidas por mulheres negras, mestiças, indígenas, caboclas, livres ou escravizadas.

Esta análise que enfoca mulheres na guerra é referenciada pelos estudos de gênero, como o saber sobre a diferença sexual, como o referente das relações sociais entre os sexos, e nessa perspectiva pretende romper com esse silêncio historiográfico que inviabiliza o conhecimento sobre a participação das mulheres nos processos e acontecimentos históricos, especialmente da vida pública, como os que dizem respeito aos conflitos armados, considerados palco da atuação masculina. Por ser uma pesquisa pioneira, se apresenta como uma abordagem introdutória, que abre caminho para um novo e fértil campo de estudos sobre a Balaiada,

apresentando diversas possibilidades de abordagens do tema, cujo desenvolvimento necessita de novas e mais aprofundadas pesquisas.

A Historiografia da Balaiada e o Silêncio sobre as Mulheres

A Balaiada foi a insurreição ocorrida entre os anos de 1838 a 1841 na província do Maranhão, principalmente na parte oriental, estendendo-se às províncias vizinhas do Piauí e Ceará. Dela, participaram os livres pobres (vaqueiros, campeses), os trabalhadores escravizados e quilombolas, fazendeiros liberais, Juízes de Paz, desertores da Guarda Nacional, pequenos comerciantes, tornando “impossível vincular as motivações rebeldes a uma única categoria social” (SANTOS, 1983, p. 52). Segundo cálculos do próprio governo provincial, ao longo dos dois anos de guerra a força rebelde totalizou cerca de 11 mil homens, e podemos considerar que nesse uso genérico da expressão “homens” estivessem incluídas as mulheres e as crianças, do contrário, o número de rebeldes foi muito maior que o estimado pelas autoridades.

A historiografia sobre a Balaiada tem ignorado até o presente momento a participação feminina no conflito. Desde a primeira obra escrita por Domingos Magalhães², *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*, publicada pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1848, a revolta tem sido apresentada como uma guerra de homens, mesmo com os registros que apontavam a presença feminina nos acampamentos, haja vista o quantitativo de mulheres que aparecem nas listas de rebeldes capturados. Apesar da pouca importância dada às mulheres no conflito, foi nessa obra inaugural da historiografia sobre a Balaiada que surgiu a versão

² Literato e poeta, integrante do corpo burocrático do Império, já havia ocupado cargos de destaque no exterior, quando veio para o Maranhão em fevereiro de 1840 compõe a comitiva do novo Presidente e Comandante das Armas da Província, o coronel Luís Alves de Lima e Silva, no cargo de secretário do governo.

da violência sexual contra mulheres pobres como motivo para a entrada na revolta de um de seus principais líderes. Segundo Magalhães (2001, p. 32), o defloramento das filhas do Balaio foi sua razão pessoal para engrossar as fileiras da revolta, tendo esse motivo de honra o tornado o mais cruel dos rebelados, pois « nenhum outro o avantajou nas crueldades, que muito o enfurecia a sede implacável de vingança » .

A narrativa é a seguinte: Balaio, de condição humilde, tem a sua honra ofendida quando o oficial Guimarães, que marchara com outros soldados para perseguir o grupo de Raimundo Gomes, ao passar pela sua choupana, deflorou as suas duas filhas ainda púberes. Ao saber dessa desgraça, jurou lavar com sangue a nódoa de suas filhas, chamando amigos e conhecidos para perseguir os soldados que causaram a sua desonra. A violência sexual foi entendida como um ataque também a sua própria gente, os livres pobres, e repetia a linguagem dos rebeldes que diziam que os homens da legalidade queriam exterminar os homens de cor (MAGALHÃES, 2001, p. 32).

Por mais que essa prática odiosa da violência sexual contra as mulheres pobres, negras e mestiças fosse costumeira naquela sociedade patriarcal e escravista, e despertasse muita indignação, essa ênfase dada pelo autor na vingança pessoal era uma forma de negar o caráter político da revolta, de atribuir a um ato irresponsável de um ou mais indivíduos a motivação para transformar um pacato pai de família e artesão em um dos líderes mais “ferozes” do conflito, desconsiderando as ações políticas das elites dirigentes que promoviam medidas odiosas para os livres pobres, a exemplo do recrutamento forçado.

Nas pesquisas de Assunção (1988, 1998), tanto nos documentos de arquivos como nas fontes orais³, o Balaio aparece como um pai que liberta os filhos recrutados. O episódio ocorreu no dia 22 de novembro de 1838, quando Francisco Ferreira, o Balaio, “armado de bacamarte, e dois terçados, a tomar da diligência o recruta seu filho Francisco Ferreira, que ia algemado [...]”⁴ (ASSUNÇÃO, 1998, p. 78). Na versão da memória oral:

Teve um tal de Balaio. Era um caboclo velho no tempo do Pega. Ele tava pra roça quando voltou tinham levado os filhos. Áí ele levou a força dele para cidade, quem tem machado levava, levava foice, facão, espingarda. Ele venceu, foi uma luta braba, muita gente andava mais ele. O Balaio trouxe os filhos de volta [...] (ASSUNÇÃO, 1998, p. 77).

Além da referência a esse episódio envolvendo a violência contra as mulheres pobres, como motivo para a entrada do Balaio na guerra, não comprovado em outras fontes, a obra de Magalhães apresenta ainda algumas poucas referências às mulheres, seja para ressaltar, carregando na tinta, a violência dos rebeldes contra mulheres indefesas que eram açoitadas ou manchadas em sua honra ante os olhos de seus progenitores, como também se referir a mulheres que eram mensageiras dos rebeldes ou a captura de mulheres e crianças no palco do conflito, as quais acompanhavam os rebeldes, como ocorrido nas matas do Egito e Curimatá, na província do Piauí, a 7 de maio de 1840, quando foram feitas prisioneiras 265 mulheres e 489 crianças (MAGALHÃES, 2001, p. 47 e 90).

Entre as obras clássicas sobre a revolta, que representam uma versão tradicional, a obra do maranhense José Ribeiro do Amaral, *Apontamentos*

³ A pesquisa com base na memória oral foi feita em 20 municípios do Maranhão oriental, em 1982, onde o autor recolheu depoimentos de pessoas idosas, constituindo uma memória coletiva e regional sobre a guerra da Balaiada, que na versão popular é conhecida como Guerra dos Bem-te-vis.

⁴ Carta do Alferes Angelo Batista Mendes, de 29.11.1838 (APEM).

para a *História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão*⁵, é a que mais traz indícios da participação feminina, especialmente no terceiro volume (1906)⁶ que trata do ano de 1840, no governo do coronel Luiz Alves de Lima e Silva. A narrativa apresentada é sobre a fase de maior êxito nas ações militares das tropas governistas e de enfraquecimento da luta dos rebeldes. Nos documentos oficiais consultados pelo autor, que corresponde às ordens do dia, relatórios e correspondências oficiais do presidente da província, são informados os rebeldes capturados, e entre estes são mencionadas mulheres e crianças.

Escrevendo sessenta anos após o conflito, Ribeiro do Amaral sustenta a tese de que a Balaiada foi fruto de um acervo de erros e imprudências acumulados nas administrações de Bibiano de Castro (1837) e Vicente Camargo (1838) e o seu estopim teria sido a desastrosa Lei dos Prefeitos e Sub prefeitos, que investiu homens ignorantes e prepotentes como Prefeitos municipais. Com base nos escritos de João Lisboa, feitos na *Crônica Maranhense*, procurou defender o partido Bem-te-vi das acusações de que era o responsável pela revolta.

Na obra de Amaral, as principais informações sobre a presença feminina são referências à captura e morte de mulheres, a transmigração de famílias, mulheres mensageiras, famílias dos rebeldes (inclusive a de Gomes), mulheres e crianças nos acampamentos, captura de mulheres escravizadas, e sobre « mulheres da situação », a exemplo da esposa do coronel Sérgio, Comandante das Forças Expedicionárias, que o acompanhou nessa campanha, ficando na vila de Itapecuru, e de D.

⁵ Sua obra, dividida em três volumes publicados em 1898, 1900 e 1906, contém vastas transcrições de documentos referentes a Balaiada, especialmente do jornal *Crônica Maranhense*, de João Lisboa, a quem devotava grande admiração.

⁶ O primeiro volume não faz menção às mulheres e o segundo volume traz informações sobre mulheres dos rebeldes e também comenta sobre a morte de D.Euzébia Maria da Conceição, importante senhora cabana da vila do Brejo, e da presença, na região do conflito, da esposa do coronel Sérgio, comandante das armas da província no governo de Manoel Felizardo de Souza e Melo (1839).

Euzebia Maria da Conceição⁷ (também chamada de dona Cabana), da vila do Brejo.

Esta infeliz e veneranda senhora, maior de oitenta anos, e que possuia para mais de cento e cinquenta descendentes, respeitável por todos os títulos, não poude, apesar disso, escapar à sanha daqueles canibais.

Sabedora da aproximação dos rebeldes, procurou ocultar-se nas matas, onde sendo afinal descoberta cortaram-lhe uma orelha e uma das mãos que, por escárneo, foram levar a seu filho, o mesmo capitão-mor⁸! (AMARAL, 1900, p. 26).

Segundo depoimento obtido por Mathias Assunção (1988, p. 204), em sua pesquisa sobre a Balaiada na memória oral, não foi a mão de D. Euzebia que os rebeldes exibiram como troféu pelas ruas de Brejo e, sim, a genitália. « A Euzeba Maria: era chamada de Dona Cabana. Esticaram a coisa dela pro Severino Olhar ».

O fim dado a Euzébia Maria adquire significado neste contexto. A violência rebelde dirige-se antes de tudo contra escravocratas ou autoridades que tinham se destacado por suas crueldades e maus-tratos, seja contra seus escravos, seja contra seus subordinados caboclos. Nesse sentido não é uma violência primeira, mas uma reação contra outras violências anteriores. A Balaiada foi um autêntico momento de inversão em que o perseguido de ontem virou perseguidor, e vice-versa. Quem sangrava seus escravos foi sangrado, quem « espichava o couro » - punição comum para negro quilombola - era espichado também. Os bem-te-vis não fizeram nada mais do que satisfazer às aspirações de justiça das classes mais oprimidas da sociedade. Pena de talião, sem dúvida, mas haveria outra opção em uma sociedade em que a justiça era subjugada aos interesses dos senhores de escravos e potentados locais? (ASSUNÇÃO, 2008, p. 192).⁹

⁷ Era uma senhora portuguesa octogenária, sogra do coronel Severino Alves de Carvalho, prefeito da comarca do Brejo e mandatário dessa região desde a época da Independência.

⁸ Refere-se ao seu filho Valério Alves de Souza.

⁹ Há um episódio de crueldade de dona Euzébia, relatado na obra de Assunção (1988, p. 205), que expressa seu mandonismo na região de Brejo como matriarca de uma poderosa família escravocrata, de ascendência portuguesa,

As mulheres continuaram aparecendo timidamente nos escritos pioneiros sobre a Balaiada, como na obra *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil* (1924), da escritora Carlota Carvalho. As poucas referências às mulheres são feitas ao comentar as medidas repressivas das forças da legalidade, como no caso das pessoas denominadas fugíveis, ou seja, aquelas que fugiam para não acompanhar nem os bem-te-vis nem os cabanos. A autora diz que eram severamente castigadas ao serem descobertas, sendo sangradas na jugular como punição da dúvida legalidade, além de práticas de torturas para forçar as mulheres e os meninos a mostrarem dinheiro e joias enterrados. “Nem vidas, nem bens, nem pudor foram poupadados. Idade e sexo não merecem comiseração” (CARVALHO, 2006, p. 184).

A escritora Carlota Carvalho se refere ao período final da guerra, em que um grande contingente de mulheres, crianças e homens tentavam escapar para salvar as suas vidas, deixando tudo quanto possuíam em bens em poder dos legais, na tentativa de atravessarem a fronteira com o Tocantins. “Espavoridos e consternados, sem haveres, sem roupa, sem joias nem dinheiro, sem ter o que comer, esses proscritos tinham por único conforto os ardores de uma fé religiosa que o crisol da desgraça fundiu em delírio religioso”. A autora dá um destaque para o sofrimento das mães, ao dizer que “tinham visto morrer no suplício o filho ou filhos inesquecíveis, dilaceradas as carnes pela vergasta do soldado desumanizado pela educação da caserna” (CARVALHO, 2006, p. 185).

em que teria pisado na cabeça de um rebelde. “Á a Euzeba pisou na cabeça dele e dizia: Antônio João, tu é que vinha para acabar com o Brejo!”. Esse episódio pode estar relacionado ao líder rebelde Antônio João Damasceno, em julho de 1832, durante a fase final do movimento da Setembrada, em que a luta prosseguiu no interior sob o comando de Damasceno, o qual foi morto na vila de Brejo. O gesto de pisar na cabeça para humilhar um inimigo era um ato simbólico para mostrar quem mandava e que estava esmagando aquela rebelião, tornando um exemplo para os demais que tentassem. Esse assassinato, possivelmente do líder Damasceno, deve ter deixado uma viva lembrança nos caboclos da região, como símbolo da opressão daquela senhora e do potentado que representava, os quais buscaram sua vingança anos depois, na guerra da Balaiada, pela forma como perseguiram e mataram d. Euzzébia.

A obra de Carlota Carvalho possui algumas singularidades, por ser a primeira mulher a escrever sobre a Balaiada, por ser uma intelectual do interior do Maranhão, escrevendo a partir da ótica sertaneja e por representar o primeiro olhar de simpatia aos balaios, com uma escrita favorável aos rebeldes, ao considerá-los como “corajosos, intrépidos, leais, dedicados, saídos das classes laboriosas e honestas – agricultores, vaqueiros, fazendeiros e trabalhadores rurais, brasileiros muito nativistas” (CARVALHO, 2006, p. 113). Homens que seriam em sua maioria, gente trabalhadora e honesta. A família da escritora era de origem baiana, vivendo no Sul do Maranhão, região conhecida genericamente como “Pastos Bons”, e o seu contato direto com o meio e com descendentes de participantes da luta deu-lhe uma visão mais humana do conflito e dos seus combatentes.

A obra *A Balaiada*, de Astolfo Serra (1946), também traz uma abordagem mais favorável em relação aos balaios, procurando tirar dos rebeldes a imagem de bandidos e criminosos que a historiografia mais conservadora lhes tinha imputado, e encontrar as razões que provocaram a insurreição de “caboclos pacatos, negros trabalhadores, vaqueiros dedicados ao pastoreio, índios mansos e acostumados a lides roceiras” (SERRA, 2008, p. 152). A obra utiliza especialmente as fontes bibliográficas, e a menção que faz às mulheres é retirada da obra de Ribeiro do Amaral, quando fala da morte de mulheres e crianças a mando do Balaio, na segunda tomada da cidade de Caxias, em outubro de 1839.

As obras acadêmicas pioneiras¹⁰, com as suas abordagens revisionistas, também não abordaram a questão feminina no conflito. As

¹⁰JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Balaiada: ação e exploração**. Revista de História, USP, v. 52, n. 13 (1975), v. 1, São Paulo, p. 343-365; SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 1981(1^a edição 1983); OLIVEIRA, Maria Amélia Mendes Freitas de. **A Balaiada no Piauí**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983 (1^a edição 1987); DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaio e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985 (1^a edição de 1996);

poucas referências à participação feminina estão contidas nas listas de rebeldes apreendidos ou em alguns escassos comentários sobre famílias de rebeldes encontradas nas matas, mulheres e crianças servindo como correios para os rebeldes, mas sem que a participação das mulheres seja problematizada como objeto de análise.

A Participação Feminina na Balaiada

A guerra tem sido representada historicamente como uma prática masculina, como a expressão máxima da virilidade, e seu triunfo. Nas obras memorialísticas, historiográficas, assim como na iconografia, sobressai o protagonismo dos homens, com destaque para os feitos heroicos dos comandantes. No entanto, as mulheres tem sido presença constante nos conflitos armados ao longo da história, participando como combatentes, como enfermeiras, ajudantes ou em outras funções. As mulheres também são as maiores vítimas da violência dos conflitos, seja como civis ou soldadas.

Na obra *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na guerra do Paraguai*, a historiadora Maria Teresa Garritano Dourado¹¹ (2005) investiga a presença feminina nesse conflito sul americano, um tema pouco abordado na historiografia brasileira, preocupada com a história militar, política e diplomática que privilegia a participação masculina no palco da guerra. Como explica a autora, a história da guerra tem sido tradicionalmente escrita por homens, que ignoram sistematicamente a presença feminina nos conflitos, e quando são mencionadas, geralmente, é por meio de representações de fragilidade

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *A Guerra dos Bem-te-vis: a balaiada na memória oral*. São Luís: SIOGE, 1988; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. *A Balaiada no sertão: a pluralidade de uma revolta*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 1999.

¹¹ A historiografia sobre a guerra do Paraguai tem uma produção considerável de obras, sendo o trabalho de Dourado pioneiro na abordagem sobre a participação feminina no conflito.

ou de heroísmos maternais, na busca por sobrevivência e proteção de seus filhos.

A pesquisa de Dourado constatou a participação das mulheres em diferentes condições perante as forças oficiais¹² e de diversas camadas sociais, desde as pertencentes à elite, as chamadas “mulheres respeitáveis”, esposas de oficiais graduados, até as “mulheres comuns”, que eram a maioria, e sobre as quais o silêncio historiográfico se fez ainda mais forte¹³. Em seu prefácio à obra, Jérri Roberto Marin destaca a ênfase da autora nas mulheres anônimas que acompanhavam os combatentes por motivações diversas, sejam econômicas, políticas ou afetivas, e que « apesar dos silêncios e lacunas das fontes oficiais e da historiografia, as mulheres participaram ativamente do conflito como também no pós-guerra. Pela presença numerosa, formavam “exércitos invisíveis” que, na retaguarda ou ao lado dos exércitos, davam um suporte imprescindível aos militares e civis” (Prefácio. DOURADO, 2005, p. 9).

Quando se fala em guerras dos séculos passados, imaginam-se sempre homens marchando a pé ou a cavalo, em situação de combate. Esquecendo que as mulheres, muitas vezes com filhos, acompanhavam seus maridos soldados e, como não havia abastecimento regular das tropas, muitas trabalhavam, alimentando, socorrendo, plantando, lutando, ou mesmo comercializando gêneros de primeira necessidade. Viviam ocupadas demais em manter todo aquele aparato de guerra. De fato, a atuação feminina, sempre na retaguarda, não aparece como elemento que teve sua importância nas batalhas. Mas as mulheres lá estiveram, e pouco se sabe sobre elas. Presença extra-oficial, testemunhas silenciadas no tempo, exército sem nome, todos esses termos despertam a curiosidade. Afinal, se a Guerra do Paraguai contra

¹² As *destinadas* (parentes de réus políticos, desertores e traidores da pátria, que por isso eram castigadas e obrigadas a marchar pelo interior do país por pertencerem a famílias de conspiradores) e as *residentas* (heroicas mulheres cujos parentes estavam em bons termos com Lopes e que seguiam o exército pela convicção de que nele se corporificava a nação) participaram em todos os momentos do conflito (DOURADO, 2005).

¹³ A autora analisa as matriarcas, patriotas, andarilhas e vivandeiras, fugitivas, viúvas e descendentes de combatentes.

a tríplice Aliança ainda é pouco conhecida, a presença feminina o é muito mais. Incluída entre índios, velhos e crianças, formava um exército «invisível», que se tornou imprescindível por ocasião do desenrolar da guerra (DOURADO, 2005, p. 23 grifos meus).

As novas abordagens propiciadas pelos campos de estudos da História das Mulheres e das Relações de Gênero têm renovado as pesquisas sobre as guerras, dando visibilidade a participação feminina nos conflitos bélicos. Na historiografia brasileira recente, cresce o número de trabalhos que visam analisar a participação das mulheres nas guerras de independência¹⁴ e nos conflitos internos e externos que marcaram o século XIX, a exemplo da presença feminina na Revolução Farroupilha¹⁵, na revolta da Cabanagem¹⁶ e, principalmente, na guerra do Paraguai¹⁷. Algumas pesquisas de caráter ensaístico ou de resultados parciais de pesquisas de dissertações e teses em desenvolvimento, apresentadas e publicadas em Anais de congressos de História ou em artigos de revistas especializadas, tem desvendado novos olhares sobre as fontes históricas dos diversos conflitos ocorridos no Brasil imperial, desconstruindo o mito de fragilidade e passividade das mulheres, apresentando seu protagonismo e resistência nos palcos das guerras.

É nessa perspectiva do chamado “exército invisível” constituído pelas “mulheres balaias e/ou bem-te-vis” que procuramos analisar a participação feminina no conflito e as representações que foram feitas

¹⁴ Conferir a obra pioneira de Maria Lígia Coelho Prado. *Em busca da participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina*. Rev. Bras. de Hist. São Paulo, v. 1, n. 23/24, pp. 77-90, set.91/agosto92; e a obra de Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. *Os esquecidos no processo de independência: uma história a se fazer*. Almanack, Guarulhos, n. 25, 2020, p. 1-44.

¹⁵ Destaque para a obra organizada por Hilda Agnes Hübner Flores et al (Org). *A mulher no período farroupilha*. Porto Alegre: Tchê, 2003.

¹⁶ Cf. FERREIRA, Eliana Ramos. *As Mulheres na Cabanagem: presença feminina no Pará insurreto*. XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

¹⁷ Ver a pesquisa de Ana Maria Colling. *As chinas gaúchas: a invisibilidade do feminino na Guerra do Paraguai*. Anais do XII Encontro Estadual de História, ANPUH/RS, São Leopoldo, 11 a 14 de agosto de 2014, p. 1-12, e de Hilda Agnes Hübner Flores. *Mulheres na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

sobre elas, tanto no discurso oficial das autoridades e comandantes das forças legais, como também dos próprios rebeldes, por meio dos poucos registros produzidos por seus líderes.

Como já mencionamos anteriormente, o autor Ribeiro do Amaral é quem mais traz registros sobre a participação das mulheres no conflito da Balaiada. Sua obra, composta de três volumes, traz a narrativa do conflito com destaque para as batalhas, baseando-se em documentos como ordem do dia, ofícios trocados entre autoridades e proclamações dos rebeldes.

Ao longo da guerra civil, os rebeldes balaios se movimentaram pelo território em combates com as forças legais, em uma luta de guerrilhas, mas também fizeram acampamentos onde passavam algum tempo sem os combates. Nesses acampamentos, erguiam barracas de palha (folhas de palmeiras) onde muitos viviam com as suas famílias, por essa razão os registros se referem à captura de muitas mulheres e crianças quando atacavam esses refúgios dos balaios.

O número de rebeldes nos diversos grupos sob o comando de algum líder era bastante expressivo, como indicam as fontes oficiais, em média com 500 rebeldes, mas havendo grupos muito maiores, com cerca de mil rebeldes. Pelo número de barracas também é possível fazer um cálculo estimado sobre a quantidade de balaios. A informação contida na *Ordem do Dia* nº 51, de 06 de agosto de 1840, informa que uma partida comandada pelo tenente Conrado José de Lorena Figueiredo bateu, em Santa Rosa, um grupo de rebeldes e negros insurrecionados, os quais resistiram por duas horas, mas diante da iminente derrota incendiaram o seu abarracamento que continha para mais de seiscentas barracas de palha e fugiram dispersos pelos matos. Nessa batida, foram feitos prisioneiros 03 rebeldes e uma mulher que os acompanhava (Apud AMARAL, 1906, p. 54-55). Considerando esse acampamento com 600

barracas e estimando que existiam famílias nesse meio, isso pode indicar acampamentos com mais de mil pessoas.

Em outro registro, são mencionadas dois acampamentos dos balaios, cada qual com mais de 300 barracas, que logo foram incendiadas (Ordem do Dia nº 63, de 12 de novembro de 1840 apud AMARAL, 1906). Após a restauração da vila de Tutóia ocorrida em 18 de novembro de 1840, depois de oito meses sob poder dos rebeldes, os balaios se retiraram “consumindo tudo quanto pudesse servir de provimento de boca às tropas, e de transporte para a *bagagem de tantas famílias*” (Ofício do major Firmino José da Silva Braga, de 05 de dezembro de 1840, ao presidente da província. Apud AMARAL, 1906, p. 90-91 grifos meus). O documento faz referência às famílias dos balaios, o que comprova que as mulheres acompanhavam maridos e companheiros, levando consigo também as crianças. Sem falar naquelas que nasceram nesses acampamentos, como indica a informação de que foi encontrada uma criança de seis meses, filha do chefe Valério, quando as forças legais atacaram os rebeldes na madrugada do dia 11 de outubro de 1840, na fazenda Sítio, na província do Piauí (Ordem do Dia nº 63, de 12 de novembro de 1840 apud AMARAL, 1906, p. 80).

A própria família de Raimundo Gomes, um dos principais líderes da revolta, que se autodenominava Comandante em Chefe das Forças Bem-te-vis, também aparece nos registros, ao ser mencionada a captura de um rebelde que era o bagageiro de Gomes, aquele que era responsável pela bagagem que continha os objetos pessoais e também o arquivo das correspondências dos rebeldes (AMARAL, 1906, p. 62).

Nesse episódio, ocorrido no início de agosto de 1840, Raimundo Gomes fugira às pressas com a sua família para Bella Água. O próprio Gomes, em um ofício a outro comandante da Força Bem-te-vi, após essa fuga às pressas com a sua família depois desse ataque das forças legais,

fala do seu sacrifício, ao colocar à disposição da luta a sua própria vida, correndo o risco de perder o amor de sua família devido os sacrifícios que fazia pelo amor à pátria (Ofício do Rebelde Raimundo Gomes ao Comandante de uma Força Bem-te-vi Apud APEM, 2001, p. 289).

A guerra é frequentemente vista como um conflito entre homens. Os rebeldes, em alguns documentos dirigidos às autoridades, faziam questão de demonstrar que “a guerra só era com os homens”¹⁸ e que não defloraram donzelas e nem desacreditaram senhoras casadas, como consta no ofício dos comandantes das Forças Bem-te-vis ao tenente José Thomas Henriques, datado de 26 de setembro de 1840. Neste documento consta o pedido para que libertem as mulheres dos Bem-te-vis que haviam sido feitas prisioneiras, e que também se lutasse de maneira justa, dentro da lei, sem queima de casas e nem « bulir com as famílias, que mulheres não tem partido e nem as crianças inocentes ». Também recriminavam o tratamento que as forças legais davam aos bem-te-vis capturados, matando e surrando, em uma demonstração de que não se tratava mais de uma guerra entre grupos rivais, mas de uma tentativa de eliminação dos caboclos. Vejamos esses trechos do documento:

[...]e ainda não roubamos e nem defloramos senhoras donzelas e nem desacreditamos senhoras casadas antes temos sido comandante de pontos onde existiam muitas senhoras mulheres e filhos de Cabanos e sempre as tratamos com todo o respeito e sempre as favorecemos naquilo que podíamos e era do nosso dever e os escravos dos Cabanos que nós sabíamos deles os mandava os ajuntar e os entregavamos as suas senhoras e aqueles que não tinham senhoras e que andavam absolutos os ajuntavamos e metíamos feitor e os mandava trabalharem nas lavouras de seus senhores e a guerra só era com os homens e esses mesmo eram debaixo das leis não haviam despotismo só morriam os que morriam na ação do fogo e já hoje vejo todos os Bem-te-vis

¹⁸ Ofício de 26/09/1840 firmada por sete oficiais bem-te-vis e endereçada ao tenente José Thomas Henriques e integrantes do Partido da Legalidade (Apud. APEM, 2001, p. 278).

que V. Senhorias pegam é matando e surrando em formas que os Bem-te-vis por verem esse despotismo muitos já estão fazendo o mesmo já nos parece Ilmo. Senhores que isto não he mais guerra sobre partidos públicos já parece ser uma vigança que V. Senhorias estão tomando com os caboclos [...] e assim Ilmo. Senhores acho de bem que V. Senhorias despachem as mulheres dos Bem-te-vis que V. Senhorias tem em seus poderes para virem para suas casas a fim de cuidarem em trabalharem e V. Senhorias podem mandarem as suas senhoras para suas casas que nós com elas não contendemos e podem mandarem os seus escravos trabalharem nas suas propriedades e aqueles escravos que existirem em nosso poder nós os entregamos aos seus senhores ou seus administradores e já assim poderão as senhoras mulheres viverem no seu descanso e os homens conseguirão com as suas obrigações pois aqueles que tiverem razão Deus os há de favorecer[...] (Apud APEM, 2001, p. 277-279).¹⁹

Da parte das forças legais, os comandantes também enfatizavam que tratavam bem as mulheres de rebeldes que eram capturadas, a fim de demonstrar a boa vontade das tropas do governo e, assim, atrair os chefes rebeldes para o lado da legalidade (ASSUNÇÃO, 2011, p. 315). Nessa batalha discursiva, os combatentes atribuíam sempre aos adversários a violência contra as mulheres, tanto as que ocorriam nos campos de batalha como fora deles.

Mas ao contrário do que dizia os documentos oficiais, especialmente na fase final da guerra, milhares de mulheres e crianças se escondiam nas matas fugindo da repressão das forças legais. Nas listas de rebeldes capturados, é expressivo o número de mulheres, como mostra a pesquisa da historiadora piauiense Claudete Miranda Dias, *Balaios e Bem-te-vis a guerrilha sertaneja* (1996). Em uma das listas de 1840, dos indivíduos apreendidos nas explorações que sucederam ao ataque a Curimatá, Egito

¹⁹ A grafia dos documentos foi atualizada.

e mais pontos, são registrados 498 mulheres prisioneiras e 686 crianças (DIAS, 2014, p. 287).

Em um ofício encaminhado ao comandante das forças expedicionárias, Tenente coronel Francisco Sérgio de Oliveira, há o relato da prisão da mulher do rebelde Matias, dito como um cabecilha, a qual foi encontrada com uma escrava e dois escravos. O comandante diz que permitiu que a mulher, com os escravos, voltasse para a sua casa, e a tratou bem, tentando convencê-la de que era útil tanto para ela quanto para o seu marido que se apresentasse. Mas antes de libertá-la fez questão de lhe mostrar toda a força do aparato militar para impressioná-la, para que transmitisse ao seu marido esse recado sobre a força bélica das tropas legais (Ofício do Comandante da Coluna em Frente ao Comandante das forças Expedicionárias Apud APEM, 2001, p. 166).

No relato sobre a expedição de Angicos, ocorrida em abril de 1839, o comandante informava que as tropas legais marcharam para Chapadinha para combater os rebeldes, mas antes de entrarem foi expedido um ofício aos rebeldes ordenando a evacuação da povoação a fim de resguardarem as mulheres das consequências do combate (AMARAL, 1900, p. 16). Essa preocupação em afastar as mulheres das batalhas, sejam as mulheres dos rebeldes ou as moradoras das vilas e povoações, indica a ideia de que o conflito armado deveria ser travado entre os homens. No entanto, o fato da documentação não informar a existência de mulheres combatendo ao lado dos homens não significa que tal possibilidade não existisse.

As “representações femininas partiam de olhares masculinos, que reprovavam a participação das mulheres nas guerras, por ultrapassarem espaços que seriam reservados exclusivamente aos homens”. A presença feminina no campo de batalha colocava por terra os modelos de feminilidade, sendo “considerada anárquica, ameaçadora da ordem social, sexual e política. Ao ultrapassarem os limites, ameaçavam os poderes

masculinos, as hierarquias, as regras e os valores da sociedade” (Prefácio DOURADO, 2005, p. 9).

Segundo Almeida (1998, p. 114), “em meados do século XIX, a ex-colônia, ainda sob valores monárquicos, estabeleceu um padrão de mulher frágil e abnegada, comportamento pregado inicialmente às moças de boa família para, em seguida, deslocar-se para as classes trabalhadoras.”

As imagens femininas, presentes no imaginário social do século XIX, apresentavam as mulheres como seres amáveis, dóceis, frágeis, inferiores, submissas, sendo essas características vistas como “naturais” ao sexo feminino. O jogo de palavras, de gestos, de olhares, enfim, de sinais, criavam um ambiente propício a moldar as meninas desde pequenas para um destino que a sociedade e seus ideólogos, os homens, consideravam o ideal para a manutenção da ordem e do poder. As características físicas inerentes aos dois sexos serviam de justificativa para as funções que deveriam desempenhar na sociedade.

[...] *o braço do homem anuncia por sua fortaleza que o céu o destinara para embrigar armas, despajar montes e selvas, cruzar mares e arrancar os segredos da terra; melindroso e torneado, o braço da mulher mostra com sua brandura e beleza que foi feito para os amplexos (sic) dos filhinhos e do esposo...;*; pouco saliente e de ordinário povoado de cabelos o peito do homem parece um escudo colocado pela natureza a servir de guarda ao coração; ao passo que avultado e formosíssimo o peito feminil ostenta-se com a fonte da vida, onde bebemos nosso primeiro alimento, como o depósito de caprichosos afetos. (A Nação, 18.02.1870 grifos meus).

Segundo esse discurso, aos homens os atributos da força e da coragem os tornavam aptos para a guerra, onde poderiam demonstrar sua virilidade, e às mulheres uma anatomia que as destinava à maternidade, razão pela qual consideravam a presença feminina nos campos de batalha

como um desvio de sua “natureza”, sendo toleradas naquelas funções de cuidado, especialmente como enfermeiras.

Segundo Bertaud (2013, p. 74), se referindo à França (sob os governos da monarquia, da república e do império), no século XIX a identidade masculina se adquire na caserna, sendo proporcionada a milhões de jovens. “A força e resistência ao cansaço, a aptidão para superar o sofrimento físico e a dor moral, enfim, a aceitação de derramar seu sangue para a defesa do país são um conjunto de qualidades viris que encontram sua completa satisfação no estado militar”. Quanto às mulheres, são proibidas de entrarem nos exércitos, embora povoem a imaginação masculina nos campos de batalha. “Fala-se ainda mais delas porque o exército é um espaço quase que completamente fechado às mulheres. As únicas a serem admitidas pela autoridade militar são as vivandeiras e as lavadeiras. Sua presença, no entanto, é percebida como carregada de perigo moral” (BERTAUD, 2013, p. 89).

Na guerra da Balaiada, uma guerrilha camponesa, o cotidiano do conflito impunha outra dinâmica, diferente da guerra entre dois exércitos profissionais, em que a presença não só de mulheres, mas dos seus filhos, era uma realidade. Essa presença foi registrada nos documentos dos comandantes das forças legais e dos rebeldes bem-te-vis. Os registros informam sobre as mortes de mulheres e crianças no conflito, além dos aprisionamentos, como ocorrido no acampamento das Frecheiras, em junho de 1840, em que a partida comandada pelo major João Martins Ferreira descobrira um grupo de rebeldes fugindo pelas matas e atirou em sua direção, conseguindo dispersá-los e atingir mortalmente 3 rebeldes e 4 mulheres, “das muitas que os acompanhavam” (AMARAL, 1906, p. 49). Nota-se que as mulheres são contadas separadamente, mesmo estando entre os rebeldes.

As mulheres balaias foram retratadas de maneira muito pejorativa no depoimento do militar Ricardo Leão Sabino (1814-1902)²⁰, que participou do combate aos balaios no cerco da cidade de Caxias, em 1839. É uma narrativa contada a partir da ótica do vencedor, que procura exaltar os seus feitos “heroicos”.

Ao narrar a segunda entrada do Balaio na cidade de Caxias, ocorrida em 9 de outubro de 1839, Sabino faz uma descrição horrível do Balaio e dos seus companheiros, com destaque para as mulheres que os acompanhavam, não poupando nos adjetivos negativos e ofensivos. Diz que depois que o Balaio “chegou com sua capangada imunda e sanguinária” na cidade, invadiu o templo religioso e obrigou o padre a recomeçar a missa. Além disso, atendendo ao pedido de “algumas caboclas” que queriam se casar, mas precisavam de dote, prometeu que daria casas como dote. “Ordenou então ao miserando capelão que casasse aquelas *horíveis mulheres* e, depois de casadas, trazendo-as para a porta da igreja, foi-lhes distribuindo as casa do largo de São Benedito, indicando-as com as mãos tintas de sangue: - ‘Aquelhas duas são para ti, Zabé; aquelas outras para ti, Maria’, e assim, até aquinhoar todas as noivas” (OTÁVIO, 1995, p. 47 grifos meus).

O relato também fala que o Balaio foi atingido por balas, e que os seus companheiros, vendo-o ferido, enfureceram-se e arrombaram as portas da forte habitação do coletor, matando quantos encontraram, apenas poupando as mulheres. O Balaio morreu dias depois pela gangrena do ferimento. Nessa descrição, feita por um agente da repressão aos balaios e que nutria um sentimento de rancor com os rebeldes, mesmo ao procurar

²⁰ O depoimento do major Sabino foi dado ao pesquisador Rodrigo Otávio entre 1890 e 1892, o que resultou em uma Memória lida na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1901, publicada no tomo 65 da Revista deste instituto, em 1903. Foi reproduzida no Jornal do Comércio em seus números 2 de janeiro, 22 de fevereiro e 9 de março de 1903, até receber sua primeira edição em livro pela Editora Imprensa Nacional, em 1942, com o título *A Balaíada - 1839: depoimento de um dos heróis do cerco de Caxias sobre a revolução dos “balaios”*.

destacar a violência praticada pelos balaios, reconhece que pouparam as vidas das mulheres.

O depoimento de Sabino, sempre destacando seu protagonismo, diz que ao seu comando « um numeroso grupo de senhoras formou um operoso laboratório de munições : umas derretiam o metal e fundiam balas, outras fabricavam cartuchos, que outras iam enchendo de pólvora e outras ainda arrumando e dispondo nos cunhetes », dando a entender que mulheres participaram dos esforços de guerra em Caxias quando a cidade foi sitiada (OTÁVIO, 1995 p. 24).

A narrativa de Sabino se assemelha a de Gonçalves de Magalhães no olhar preconceituoso sobre os balaios, e pretende ser uma crônica do campo de batalha, sendo apropriada mais tarde pelo escritor Viriato Correia, que ao escrever o seu romance histórico intitulado *A Balaiada: romance do tempo da Regência* (1927) se baseou no discurso desse militar, o colocando como o principal protagonista no comando das forças legais nas batalhas travadas na cidade de Caxias.

A Balaiada foi uma guerra rural, camponesa, que durante dois anos manteve parte da província em intensa movimentação de batalhas. A vantagem dos rebeldes, e que lhes garantiu muitas vitórias no primeiro ano de guerra, foi o fato de conhecerem bem o terreno em que se desenvolvia o conflito, uma vez que « nascidos e criados por esses sertões, melhor conheciam os trilhos e refúgios », enquanto as tropas do governo, « pela maior parte expedicionárias de outras províncias, estranhavam o clima e o terreno, adoeciam com muita facilidade, e constantemente um terço delas estava impossibilitada de servir [...] » (MAGALHÃES, 2001, p. 56). Também havia a estratégia dos rebeldes de subdividirem as suas forças, forçando as forças legais a esse « retalhamento », e fugirem sempre depois dos primeiros combates, evitando uma batalha prolongada, numa estratégica guerra de guerrilha.

Essa desvantagem das forças legais fez com que o comandante das Armas, coronel Francisco Sérgio de Oliveira²¹ decretasse uma ordem marcial. Segundo sua avaliação, a população da Província era, então, composta por duas classes, a primeira “mais grada” e a segunda de “gente mais baixa”. A primeira classe ou era conivente ou indiferente aos rebeldes, e a segunda era uma massa de oposição ao governo. Essa avaliação leva-o a tomar uma medida extrema, através do Edital de 26 de outubro de 1839, onde ordenou:

- 1º - Que todos os homens válidos se apresentassem nas fileiras legais, sob pena de serem tratados como rebeldes;
- 2º- Tratar como feras e arrasar as propriedades dos rebeldes, dos indiferentes e dos que se ocultassem para não militarem com os legais (Apud. CARVALHO, 1924, p. 135).

Essa medida do comandante em chefe das Forças legais, declarava como criminosos:

- Os que tinham pegado em armas;
- Os indiferentes ou neutros;
- Os medrosos que se ocultavam para não acompanhar bem-te-vis nem cabanos. Criou três classes de delinquentes, que deviam ser punidos com a perda dos bens e tratados como feras: ativos, passivos e fugíveis (CARVALHO, 1924, p. 136).

O coronel Sérgio de Oliveira²² foi bastante criticado ao longo de seu comando das forças legais, seja pelas autoridades, especialmente o presidente da província Manoel Felisardo de Sousa e Melo, com quem

²¹ O Coronel Sérgio Oliveira chegou ao Maranhão em fins de julho de 1839, demorou a ir para o palco da revolta. Sua atuação à frente das tropas foi marcada por avanços e recuos que logo receberam severas críticas da oposição e até do governo provincial.

²² Sua investidura como Comandante das Forças Expedicionárias do Maranhão ocorreu em 08 de agosto de 1839.

houve desinteligências, como pela oposição liberal, especialmente o jornalista João Lisboa. As críticas recaíam sobre sua insegurança na tomada de decisão, o não conhecimento do terreno em que se davam as operações militares, a ponto de ser chamado de « espantalho militar » (Apud. AMARAL, 1900, p. 165). O estopim dessa tensa relação entre as duas principais autoridades da província foi a decretação do edital que impunha uma lei marcial, não aprovada pelo presidente. Outro fato que deu motivo para muitas críticas a este comandante foi ter gastado tempo em uma viagem e ter despendido a força militar de 300 homens para vir receber sua esposa em Rosário e escoltá-la até Itapecuru-Mirim, enquanto várias vilas necessitavam de reforços militares (AMARAL, 1900, p. 93).

Lisboa criticou o « sanguinário edital » do Comandante Sérgio de Oliveira, pois embora houvesse a necessidade de convocar toda a população do interior para pegar em armas contra os rebeldes, não concordava com o tratamento dado aos indiferentes e remissos. « O que não vemos é a razão porque se há de confundir com rebeldes os mesmos cidadãos que eles oprimem, e que existe em território onde ainda não chegou o auxílio do senhor comandante das forças, e onde nem sequer chegarão os seus editais » (Apud. AMARAL, 1900, p. 125).

A guerra armada acontecia paralela à guerra discursiva. Os balaios eram acusados de roubos, assassinatos de civis e violência sexual contra as mulheres, imagem usada para espalhar o terror na região e impedir a colaboração com os rebeldes. Até mesmo o relato do cozimento de um leitão no ventre de um ancião, como demonstração dos suplícios que eram aplicados aos opositores dos rebeldes, circulou na região e foi repetido na historiografia a partir da obra de Magalhães. Sobre as mulheres, diz este autor que « eram açoitadas, moças manchadas ante os olhos de seus progenitores, e assassinadas, se resistiam » (MAGALHÃES, 2001, p. 47).

Após o fim do conflito, essa imagem continuou sendo feita pelas narrativas oficiais e pela historiografia conservadora, a exemplo da obra de Magalhães (2001) que considerou a Balaiada uma revolta de bandidos. Sob esta ótica, os rebeldes eram um bando de facínoras, facciosos e ávidos somente de pilhagem, sem nenhuma inteligência e sem plano político, que queriam apenas devastar tudo como bárbaros salteadores.

Ao longo do conflito, os rebeldes insistiram em seus documentos, endereçados às autoridades, em demonstrar que não agiam de maneira violenta com as mulheres e que sempre trataram as mulheres cabanas, ou seja, dos seus inimigos, com respeito, pois « a guerra só era com os homens e esses mesmos eram debaixo das leis » (Apud APEM, 2001, p. 277).

Ao dizer que a guerra era com os homens, expressava a mentalidade vigente em relação aos papéis sociais, em que aos homens é atribuído o espaço público e às mulheres o espaço doméstico, sendo o primeiro o lugar do trabalho, do lazer e também da guerra. Embora não tenhamos encontrado indícios das mulheres balaias em batalhas, tanto na defesa dos acampamentos como nos ataques às forças legais, suas presenças no palco do conflito as tornavam participantes, com todos os rigores e perigos que uma guerra proporciona.

A pesquisa de Dourado (2005) sobre a presença feminina na Guerra do Paraguai, acompanhando os soldados e comandantes dos exércitos, seja o brasileiro ou paraguaio, explica o tratamento que era reservado para essas mulheres, que enfrentavam uma rotina de muitas privações e discriminação. (Ofício do Presidente e Comandante das Armas da Província ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Apud. APEM, 2001)

De fato, quando se fala em guerra, tradicional esfera de poder exclusivamente masculino, nunca se pensa em mulheres e crianças, mas elas penetraram e atuaram num universo que não lhes pertencia. Na teoria, a guerra era um universo de homens, armas, cavalos, fome, doenças, mortes, etc., mas na prática, as mulheres tiveram um papel na Guerra Grande, tanto as brasileiras como as paraguaias, formando um segmento significativo, na retaguarda e nunca passivo, como mães, esposas legítimas ou não, enfermeiras, prisioneiras escravas, fugitivas, et., atuando nas mais diversas frentes de trabalho e enfrentando, junto com os homens, tudo o que uma guerra proporcionava (DOURADO, 2005, 61).

No caso da Balaiada no Maranhão, uma revolta popular, camponesa, em que homens e mulheres do sertão resistiam com armas aos desmandos do governo cabano e às injustiças sociais, o “exército” rebelde tinha características moldadas pela experiência vivida dos caboclos maranhenses, acostumados com as matas, os deslocamentos com certa frequência em busca de melhores condições de vida, terra para cultivo dos alimentos, habitações simples feitas com material retirado da natureza, casas de barro cobertas de palha. Nos acampamentos, as barracas tinham esse formato. E, assim como acontecia no cotidiano dessas mulheres pobres, cujas tarefas domésticas e de criação dos filhos ficavam sob a sua responsabilidade, nos acampamentos rebeldes não era diferente. Cuidavam dos alimentos, das crianças e de seus companheiros, mas também participavam como espías e correios, levando as mensagens e estabelecendo contatos com os diferentes grupos rebeldes.

Além das dificuldades enfrentadas nos acampamentos rebeldes, como a fome, havia também o perigo das doenças, como relatou o presidente da província Luiz Alves de Lima e Silva ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, em janeiro de 1841. Diz em seu ofício que na capital, São Luís, morreram mais de mil crianças em menos de três meses em decorrência da peste, no caso, o sarampo, e em um

acampamento foram 111 dos rebeldes apresentados, ou seja, aqueles que se entregaram após a anistia (Apud. APEM, 2001, p. 347).

Ao final do conflito, o presidente Luiz Alves de Lima transmitia seu relatório ao novo presidente da província, o Sr. João Antônio de Miranda, em que depois de apresentar o estado lastimoso em que se achava a província quando assumiu a sua administração e relatar os feitos de seu governo militar e civil, dizia que « posto seja a guerra uma calamidade pública, e ainda mais a guerra civil, também é às vezes um meio de civilização para o futuro, e a par de seus males presentes alguns germens de benefício deixa » (Relatório de Luiz Alves de Lima dirigido ao Sr. Dr. João Antônio de Miranda, presidente da província, em 13 de maio de 1841 Apud. AMARAL, 1906, p. 119). O que o futuro Barão de Caxias estava chamando de civilização era a consolidação de um projeto de Estado e nação em que os livres pobres não podiam lutar por seus direitos de cidadania, e os escravos deveriam ser contidos em seus ideais de liberdade. Era o projeto conservador ao qual serviu como militar e como político ao longo do Império.

Considerações Finais

As pesquisas sobre a participação das mulheres no palco da guerra da Balaíada estão ainda em uma fase inicial na historiografia maranhense, mas os indícios das fontes mostram que essa participação não foi passiva, e embora não tenham sido consideradas relevantes aos olhos dos contemporâneos que registraram o conflito, os ditos e não ditos das fontes permitem vislumbrar o protagonismo dessas mulheres sertanejas, balaias, que resistiram ao lado de seus companheiros nessa grande revolta rural, em busca dos seus direitos de cidadania nesse momento de construção da nova ordem política do estado nacional.

Famílias inteiras participaram dessa guerra civil que mobilizou milhares de homens, mas também mulheres e crianças. Portanto, analisar a Balaiada na perspectiva do protagonismo feminino, permite apontar indícios da participação ou envolvimento das mulheres no conflito, as representações de honra e feminilidade, a resistência e protagonismo das mulheres balaias (bem-te-vis) no palco do conflito, bem como as violências sofridas.

O presente trabalho sobre a participação feminina na guerra da Balaiada ocorrida no Maranhão procurou apresentar alguns levantamentos iniciais sobre a questão do “exército invisível”, como vivenciaram esses dois anos de conflito no vasto território maranhense, como foram representadas pela visão masculina, haja vista que os registros históricos do período foram produzidos, em sua maioria, pelos homens. Apesar do silenciamento da historiografia e dos poucos registros das fontes, essa presença não pode ser ignorada, pois a Balaiada também foi uma revolta das mulheres caboclas, indígenas, escravizadas, que alterou o cotidiano das que se encontraram mais diretamente no palco do conflito, sejam como mulheres da rebelião (bem-te-vis) ou da situação (cabanas).

Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Balaiada e os balaios: uma análise historiográfica.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: UNESP, 1998

AMARAL, José Ribeiro do. **Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão.** Maranhão: Typogravura Teixeira, 1898, 1900, 1906.

APEM.Arquivo Público do Estado do Maranhão. **Documentos para a história da Balaíada**/Organização de Maria Raimunda Araújo. São Luís: Edições FUNCMA, 2001.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”: liberalismo popular e o ideário da Balaíada no Maranhão. In. Mônica Duarte Dantas (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 295-328.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A Guerra dos Bem-te-vis : a Balaíada na memória oral**. São Luís: SIOGE, 1988.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Histórias do Balaio. **História Oral**, Associação Brasileira de História Oral, n. 1, 1998.

ASSUNÇÃO, Mathias. Balaíada e Resistência Camponesa no Maranhão (1838-1841). MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs). **Formas de resistência camponesa; visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, v. 1, p. 171-198

BERTAUD, Jean-Paul. O Exército e o Brevé de Virilidade. In. CORBIN, Alain (Org). **História da Virilidade. 2. O Triunfo da Virilidade - o século XIX**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 74-94

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil**. 3.ed. Imperatriz: Ética, 2006.

COLLING , Ana Maria. **As chinas gaúchas: a invisibilidade do feminino na Guerra do Paraguai**. Anais do XII Encontro Estadual de História, ANPUH/RS, São Leopoldo, 11 a 14 de agosto de 2014, p. 1-12.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaíos e Bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. 3.ed. Teresina. EDUFPI, 2014.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres Comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na guerra do Paraguai.** Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

FERREIRA, Eliana Ramos. **As Mulheres na Cabanagem: presença feminina no Pará insurreto.** XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

FLORES, Hilda Agnes Hübner et al (Org). **A Mulher no Período Farroupilha.** Porto Alegre: Tchê, 2003.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Mulheres na Guerra do Paraguai.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Balaiada: ação e exploração. **Revista de História, USP**, v. 52, n. 13 (1975), v. 1, São Paulo, p. 343-365

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. **Memória histórica e documentada da revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840.** 6.ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Os esquecidos no processo de independência: uma história a se fazer. **Almanack**, Guarulhos, n. 25, 2020, p. 1-44.

OLIVEIRA, Maria Amélia Mendes Freitas de. **A Balaiada no Piauí.** Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1987.

OTÁVIO, Rodrigo. **A Balaiada, 1839: depoimento de um os heróis do cerco de Caxias sobre a revolução dos balaios.** 2.ed. São Luís: EDUFMA, 1995.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Em busca da participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina. **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo, v. 1, n. 23/24, pp. 77-90, set.91/agosto92.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão.** São Paulo: Ática, 1983.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A Balaiada no Sertão:** a pluralidade de uma revolta. São Luís: Editora UEMA, 2010.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada.** São Luís: Instituto GÉIA, 2008.

Parte II

Balaiada e Ensino

A Balaiada na sala de aula e nos materiais didáticos

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

1. Introdução

A Balaiada, por muito tempo, prevaleceu no imaginário social com interpretações conservadoras¹, que colocavam os balaios como baderneiros, ladrões, bandidos, fadados ao mundo do crime. Foi exatamente a tentativa de desconstruir essa visão negativa e conhecer novos meandros do movimento que levou as novas pesquisas² a ressignificarem essa revolta popular, revelando as motivações políticas dos balaios e os meios encontrados para se manifestarem contra a exclusão dos processos sociopolíticos e os maus tratos que essa população pobre recebia do governo e das elites dominantes. Sobre o seu ensino, a História do Maranhão há décadas enfrenta o problema da falta de materiais didáticos apropriados, atualizados e em sintonia com as exigências legais, e que apresentem as singularidades da Balaiada, como a participação de caboclos, artesãos, vaqueiros, pequenos lavradores, negros alforriados, índios e escravos, os quais protagonizaram uma luta de resistência por cerca de dois anos em grande parte do território maranhense.

¹ Na Balaiada, destacam-se alguns autores que interpretaram esse movimento sob a ótica da historiografia tradicional, como Magalhães (1848), Ribeiro do Amaral (1898, 1900, 1906), Rodrigo Otávio (1942), Víriato Corrêa (1942), Eloy Coelho Netto (1990), José Sarney (2003).

² Como representantes de uma historiografia mais revisionista destacamos Carlota Carvalho (1924) e Astolfo Serra (1946) que dão um olhar mais humano aos rebelados; e historiadores de profissão, como Maria Januária Vilela Santos (1983), Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1987), Matthias Assunção (1988, 1998, 2015), Claudete Maria Miranda Dias (1995), Elizabeth Abrantes (1996), Sandra Regina Rodrigues dos Santos (1999), Ramsés Magno da Costa Sousa (2001) e Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus (2018), os quais trazem novas perspectivas acerca da relação entre balaios e bem-te-vis, assim como a luta dos escravos, que justificam as suas ações como forma de se expressarem contra os seus governantes que os excluíam dos processos políticos, e contra as desigualdades socioeconómicas que perpetuavam os latifúndios e a exploração do trabalho, o que tornava as camadas populares o alvo das medidas coercitivas das autoridades, gerando maus tratos e injustiça social.

No que tange aos livros didáticos de história, os quais têm em suas raízes a preocupação de criar uma consciência de nação, ao longo da história brasileira, modificaram-se segundo as transformações que afetaram o cenário político, econômico, cultural e social, até assumir um espaço central no processo de aprendizagem (PEREIRA, 2014). Um dos papéis desse instrumento de ensino, portanto, é levar ao estudante o conhecimento elaborado na academia³, por isso, no momento de sua escolha requer atenção e habilidade do professor que o adota. Para isso, existe o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que tem por finalidade subsidiar o professor e a escola na escolha do livro didático que será adotado no triênio.

Como uma mercadoria o livro escolar recebe diversas intervenções durante sua fabricação e comercialização. Nesse processo, interferem várias personagens como o editor, autor, técnicos especializados dos processos gráficos: programadores visuais e ilustradores. Vale dizer que o livro escolar como elemento da indústria cultural determina um modo de ler direcionado por técnicos e não pelo autor (BITTENCOURT, 2015b).

De tal modo, o conteúdo do livro didático não se trata apenas de uma vontade de quem o escreve, sobre suas visões historiográficas, contudo vai muito além do seu ponto de vista que é adequado às bases curriculares, mediadas pelo mercado. Dessa maneira, avaliar ou analisar um livro didático é mais complexo que assinalar a ausência de determinado conteúdo, ou modo como o seu conteúdo é ou precisaria ser oferecido. Ao se pensar no livro didático é necessário observá-lo inserido nesse complexo contexto que abarca políticas públicas de ensino, bases curriculares e a efetuação do livro didático por autores e editoras, e a inserção da historiografia (PEREIRA, 2014).

³ Vale dizer que nem sempre o conhecimento histórico é elaborado na academia, pois há aqueles que se colocam a escrever a História como jornalistas, literatos, etc.

Esse trabalho chama a atenção para a trajetória dos materiais didáticos de História do Maranhão, pois é de suma importância ter materiais dessa temática para contribuir com os estudantes no conhecimento de interpretações da História local/regional, bem como na reflexão acerca das suas origens e identidades, sobre os processos socioeconômicos e políticos, com suas mudanças e permanências, e valorização da pluralidade étnica e cultural que constitui a formação social do Maranhão.

Recentemente, com a implementação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)⁴, os conteúdos específicos da História regional, que ainda eram contemplados no currículo nacional⁵, deixaram de ser exigidos, enquanto no currículo estadual⁶ houve uma diminuição da já insignificante carga horária dedicada a esses conteúdos, resultando no menor interesse dos estudantes pela história local, reflexos também na menor dedicação dos(as) professores(as) na pesquisa e ensino da história do Maranhão. Do mesmo modo, na atual matriz curricular para o ensino médio, as aulas de história do Maranhão constam na 2^a e 3^a séries, mas não se encontra explicitado o tema da Balaiada⁷. No caso dos materiais

⁴ O Exame Nacional de Ensino Médio foi criado em 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, como forma de verificar a qualidade do Ensino Médio avaliando as competências e habilidades dos estudantes. No ano 2004, essa prova nacional passou a contemplar os alunos com bolsas de estudo em Instituições de Ensino Superior (IES) particulares por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2009, houve modificações em sua estrutura, isto é, o ENEM foi instituído em muitas universidades públicas como forma de ingresso unificado dos alunos no ensino superior por meio das notas obtidas nesse exame e, recentemente, os estudantes para financiarem seus estudos em faculdades particulares também precisam da nota para utilizarem no Financiamento Estudantil (Fies). Nisto, observamos as transformações que o ENEM vem passando, pois em sua criação não a teve pretensão de ser selecionador dos estudantes para ingressarem no ensino superior, contudo ferramenta de avaliação da qualidade do ensino médio.

⁵ Nos livros de História Geral do Brasil, a Balaiada é o conteúdo de História do Maranhão geralmente contemplado em razão de sua inserção no contexto das revoltas regenciais.

⁶ No currículo estadual, de acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – caderno de História, de 2017, os conteúdos de História do Maranhão são os seguintes: Colonização do Maranhão; Fundação de São Luís; Maranhão Colonial 1^a fase (1615- 1755); O Maranhão Colonial (1750-1823); A escravidão africana no Maranhão: dominação e resistência; Adesão do Maranhão à independência do Brasil.

⁷ MARANHÃO. Governo do Estado. **Escola Digna:** caderno de orientações pedagógicas - História como componente curricular/ Secretaria de Estado da Educação. – São Luís, 2017.

didáticos, o tema geralmente ainda vem carregado de um discurso historiográfico conservador, no qual são excluídos a participação popular (livres pobres, libertos, escravos) e o protagonismo das mulheres (ABRANTES; MATEUS, 2019).

Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar os sentidos construídos para os conteúdos veiculados nos materiais didáticos que circulam ou já estiveram presentes e, até mesmo são usados nas elaborações das aulas de História do Maranhão da educação básica, especificamente, no conteúdo que versa a respeito da Balaiada. Para tal escopo, utiliza-se as obras dos autores, como Barbosa de Godóis com sua obra intitulada *História do Maranhão*, publicada em 1904; Mário Martins Meirelles com as obras *Pequena História do Maranhão* e *História do Maranhão*, publicadas em 1959 e 1960, respectivamente; Raimundo Lindoso Castelo Branco com a obra *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, publicado em 1988; Célia Siebert e Renata Siebert que lançaram o livro intitulado *Maranhão - História* em 2013.

2. Ensino de História do Maranhão e suas problemáticas

Segundo Bittencourt (2015a, p. 168), a história regional proporciona, na dimensão do “[...] estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação”, e coloca a importância da memória para a história local. Para a autora, a “memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para os historiadores como para o ensino”.

Para Janaina Amado (1990, p. 13), a historiografia regional oferece a apresentação do concreto e o cotidiano, “o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social”. À vista disso, “quando emerge das regiões economicamente mais pobres, muitas vezes

ela consegue também retratar a História dos marginalizados, identificando-se com a chamada “História popular” ou “História dos vencidos”. Isto é, esses estudos têm a capacidade de trazer a superfície as interpretações historiográficas que estão no subterrâneo da historiografia.

Muitas vezes, a História local/regional tem permanecido longe dos interesses e alcance dos estudantes. No caso do Maranhão, isso acontece em parte devido à ausência de material didático que aborde a História local/regional. Outro fator que tem diminuído o interesse pela história local foi a adesão das universidades públicas ao ENEM, que fez com que os alunos dessem pouca atenção à história que contempla os estudos regionais. Sobre a história regional, Giron diz que:

[...] a história regional, filha do espaço e da dependência, considerada por muitos como apenas bastarda do Clio [...] O preconceito contra a história regional é tão antigo como a própria História. Já os gregos rejeitam a história regional, ao estudar grandes mudanças históricas que excluem, não só a história local, como os historiadores locais. A concepção histórica dos gregos, bem como sua filosofia, permanecem ao longo dos séculos. A história regional continua sendo repelida para fora da história geral, tanto então como agora. Tal rejeição tem um sentido e obedece a alguns pressupostos teóricos e ideológicos (GIRON, 2000, p. 28-29, grifos nossos).

Em vista disso, observa-se que os estudos locais e regionais são um amplo palco de debates, quanto as suas relevâncias, para a compreensão da complexidade das experiências humanas no tempo e espaço. No tocante aos livros didáticos, geralmente, trazem em seu conteúdo temas mais gerais, e às vezes de cunho historiográfico conservador, sem trazer à tona temas mais específicos da História Regional. Ao observarmos os livros didáticos, os espaços dados a História do Maranhão, quando isso acontece, são minúsculos, sem muita expressão. Sabemos que para a produção de um material didático há todo um processo complexo.

Como salienta Engel (2009), as produções didáticas são consideradas produto cultural dotado de alto grau de complexidade, tendo sua autoria plural, na qual fazem parte, além do autor, as figuras do editor, dos programadores visuais e dos ilustradores. Sobre quem produz o livro didático, a referida autora diz que “enquanto formulador de um discurso historiográfico específico, o autor do livro didático pode utilizar a produção historiográfica acadêmica para fundamentar o conhecimento histórico abordado em termos de argumentos de autoridade, buscando sua legitimação” (ENGEL, 2009, p. 30).

Devido aos poucos livros didáticos sobre a História do Maranhão para a Educação Básica, e pôr, na maioria das vezes, desconhecerem as produções acadêmicas, os professores do ensino básico quase não trabalham em suas aulas a história do seu Estado, quando ensinam, utilizam as obras tradicionais dos historiadores por ofício ou profissionais, que não são da área de História e trabalhos de historiadores de profissão.

2. Materiais Didáticos de História do Maranhão

A escolha⁸, neste trabalho, das obras didáticas especificamente de História do Maranhão tem por finalidade mostrar os materiais didáticos que são ou já foram utilizados em sala de aula, e que também auxiliaram os professores na elaboração de suas aulas de História do Maranhão. Assim, apontamos as obras catalogadas acerca dessa temática em ordem cronológica: Godóis (1904), Meireles (1959), Castelo Branco (1988) e Célia Siebert, Renata Siebert (2013).

⁸ Ver: MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **A Balaiada na sala de aula:** ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

Barbosa de Godóis e a obra *História do Maranhão* (1904)

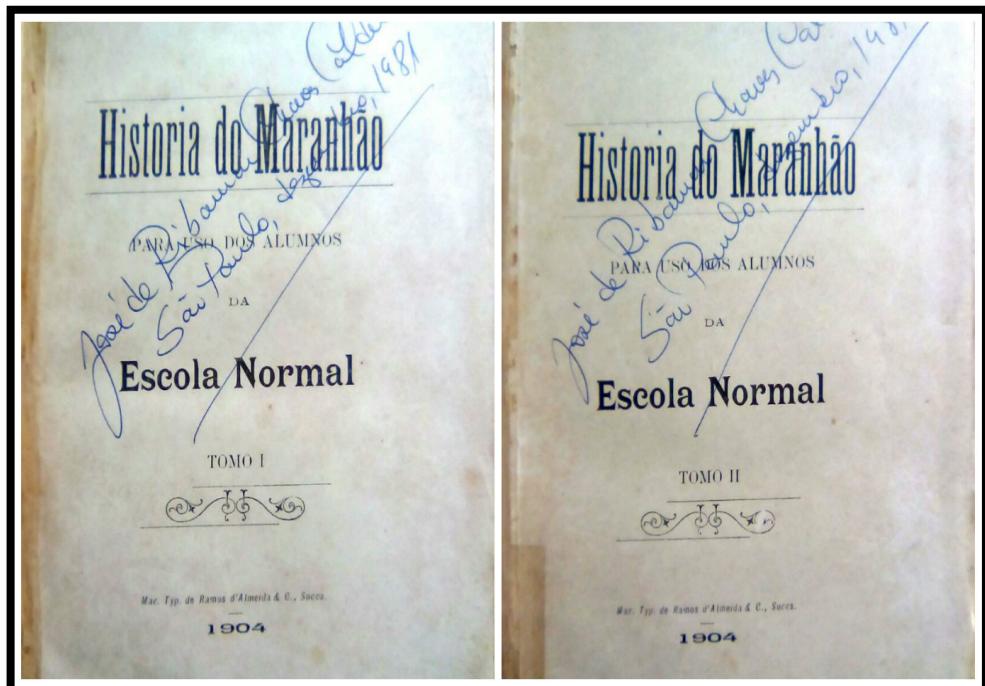


Imagen 01 - Capa do livro *História do Maranhão* (Tomo I e II), de Barbosa de Godóis, com 1^a ed. em 1904, publicado pela Mar. Typ. De Ramos d'Almeida & C., Sucos., São Luís, com 551 páginas. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão).

O historiador por ofício Barbosa de Godóis, nascido em São Luís do Maranhão (10/11/1860), em que teve uma carreira política, destacou-se por ter criado o Hino Maranhense e exercido várias funções ligadas ao ensino público no Maranhão. Na Academia Maranhense de Letras (AML), ocupa a cadeira de número 1, referente à cadeira de educadores. Escrevendo a sua obra intitulada *História do Maranhão* (1904)⁹, subintitulada *para uso dos alunos da Escola Normal*, em dois volumes, no início do século XX, traz consigo uma visão panorâmica da história desse

⁹ Esta obra teve uma segunda edição em 2008, pela editora UEMA, em parceria com a Academia Maranhense de Letras (AML), por ocasião do Centenário desta agremiação literária, sendo Barbosa de Godóis um dos seus sócios fundadores.

estado desde as Capitanias Hereditárias até a adesão do Maranhão à proclamação da República, divididos em três partes: Primeira Parte – O Maranhão-Colônia; Segunda Parte – O Maranhão-Província e Terceira Parte – O Maranhão-Estado.

Barbosa de Godóis (2008) escreve em uma conjuntura de importante reflexão em relação aos problemas nacionais e o desenvolvimento de pensamentos e práticas políticas direcionadas para a crítica das instituições imperiais, dado o Brasil está saindo de uma Monarquia para uma República no final do século XIX e início do século XX. Assim, esse autor fazia crítica à política imperial ao dizer que:

A política imperial, mais caprichosa que orientada, erguendo e abatendo as situações políticas sem uma razão de ordem superior que explicasse essas mutações bruscas, e cometendo muitas vezes a um partido o encargo de realizar as ideias do outro, havia tornado a política brasileira uma causa inconsistente, sem a firmeza das dedicações pelos princípios, e contribuíra para enfraquecer a própria Monarquia, pelos ataques rudes constantes de que era alvo, quando efetuava aquelas inexplicáveis mudanças de cenário (GODÓIS, 2008, p. 358).

Logo, consistia em um momento histórico em que a República deveria ser ensinada como a que redimiria os erros do passado monárquico e até mesmo do Período Colonial, utilizando termos como desmandos e desgovernos para se referir a esses momentos. Isso é uma demonstração clara na obra de Godóis (2008), pois, o seu trabalho voltava-se para a educação em um contexto com a predominância de militares dirigindo o país, e dado a uma conjuntura de educar a nova geração para construir o futuro do Brasil.

Quanto a Balaiada, Godóis (2008, p. 351) a divide em três fases, expõe as características físicas de alguns líderes e os chama de caudilhos. Constatamos que ao longo da narrativa sobre esse movimento, o autor

condena os revoltosos, pois, para ele, os envolvidos na Balaiada não tinham um ideal e por isso “os chefes rebeldes tomaram a rapina e a crueldade como programa. Nem era isso de se admirar em semelhante gente” e corriam notícias das “selvagerias e desumanidades praticadas pelos revoltosos”.

Sobre Raimundo Gomes, diz que seu audacioso cometimento na vila da Manga teria ocorrido por uma questão toda pessoal mediante a prisão do seu irmão. Em seguida, foram surgindo outros chefes rebeldes em vários lugares, sem uma causa particular, exceto o Balaio, que se proferia ofendido na sua honra pela desdita de suas duas filhas, seduzidas por um oficial em comissão (GODÓIS, 2008).

Diante disso, Godóis (2008, p. 349-350) faz questionamentos devido à simultaneidade do rompimento da revolta em grande parte da Província, indicando que seria “ou um plano concertado previamente, ou a existência de um fermento revolucionário muito forte, cuja eclosão dependeria apenas de um pretexto qualquer que a incitasse”. Notamos que nessa hipótese, Godóis nega a capacidade das camadas populares em articular um movimento de grande extensão territorial, mas acreditava que haveria alguém de prestígio para dar as coordenadas a Balaiada. Em relação à primeira hipótese, Godóis afirma que seria preciso que,

[...] da capital ou de outra parte onde existisse alguém de bastante prestígio para se fazer obedecer em tamanha extensão do território, partisse a palavra de ordem, a organização e a direção da revolta. Dado esse caso, porém, não somente seria impraticável a guarda do sigilo de um fato desses, transmitido a tantos indivíduos, como, quando assim não fosse, não seria certamente a indivíduos da última camada que se daria o encargo de fazer um levantamento popular [...] Era de presumir, nesse caso, que se cometesse a realização de semelhante empreendimento a pessoas consideradas e que dispusessem de grandes elementos, pela posição social, influência política e fortuna (GODÓIS, 2008, p. 350, grifos nossos).

Dada essa pressuposição, Godóis também afirma que a revolta poderia ser incitada por um partido político rebelde que teria posições opostas à agremiação governante, e as consequências seriam poupadadas pela ação dos rebeldes no lugar dos políticos do partido revoltoso. Logo, Godóis (2008, p. 350,) nega essas possibilidades e coloca que, os revoltosos provinhama da plebe e, “no seu furor devastador, não se detinham diante da hierarquia ou cor política de quem quer que fosse, acontecendo mesmo que fora em vários lugares em que o partido que estava no poder possuía mais elementos que a revolta encontra maior adesões”. Esse autor não concebe como causa do movimento uma reação aos maus tratos, ou revolta do oprimido contra o opressor, mas:

O rompimento da insurreição em diferentes localidades, com pequena diferença de tempo, tendo como chefes homens de cor como Balaio, Cosme, Raimundo Gomes e outros, **exprime, pois, a par da reação de uma raça desprezada contra a que tinha em vilipêndio, a revolta do oprimido contra o opressor, a vindita da vítima contra o seu verdugo, a resposta do afrontado à afronta longa, duradora** (GODÓIS, 2008, p. 350, grifo nosso).

Nesse livro, verificamos que o autor reproduz o discurso da sociedade escravocrata, com termos como “homens de cor”, rebeldes, revoltosos, facínoras, sequazes, sediciosos, facciosos, e se remete aos mestiços com olhar preconceituoso, a saber:

Tipo em que se revelam, numa transformação promissora dum cunho característico especial, os elementos étnicos da nossa nacionalidade, **o mestiço** apresenta a singularidade do que é vulgarmente denominado a pabulice, a par de uma audácia e intrometimento a toda a prova, apenas atenuados quando a instrução os refreia. **É às vezes submisso, mas é aquele o seu caráter.** Mais do que um resultado da ignorância, é isso um efeito do temperamento e do

estádio do tipo nacional na evolução a que obedece (GODÓIS, 2008, p. 331, grifos nossos).

Mais adiante, Godóis (2008, p. 331, grifos nossos) reafirma isso, ao se referir a um dos líderes da Balaiada dizendo que “**Raimundo Gomes era um mestiço, e nele se refletiam as qualidades que caracterizam os iguais**, no grau de formação da individualidade brasileira. Encontrava, além disso, um meio favorável à expansão dos seus dotes nativos”. Nesse contexto de pós-abolição, o afrodescendente nativo tinha a sua imagem vinculada ao atraso, por outro lado, a representação do europeu era de indivíduo disciplinado e sujeito com voz capaz de inventar os padrões da sociedade a serem seguidos.

O livro didático como fonte histórica traz intenções, marcas e percepções de mundo e sociedade de quem o escreveu. Com finalidade didática na época de sua escrita, em Godóis (2008), observamos que os escritos desse período se caracterizam por narrar uma história factual, nos moldes dos preceitos positivistas. Assim, não inferem criticidades, mas escrevem uma história descritiva, presa a datas e sem referenciar as fontes.

No que diz respeito a produção didática acerca da História do Maranhão, no prefácio de *História do Maranhão*, escrito em 1960, o historiador por ofício Mário Meireles (2015) diz que o último livro sobre essa temática, que se encontrava a disposição dos estudantes era a *História do Maranhão* de Barbosa de Godóis, de 1904. Desse modo, houve uma distância temporal de quase 60 anos em que uma obra didática sobre a História do Maranhão seria publicada novamente, vale destacar que a obra de Godóis (1904) passou mais de um século para ganhar sua segunda edição, e os poucos “exemplares que sobre existem estão guardados sob sete chaves nas bibliotecas de uns poucos estudiosos (MEIRELES, 2015, p. 15).

Mário Martins Meireles e a obra *Pequena História do Maranhão* (1959)



Imagen 02 - Capa do livro: *Pequena História do Maranhão*, de Mario M. Meireles, com 3^a ed. em 1970, publicado pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado, SIOGE, São Luís, com 72 páginas.

Mário Martins Meireles (1915-2003) nasceu em São Luís do Maranhão. Iniciou no Magistério da década de 1940, como professor de História Universal e do Brasil. Em 1953, tornou-se professor universitário na Faculdade Federal do Maranhão, atual Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pertenceu ao Instituto Histórico Geográfico do Maranhão (IHGM) e da Academia Maranhense de Letras (AML), em que assumiu vários cargos administrativos. Escreveu mais de trinta livros relacionados à História do Brasil e Maranhão em diversos contextos.

Historicamente, a história serviu como um meio dos estudantes adquirirem uma formação moral e cívica¹⁰. A obra *Pequena História do Maranhão*, publicada em 1959, é caracterizada por uma história

¹⁰ Ver: MARTINS, Dayse Marinho. Currículo e Historicidade: Currículo e historicidade: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902 – 2013). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

tradicional, permeada do método da “memorização” para cumprir seu objetivo de ensinar as “tradições nacionais” e induzir ao patriotismo. No prefácio, Meireles (1959) informa que o seu trabalho foi solicitado pela sua colega da Faculdade de Filosofia de São Luís, professora Odila Soares, que ocupava na época o cargo de Orientadora Pedagógica dos Cursos do SENAC-MA. O pedido emergiu devido à dificuldade de encontrar materiais que abordassem a História e a Geografia do Maranhão, a nível de curso de primário. Convém lembrar ainda que *Pequena História do Maranhão* (1959), foi instituída por meio do Decreto de nº 1732 de setembro de 1960, que oficializou seu uso nas escolas Primárias do Estado.

Meireles (1959) sintetizou nessa obra os conteúdos básicos da História do Maranhão, possuindo quinze capítulos que abordam desde o “Descobrimento do Maranhão até Maranhenses Ilustres e Hino Maranhense”. A História, nesse contexto, ainda estava sob o predomínio de um método de ensino voltado para memorização, ou seja, aprendia História quem decorava nomes e fatos com suas datas e as grandes personagens da História. No que concerne as fontes utilizadas para a elaboração de manual didático, Meireles não indica de onde embasou a sua escrita.

Mesmo dizendo que a finalidade da obra era levar o estudante a dominar os conteúdos para ser bem-sucedido nas provas e processos seletivos que viesse a se submeter, não há um direcionamento para que haja reflexão crítica do discente sobre os processos históricos. Citamos alguns dos exercícios propostos acerca do capítulo referente à Balaiada, com questões bem factuais:

- 1) Com a adesão à Independência, que deixou de ser o Maranhão?
- 2) E deixando de ser um Estado Colonial português o que passou a ser o nosso Estado?

- 3) E em vez de Governador e Capitão- General, quem passou a Governar o Maranhão?
- 4) Quem nomeava o Presidente da Província?
- 5) Quem era o Presidente do Maranhão quando aqui arrebentou a nossa maior revolução?
- 6) Como se chamou essa revolução?
- 7) Por que essa revolução se chamou de Balaíada?
- 8) Quem foi o principal chefe dos “balaios”?
- 9) E que título interessante usava o chefe dos escravos fugidos?
- 10) Por onde se espalhou essa revolução?
- 11) Quantos chegaram a ser os “balaios”?
- 12) Quantos anos durou a Balaíada?
- 13) Qual a grande cidade do interior que os “balaios” chegaram a ocupar?
- 14) Para acabar com a Balaíada que fez o governo imperial?
- 15) A quem foi dado o comando das tropas imperiais?
- 16) Qual o oficial maranhense que mais se distinguiu nessa luta?
- 17) Que comandava o Brigadeiro Feliciano Falcão?
- 18) Vencidos os balaios e reestabelecida a paz, que deu D. Pedro II ao General Luís Alves de Lima e Silva?
- 19) Depois do Barão de Caxias se cobrir de glórias na Guerra do Paraguai que título maior de nobreza lhe deu o Imperador?
- 20) Qual a cidade maranhense da qual o Imperador tirou o nome para o título de nobreza do Patrono do Exército Brasileiro? (MEIRELES, 1959, p. 67).

Sobre a Balaíada, o autor discorre sobre esse movimento ressaltando as grandes figuras que se destacaram ligadas ao Estado, como o oficial Brigadeiro Feliciano Falcão, que comandou uma das colunas imperiais. E a trajetória de ascensão do General Luís Alves de Lima e Silva que recebeu o título de Barão de Caxias, e depois de Duque de Caxias, e o chama de “Grande General”, e diz que foi restabelecida a paz no Maranhão. Com a defesa dessa ideia de pacificação pelas tropas do governo, o autor considera que o movimento balaio consistiu apenas em promover a desordem, sem conter teor político ou reivindicações plausíveis.

Nos anos 80 do século XX, o Brasil passou por um período de significativas transformações, dado ao início do processo de abertura política de um país que se livrava de 21 anos de ditadura, com a hegemonia dos militares no governo (1964-1985). Neste período, o ensino de História encontrava-se em franco declínio (CERRI, 2011), devido a reforma que havia unificado os conteúdos de história e geografia em uma disciplina denominada Estudos Sociais, a qual visava retirar a identidade daquelas disciplinas e apresentar um conteúdo que fosse mais cívico e laudatório segundo os interesses políticos do governo.

Nessa reabertura, foram muitas as tentativas dos professores e intelectuais em formular sugestões que dessem novos rumos ao ensino de história, que formassem alunos críticos, apesar das barreiras que ainda existiam.

*José Raimundo Lindoso Castelo Branco e a obra *Estudo Regional do Maranhão* (1988)*

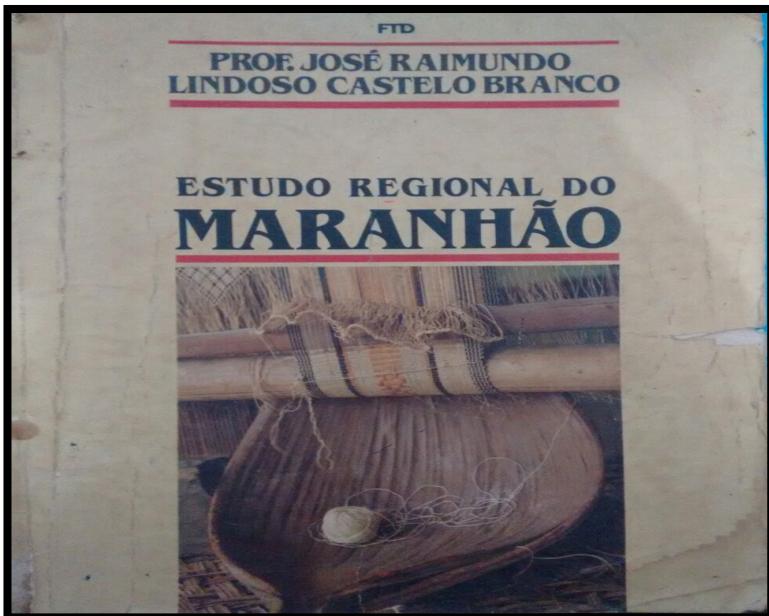


Imagem 03 - Capa do livro *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, de José Raimundo Lindoso Castelo Branco, com 1ª ed. em 1988, publicado pela FTD, São Paulo, com 87 páginas.

Nesse contexto, no ano de 1988, o professor de geografia José Raimundo Lindoso Castelo Branco, que atuava na educação básica (Público/Privado) e no Ensino Superior, lançou o livro *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, pela editora FTD, em São Paulo, pertencente aos irmãos Maristas¹¹.

Essa obra didática visou atender a então sétima série, atual oitavo ano. É importante lembrar que o livro não é de História ou de Estudos Sociais, mas de Geografia do Maranhão, entretanto, sua escrita compõe aspectos históricos, estando ligada a escrita da época de apontar aspectos históricos, geográficos e cívicos. Possuem, em preto e branco, imagens, quadros, mapas, que não têm legendas e referências que deixem claro para o aluno a origem da fonte. É pequena a bibliografia usada pelo autor e seus autores são filiados a uma escrita tradicional, citamos algumas dessas obras e autores: Almanaque Abril (1978), Atlas do Estado do Maranhão (1984), Eloy Coelho Neto (1979), Encyclopédia Barsa Universal (1964-1970), Meireles (1960), Mochel (1971), Lima (1981), etc. O livro está dividido em quatro unidades: Aspectos Gerais do Maranhão; Aspecto Históricos do Maranhão; Aspectos Cívicos e Políticos do Maranhão; Aspectos Humanos e Econômicos do Maranhão.

Na Apresentação, Castelo Branco (1988) explica o porquê desse livro, afirmando que as produções geográficas e históricas sobre o Maranhão eram escassas, e, por isso, teve muita dificuldade para fazê-lo, e chama a atenção para os maranhenses, pois não conhecem ou pouco sabem a respeito da história desse estado.

Quando se trata da Balaiada, o autor menciona que essa revolta ocorreu por insatisfação popular, dado os “grandes conflitos em função da conquista pelo poder e abusos das autoridades” (CASTELO BRANCO,

¹¹ Nos agradecimentos menciona um desses “irmãos”, pois o ajudou na produção desse livro.

1988, p. 34). Nesse livro, estão presentes apenas dois dos três líderes populares mencionados pela historiografia, Raimundo Gomes e Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, ou seja, há uma omissão do “Negro Cosme”. A participação dos grupos populares é apresentada de forma pejorativa, sendo vistos como saqueadores, o que passa a impressão para o leitor que “os balaios” não tinham objetivos políticos a serem alcançados. Esse autor diz o movimento era para pôr fim a ordem vigente, a saber: “O grupo dos balaios crescia a cada dia. Em julho de 1839, renderam e saquearam a cidade de Caxias, onde apreenderam armamento e munição” (CASTELO BRANCO, 1988, p. 34).

Esse livro segue enaltecendo os considerados grandes homens e seus feitos, isso se evidencia com a figura de Luís Alves de Lima e Silva, que é posto como o “pacificador” dos revoltosos, pois de acordo com Castelo Branco (1988, p. 35), “para acabar com a Balaiada, o governo imperial mobilizou tropas de várias províncias [...] O comando foi entregue ao general Luís Alves de Lima e Silva, que conseguiu vencer os balaios e a província do Maranhão”. Esse autor, não questiona como se deu esse processo de pacificação, não aponta que as camadas pulares conheceram a mais dura repressão das tropas legais. Por outro lado, o autor enfatiza que a: “grande Vitória de Luís Alves de Lima e Silva deu-lhe o título de nobreza “Barão de Caxias” atribuído pelo imperador, D. Pedro II. Caxias, devido a seus méritos militares, tornou-se ‘Patrono do Exército Brasileiro’”. Nota-se que por meio de uma “História Heroicizante”, a imagem de Caxias como o “pacificador” foi posta no imaginário nacional.

No artigo *Uma Conta de Chegada: A transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História*, publicado em 2014, Aléxia Pádua Franco revela que desde os anos de 1990, os livros didáticos de história utilizados nas escolas públicas da educação básica do Brasil, passaram a sofrer grandes mudanças em sua organização e em suas abordagens,

grande parte devido a interferência do PNLD, implementado em 1996 pelo MEC no intuito de avaliar os materiais didáticos comprados e distribuídos pelo governo federal nos colégios públicos brasileiros (FRANCO, 2014).

Fonseca (2011) coloca que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), mesmo sendo diretrizes de caráter orientador, não obrigatórias, vêm se mostrando cada vez mais intensamente como norteadores das atuações na educação básica. Isso quer dizer que está cada vez mais exposto a sua finalidade, na prática, como uma espécie de “programa curricular” para o ensino de História e “de definidor das estruturas dos livros didáticos e paradidáticos que, ao entrarem em conformidade com os PCNs e como os critérios de avaliação do PNLD” (FONSECA, 2011, p. 68).

O PNLD, desde 1997, estabelece que os livros tragam as várias interpretações da História, e não uma verdade como absoluta, os projetos e práticas sociais dos variados sujeitos que convivem em um mesmo espaço e tempo, as semelhanças e diferenças entre o passado e o presente, outrossim desenvolver o raciocínio crítico, a habilidade investigativa, não somente as atividades de memorização, repetição, compreensão simples, como predominaram nos anos de 1980 (FRANCO, 2014).

Célia Siebert, Renata Siebert e a obra Maranhão História (2013)

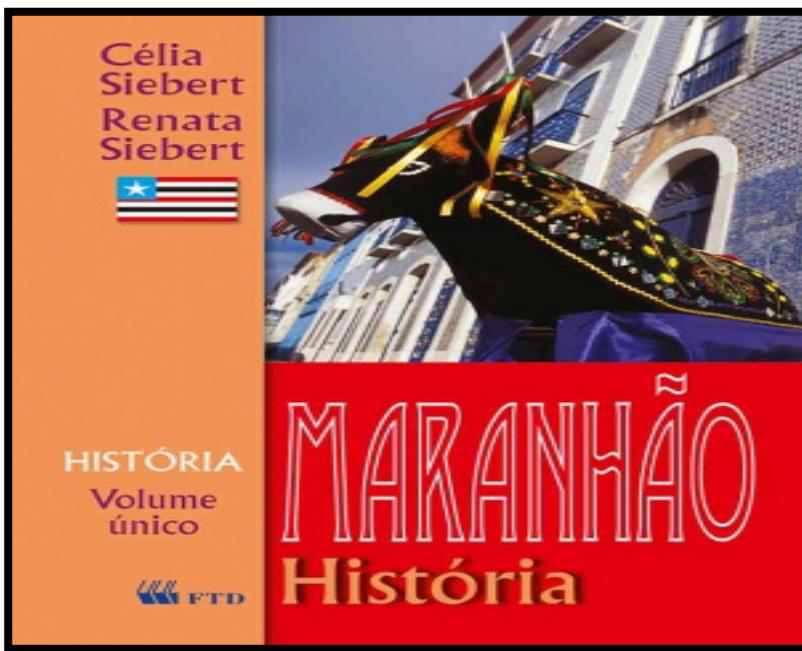


Imagen 04 - Capa do livro *Maranhão - História*, de Célia Siebert e Renata Siebert,
com 1^a ed. em 2013, Editora Scipione, São Paulo, com 144 páginas.

Sob esse novo cenário educacional, as autoras Célia Siebert e Renata Siebert, em 2007, lançaram o livro *Maranhão - História e Geografia*. Não conseguimos localizar este livro, no entanto, observou-se que essa obra foi desmembrada posteriormente em Geografia e História do Maranhão. Em 2008, lançou-se *Maranhão - Geografia*, que levou o nome apenas da psicóloga Renata Siebert; já o *Maranhão - História* foi publicado em 2013, tendo a Célia Siebert e Renata Siebert como autoras. É oportuno falar que não localizamos este livro no PNLD.

Célia Siebert é formada em Letras pelas Faculdades Anchieta de São Paulo, leciona no Ensino Fundamental nas redes pública e particular do Estado de São Paulo. Essa autora é editora de livros didáticos na área de Ciências Sociais. Renata Siebert é bacharela e licenciada em Psicologia pela

Unip (Universidade Paulista), especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson - Araras (SP), e também é autora de outros livros didáticos - *Brasil em mapas - Geografia, História - Todos os anos; Maranhão - Geografia - Geografia - Todos os anos.*

A obra em análise é um volume único para as séries iniciais, possuindo 09 capítulos divididos em duas unidades: *O passado está presente; O folclore maranhense introduz a nossa História*, com uma conclusão finalizando esse material didático. Ao longo do livro encontram-se as seguintes seções: *Espaço da leitura complementar, O cantinho da literatura, O cantinho das coisas que contam a história, O cantinho do depoimento, O cantinho do folclore, O cantinho do documento, O cantinho da curiosidade*. Dessa maneira, observa-se que as autoras tentam não seguir um arranjo cronológico dos eventos históricos por meio de inserções temáticas, apresentam o tempo histórico baseado nos sujeitos históricos, que causam as transformações sociais das sociedades humanas, não estando presas a datas e marcos históricos, como se observa em uma História cronológica e linear. Quanto à historiografia presente para elaboração desta obra, as autoras quase não utilizaram trabalhos mais revisionistas, portanto, muitos dos trabalhos estão ligados a uma escrita mais conservadora, como Ribeiro do Amaral (2003), Meireles (1960).

Na *Apresentação*, percebe-se que as autoras tencionam levar os estudantes a refletir sobre a intercepções entre passado e presente. Para isso na unidade I, *O passado está presente*, por meio do poema “*Mar português*” de Fernando Pessoa, as autoras demonstram que a História não é feita apenas por reis, presidentes, pessoas influentes, traidores, etc., mas por todos os indivíduos, ou seja, todos somos sujeitos históricos. A obra apresenta os conceitos de historiador, sujeito histórico, fontes históricas, tempo, espaço, linha do tempo para revelarem que a história não é pronta e acabada, mas sim construída, que os significados das coisas

e palavras mudam de sentido ao longo do tempo. Assim, as autoras mostram a importância de se trabalhar com a historicidade dos conceitos, por exemplo, para a categoria *cidadãos* apresentam os sentidos variados em diferentes épocas, a saber:

Cidadãos – primeiramente, a palavra **cidadão significava** o habitante de cidade, por oposição ao habitante do ambiente rural, **hoje, ser cidadão significa** ter direitos, responsabilidades e deveres dentro da comunidade nacional, participando da sociedade em igualdade de condições com todos os seus membros (SIEBERT; SIEBERT, 2013, p. 30, grifos nossos).

Nas duas seções *Espaço da leitura complementar*, as autoras Siebert (2013) narram sobre a *Abertura dos Portos no Brasil*, em seguida a Balaíada (1838-41) é posta antes do processo de Emancipação do Brasil (1822). Nesse episódio, as autoras levam em consideração dois aspectos, o primeiro, que o 7 de setembro de 1822 não foi ato isolado do princípio, mas um acontecimento que integra a crise do Antigo Sistema Colonial, com as revoltas de emancipação no final do século XVIII. O segundo, seria perceber que a Independência se restringiu a esfera política, pois a realidade socioeconômica não se alterou em nada mantendo as mesmas características do período colonial. As autoras (2013, p. 83) consideram o “sete de setembro” como “apenas a consolidação de uma ruptura política, que já começara 14 anos atrás, com a abertura dos portos”. Nota-se que as autoras saem de uma visão tradicional desse processo histórico em não enfatizar D. Pedro I como o único protagonista da emancipação brasileira, mas omitem a participação popular. No que tange a Balaíada, as autoras relatam que:

Na primeira metade do século XIX, houve uma revolta das camadas populares tanto do Maranhão como do Piauí. Essa população era formada, por exemplo, por vaqueiros, lavradores, artesãos, soldados desertores e negros. Enfim, por

muitos daqueles que viviam marginalizados pela miséria, pela carestia, pela exploração, pela escravidão. Pela indiferença e corrupção das autoridades (SIEBERT; SIEBERT, 2013, p. 81, grifos das autoras).

No entanto, apesar de citarem a composição social do movimento, não criticam o desfecho da Balaiada. Há ausência de reflexões sobre as medidas arbitrárias do governo imperial em relação aos balaios, isto é, não avança muito quando se trata de levar os estudantes, a partir da magnitude do movimento, a refletir criticamente acerca das causas, e à constatação e à observação dos problemas e diferenças.

De modo geral, neste livro didático, observou-se que os conteúdos referentes à História do Maranhão deparam-se com lacunas, que se expressam em omissões cometidas sobre os eventos históricos no Maranhão Colonial, Imperial, e, principalmente, no Republican, e nas indicações bibliográficas sugeridas, que tratam muito mais sobre História Geral ou de outras regiões do Brasil do que sobre o Maranhão.

Considerações Finais

Diante do exposto, podemos observar que os materiais didáticos referentes à História do Maranhão que foram e são utilizados nas aulas, precisam de reformulações em seus conteúdos e abordagens para colaborar na formação crítica dos estudantes, para que sejam sujeitos ativos da sua própria história e atuem de forma consciente em sua realidade histórica.

Vimos obras como a de Godóis que a escreveu em um contexto da República como nova forma de governo, em 1904. Passadas quase 6 décadas, em 1959, Meireles lança seu trabalho que não difere muito de Barbosa de Godóis. Em 1988, Raimundo Lindoso Castelo Branco publicou a obra *Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau)*, a qual segue uma abordagem tradicional. Em 2013, Célia Siebert e

Renata Siebert lançaram o livro intitulado *Maranhão - História* que já segue novas abordagens de ensino, mas apresenta algumas limitações.

Por conseguinte, as investigações voltadas ao ensino de História tornam-se necessárias, porque, colocam em questão como tem sido a aplicação dos conhecimentos históricos nos livros didáticos. Daí a relevância de pesquisas destinadas à história dos manuais didáticos, já que no decorrer da história do Brasil modificou-se conforme as transformações que afetaram o cenário político, econômico e social, até adquirir um lugar central no processo de aprendizagem.

Referências

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Balaiada e os Balaios:** uma análise historiográfica. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1996.
- _____. José Cândido de Moraes e Silva – O “Farol” atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri Michael Pereira. (Org.). **O Maranhão Oitocentista.** 2 ed. Imperatriz / São Luís: Editora UEMA, 2015, v. 1, p. 53-79.
- _____; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. Novas abordagens para o ensino da Balaiada. In.: CAMÉLO, Júlia Constança Pereira; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio (org.). **História do Maranhão na sala de aula:** formação saberes e sugestões. São Luís: EDUEMA, 2019, v.1 p. 217-238.
- AMADO, Janaina. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos. **A república em migalhas:** história regional e local. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.
- AMARAL, José Ribeiro de. **Apontamos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão.** Maranhão: Typografia Teixeira, 1898, 1900, 1906. 3v.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrg. **A Guerra dos Bem-te-vis.** São Luís: SIOGE, 1988.

- _____. Histórias do Balaio. **Revista História Oral**. Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 1, n. 1, 1998.
- _____. Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão 1820- 1841. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flavio (Org). **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003.
- _____. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____. A memória do tempo de cativeiro no Maranhão. **Revista Tempo**. vol.14, nº 28, jan-jun de 2010.
- _____. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador. Liberalismo popular e o ideário da Balaíada no Maranhão”. In: DANTAS, Mônica Duarte (Org). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.
- _____. **De Caboclos a Bem-Te-Vis: Formação do Campesinato Numa Sociedade Escravista: Maranhão 1800-1850**. São Paulo: Annablume, 2015.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 12 ed. São Paulo, Cortez Editora, 2015a.
- _____. Livros didáticos entre textos e imagens. In. BITTENCOURT, Circe (Org). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015b.
- CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011.
- CASTELO BRANCO, José Raimundo Lindoso. **Estudo Regional do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1988.
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COELHO NETTO, Eloy. **Caxias e o Maranhão Sesquicentenário**. São Luís: Gráfica Editora Santo Antônio, 1990.

CORRÊA, Viriato. **Caxias**: o pacificador do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.] Gráf. Guarany. 1942.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaiada: a guerrilha sertaneja**. 1995. p. 73-88. (Estudos Sociedades e Agricultura). Disponível em: <http://ri.ufrrj.br> . Acessado em: 29 jun. 2017.

_____. Movimentos sociais do século XIX: história e historiografia. In: **Anais do XXII Encontro Nacional de História**. ANPUH, 2003, João Pessoa: 2006. p. 1-9. Disponível em: <>. Acesso em: 10. 01. 2017.

ENGEL, Magali Gouveia. Memórias e histórias dos balaios: Interpretações entre os saberes acadêmicos e a história ensinada. IN: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs). **A escrita da história escolar**. Memória e historiografia. RJ: FGV editora, 2009. p. 329-344.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História e ensino de história**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FRANCO, Aléxia Pádua. Uma Conta de Chegada: A transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; RIBEIRO, Jaime; CIAMBARELLA, Alessandra (Org.). **Ensino de História: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014, p. 143-163.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (Orgs). **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC - ANPUH - RS, 2000, p. 23-38.

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa de. **História do Maranhão:** Para uso dos alunos da escola normal. 2 Ed. São Luís: EDUEMA, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Balaiada.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. **Revista Trimensal de História e Geografia**, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no número do 3.º trimestre de 1858.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Escola Digna:** caderno de orientações pedagógicas - História como componente curricular/ Secretaria de Estado da Educação. – São Luís, 2017.

MARTINS, Dayse Marinho. **Curriculum e Historicidade:** Currículo e historicidade: a disciplina História do Maranhão no sistema público estadual de ensino (1902 – 2013). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **A Setembrada:** lutas políticas e participação popular no Maranhão oitocentista (1831- 1832). Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

_____. **A Balaiada na sala de aula: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

MEIRELES, Mário (1960). **História da Independência do Maranhão.** São Luís: Artenova, 1972.

_____. **Pequena história do Maranhão.** 3. ed. São Luís: SIOGE, 1970.

OLIVIERI, Mabel. **Caudilhismo.** In: BOBBIO, Norberto e outros. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 156-157.

OTÁVIO, Rodrigo. **A Balaiada 1839:** Depoimento de um dos heróis do cerco de Caxias sobre a Revolução dos ‘Balaios’. São Paulo: Siciliano, 2001.

PEREIRA, Joyce Karla. **A Independência do Brasil e o ensino de história:** conhecimento histórico e formação para a cidadania entre uma nova historiografia, livros didáticos e professores. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2014.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do Velho ao Novo:** Política e Educação no Maranhão. 1982. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1982.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão.** São Paulo: Ática, 1983.

SANTOS, Sandra R. Rodrigues dos. **A Balaiada no Sertão:** a pluralidade de uma revolta. 1. ed. São Luís: Editora Uema, 2010.

SARNEY, José. Caxias e a Balaiada. **Da Cultura.** Brasília, ano 3, n. 5, p. 21-23, dez. 2003. Disponível em: Acessado em: 03. 06. 2017

SERRA, Astolfo. **A Balaiada.** 2 ed. São Luís: GEIA, 2008.

SIEBERT, Célia; SIEBERT, Renata Mercedes da Cunha. **Maranhão História**, volume único. 1 ed. São Paulo: FTD, 2013.

SILVA, Ana Ládia Conceição. **Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles.** 2008. 177f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Marcos. **A república em migalhas:** história regional e local. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.

Ensino de história do Maranhão e gamificação da Balaiada

Dayse Marinho Martins

Introdução

A disciplina escolar História do Maranhão evidencia um papel social caracterizado a partir de questões políticas relacionadas à identidade maranhense. A trajetória da referida disciplina na Educação Básica, ilustra as permanências e rupturas estabelecidas ao longo do século XX, bem como, na primeira década do século XXI e sua conformação às políticas curriculares nacionais na contemporaneidade.

A história de uma disciplina escolar, considerando-se a história do currículo, privilegia a compreensão dos processos de elaboração de programas de ensino, a definição de procedimentos metodológicos e políticas públicas de escolarização. Além disso, desvenda a inserção no cotidiano escolar de concepções e práticas de ensino, relações com o imaginário e as múltiplas formas de apropriação pela escola dos saberes que circulam na sociedade.

Fundamentado nesses pressupostos, este artigo problematiza a abordagem da Balaiada no ensino de história local. Assim, se propõe a evidenciar os parâmetros de organização do currículo nas escolas públicas estaduais na disciplina História do Maranhão. Problematiza, para tanto, a perspectiva de abordagem da Balaiada nos manuais e livros didáticos que subsidiaram a transposição didática na disciplina História do Maranhão. Com isso, contribui com a percepção de como a trama histórica local vem sendo abordada na esfera da escolarização formal, além de suscitar

possibilidades para o uso da gamificação enquanto ressignificação da prática pedagógica em História regional na contemporaneidade.

A “invenção da tradição”: a disciplina História do Maranhão

A instituição de uma disciplina escolar não caracteriza somente um processo técnico de inclusão de um componente curricular no programa de estudos de determinado sistema educativo. O currículo está vinculado a representações de poder, denotando considerável alcance sociopolítico na organização de conteúdos.

As disciplinas escolares possuem caráter de tradição à medida que estabelecem invenções, construções institucionalmente forjadas com base em sistemas de crenças e valores no contexto histórico de uma sociedade (HOBSBAWN & RANGER, 2012). Diante desse aspecto, cabe analisar como uma disciplina escolar é instituída, como se estabelecem suas permanências e rupturas.

Conforme Julia (2001, p. 33), “as disciplinas escolares não são nem uma vulgarização nem uma adaptação das ciências de referência, mas um produto específico da escola”. Ao mesmo tempo em que uma disciplina escolar representa a institucionalização de um conhecimento de cunho científico na educação formal, ela não se restringe a um complexo de conteúdos selecionados.

A definição do *corpus disciplinar* perpassa pelo aspecto político que enfoca os objetivos do ensino em uma sociedade. “Os processos sociais que envolvem a produção do significado do conhecimento disciplinarizado assumem diferentes sentidos em função das múltiplas e variadas contingências históricas” (LIBÂNEO, & ALVES 2012, p. 230). A atribuição de significados a uma disciplina escolar, portanto, abrange um processo relacional por meio de disputas no meio social acerca do que é válido para se estudar em determinado contexto histórico. Paralelamente, caracteriza-

se como diferencial diante do processo de definição do que está apto a ser selecionado para compor o discurso de uma disciplina.

A análise histórica do currículo problematiza a desmistificação de determinadas disciplinas, elucidando os elementos sociais e políticos que influenciam na seleção de conteúdos e, por sua vez, nas tradições que legitimam a coesão do grupo social ao qual pertence o sistema educativo. A ampliação das capacidades humanas pela via da formação escolarizada surge como instrumento vinculado a condições ideológicas e materiais.

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigem novos instrumentos que assegurem ou expressem identidade e coesão social, e que estruturem relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação torna as formas tradicionais mais difíceis ou até impraticáveis (HOBSBAWN & RANGER, 2012, p. 328).

Nesse sentido, torna-se imprescindível caracterizar o contexto histórico de implantação de uma disciplina escolar, analisando a conjuntura social e política que incide sobre a inclusão e delimitação de conteúdos nos currículos dos sistemas de ensino. De tal modo, o contexto histórico em que surge a disciplina História do Maranhão no âmbito das escolas estaduais, relaciona-se à transição política e econômica na sociedade maranhense, após a proclamação da República no Brasil.

A primeira década republicana caracteriza um contexto de reformulações no campo da instrução pública maranhense. Para tanto, o discurso educacional enfoca a transição de uma concepção mnemônica de ensino para uma perspectiva científica a partir da ideologia positivista de educação pelo progresso. É nessa conjuntura que se pode perceber como se forjou a tradição representada pela implantação da História do Maranhão como disciplina escolar.

Na análise dos programas curriculares estabelecidos para o ensino secundário no Liceu e, posteriormente, na Escola Normal, pode-se perceber a caracterização do ensino de História. De início, focado no estudo da formação social e política no Ocidente, sua reorganização possibilitou desdobramentos da disciplina com a inclusão de conteúdos nacionais e, por conseguinte, regionais. Como se percebe, de acordo com os estudos de Sacristán (2000) e Goodson (2012), a construção do currículo se direciona à formação de identidades sociais no interior da escola por meio da operação do conhecimento disciplinarizado.

No advento da República, a disciplina História permaneceu enfocando a construção de uma memória nacional e objetivando a formação da nacionalidade centrada no ideário republicano. “Ainda que essa disciplina tivesse sofrido mudanças em seus conteúdos e métodos, sua finalidade principal não fora modificada, qual seja a de contribuir, fundamentalmente, para a constituição de identidades nacionais” (BITTENCOURT, 2004, p. 76). A matriz epistemológica do ensino de História, nesse momento, se pautava no modelo francês. Abordava, em seus conteúdos, os grandes acontecimentos e as ações dos homens considerados heróis, denotando a influência positivista nesta área de conhecimento. Desse modo, a disciplina História no período republicano foi subdividida em História Universal e História do Brasil.

A disciplina História do Brasil abordava um conjunto de informações referentes à Nação utilizando as ações dos chamados grandes heróis. Com base nessa perspectiva, cabia ao professor, captar e transmitir o “sentimento da terra e da gente” através de uma narrativa distinta daquelas pontuadas apenas por nomes e datas, típica dos anais e memórias do Império. Para tanto, a escrita e o ensino da história-pátria deveriam além de relembrar os fatos, exaltar seus protagonistas contribuindo para a integração do povo brasileiro por meio de modelos de conduta, de modo

a fundamentar a nova nacionalidade projetada pela República (BITTENCOURT, 2002).

No Maranhão, a reforma educacional promovida por Benedito Leite, em março de 1900, instituiu no currículo da Escola Normal, disciplina específica no campo da História voltada para a abordagem de aspectos regionais: a disciplina História do Maranhão. A atribuição de ministrar as aulas do referido componente ficou a cargo do Prof. Antonio Baptista Barbosa de Godóis, sendo suas ausências em caso de viagem de estudos, supridas pelo “cidadão Antonio Francisco Leal Lobo” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 9 abr 1900).

A disciplina História do Maranhão foi incluída na programação do 3º ano da Escola Normal. Na matriz curricular, percebe-se a organização da História partindo da Geral, passando pela nacional ate o estudo regional. De acordo com Godóis (1904), a reforma do instituto culminou com o inicio do curso de História do Maranhão em 1902, enquanto matéria separada da História do Brasil. O autor relata o caráter de continuidade da disciplina ao mencionar a História do Brasil como seu pré-requisito, considerando-a “inseparável da história geral da nação” (GODÓIS, 1904, p.V).

Ao discutir sobre a validade do ensino de História do Maranhão, Godóis ressalta a importância dessa disciplina na instrução pública. Segundo o professor, “ninguém deixará de reconhecer com efeito, que pela sua especificidade essa materia deva merecer um interesse fora do comum quer no seu lecionamento, quer no seu estudo” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 15 maio 1911).

A instituição da referida disciplina não se deu somente por distribuição de carga horária ou conteúdos. O currículo, além de mecanismo técnico é elemento político no contexto histórico e social. A

iniciativa de Godóis expressa suas vinculações com um “lugar social”, com seu papel no campo da intelectualidade maranhense.

Após três anos de inserção da História do Maranhão no currículo da Escola Normal, os documentos demonstram sua inclusão na instrução primária pública maranhense. Em 13 de abril de 1905, no Decreto de nº 47, Alexandre Collares Moreira Júnior oficializa a inclusão da História do Maranhão no currículo oficial da rede estadual.

O governo do Estado, tendo em consideração a conveniência do ensino e boa marcha dos trabalhos nas Escolas Normal, Modelo, e nos Grupos escolares, decreta:

Art. 2º - O ensino de História do Maranhão que abrangerá todo o período desde a conquista do Maranhão até a sua adesão à república, sendo graduada a sua intensidade de acordo com a categoria d'esses institutos. Terá como o de Noções de Historia Universal, de História dos povos americanos e História do Brasil, objectivo especial de despertar o mais possível o sentimento patriótico, sendo apreciados os acontecimentos mediante o estado de suas causas e da influência que tiveram na civilização local e destacados os personagens que concorreram para o engrandecimento e progresso do Maranhão (DIÁRIO DO MARANHÃO, 13 abr 1905).

A disciplina passou a compor os programas curriculares do ensino primário da rede estadual. Apenas o Liceu não contou com a sua inclusão em virtude da equiparação curricular com o Ginásio Nacional. Nessa perspectiva, os grupos escolares, de primeiras letras, passaram a oferecer a disciplina História do Maranhão, anteriormente abordada como “conteúdo de Instrucção cívica” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 3 ago 1904).

Como se pode notar, as bases para a caracterização da História do Maranhão, enquanto disciplina escolar se assentam em questões ideológicas e sociais próprias do contexto referente à primeira década republicana no Maranhão. No caso da História do Maranhão, o sentido de

formação identitária se aliou a uma concepção de singularidade. Para tanto, a disciplina enfoca elementos da constituição histórica do Maranhão, selecionados a partir de posturas políticas da parcela econômica e politicamente privilegiada da sociedade maranhense, representada pelos intelectuais que exerciam cargos públicos e posteriormente, por técnicos educacionais vinculados à política estatal.

A seleção de conteúdos da disciplina História do Maranhão, evidenciada nas propostas curriculares e livros didáticos, revela uma concepção de História enquanto abordagem do passado. Nesse sentido, o passado se agrega à História sob a forma de narrativa, como indica o subtítulo da primeira versão do livro *Terra das Palmeiras: Revivendo um passado*, publicado em 1977.

Seguindo a periodização tradicional, começam registrando os fatos históricos referentes ao Maranhão Colônia. Esses acontecimentos são narrados segundo uma ótica que não mostra a complexidade da trama histórica, ou seja, não contempla a participação dos vários segmentos que compõem a sociedade maranhense, o relacionamento existente entre eles, suas propostas. Todo o processo histórico fica simplificado, pois, a um conjunto de fatos políticos, singulares e precisos, onde se destaca a ação do grupo vencedor (CABRAL, 1987, p. 11).

Desse modo, a seleção de conteúdos no currículo escolar da disciplina História do Maranhão prima pelo enfoque de aspectos históricos regionais com ênfase em elementos identitários. Notam-se discursos míticos e oficiais com relação à constituição maranhense com base na cultura europeia, com vinculação expressiva à capital São Luís enquanto Atenas brasileira. Em relação a esse aspecto, Faria (2005, p. 09) afirma que “em sua composição étnica e sua história, a sociedade maranhense é multifacetada, com múltiplas identidades ou uma identidade

multifacetada: francesa, lusa, africana, timbira, regueira, boieira e tantas facetas que venham a se constituir”.

Enquanto conteúdo preponderante no programa curricular da referida disciplina, pode-se apontar a formação histórica maranhense. O discurso evidencia como fundamento, o ponto de vista europeu do processo de colonização.

Ressaltam-se nessa narrativa, os feitos dos colonizadores, primeiramente os franceses, depois os portugueses, descrevendo como estes conquistadores plantaram em nossa terra, as sementes da civilização europeia. São salientadas figuras como as de Jerônimo de Albuquerque, Daniel de La Touche, Bequimão, consideradas verdadeiros heróis. A participação do índio e do negro é ocultada. Faz-se referências a estes grupos, segundo os critérios da civilização europeia, onde não se respeita suas culturas e projetos de vida. Aparecem, pois, nesse discurso histórico, como objetos e não como sujeitos da história (CABRAL, 1987, p. 11-12).

A disciplina História do Maranhão demonstra a articulação da produção histórica com as relações da sociedade (MARANHÃO, 2013). Promover considerações sobre os silenciamentos na seleção de conteúdos permite ampliar a abordagem da disciplina História do Maranhão, problematizando elementos da história local negligenciados no trabalho com a disciplina que evidenciam o questionamento de aspectos identitários moldados no corpus do currículo (MARANHÃO, 2019). Dentre as perspectivas de debate entre os silenciamentos apontados, está a Balaiada.

A Balaiada na disciplina História do Maranhão

Com o advento da disciplina História do Maranhão, Barbosa de Godois sistematizou os aspectos da História do Maranhão, elaborando um manual escolar. Com isso, publica em 1904 a obra *História do Maranhão*

para alumnos da Escola Normal para direcionar o estudo da História do Maranhão como disciplina autônoma no currículo.

Para apoiá-lo nas preleções do curso de história local que ministrava no terceiro ano da Escola Normal, Godóis debruçou-se sobre a escrita de um manual didático que pudesse contemplar de acordo com o programa oficial do instituto, os conteúdos relacionados buscando abranger os períodos colonial, imperial e republicano (MELO, 2010, p. 45).

O manual elaborado por Godóis ilustra, nesse sentido, o casamento entre nacionalismo e cientificismo com bases fundamentadas na cultura regional. Na introdução da obra, o autor esclarece o ponto de partida de sua empreitada relacionando-a a sua experiência docente na Escola Normal.

A falta d'um livro, que facilitasse o estudo dos alumnos de Instrucção cívica da Escola Normal, fez-nos ir escrevendo, em 1899, o resumo das prelecções que teriam de ser feitas nas licções próximas, achando-se d'essa maneira, no fim do anno lectivo, composto um volume d'esa disciplina, de acordo com o programma oficial d'aquelle instituto. Era a primeira vez que se leccionava essa materia, com certo desenvolvimento, n'aquella Escola, constituindo o objecto d'uma aula especial e também o primeiro anno que occupavamos um lugar no professorado maranhense (GODÓIS, 1904, p. III).

Conforme ressaltado pelo autor, a produção de seus manuais didáticos relacionava-se ao exercício docente em seu cotidiano, além de se pautar em sua posição de intelectual neoateniense na sociedade maranhense. Segundo Bittencourt (2004, p. 483) “os autores desta geração possuíam, na maioria das vezes, experiências pedagógicas provenientes de cursos primários, secundários ou de escolas normais voltadas para a formação de professores”.

Entre as temáticas abordadas, Godóis destaca a Balaiada como o principal fato do contexto imperial. O autor utiliza o evento histórico para ilustrar o decadentismo da província maranhense. Nessa perspectiva, apresenta a Balaiada como “a exarcebação do sintomático problema social, provocada pela exclusão em vários níveis, agravada pelas disputas políticas locaes e pela pobresa generalisada” (GODÓIS, 1904, p.350).

Em oposição à forma como debate a Revolta de Beckman, exaltando-a em nome do amor à terra e da busca de melhores condições sociais, Godóis se opõe à Balaiada como movimento de luta. Considerava que “a contestação havia tomado o rumo errado da rapina e da crueldade” (GODÓIS, 1904, p.485). No relato, fica clara a negação de Godóis quanto à validade da Balaiada como movimento de resistência pela ausência de lideranças altivas e letradas, ou seja, pertencentes à elite, como na Revolta de Beckman.

Indivíduos ignorantes e arrastados pela paixão fremente da vingança contra a raça que consideravam sua opressora, não podiam ter um ideal nobre, nem se bater por qualquer questão política ou social. Entregavam-se à desordem para humilhar os grandes, cevar o insticto brutal de devastação, effectuar latrocínios e homicídios (GODÓIS, 1904, 527).

Barbosa de Godóis classifica os líderes do movimento como “fascínoras”, “marginais” e “vagabundos”. Em meio à narrativa, enfoca os papéis do vaqueiro Raimundo Gomes, do balao Manuel Francisco dos Anjos Ferreira e do negro Cosme. A respeito deste último, demonstra total intolerância ao considerá-lo um violento lunático que não teria sequer razões para participar da revolta. Nesse trecho, além da ideologia de desprezo das elites pela população pobre, nota-se o estereótipo que define o afro-brasileiro pela sua condição escrava. Assim, a contribuição cultural

e a atuação política dessa parcela da população são ignoradas, reduzindo-a a expectadora da constituição histórica do Brasil.

No século XX, a partir das teorizações do escolanovismo norte-americano em que a História foi denominada Estudos Sociais, destaca-se a atuação de Mário Meireles por meio da publicação do livro *Pequena História do Maranhão* (1959). A História regional é organizada sob a forma de narrativa na ordem cronológica dos acontecimentos.

Em termos de orientação metodológica voltada para a docência, o autor estrutura os capítulos em esquemas que englobam texto seguido de exercícios e questionário. Os textos são curtos e possuem sobreposições de frases afirmativas que referendam fatos históricos tradicionais da constituição maranhense. Não deixando, portanto, espaço para questionamentos e problematização.

A narrativa privilegia o enfoque a datas e heróis, trazendo ao final o encadeamento com os exercícios a partir de uma orientação metodológica às professoras. “A fim de evitar a simples memorização, que é, no entanto imprescindível com referência aos fatos capitais, às datas e vultos maiores, propor-se-ão aos alunos pequenas dissertações sobre o assunto da lição” (MEIRELES, 1970 p. 15). A proposta de atividade demonstra a concepção e ensino-aprendizagem do autor que apesar da prática de produção textual, fomenta o mecanismo para a repetição e fixação dos fatos.

Sobre a Balaiada, o autor destaca o duque de Caxias como alguém que deve ser apresentado enquanto “grande general cujo título de nobreza fora emprestado pela cidade de Caxias [...] A visita à estátua equestre do herói seria oportuna” (MEIRELES, 1970, p. 49). Sobre as minorias, não são notadas referências significativas: os afro-brasileiros são classificados como “bandoleiros”.

A narrativa mostra-se tradicional, privilegiando as ações de sujeitos históricos do sexo masculino, de origem europeia com predominância da

mentalidade branca e urbana. Portanto, Meireles reverencia os heróis reforçando a visão de história como mestra da vida, estudo do passado para edificar o futuro.

Na trajetória dos livros didáticos sobre história do Maranhão, destaca-se, como símbolo, o livro *Terra das Palmeiras* das autoras Maria Nadir Nascimento e Deuris Moreno Dias Carneiro. Difundido nos sistemas de ensino locais nas décadas de 80 e 90 do século XX, reproduz a perspectiva de desenvolvimento regional estabelecida pelos Estudos Sociais em associação com o enfoque ao civismo.

No livro *Terra das Palmeiras*, o relato sobre a Balaiada não se diferencia dos manuais produzidos anteriormente. A obra classifica o movimento como de origem popular, definindo seus líderes como “cativos e agregados”. Assim, focaliza o domínio da revolta e o papel do Duque de Caxias ao vencer os balaios e restabelecer a paz, tendo seu heroísmo propiciado o título de “Patrônio do Exército Brasileiro” (NASCIMENTO & CARNEIRO, 1991, p. 48).

No início do século XXI, com o revisionismo, no qual o ensino de História passa a ser vinculado à problematização, os livros didáticos passam por mudanças na abordagem dos conteúdos. Assim, o professor Joan Botelho publica a obra *Conhecendo e debatendo a História do Maranhão*. Caracterizada em seu prefácio como um estudo crítico da história local, a obra propala a superação da visão descritiva e livresca fundamentada no Positivismo.

A Balaiada é analisada por Botelho no âmbito dos embates do período imperial. O autor aponta para o caráter popular do movimento, ressaltando a necessidade de se compreendê-la com um novo olhar “analizando-a sob o prisma dos vencidos” (BOTELHO, 2010, p. 101).

A composição social da época é compreendida com base na estrutura econômica que direcionava as funções sociais dos indivíduos. “Na base da

pirâmide está a mão de obra escrava. Na classe intermediária, colonos livres e comerciantes. No vértice, classes privilegiadas, religiosos e funcionários do reino” (BOTELHO, 2010, p. 103).

Portanto, percebe-se na análise do autor, a relação de suas bases teóricas à fundamentação pelo materialismo histórico dialético. Os eventos são apresentados enquanto ações direcionadas por interesses materiais, sempre ressaltados pelo autor no enfoque dos aspectos econômicos.

Paralelamente ao contexto em que se situou o lançamento da obra de Joan Botelho, ocorreram os primeiros avanços na publicação de livros didáticos sobre a história regional a partir das políticas públicas no campo educacional. Nesse sentido, destacam-se as ações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O livro didático no Brasil tem sido valorizado e difundido por parte das políticas públicas do referido programa que fomenta a compra de livros didáticos mediante análise e classificação por equipes técnicas. Assim, busca propiciar a chegada aos alunos de livros mais preparados e completos a serem distribuídos em todo o país para a rede pública de ensino.

No âmbito desse processo, o livro didático está vinculado à proposta curricular da rede de ensino estruturada a partir dos modelos curriculares nacionais. Sua inclusão no catálogo de obras, com pareceres técnicos que orientam a adoção, o enquadra enquanto livro de História Regional.

Desde o PNLD 2010, as escolas maranhenses de Ensino Fundamental utilizam o livro elaborado por Francisco Coelho Sampaio, cearense, cientista social que se dedica à produção de livros sobre a história de Estados brasileiros considerando as normas do PNLD. A Balaíada é caracterizada como “o mais importante movimento popular do Maranhão” (SAMPAIO, 2008, p. 81).

O debate supera a visão estereotipada dos manuais tradicionais que atribuem uma condição de desordem ao movimento, em virtude da participação de extratos populares marginalizados socialmente. Com isso, a ação dos balaios é vinculada na narrativa à luta por melhores condições de vida.

Traçando um panorama geral da obra, a abordagem do conteúdo é realizada com ênfase na perspectiva da História Social. A transposição didática se baseia em estudos recentes, considerando fontes diversificadas por meio de ilustrações e textos complementares.

A abordagem da Balaiada nos livros didáticos apresenta a predominância do academicismo como base para a transposição didática do conteúdo. As obras se fundamentam em estudos da historiografia maranhense, oscilando entre interpretações consagradas e versões renovadas. Do período tradicional aos Estudos Sociais nota-se a permanência da perspectiva de trabalho voltada para o civismo. Com o Revisionismo, surgem novas interpretações e a substituição da exaltação local pela problematização do contexto histórico.

Ressignificando o ensino de História

No âmbito da Nova História, percebe-se a importância atribuída à correlação dos conhecimentos históricos com o cotidiano do aluno. Esse viés metodológico no ensino de História tem seus fundamentos relacionados também às contribuições da Psicologia Genética de Piaget que visa entender a gênese do conhecimento no indivíduo. Um dos principais desafios do professor de História constitui, portanto, a transposição didática dos conteúdos. A referida problemática encontra-se situada no trabalho com a noção de tempo e espaço cuja ocorrência principal se dá na segunda etapa do Ensino Fundamental.

O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e sujeitos que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis (BITTENCOURT, 2004 p.183).

É frequente a ocorrência em sala de aula, de alunos que não conseguem relacionar os conteúdos trabalhados em História com a própria realidade. Tal situação culmina com o desinteresse pela disciplina. De modo geral, isso constitui fruto do que se convencionou denominar psicopedagogicamente de dificuldade de aprendizagem (D.A).

O ato de aprender compreende a exploração dos aspectos da realidade pelo indivíduo numa relação direta com questões físicas, psicológicas e afetivas. Interferências nessa condição que os especialistas em Psicopedagogia denominam dificuldade de aprendizagem. “Suas principais características compreendem uma dificuldade nos processos simbólicos: fala, leitura, escrita, aritmética, abstração (...) independentemente de lhe terem sido proporcionadas condições adequadas de desenvolvimento” (FONSECA, 1995 p.252).

Ao contrário do que se costuma pensar, as dificuldades de aprendizagem não se restringem às disciplinas Língua Portuguesa e Matemática. Em virtude de atingirem habilidades básicas, interferem decisivamente na aprendizagem em História assim como em outras áreas. A referida problemática, no campo da História, situa-se no domínio de conceitos abstratos.

É preciso, portanto, estabelecer uma transposição didática facilitadora que atraia os alunos das turmas do 6º ao 9º ano. Nestas, o contato com o saber histórico inicia-se na perspectiva disciplinar e a

inadequação da abordagem docente pode suscitar desinteresse e, com isso, as dificuldades de aprendizagem. De acordo com Karnal, isto influencia diretamente na postura do aluno em relação à sociedade:

Nosso aluno, cada aluno, tem de se perceber como ser social, alguém que vive numa determinada época, num determinado país ou região, oriundo de determinada classe social, contemporâneo de determinados acontecimentos. Ele precisa saber que não poderá nunca se tornar um guerreiro medieval ou um faraó egípcio. Ele é um homem de seu tempo que possui a liberdade de optar. Sua vida é feita de escolhas que ele, pode fazer, como sujeito de sua própria história e da história social de seu tempo. Cabe ao professor aproximar o aluno dos personagens concretos da história, sem idealizações, mostrando que gente como a gente vem fazendo história. Quanto mais o aluno sentir a história como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela. O verdadeiro potencial transformador da história é a oportunidade que ela oferece de praticar a inclusão histórica (KARNAL, 2005, p. 28).

O interesse pela História está ligado à capacidade de integrar-se com o conteúdo, com o conhecimento histórico. Daí surge a necessidade de facilitar a compreensão dos conceitos históricos por meio de novos procedimentos de ensino. Para Piaget:

A educação do senso histórico da criança pressupõe a do espírito crítico ou objetivo, a da reciprocidade intelectual e a do senso das relações; nada mais apropriado para determinar a técnica do ensino de História do que um estudo psicológico das atitudes intelectuais espontâneas das crianças, por mais ingênuas e insignificantes que possam parecer à primeira vista (PIAGET, 1998, p. 95).

Explorando ações e representações, o professor deve promover uma intervenção facilitadora no sentido de amenizar as dificuldades de aprendizagem em História. Para tanto, convém organizar o trabalho pedagógico partindo de uma perspectiva centrada na concretude,

envolvendo o alunado com conceitos e realidades distantes de seu lugar histórico.

Um dos aspectos facilitadores na “educação do senso histórico” consiste no uso de imagens. O uso de imagens cria vinculações entre educando e conhecimento cognitivo. As imagens desempenham um papel relevante, pois, constituem elos significantes, na ligação entre o conhecimento histórico e a sensibilidade do educando. “A imagem não ilustra nem reproduz a realidade, ela a constrói a partir de uma linguagem própria que é produzida num dado contexto histórico” (BITTENCOURT, 2002 p.119).

Relacionado ao trabalho com imagem, outro elemento que pode ser empreendido pelo professor consiste na utilização do jogo visando à correlação dos conteúdos com a experiência concreta do aluno. Lopes (2001, p. 23) aponta que “É muito fácil e eficiente aprender por meio de jogos, e isso é válido para todas as idades, desde o maternal até a fase adulta. O jogo em si possui componentes do cotidiano e o envolvimento desperta o interesse do aprendiz, que se torna sujeito ativo do processo”. Diante disso, nos processos pedagógicos atuais, é fundamental considerar a gamificação.

Gamificação na transposição didática sobre Balaiada

Os processos de elaboração do conhecimento apresentam a cada dia novos desafios para a educação, requerendo metodologias facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem, da chamada geração *screenager*: “nascidos a partir da década de 80 que interagem com controles remotos, *mouses*, *joysticks* e internet, pensam e aprendem de forma diferenciada” (ALVES, 2012, p. 167). A gamificação, denominação derivada da expressão inglesa *gamification* refere a um sistema híbrido entre educação e entretenimento. O termo reporta à aprendizagem por meio de jogos: “[...]

uso de elementos dos games (como pontos, barra de progressão, níveis, troféus, fases, medalhas, quests, etc.) dentro de contextos que não são games” (MASTROCOLA, 2013, p. 26).

Trata-se de direcionar uso de mecânicas de jogos para o ambiente escolar, criando espaços de aprendizagem mediados pelo desafio e entretenimento. Kapp (2012) refere gamificação enquanto uso da estética e pensamento baseado em jogos para engajar pessoas, motivar ações, promover a aprendizagem e resolver problemas no fomento à melhoria de resultados educacionais.

Piaget e Vygotsky atuaram como principais defensores do jogo no desenvolvimento e aprendizagem escolar (ZANOLLA, 2010). Ambos evidenciaram a ludicidade como manifestação social que vincula o brincar à aprendizagem, denotando que a eficiência do lúdico está presente em diferentes sociedades e períodos históricos sob diversas formas.

Huizinga (2005) refere que as atividades arquetípicas da sociedade humana são, desde o início, marcadas pelo jogo. Enquanto metodologia, o jogo contempla elementos do cotidiano suscitando o interesse do aprendiz, que se torna sujeito ativo do processo de ensino. Os conhecimentos aprendidos de forma significativa constituem formadores de ideias que se convertem no capital cultural do ser e podem ser utilizados e reutilizados quando numa situação de aprendizagem se façam necessários. Quanto maior significação, maior o fluir das informações transformadas em imagens e arquivadas na memória.

Martins (2014) considera a gamificação uma aprendizagem interativa baseada em desafios cognitivos, dotando de significado a prática pedagógica. No Brasil, enquanto metodologia pode potencializar o aprendizado de forma significativa, estimulando a permanência discente no sistema de ensino. Segundo Martins e Bottentuit Junior (2016), a apropriação de elementos de jogos para o desenvolvimento de conteúdos

educacionais é uma estratégia promissora que permite aos alunos uma aprendizagem dinâmica. Nessa perspectiva, a gamificação surge como ferramenta colaborativa que pode contribuir com o ensino, reformulando o ambiente acadêmico e ampliando as perspectivas de inclusão educacional.

Na abordagem sobre Balaiada, a transposição didática pode ser direcionada por práticas de gamificação que aliem a mecânica de jogos à problematização das versões históricas sobre o evento. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que o contexto maranhense carece de iniciativas de elaboração de jogos eletrônicos sobre a história regional.

Conforme Battaiola (2000), por jogo eletrônico compreende-se um sistema formado da articulação entre enredo, motor e interface interativa. A partir do enredo surge a trama e o objetivo do jogo que vai direcionar os passos a serem seguidos pelo aprendiz. O motor se refere à linguagem de programação e por sua vez, a interface interativa é o conjunto imagético visualizado pelo usuário (BETHKE, 2003). Assim, enquanto tarefa complexa, a elaboração de jogo eletrônico com a temática da Balaiada requer um esforço de articulação entre profissionais da área computacional e da história, que precisam de forma interdisciplinar construir a representação eletrônica do evento.

Diante da carência de ferramentas eletrônicas para gamificação sobre Balaiada, cabe estimular a utilização da dinâmica de jogos em versões interativas no ambiente escolar. Trata-se de aproveitar o conjunto de jogos comerciais com temáticas históricas para aproximar a percepção discente, da historicidade. Para tanto, se destacam as versões de *board game* (tabuleiro), *card game* (cartas), trilha ou *Role-playing game* (RPG).

Nessa perspectiva, surge a elaboração por Juchem e Pereira (2018) do jogo de cartas inspirado na “canastra”, cujo conteúdo abrange as revoltas regenciais: Cabanagem, Sabinada, Balaiada, Malês e Farroupilha. O

“Canastra Regencial” apresenta em suas cartas sete categorias: nome da revolta, ocorrência geográfica, perfil social dos envolvidos, aporte ideológico, reivindicações, desfecho do conflito e personagens da revolta. Por meio do jogo, o aprendiz precisa realizar a “montagem” de uma sequência de cartas em que sejam todas a respeito de uma única revolta.

O Canastra Regencial poderá ser uma ferramenta facilitadora da aprendizagem, permitindo aos professores de História trabalhar com os alunos diferentes contextos. O que representou o período regencial brasileiro, em geral, para a manutenção da unidade territorial do então Império do Brasil, assim como o que significaram os movimentos políticos e econômicos pós-independência nas províncias. Os professores poderão encontrar, portanto, na Canastra Regencial, uma ferramenta para despertar o interesse dos alunos nesse período, mesmo que esse interesse seja, inicialmente, apenas um meio para obter sucesso no jogo (JUCHEM; PEREIRA, 2018, p. 05).

O referido jogo permite, portanto, contextualizar a Balaiada no âmbito do período regencial, articulando as questões relacionadas ao evento à conjuntura social e política brasileira. Além disso, evidenciará a percepção discente sobre os sujeitos envolvidos na dinâmica da Balaiada, bem como suas demandas políticas e sociais, problematizando as versões da narrativa histórica sobre o movimento.

Ainda na abordagem pedagógica que suscita a ressignificação das interpretações consagradas sobre a Balaiada, a gamificação pela via dos jogos de cartas pode ser evidenciada pela dinâmica do jogo Trunfo. Difundido no circuito comercial, o referido jogo de cartas trabalha a mediação em um coletivo de dois a oito participantes que manipulam 32 cartas com o objetivo de acumular o maior número delas (CANTO; ZACARIAS, 2009).

As cartas são organizadas conforme categorias com índices vinculados à temática da versão. Podem ser retratados sujeitos, objetos,

elementos do imaginário, com itens adaptados a níveis. No manuseio das cartas, os estudantes podem identificar e correlacionar temas, propriedades, características dos itens, além de utilizar tais informações estrategicamente de modo a obter sucesso na disputa. Ao mesmo tempo, podem ressignificar representações sociais nas quais realizam a ancoragem cognitiva para a compreensão do conteúdo.

As representações sociais são produzidas e apreendidas no contexto das comunicações sociais, produções culturais que circulam numa determinada sociedade sob as formas mais variadas [...] estas produções do imaginário social são filtradas pelas representações hegemônicas constitutivas da epistéme definida por Foucault (1987), ou visão de mundo, de uma determinada época histórica. [...] reinterpretadas pelo grupo, ou, mais especificamente, pelo habitus, definido por Bourdieu (1983), como disposições adquiridas em função de se pertencer a determinados grupos sociais [...] Entretanto, as representações sociais não são meras (re)combinações de conteúdos arcaicos sob pressão das forças do grupo. Elas são também alimentadas pelos produtos da ciência, que circulam publicamente através da mídia e das inúmeras versões populares destes produtos (SPINK,1993, p. 305).

A estratégia do jogo colabora para tornar a aula mais atrativa, facilitando a compreensão da realidade local. Além disso, ao utilizar o jogo no formato trunfo, a discussão sobre Balaiada permite evidenciar sujeitos e relações de poder, bem como atitudes na dinâmica social, ressignificando as representações sociais estabelecidas no ensino tradicional de história local.

Seguindo o *layout* de cartas, o jogo da memória caracteriza outra possibilidade de recurso para abordagem da Balaiada. Superando o viés memorístico tradicional de retenção de informações, trata-se de potencializar a memória como estrutura cognitiva que se articula à dinâmica social para problematização de conceitos e fatos.

Segundo Antunes (2008), o jogo de memória promove um desenvolvimento intelectual e afetivo ao possibilitar a memorização e a identificação. Assim, estimula elementos visuais, conceitos e informações sobre o tema a fim de que o aprendiz compreenda pela prática de observação. No contexto da Balaiada, a utilização do jogo da memória possibilita a discussão sobre fato e narrativa, sujeitos e posturas na sociedade.

Ainda no âmbito das práticas de jogabilidade em sala de aula, destaca-se o jogo de estratégia. O formato em tabuleiro trabalha a habilidade de atuação tática do aprendiz. Tomando por base a percepção da Balaiada como movimento social, é possível adaptar versões de jogos comerciais tais como *War* e *Combate*. Nesse panorama, surgem possibilidades de ressignificação das interpretações tradicionais sobre o choque entre balaios e soldados, evidenciando a dinâmica política no contexto social. Há a perspectiva de abordagem de aspectos éticos e do papel da mediação em cenário de conflito.

Outro modelo nesse sentido constitui os jogos de trilha. Organizada em tabuleiro, a trilha desenhada apresenta desafios a serem superados pelo aprendiz em vinculação à temática abordada. No âmbito da Balaiada, permite contextualizar elementos do espaço, processos de conquista e táticas desenvolvidas durante o movimento. Diante disso, promove a comunicação, o respeito às regras além do raciocínio lógico e a simbolização.

A prática com jogos pode ser organizada em situações para *feedback* do conteúdo. Como instrumento avaliativo, baseado em critérios definidos pelo docente, o formato de *Quiz* pode ser facilmente adaptado a ambientes digitais. No estilo tutorial, evidencia a abordagem significativa do erro podendo fazer uso de níveis e recompensas.

A gamificação permite pela via da ludicidade, a aproximação de conteúdos abstratos e distantes da realidade concreta do aluno. Assim, o jogo enquanto procedimento de intervenção docente facilitadora contribui para a significação do conhecimento histórico pelo aluno. A correlação entre uma sociedade histórica distante e a atualidade favorece a compreensão de conceitos e a formação do pensamento histórico. Além disso, amplia a consciência do aluno como sujeito histórico ao fazê-lo perceber-se enquanto tal a partir da percepção de que é permeado pela relação constante entre presente e passado.

Conclusão

As mudanças curriculares no ensino de História requerem o rompimento com práticas homogeneizadoras e acríticas. Para tanto, é preciso valorizar reelaboração do conhecimento por meio de práticas educativas que dialogam com saberes e culturas não escolares. A seleção de conteúdos evidenciada na disciplina História do Maranhão demonstra um enfoque acrítico que não permite ao aluno compreender-se enquanto sujeito histórico. As temáticas são caracterizadas por narrativas distantes do contexto discente, em abordagens memorísticas e não problematizantes que propalam versões oficiais da formação maranhense.

Nota-se assim, a necessidade de se repensar a seleção de conteúdos da disciplina História do Maranhão de modo a evidenciar os silenciamentos presentes no currículo a partir da abordagem tradicionalmente difundida. Por meio desta perspectiva, a homogeneização, o oficialismo e a ausência de crítica fazem parte do ensino. O confronto de versões atua como possibilidade de ampliação do universo de reflexões em sala de aula. O ensino de história, então, se presta ao seu papel dentro da sociedade na medida em que não mais formata repetidores de datas e verdades pré-determinadas, mas incentiva o aluno

a pesquisar seu conhecimento tornando-se autor de sua própria expressão.

Com base na proposta de ensino problematizante, surge a gamificação: abordagem do conhecimento histórico a partir do uso de jogos que enriquece a interação do aluno com os conteúdos. A partir da estrutura visual e narrativa, é perfeitamente viável trabalhar as noções relacionadas ao tempo e suas dimensões: sucessão, duração e simultaneidade. Isso permite ao professor intervir através da reflexão sobre os diferentes tempos de acordo com a realidade.

Outro ponto de discussão engloba a versão atribuída a um fato. Nesse sentido, o aluno é conduzido à percepção de que as narrativas partem de pontos de vista diferentes. Isso permite que ele verifique as diferentes versões da História bem como a presença da subjetividade. A intervenção pode ser direcionada ainda à discussão de aspectos da vida social de comunidades do passado. Entretanto, é necessário no tratamento da imagem, retratar seus aspectos ficcionais. Fundamentado nessas contribuições, o uso da gamificação demonstra potencial significativo na abordagem de conteúdos distantes da realidade histórica do aluno.

Referências

Fontes

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 13 abr 1905. Disponível em:
<http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 12 abr. 2020.

DIARIO DO MARANHÃO, São Luís, 15 maio 1911. Disponível em:
<http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 15 abr. 2020.

DIARIO DO MARANHÃO, São Luís, 3 ago 1904. Disponível em:
<http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 14 abr. 2020.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 9 abr 1900. Disponível em:
<http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Bibliografia

- ALVES, Lynn. Jogos eletrônicos e ensino on-line: aprendizagem mediada por novas narrativas. In: BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. & COUTINHO, Clara. P. (Orgs.). **Educação On-line:** conceitos, metodologias, ferramentas e aplicações. Curitiba, PR: CRV, 2012.
- ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BATTAIOLA, André L. Jogos por Computador – Histórico, Relevância Tecnológica e Mercadológica, Tendências e Técnicas de Implementação In: Anais da XIX Jornada de Atualização em Informática. **Proceedings.** Curitiba: SBC, Julho/2000, v. 2. 83-122p.
- BETHKE, Eric. **Game Development and Production.** “Wordware Publishing”, 2003.
- BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2002.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História.** São Paulo: Cortez, 2004
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e Debatendo** a História do Maranhão. São Luís: Fort Gráfica, 2010.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. O ensino de História do Maranhão. **Cad. Pesq.** São Luís, UFMA, jul./dez. 1987.
- CANTO, Alisson Reis; ZACARIAS, Marcelo Augusto. Utilização do jogo Super Trunfo Árvores Brasileiras como instrumento facilitador no ensino dos biomas brasileiros. **Ciências & Cognição**, v. 14, n. 1, p.144-153, 12 jan. 2009.
- FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antonio Torres (Org.). **Memória de professores:** histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: Universidade Federal do Maranhão / Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005.
- FONSECA, Vitor. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GODÓIS, Antonio Batista Barbosa de. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal.** II tomos. São Luís: Typ Ramos d'Almeida, 1904.

GOODSON, Ivor F. **Currículo:** teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HOBSBAWN, E. & RANGER, T. (Orgs.) **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HUIZINGA, J. **Homo ludens:** o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2005.

JUCHEM, Henry; PEREIRA, Nilton Mullet. Sobre o uso de jogos no ensino de história. **Revista Brasileira de Educação.** Belo Horizonte, vol.3, n.7. 2018.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação,** São Paulo, n. 1, p. 9-43, jan./jun, 2001.

KAPP, Karl M. **The gamification of learning and instruction:** game-based methods and strategies for training and education. San Francisco: Pfeiffer, 2012.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). **Temas de pedagogia:** diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na educação:** criar, fazer, jogar. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARANHÃO. **Diretrizes Curriculares.** São Luís: SEEDUC, 2013.

MARANHÃO. **Documento curricular do território maranhense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (BNCC).** São Luís: SEEDUC, 2019.

MARTINS, Dayse M. et al . The Legend of Zelda: Jogos Eletrônicos e Intervenções Pedagógicas na Abordagem sobre Medievalismo. **Revista Hipertexto,** v. 4, p. 21-52, 2014.

MARTINS, Dayse M; BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista . A Gamificação no Ensino de História: O Jogo ‘Legend Of Zelda’ na Abordagem sobre Medievalismo. **Holos** (Natal. Online), v. 7, p. 299-321, 2016.

MASTROCOLA, Vicente Martin. **Doses Lúdicas:** breves textos sobre o universo dos jogos e entretenimento. Edição do autor: São Paulo, 2013.

MEIRELES, Mário. **Pequena História do Maranhão.** 3. ed. São Luís: SIOGE, 1970.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. O Maranhão em preleções: a escrita do livro didático de história local nas primeiras décadas republicanas. In: CARVALHO, Cláunílio Amorim et al (Orgs). **Pergaminho Maranhense:** estudos históricos. São Luís: Café & Lápis, 2010.

NASCIMENTO, Maria Nadir & CARNEIRO, Deuris Moreira Dias. **Terra das Palmeiras:** geografia e história do Maranhão. Edição renovada. São Paulo: FTD, 1991.

PIAGET, Jean. A psicologia da criança e o ensino de História. In: PARRAT, Silvia; TRYPHON, Anastasia (Orgs.). **Sobre a pedagogia.** Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SAMPAIO, Francisco Coelho. **História do Maranhão.** São Paulo: Scipione, 2008.

SPINK, Mary Jane. **O conhecimento no cotidiano:** As representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.85-108.

ZANOLLA, Silvia Rosa Silva. **Videogame, educação e cultura:** pesquisas e análise crítica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

Um olhar sobre o memorial da Balaiaada de Caxias/MA: refletindo sobre o museu enquanto ferramenta metodológica para o ensino de História

Reinilda de Oliveira Santos

Introdução

Até meados do século passado, no Brasil, os museus eram espaços voltados para especialistas em arte, não se configurando como campo de pesquisa histórica. Letícia Julião (2015) destaca que em particular, a partir dos anos de 1990 se observa sinais de ascensão do status do museu como objeto fecundo de estudos históricos. É possível dizer que, comparada a outras disciplinas, a História interessou-se tardiamente pelos museus. Em parte, o interesse de historiadores pelo tema é decorrente do progressivo alargamento do conceito de fonte histórica e dos domínios historiográficos.

Sendo as fontes históricas por natureza a matéria-prima do historiador no processo de reconstrução do passado de uma época ou sociedade, a partir dos desdobramentos da Escola dos Annales e ampliação do conceito de fontes históricas, sejam essas fontes materiais imateriais, os museus passaram a ser explorados de forma a complementar a história contada nos livros didáticos, tornando esses espaços valiosas ferramentas educativas, com seus acervos sendo interpretados como fontes.

Fonte histórica, documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. O termo mais clássico para conceituar

fonte histórica é documento. Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos, torna-se fonte para o conhecimento da história. [...] (SILVA; SILVA, 2006, p. 158)

Neste sentido, o museu se configura como um guardião da memória e tem por objetivo principal preservar e perpetuar a história, contudo em um mundo em que as informações chegam cada vez mais rápido e são em demasia efêmeras, nem a história nem os museus são muito atraentes para os estudantes. E nos últimos anos os museus têm se evidenciado como espaços educativos procurando cada vez mais mecanismos de inserção do alunado, desmistificando gradativamente a ideia arraigada de que museu é meramente um espaço de vestígios do passado. E o mais importante, no último século, surgiram museus preocupados em evidenciar a história do povo, dos excluídos, uma vez que, durante muito tempo estava preocupado apenas em registrar a memória oficial, excluindo a história dos pobres e negros.

Dentro desta perspectiva, o Memorial da Balaiada de Caxias, criado em 2004, tem a preocupação de retratar a história da Guerra da Balaiada, ocorrida entre 1838 e 1841, do ponto de vista dos balaios, artesãos, vaqueiros, pequenos lavradores, negros alforriados, escravos, mestiços e brancos pobres. A Balaiada foi uma das maiores e mais significativas revoltas populares já ocorridas no Maranhão e com forte repercussão em todo o país. A Guerra se iniciou por questões políticas entre partidos, mas acabou sendo assumida por vaqueiros, quilombolas e homens sem posses que lutavam por liberdade, por uma reforma agrária e contra o recrutamento forçado para as forças militares e os desmandos de chefes políticos locais. E a cidade de Caxias, por ser a segunda maior cidade em

termos econômicos no Maranhão naquele contexto, se torna, em 1839, um dos palcos mais significativos para revolta.

A revolta começou na Vila da Manga, atual Nina Rodrigues e se espalhou pelo Maranhão, Piauí e Ceará. Matthias Assunção (1988), em seu artigo intitulado *História de Balaio” Historiografia, memória oral e as origens da Balaiada* destaca que os manuais de história dizem que a revolta aconteceu no Maranhão, quando na verdade abarcou apenas uma parte, se bem que mais importante desta província, mas, além disto, se estendeu por quase todo Piauí e chegaram mesmo a alguns municípios do Ceará. Por causa desta amplitude geográfica, ela teve características diferentes em cada subárea da revolta. No sul do Maranhão e grande parte do Piauí, foi uma revolta de fazendeiros de gado liberais. No vale do rio Itapecuru e na região conhecida como Maranhão oriental, pelo contrário, foi acima de tudo uma revolta de escravos e camponeses. (ASSUNÇÃO, 1998, p 68).

O movimento teve como principais líderes Manuel Francisco dos Anjos (o Balaio), Lívio Lopes Castelo Branco, Raimundo Gomes Vieira e Cosme Bento das Chagas (o Negro Cosme), que estão representados em estátuas de argila na parte externa do memorial da Balaiada, em frente à Praça Duque de Caxias, como uma forma de confrontar a memória oficial. O museu, enquanto espaço de memória, guarda a história do movimento. Vale destacar que durante muito tempo, as interpretações que permeavam o imaginário social os viam de forma extremamente negativa, atribuindo-lhes características como ladrões baderneiros e bandidos.

O Memorial da Balaiada se configura como um centro educativo-cultural e apresenta uma sala de exposição permanente com um acervo de importante caráter histórico formado por materiais arqueológicos. Além de uma exposição de perfil histórico, abrangendo a vida dos balaios, os seus líderes e a cidade de Caxias na época do conflito. O espaço museal constantemente realiza ações educativas junto às escolas e conta com a

participação de professores de escolas públicas, privadas e das universidades, além de membros da Academia Caxiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias. Na realidade, a instituição tem a preocupação de pensar projetos levando em consideração as especificidades dos alunos, como a faixa etária, por exemplo.

A seguir trago elaborações sobre a história do Memorial e a relação entre museu e educação. O texto é construído embasado em referências bibliográficas, entrevista com a gestora do Memorial, Mercilene Torres, com o poeta e pesquisador Wybson Carvalho e com um dos idealizadores do Memorial, Renato Lourenço de Menezes. Além de utilizar informações de professores e pesquisadores envolvidos com projetos no museu, utilizei relatos da minha experiência enquanto pesquisadora que realizou diferentes atividades utilizando o museu.

1. Apontamentos sobre a relação entre museu e educação

Diante das mudanças de paradigmas do conhecimento histórico dos últimos anos, podemos pensar como os museus¹ se relacionam com a educação na medida em que se configuram como recursos discursivos sobre o passado e podem ser utilizados como ferramentas metodológicas na educação básica. Atualmente, autores como Ricardo de Aguiar Pacheco, Adriana Mortara Almeida, Camilo de Melo Vasconcelos, Francisco Régis Lopes Ramos, Selva Guimarães Fonseca, Marcos Silva e Circe Bitencourt têm se debruçado sobre a importância dos museus como ferramenta pedagógica para o ensino de história e sobre as diferentes formas de utilização desses espaços na escola.

¹ “O museu por muito tempo carregou a ideia de lugar de velharias, esperando por visitantes curiosos de ver ou rever objetos obsoletos e há muito sem utilidade. Hoje os museus são entendidos como um ambiente dinamizador de memórias, e se tornou um ambiente de conhecimento e de aprendizagem” (CAETANO, 2012, p. 1).

Na realidade, no início do século XIX, os museus eram entendidos como instituições educacionais. Faria (2000, p. 4) destaca que em meados deste século a era do museu, enquanto instituição pública, tinha sido definitivamente inaugurada e a sua criação é inseparável de debates sobre valores nacionais, o futuro das nações industrializadas e da democracia.

Para Surano (1986, p. 10), a palavra museu (*mousseion*) originou-se na Grécia Antiga, que significa casa das musas e “era uma mistura de templo e instituição de pesquisa, voltado sobretudo para o saber filosófico. Buscava-se discutir e ensinar todo o saber do tempo no campo da religião, mitologia, astronomia, filosofia, medicina, zoologia, geografia etc”. Contudo, esses espaços ganharam outra conotação, atualmente eles estão atrelados à ideia de guardião da memória e funcionam como instrumento de ensino-aprendizado e seus acervos servem para reflexões sobre a sociedade. Mesmo que ainda exista certa dificuldade em entender claramente o papel dos museus, enquanto instituições educativas, as instituições museais precisam entender que são fortes instrumentos educacionais.

O museu é uma instituição e sua função maior remete à consciência sobre a materialidade do mundo necessária para a “nossa vida e reprodução como entes biológicos, psíquicos, sociais, intelectuais, morais.” A sociedade precisa de lugares para que a façam compreender o papel dos objetos “naturais ou culturais, estruturas, objetos ou instalações de arte, imagens etc” . Para o autor, a especificidade do museu “[...] está precisamente naquilo que, ao lhe dar personalidade, distingundo-o de outros instrumentos similares do campo simbólico, garante condições máximas de eficácia: o enfrentamento do universo das coisas materiais” (MENESES, 2000, p. 98).

Segundo o Conselho Internacional de Museus, um museu se configura como uma “instituição sem fins lucrativos, permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e aberta ao público, que

adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e divertimento, testemunhos materiais do povo e de seu ambiente". Dentro desta perspectiva, o museu, enquanto ferramenta alternativa para o ensino de história, tem a função de promover o ensino por meio do contato com os objetos históricos e deve ser visto como espaço provocativo de reflexões, onde as pessoas podem construir as suas narrativas nas entrelinhas da expografia, tendo em vista que não exibem toda sua potencialidade educativa nas exposições, além do mais ele não apresenta uma verdade única e definitiva².

E como aponta Pereira (2008, p. 3) a visita ao museu serve então ao propósito de construção do conhecimento histórico pela problematização do que está sendo exposto, o que certamente não significa deixar os "objetos falarem por si". Entendendo esses objetos como fontes, portadores de informações, reconhecendo a historicidade na exposição museal, problematizando, interpretando, comparando narrativas.

Silva (2010, p.6) destaca que o trabalho voltado para a construção do conhecimento a partir do potencial educativo de determinadas instituições, como é o caso dos museus, exige do professor um olhar mais acurado e crítico para esse espaço e uma metodologia específica, pois deve ser visto como espaço provocativo de reflexões e não como depositário de verdades definitivas. Portanto, é preciso estar atento para o caráter discursivo das exposições museais. O acervo e as atividades realizadas em um museu ultrapassam a organização de uma exposição. Sendo assim, os museus constroem um discurso sobre os temas que expõe quando escolhem, sob diversos critérios, os objetos que serão expostos. Nota-se, desta forma que os espaços museais não são mais entendidos como espaço

² O reconhecimento de que aquilo que se articula nos museus não é a verdade pronta e acabada, e sim uma leitura possível e historicamente condicionada, resgata para o campo museal a dimensão do litígio: é sempre possível uma nova leitura, é sempre possível abrir gavetas no corpo das vénus museais e reabrir processos engavetados por interesses nem sempre nobres (CHAGAS, 2006, p. 35).

de contemplação, adoração e admiração pura e simplesmente, mas, ao contrário disso, para realizar seu potencial educativo deve possibilitar o questionamento, a compreensão de seu caráter discursivo e por isso mesmo a importância do não dito ou não visto para a compreensão do dito ou do visto.

É através da musealização de objetos, cenários e paisagens que constituam sinais, imagens e símbolos, que o Museu permite ao homem a leitura do mundo. A grande tarefa do museu contemporâneo é, pois, a de permitir está clara leitura de modo a aguçar e possibilitar a emergência (onde ela não existir) de uma consciência crítica, de tal sorte que a informação passada pelo museu facilite a ação transformadora do Homem (GUARNERI, 1990, p.8).

Os museus possuem forte papel na construção e formatação de identidades. Fassbinder e Oliveira (2013) defendem que na medida em que está em jogo o processo de identidade, percebe-se que uma das funções sociais preconizada para o museu é o de promover o conhecimento e permitir uma ligação entre passado e presente, a fim de instrumentalizar a população de um determinado local quanto a sua origem e identidade. Esse esforço procura auxiliar as pessoas a entenderem seu próprio presente. Por conseguinte, o museu, enquanto referência para elaboração da identidade de uma determinada comunidade, desempenhando um importante papel social e coloca sobre a coleção nela depositada um peso simbólico. O museu, portanto, pode funcionar como um arcabouço de onde comunidades retiram sentidos para explicar e/ou valorizar o presente vivido.

Assim, é preciso refletir sobre qual camada social está sendo exposta no museu, o que está sendo dito sobre ela, sobretudo, dando ênfase para o sentido de preservação dessa memória em detrimento de outra. Neste sentido, o Memorial da Balaiada se destaca por priorizar a história das minorias, trazendo um acervo que materializa a vida daquelas pessoas, além

de evidenciar, através de materiais arqueológicos, fatos sobre o conflito da Balaiaada.

O Memorial da Balaiaada é para quem lá correr, o turista, o pesquisador ou o visitante curioso, ter a sua versão sobre essas duas partes, a Praça Duque de Caxias, retrata a história, o comportamento dos vencedores e o memorial é a outra parte, é a ótica sobre os vencidos. Os caxienses cotidianamente sentem-se representado quando olham para as ruínas do antigo forte que abrigou as forças legalista do Norte no primeiro grande momento histórico de Caxias. Então os caxienses, ao olhar aquelas ruínas aguçam o que está afixado às suas memórias sobre esses dois momentos. A adesão dos portugueses a independência do Brasil e a grande revolta política e social ocorrida no Maranhão no período de 1838 a 1841, a revolta da Balaiaada (CARVALHO, 2018)

Além do acervo, o museu se preocupa em expor um discurso que contrapõe a historiografia tradicional, que durante muito tempo era aceita e ainda permeiam os manuais didáticos. Contudo o Memorial é uma afronta neste sentido e de forma pulsante conta a história no local em que ela ocorreu, sob o prisma dos vencidos, desmystificando a forma como a sociedade ver o conflito e seus desdobramentos e, com isso criando e fortalecendo um sentimento de identificação e pertencimento das pessoas com a história do movimento. O museu dialoga com autores que estão preocupados em fazer uma revisão dessa visão tradicionalista, tais como o já mencionado Mattias Assunção (1988), além de Carlota Carvalho (1924), Maria de Lourdes Janotti (2000) e Astolfo Serra (1946).

2. Memorial da Balaiaada e ensino de história em Caxias/MA

2.1 Memorial da Balaiaada: a instituição e seu acervo

O sítio histórico do Morro do Alecrim retrata bem o patrimônio histórico de Caxias. As ruínas do forte que abrigou primeiramente as forças legalistas do Norte durante o movimento de adesão dos portugueses a independência do Brasil hoje apresentam as duas visões, a dos vencedores através da praça

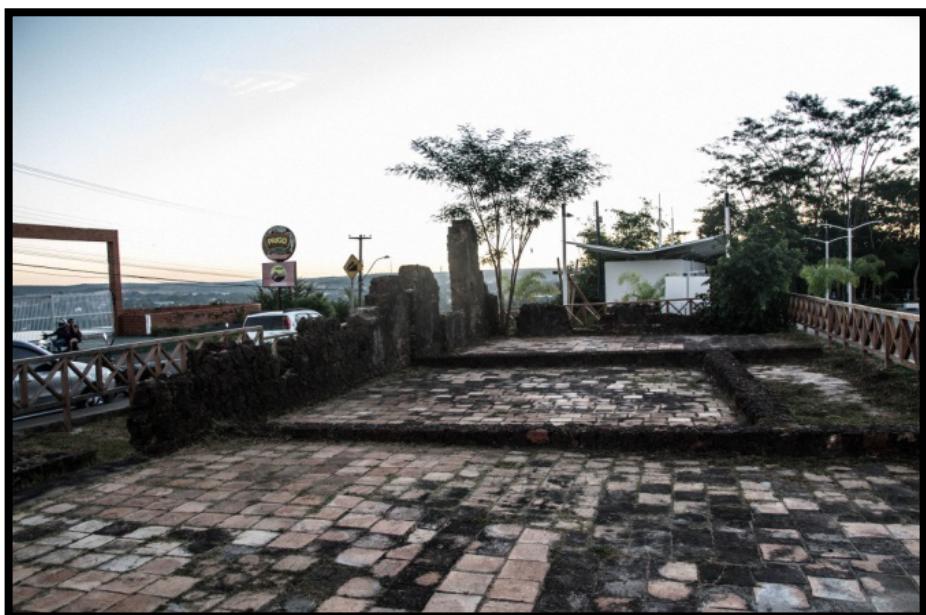
Duque de Caxias e dos vencidos com a construção do memorial da Balaiaada.
(CARVALHO, 2018)

O museu está localizado no antigo Quartel de Polícia no Morro do Alecrim em Caxias- MA, como se percebe na imagem abaixo, local que abrigou as tropas do português José da Cunha Fidiê e de Duque de Caxias, juntamente com as Ruínas da Balaiaada e o recente inaugurado Mirante, desenvolve papel fundamental na construção da consciência histórica sobre o movimento da Balaiaada, ocorrido no século XIX. Além de guardar objetos dos séculos XIX e XX, o memorial tem documentações de grande importância para os estudantes e pesquisadores que desejam conhecer e ampliar o conhecimento sobre a guerra da Balaiaada.

Fotografia 1:

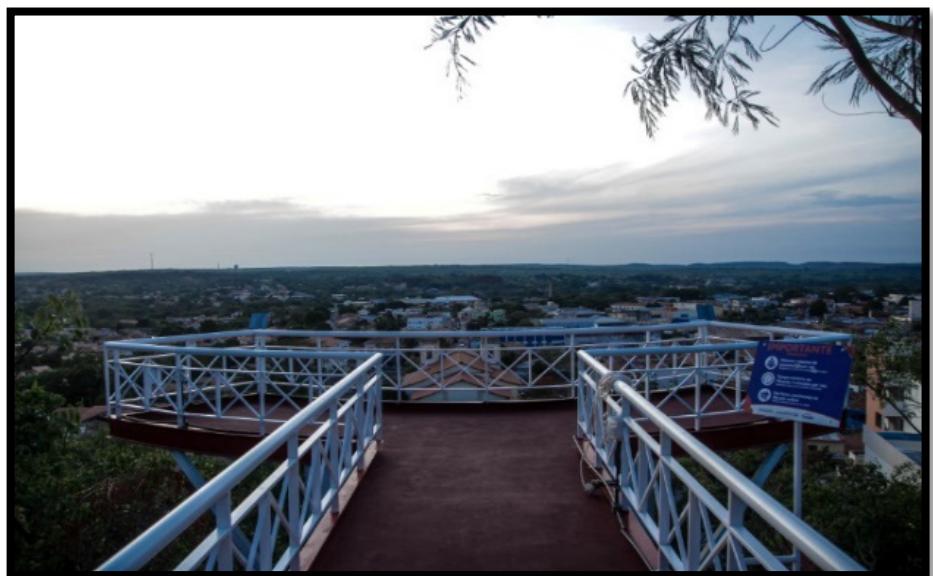


O museu atualmente faz parte de um complexo histórico e turístico juntamente com as ruínas³ e o mirante⁴, expostos nas imagens abaixo.



³ As Ruínas do Forte da Balaiada representam uma das poucas fortificações em terra construídas no Brasil, cujos vestígios ainda são aparentes. O antigo quartel foi edificado no ano de 1823, construído de pedra de calcário e cal, em formato retangular. Foi ocupado em 1840 pelos soldados, conhecidos como tropa legalista do norte, conduzidos por Luiz Alves de Lima e Silva, durante o conflito da Balaiada. As Ruínas estão localizadas no Morro do Alecrim, antigo Morro das Tabocas e são conhecidas também por Ruínas do Forte da Guerra da Balaiada; Ruínas do Forte da Revolta da Balaiada; Ruínas do Forte do Morro do Alecrim; Ruínas do Quartel do Morro do Alecrim; Ruínas do Quartel de Fidié.

⁴ O mirante foi inaugurado em 2018, sendo o novo cartão postal da cidade de Caxias no Maranhão e está localizado no Morro do Alecrim, onde estão as ruínas do Quartel da Balaiada, movimento ocorrido no século XIX entre os anos de 1839 e 1841. No contexto da Balaiada, o local era estratégico, por ser alto e permitir uma visão mais ampla da cidade e foi utilizado como forma de vigiar e proteger o quartel. Atualmente o espaço recebe visitante da cidade, dos municípios vizinhos e de outros lugares, sobretudo no final da tarde, para admirar o pôr do sol.





O espaço foi pensado por pesquisadores, professores e alunos universitários e materializado através de parceria entre a Gerência Municipal de Desenvolvimento Humano (GMDH), Secretaria Municipal de Cultura, com apoio do Ministério da Cultura e patrocínio do Banco da Amazônia. Foi inaugurado em 26 de junho de 2004, cujo objetivo era contar a história dos vencidos no conflito da Balaiada, bem como promover atividades educacionais e culturais. O acervo foi adquirido através de doações, compras e também por uma prospecção arqueológica realizada nas ruínas, coordenada pelo arqueólogo Deusdedit Carneiro Filho, diretor do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, com apoio de professores e alunos do Curso de História do Centro de Estudos Superiores de Caxias.



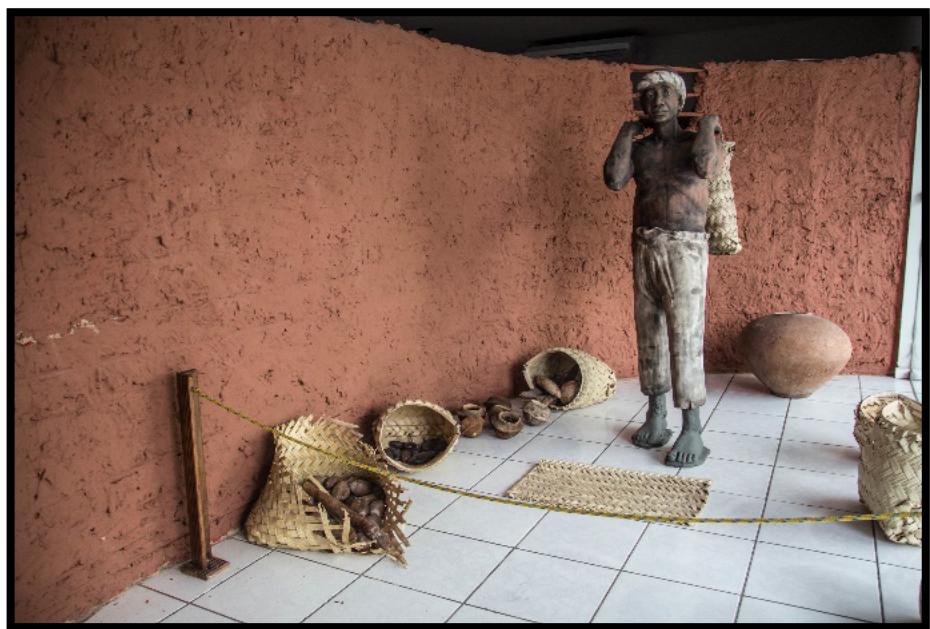
O museu se configura como um centro educativo-cultural e apresenta uma sala de exposição permanente, com um acervo de importante caráter histórico formado por material arqueológico. Além de uma exposição de perfil histórico, abrangendo a vida dos balaios, os seus líderes e a cidade de Caxias na época do conflito. O museu é composto por uma biblioteca, um auditório, uma pequena reserva técnica, uma cantina, um laboratório de restauração e um centro de documentação composto por documentos do século XIX e XX: alvarás, cartas de liberdade, inventários, procurações e testamentos.

Na parte externa do museu estão expostas esculturas em argila dos principais líderes da Balaiada: Cosme Bento das Chagas (Negro Cosme), Raimundo Gomes Vieira (o Cara Preta) e Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, como destacados nas imagens abaixo.



A entrada do museu, como se observa nas duas imagens abaixo, foi pensada para levar o visitante a ter o primeiro contato com os temas do

museu. Há uma parede de barro, fazendo referência a uma casa de taipa e em frente a ela há um homem negro, com trajes semelhantes ao usado por negros escravizados e alforriados, carregando um cesto, comumente chamado de cofo⁵, feito de palha de babaçu. No chão observamos um pote de barro, ainda comum em muitas moradias do interior do estado, além de uma pequena esteira, chamada também de mençaba, e outros cofos de diferentes modelos contendo coco babaçu e um macete/cacete de quebrar o coco.

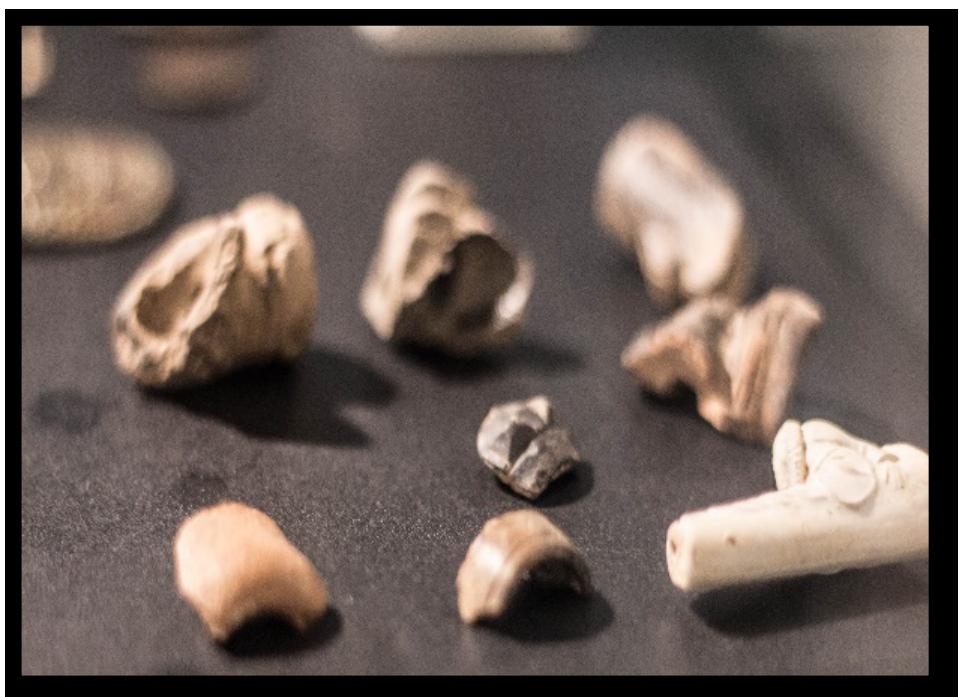


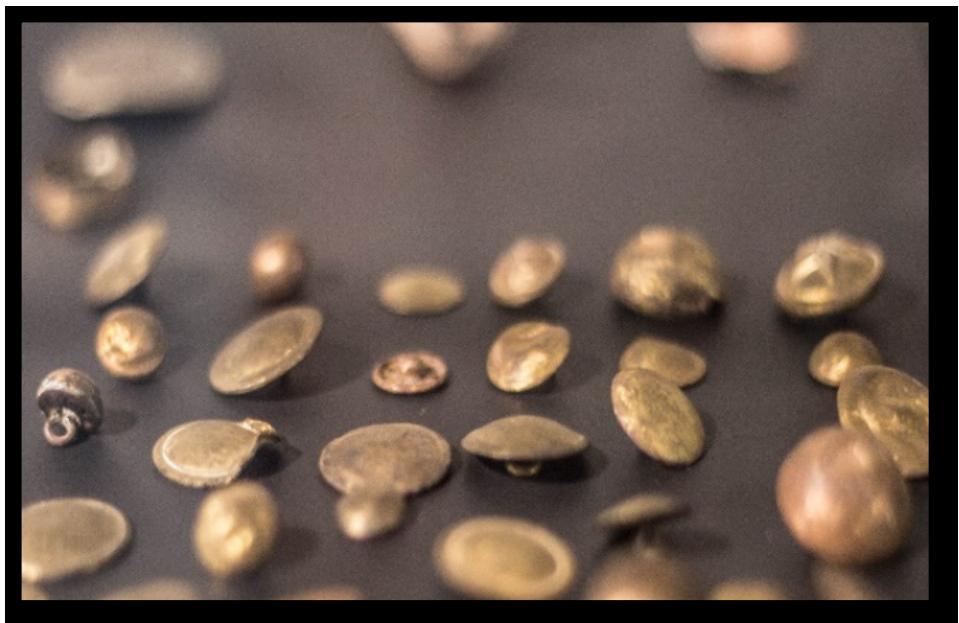
⁵ O Cofo é o nome dado à cestaria de natureza utilitária, atualmente é empregado para variados fins, da decoração de ambientes ao uso em serviços domésticos e principalmente para a guarda, serviço e transporte de produtos diversos para comercialização, a exemplo da farinha, grãos, frutas, animais e pescados. E é encontrado em todo estado do Maranhão sob as mais variadas formas e “apelidos”, determinados pelo uso que dele se faz, sendo o de alqueire o mais comum e tem esta nomenclatura por servir para acondicionar cerca de trinta e dois quilos de farinha d’água. (GONÇALVES, LIMA, FIGUEREDO, 2009).



Dentro do memorial existe um acervo de mais ou menos 350 peças de artefatos arqueológicos e restos de armamentos, balas de chumbo, cerâmicas, chaves, pregos, projéteis, cachimbos, botões e fivelas dos militares e dos homens e mulheres que fizeram a revolta, como se observa nas imagens abaixo.









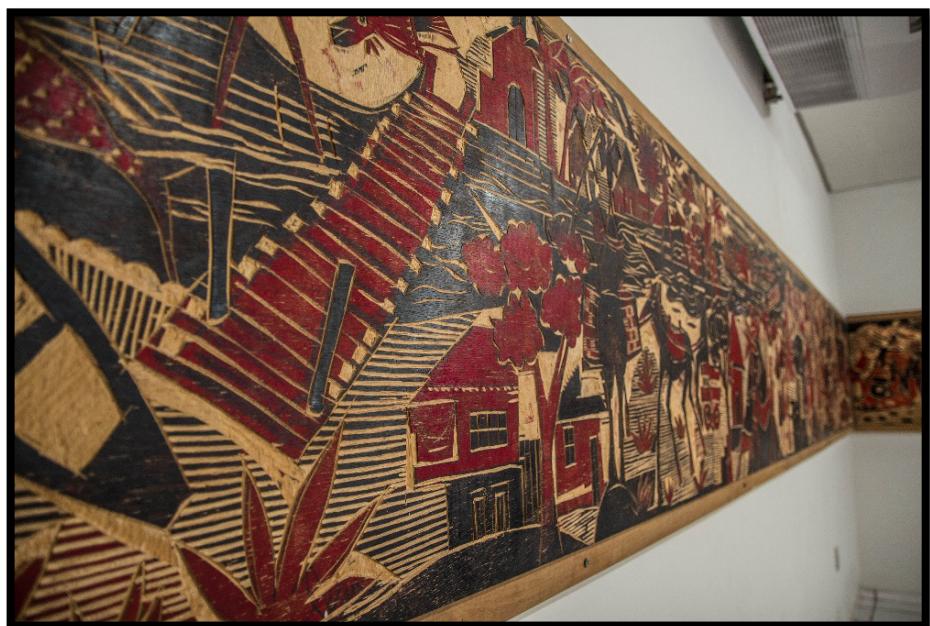
O museu possui uma maquete de Deuziano Gomes, que retrata com riqueza de detalhes, como era o local no contexto da Balaiada.







Além disso, o memorial tem exposto um painel em xilogravura da artista plástica Tita do Rêgo Silva, que retrata elementos que marcam o percurso histórico da cidade, mostrando as lendas, as moradias, os índios, quase sempre esquecidos pela historiografia local, os rios, fauna e flora, além de elementos culturais como a dança do Lili, tradicional festa feita pelo promesseiro Raimundo Nonato da Silva (Pelé).



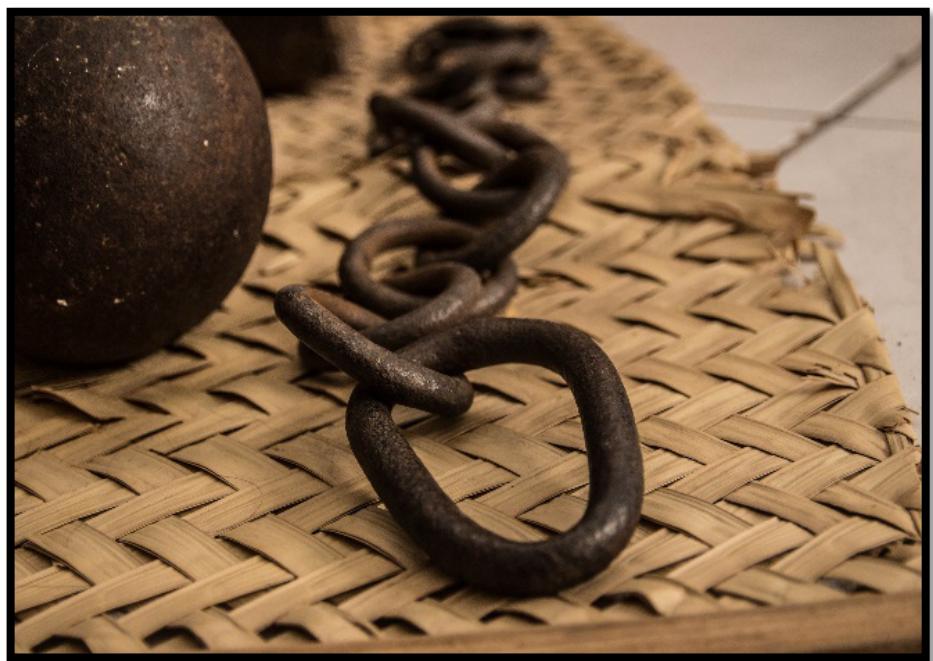
Um dos elementos que mais chamam atenção no museu e que possui forte relação de pertencimento com a população é uma réplica de morada de taipa. A ideia é mostrar como morava o famoso Balaio. Vale destacar que esse modelo de moradia ainda é extremamente comum em todo o estado do Maranhão.





Ainda dentro desta perspectiva o museu traz peças que remetem os tempos da escravatura, como elementos de tortura expostos nas imagens abaixo, e utensílios domésticos característicos daquele contexto.







Ao fundo da sala de exposição há elementos que compõe uma sala de jantar portuguesa; com piano de parede, louças, mobília, oratório e cadeiras de descanso, além de alguns objetos pessoas do poeta caxiense Gonçalves Dias.







O memorial recebe diariamente alunos de escolas municipais, estaduais e particulares, universitários e pesquisadores, assim como turistas brasileiros e estrangeiros; no caso das escolas, funciona geralmente com agendamento prévio. O museu tem um público anual de mais ou menos 20 mil visitantes. O horário de funcionamento é variável e está aberto todos os dias da semana e conta com o apoio de uma historiadora, atualmente gestora do museu, Mercilene Torres, uma museóloga, Marília Colnago, um ou dois guias, dependendo do dia, e demais funcionários que compõe a equipe responsável pelo museu. A instituição é mantida pela prefeitura da cidade via Secretaria de cultura.

2.2 Museu e educação: experiências no Memorial da Balaiada de Caxias/MA

Esse tópico será construído com base em experiências pessoais e de professores e pesquisadores que utilizam o museu para execução de projetos de diferentes naturezas. No ano de 2018, iniciei um projeto de gravação de entrevistas para produção de um documentário sobre patrimônios, iniciativa que se desdobrou do projeto “*Patrimônio Fantasma*”⁶, do qual fiz parte por dois anos e na ocasião fiz entrevistas com a gestora do Memorial, Mercilene Torres, com o poeta e pesquisador

⁶ Projeto vinculado à Rede Proprietas, com apoio da FAPEMA (edital nº IECT-02791/17) que tinha como objetivo mapear patrimônios tombados e patrimônio considerados “fantasma” no Maranhão. Neste sentido, de acordo com a coordenadora Marcia Motta, entende-se que as definições de patrimônios fantasmas, aqui utilizadas foram criadas para repensar a relação entre patrimônio, história e amnésia social. Por conseguinte, os patrimônios fantasmas são aqueles que foram destruídos ou abandonados pelos órgãos públicos, mas que ainda mantêm uma memória de sua existência pela comunidade e são referências fundamentais para uma identidade de grupo, ainda que difusa. Neste sentido, os patrimônios fantasmas podem representar o abandono ou a pouca presença do Estado na preservação de nossos patrimônios coletivos, mas eles também – mesmo que às avessas – constroem uma linha de continuidade com o passado que está presente na memória local, nas fotografias que são tiradas sobre aquele espaço, daí que muitas vezes se diz: “Não existe mais”. Eles são fantasmas também porque, ainda que alguns possam estar fisicamente inteiros, eles não receberam a denominação de patrimônio, no sentido em que é conferido oficialmente como um exemplo de bem coletivo. Eles podem ser apenas vistos pelo poder público como algo sem valor, ainda que a comunidade reconheça ali o seu lugar de integração e de pertencimento. Enquanto patrimônios fantasmas, eles podem representar também o poder de resistir à amnésia social sobre uma história local, sobre um espaço onde outrora existia, por exemplo, um patrimônio fantasma imemorial, como uma dança que não é identificada como bem coletivo. (Texto disponível no site da Rede Proprietas. http://patrimonios.proprietas.com.br/index.php/site/patrimonios_fantasmas. Acessado em 28 de novembro de 2019)

Wybson Carvalho e com um dos idealizadores do Memorial, Renato Lourenço de Menezes. Suas falas estão diluídas nesse texto e me ajudaram a pensar o museu como espaço de ensino aprendizagem e instrumento de valorização da identidade do povo caxiense.

Como demanda desse projeto conheci o museu e pude vivenciar um pouco da dinâmica de visitação. Normalmente o museu recebe muitos grupos de estudantes durante a semana, os grupos são divididos quando possuem um número elevado de alunos e a visitação começa com explanações sobre o movimento da Balaiada através do acervo mostrado acima e finaliza com passeio pelas antigas ruínas.

Os alunos geralmente se impressionam com as armas e instrumentos de tortura utilizados em negros escravizados. Alguns se identificam com a réplica de casa de taipa, apontando que um parente distante possui algo semelhante, ou já vira algo semelhante em algum lugar. Os menores gostam da maquete, por ser colorida e rica em detalhes e da explicação que a partir dela é recriado o cotidiano das pessoas no contexto da Balaiada.

Contudo, o mais interessante é ver que ao sair do museu, muitos se mostram contagiados e impressionados com a história, pois não imaginavam que tal fato tenha ocorrido tão próximo dele. Isso é ainda mais comum quando o visitante é um adulto, seja da cidade ou de locais próximos, é quase inevitável não sair com algum sentimento, seja de tristeza, indignação ou satisfação por ver um pouco da história da sua gente representada em um museu.

Vale frisar que os museus funcionam como elos entre a memória e o esquecimento, o indivíduo e a sociedade, desta forma, instiga nos visitantes memórias e reações diversas, que dialogam com a sua trajetória. Assim, o professor precisa situar os alunos no contexto do museu, ao levá-los para aquele cenário, é interessante que ele problematize os objetos e a narrativa presente naquele espaço. Despertando nos alunos interesses e

possibilitando que ele se perceba enquanto sujeito ativo, criando assim uma consciência histórica⁷, ele passa então a se reconhecer como ativo e agente da história, contada ou não naquele museu. Esse é um passo para que os alunos se interessem e possam utilizar melhor no seu processo de ensino aprendizagem. Mercilene Torres, gestora do Memorial destaca que,

Os visitantes podem ter contato com duas realidades no memorial, uma sala de estar da elite caxiense do século XIX e a realidade dos balaios, uma casa de taipa, onde dentro encontramos um fazedor de balaio. O interessante é que tem pessoas que ao ter contato, choram, elas nos contam que na zona rural os pais faziam cestos de palha e que usavam o abano para abanar o fogo. Elas visualizam a história delas e se sentem pertencentes à história dos balaios (MERCILENE TORRES, 2018).

O segundo projeto *Museu Afrodigital da UFMA como instrumento metodológico: uma experiência em escolas públicas de ensino médio do Maranhão*⁸, vinculado ao Museu Afrodigital do Maranhão, da qual faço parte, almejava levar o conteúdo do museu para escolas públicas. Com isso, tive oportunidade de trabalhar em duas escolas da cidade, Unidade Escolar Duque de Caxias e Escola Municipal Antônio Rodrigues Bayma. A atividade nas escolas consistia em ministrar palestras e realizar oficinas com o objetivo de discutir, além do acervo do referido museu, conceitos básicos de patrimônio, museu e cultura. No geral, além de apresentar o

⁷ “A consciência histórica é a constituição de sentido sobre a experiência do tempo, no modo de uma memória que vai além dos limites da própria vida prática. A capacidade de constituir sentido necessita ser aprendida, e o é no próprio processo de constituição de sentido” (RÜSEN, 2010, p. 104).

⁸ O projeto tinha como proposta desenvolver e ampliar a atuação do MAD/MA levando seu acervo a algumas escolas públicas do Estado, valorizando a cultura afro-brasileira, combatendo o racismo e problematizar questões étnico-raciais postas para a construção da cidadania no Brasil, que recentemente tornou obrigatória a inclusão da História e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação básica, através das Leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008. Essa legislação é um momento histórico, como demonstram as diferentes expressões culturais do acervo do MAD, que pode ser utilizado como instrumento metodológico no ensino médio, em sala de aula, para discutir e problematizar temas como combate ao racismo, pluralidade cultural, cultura popular, culturas afro-brasileiras, identidade cultural e patrimônio. Nesta perspectiva, o acervo do MAD/MA inclui coleções, expondo materiais de pesquisa e documentação de temas, para serem utilizados de formas variadas nas escolas.

conteúdo do Museu Afrodigital geralmente trabalhava também a concepção e exposições do memorial da Balaiada, com o objetivo de despertar nos alunos o interesse pela história e a valorização do patrimônio e cultura local.

Estranhamente muitos dos alunos não conheciam o acervo do memorial, no geral conheciam as ruínas e o mirante, mas não tiveram contato com o museu. Quando perguntei porque as respostas foram variadas, alguns disseram que não sabiam do que se tratava, outros que devia ter somente “coisas velhas”, outros que não tinham interesse.

No entanto um número elevado deles demostrou interesse em conhecer depois de breves explanações sobre o seu acervo. O fato é que, além das ações que o museu já faz, seria válido a criação de mecanismos que levasse o conteúdo do museu até as escolas ou viabilizasse a ida dos estudantes ao museu. Quando acontece, geralmente é por iniciativas isoladas de professores e diretores, mas há dificuldades em levar os alunos até o museu, alguns professores falam da falta de transporte, às vezes a escola é longe do memorial, além da dificuldade em controlar uma turma de alunos, caso ele opte por ir andando até o local.

Essa experiência me fez conhecer um pouco da realidade das duas escolas, que são distantes do memorial e compreender as dificuldades dos professores em tirarem os alunos da sala de aula. Alguns já tiveram essa iniciativa e as experiências foram satisfatórias, mas no geral há dificuldades que impedem que o ensino aprendizagem ocorra fora dos muros da escola. Uma turma narrou que fora conhecer o memorial e outros pontos históricos da cidade, como o palácio do comendador Alderico Silva⁹, espaço que funciona como um museu. Através desta visita

⁹ O Palácio do Comendador Alderico Silva, conhecido como Seu Dá, é uma exuberante casa construída na segunda metade do século XX em estilo neoclássico na cidade de Caxias -MA. Situada na R. Primeiro de Agosto, no largo dos Remédios, ao lado da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e do Palácio Episcopal, ocupa lugar central na cidade. O interior do imóvel é composto por inúmeros cômodos, com biblioteca, capela, auditório, sala de acervos, muitos

os alunos tiveram oportunidade de conhecer fatos importantes sobre a história da cidade. Alguns resignificaram o que conheciam sobre o conflito da Balaiada. Uma aluna destacou que não sabia a importância do Morro do Alecrim até ir ao museu e conhecer, acrescentando ainda que ficou emocionada com a narrativa do museu.

Como já foi mencionado, o museu se apresenta como ferramenta imprescindível para o conhecimento da história regional, tendo em vista que mostra o que não está nos livros didáticos, além de confrontar a história oficial. O mais interessante para os alunos é poder ver elementos que foram utilizados naquele contexto e recriar os fatos a partir deles. Além do mais o museu é algo que provoca afeto e desperta interesse em procurar outras fontes e até mesmo levar adiante aquele conhecimento.

Outra experiência pessoal que envolveu o museu foi uma oficina de fotografia e patrimônio, ministrada para alunos do 4º período do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, campus de Caxias, como parte dos créditos da disciplina de *Prática na Dimensão Curricular*, ministrada pelo professor Eloy Barbosa de Abreu. A oficina foi dividida em dois momentos, o primeiro com discussões teóricas e instigações sobre fotografia e patrimônio e utilização de museus como instrumento de aprendizagem, e o segundo foi de prática.

A ideia era executar o que tinha sido discutido e capturar fotografias que tivessem relação com patrimônio, o campo foi o memorial e as ruínas da Balaiada. O que resultou em parte das fotografias exibidas acima. A ideia da oficina também era despertar o interesse dos alunos, futuro professores de história, para a importância do museu como ferramenta

quartos e mais de 50 janelas de arcos arredondados. A mobília, segundo relatos orais, é quase toda de origem europeia, adquirida por encomenda ou através de suas muitas viagens ao exterior. Além disso, foi a primeira casa da cidade a ter piscina e iluminação completa. Atualmente, parte da família, mesmo passando mais tempo em São Luís, ainda frequenta com assiduidade a casa, que está aberto para visitação mediante o agendamento prévio.

pedagógica, além de trabalhar as peças do acervo como documentos históricos.

O professor Reinaldo dos Santos Barroso Junior, da Universidade Estadual do Maranhão, polo de Caxias, criou um projeto de extensão em parceria com o Museu Memorial da Balaiada, intitulado *Memórias de balaios: educação patrimonial e enriquecimento da memória caxiense a partir do museu memorial da balaiada em Caxias-MA*, cujo objetivo foi preservar, valorizar e divulgar a história Caxiense, através da vida dos balaios, seus líderes na cidade de Caxias, durante a época do conflito. O projeto dialoga com autores revisionistas que tratam sobre a Balaiada e seus líderes, tais como: Carlota Carvalho (1924), Astolfo Serra (1946), Matthias Assunção (1988), Maria de Lourdes Mônaco Janotti (2000) e dentre outros que estabeleceram em suas pesquisas um novo olhar, voltado para visão dos excluídos, tendo assim, parte de suas memórias resgatadas.

E foi dividido em diferentes etapas, começou com revisão bibliográfica com consulta de livros, e em sua maioria, artigos, referentes tanto a Balaiada como também ao conceito de Patrimônio. Logo em seguida, buscou-se estudar e compreender o motivo da revolta da Balaiada, utilizando de autores revisionistas, que estudam a Balaiada pelo viés dos excluídos. Além dos trabalhos sobre Balaiada, buscou-se trabalhar sobre Educação Patrimonial nos Museus, como salvaguardar uma Memória através de Patrimônio Cultural Material e Imaterial.

O projeto, através dos bolsistas e colaboradores, realizou atividades, reuniões, cursos e palestras com alunos do fundamental Maior e ensino Médio de inúmeras escolas em Caxias participaram do projeto as seguintes escolas, U.I.M Renato Vilanova, U.E Gonçalves Dias, Fundação José Castro, E.U. José Gonçalves Costa, U.I.M Paulo Freire,

Educandário Cristo Rei, U.E Coelho Neto, Instituto Maciel, U.I.M Coronel Gervásio Costa, U.E. Gentil Frazão.

Além disso, escolas de outros municípios foram beneficiadas com o projeto; U.E Santa Rita – Codó (MA), Escola Albert Einstein - Coelho Neto (MA), IFMA – Codó (MA), U.E Antonieta Castelo (Aldeias Altas), U.E Mata Romã- Codó (MA), C.E Integral Antônio Reinaldo- Passagem Franca (MA), U.E Lourdes Coelho- Timbiras (MA), IFMA – Coelho Neto (MA), IFMA- Timon (MA), U.E Olinda Nova (MA), E.M N. S de Nazaré – Nazaré do Bruno (MA), IFMA – Imperatriz (MA), E.M José Serra Rosa – São Mateus (MA), IFMA – Bacabal (MA), Escola Enzampar Machado Vilas – Duque Bacelar (MA).

Em entrevista, Mercilene Torres, atual diretora do museu, destaca que a preocupação do Memorial é desmistificar a história que foi contada ao longo de nossa escolarização, e que a nossa escolarização passou por heróis que hoje o museu tem a função de repensar o papel deles no movimento. E quando o visitante chega, “ele tem contato direto com os objetos que contam a história e nós dizemos que os objetos falam, então e no momento que interagimos que eles podem fazer a contação dessa história, então nós mostramos os dois lados, dos vencidos, que para nós são os vencedores e dos vencedores.” (TORRES, 2018).

Ela destaca que as visitas são por inúmeros interesses, e quando recebem escolas, geralmente os alunos vão pesquisar sobre a história da Balaiada, a origem da cidade, as lendas ou as tribos indígenas que existiram no local e que, às vezes, os alunos chegam com questionários ou atividades direcionadas, com perguntas específicas. E que o memorial cria mecanismos de inserção dos alunos no espaço e amplia as formas de ensino-aprendizagem na medida em que cria eventos para estudantes, faz oficinas, contações de histórias, nesta ocasião as crianças e jovens são colocados para atuar como os líderes do movimento da Balaiada.

Ela ainda nos diz que este é um mecanismo que sempre funciona para trabalhar de forma mais eficaz a história quando os alunos são do ensino fundamental, sobretudo menor, ou não estão muito interessados. Ela acrescenta que a ideia é bem aceita pelos alunos e normalmente ao final eles demostram aprendizagem e por vezes se emocionam com a dramatização. Além disso, o memorial também tem a prática de exibição de material audiovisual para alunos e visitantes que tenham interesse.

Assim, o Memorial da Balaiada desempenha importante papel no processo de ensino aprendizagem de história e ajuda em demasia na formatação de uma identidade local, que valoriza os acontecimentos históricos. E isso é reforçado com projetos, como os destacados acima, juntamente com as iniciativas da gestora, da Academia Caxiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, que constantemente fazem parcerias no intuito de fortalecer a história do local.

Considerações finais

Um museu só assume um espaço de suscetíveis debates a partir do momento que apresenta uma outra versão da história, desmistificando fatos arraigados na memória coletiva. Posto isso, o complexo do Memorial é um forte aliado no processo de compreensão sociohistórica do movimento da Balaiada, auxiliando na construção da consciência histórica sobre a importância das camadas populares no movimento e também por compreender a cidade como referência histórica para o Brasil, tendo em vista que o museu evidencia os espaços e lugares simbólicos destinados à essa visão.

Em um cenário geral, as escolas representam o maior público dos museus e partindo-se do pressuposto de que o museu se configura como um espaço vivo e pulsante, que garante a construção e permanência de memórias coletivas, e auxiliam de forma eficaz na formação de estudantes,

já que tem o poder de salvaguardar o património, reconstruir o passado e narrar a história de diferentes maneiras por meio do seu acervo, ele deve ser melhor explorado e visto como importante ferramenta na educação básica.

As narrativas expostas no último tópico nos levam a refletir sobre a importância de trabalhar diferentes concepções na sala de aula, uma vez que o ambiente escolar se configura como um espaço de simplificações e exclusão de conteúdo, além disso é na escola que se constroem e se validam representações do mundo. Posto isso, é imprescindível usar o memorial da Balaiada como ferramenta metodológica para confrontar a história oficial do movimento contada nos livros didáticos e perpetuada no imaginário coletivo. Além do mais, possibilita que os alunos e a própria população desenvolvam consciência e noções de pertencimento e presavações.

Referências

- ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELOS, Camilo de Melo. Por que visitar Museus? In: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Histórias do Balaio: Historiografia, memória oral e origens da balaiada. **História Oral: Testemunhos: imagens e narrativas orais**, Rio de Janeiro, v. 21, p.31-42, 20 jun. 2018. Mensal. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=index>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- BITTENCOURT, Circe. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- CAETANO, José Carlos Gonçalves. O museu histórico como um espaço de ensino e aprendizagem para a história: o museu Ernesto Bertoldi como proposta. In: **Anais do Congresso Internacional de Museologia**, 2., 2012, Maringá, 2012. p 01-10.
- CARVALHO Wybson. **Entrevista** [30 de maio de 2018] Caxias. 2018. Entrevista concedida à Reinilda Oliveira.

CHAGA, Mario de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: preparando o terreno.

In: _____. **Há uma gota de sangue em cada museu:** a ótica museologica de Mario de Andrade. Chapecó (SC): Argos, 2006, p.29-36.

FARIA, Margarida Lima de. Museus: educação ou divertimento?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 43, 2000, 171-195.

FONSECA, Selva Gimarães & SILVA, Marcos. **Ensinar História no século XXI:** Em busca do tempo perdido. Campinas/SP: Editora, 2007.

GONÇALVES, Jandir; LIMA, Weeslem; FIGUEREDO, Wilmara. **Cofos, tramas e segredos.** São Luís. Comissão Maranhense de Folclore, 2009.

GUARNERI, Waldisa Russio Camargo. “Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação”, In: **Revista do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural**, n. 3, 1990.

JULIÃO, Letícia. Museu, Patrimônio e História: cruzamentos disciplinares. Comunicação Oral. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. 26 a 30 de outubro de 2015. João Pessoa-PB.

MENESES, Renato Lourenço de. **Entrevista** [01 de fevereiro de 2019] Caxias.2019. Entrevista concedida à Reinilda Oliveira.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciência e Letras**, n. 27, p. 91- 101, 2000.

OLIVEIRA, Josué de; FASSBINDER Carla T.K. Museu, Cultura e Identidade: Equação Possível? **XI Seminário de Estudos Históricos - A Democracia ainda é a Questão:** reflexões sobre a ditadura civil-militar e a Comissão Nacional da Verdade. Rio Grande do Sul. 2013.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto:** o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica.** Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001, 194p.

_____. **Reconstrução do passado - Teoria da história II:** os princípios da pesquisa histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2007a.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **O Museu no Ensino de História:** buscando novas possibilidades. Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010.

SUANO, Marlene. **O que é Museu.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TORRES, Mercilene. **Entrevista** [31 de maio de 2018] Caxias. 2018. Entrevista concedida à Reinilda Oliveira.

A Balaiada na sala de aula e suas implicações em vestibulares e concursos: uma breve análise do trato dos materiais didáticos usados em escolas e cursinhos de São Luís do Maranhão

Ramsés Magno da Costa Sousa

1. Introdução

Os deuses não revelaram, no inicio, todas as coisas para nós; com o correr do tempo, entretanto, pela pesquisa, podemos saber mais acerca das coisas. Contudo, a verdade certa, nenhum homem a conheceu. Nem chegará a conhecer, nem os deuses. Nem mesmo acerca das coisas que menciono. Pois ainda que, por acaso, viesse a dizer. A verdade final, ele próprio não o saberia: pois tudo não passa de teia urdida de pressupostos (XENÓFANES, in Magee, 1974, p. 34).

Nosso trabalho tem por finalidade fazer uma abordagem crítica do tratamento dado a Balaiada – revolta que abalou a província do Maranhão durante o Período Regencial, estendendo-se a outras províncias – nos livros didáticos de História do Brasil do Ensino Médio.

Nossa preocupação está voltada para a superficialidade com que é tratada a História Regional presente nestes manuais didáticos. O que por vezes torna-os deficitários para uma melhor compreensão do conteúdo, e dos temas a serem abordados nessa perspectiva regionalista.

Mesmo observando-se uma maior variedade de novas obras e abordagens, que alcançam esse tema por nós proposto – a Balaiada – verificamos que tais reflexos ainda não são tão bem sentidos nos livros didáticos de História do Brasil.

São essas as razões que tornaram imperioso desenvolver um trabalho nessa perspectiva. Situação essa muito aproximada da minha realidade e de minhas dificuldades no desenvolvimento de meu trabalho em sala de aula, haja vista, as dificuldades desses manuais em não contemplarem as necessidades e realidades dos vestibulares, e por vezes dos concursos locais.

Autores como Freitag, Costa e Motta (1997) nos lembram de que nos países mais ricos, mais desenvolvidos as pesquisas que tratam de livros didáticos – aqui eu incluo também as metodologias de ensino e aprendizagem – estão bem mais avançadas, são institucionalizadas, refletindo-se nos manuais didáticos. No Brasil, a realidade é outra, esses estudos ficam restritos aos meios acadêmicos e pouco têm refletidos na Educação Básica, e que em “via de regra permanecem engavetados, sem merecer a atenção dos técnicos, assessores e burocratas”. Elas acrescentam ainda no Brasil, “só muito recentemente (...) essa tendência vem sendo revertida” (1997, p. 23-24).

As autoras, Freitag, Costa e Motta (1997, p. 134), alertam ainda que:

Se o livro didático, para que possa ser usado com qualidade e competência em sala de aula, remete ao professor e este aos problemas do sistema educacional e político brasileiro, então o livro já deixou a muito tempo de ser uma questão pedagógica, como muitos querem fazer crer, transformando-se em questão social e política.

Não viemos aqui propor esgotar o assunto, muito pelo contrário, visamos apenas despertar para a necessidade de novos trabalhos e de novas abordagens acerca da Balaiada e da própria História Regional nos manuais didáticos de História do Brasil do Ensino Médio.

Para tanto faço minhas as palavras da professora e doutora Vavy Borges (1993, p.09): “A história, como as outras formas de conhecimento

da realidade, está sempre se constituindo: o conhecimento que ela produz nunca é perfeito ou acabado”.

2. O Problema da História Regional

Conscientes dos deveres de um educador, devemos campear em direção ao rompimento do “sistema de castas” e de privilégios que prevalece na educação brasileira. Devemos ainda, procurar expor e denunciar as formas de dominação ideológica. Assim, é nosso dever, buscar de todas as formas possíveis reduzirmos esses danos. Processo este que, nos levará a vislumbrar a construção de, pelo menos, um horizonte mais digno para todos.

Em meio aos nossos trabalhos em sala de aula, faz-se notório a existência de grandes dificuldades em inserir análises, que a partir dos livros didáticos, respondam as necessidades locais, até mesmo, referentes aos vestibulares e concursos. As próprias universidades públicas do Maranhão cobram aspectos de difícil compreensão para aqueles alunos que se preparam para as questões de História Regional, apenas pelos materiais didáticos, que são majoritariamente falhos.

A complicação se torna maior ainda, caso o professor não disponha de um material próprio relacionado a esses temas da História Regional, em um caso mais específico a Balaiada. Para tanto, basta lembrarmo-nos de alguns exemplos como a questão de número “47” da UFMA, na prova de História do segundo processo seletivo do ano de 2000, primeira etapa, onde a questão pedia a alternativa incorreta, referente ao movimento da Balaiada. Essa questão pode ter sido a maior aula de Balaiada já tomada por esses alunos¹.

¹ Questão 47, UFMA, Vestibular 2000-2, Primeira Etapa.

“O processo de consolidação do Estado no pós-independência deflagrou, no período regencial, uma fase de lutas pelo controle e hegemonia do poder político, no interior das elites dominantes”. Esse fato, aliado à exploração das classes populares e da escravaria, criou forte disposição para a rebeldia. A Balaiada (1838-1841) foi uma das mais

Muitos alunos erraram a questão marcando a alternativa “d”, por desconhecerem as informações que havia ali, achando mesmo um absurdo, que o movimento negro pudesse extrapolar seus projetos para além do fim da escravidão, nunca imaginavam que seria possível que (Vestibular UFMA - 2000-2): “(...) o negro Cosme, líder maior do movimento (...) defendendo (...) aterrarr a pobreza; chegando mesmo a ter um projeto educacional, criando uma escola de ler e escrever no quilombo de Lagoa Amarela”.

Deve soar muito estranho que um negro quilombola pudesse ter algum “projeto educacional”. Para eles, seria muito difícil conceber que havia a possibilidade de haver uma escola de ler e escrever. Essa informação é confirmada pelo próprio “Duque de Caxias”, que em ofício dirigido ao secretário de Estado dos Negócios da Guerra, afirmou (ARAÚJO, 2001, p. 269-270) ² que:

importantes rebeliões desse período. Assinale a alternativa que NÃO apresenta traços característicos desse movimento.

- a) Havia no Maranhão, por volta de 1822, sobretudo nas matas do Turiaçu e nas áreas centrais do Mearim, inúmeros quilombos, onde milhares de negros que abandonavam as fazendas mantinham casas, plantações e criações; muitas vezes esses núcleos quilombolas realizavam contatos e relações comerciais com os povoados vizinhos. Dessa forma, as pré-condições da participação dos escravos na Balaiaada estavam em grande medida já amadurecidas.
- b) A rebeldia dos balaios, expressando os sentimentos sertanejos pobres, identificavam-se pela presença de certo nacionalismo anti-lusitano e mesmo pela defesa da ordem constitucional, adotando assim preceitos liberais. Entretanto, a radicalização política dos rebeldes balaios, rejeitando os liberais como mentores ideológicos das lutas e aproximando-se da ideia de uma luta dos homens de cor contra os brancos, deu o tom popular naquela rebeldia.
- c) Em 1838, o poder político do Maranhão era disputado entre os bem-te-vis (liberais) e os cabanos (conservadores). Marginalizados pela violência e fraude eleitoral, os liberais desencadearam forte oposição ao presidente e à assembleia provincial, como atestam os artigos de João Lisboa para a imprensa da época. A explosão da Balaiaada foi facilitada por essa divisão interna das elites, a qual, no decorrer das lutas, jamais conseguiu ser superada, explicando inclusive o apoio bem-te-vi a balaios e negros quilombolas liderados por Cosme Bento das Chagas.
- d) A presença dos quilombolas na Balaiaada demonstra a formação de uma consciência política não imaginada por aqueles que os consideravam meros bandidos indolentes: o negro Cosme, líder maior do movimento, radicalizava as posições bem-te-vis, defendendo a união com os balaios, em nome da liberdade republicana. Esta última viria para não ver mais a escravidão, e aterrarr a pobreza; chegando mesmo a ter um projeto educacional, criando uma escola de ler e escrever no quilombo de Lagoa Amarela.
- e) As dificuldades de união entre os revoltosos balaios e os quilombolas, na maior parte da duração das lutas, acabaram por transformá-las em um dos limites sociais impostos ao projeto rebelde popular. A não união os enfraquecia mutuamente e facilitava a reação das elites provinciais. “Luís Alves de Lima, Duque e Barão de Caxias, chefiando tropa de cerca de 8000 homens, atuou de um lado, justamente contra essa possibilidade de união e de outro, pela aproximação dos setores escravistas”.

² Ofício datado de 1 de setembro de 1840 (na íntegra in Documentos Para a História da Balaiaada, p. 270).

O Negro Cosme, o criminoso fugitivo da capital, por antigos crimes não punidos, é hoje a importante figura, que mais assusta os fazendeiros, por achar-se á frente de dous mil escravos por elle sublevados: intitulando-se Tutor, e Imperador das Liberdades, procura attrahir a escravatura com promessa de alforria; estabelleceu entre elles uma escola de ler, e escrever, e aquilombado na cabeceira do rio preto, comarca de Brejo, (...) na fazenda da Lagoa Amarela (...) manda partidas que roubam e insurrecionam as fazendas circunvizinhas.

Embora a resposta para ser encontrada bastava-se perceber que na alternativa “c” afirmava um “apoio bem-te-vi [partido Liberal] a (...) negros quilombolas”, e facilmente perceberia o erro, haja vista que esses grupos detinham escravos, assim sendo, desejavam a manutenção da escravidão. Entretanto, o que vem ao caso, não é o fato da resposta consistir num equívoco “visível”, e sim, na quantidade de informações expostas na assertiva correta, que estão longe do conhecimento adquirido pela maioria dos candidatos.

Paulo Martinez chegou a afirmar que sobre “os registros oficiais da Balaiada (...) quase nada é ensinado e divulgado para o conhecimento do grande público”. E isso acabou por levar ao esquecimento a figura de revoltosos que poderiam vir a ser reconhecidos como heróis (MARTINEZ, 1996, p. 49).

A escola implantada no quilombo de Negro Cosme nunca foi parar nos manuais didáticos. Não que queiramos construir novos heróis – como deseja Martinez – mas deveríamos ao menos, dar a Balaiada e aos seus personagens populares como o Cosme um reconhecimento maior de seus papéis e do que representaram para a nossa História e a própria História do Brasil.

Para avaliarmos a importância desse movimento, o próprio Martinez nos fez a conjugação de alguns fatores: a extensão do território varrido

pela guerrilha em três províncias; a duração do movimento – três anos; o alto prêmio conferido ao comandante das tropas governistas que derrotaram a revolta: o coronel Luís Alves de Lima e Silva foi promovido ao posto de general e recebeu o título de “Barão de Caxias” (1996, p.49).

Devemos lembrar, no entanto, que uma forma de fazer esse resgate seria através da publicação de materiais que atingissem o grande público. E um dos melhores meios para chegarmos a esse fim, seriam os livros didáticos de História do Brasil. Entretanto, somos conhecedores das dificuldades para a realização dessa etapa.

Assim, o começo de tudo seria talvez – como sugeriram Freitag, Costa e Motta – as Universidades ampliarem a consciência do seu papel, onde as mesmas deveriam estar sempre atentas à reciclagem dos professores. Além de procurarem, a exemplo destas publicações que fazemos aqui, tornar públicas suas críticas aos manuais didáticos, evitando com isso muitos atropelos, cometidos em muitos casos por pedagogos (1997, p. 132-133).

Até algum tempo atrás, o professor Matthias Assunção expôs em seu artigo na revista de História Oral (1998, p.84) que:

No Maranhão (...) ainda domina a visão conservadora. No vestibular de 1996, a recomendação oficial da UFMA para o estudo da Balaiada foi o livro imbuído de preconceitos raciais e sociais de Viriato Corrêa (CORRÊA, 1996).

Felizmente as academias vem proporcionando uma série de releituras através de encontros, mesas redondas, debates e produções de artigos e livros que nos proporcionam um novo olhar sobre a Balaiada. Em contraponto as visões mais conservadoras que ainda permeiam o ambiente extra acadêmico.

Centrando no foco de nossa proposta, verificamos que ao longo das últimas décadas, algumas editoras e autores de livros didáticos de História

vêm predominando tanto na rede pública estadual de ensino, como na rede privada, entre eles destacamos:

- Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo – Historia Geral e do Brasil, Scipione, 2010; Gilberto Cotrim – História Global: Brasil e Geral Saraiva, 2013;
- Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira – Conexões com a História, Moderna, 2016;
- Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota – História das Cavernas ao Terceiro Milênio, Moderna, 2016.

Todavia, uma nova febre vem impactando as escolas privadas e cursinho preparatório de São Luís do Maranhão, trata-se dos Sistemas de Ensino. Aqui nós apresentaremos dois que já estão em algum tempo na cidade: o SAS (Sistema Ari de Sá) e o Sistema de Ensino Poliedro. Todos esses materiais acabam por se propor a estudar a História do Brasil e atender as demandas, sobretudo dos vestibulares.

Sendo esses materiais que servirão de amostragem, para avaliarmos o trato da “Balaiada”. Veremos como esses manuais têm cometido as mesmas falhas de conteúdo, e de abordagens que perpetuam um conhecimento pensado a partir da ótica da Historiografia Tradicional dos antigos centros de produção destes recursos didáticos.

3. Como é trabalhada a Balaiada no livro didático

De imediato, devemos lembrar que a Balaiada ocorreu na fase imperial da História Brasileira entre os anos de 1838 e 1841, tendo reflexos também na província do Piauí. E que embora tenha se estendido até o inicio do Segundo Reinado, ela se insere, no conturbado contexto histórico brasileiro da fase Regencial (1831-1840).

Resumindo bem esse cenário Boris Fausto (2003, p.161) afirma que:

O período regencial foi um dos mais agitados da história política do país e também um dos mais importantes. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do Brasil, e o centro do debate político foi dominado pelos temas da centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas.

Dessa maneira, debatendo sobre as razões, medidas e necessidades, que se sobressai um famoso discurso do Pe. Feijó, datado de 1836, o qual ele ressalta que:

Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso, assustado; o governo consome o tempo em vãs recomendações. Seja ele responsabilizado sobre abusos e omissões; dai-lhe, porém, leis adaptadas às necessidades públicas; dai-lhe força; com que possa fazer efetiva a vontade nacional. O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império: aplicai a tempo o remédio (apud CALDEIRA, 1999, p.176).

Partindo dessa ótica, vemos que um dos pontos em comum entre os autores abordados em nossa pesquisa, pesa o fato de todos ratificarem o quanto perturbado estava político, social e economicamente o Império Brasileiro nesse momento.

Seguindo essa linha de análise Gilberto Cotrim (2013, p.244) assim define o período:

O período regencial foi uma época conturbada de nossa história, com a eclosão de revoltas nas províncias brasileira (...). Analisando o contexto dessa época, percebemos que, evidentemente, estas revoltas não ocorrem por acaso (...). As revoltas estavam vinculadas, basicamente, à crise do império em três esferas: econômica, social e política.

Para os autores Alves e Oliveira, os motivos das insatisfações também eram variados, segundo eles, as:

Rebeliões eclodiram em todo o país ao longo do período regencial. Razões políticas (como disputas entre diferentes grupos locais ou entre as províncias e o governo do Rio de Janeiro) ou a insatisfação com a pobreza, a escravidão e as duras condições de vida foram alguns dos motivos das revoltas regenciais (2016, p.198).

Os autores Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, chamam a atenção para o fato da figura de D. Pedro I servir como uma ameaça de recolonização que atormentava a nação. E que o Período Regencial era na verdade uma fase transitória que solidificava a supremacia da elite agrária:

A volta de D. Pedro I a Portugal afastava definitivamente a ameaça de atrelamento a Portugal que assombrava o país, consolidando a independência brasileira. Ao mesmo tempo, tinha início um período de transição política no qual se concretizou a hegemonia da elite agrária, comercial e burocrática, apesar de inúmeras manifestações contrárias (2010, p.486).

Um dado ausente, ou não esclarecido – embora, de pequena relevância – na maioria dos livros didáticos é fornecido por Vicentino e Dorigo, é o fato do recesso parlamentar no momento da abdicação, o que acabou levando os deputados existentes na capital pela escolha de uma Regência Trina, como previa a Constituição do Império, só que em caráter provisório (2010, p.486):

O período compreendido entre 1831 e 1840 foi um dos mais agitados da história brasileira. Iniciado pela abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho de apenas cinco anos de idade, determinou a escolha de uma regência para governar o país. Segundo a constituição, entretanto, a eleição dos regentes deveria ser feita pela Assembleia Geral, que, naquele momento, estava em recesso, com boa parte dos parlamentares, ausentes do Rio de Janeiro. Para contornar a situação, os poucos deputados presentes na capital decidiram escolher uma regência trina provisória, até que os demais parlamentares retornassem e a eleição pudesse, enfim, ser realizada.

O material do Sistema SAS também reforça esse discurso, ao afirmar que (p. 70):

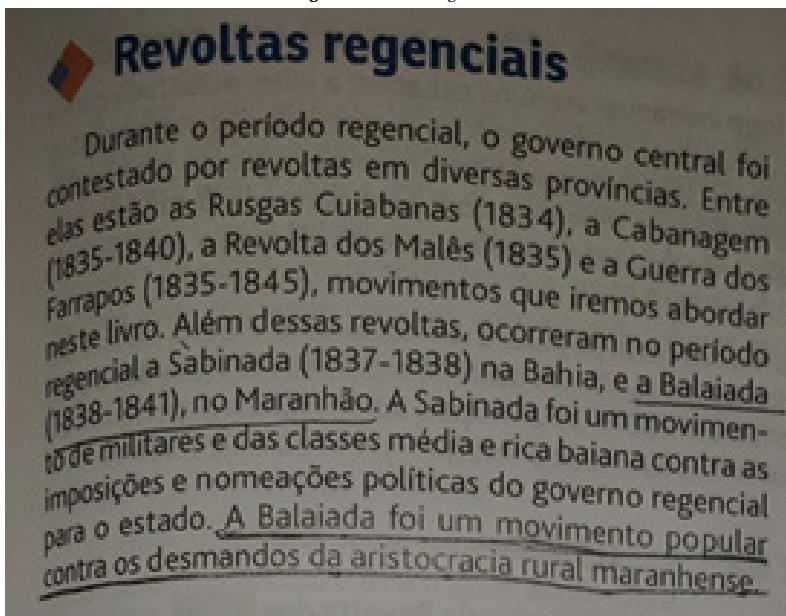
Como a maioria dos parlamentares não se encontrava na capital, pois a Assembleia Geral estava de recesso, foi estabelecida uma Regência Trina Provisória, eleita pelos poucos parlamentares presentes. Pouco tempo depois, com a volta da Assembleia Geral, a regência Trina Permanente foi estabelecida (...).

Em alguns casos, como por exemplo, o livro *História das Cavernas ao terceiro milênio*, apenas apresenta a existência da Regência Trina Provisória, sem explicar as razões de sua implantação antes da Regência Trina Permanente.

Outro ponto abordado pelos manuais pode ser observado a partir do material do Sistema Poliedro, o qual aponta que as elites se aproveitaram do momento para implementar seu modelo de Estado. Segundo o material, “O 7 de abril assume assim um caráter de consolidação da independência. Afastava a ameaça de recolonização, ao mesmo tempo que expulsava o principal obstáculo a que as elites do centro-sul assumissem de fato o poder” (2019, p.56).

Fazendo um corte regional no contexto geral da Regência, perceberemos as variações que vão começar a ocorrer, talvez a mais aberrante tenha partido do manual didático de Braick e Mota, que apenas citam a Balaiada como um dos movimentos do período regencial, limitando-se a localizá-la no tempo e espaço, e a colocam como “um movimento popular contra os desmandos da aristocracia rural maranhense” (2016, p. 189).

Figura 1: Revoltas Regenciais



Fonte: BRAICK, Patricia Ramos. MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio.**

Vol.2. 4^a Ed. Moderna. São Paulo, 2016, p. 189.

Outro aspecto que demonstra – no mais brando dos termos – um silêncio no tocante a História Regional, especialmente no que diz respeito à Balaiada, é a ausência de imagens. Esta importância das imagens é analisada e discutida por Ciro Flamarión Cardoso e Ana Maria Mauad, doutores em História (1997, p.404):

Diz-se hoje, então, a respeito da Imagem visual, que é uma unidade de manifestação autossuficiente, um todo de significação – um texto ou um discurso, então – suscetível de análise.

O professor Eduardo França Paiva (2000, p.19), define muito bem o papel e os limites do trabalho do professor com as imagens:

A reprodução de imagens no livro de História precisa ser mais bem trabalhada e explorada pelos autores e pelos professores que se dedicam a eles. (...) a

imagem não tem, necessariamente, que conter tudo o que está sendo exposto no texto e que ela deve ser um suporte a partir do qual o próprio texto e a leitura crítica dele podem ser produzidos.

Entre os autores abordados, apenas o material do Sistema Poliedro apresentou uma imagem referente à Balaiada. Uma muito recorrente que apresenta dois artesãos de balaios, durante a realização seu ofício (2019, p.59). Infelizmente o material acaba por limitar a discutir a Balaiada em apenas um parágrafo. Em comum, em praticamente todos estão imagens referentes à “Guerra dos Farrapos”³, de longe a mais trabalhada por eles e demais autores de livros didáticos de História do Brasil. As demais revoltas acabam tendo o mesmo destino da Balaiada, aparecendo esporadicamente em um material ou outro.

Figura 2: Fabricantes de balaios



Fabricantes de balaios no Maranhão, atividade comum entre a população pobre que fez a Balaiada.

Fonte: SALOMÃO, Gilberto Elias. *Ensino Médio / História*. Vol. 03. São Paulo: Ed. Sistema de Ensino Poliedro, 2019, p. 59.

³ Considerada a maior guerra civil da história brasileira, ocorrida entre os anos de 1835 e 1845. Revolução está que teve um final bem diferente da Balaiada no Maranhão e Cabanagem no Pará, revoltas estas de caráter popular, enquanto a Farroupilha possuía cunho elitista.

Tendo como princípio, agora a uma análise mais incisiva acerca da Balaiada nos manuais didáticos de História do Brasil, verificaremos que será impossível tratar desta forma no livro *História: das Cavernas ao Terceiro Milênio*, de Braick e Mota, pois o mesmo como dito anteriormente, apenas a coloca como um movimento do período regencial (2016, p. 189).

Nós sabemos que no tocante aos aspectos e grupos políticos envolvidos no conflito, o que se via no Maranhão era uma extensão daquilo que vinha ocorrendo em âmbito nacional – com a singularidade local de denominação dada aos “Liberais” como “bem-te-vis” e aos “conservadores” de “cabanos”. Entre os manuais, dois deles não apontam o confronto entre liberais e conservadores entre as razões do conflito: o de Vicentino e Dorigo e o de Alves e Oliveira.

Ao avaliarmos a obra de Gilberto Cotrim, verificamos que ele defende a ideia de que a classe média estava representada pelos bem-te-vis. E comete outro equívoco: ao dar a impressão na leitura de que eles lideraram abertamente a Balaiada, quando na verdade, os vemos, até como mentores da revolta, mas negando a todo custo uma participação ativa. E pior que isso, dá a entender que o movimento popular e suas lideranças ficariam vistos em um segundo plano (2013, p. 249): “Foram os ‘bem-te-vis’ que incitaram a revolta contra os grandes fazendeiros da província, conseguindo a adesão dos sertanejos pobres”.

Fazendo uso de uma razoável abordagem econômica, tanto Alves e Oliveira, Gilberto Cotrim e os autores Cláudio Vicentino e Gianpolo Dorigo, contextualizam a origem da revolta com uma grave crise na economia local, “em razão da concorrência norte-americana na produção de algodão” (2010, p. 489). Vicentino e Dorigo acrescentam ainda, acerca da insatisfação e pobreza que rondava os rebelados, a presença de um caráter antilusitano no movimento (2010, p. 489):

Os pobres e miseráveis da região, incluindo mesmo escravos que compunham metade da população local, logo passaram a contestar os privilégiros dos latifundiários e comerciantes portugueses.

Tanto o material do SAS quanto Gilberto Cotrim expõe a tentativa dos liberais de manusearem as massas, mas “Como os bem-te-vis não tinham controle sobre os balaios, resolveram se afastar do movimento” (SAS, p.73).

Sinto-me impelido, embora receoso de abrir essa discussão – pois temo críticas referentes ao levantamento de questões que pareçam supérfluas ou irrisórias a possibilidade de um contexto de discussões mais aprofundadas – mas, brinda-me com a mesma: questiono-me ao fato das expressões partidárias utilizadas na Província do Maranhão naquele momento, não virem a ser citadas, ou mesmo, discutidas pela grande maioria dos manuais didáticos de História do Brasil do ensino médio. Expressões estas, que amiúde são empregadas nos livros de referência⁴. Tão fortes naquele contexto que como vimos, levou o “Negro Cosme”, a intitular-se de “Imperador das Liberdades Bem-Te-Vis”. Da grande maioria dos manuais avaliados e muitos outros, apenas Gilberto Cotrim e o Sistema SAS se excepcionaram.

Um problema de relevância observado em nossa análise de livros remete a extensão da Balaiada. Como sabido na academia, ela se estendeu a outras províncias do Brasil. Além do Maranhão, regiões como o Piauí e o Ceará, foram agitadas pelo movimento⁵.

Mas poucos e raros são os manuais que abrangeram essas áreas, limitando-se a maioria apenas ao Maranhão. Na verdade, dos livros

⁴ Refiro-me aos manuais usados pela academia, supostamente, suas fontes de pesquisa.

⁵ Além destas províncias, José de Ribamar Chaves Caldeira em sua resenha sobre a obra de Maria Januária Vilela dos Santos, vai ainda mais longe apontando as províncias de Pernambuco e Bahia (segundo ele, as partes ocidentais destas províncias).

avaliados e de muitos outros, apenas dois manuais didáticos, os de Alves e Oliveira (2016, p. 198) e o de Braick e Mota (2016, p. 189) estendem a Balaiada ao Piauí e Ceará. Todavia, o fizeram apenas na apresentação do mapa, mas sem colocar isso no texto escrito. Até porque o material de Braick e Mota, como já afirmaram, só cita a Balaiada entre as revoltas do período regencial brasileiro.

Figura 3: Mapa com as revoltas do período regencial



Fonte: BRAICK, Patricia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*.

Vol.2. 4^a ed. Moderna. São Paulo, 2016, p. 189.

Percebemos ao desenrolar de nossas avaliações, a forma de tratamento dada aos líderes e a composição popular do movimento. Em todos havia uma unanimidade a citação dos líderes populares e de seus respectivos agrupamentos. Quase sempre destacando que Manoel dos Anjos, por ter o ofício de artesão de balaios, possuía a alcunha de “o Balaio”, e que assim serviu de “inspiração para o nome da revolta” (VICENTINO; DORIGO, 2019, p. 489). Por isso, passando quase sempre, a impressão de ser a principal liderança: “Francisco dos Anjos Ferreira, o balaio, chegou a reunir 2 mil apoiadores na contraposição ao governo central” (POLIEDRO, 2019).

A ideia de haver a presença de outras lideranças como a de Raimundo Gomes e a do negro Cosme, está presente nos materiais do Vicentino e Dorigo, do SAS e de Gilberto Cotrim. O manual de Alves e Oliveira omite a participação de Raimundo Gomes. O que é grave mediante a ideia de que ele seria um dos principais líderes, se não o principal. Assim, o Sistema SAS é o que melhor aborda a participação de Raimundo Gomes, o colocando como o deflagrador da revolta.

O Material faz uma interessante descrição do estopim do Movimento. O famoso episódio da tomada de assalto da cadeia da Vila da Manga, pelo vaqueiro Raimundo Gomes, explanando a origem e os desdobramentos do episódio. Segundo o material do SAS:

O estopim para o inicio da revolta foi dado quando o vaqueiro Raimundo Gomes “Cara Preta”, que trabalhava para um padre bem-te-vi, foi interceptado em uma viagem. Seu irmão foi preso com vários outros vaqueiros que o acompanhavam foram recrutados para integrar a polícia. O mandante dessa ação foi um inimigo de seu patrão. Cara Preta invadiu a cadeia e libertou não somente seu irmão, mas vários presos. Todos fugiram para o interior, onde foram ganhando a adesão de muitas pessoas.

Sentimos falta nesses materiais, da presença de outras lideranças populares. Os atuais manuais didáticos parecem ter enxugado o tema, ao contrário de antigos paradidáticos que eram aparentemente mais amplos, por exemplo, Nelson Pillet, ao expor nomes de outros desses líderes do povo⁶, entende a Balaiada como sendo (1997, p.152):

(...) um movimento de gente pobre e trabalhadora, gente simples, ligada a terra, como atestam os próprios nomes de guerra dos revoltosos: “Tigre”, “Raio”, “Caninana”, “Corisco”, “Ruivo”, “Relâmpago”, etc.

Nesse aspecto verificamos em predomínio a ausência de informações mais significativas dos líderes. Sobre o papel que cada um realmente representou na Balaiada. Ou as razões que os levaram à frente de combate. Outros autores, em geral esquecidos hoje pelas escolas e professores na hora da seleção do material, como Mario Schimidt, expôs diversas informações sobre os líderes e do próprio movimento usando de alguns trechos de obras consagradas e de documentos oficiais. Falhando a meu ver, em não fazer as devidas referências das fontes, para a melhor compreensão de professores pouco conhecedores do movimento e principalmente para os alunos. Pois, suas aspas mediante essas expressões nem sempre sugerem ao aluno de serem fontes extraídas de outras obras, aparentando muito mais a uma “mera” tentativa de ênfase.

Para melhor ilustrarmos essa situação faremos uso da citação de Ribeiro do Amaral⁷ – expondo as visões na época sobre os revoltosos – destacada por Schimidt, e só realmente conhecida como tal por bons entendedores (1999, p.149):

⁶ Para ver e acompanhar esses nomes basta conferir em Astolfo Serra (1946).

⁷ Conferir Astolfo Serra (1946, p.136).

(...) chamavam os balaios de “massas indisciplinadas, apanhados aqui e ali na mais baixa ralé da sociedade, e tendo por chefes homens embrutecidos e ignorantes...”. Sempre o preconceito e o desprezo pelo povo.

Na tentativa de explicar a violência dos setores mais populares, Mario Schmidit assinala o desprezo das elites pelas pessoas de cor. E, além disso, ele explica as atitudes violentas dos rebelados, dando-se nos moldes da Lei de talião (1999, p.148): “(...) na visão da classe dominante “a cor era pecaminosa como a rebeldia”. Movidos pela vingança, pelo ódio contra os opressores. Responderiam olho por olho, dente por dente”.

Retomando o foco nos materiais de estudo do nosso trabalho, vemos que no tocante a importantes fatos da revolta, autores como Gilberto Cotrim, Vicentino e Gianpaolo e o Sistema SAS destacam importância da tomada de Caxias. Que era um “importante centro urbano da Província” (VICENTINO; DORIGO, 2019, p. 489).

Quanto ao fim da Balaiada, o material do Poliedro, em virtude do irrisório espaço dedicado, limita-se a falar que os rebeldes “foram reprimidos, porém sob a liderança de alguém que se tornaria famoso: o então Coronel Luís Alves de Lima, o futuro Duque de Caxias” (2019, p. 59).

O Material do Sistema SAS segue a mesma linha de pensamento e vai mais longe quando lembra que os rebeldes populares ainda entregaram o poder da cidade para os bem-te-vis, que ficaram responsabilizados em repassar as exigências ao governo da “capital, São Luís, solicitando a anulação da lei dos prefeitos, interesse dos liberais, e a liberdade dos rebelados, interesse dos balaios” (SAS, 2019, p.73).

O material afirma ainda que a resposta do governo “foi negativa” e que “o movimento sucumbiu” quando os bem-te-vis se afastam por não conseguirem conter o movimento. E que “esse distanciamento facilitou a repressão contra os balaios, que baixaram as armas diante da proposta de anistia para os rebelados”. O que passa uma falsa impressão de que ao final

tudo acabou bem, sem dar pistas do fim dado aos líderes e a uma grande parte dos sublevados. A obra de Alves e Oliveira é outra que também enfatiza a anistia, mas sem dar maiores detalhes de como a mesma foi empregada. Assim, poucos saberão que só foi dado esse direito no Maranhão aos revoltosos que aceitassem aderir às fileiras do governo, liderados pelo futuro Duque de Caxias, na luta contra seus antigos aliados.

Apenas Gilberto Cotrim procura dar dimensão à brutalidade empregada, apresentando que “O combate foi árduo e violento. A perseguição só terminou em 1841, quando já tinham morrido cerca de 12 mil sertanejos e escravos” (p. 249).

Mas no tocante ao fim dos líderes, figuras como o Balaio (morto em um dos cercos na Vila de Caxias) e o Raimundo Gomes (assassinado misteriosamente, quando se encaminhava para o exílio em São Paulo) foram esquecidas por esses manuais. Apenas o líder maior dos escravos é abordado de maneira similar no material de Alves e Oliveira e por Vicentino e Dorigo. Fazendo uso das palavras destes últimos, eles narram que “Cosme Bento foi enforcado e os negros rebelados foram novamente escravizados” (VICENTINO; DORIGO, 2019, p. 489). Faltou esclarecer que não foi concedido ao negro Cosme o direito de Anistia.

A derrocada do movimento com o combate dado pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva é destacado por todos, e quase sempre seguido da informação de que graças a esse feito recebeu o título de Duque de Caxias. Nenhum destes materiais pesquisados apontou as discordâncias internas entre os líderes rebelados, ou outras razões como a fome, a doença etc., para a derrocada do movimento. Fato reconhecido pelo próprio Luís Alves de Lima e Silva⁸.

⁸ Ofício de Luís Alves de Lima ao Ilmo. Sr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império, datado de 25 de jan. 1841. Cx. 808, pasta 4, doc. 34. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. (Santos, 1983, p.85).

Nenhum destes materiais, realmente, destaca a força que o movimento possuía. Força esta que se explica com a dimensão do aparato militar para o combate aos balaios⁹. Dentro desse aspecto, apenas Alves e Oliveira (p.198) trabalha a questão da nomeação para a presidência da província do futuro Duque de Caxias, isso tudo mediante a situação reinante, a qual exigia medidas realmente drásticas. Quantos aos demais, limitaram-se em colocá-lo “meramente” como líder das tropas governamentais.

Poderia um simples movimento – como é a forma que a maioria dos livros didáticos de história do Brasil retrata – causar tamanho alvoroço na estrutura do Império? A explicação que reforça essa implicação nos é dada se lembrarmos de que o movimento de escravos negros era fortíssimo, e temia-se por uma repetição do que ocorreu no Haiti¹⁰. Esses aspectos também não são mostrados nos manuais didáticos, em especial esses aqui por nós trabalhados.

No muito, vimos explanações onde o Negro Cosme era chefe de quilombo, e que liderou cerca de 3 mil escravos. Suas demais ideias como a da república, e com ela a abolição, a sua imposição como o “tutor e Imperador das liberdades bem-te-vis”, foram deixadas de lado por esses manuais.

Participo a VS^a q. a Republica é para não a ver Escravidão (...) eu quando peguei nesse partido foi com Arco e Freja não foi Com sentido de nenguem: Raimdo me, pois fogo adepois adotou o partido e ajuntou troupas de Preto: assim se quizer p^a q. guerra eu não quero que nenguem passe mal por mim

⁹ Procurando dar ênfase ao alcance da Balaiada, e ao perigo que representara, Carlos de Lima procurou demonstrar toda a força militar empreendida pelos oficiais destacados para o combate ao movimento (1981, p.139). “Mobilizou a Regência tropas do Pará, da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Piauí e Ceará, todo o Norte em pé de guerra contra os caboclos maranhenses dos balaios. E mais: primeiro, uma escuna, depois toda uma flotilha de guerra!”.

¹⁰ Primeira República Negra da História, construída a partir de um violento levante negro. Seu reconhecimento oficial pela França como independente se deu em 1825. Atente para a proximidade periódica com a Balaiada (1838-1841).

(...). D. Cosme Bento das Chagas. Titor Emperador da Liberdade (SANTOS, 1983, p.112).

Pontos como esse, defendidos por um homem de cor, um líder quilombola, ainda na primeira metade do século XIX, talvez despertassem mais o interesse de leitores e curiosos sobre o tema.

Novamente tomando como exemplos vestibulares e concursos e o que eles cobram, fazemos uso do PAES (Processo Seletivo de Acesso à Educação), que é o vestibular de acesso a UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), trazemos a primeira questão da prova específica de História, para alunos aprovados na primeira etapa, no seletivo de 2019: “Mobilizou a Regência tropas do Pará, da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Piauí e Ceará, todo o Norte em pé de guerra contra os caboclos maranhenses dos balaios. E mais: primeiro, uma escuna, depois toda uma flotilha de guerra!”.

HISTÓRIA

Questão 01

13 de dezembro de 1838. Eclode a maior e mais importante revolta popular do Maranhão, a Balaiada. Durante um pouco mais de dois anos, a província se vê envolvida numa guerra civil que mobilizou milhares de rebeldes e de soldados. Leia a seguir o ofício de um dos participantes, que aponta um dos motivos desta insurreição.

“Nós não queremos matar a ninguém. Para isso demos provas que o primeiro Homem que pegou nesta Causa deu o exemplo que não foi matando nem roubando e só o que queríamos era a Ley da Constituição firme” (Ofício de Raimundo Gomes Vieira Jutahy ao Major Falcão, em 10 de julho de 1840, Coleção Caxias, pacote 1, doc. 45, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro).

Fonte: ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Mônica Duarte (Org.). Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

Apresente duas causas da Balaiada. A seguir, explique-as, considerando o contexto histórico do Maranhão, no período.

Pelos manuais didáticos é praticamente impossível construir a resposta, pois faltam informações básicas para que se atinja o que está sendo solicitado.

Curiosamente pode haver um processo equivocado inverso. Uma má informação, ou mesmo, má interpretação pode comprometer a elaboração de uma questão de vestibular ou mesmo de concurso público. Como exemplo, o concurso para a Polícia Militar do Maranhão de 2017, aplicado pela equipe do CESP/UNB (Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília) e o CEBRASPE (Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos), foi obrigado a voltar atrás com uma assertiva. A Questão vinha com um corpo de texto interessante: “Nas primeiras décadas após a independência, o Brasil viveu verdadeira guerra civil”.

“O Maranhão integrou esse quadro conflituoso, em que avulta a Balaiada (1838-1841), e que, também, envolveu parte do Piauí e Ceará”. Inicialmente a assertiva 30, no gabarito oficial dava como correta, a ideia de que “a defesa da constituição e dos direitos da cidadania foi a grande marca ideológica dos ‘balaios.’” Depois reconheceram o equívoco e desacreditaram a resposta como correta.

As outras duas assertivas da questão sobre a mesma temática também foram gabaritadas acertadamente como incorretas. Mas as mesmas também exigiam certo conhecimento. Na “31a”, Duque de Caxias teria se recusado a enfrentar os revoltosos. Já a assertiva “32”, exige bem mais conhecimento dos produtos em destaque e mesmo em crise no período. Alegando que “à época da Balaiada, a economia maranhense estava assentada na agroindústria açucareira, pois as culturas de algodão e arroz haviam fracassado por completo”. Cientes de que o principal produto dessa fase era o algodão, mas que o mesmo estava em crise devido

o enfrentamento com a concorrência americana, damos como incorreto esse raciocínio.

Considerações finais

Entre as décadas de 1920 e 1990, o Brasil fracassou em suas políticas de distribuição dos livros didáticos para as escolas do país. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), em 1997 houve a transferência da política de execução do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) – criado em 1985 pelo governo federal – para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – criado em 1968. Na tentativa de reduzir os impactos sociais provenientes da extrema desigualdade que enfrenta a sociedade brasileira, em 2004 o Ministério da Educação cria o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) que previa a universalização de livros didáticos para os alunos do Ensino Médio das escolas públicas brasileiras.

O governo passou a determinar que as obras didáticas para serem adquiridas com verbas públicas, sujeitar-seiam a um processo seletivo, seguindo regras propostas em edital específico para o fim. Os critérios de avaliação foram sendo constantemente melhorados, a cada edital lançado pelas equipes técnica que elaboravam o PNLD.

Esse aprimoramento se torna necessário para que os manuais didáticos possam ser mais eficientes, confiáveis e universais. Nesse aspecto não podemos fugir da importância de valorização da História Regional como afirma a LDB (Leis de Diretrizes e bases da Educação Nacional).

Assim, a partir do exposto, fica claro desta forma as omissões, erros e equívocos presentes nos manuais didáticos de História do Brasil, prejudiciais ao processo ensino-aprendizagem, e desrespeitosos a História Regional, destacando-se em nossa análise, a História do Maranhão.

No tocante a Balaiada, verificamos que os principais pontos são:

- Espaço destinado ao conteúdo, verificado na ínfima quantidade de parágrafos dedicados;
- Falta de imagens que possam reforçar o trato do tema;
- Confusão sobre o papel dos líderes. Aqui um dos mais problemáticos, pois vão desde quem participou, as suas razões e o fim que levaram;
- Erros de conteúdo, como a ideia de liberais serem da classe média, ou liberais apoioando escravos e bem-te-vis contra grandes fazendeiros, ou ainda, o balaio como o grande líder do movimento, entre tantos outros.
- Problemas que se intensificam nos sistemas de ensino, pois os mesmos não passam pelo processo de aprovação do PNLD (Plano Nacional do livro Didático).

Essa situação prejudica em muito o nosso alunado, que além de ficar com uma visão deturpada, vemos o problema se tornar maior na sua deficitária preparação para os vestibulares e concursos locais.

Outro fator preocupante é perceber que nem sempre os alunos, principalmente na rede pública, tiveram uma boa base. Pior ainda, é saber que nem todos possuem condição de depois recuperar esse prejuízo com aulas extras, sejam elas de um professor particular, de um curso pré-vestibular, ou de qualquer outra forma de obtenção de ajuda, até mesmo pela falta e dificuldades de adquirirem materiais que possam contribuir com seus estudos.

Lembrando que nos utilizamos apenas da Balaiada, para atendermos nossas expectativas, sem levar em consideração, diversos outros acontecimentos da História do Maranhão, que de muito serviriam para nortear nosso trabalho, reforçando nossas ideias, mas que as condições não nos permitiram trabalhar.

Referências

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes. **Conexões com a História**. Vol. 2. 3^a ed.: São Paulo: Moderna, 2016.

ARAÚJO, Maria Raimunda (org.). **Documentos Para a História da Balaiada**. São Luis: Edições FUNCMA, 2001. 418 p. (Série Documentos históricos do APEM).

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **A Guerra dos Bem-Te-Vis**. São Luís: SIOGE, 1988. 247 p.

BORGES, Vavy Pacheco. **O Que é História**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 85 p. (Coleção Primeiros passos, Nº 17).

BRAICK, Patricia Ramos. MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. Vol.2. 4^a Ed. Moderna, São Paulo, 2016.

CALDEIRA, Jorge. **Diogo Antônio Feijó, 1874-1843**. São Paulo: Editora 34, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.508 p.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. Vol. 02. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11 ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2003.

FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderly; MOTTA, Valéria. **O Livro Didático em Questão**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1997. 159p.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. Brasília: Senado Federal. 1981.

MAGEE, Bryan. **As ideias de Popper**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MARTINEZ, Paulo. **Heróis Vencidos**. São Paulo: Contexto, 1996. 92 p. (Coleção Repensando a História).

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Ática,1997. 431 p.

SALOMÃO, Gilberto Elias. **Ensino Médio / História**. Vol. 03. São Paulo: Ed. Sistema de Ensino Poliedro, 2019.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão.**
São Paulo: Ed. Ática, 1983.

SCHMIDT, Mario. **Nova História Crítica do Brasil:** 500 anos de história mal contada. São Paulo: Nova Geração, 1999. 392p.

SAS, Sistema de Ensino Ari de Sá. **Pré-Universitário / História.** Vol. 03 e 04. Ceará: Ed. SAS, 2019.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil.** 1^a. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

Parte III

Memória e Historiografia

Ressentimentos políticos e lutas de memória em *A Balaiada*, de Clodoaldo Freitas

Teresinha Queiroz

Introdução

Escrito em março de 1894, em momento de forte recrudescimento do militarismo e da repressão aos civis nos inícios da República no Brasil, o texto de *A Balaiada*¹ é permeado de sentidos políticos, podendo ser visto como uma metáfora da jovem República insatisfeita de si (FREITAS, 2019). Clodoaldo Freitas² tem o objetivo imediato de se contrapor, no que ele nomeia como crônica, à memória que se construiria e instituiria de heroicização de certos personagens da Balaiada, enfatizando e realçando uma contraimagem, produzida a partir de fontes orais e documentais. Vergasta especialmente a família Sousa Martins, porém, não apenas esses participantes maiores da repressão à Balaiada.

Embora Clodoaldo Freitas não tenha elaborado uma defesa dos balaios, o livro está muito longe de ser uma louvação às forças legais e às formas de contenção do movimento. Não se trata também de um elogio aos rebeldes. Mais que isso, é um libelo apaixonado contra as guerras civis e sua inutilidade e um discurso de reforço aos valores de uma

¹ O manuscrito permaneceu inédito até 2019. Neste estudo, faço uso da edição impressa.

² Jornalista, político e magistrado, Clodoaldo Severo Conrado de Freitas nasceu em Oeiras, em 7 de setembro de 1855. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, turma de 1880. Sua atuação política e cultural alcança todo o circuito regional, indo do Piauí ao Pará, passando pelo Maranhão. Assumiu cargos na magistratura e atuou na imprensa no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Mato Grosso e no Amazonas. Produziu centenas de textos sob a forma de história, crítica religiosa, crítica política, crônicas, contos, romances, novelas e poesias. Deixou grande acervo de obras inéditas. Faleceu em Teresina, em 29 de junho de 1924.

nacionalidade coesa, sob os princípios republicanos e verdadeiramente democráticos.

Clodoaldo Freitas e o contexto da produção do manuscrito *A Balaiada*

Importa, para alcançar as sutilezas de uma escrita, compreender o lugar social e político do escritor no momento da produção do texto. Em 1894, quando Clodoaldo Freitas produz *A Balaiada*, ele tem 38 anos e suas perspectivas de realização política e profissional estão profundamente esgarçadas. Ao completar 15 anos de atuação profissional, continuava militando na política e na imprensa, só que agora os sonhos, de fato, haviam se tornado pesadelo. A República já acontecera e se transformara, em sua perspectiva, em uma tirania. Como na lenda antiga, já engolia os próprios filhos. Do ponto de vista da vida prática, casado e com vários filhos pequenos, sobrevivia da advocacia eventual, complementada pelo trabalho na imprensa. Na ocasião, era redator do jornal *O Democrata*³ (CASTELO BRANCO, 1948, p. 12-13). Embora os jornais políticos não costumassem remunerar os editores e redatores – o Barão de Castelo Branco⁴, proprietário do jornal, por essa via, garantia a sobrevivência dos membros do partido mais envolvidos com a luta direta contra o governo. Em 1894, os ventos da política sopravam furiosamente contra os democratas do Piauí, e o Partido Republicano Federal (PRF) dominava os interesses piauienses sob a batuta, no Rio de Janeiro, de Firmino Pires

³ Fundado em 11 de junho de 1890, era de propriedade do Barão de Castelo Branco e defendia os interesses do Partido Democrata. Tinha como redatores principais Simplício Coelho de Resende e Clodoaldo Freitas. Sustentou a mais forte oposição aos governos militares no Piauí no início da República. Deixou de circular em 1895, após ter enfrentado grandes dificuldades para sobreviver às pressões dos grupos no poder.

⁴ Filho do tenente-coronel da Guarda Nacional Mariano Gil Castelo Branco e de Vitória Perpétua de Jesus. Nasceu em 1º de janeiro de 1848, no lugar Contendas, hoje no município de José de Freitas. Sua mãe casou-se em segundas núpcias com Faustino Fernandes da Silva, tendo 12 filhos desse consórcio. Mariano Gil Castelo Branco casou-se em 1869 com sua prima Cândida Burlamaqui Castelo Branco. Foi deputado provincial e vice-governador do Piauí. Militou no Partido Liberal, no Império, e no Partido Democrata, nos anos iniciais da República, ao lado de Simplício Coelho de Resende, Clodoaldo Freitas, Jacob Gayoso, João Gayoso, dentre outros. Fazendeiro abastado, liderava politicamente uma extensa família. Faleceu em Teresina, em 1936.

Ferreira⁵, que dispunha de grande prestígio junto ao presidente da República Floriano Peixoto. Com a eleição de Coriolano de Carvalho e Silva⁶ ao governo do estado em 1892, o PRF se consolida, ao tempo em que os democratas desenvolvem a mais acirrada campanha oposicionista contra os governos militares no Piauí e no Brasil. Da proclamação da República até o final do governo de Floriano Peixoto, em 1894, domina a política piauiense o grupo que Clodoaldo Freitas nomeou no jornal *O Democrata* e em outros escritos de *o coelhado* (FREITAS, 1892). A república militar, comandada no Piauí por Coriolano de Carvalho e Silva, estava no seu apogeu.

Coriolano de Carvalho e Silva assumiu interinamente o governo do Piauí em 11 de fevereiro de 1892, substituindo o tenente-coronel João Domingos Ramos, que chefiava o governo em virtude da renúncia de Gabriel Ferreira.⁷ Afirmava o comandante que lhe entregara o governo “em virtude de instrução do presidente da República”. Enfrentou grande oposição da imprensa. Apoiou o PRF, dissolveu a câmara e convocou novas eleições para o congresso constituinte estadual. Ao assumir o governo e tendo em vista os interesses políticos do momento, Coriolano de Carvalho e Silva propôs como condição para aliança com o grupo liderado pelo

⁵ Nascido em 1848 em Barras (PI), fez carreira militar no Exército. Seguiu para a Guerra do Paraguai em 1865, como cadete, logo promovido a alferes. Suas ações na guerra foram objeto de inúmeras elogios dos seus chefes nas ordens do dia, entre eles Manuel Luís Osório, o Duque de Caxias e Deodoro da Fonseca. Terminada a guerra, no posto de tenente, ingressou na Escola Militar da Corte, concluindo o curso superior em 1874. Alcançou o posto de tenente-coronel em 1899. Fez rápida carreira nas armas. Em 1895 foi promovido a general de brigada; em 1901 a general de divisão e em 1906 foi agraciado com o posto de marechal. Reformado em 1913. A partir de 1891, sua vida profissional foi entremeada por períodos de legislaturas nos quais se afastava dos quartéis para exercer as funções políticas. Eleito deputado federal à Constituinte na primeira legislatura republicana e senador em quatro mandatos de nove anos cada um. Faleceu em 21 de julho de 1930, no Rio de Janeiro. Fonte: CHAVES, 1994, p. 131-134.

⁶ Formou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, fazendo carreira no Exército. Alferes-aluno em 1883, segundo tenente em 1886, primeiro tenente em 1889, capitão em 1890. Compunha a tropa que proclamou a República no Largo da Aclamação em 15 de novembro de 1889. Governou de 11 de fevereiro de 1892 a 1 de julho de 1896. Nasceu em Barras (PI) em 1857 e faleceu no Rio de Janeiro em 1926. CHAVES, 1994, p. 161-164.

⁷ Com a renúncia de Gabriel Ferreira, assume o governo do Estado junta composta por civis e militares, presidida pelo tenente-coronel João Domingos Ramos. Tinha como membros Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, Elias Firmino de Sousa Martins, José Eusébio de Carvalho Oliveira e José Pereira Lopes. A junta governativa que substituirá o governador fora logo dissolvida por Floriano Peixoto, em 29 de dezembro de 1891.

Barão de Castelo Branco a exclusão política de Simplicio Coelho de Resende⁸. Heitor Castelo Branco assim narra o episódio:

[...] conhecedor, que era, do prestígio eleitoral do Barão e da participação decisiva por este tomada na deposição em apreço [de Gabriel Luís Ferreira] mandara procurá-lo pelo seu secretário João Augusto Rosa, que lhe apresentou, em nome do Governo, a proposta de apoio oficial ao seu partido [Partido Democrata], desde que da direção do mesmo fosse afastado o Dr. Coelho de Resende, por ter tomado parte, como deputado, na chamada questão Cunha Matos da qual resultou, conforme afirmam historiadores, o apressamento da Proclamação da República (CASTELO BRANCO, 1948, p. 12-13).

A recusa fez recrudescerem as hostilidades contra os democratas, situação que se prolongou até 1895, com o desaparecimento do partido e do jornal.

No Piauí estava-se, em 1894, no apogeu do governo militar de Coriolano de Carvalho e Silva, já com suas bases políticas assentadas tanto no Piauí quanto na capital da República, sob a prestigiosa representação do senador Firmino Pires Ferreira. No plano local, apoiavam a situação, desde 1890, os grupos formados pelos antigos conservadores da província – os Pacheco, os Ferreira, os Sousa Martins, os Sousa Mendes, os Abreu, parte dos Ribeiro Gonçalves e dos Lustosa Paranaguá. Na oposição, a dissidência da família Cruz, que oscilava politicamente nesses primeiros anos, os Coelho de Resende e os Castelo Branco, na órbita dos quais circulam os Freitas em franca decadência política.

⁸ Simplicio Coelho de Resende desgostara-se profundamente com a política republicana quando, em 1890, fora preso em virtude de ter publicado nota sobre a contratação de sentenciado da cadeia pública como cozinheiro do Palácio do Governo na gestão de Gabino Besouro, prisão que repercutiu em todo o Brasil. Convidado para assumir o cargo de Chefe de Polícia do Amazonas, transferiu-se com a família para Manaus, onde se dedicou à advocacia, com grande sucesso. Cf. CUNHA, 2011, p. 59-63; QUEIROZ, 1994, p. 236.

Observando esse cenário político e os sujeitos detentores do poder estadual, bem como a dimensão crítica que é o foco principal do livro, é fácil perceber que os personagens que Clodoaldo Freitas escolhe para estruturar a narrativa são os bisavós, avós, pais, tios e outros ascendentes daqueles para os quais ele dirige as críticas de destruição dos valores republicanos e de malversação dos recursos públicos no presente por eles vivido. Assim, constrói uma continuidade perversa entre o passado de uma inútil guerra civil e a jovem República já conspurcada pelas dissensões interiores, mas sob a inépcia, a ineficácia e o arbítrio dos poderes e das gestões militares. Seus personagens, como dito, são principalmente os descendentes das famílias Coelho Rodrigues, Sousa Mendes e Sousa Martins, representados de maneira exemplificativa e tomando como referência os sujeitos que ocupavam os cargos mais elevados, como Simplício de Sousa Mendes⁹, Antônio Coelho Rodrigues¹⁰, Eliseu de Sousa

⁹ Filho do coronel Antônio de Sousa Mendes, nasceu em Oeiras em 1823. Iniciou os estudos de medicina no Rio de Janeiro, concluindo-os na Bahia, em 1845. A partir de 1846, teve decisiva participação na vida política do Piauí. Voltando a Oeiras, foi professor do Liceu, diretor da Instrução Pública e médico do partido público. Entusiasmou-se com o projeto de mudança da capital e, na condição de deputado provincial, votou a Lei n. 315, de 20 de julho de 1852, que mudava a capital de Oeiras para Teresina. Com isso, teve que enfrentar os interesses contrariados da cidade e dos seus parentes. Com o afastamento de Saraiva, assume a presidência da província em 1853. Sua carreira política teve sequência com a eleição para deputado geral na legislatura 1861-1862. Como chefe do Partido Conservador no Piauí, passou para o ostracismo com a formação da Liga, que associou conservadores dissidentes e liberais, dominando a política imperial de 1862 a 1868. Vice-presidente da província em 1853, 1858, 1868 e 1869. Deputado provincial por várias legislaturas. Presidente da Câmara Municipal de Teresina. Durante 40 anos exerceu, simultaneamente, a política e a medicina. Faleceu em Teresina, em 4 de julho de 1892. CHAVES, 1994. p. 108-111.

¹⁰ Político, jornalista e juriconsulto. Nasceu em 1846 na Fazenda Boqueirão, na época pertencente ao município de Oeiras e hoje ao de Picos. Após os primeiros estudos no Piauí, deslocou-se para Recife, onde se bacharelou em Direito, em 1866. No mesmo ano, estreia em Teresina como advogado, chamando a atenção do Dr. Simplício de Sousa Mendes, que o convida para dirigir o jornal *A Moderação*, do Partido Conservador. Coelho Rodrigues aceita o convite e muda o nome do jornal para *O Piauí*. Em 1867, disputa cadeira para a Assembleia Provincial, porém não foi eleito. Sem espaço político em época de governo liberal, retorna ao Recife para concorrer a uma cadeira na Faculdade de Direito. Durante a viagem tem notícia da ascensão do Ministério Itaborai e da subida conservadora. Volta a Teresina e disputa cadeira para a Assembleia Geral, para a qual foi eleito com o apoio decisivo do Dr. Simplício Mendes, apesar de ter abandonado a campanha e assumido a promotoria pública de Jaicós, por discordar da composição da chapa conservadora. Tinha 23 anos. No fim da legislatura, deslocou-se para o Recife, onde defendeu sua tese de doutorado. Em 1871, foi nomeado professor substituto de Direito Civil da Faculdade de Recife. Na carreira política, enfrentou os liberais, que lhe impuseram algumas derrotas. Nas eleições de 1872, não teve seu nome reconhecido. Em 1874, elegeu-se deputado provincial e novamente deputado geral em 1877. Com a dissolução da Câmara em 1878 e a ascensão dos liberais, deixa a militância política para dedicar-se ao Direito. Em 1881, foi nomeado membro da Comissão Revisora do Código Civil elaborado pelo Dr. Joaquim Felício dos Santos e presidida pelo Imperador, quando foi nomeado Conselheiro. No *Manifesto aos piauienses*, adere ao novo regime. Passou a ser ouvidor pelo Marechal Deodoro nos assuntos de interesse do Piauí. Contratado para elaborar o Código Civil no início da República, que não foi aprovado. Defendia com energia os ataques feitos ao seu projeto de Código. Em 1893 era senador, na vaga aberta

Martins¹¹, Elias Firmino de Sousa Martins¹² e outros, que representavam os antigos interesses conservadores prevalecentes no Piauí desde as décadas iniciais do século XIX e especialmente após a Independência.

Bibliografia e fontes de Clodoaldo Freitas para a composição de A Balaiada

À época da redação do manuscrito, a bibliografia disponível sobre a Balaiada não era muito extensa. Clodoaldo Freitas consultou e citou as biografias compostas por Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco ao longo da década de 1870 e publicadas primeiro no jornal *A Imprensa*, após no *Almanaque piauiense para o ano de 1878*, e na forma de livro em 1879. O conjunto das biografias aparece com o título *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí* e dele constam as biografias do Visconde da Parnaíba¹³ e de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva¹⁴ seu pai,

por Teodoro Pacheco. Foi prefeito do Distrito Federal, na época da presidência de Campos Sales. Faleceu em 1912, quando voltava da Suíça. CHAVES, 1994, p. 120-123.

¹¹ Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, em 1866 e doutor de borda e capelo pela mesma faculdade. Promotor de Justiça e Secretário de Governo no Piauí. Presidente das províncias do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo. Com a proclamação da República, foi eleito senador pelo Piauí. Filho de José Martins de Sousa e de Rita Maria da Conceição. Neto paterno do coronel Joaquim de Sousa Martins e sobrinho-neto do Visconde da Parnaíba. Eliseu de Sousa Martins nasceu em Jerumenha (PI) em 1842 e faleceu no Rio de Janeiro em 1894.

¹² Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Deputado federal pelo Piauí em duas legislaturas. Redator do *Revolução* em 1898, ao tempo do Congraçamento, arranjo político no governo de Raimundo Artur de Vasconcelos, quando Coriolano de Carvalho foi excluído da política local. Notabilizou-se como a principal liderança leiga no movimento católico de Teresina no início do século XX. Diretor e redator do jornal *O Apóstolo* e líder da União Popular. Filho do magistrado, jornalista e político Dr. Firmino de Sousa Martins e de D. Júlia de Sousa Martins. Seu pai, na condição de vice-presidente da província, assumiu o governo em várias ocasiões. Casado com D. Cândida Cruz Sousa Martins, filha do Barão de Uruçuí. Nasceu em Picos em 1864 e faleceu em Teresina, em 16 de outubro de 1836.

¹³ Manuel de Sousa Martins, Barão e depois Visconde da Parnaíba, era presidente da província do Piauí ao tempo da Balaiada. Fazendeiro abastado e político de muito prestígio na primeira metade do século XIX. Personagem de relevo na história e na memória, desde o século XIX desperta intensos ódios e inegável adoração, que se expressam em escritos os mais variados. Governou o Piauí de 24 de janeiro de 1823 a 30 de dezembro de 1843, tendo ficado fora do poder em pequenos intervalos nas décadas de 1820 e 1830. Nasceu em Jaicós, em 1767 e faleceu em Oeiras, em 1856.

¹⁴ Importante chefe balaiado da província do Piauí, nasceu em 11 de setembro de 1813, na vila de Santo Antônio de Campo Maior. Agricultor, negociante e político, também dedicou-se aos negócios públicos, tendo ocupado os cargos de vereador, eleitor de paróquia, juiz de paz e promotor público da comarca de Campo Maior. Comandante do destacamento da vila. Alferes da 4ª Companhia do Batalhão n. 83 de Caçadores da segunda turma do Exército, nomeado em 1829. Após a Balaiada, fez carreira na Guarda Nacional, na imprensa, na burocacia pública e na política provinciana. Filho do coronel Antônio Lopes Castelo Branco e Silva e de D. Ana Rosa de São José. Neto paterno do Dom Francisco Gil Castelo Branco e de D. Maria Eugênia Lopes da Cruz Castelo Branco. Casou em 1834 com D. Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco, filha do Dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco e de D. Maria de

por sinal a mais extensa do volume. Clodoaldo Freitas apoiou-se também em Domingos José Gonçalves de Magalhães¹⁵, que, tendo sido secretário de Luís Alves de Lima e Silva¹⁶, elaborou memória sobre a Balaiada publicada em 1848, por sinal, um panegírico da atuação do futuro Duque de Caxias.

Outras leituras de Clodoaldo Freitas foram o *Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão*, de César Marques, publicado em 1870 e José Martins Pereira de Alencastre, *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí* (1857, p. 5-164), texto publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), redigido em 1855, quando o antigo secretário de José Antônio Saraiva ainda se encontrava em Teresina exercendo funções burocráticas, jornalísticas e docentes. À mesma época, Alencastre elaborou trabalho específico sobre a Balaiada, o *Notas diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841, escritas em 1854 à vista de documentos oficiais* (1872, p. 423-483), publicado na revista do IHGB em 1872. Não foi possível perceber a utilização desse texto de Alencastre por Clodoaldo Freitas.

Clodoaldo Freitas examinou os folhetos de acusação ao Visconde da Parnaíba que circularam especialmente nos anos 1840, após a Balaiada, quando ocorreu no Rio de Janeiro um movimento continuado na Câmara com o sentido de forçar sua demissão do comando da província. Foram

Jesus Castelo Branco. Faleceu em Parnaíba a 22 de dezembro de 1869. Algumas das fazendas da família foram ocupadas pelas forças legalistas durante os confrontos da Balaiada, entre elas a fazenda Livramento, de Francisco Gil Castelo Branco e a fazenda São Pedro, de seu sogro Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco.

¹⁵ Poeta, escritor, dramaturgo, diplomata e político. Nascido no Rio de Janeiro em 1811 e falecido em Roma em 1882, Domingos José Gonçalves de Magalhães tornou-se conhecido no Brasil com o livro *Suspiros poéticos e saudades*, editado em Paris em 1836 e considerado inaugrador do movimento romântico brasileiro. Ocupou o cargo de secretário de Luís Alves de Lima e Silva, quando esse militar foi nomeado presidente da província do Maranhão, com o objetivo de debelar a Balaiada. Foi habilitado com os títulos de Barão e Visconde de Araguaia.

¹⁶ Presidente da província do Maranhão de 7 de fevereiro 1840 a 13 de maio de 1841, o coronel Luís Alves de Lima e Silva, depois Barão, Marquês e Duque de Caxias, teve sua carreira militar alimentada pelo sucesso na contenção da Balaiada. Ao sair do Maranhão, foi destacado para sufocar movimentos revolucionários em curso no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em Minas Gerais.

imputados como autores dessas acusações Francisco José Fialho¹⁷ e o sobrinho do Visconde, então deputado geral Francisco de Sousa Martins¹⁸ que, pouco antes, no exercício do cargo de presidente da província do Ceará, contribuíra na repressão à Balaiada. Na defesa do Visconde empenharam-se seus velhos correligionários liberais, entre eles o general José Joaquim de Lima e Silva, tio de Luís Alves de Lima e Silva. Em *A Balaiada*, Clodoaldo Freitas informa que o folheto *Algumas considerações acerca da administração do Visconde da Parnaíba*, anônimo, publicado em 1845 em Niterói, era, de fato, da autoria de Francisco José Fialho, escrito sob a inspiração de Francisco de Sousa Martins. Clodoaldo Freitas discorda, em grande parte, do teor do panfleto e com a definição de Manuel de Sousa Martins como “obscuro e intratável tirano”. Em *A Balaiada*, retrata-o como:

Senhor absoluto do Piauí, cujos destinos governou despoticamente por espaço consecutivo de 20 anos, tendo-o já governado, com outros, outros 20, o Visconde da Parnaíba, homem sem instrução, mas de admirável tino e inteligência, não podia ser o que foi, gozar, como gozou, de tamanho prestígio, influência e popularidade sendo esse obscuro e intratável tirano desenhado nos escritos de seus inimigos, como Francisco José Fialho e nos discursos de seu sobrinho o Dr. Francisco de Sousa Martins, [...]. (FREITAS, 2019, p. 35-36).

¹⁷ No final dos anos 1830, atuava como jornalista em Oeiras, ocasião em que dirigiu o jornal *O Telégrafo*, periódico que divulgava os episódios da Balaiada e que fora criado para este fim. Transferiu-se para o Rio de Janeiro nos anos 1840, tornando-se tabelião e investidor, além de palaciano. Tem seu nome vinculado a melhoramentos públicos no Rio de Janeiro e à posse de terras no local onde hoje se encontra o bairro do Leblon.

¹⁸ Filho do coronel Joaquim de Sousa Martins. Irmão de Manuel Clementino de Sousa Martins e de José Martins de Sousa, sobrinhos do Barão/Visconde da Parnaíba. Formou-se em Direito em Olinda, em 1832, desenvolvendo carreira administrativa, política e na magistratura. Juiz de Direito em Oeiras, juiz dos Feitos da Fazenda e chefe de polícia no Rio de Janeiro. Em 1834, foi eleito deputado geral pelo Piauí e reeleito em mais três legislaturas. Nomeado presidente da província da Bahia em 1834, no ano seguinte enfrentou e sufocou a rebelião de escravos que ficou conhecida como a Revolta dos Malês. Em 1839, foi nomeado presidente da província do Ceará e, nessa condição, foi grande auxiliar do Barão da Parnaíba na repressão à Balaiada. Nos anos 1840, após a pacificação da província, desentendeu-se com o tio Visconde e contra ele moveu oposição na Câmara Baixa, onde representava o Piauí, e na imprensa periódica, sugerindo a sua deposição. Foi escritor, tradutor, orador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nasceu em Jaicós, em 1805, e faleceu em Oeiras, em 1857. CHAVES, 1994, p. 50-55.

Esmaragdo de Freitas também trata desses desentendimentos na política oeirense, afirmando que Francisco de Sousa Martins sustentou a necessidade de demissão do presidente da província, mas que o Visconde se antecipara, pedindo a própria exoneração (SOUZA, 2015, p. 44-49). O fato é que, a partir de 1843, a situação política em Oeiras tornou-se muito tensa, o que caracterizou os governos de José Ildefonso de Sousa Ramos¹⁹ e do Conde do Rio Pardo²⁰, quando sucessivos assassinatos, todos de feição política, assombraram aquela cidade, muitos deles sendo associados, ora aos interesses de Antônio de Souza Mendes, ora imputados ao Visconde. Esses folhetos circularam amplamente no Rio de Janeiro e no Piauí, repercutindo os discursos e os rearranjos políticos nacionais e provinciais.

Clodoaldo Freitas consultou e, em alguns trechos, remete-se à documentação oficial do período, constante dos arquivos da Secretaria de Governo, o mesmo acervo de fontes consultado por Alencastre nos anos 1850 e posteriormente por Francisco Augusto Pereira da Costa, que publica vários artigos históricos no jornal *A Imprensa* e elabora a *Notícia sobre as comarcas do Piauí*, primeiro em anexo à fala do presidente, de 1885, e após, em publicação autônoma. Desses esforços iniciais e de pesquisas posteriores resulta o *Cronologia histórica do Estado do Piauí*, cuja primeira edição saiu em Recife em 1909, com financiamento do governo do Piauí (PEREIRA DA COSTA, 1909). O historiador pernambucano teve acesso a esses papéis em 1884 e 1885, quando esteve

¹⁹ Governou a província do Piauí de 30 de dezembro de 1843 a 9 de setembro de 1844. Representou o Piauí como deputado geral. Condecorado com os títulos de Barão de Três Barras e Visconde de Jaguari. No final do seu governo e após, fez oposição ao Visconde da Parnaíba.

²⁰ General Tomás Joaquim Pereira Valente. Nasceu em Portugal. Governou o Piauí de 9 de setembro de 1844 a 28 de junho de 1845. Durante o seu governo ocorreram manifestações armadas contra o Visconde da Paranaíba e os assassinatos do padre Quintino Brito e do capitão Teodoro Pereira de Castro, de fortes repercussões no cenário político do Piauí. FREITAS, 2019, p. 43-48.

no Piauí na condição de Secretário de Governo de Raimundo Teodoro de Castro e Silva²¹ e por indicação de José Manuel de Freitas.²²

Além da bibliografia especializada e de documentos oficiais, os relatos de memória foram fundamentais para a elaboração do manuscrito. Entre essas fontes orais, estavam certamente parentes de Clodoaldo Freitas que lutaram na Balaiada ou que foram testemunhas desses sucessos. Compondo a Coluna do Oeste, comandada por José Martins de Sousa, encontramos Gonçalo José de Freitas²³, tio-avô de Clodoaldo, por ser irmão de seu avô Antônio Manuel de Freitas Fragoso. Gonçalo era pai de José Manuel de Freitas e de Jesuíno José de Freitas²⁴, ambos bacharéis em Direito, com carreiras administrativas, na magistratura e na política do Piauí, do Maranhão e de Pernambuco. Parentes próximos e da íntima convivência de Clodoaldo Freitas.²⁵

Ao tempo em que o prestígio avassalador dos Sousa Martins decaía pelo afastamento e morte do Visconde e pela diversificação da sociedade e de seus interesses, emergia na política piauiense a família Freitas, originalmente estabelecida em Jerumenha e, após, com seus principais

²¹ Governou o Piauí de 1 de outubro de 1884 a 1 de setembro de 1885. Foi Secretário de Polícia de José Manuel de Freitas, quando esse chefe liberal presidiu a província de Pernambuco.

²² José Manuel de Freitas foi um dos mais destacados chefes do Partido Liberal no Piauí entre as décadas de 1860 e 1880. Entremeando a carreira de magistrado com a assunção de cargos públicos e com a representação política, sua trajetória pode ser definida como de um político de influência regional no Império. Como vice-presidente da província do Piauí assumiu o governo em 1866, 1867 e 1868. Deputado geral na legislatura 1878-1881. Governou as províncias do Maranhão (1882-1883) e de Pernambuco (1883-1884). Interlocutor preferencial do Marquês de Paranaguá e do Barão de Loreto no Piauí. Nasceu em Jerumenha em 1836 e faleceu em Recife em 1887. Foi objeto de biografias produzidas por seu genro Clóvis Beviláqua e por Clodoaldo Freitas. Cf. BEVILAQUA, 1888; FREITAS, 2012. p. 9-45.

²³ Gonçalo José de Freitas era comerciante e fazendeiro. Teve participação ativa na repressão à Balaiada. Sua atuação foi alvo de críticas e sobre ela há insinuações acerca de decisões equivocadas quando da sua passagem e de seus comandados para combater no Maranhão. Em *Vultos piauienses*, Clodoaldo Freitas considera que ele “prestou relevantes serviços ao país, conduzindo escoltas para Oeiras e tomado parte nos acontecimentos do tempo.” Auxiliou José Martins de Sousa na luta contra os irmãos Aguiar e outros rebeldes em Parnaguá. Residia em Jerumenha. FREITAS, 2012, p. 11.

²⁴ Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, turma de 1864. Destacado político do Partido Liberal. Juiz de Direito no Piauí e Maranhão. Desembargador da Relação do Maranhão. Faleceu em 1906.

²⁵ No livro *Vultos piauienses*, de 1903, Clodoaldo Freitas elabora extensa memória da família Freitas e da atuação do Partido Liberal no Piauí. Destaque para as biografias de José Manuel de Freitas, João Alfredo de Freitas, Deolindo Mendes da Silva Moura e do chefe liberal piauiense José de Araújo Costa. O livro pode ser considerado uma memória do Partido Liberal, de suas lutas, vitórias e derrotas na segunda metade do século XIX.

membros deslocando-se para Oeiras e para Teresina, ocupando espaços políticos, administrativos e jurídicos. Tratava-se de um pequeno bloco político que emergiu ao longo da segunda metade do século XIX, ao sabor das mudanças no Estado brasileiro que demandava cada vez mais bacharéis qualificados para o exercício das funções públicas.

Embora a informação não diga respeito diretamente à Balaíada, Clodoaldo Freitas destaca alguns dos fatos importantes da política oeirense dos anos 1840 que aconteceram na casa de seu avô Antônio Manuel de Freitas Fragoso. Esses episódios envolviam familiares do Visconde da Parnaíba, especificamente seu sobrinho Antônio de Sousa Mendes²⁶, figura que também está no centro da narrativa de Clodoaldo Freitas. Os fatos descritos em detalhes sugerem que a tradição oral foi preservada no seio de sua família e que sua mãe foi testemunha presencial de alguns desses acontecimentos.

A estrutura narrativa de *A Balaíada*

O texto privilegia certos personagens e suas famílias, utilizando dois recortes temporais: o tempo da Balaíada e o tempo-presente do autor, o do início da República. A dimensão comparativa do Império com a República dá o escopo emocional da interpretação e colabora para descarnar as memórias e as simbologias positivas construídas em torno da repressão do movimento, reproduzidas e divulgadas nas décadas anteriores. Clodoaldo Freitas busca pôr em relevo as continuidades da dominação e da opressão política das famílias do centro-sul do Piauí, que formam primeiras, segundas e terceiras gerações de descendentes de

²⁶ Major graduado do Exército. Teve longa carreira militar. Serviu como tenente e capitão nas guerras da Independência e da Balaíada. Substituiu seu primo Manuel Clementino de Sousa Martins, filho de seu tio materno Joaquim de Sousa Martins, no comando das forças legais. Sobrinho do Barão da Parnaíba. Nasceu em Oeiras em 1793 e faleceu em Teresina em 13 de abril de 1871.

Manuel de Sousa Martins e de seu irmão Joaquim de Sousa Martins²⁷, de forma mais direta. E indiretamente, dos patriarcas daquela região ao redor de Oeiras, que no final do século XIX já se desdobrara em outros municípios, todos guardando os pesos políticos das famílias originais. Instituída a República, ocorreu reforço dessas famílias e daquela região, apesar de os primeiros governadores, militares, terem nascido no norte do estado. Porém, como é sabido, as eleições dos governadores militares não se faziam a partir de bases políticas municipais e sim por determinações vindas do quartel principal do Palácio do Itamaraty, firmadas por acordos de lideranças estaduais e locais tecidas à revelia da oposição. Os governadores eram mais indicados que eleitos.

Os personagens escolhidos para sustentar a narrativa são os principais representantes da família Sousa Martins, na gestão e no comando da Balaiada. E a ênfase está colocada nos equívocos das estratégias guerreiras e nas arbitrariedades e ilegalidades cometidas tanto no cenário da guerra quanto no trato com os civis, e com a população em geral. Nesse aspecto, Clodoaldo Freitas tanto realça as tibiezas e desacertos militares, como igualmente aponta para o exercício de práticas abomináveis – que incidem sobre os corpos, que arrasam as propriedades e que formalizam os saques e os roubos, ou seja, atentam contra a propriedade privada. Isso sem contar as extorsões consentidas pelos proprietários e fazendeiros que custeiam, em parte, a guerra. Todas essas observações têm um duplo escopo: vergastar as guerras civis, realçando

²⁷ Joaquim de Sousa Martins teve notável carreira militar, ocupando por muitos anos o cargo de Governador das Armas da Província do Piauí. Enquanto os descendentes do Visconde da Parnaíba, inclusive seus filhos naturais, dedicavam-se às carreiras jurídicas, administrativas e religiosas, os filhos de Joaquim foram notáveis membros das carreiras militares. Tome-se como exemplo Manuel Clementino de Sousa Martins e José Martins de Sousa, participantes na repressão à Balaiada. Como militar, Joaquim de Sousa Martins esteve à frente de diversas situações de conflito. Entre elas as decisões que levaram à proclamação da Independência do Piauí em Oeiras, o episódio da tomada da Casa da Pólvora e os sucessos posteriores das lutas que se findaram com a derrota de Fidié em Caxias (MA), em 1823. Nomes expressivos da política piauiense ao longo do século XIX compuseram a extensa árvore genealógica do coronel Joaquim de Sousa Martins.

sua inutilidade e mostrar a continuidade perversa, ao longo do século XIX, da regência política do Piauí sob a tutela da referida família.

Clodoaldo Freitas lança mão de bases seculares da formação e dos entrelaçamentos das famílias da elite piauiense, chamando a atenção para as permanências da dominação política na província e agora no estado, bem como para os sentimentos de coesão e unidade que articulam essas famílias em torno do sangue, do poder e da herança. No mesmo sentido, apresenta as disputas familiares²⁸, suas localizações espaciais, seus distintos interesses. Ao tempo da Balaiada, muitos conflitos dividiam as famílias e os grupos do norte, do centro e do sul da província, situação que persistia, do seu ponto de vista, no início dos anos 1890.

Desse modo, na narrativa, são destacados os arranjos em torno dos Sousa Martins e famílias aliadas (no centro, Oeiras como o núcleo concentrador), dos Castelo Branco (Campo Maior e parte do norte da província), dos Aguiar e dos Lustosa no extremo sul do Piauí (Parnaguá, Corrente e adjacências). Não é sem significado que a partir dos anos 1840, até o final do Império, essas regiões também se demarcavam pelas atuações partidárias mais fortes. Oeiras como centro de Partido Conservador, Parnaguá e Campo Maior como lideranças expressivas do Partido Liberal.

É interessante considerar que no Piauí, ao longo de todo o século XIX, a gestão pública e a vida partidária não se separavam da formação das famílias e da estruturação dos centros de poder. E que mesmo as reformas políticas e legais advindas da centralização regencial e da institucionalização do Estado brasileiro, significadas aqui pela Lei dos Prefeitos e pelas políticas de recrutamento, bem como pelas codificações

²⁸ Apesar de parte da historiografia e mesmo a tradição enfatizarem a coesão e a harmonia entre os Sousa Martins, verifica-se que as dissensões ocorriam a todo o momento. Nos anos 1820, a ruptura política entre o Barão e seu irmão Joaquim foi de molde a que o segundo projetasse abandonar Oeiras, instalar-se em Caxias e ir ao Rio de Janeiro com o fim de denunciar o governo do irmão.

processuais em curso, na prática só aconteciam com a mediação dos interesses locais e familiares. Uma vista de olhos sobre a escolha dos prefeitos permite perceber-se a ocupação desses cargos burocráticos pelos filhos-família e que esses irão, no curso da Balaíada, associar-se em todo o espaço regional conflagrado na defesa da situação e na luta pela consolidação e preservação do novo ordenamento político e jurídico. Unidade nacional, centralização política a partir do Rio de Janeiro e permanência das elites andam no mesmo passo.

As lideranças políticas do Piauí no início dos anos 1890 são compostas e/ou são fortemente ligadas às antigas famílias do centro-sul, representadas pelos descendentes diretos ou colaterais do Visconde da Parnaíba. Muitos dos políticos com expressão no início da República eram descendentes diretos de Joaquim de Sousa Martins e de seu irmão Visconde da Parnaíba. Deve-se considerar que Manuel Clementino de Sousa Martins, filho de Joaquim, desposou Maria Josefa, filha do Visconde e que os filhos e filhas dos patriarcas citados casaram entre si, compondo uma rede familiar intricada e endogâmica, que se espalhava por todo o território piauiense de Teresina para o Sul, dominando, ainda em grande medida, nos primeiros anos da República, as políticas municipal e estadual.

Alguns dos nomes escolhidos por Clodoaldo Freitas em seus textos políticos para apoiar suas crônicas do passado e as críticas do presente são os representantes mais expressivos do citado grupo oligárquico-familiar: Eliseu de Sousa Martins, filho de José Martins de Sousa, neto de Joaquim de Sousa Martins e sobrinho-neto do Visconde da Parnaíba; e Antônio Coelho Rodrigues, filho de Ana Joaquina de Sousa e neto de Joaquim de Sousa Martins. Deve ser lembrado igualmente que formam a mesma matriz oligárquico-familiar desde o século XVIII as famílias Vieira de Carvalho, Coelho Rodrigues, Sousa Martins, Pereira da Silva e Araújo

Costa (BRANDÃO, 1995). A ocupação de cargos importantes no Executivo, no Legislativo e no Judiciário por componentes dessa rede é ainda notória nas primeiras décadas do século XX, quando o governo do Piauí é ocupado por Arlindo Francisco Nogueira, Álvaro de Assis Osório Mendes, Antonino Freire da Silva, Miguel de Paiva Rosa, Eurípides Clementino de Aguiar e João de Deus Pires Leal, todos vinculados a essa matriz política, pelo sangue ou pelos casamentos (QUEIROZ, 1994).

Eliseu de Sousa Martins, com a proclamação da República, foi eleito senador pelo Piauí. Essa informação alimenta a tese da escolha intencional dos sujeitos que Clodoaldo Freitas busca atingir em suas narrativas.²⁹ Evidente que na República, e república militar, os contornos do poder são mais largos e fogem em parte ao escopo familiar do Império. Mas não ao ponto de prescindir desses arranjos, que, no caso do Piauí republicano, passam a agregar outra rede familiar, e do norte, tendo como expressão principal Firmino Pires Ferreira, então senador da República, enquanto seu irmão Joaquim de Lima Pires Ferreira³⁰ ocupa o lugar de deputado federal.

Joaquim de Lima Pires Ferreira foi secretário da Presidência da República no governo do marechal Floriano Peixoto e desde então político de muito prestígio. Deputado federal, representou o Piauí a partir da legislatura de 1895-1896, até 1930. Essa família emergente do norte do Piauí ramificou-se em quase todos os municípios acima de Teresina, especialmente em Parnaíba, Buriti dos Lopes, Batalha, Barras e adjacências. O pai dos dois políticos citados contraiu quatro matrimônios, dos quais resultaram muitos filhos e filhas, instalados em grandes

²⁹ Eliseu de Sousa Martins é especialmente objeto de interesse de Clodoaldo Freitas em *Os fatores do coelhado* e na série publicada no jornal *Democracia*, em 1890, no Rio de Janeiro, em defesa de Gregório Taumaturgo de Azevedo.

³⁰ Advogado e político. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1890. Nasceu em Barras (PI) em 1868, filho de José Pires Ferreira e de Maria Joaquina de Jesus Castelo Branco. Irmão do marechal Firmino Pires Ferreira. Deputado federal em várias legislaturas. Eleito senador em 1930. Reelegido em 1947, permaneceu nessa posição até 1955. Faleceu em 1958, no Rio de Janeiro.

propriedades e fazendas dessa região do Piauí e associados, via casamentos, às mais antigas e importantes famílias colonizadoras da região, como os Carvalho, os Castelo Branco, os Lopes da Cruz, os Brito Passos e os Coelho de Resende. Além disso, a família contava com muitos militares que se aproximaram das lideranças republicanas desde os primórdios desse regime. Seus representantes no Rio de Janeiro lograram benefícios e agregaram prestígio via ocupação de cargos públicos no incontestável centro de poder que era a Capital Federal após a República.

Dimensões políticas na interpretação da Balaiada: o passado

Apesar de o esquema da narrativa de *A Balaiada* seguir a estratégia adotada pelo governo na repressão do movimento, organizando as forças legais para atuação em colunas³¹, Clodoaldo Freitas, na interpretação dos fatos, coloca a ênfase nos sofrimentos do povo, na violência da repressão, nos castigos físicos e nos crimes. Detalha as ocorrências em diferentes cenários, apresentando uma multiplicidade de formas de ação das forças legais, quase sempre vistas como arbitrárias ou impertinentes. Não se trata, pois, de uma história ou de uma memória oficial. Ao contrário. Afirmando ter-se dedicado ao longo de dez anos à recolha de depoimentos orais de participantes do movimento – oficiais, soldados, testemunhas diretas, além da tradição popular – que se conservou incompleta, truncada, mas em sua terrível verdade (FREITAS, 2019, p. 15), o que ele procura é desmitificar os “heroísmos” que recobriram alguns dos personagens principais da guerra dos balaios desde o início desses acontecimentos.

³¹ No início das lutas, o governo organizou a repressão criando a Coluna do Norte, chefiada por José Francisco de Miranda Osório e o Comando Geral, exercido por Manuel Clementino de Sousa Martins. Com a morte deste comandante e a expansão do movimento por todas as regiões piauienses à margem do rio Parnaíba, o Barão da Parnaíba instituiu a Coluna do Oeste, que, de fato, atuava no centro e no sul da província, com incursões continuadas pelo território maranhense. Embora as colunas e os comandos tivessem áreas de atuação definidas, podiam agir conjuntamente. O Barão seguia a mesma estratégia adotada nas lutas da Independência – fortalecer a defesa piauiense ao longo das margens do rio Parnaíba, fronteira com o Maranhão.

Essa desmitificação incide sobre Manuel Clementino de Sousa Martins, cuja fama fora construída ao longo do século XIX, sobre José Martins de Sousa, seu irmão e comandante da Coluna do Oeste, que ele define como figura odiosa que se utilizou da guerra para cevar seus ódios pessoais e destruir seus inimigos. E ainda sobre Antônio de Sousa Mendes e, evidentemente, sobre o Barão da Parnaíba. Os trechos a seguir são ilustrativos.

Sobre Manuel Clementino, afirma:

Os partidários do presidente exaltavam entusiasticamente o valor e os feitos desse homem assomado e insolente, distinto unicamente pela sua crueldade e pela selvagem perseguição desenvolvida contra os soldados e contra os próprios amigos do governo, que ia socorrer e defender. [...] esse homem cruel e desonesto, que abusou criminosamente do poder de que estava indevidamente investido, não só para cometer mil cobardes atrocidades, que nenhuma necessidade autorizava, como para manchar-se em vergonhosos saques, indignos de um cidadão encarregado de tão elevado posto militar (FREITAS, 2019, p. 20; 29).

José de Sousa Martins, apresentado como o odiado prefeito de Parnaguá, é descrito de modo a realçar o desconforto que causava aos seus contemporâneos e a presumível voz de alguns dos seus comandados:

O acampamento tremeu de horror quando os soldados, de volta dessa expedição, narraram as cenas descritas e todos olhavam com desprezo e repugnância para o miserável executor dos ódios e vinganças desse tirano abominável e sanguinário. O comandante, homem boçal, estúpido, de maneiras selvagens, de linguagem grosseira e baixa, fazia alarde de seu poder. Mandava pegar gado alheio para abastecer a tropa e quando os donos se apresentavam reclamando a paga eram presos, esbordoados e alguns até mortos. [...] Não contente com o incêndio, o comandante mandou destruir tudo, roças, cercados, casas, alegando, para justificar-se, que assim procedia para nada deixar aos inimigos. Como estava no inverno e os roçados cheios de

plantações de milho, feijão, arroz, mandioca, ele mandava soltar dentro deles os cavalos, que os reduziam a pó em poucas horas (FREITAS, 2019, p. 67-68).

Antônio de Sousa Mendes, além de mau militar, incorre em graves erros morais, como destaca o trecho abaixo:

O comandante, homem sensual e de apetites caninos, vivia na mais escusa crápula com as raparigas e mulheres casadas que caíam na desgraça de agradá-lo e, do fundo desse antro de prostituição ele não se retirava senão raramente, para internar-se nele novamente com alguma nova presa que os seus sequazes descobriam. [...] A pilhagem, a rapina, o roubo mais vis eram exercidos escandalosamente pelo comandante em grande escala e o alferes Martinho de Sousa Mendes, seu irmão, quase todos os fins de mês despachava uma condução para Oeiras, de objetos, cavalgaduras e tudo quanto podia colher e arranjar! (FREITAS, 2019, p. 40-41).

E, por fim, a contundente avaliação da personalidade política do Barão da Parnaíba:

Englobando com suas mãos robustas todos os poderes públicos, sendo ao mesmo tempo presidente, legislador, juiz, eleitor e jurado, o Visconde da Parnaíba dispunha discricionariamente de tudo, nada se movendo, em qualquer esfera, sem o seu consentimento. Usando e abusando dessa onipotência, algumas vezes com verdadeira crueldade, outras vezes em benefício próprio, o Visconde da Parnaíba é um tipo singular que merece uma menção detalhada, impossível neste lugar (FREITAS, 2019, p. 19).

Clodoaldo Freitas associa as memórias de Joaquim de Sousa Martins, do Visconde da Parnaíba e de Manuel Clementino ao assassinato de Norberto Luís Mendes, descrevendo dois momentos dessas relações. O primeiro, é o relativo à contribuição desse fazendeiro com forças para engrossar as tropas conduzidas por Manuel Clementino para conter os balaios. A família não teria permitido o encontro dos dois, em virtude de

susas profundas desavenças pessoais. O segundo episódio referido é o do assassinato de Norberto Luís Mendes, mandado executar em sua própria casa pelo coronel Joaquim. A motivação seria o boato de que ele mandara soltar foguetes em regozijo pela morte de Manuel Clementino. Posteriormente, foi sabido que se tratava de uma festa de batizado, sem qualquer ligação com a notícia da morte do comandante das forças legais. Clodoaldo Freitas resume com vigor e sensibilidade esse episódio (FREITAS, 2019, p. 30-31).

A participação do Ceará em socorro das forças legais piauienses colocou em cena Francisco de Sousa Martins, então presidente da província do Ceará e igualmente filho de Joaquim de Sousa Martins.

A omissão do Maranhão ao longo da Balaiada e o pouco esforço dos presidentes Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo³² e de Manuel Felizardo de Sousa e Melo³³ aparecem na crônica, e o autor os considera ineptos, seguindo a avaliação então feita no Piauí sobre a gestão da guerra a partir daquela província. A Balaiada, queixavam-se os comandantes piauienses, estava sendo feita com os recursos provinciais e com grandes prejuízos para a população. Os fazendeiros e sitiantes patrocinavam a repressão, a despeito de suas vontades, e o Barão da Parnaíba tivera que descumprir ordens do Rio de Janeiro para o envio de recursos pertencentes do Tesouro Geral. Luís Alves de Lima e Silva, no comando da geral da guerra, teria enviado quantia irrisória para o Piauí.³⁴

Clodoaldo Freitas constrói sua narrativa acerca da Balaiada definindo como eixo principal os significados políticos do movimento, no seu

³² Governou a província do Maranhão de 3 de março de 1838 a 3 de março de 1839, no período de eclosão e expansão do movimento balaio.

³³ Governou a província do Maranhão de 3 de março de 1839 a 7 de fevereiro de 1840, sendo substituído por Luís Alves de Lima e Silva.

³⁴ Odilon Nunes destaca trechos da correspondência do Barão da Parnaíba com os comandantes da guerra, os prefeitos, os presidentes das províncias vizinhas e as autoridades do Rio de Janeiro. A falta de colaboração financeira e de envio de reforços militares da parte do governo do Maranhão é assunto recorrente. NUNES, 1975.

acontecer, e na sua continuidade histórica, enquanto memória viva que aciona o presente.

Ao tratar da situação política do Piauí, realça os movimentos de oposição e nomeia os opositores do Barão da Parnaíba. Destaca principalmente a oposição dos Castelo Branco do norte, liberais como o Barão, mas não copartícipes do poder provincial³⁵; no sul, as famílias Aguiar³⁶ e Lustosa³⁷, que se opunham à indicação dos prefeitos e requeriam a gestão local para os municípios, com representantes por eles escolhidos em votação direta; as famílias Cabral, Veras, e Portugal³⁸ no extremo norte da província, ligadas nas suas ações tanto ao Maranhão como ao Ceará; José Pereira da Silva Mascarenhas³⁹ no centro da província. As lutas para a manutenção da unidade territorial e as tensões da uma centralização política mais firmemente proposta e executada na

³⁵ A família Castelo Branco estava no centro do movimento e sobre parte de seus membros incidiu fortemente a repressão comandada pelo Barão da Parnaíba. Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, Francisco Miguel dos Anjos Lopes Castelo Branco (o Ruivo), João da Mata Castelo Branco, Francisco Gil Castelo Branco e muitos outros assumiram não apenas a luta e a defesa balaias, como agiram em favor da queda política dos Sousa Martins. Entretanto, é preciso destacar que a família estava politicamente dividida, e o Barão igualmente contou com a colaboração dos Castelo Branco na defesa da legalidade.

³⁶ Família de fazendeiros de Parnaguá, proprietários da fazenda Saco. A luta a favor dos balaios e contra a dominação política dos Sousa Martins e especialmente as desavenças com o prefeito José Martins de Sousa tiveram como chefes os irmãos Manuel Lucas de Aguiar e Sebastião Lucas de Aguiar.

³⁷ Parte da família Lustosa também se insurgiu contra a dominação do Barão da Parnaíba e aderiu à causa balaia. O chefe Lustosa foi “sacrificado por asfixia”. MONTEIRO, 2008, p. 232.

³⁸ A oposição ao governo do Barão da Parnaíba teve como um dos redutos principais a localidade Frecheiras, no município de Parnaíba. Ali o comando balao tinha caráter especial, por não se tratar de uma liderança de pobres. A insurreição era comandada pelos fazendeiros e proprietários Antônio de Sousa Cabral, José Benedito Ferreira Veras e Antônio de Almeida Portugal, todos interligados por parentesco e vinculados a importantes famílias do norte do Maranhão e do Ceará. MONTEIRO, 2008, p. 223-226.

³⁹ Proprietário da Fazenda Buritzal, no vale do Uruçuí, era casado com D. Maria Benedita da Encarnação Castelo Branco, filha única de João Nepomuceno Castelo Branco (Oeiras, 1781-1836) e Maria Luiza de Jesus Santana. Dono de fortuna própria, pois foi “[...] o primeiro habitante da província que navegou o rio Parnaíba em barcos de grandes dimensões, carregados de sal e outros gêneros de comércio, desde a cidade daquele nome até a de Oeiras, pelo Canindé, cujo rio explorou, arrasando diversas cachoeiras que muito embaraçavam a navegação”. Seu sogro fora um dos homens mais ricos e importantes de Oeiras: cadete do primeiro regimento de milícias do Piauí, ajudante de cavalaria da guarnição da cidade de Oeiras, membro do Conselho Geral da Província e capitão-mor das ordenanças de Oeiras, dentre outros cargos e comissões. Entre suas honrarias e condecorações constam o Hábito da Ordem de Cristo, a comenda de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro e a Carta de Brasão de Armas do rei D. João VI. Hospedou Von Spix e Von Martius quando passaram por Oeiras em 1818. João Nepomuceno Castelo Branco era filho de Antônio do Rego Castelo Branco e neto de João do Rego Castelo Branco. O parentesco da mulher de Mascarenhas com a família de Ruivo era muito próximo, pois o avô de D. Encarnação, Antônio do Rego Castelo Branco, era irmão de Félix do Rego Castelo Branco, avô de Ruivo. CASTELO BRANCO, 2014, p. 76.

Regência também dividiram os municípios que se rebelaram contra as capitais provinciais e os presidentes que executavam as ordens emanadas do Rio de Janeiro.

Esses sentidos políticos podem ser evidenciados na proposta enviada pelos irmãos Aguiar ao Barão da Parnaíba na busca de um ajuste de paz e que punha em relevo, dentre outros aspectos, o retorno da autonomia local na escolha dos prefeitos e subprefeitos, juízes de paz, vereadores e demais representantes populares. A demanda era no sentido do retorno dos privilégios concedidos por D. José I às vilas quando de sua fundação, negociados por João Pereira Caldas em 1761 (NUNES, 2016, p. 153; PEREIRA DA COSTA, 1975, p. 434-435). Dentre essas concessões, constava a de as vilas terem seus administradores escolhidos entre os nela nascidos, prática política que os habitantes de Parnaguá definiam como o “costume”. A Lei dos Prefeitos e a nomeação de autoridades estranhas às famílias locais, caso de José Martins de Sousa como prefeito de Parnaguá, agrediam profundamente os interesse da vila.

Dessa forma, esses passos das elites brasileiras não se coadunavam com os interesses e os valores políticos de muitos. E essas insatisfações convergiam para os desgostos manifestados também por outras frações sociais. O recrutamento forçado e o envolvimento arbitrário dos homens pobres e mestiços realizados tendo em vista a debelação dos inúmeros conflitos regenciais em todo o Brasil eram capazes tanto de mobilizar quanto de insurrecionar milhares de pessoas. Ao mesmo tempo, no seio das classes elevadas, a ruptura do Estado brasileiro com formas mais consuetudinárias e participativas da gestão pública vindas da Colônia contribuíam para a reação aos novos poderes estabelecidos, como acontecia no Piauí com as famílias importantes adesas ao projeto dos balaios. O projeto dessas famílias tinha um sentido político muito claro de

oposição ao modo de governar do Barão da Parnaíba e incluía desejos e esperanças de tomada do poder provincial.

Nas décadas de 1830 a 1840, a despeito de ainda não haver nítida divisão entre liberais e conservadores e o apoio em sólidos partidos, havia projetos políticos distintos no seio do Império. Esses diferentes projetos eram definidos por adesões e discordâncias acerca de teorias e de práticas políticas que ganhavam forma nas discussões sobre centralização e descentralização, estado unitário e federação e mesmo nas sufocadas tensões entre o modelo monarquista e o republicano. Liberalismo e conservadorismo apenas não davam conta das sutilezas políticas da época, desde que estavam em pauta as negociações e os acordos relativos à forma de gestão do país. Era sobre o próprio Estado e seu formato que se discutia e era em face das enormes dificuldades para compor acordos entre as elites regionais e locais e com o governo no Rio de Janeiro que as “guerras civis” aconteciam em todo o país. Viviam-se as primeiras dores do parto da Nação. Clodoaldo Freitas observa interesses políticos divergentes, a concorrência no interior das elites locais e as insatisfações tanto no Piauí quanto no Maranhão.

Clodoaldo Freitas vê dimensões políticas e partidárias na Balaiada tanto no Piauí quanto no Maranhão, e, nesse aspecto, sua leitura se aproxima da interpretação de Carlota Carvalho acerca das motivações originais da revolta (CARVALHO, 2000, p. 151-157). A exacerbação desses conflitos de interesses pode ser apreciada a partir da participação dos prefeitos na guerra dos balaios, de suas vinculações com o poder instituído e mesmo por eventuais recusas a participar do esforço da repressão. Aqui as tensões envolvem esses novos nomeados para a gestão das comarcas, as escolhas políticas a partir do alto e os interesses municipais na

manutenção das autoridades escolhidas por votação local e popular – caso dos juízes de paz.⁴⁰

A repressão à Balaiada contou com o aparato político e administrativo de grande parte das comarcas do Piauí e do Maranhão, mobilizado e dirigido pelos prefeitos. Essa nova forma de administração, instituída pelo Ato Adicional de 1834, modificou o sistema de gestão local prevalecente desde o período colonial. Entretanto, essas mudanças nem sempre foram bem recebidas, por incidirem sobre os poderes e os direitos dos habitantes, já definidos pelo costume. Com essa alteração legal, os juízes de paz, eleitos nas localidades, perderam parte de sua autonomia, assim como aconteceu com as antigas câmaras de vereadores, cujo presidente exercia a função que agora era atribuída aos prefeitos e subprefeitos. Assim, essas autoridades representavam a nova ordem regencial, dentro do espírito unificador e centralizador do governo a partir do Rio de Janeiro.

Com a eclosão da Balaiada, logo os presidentes das províncias afetadas convocam essas autoridades para colaborar na manutenção da ordem, no que são rapidamente atendidos. Servem como exemplos desse envolvimento, no Piauí: os prefeitos José Francisco de Miranda Osório, de Parnaíba; José Martins de Sousa, de Parnaguá; Francisco Irineu Gomes Correia, de Marvão (atual Castelo do Piauí); Agostinho Benício de Melo, de Campo Maior; Albino Borges Leal, de Piracuruca. No Maranhão, os prefeitos: João Paulo Dias Carneiro, de Caxias; Francisco Dias Carneiro, de Pastos Bons; Leonino Alves de Carvalho, de Brejo; Henrique Pereira da Silva Coqueiro, de Manga do Iguaçú. Muitos outros prefeitos e subprefeitos

⁴⁰ O cargo de Juiz de Paz foi instituído pela Constituição de 1824 e regulamentado por lei de 1827. O Código de Processo Criminal, de 1832, estabelece amplos poderes aos juízes de paz, no âmbito das cidades e vilas. Entretanto, o Ato Adicional de 1834, ao propiciar o surgimento da Lei dos Prefeitos permitiu aos presidentes de províncias o controle dos chefes políticos locais via a atuação dos prefeitos e subprefeitos. A concentração de poder e a redução de suas prerrogativas fazem com que muitos juízes de paz apoiem a causa balaia.

do Piauí, do Maranhão, do Ceará e da Bahia tiveram forte colaboração na repressão aos balaios.

A atuação dos prefeitos e subprefeitos na repressão ao movimento não se limitava às suas presenças efetivas no campo de batalha. A participação dos municípios em apoio à legalidade era variada. Os prefeitos eram corresponsáveis pelo recrutamento voluntário e involuntário de soldados, pelo fornecimento de armas, pelo suprimento de gados e de farinhas às forças combatentes. Envolviam-se em muitas outras atividades, como a produção de pólvora, a encomenda para fabricação e a artilhagem de canoas, o conserto dos armamentos, os cuidados com os feridos e os doentes, o envio de peças de pano e de vestuário para os soldados quase nus ou nus por completo.

Ao analisar a situação do Maranhão à época da Balaiada, Carlota Carvalho destaca os visíveis e divergentes interesses políticos naquela província e os conflitos exacerbados em virtude da concentração de riqueza e da complexidade social. Realça a insatisfação com o domínio continuado dos portugueses monopolizadores do comércio e das exportações; a grande movimentação de capitais em vista da crescente riqueza agrícola, especialmente a produção algodoeira; a notável presença de escravos, aumentados no número e valorizados no preço por conta da expansão agrícola e mercantil e da dinâmica urbana de São Luis; o papel exercido pela imprensa liberal no incentivo à rebelião e a acumulação dos ódios e insatisfações políticas vindas ainda do pós-Independência. Acerca das motivações sociais, destaca a insatisfação dos escravos e da população pobre livre em todo o espaço conflagrado (CARVALHO, 2011, p. 156-177).

Clodoaldo Freitas considera a Balaiada como movimento, sobretudo, de origem política. No Maranhão, registra o incentivo inicial, e após, a omissão dos liberais, a inépcia de Vicente Pires de Figueiredo Camargo e de Manuel Felizardo de Sousa e Melo, enquanto no Piauí ocorria o cansaço

da autocracia do Barão da Parnaíba. Apresenta, sobretudo, razões políticas na província do Piauí e o protagonismo dos inimigos do Barão, dos fazendeiros como ele. Destaca a simplicidade da economia e da sociedade com base na pecuária, ainda muito distante da situação do Maranhão. Ambos os autores delineiam um conjunto de situações próprias a serem exacerbadas e incontidas pela fagulha acesa por Raimundo Gomes em 1838 (FREITAS, 2019, p. 17-19).

Sentidos políticos da escrita de Clodoaldo Freitas: diálogos com o seu tempo

Entre as décadas de 1890 e a primeira década do século XX, as escritas de Clodoaldo Freitas são muito remarcadas pelos sentidos políticos e formam profunda pregação democrática realizada sob vários formatos. Essa pregação está presente nos discursos políticos no sentido estrito do termo – especialmente desenvolvidos na imprensa partidária e nas polêmicas eleitorais – mas igualmente nas crônicas jornalísticas, nos contos, nos romances e na poesia. Essa pedagogia política aparece tanto em *Os fatores do coelhado*, de 1892, como em *A Balaiada*, de 1894, e, nos dois textos toma a forma da negação, ou seja, prescreve como não devem ser a República, os usos do Estado, as relações entre os governos e os povos, indicando, a contrapelo, como deve acontecer o pacto social.

Essas dimensões também podem ser observadas nos usos políticos e pedagógicos que o autor faz da memória. Em *A Balaiada*, sua narrativa incide sobre e se contrapõe à memória oficial, utilizando a estrutura acontecimental estabelecida para colocá-la de ponta-cabeça, invertendo os significados e as certezas dominantes. Personagens e episódios consagrados são deslocados a partir de contrafatos e contraleituras, com a argumentação informada por outras fontes e por outros olhares, mas igualmente filtrados pelas vivências do tempo, pela relação passado-presente e pelo sentimento das continuidades históricas. Trata-se, pois, de

uma história que se deseja como memória a prevalecer, e como memória essencialmente política. E o sentido político dessa memória buscava vergastar as formas de dominação no passado e no presente pouco informadas pelo consenso social e mais ativadas pelo exercício da violência instituída, inspirada no quadro aterrador dos desrespeitos aos direitos civis e políticos e mesmo aos direitos dos militares insurgidos nos tempos temerosos de Floriano Peixoto.

No contexto de decepção com a República recém-instituída, as dores políticas expressas por Clodoaldo Freitas dizem respeito a aspectos como a continuidade conservadora na política piauiense, ou seja, a presença dominadora das velhas lideranças monarquistas; a prevalência, na política republicana, dos processos de exclusão e de práticas discricionárias que ele apontava como próprias do Partido Conservador no poder ao tempo do Império; a permanência do mando das mesmas famílias desde o início do século XIX, caso dos Sousa Martins no Piauí e das famílias correlacionadas; exclusão acintosa dos liberais, configurando o novo massacre que teria acontecido na República, da forma como já ocorrera nos tempos da Balaiada, quando se teria afirmado o domínio conservador na política brasileira.

Clodoaldo Freitas compara, assemelha e aproxima a Balaiada e a jovem República. Destaca em ambos os contextos o recurso às formas antigas de massacre dos inimigos, com os processos mais arraigados de uma guerra inculta⁴¹, em que os direitos civis e políticos não assumiam qualquer expressão e a incidência dos barbarismos mais exacerbados negava as formas já partilhadas da civilidade e do direito. Enfatiza o sofrimento dos povos não envolvidos de forma direta no conflito, que não

⁴¹ Clodoaldo Freitas postula uma ética guerreira que dificilmente seriaposta em ação nas guerras reais. Para ele, o “cavalheirismo” das guerras, ou seja, os limites nas relações entre vencedores e vencidos aqui era renegado ou desconhecido. Deve ser lembrado que o tema da guerra, dos guerreiros e do heroísmo era uma de suas paixões desde a infância, como declara em vários escritos de teor autobiográfico.

tiveram o direito de neutralidade respeitado; reconhece e recusa a violência e a maldade tanto da parte dos balaios como das forças legais. Considera que a violência, apanágio das guerras, deve acontecer apenas nos campos de batalha e que deve haver respeito aos valores éticos, após o reconhecimento dos vencedores e dos vencidos.

Clodoaldo deseja e prescreve uma república civil em um momento em que a força militar no Brasil é quase inquestionável. Critica fortemente o poder militar e repudia, como civilista, uma república fardada e armada. Esse sentimento de presente adiciona cores fortes à sua narrativa da Balaiada. Nela os militares aparecem sob a forma de incapazes sob todos os aspectos, incluindo os méritos guerreiros. A escrita está permeada de exemplos de más decisões, de erros crassos, de falhas nas estratégias das forças legais, de derrotas frente às guerrilhas, às audácia e aos improvisos dos balaios. Considera ainda que parte das derrotas e procrastinações das forças legais tinham objetivos bem definidos de expandir as ocasiões de saques e roubos, de destruição dos inimigos políticos e arrasamento de suas propriedades. Suas referências mais duras são aos comandantes da legalidade, pois ao referir-se aos soldados, quase todos improvisados, muitos recrutados à força e boa parte tendente à fuga ou deserção, é mais generoso. Realça a nudez, por andrajos e literal, o pudor e a vergonha decorrentes dessa condição miserável, a fome que assola os comandados, os castigos quase sempre imerecidos, bem como o fato de os comandantes reterem o soldo e atrasarem o pagamento da etapa dos soldados.

Evidentemente, não estou considerando que a narrativa de Clodoaldo corresponde especularmente às ocorrências da Balaiada e realço as dimensões críticas e inventivas da crônica enquanto uma contramemória.

Assim, em tempos de opressivos governos militares no Brasil, tempo de Floriano Peixoto, de Coriolano de Carvalho e Silva e de Firmino Pires Ferreira, Clodoaldo escreve *A Balaiada* como registro de um certo

republicanismo vencido, desejoso de uma governança civil por considerar que lugar de militar era na caserna. Essa narrativa sobre a guerra dos balaios, do ponto de vista dos sentimentos, aproxima-se do livro *Os fatores do coelhado*, de 1892, crítica contundente à república militar e à influência política, no Piauí, de Manuel Ferraz de Campos Sales e de Antônio Coelho Rodrigues.

As escritas dos ressentimentos no início da República

O livro *A Balaiada* pode ser definido como um escrito ressentido, porém distanciado do estilo de *Os fatores do coelhado*, intenso e desencantado, produzido no fervor das horas de ódios fortemente vivenciadas, em momentos de surpresa aterradora sobre o rumo dos acontecimentos nos dois primeiros anos da República. Em 1894, essas dores não estão aplacadas, nem adormecidas, mas o desconforto provocado com a gestão inicial do novo regime já se tornara o leito amargo em que os vencidos da República eram obrigados a dormitar. Com isso quero afirmar que já se percebe, em *A Balaiada*, o emprego de uma cortante racionalidade que atravessa toda a narrativa, organizando-a tendo em vista a defesa de teses políticas cuja validade seria, no caso do Piauí, de uma extensa temporalidade. A crônica busca apresentar ao leitor contemporâneo do autor e para os pôsteros o que não mudou, ou seja, as continuidades da política nos seus aspectos mais deletérios, os mais afastados da boa prática cidadã – do exercício dos deveres e da fruição dos direitos – que seriam o apanágio da verdadeira república.

Publicado em setembro de 1892, o livro *Os fatores do coelhado* constitui a primeira avaliação das práticas políticas instituidoras do regime republicano no Brasil, escrita no Piauí. A despeito de a tradição historiográfica brasileira realçar o caráter incruento das principais mudanças políticas ocorridas ao longo de nossa história, os custos, os

esforços e as disputas, com suas legiões de vencidos e seus poucos vencedores nos têm mostrado que o estabelecimento, mesmo precário e contingente das novas situações políticas não tem acontecido conforme tratos consensuais. Clodoaldo Freitas trata dessas dores da política brasileira e considera estar em vigor o “salve-se quem puder”.

Clodoaldo Freitas expressa a luta inglória de milhares de brasileiros e de piauienses em favor do sonho cívico da construção da Pátria-livre, igualitária, soberana, pautada nos valores mais preconizados pelas vanguardas políticas dos Oitocentos – a vivência e o enraizamento dos costumes republicanos. Entretanto, entre o sonho de cidadania acalentado e a realidade política formou-se imensurável distância. É desta queda no mundo dantesco das expressões multiformes da República brasileira que ele extrai matéria para significar esses arranjos iniciais da experiência republicana no Brasil. Traduz esses tempos surpreendentes, inesperados, quase odiosos, traçando com incontido calor e indignação cívicos as velozes transformações do cenário político, realçando a continuidade que ele identifica desde o Império: o vigor e o fortalecimento do poder dos conservadores, com a preservação dos mesmos antigos grupos que dominavam a política imperial pelo menos desde a década de 1870, tanto no Piauí quanto no Brasil. Dessa forma, embora o objeto principal do livro seja a jovem, mas já disforme República brasileira, ele apoia sua narrativa na ação de diferentes sujeitos, em especial Manuel Ferraz de Campos Sales, Antônio Coelho Rodrigues, vistos como os fatores principais do *coelhado*, e na atuação de lideranças locais como Teodoro Alves Pacheco⁴², Gabriel

⁴² Advogado, jornalista e político. Nasceu na vila do Poti, em 1850. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Vice-presidente da província do Piauí e Diretor da Instrução Pública no Império. Uma das principais lideranças do Partido Conservador. Fez parte da junta de governo que instalou a República no Piauí e que administrou o estado de 16 de novembro de 1889 a 26 de dezembro de 1889. Na República, foi secretário de Estado, vice-governador e senador. Faleceu no Rio de Janeiro em 1891, no exercício do mandato de senador, sendo substituído por Antônio Coelho Rodrigues, seu suplente. Era cunhado de Gabriel Luís Ferreira.

Luís Ferreira⁴³, Anísio Auto de Abreu⁴⁴, Coriolano de Carvalho e Silva e outros. O livro tem a expressa intenção de se constituir em história e memória dos dois primeiros anos da República, apresentando a “verdade histórica” a partir do grupo de atuação política de Clodoaldo Freitas, porém, diz bem mais que o seu propósito inicial.

Ao comparar *Os fatores do coelhado* e *A Balaiada*, observa-se que o autor operou uma inversão: no primeiro, o patrimônio público e as receitas estaduais são apropriadas pelos governantes para o benefício dos seus apoiadores políticos e de seus parentes e “afilhados”; em *A Balaiada* o Estado, o Barão da Parnaíba e seus parentes são descritos como se apropriando, de diferentes maneiras, do patrimônio das famílias, dos bens privados, para o sustento do governo e dos governantes. Compara as benesses providas pelo Estado na República – como nos casos da Colônia da Gameleira⁴⁵ e os saques promovidos pelos chefes da repressão na Balaiada. São ações delituosas invertidas e, para Clodoaldo Freitas, imperdoáveis por envolverem agentes do Estado, cuja função principal seria a proteção tanto do patrimônio público quanto do privado.

⁴³ Nasceu em Valença (PI) em 1848. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Uma das principais lideranças do Partido Conservador, no Império. Primeiro governador constitucional, eleito pela Assembleia Legislativa, exerceu o mandato de 28 de maio de 1891 a 21 de dezembro de 1891, quando foi deposto por movimento civil-militar e substituído por Junta Governativa, logo dissolvida por Floriano Peixoto. Era cunhado de Teodoro Pacheco e pai de Félix Pacheco e de João Luís Ferreira, que tiveram relevantes carreiras políticas no Rio de Janeiro e no Piauí. Faleceu na capital federal em 1905.

⁴⁴ Magistrado, político e escritor. Nasceu em Teresina em 1862. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Sua carreira política foi sobretudo na República. Secretário de Polícia, deputado estadual em 1892 e deputado federal em sucessivas legislaturas a partir de 1894. Eleito senador em 1907, deixa a senatoria para assumir a chefia do estado que governou de 1 de julho de 1908 a 15 de dezembro de 1909. Faleceu em 1909, no exercício do mandato.

⁴⁵ A fazenda Gameleira, antiga propriedade do Barão de Gurgueia, no município de União, foi adquirida por Taumaturgo de Azevedo em 1890 com o objetivo de criar uma escola modelo de agricultura. Em *Os fatores do coelhado*, Clodoaldo Freitas apresenta os usos da fazenda feitos pelos primeiros governadores republicanos como formas exemplares de mau uso dos recursos públicos e de apadrinhamento de correligionários tendo em vista objetivos políticos e eleitorais. Detalha o que ele nomeia como a distribuição dos dinheiros públicos nos governos de Joaquim Nogueira Parnaguá, Gabino Susanó de Araújo Besouro, Álvaro Moreira Barros de Oliveira Lima e Gabriel Luís Ferreira. Acusa a execução contínua de serviços nas estradas de acesso e na sede da colônia, o pagamento de serviços não executados, o superfaturamento no preço desses serviços e o benefício feito com o dinheiro público a dezenas de amigos do governo. FREITAS, 2018, p. 34 et seq.

Considerações finais

O conteúdo de *A Balaiada* revela o contexto de decepção com a República, a voz dos históricos vencidos. Porém, não representa apenas a expressão dos republicanos alijados do poder no governo de Floriano Peixoto, em seu momento mais duro e arbitrário. Fala igualmente das experiências, dos sentimentos e dos ressentimentos de um ex-liberal quevê seus valores e os valores do seu antigo partido e dos seus partidários derrotados pelos fatos – os novos e os velhos. Clodoaldo Freitas recupera dos arcanos da memória popular as vozes dos liberais do Império, vozes ressentidas pelo esquecimento, e que vergastam os conservadores no poder – no tempo da Balaiada e no tempo da República. Ao selecionar os sujeitos principais da narrativa – Manuel de Sousa Martins, Manuel Clementino de Sousa Martins, Antônio de Sousa Mendes e José Martins de Sousa – e desconstruir suas memórias oficiais, inscreve outro registro para a posteridade e define sua prática escriturística como lugar de vingança, mas também de retratação. Os filtros que utiliza para escolher os acontecimentos e o gênero narrativo são de modo a realçar o que a memória oficial esqueceu e questionar o que guardou de forma heroica. Ao contrário das biografias, das genealogias e das tradições familiares envolvendo o nome desses personagens, Clodoaldo aponta os detalhes sórdidos e os episódios sangrentos por eles promovidos. Seu foco é na残酷和 no arbítrio e não na coragem e na força, atributos dos guerreiros e dos heróis.

Critica duramente a família Sousa Martins e o modo como gerenciou a luta contra os balaios, provocando e exacerbando as dores, prolongando o conflito para benefício próprio (FREITAS, 2019, p. 49). Reelabora a história em duas camadas: essas camadas remetem às temporalidades das batalhas e às temporalidades do autor. Rememora o sacrifício dos liberais à época da Balaiada e o sacrifício dos antigos liberais e dos republicanos

históricos com o vigor da república militar brasileira. Realça a continuidade do poder dos mesmos vencedores do passado, agora replicados nos descendentes – filhos, netos e bisnetos, ainda encastelados nas posições de mando, no Piauí.

O autor identifica-se com outras revoltas e valoriza as bases políticas sob as quais acontecem as revoluções pernambucanas de 1817 e de 1824, bem como a república gaúcha de Piratini. E ainda com as lutas republicanas dos anos 1870 e 1880. Produz uma identidade entre a Balaiada, em sua ausência de valores cidadãos e os anos primeiros da República, que ele e outros republicanos, históricos ou não, atravessavam de forma conturbada.

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 20, p. 5-164, 1857.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Notas diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841, escritas em 1854 à vista de documentos oficiais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 35, n. 2, p. 423-483, 1872.

BEVILAQUA, Clóvis. *Traços biográficos do desembargador José Manoel de Freitas*. Recife: Tip. Universal, 1888.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a História e Geografia do Brasil*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

CASTELO BRANCO, Heitor. *Barão de Castelo Branco: o centenário de seu nascimento*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1948.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*. Teresina: Tip. da Imprensa, 1879.

CASTRO, Valdemir Miranda de. *Enlaces de famílias: uma genealogia em construção*. Esperantina: EDUFPI, 2014.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Apontamentos biográficos e outros*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CUNHA, Higino. *Memórias: traços autobiográficos*. 2. ed. Brasília/Teresina: Senado Federal/Academia Piauiense de Letras, 2011.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1909.

FREITAS, Clodoaldo. *Os fatores do coelhado*. Teresina: Tip. do Democrata, 1892.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 3. ed. Teresina: APL/EDUFPI, 2012.

FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão*. São Luís: Tip. do Fries, 1870.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão: desde 1839 até 1840*. 6. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Tempo de balaião*. Florianópolis: UFSC, 2008.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
v. 3.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

SOUZA, Esmaragdo de Freitas. *Homens e episódios*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

Lívio Lopes Castelo Branco, um homem de elite na Rebelião da Balaiada

Pedro Vilarinho Castelo Branco

A Balaiada passou para a história do Brasil como um movimento de rebelião das populações mais pobres, dos homens simples que lutavam contra a opressão e o despotismo das elites brancas, no Maranhão regencial. No entanto, o movimento rebelde foi, geograficamente, mais amplo, pois, além das províncias do Maranhão e do Piauí, envolveu ainda algumas regiões do Ceará. Outro aspecto relevante é que as disputas políticas que deram vigor ao movimento eram também mais complexas, podendo se ter a percepção de que não se trata de um mero movimento das camadas populares oprimidas contra os homens da elite. Para além das justas reivindicações das camadas populares, historicamente abandonadas pelo poder público e só lembradas, quando da cobrança de impostos ou para o recrutamento militar, existiam, tanto no Maranhão quanto no Piauí, outras percepções e motivações, mesmo em grupos da elite, que se sentiam preteridos e excluídos do exercício do poder, em suas próprias províncias. Ao seu modo, esses membros da elite também se sentiam discriminados, vítimas do despotismo e do autoritarismo que emanava do Governo Imperial do Rio de Janeiro, ou mesmo dos governos provinciais, tanto de São Luís como de Oeiras.

Esses ressentimentos que desaguaram na Balaiada, se acumularam em sucessivos embates políticos, desde o final do período colonial, passando pelo turbulento movimento de adesão à Independência e mesmo em disputas quanto aos encaminhamentos, muitas vezes autoritários, que

emanavam do Governo Central e que desestabilizavam os ânimos políticos nas províncias.¹

A proposta do capítulo é analisar um dos líderes do movimento balaio, mais especificamente, Lívio Lopes Castelo Branco, procurando entender esse personagem em dois momentos, no primeiro, avaliando seu percurso histórico como um homem de elite², procurando entender como se deu sua construção como indivíduo, principalmente no período que antecede à Balaiada, o que, segundo nosso entendimento, ajuda a explicar a sua adesão ao movimento rebelde. Em seguida, analisamos as formas como o referido personagem foi envolvido em teias discursivas que refletem sobre sua participação na revolta dos Balaios.

Na construção do capítulo, usaremos como fontes documentais as informações constantes sobre Lívio Lopes Castelo Branco da Silva, no jornal *O Telégrafo*, periódico criado pelo Governo provincial do Piauí, para informar à população sobre as ações governistas na luta contra os rebeldes. Serão também analisados textos de caráter historiográfico, literário e memorialístico, particularmente os produzidos por membros da família Castelo Branco e que nos possibilitem rastrear informações sobre Lívio Lopes Castelo Branco, na sua trajetória histórica até o seu envolvimento com a Balaiada.

As notícias sobre a trajetória de vida de Lívio Lopes Castelo Branco são escassas, os textos genealógicos dão conta de que Lívio nasceu em

¹ Sobre às turbulências e disputas políticas entre os diferentes grupos da elite do Maranhão podemos citar os trabalhos de Carlota Carvalho, *O Sertão: subsídios para a História e Geografia do Brasil*, e o livro *De Caboclos a Bem-te-vis, Formação do Campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850*, de Matthias Röhrling Assunção. Quanto à bibliografia que trata dessas questões no Piauí Província, podemos apontar a obra de F. A. Pereira da Costa *Cronologia Histórica do Piauí, A elite colonial piauiense*, de Tanya Maria Pires Brandão, particularmente na quarta parte da obra; e ainda, *A Balaiada*, de Clodoaldo Freitas e *Balaio e Bem-te-vis*, de Maria Claudete Miranda Dias.

² Utilizaremos na análise o conceito de elite, como trabalhado por Tanya Brandão no livro *A elite colonial piauiense*, em que, fundamentada no conceito elaborado por H. D. Lass Well, que compreende como elite as pessoas de uma determinada sociedade com maior acesso aos valores e que exercem o controle sobre eles, dessa forma, Brandão, define que, no Piauí Colonial, pode ser considerado de elite as pessoas que controlavam a posse da terra, do gado e dos escravos e, somado a isso, controlavam ainda o poder político e tinham ascendência lusa. BRANDÃO, 2012.

Santo Antônio de Campo Maior, em 1811, e que viveu a infância nas propriedades de familiares, onde possivelmente aprendeu, como os demais meninos de elite do Piauí oitocentista, a apreciar e conduzir a vida ligada ao meio rural de caráter pecuarista.³ É possível que a formação escolar inicial de Lívio tenha se dado como a de centenas de meninos do Piauí colonial e provincial, dentro do espaço da casa, com os familiares, e que somente em 1825, aos catorze anos de idade, tenha sido encaminhado pelo pai para a escola particular do Frei Antônio de Jesus Maria Faya, que morava no povoado de Nossa Senhora da Conceição das Barras, onde deu continuidade aos aprendizados formais (FERREIRA, 2013, p. 146).

Em 1828, aos 17 anos de idade, Lívio foi nomeado pelo Governador da Província do Piauí, Manuel de Sousa Martins, o então Barão da Parnaíba, para a função de Alferes do Exército Imperial, patente que depois foi confirmada pelo próprio Imperador D. Pedro I. Em 1837, Lívio Castelo Branco já era o comandante do destacamento da vila de Campo Maior, adotando assim, o percurso de muitos outros jovens de elite do Piauí, pois, segundo Tanya Brandão, grande número dos membros das redes familiares de elite se engajavam na administração pública pela via militar (BRANDÃO, 2012, p. 343).

Os militares eram parte importante nas estratégias que procuravam garantir a ordem e a disciplina na sociedade brasileira oitocentista. A nomeação para funções militares representavam ainda uma forma de enobrecimento, as patentes eram percebidas como títulos honoríficos, que davam distinção social aos membros da elite que as possuíam, mesmo que a carreira militar não fosse a principal atividade profissional, pois, além do exercício da vida militar, a imensa maioria desses homens, se qualificava e se definia também como pecuaristas, fazendeiros, agricultores e, muitas

³ Sobre as práticas familiares no Piauí oitocentista relacionadas à Infância ver: CASTELO BRANCO, 2009.

vezes, ainda moravam a certa distância da sede da vila, onde exerciam suas obrigações marciais. Esse parece ser o caso de Lívio Lopes Castelo Branco, que mesmo no exercício de suas atividades como militar, não descuidava dos afazeres como proprietário de terras e pecuarista (BRANDÃO, 2012, p. 343-344).

Em síntese, os atributos marciais somados à posse dos meios de produção – gado, terra e escravos – e, ainda, acrescidos das distinções sociais de origem familiar asseguravam e autorizavam o exercício dos espaços de mando e de domínio aos homens dos estratos mais elevados da sociedade.

No Brasil pós-independência, esses títulos militares eram concedidos pelas autoridades governamentais em nível provincial e, em seguida, confirmados pela autoridade imperial, e a própria concessão, possivelmente trazia em si a vontade de criar redes de poder e solidariedade entre as famílias de elite locais e entre essas e o governo imperial. Ao ser agraciado com as benesses e privilégios concedidos pela mercê do governante, um homem deveria, de certa forma, se sentir em débito com o concedente, ou seja, a concessão de funções militares a pessoas gradas da elite, era uma forma de prestigiar os grupos proprietários, no sentido de construir lealdades entre os diferentes ramos da elite, ao tempo em que distinguia esses homens bem-nascidos do resto da população.

Além dos vínculos com a carreira militar, podemos afirmar que Lívio Lopes Castelo Branco também exerceu funções como Vereador da Câmara Municipal de Campo Maior, cargo que ocupava no ano de 1835, como podemos constatar em vários documentos assinados por ele e guardados

em Caixas no Arquivo Público do Piauí.⁴ Os textos memorialísticos dão conta ainda da sua participação em outras atividades públicas, tais como membro do corpo de jurados da Vila de Campo Maior e Juiz de Paz.⁵

A ocupação dos diversos cargos públicos ajuda a entender que Lívio Lopes Castelo Branco era um homem que, além de contar com as qualificações familiares e com as distinções das patentes militares, se destacava mesmo como alguém interessado e direcionado ao exercício de funções públicas e de poder, o que era esperado e mesmo desejado para um homem da elite tradicional.

Os modelos de masculinidade no mundo tradicional apontavam, ainda, para outros aspectos marcantes definidores da virilidade, como a capacidade do homem de prover o sustento da casa e da família. Nas famílias de elite, mergulhadas no mundo rural, esse sustento vinha da posse e exploração da terra e da atividade produtiva de homens subordinados por diferentes formas de trabalho compulsório (CARDOSO, 1990, p. 69-88). Além disso, os modelos masculinos de elite adaptados ao mundo rural e às suas condições existenciais exigiam que fossem ativos, empreendedores, sabendo aproveitar as inúmeras possibilidades que o meio natural disponibilizasse. Esse perfil faria a diferença na geração da renda familiar, base da riqueza local, sendo fator determinante de qualificações e hierarquias sociais.

Outro aspecto relevante na formação desses potentados rurais do Piauí oitocentista, era o aprendizado do mando, os homens de elite deveriam aprender a ter voz de comando, a ser obedecidos, a exercer o

⁴ Na Casa Anísio Brito (Arquivo Público do Piauí), nas Caixas Arquivo que guardam documentos produzidos na Cidade de Campo Maior, encontramos inúmeros documentos assinados por Lívio Lopes Castelo Branco, no período de 1835 e 1836.

⁵ No presente texto, direcionaremos nossa análise apenas às atividades exercidas por Lívio Lopes Castelo Branco até o ano de 1839, período que marca seu envolvimento com a Rebelião Balaiada.

poder político, seja na sua dimensão institucional ou na sua dimensão privada.

Acreditamos que Lívio Lopes Castelo Branco não fugia aos padrões definidos e vivenciados pelos homens da elite rural piauiense, homens forjados nas condições reais que historicamente assumiam as relações entre a população e o poder público. O Estado concedia benesses e cobrava lealdades, no mais, se ausentava da vida cotidiana, deixando espaço para que as demandas não atendidas fossem então supridas com arranjos privados. Assim, os potentados rurais, legitimados pela posse dos meios de produção e pelas benesses concedidas pelo poder público fortaleciam, por sua vez, os vínculos de obediência e subserviência, fazendo com que a lei e a ordem social fossem mantidas.

Na falta do poder público, o poder privado se impõe e assume a preponderância nas práticas cotidianas. É assim que, seguindo antigas tradições presentes, desde o início da ocupação do espaço geográfico no período colonial, surgem, nas fazendas controladas pelas figuras masculinas patriarcais, pequenos bandos armados, homens prontos a defenderem a honra e os interesses do seu senhor.

Lívio Lopes Castelo Branco, muito possivelmente, a despeito de suas convicções liberais, de seu suposto perfil de homem sensibilizado pelas causas sociais, assumia, ao seu modo, o papel de potentado rural, capaz de amealhar um exército particular e colocar-se em marcha em defesa do que julgava correto, ou conveniente, para alcançar seus interesses políticos. Nesse ponto aproximava-se de dezenas de outros potentados rurais que se envolveram na Balaiada, seja do lado governista ou em defesa da causa rebelde.⁶

⁶ São comuns nos textos historiográficos e memorialísticos, as referências à capacidade dos potentados rurais, de arregimentar homens armados e prontos a cumprir as ordens do senhor/patrão. Como exemplo do que afirmamos, podemos apontar o artigo de João da Cruz Monteiro, onde trata do Major Irineu Gomes Correia, senhor e proprietário

Com esse perfil, podemos afirmar, conforme corroboram os próprios detratores de Lívio Lopes Castelo Branco nas páginas do jornal o *Telegrafo*, que ele era proveniente de tradicional família do norte da Província, que dava sinais claros de suas ambições e interesses de participar da vida política do Piauí oitocentista. O que o levaria a enveredar pelo caminho da rebelião armada?

Na construção do argumento, é relevante explicitar uma última questão, referente aos interesses políticos e familiares do Piauí oitocentista, para entender a complexidade das relações políticas e do jogo de poder que forjaram Lívio Lopes Castelo Branco. Segundo Tanya Brandão, até o final do século XVIII, os grupos familiares de elite no Piauí estavam concluindo seu processo de formação e de ocupação de espaços significativos no poder político local. Ao adentrar os anos 1820, já no âmbito das disputas que levam à adesão do Piauí ao processo de emancipação política, com a consequente adesão ao Estado Nacional Brasileiro, afloram discrepâncias entre dois grupos de poder familiares que querem se hegemonizar no Piauí. Um deles, originário do centro sul da Província, que se manteve economicamente muito ligado à pecuária extensiva para o abastecimento do mercado interno brasileiro, capitaneado pelos grupos familiares provenientes dos Vieira de Carvalho, que se ramificavam pela Cidade de Oeiras, e pelas Vilas de Valença, Jerumenha e suas áreas de influência. Esse grupo era comandado pelos Sousa Martins e próximo, pelo menos teoricamente, à defesa da união do Brasil com Portugal (BRANDÃO, 2012, p. 349).

De certa forma, o referido grupo ao que parece estava mais interessado em exercer uma política pragmática que os aproximasse e lhe assegurasse o poder, do que em se manter fiel a ideologias que poderiam

de Terras na vila de Marvão, que no período da Balaíada, arregimentou um exército particular de 200 homens e se incorporou às forças legalistas no combate aos rebelados. MONTEIRO, 1912, p.1-4.

levar a posições políticas ariscadas. Vale frisar, ainda, que o referido grupo familiar se ramificava e atuava na cidade de Oeiras, capital do Piauí, e suas áreas de influência, o que favorecia, do ponto de vista geográfico, a aproximação e o exercício do poder.

Um outro grupo, historicamente sediado no norte da província, compreendendo as vilas de Parnaíba, Piracuruca, Campo Maior e Marvão, mais ligado ao criatório do gado voltado à atividade das charqueadas e ao comércio exterior, aglutinava famílias de elite como os Dias da Silva e os Castelo Branco. Esse grupo do ponto de vista político, no início dos anos 1820, vislumbrava como caminho mais alvissareiro a adesão ao processo separatista e a quebra das restrições comerciais que poderiam ser impostas ao Brasil, caso ocorresse a continuidade dos vínculos com Portugal, tanto assim, que foram os membros desse grupo os primeiros, ainda em outubro de 1822, a proclamarem a adesão do Piauí à causa separatista.⁷

Ao final e ao cabo do processo político do início dos anos 1820, as oligarquias do Centro sul do Piauí, capitaneadas por Manuel de Sousa Martins, numa movimentação política de imenso pragmatismo político e de aguda percepção da realidade e do processo histórico, tomaram para si o protagonismo do processo de emancipação política e de adesão à causa do Imperador D. Pedro I. Manuel de Sousa Martins e seu grupo, acostumados ao exercício do poder, ainda no final do período colonial, conseguem dar continuidade ao controle da agora Província do Piauí e se hegemonizar no poder (BRANDÃO, 1974, p. 67).

⁷ O processo de emancipação política do Piauí precisa ser entendido dentro da situação política das capitaniais onde estavam estacionadas significativas tropas portuguesas, e que se mantiveram fiéis a Portugal. Assim a adesão ao processo de independência ocorreu, primeiramente em Parnaíba, no litoral do Piauí, no dia 19 de outubro de 1822, movimento que foi sufocado pelas tropas portuguesas. Em 24 de janeiro de 1823, diante da ausência das tropas portuguesas na capital Oeiras, o então Chefe da Junta de Governo, Manuel de Sousa Martins, proclamou a adesão ao movimento emancipacionista e assumiu o comando do processo. Maiores informações sobre o referido processo podem ser encontradas em: NUNES, 2007; NEVES, 2006.

Aos outros grupos políticos do norte do Piauí, mais convictos de ideias liberais e a favor de princípios constitucionais, coube dar apoio ao processo de adesão ao Estado Nacional Brasileiro e ao modelo político proposto e capitaneado no Piauí, por Manuel de Sousa Martins. No desenrolar do processo histórico nacional, as posições autoritárias assumidas pelo Imperador, levando ao fechamento da Assembleia Constituinte e a aprovação de uma Carta Constitucional outorgada por D. Pedro I em 1824, levou esses grupos políticos do norte da Província a assumirem caminhos alternativos, que poderiam mesmo passar pela rebelião.

Assim, em meados de 1824, enquanto a câmara da vila de Oeiras e as demais câmaras das vilas da região centro sul do Piauí juravam lealdade ao Imperador e à Constituição outorgada por ele, as câmaras de Campo Maior e de Parnaíba, no norte do Piauí, informavam ao Presidente da Província, que não jurariam à Constituição outorgada de 1824, como também estavam aderindo ao movimento republicano, que havia sido deflagrado em Pernambuco e nas províncias vizinhas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (PEREIRA DA COSTA, 2010, p. 199-223).⁸

O ponto onde queremos chegar é que Lívio Lopes Castelo Branco era ligado originariamente a esses grupos familiares do norte da Província, que defendiam ideias liberais e democráticas, e que foram obrigados a recuar das suas posições mais radicais à medida que o movimento da Confederação do Equador, capitaneado pela Província de Pernambuco, foi derrotado nas suas ambições separatistas e republicanas. Outrossim, esses grupos se sentiam, no âmbito provincial, alijados dos espaços de poder, que eram ciosamente ocupados pelos membros da oligarquia Sousa Martins.

⁸ Outro autor que analisa a Confederação do Equador no Piauí é: NEVES, 1997.

Lívio, já tendo exercido alguns cargos eletivos na sua região, possivelmente ambicionando postos mais elevados, viu no movimento rebelde da Balaiada, a possibilidade de defender suas ideias políticas, marcadas por princípios liberais, e contrárias às práticas despóticas e autoritárias que emanavam do Governo Imperial e dos poderes provinciais e, ainda de quebra, desestabilizar a Oligarquia Souza Martins e possivelmente alcançar espaços de poder político mais significativos na Província.

É como político de perfil liberal e como homem de representatividade social, possuidor de vasto cabedal econômico, que Lívio Lopes Castelo Branco, segundo um dos seus biógrafos, recebe em uma de suas propriedades em Campo Maior, Raimundo Gomes, um dos líderes rebeldes, para uma reunião (CASTELO BRANCO, 1983, p. 48-60). Nesse encontro teria acertado a forma e as condições de sua participação no movimento da Balaiada.

Decidido pelo seu engajamento na luta, Lívio Lopes Castelo Branco teria vendido propriedades, levantado o capital necessário para armar um exército de 600 homens, camponeses na sua imensa maioria, e partido para a cidade de Caxias, no Maranhão⁹, onde se incorporou ao movimento rebelde (CARVALHO, 2011, p. 379), passando a se autodenominar comandante e chefe das forças Bem-te-vis na província do Piauí. A cidade sitiada, tendo Lívio Castelo Branco como um dos líderes rebeldes, caiu sob o domínio dos Balaios, em 1º de julho de 1839.

Segundo a historiadora Carlota Carvalho, passados os momentos iniciais da ocupação e tomada da cidade de Caxias, os líderes do movimento teriam conseguido apaziguar o ímpeto dos aliados mais exaltados, sendo imposta uma certa moderação, no sentido de coibir

⁹ Caxias era um centro comercial importante no Sertão do Maranhão e tinha grande influência econômica e política em grande parte do leste do Maranhão e na Província do Piauí.

excessos de violência aos adversários vencidos, fazendo prisioneiros, mas evitando fuzilamentos de adversários derrotados. Em seguida, criaram uma junta de governo provisória com representação política diversa. De certa forma, colocaram em prática a pacificação da cidade, com o intuito de possibilitar certa governabilidade no espaço conquistado. Para Carlota Carvalho, Lívio Lopes Castelo Branco teve papel decisivo nos encaminhamentos dados ao movimento depois da ocupação de Caxias, tanto na elaboração das ações a serem tomadas, como na própria configuração da junta governativa provisória. A ideia era, partindo dessa conquista militar, em clara demonstração de força do movimento rebelde, escolher uma comissão para negociar com o Governo Provincial do Maranhão as questões políticas que haviam provocado a deflagração do movimento armado.

Se a ideia teoricamente foi acertada, a execução prática se mostrou um desastre. No documento encaminhado ao Presidente do Maranhão, constava claramente, o respeito, e obediência dos líderes rebeldes ao Governo Imperial e ao Imperador e mesmo à Constituição e às leis do Império e tinha como reivindicação central a revogação da lei provincial que criou a figura dos Prefeitos, em clara usurpação dos princípios constitucionais, provocando, na prática, desmandos e agressões violentas contra os adversários políticos. Coadjuvando a demanda central, estava a solicitação de anistia a todos os envolvidos no movimento rebelde e a requisição de dinheiro para pagar as tropas envolvidas na tomada de Caxias (CARVALHO, 2011, p. 167-168).

Como parte da estratégia dos rebeldes, possivelmente com o cálculo político de que esse seria um fator de qualificação e legitimação da proposta encaminhada à apreciação do Governo Provincial do Maranhão, os rebelados escolheram, para formar a comissão que os representaria em São Luís, homens de alta dignidade na cidade de Caxias, mesmo que esses

não nutrissem, necessariamente, simpatia pela causa rebelde. A atuação dos enviados foi radicalmente contrária ao imaginado, pois eles se preocuparam muito mais em afastar de si qualquer suspeita de envolvimento com os rebeldes, ao invés de defender a causa dos Balaios, como podemos perceber no trecho citado por Carlota Carvalho.

Chegados que fomos a esta capital – diz, em carta publicada pela Crônica Maranhense, o Tenente-Coronel Hermenegildo da Costa Nunes, chefe da deputação –, apresentamo-nos a S. Ex.^a o presidente da Província e eu, em vez de lhe dirigir um discurso escrito que os rebeldes nos haviam dado, fiz-lhe ver os motivos que nos impeliram a aceitar esta comissão, os quais eram principalmente entretê-los com esperanças até ver os meios de libertar os presos.

Revela dizer que entregamos ao Exº Presidente da Província um documento que sem dúvida nos poria fora de qualquer suspeita de convivência com os rebeldes (CARVALHO, 2011, p. 169).

É ainda Carlota Carvalho que afirma a boa intenção do Presidente da Província do Maranhão em acatar os encaminhamentos dos rebelados, no entanto, nada poderia fazer sem a aprovação da Assembleia Provincial que havia aprovado a lei dos Prefeitos, que tanto incomodava os rebelados. Nas negociações em São Luís, a tese vencedora foi a de que não seria admissível qualquer negociação com os rebeldes. Venceu a convicção lusitana de considerar qualquer revolta como uma ação ignominiosa, vil, que infringe os deveres dos indivíduos para com a Religião e para com o Rei, e absolutamente imprópria de ser praticada por um homem de merecimento superior (CARVALHO, 2011, p. 1177-185).

A forma como discutimos as propostas de negociação entre os rebeldes e o Governo do Maranhão, bem como as estratégias colocadas em prática pelos rebeldes, ganham importância na argumentação, na medida em que, como afirma Carlota Carvalho, Lívio Lopes Castelo Branco teve

papel importante nessas articulações e encaminhamentos, sua opinião pesava decisivamente na tomada de decisão do grupo, de modo que a ele cabia a responsabilidade de acerto e de erro com relação as estratégias utilizadas. No nosso entendimento, as ações rebeldes apontadas por Carlota Carvalho dão pistas sobre a índole e as intenções de Lívio Lopes Castelo Branco, o que precisa ser posteriormente confirmado por pesquisas documentais que tragam mais luz sobre a questão das negociações de paz em 1839, entre os Balaios e o Governo do Maranhão.¹⁰

Partindo das questões descritas pela referida autora, o que pensar de Lívio Lopes Castelo Branco? Ele seria um ingênuo em meio a disputas políticas e militares com homens matreiros, acostumados a usarem das armas necessárias para alcançar a vitória desejada nas arenas de disputa de poder? Carlota Carvalho não aprofunda a análise sobre a questão, não aponta dados documentais que deem maior segurança à sua assertiva, apenas opina que os encaminhamentos expressam a índole e os intuitos de conciliação e pacificação, por parte das lideranças do grupo rebelde. Isso será importante em momento seguinte, quando passarmos a analisar algumas correspondências de Lívio Lopes Castelo Branco encaminhadas às tropas legalistas e publicadas no jornal *O Telégrafo*.

Segundo Clodoaldo Freitas, Lívio Lopes Castelo Branco manteve-se como um dos líderes rebeldes até 11 de setembro de 1839, quando resolveu sair do campo de batalha, deixando seus comandados e empreendendo fuga. Passou pelas províncias do Ceará, do Rio Grande do Norte, e Paraíba, até chegar ao Recife, de onde se dirigiu para o interior da província onde se estabeleceu, só voltando ao Piauí depois do Decreto de 22 de agosto de 1840, que anistiou os envolvidos no movimento rebelde. Por todo esse

¹⁰ Um trabalho de pesquisa apurado, em arquivos do Piauí e Maranhão sobre essas tentativas de negociação e mesmo pacificação entre os rebeldes Balaios e o Governo Provincial do Maranhão, pode esclarecer muitos pontos sobre essa questão específica e ainda conferir confiabilidade documental à tese defendida por Carlota Carvalho.

período foi perseguido e, mesmo depois de anistiado, foi preso, sendo posto em liberdade posteriormente (FREITAS, 2019, p.17-91).

Na sequência, passamos a avaliar o segundo ponto de análise proposto no início do capítulo, a construção discursiva de Lívio Lopes Castelo Branco, partindo de fontes documentais produzidas no período da Balaiada e também de discursos memorialísticos e historiográficos que procuram construir uma memória histórica do movimento e do personagem.¹¹ O ponto de partida será o jornal *O Telégrafo*, por entender que esses são os primeiros relatos escritos que procuravam, no calor dos acontecimentos, registrar e dar visibilidade ao movimento rebelde, ao tempo em que delineava e construía discursivamente, o perfil e as imagens a serem validadas do personagem aqui tratado.

O jornal *O Telégrafo* fora criado em momento delicado, a cidade de Caxias havia sido tomada pelos rebeldes Balaios, Manuel Clementino, maior expoente militar do Piauí e comandante das tropas legalistas, havia morrido em combate com os revoltosos, sendo que as notícias que circulavam oralmente pela Província do Piauí davam mais calor e vantagem militar à causa rebelde, o que deixava as forças governistas em desvantagem. O periódico seria fundamental para contrapor as informações que se dissipavam pela Província e deterioravam o ânimo e o apoio às forças legalistas. Era necessário reagir e fazer circular outras informações.

Como estratégia discursiva de construção de uma verdade sobre o movimento, os editores do jornal escolheram, deliberadamente, fazer uma retrospectiva histórica, nas primeiras edições, com o objetivo de informar a comunidade sobre os principais acontecimentos e as ações do governo provincial do Piauí, diante do desafio posto pela Balaiada. Como parte da

¹¹ Para Durval Muniz, a memória histórica se deixa impregnar pela visão imediata do grupo, são criações que expressam a visão de mundo dos que a produziram. ALBUQUERQUE JUNIOR, 1994, p 39-52.

estratégia discursiva, dois personagens foram escolhidos para dar vida e ritmo à narrativa. Se do lado das lideranças governistas ganhou relevância a figura do major Manuel Clementino de Sousa Martins, do lado dos rebeldes, o nome de Lívio Castelo Branco foi deliberadamente o escolhido.

Logo no seu primeiro número, *O Telégrafo* afirma que não iniciaria sua narrativa da Balaiada pelas ações do líder popular Raimundo Gomes, mas pelos acontecimentos que envolviam Lívio Lopes Castelo Branco, sua participação no cerco a Caxias, as negociações com o governador do Maranhão, a sua saída do conflito e a perseguição a ele. A retrospectiva histórica termina na sexta edição do jornal com o relato da morte de Manuel Clementino e com o aviso de recompensa pela captura de Lívio Lopes Castelo Branco, que se encontrava foragido, possivelmente, na província do Ceará.

Que razões teriam levado os editores de *O Telégrafo* a, deliberadamente, indigitar a figura de Lívio Lopes Castelo Branco como um dos personagens centrais no enredo inicial da Balaiada no Piauí? No cálculo político do Barão da Parnaíba, a adesão de parte das elites piauienses à Balaiada, destinando recursos materiais e lhe emprestando representatividade política e social e, ainda, organizando forças militares para reivindicar mudanças políticas, era um risco que deveria ser evitado a qualquer custo. Diante dessas possíveis circunstâncias, Lívio Lopes Castelo Branco aparecia como um mal que deveria ser eliminado.

As movimentações de Lívio poderiam inspirar outros homens de elite a se envolverem na rebelião, pois a sua atitude dava à Balaiada um caráter de disputa política entre grupos oligárquicos, o que poderia colocar em risco a estrutura de poder capitaneada pelo grupo dos Souza Martins.

A desqualificação, no sentido da desonra, de Lívio Lopes Castelo Branco vai se dando à medida que se monta discursivamente a rebelião como uma ação ignominiosa, vil, que buscava destruir a monarquia e a

religião. Os envolvidos no movimento eram ditos como traidores da pátria, como homens sem religião, sem merecimento, desonrados. A desqualificação dos envolvidos ganhava cores mais cruas à medida que se montava o cenário desastroso, supostamente provocado pela Balaiada nas províncias do Maranhão e Piauí. O ponto alto dos desastres seria exatamente o cerco e a ocupação da cidade de Caxias pelos rebeldes. Os relatos afirmavam que inúmeros assassinatos foram cometidos, que os rebeldes promoveram o saque e a destruição de grande parte da riqueza acumulada na cidade, que era, naquele momento, o principal entreposto comercial de grande parte da Província do Maranhão e do Piauí.¹²

Lívio Lopes Castelo Branco era também construído como homem sem palavra, sem honra, o que significava grave falha de caráter. A prova desse defeito era expressa no próprio *O Telegrafo*, quando publica as correspondências do líder rebelde, em que afirma que as relações entre as forças militares em confronto deveriam ser marcadas pela honra militar, pelo direito de guerra, pelas garantias. Lívio Lopes Castelo Branco, em seus escritos, parece apontar para a necessidade de construção de um entendimento entre os dois lados, e assim evitar o derramamento de sangue de pessoas não militares.

Nas páginas do *Telegrafo*, esses escritos são ditos como mentiras deslavadas, como discursos vazios, existindo enorme fosso separando o Lívio Castelo Branco das palavras escritas, para o Lívio Castelo Branco líder balaio real. Na construção discursiva do *Telegrafo*, as palavras de conciliação eram um engodo, apenas procuravam ganhar tempo, pois, quando contrapostas a relatos de supostos assassinatos e outras violências cometidas por ele, no comando das forças rebeldes, particularmente no ataque à cidade de Caxias, se revelava o verdadeiro Lívio Castelo Branco:

¹² No jornal *O Telegrafo*, particularmente nos 6 primeiros números é possível ver encontrar vários artigos em que os editores tratam das desastrosas ações dos rebeldes após o cerco e tomada da cidade de Caxias.

vil, cruel, interessado em saquear as riquezas da cidade, o que seria a prova inconteste da sua falta de idoneidade moral e de qualquer merecimento (*O TELÉGRAFO*, 1839, p. 2).

Em outra correspondência, os escritos de Lívio Lopes Castelo Branco solicitam que as tropas governistas comandadas pelo major Manuel Clementino não prossigam para a região de Caxias, onde se concentravam as forças rebeldes. O pedido era justificado, pois havia, segundo ele, avançadas negociações com o Governo do Maranhão e o movimento poderia ser pacificado, sem mais derramamento de sangue.

Os comentários do jornal mais uma vez questionam os verdadeiros interesses de Lívio Castelo Branco com a correspondência. Segundo *O Telégrafo*, as verdadeiras razões do líder rebelde eram a necessidade de ganhar tempo enquanto cuidava de colocar em segurança os bens havidos no saque promovido na cidade de Caxias. Outrossim, é apontado, ainda que, diante dos desentendimentos que já se davam entre Lívio Lopes Castelo Branco e outros líderes rebeldes, ele já estaria procurando articular a melhor forma de se desvincilar do seu envolvimento com a Balaiada, talvez pensando em um pedido de perdão, que não tinha coragem de fazer abertamente, ou, ainda, maquinando a saída do movimento, o que acabou por ocorrer na forma de abandono das tropas sob seu comando, ao empreender fuga (*O TELÉGRAFO*, 1839, p. 2-4).¹³

Diante da falta de ação do governo do Maranhão em realizar um entendimento com as forças rebeldes, somada aos crescentes desentendimentos com outras lideranças do movimento e ainda os deslocamentos estratégicos das forças legais do Piauí, em marcha para o combate em Caxias, Lívio Castelo Branco resolveu, no dia 11 de setembro

¹³Vale esclarecer ao leitor que o momento da escrita do jornal *O Telégrafo*, tratando do possível pedido de clemência ao Presidente Provincial ou mesmo de fuga do movimento, é posterior ao fato da saída de Lívio Castelo Branco de Caxias. O jornal está fazendo uma retrospectiva histórica, como esclarecemos anteriormente. Outrossim, tanto o pedido de clemência como o ato de deserção/abandono das tropas são atitudes desonras.

de 1839, deixar o comando de suas tropas sob a responsabilidade de alguém de sua confiança e ausentar-se do cenário dos conflitos. O desfecho da participação de Lívio Lopes Castelo Branco na Balaíada é também apontado por seus críticos como uma falha grave. Havia envolvido pessoas na revolta, movido interesses e, em momento de dificuldades, optou pela fuga. Clodoaldo Freitas assim se refere ao acontecimento:

Lívio ainda andou a frente dos insurretos, até que, na noite de 11 de setembro, dia de seu natalício, que assim foi celebrado, fugiu para Campo Maior, deixando desamparados aqueles que o acompanhavam em tão arriscada e triste empresa. De Campo Maior seguiu para Sobral e atravessando os Sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba, sempre perseguido, chegou ao Recife, de onde retirou-se para o interior, até que foi anistiado pelo Decreto de 22 de agosto de 1840 (FREITAS, 2019, p. 25).

Com a fuga, encerra-se a participação efetiva de Lívio Lopes Castelo Branco na Balaíada. Do ponto de vista pessoal, o líder bem-te-vi continuará a ser perseguido até o seu retorno ao Piauí, no ano de 1840.

Se na retrospectiva histórica do *Telégrafo*, a participação de Manuel Clementino, comandante das forças legalistas, se encerra com sua morte em campo de batalha, de forma gloriosa para um soldado, fortalecendo os elementos construtivos de sua imagem como herói, a participação de Lívio Castelo Branco, ao contrário, recebe a mácula da deserção, da fuga (CASTELO BRANCO, 2019, p. 41-70). Essa diferença o acompanhará durante toda a vida e será sempre uma marca de suas memórias, razão para se tornar detraído, ao longo do tempo.

A deserção, o abandono dos comandados, diante da ética militar, tão reivindicada por Lívio Lopes Castelo Branco, em seus escritos, são faltas graves. Ao comandante cabe a liderança, a definição das estratégias; os soldados devem ser encorajados, animados por seus gritos de guerra, por

seu discurso que esquenta o sangue e afasta o medo da morte possível, que reclama dos comandados a coragem, a bravura, o destemor diante do adversário. A deserção é sempre percebida, do ponto de vista das masculinidades, como fragilidade, como motivo de desvirilização, de desonra (BERTAUD, 2012, p. 195-248).

O início e o envolvimento dos homens em uma guerra civil, conflito que deflagra a sociedade e que provoca sérios desarranjos políticos, econômicos e sociais, só são minimamente justificados, atenuados, na sua malignidade, quando as motivações são nobres, como a luta contra a tirania. Essa era a suposta justificativa inicial de Lívio Castelo Branco, que procurava legitimar suas ações de rebeldia pela defesa da liberdade e contra as tiranias dos Governos Provinciais do Maranhão e Piauí.

A forma como Lívio Lopes Castelo Branco foi discursivamente apropriado e construído não corrobora com os seus alegados princípios iniciais, ao contrário, ganhou máculas que se tornaram difícil de apagar.

Os escritos de *O Telégrafo*, que satisfazem demandas discursivas localizadas e direcionadas, pois atendem aos interesses do grupo político capitaneado pelo Barão da Parnaíba, constroem a imagem do líder rebelde como um não vir a ser masculino: homem de elite, bem-nascido, inteligente, no entanto, deixa-se levar por ambições menores, alia-se a homens desqualificados na promoção de desordens e de crimes os mais variados. Os redatores de *O Telégrafo* usam seus escritos, e mesmo as atitudes como a fuga, para desqualificar seu caráter como homem e como comandante militar. Apontam como razões para suas atitudes: o medo do confronto direto com as forças governistas, capitaneadas por Manuel Clementino; a ambição de riquezas indevidas como os frutos dos supostos saques realizados na cidade de Caxias; e a falta de firmeza de caráter, ao não realizar na prática o que afirmava com palavras ditas ou escritas.

Clodoaldo Freitas, ao referir-se a Lívio Castelo Branco e às implicações familiares de seu envolvimento na Balaiada, afirma que Miguel Borges, seu filho, cresceu sob o signo do envolvimento do pai na rebelião: “O pai vencido, foragido, preso, perseguido, andava, longe do lar, curtindo as amarguras e remorsos do seu crime, porque nas lutas civis, o criminoso é sempre o vencido, o vencedor é sempre o herói” (FREITAS, 1998, p. 143).

A afirmação final é bastante elucidativa quanto às imagens que se constroem sobre vencidos e vencedores em qualquer pós-guerra. No entanto, no livro *A Balaiada*, os comentários de Clodoaldo Freitas assumem perfil mais ácido nas referências a Lívio Lopes Castelo Branco. Ao tratar da sua participação no referido movimento, afirma que teve efetivo início com o cerco de Caxias no Maranhão, ocorrendo, assim também, sob sua responsabilidade, parte dos horrores que se seguiram à tomada da cidade, que, por ser rica e florescente, foi o alvo preferencial dos rebeldes.

Finalizando os comentários sobre a participação de Lívio Lopes Castelo Branco na Balaiada, Clodoaldo Freitas o define como um homem ambicioso, que, na prática do conflito, se mostrou um chefe de salteadores, que se aproveitaram da rebelião para se locupletar com a desgraça dos concidadãos e, conclui, afirmando:

A sua responsabilidade é imensa, o seu crime maior, e, mais do que ambos, a sua fuga na hora em que ia pôr-se frente ao inimigo, é uma vergonha de que nunca se lavará, quaisquer que sejam as atenuantes de que se queiram lançar mão em seu favor (FREITAS, 2019, p. 12).

Dando continuidade à construção discursiva de Lívio Lopes Castelo Branco, consultamos textos historiográficos, entre os quais o mais denso é o que foi escrito por Miguel Borges Leal Castelo Branco.¹⁴

Miguel Borges, ao usar da escrita para retratar a figura do pai, o faz elaborando uma biografia; faz uso da história, talvez com a intenção de dar mais força de verdade a sua argumentação. Na construção discursiva, Miguel Borges retrata Lívio como homem bem-intencionado, movido pelo senso de justiça, pelo interesse de defender os mais fracos, e guiado pela força avassaladora do amor pátrio. São esses também os motivos nobres que definem a personalidade de Lívio Lopes Castelo Branco, no discurso elaborado pelos companheiros do Partido Liberal, quando de sua morte em 1869.

Segundo seu biógrafo, em decorrência de ser homem motivado por interesses elevados, procurou, logo depois da vitória sobre a cidade de Caxias, manter o controle sobre as tropas rebeldes, evitando saques e violências exacerbadas. Buscou o diálogo com o governador do Maranhão, no sentido de resolver demandas dos revoltosos e pacificar a rebelião. Diante das tergiversações e fragilidades do presidente maranhense e das dificuldades em manter as tropas rebeldes sob controle, Lívio acaba desistindo e saindo do cenário de luta. Em fuga, ausenta-se do Piauí, só voltando depois da anistia concedida pelo governo imperial.

A construção discursiva que Miguel Borges faz de Lívio Castelo Branco procura idealizar o homem, lustrar sua imagem com motivações e ideais superiores. Envolveu-se em movimento de sedição, mas o fez por causas nobres: o senso de justiça, a defesa dos ideais de liberdade e de enfrentamento da tirania, tomado pelo amor à pátria. Os escritos de

¹⁴ O livro em que Miguel Borges Leal Castelo Branco faz uma biografia do pai, Lívio Lopes Castelo Branco, é *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*, publicado em primeira edição no ano de 1879 e reeditado pela Academia Piauiense de Letras nos anos de 2012 e 2014. CASTELO BRANCO, 2014.

Miguel Borges sobre Lívio Lopes Castelo Branco são claramente marcados por argumentação retórica moderna, centrada na idealização de uma masculinidade guiada por motivações superiores. Porém, diferentemente das idealizações de Manuel Clementino, não são feitas referências à coragem marcial, pois, a fuga, o abandono dos companheiros, na proximidade de uma batalha, impedem esse tipo de argumentação.

Na ausência da coragem marcial, força simbólica presente na figura do soldado, o biógrafo busca outros argumentos para lustrar o biografado, quando afirma as supostas tentativas de Lívio Castelo Branco em manter o controle sobre as tropas rebeldes. Constrói sua imagem como homem capaz de se envolver no conflito, para nele exercer a função de mediador, de conciliador, de pacificador, só se ausentando da luta, ao perceber que seus esforços seriam em vão. Essa é a saída retórica encontrada para enaltecer a figura de Lívio. A idealização masculina moderna se faria presente pelo caminho da civilidade, da moderação, do espírito de contenção, de entendimento (CASTELO BRANCO, 2005, p. 85-95; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003).

Quanto a esse último aspecto, podemos ainda fazer algumas observações. Se analisarmos a correspondência de Lívio Lopes Castelo Branco, encaminhada ao comando das forças governistas e publicada no jornal *O Telégrafo*, podemos perceber que o autor da correspondência procura abrir um canal de comunicação, apela para a palavra de honra militar, solicita que alguma negociação seja aceita, afirma o caráter político do movimento e indaga se havia a garantia dos Correios, a fim de que se pudesse, debaixo de boa-fé, manter uma correspondência. Esse pode ser um indício que, somado a outros, poderia fortalecer parte da

argumentação de Miguel Borges, ao tentar construir a imagem do pai como alguém que buscava a conciliação, o entendimento.¹⁵

Esse argumento precisa ser pesado e refletido com cuidado, afinal de contas, alguém que monta um exército de 600 homens, utilizando, para isso, movimentação de capital familiar, com vultosos gastos pessoais, e que, em seguida, promove o cerco de uma cidade, usando da força para conquistá-la, não pode ser percebido simplesmente como um pacifista conciliador. Somente as ambições políticas de acesso ao poder seriam justificativa plausível para o esforço de guerra movido por Lívio Castelo Branco.

Outro aspecto a ser mencionado e que nos ajuda a relativizar as argumentações retóricas na montagem discursiva do personagem Lívio Lopes Castelo Branco é que não se promove um cerco de conquista, com centenas de homens, que não contam com a devida disciplina militar, sem haver perdas significativas da voz de comando, no momento da fúria avassaladora de uma conquista, ou seja, no ímpeto que toma conta dos corpos dos soldados, após o movimento da vitória, com o inimigo diminuído, ao alcance da vontade do vencedor, com seus bens e corpos disponibilizados, com os regramentos institucionais fragilizados, é difícil acreditar na manutenção da fleuma, do sentido de generosidade e respeito ao outro, nesses momentos de glória.

Se em momento seguinte, os Balaios, em posição de vantagem, depois de uma significativa demonstração de força, passam a propor os termos de uma negociação para o fim do movimento revolucionário, o que corrobora com parte da argumentação favorável a Lívio Lopes Castelo Branco, isso pode ser percebido como uma estratégia lúcida de alguém que

¹⁵ Entendemos que a correspondência de Lívio Castelo Branco, publicada no jornal *O Telégrafo*, no ano de 1839, pode dar pistas seguras das intenções do autor com o movimento da Balaiana, e mesmo do seu perfil, no entanto, precisamos de maiores investigações para desenvolver o argumento.

não se deixa envaidecer excessivamente pela conquista parcial, e entende o tamanho do esforço a ser dispensado para uma vitória completa sobre o inimigo.

A negociação, quando se está em vantagem, como era o caso dos Balaios, depois da tomada da cidade de Caxias, seria plenamente favorável aos rebeldes e principalmente às suas lideranças mais graduadas. Traria prestígio e glória e, acompanhando esses atributos, poder e força. Possivelmente esse fosse o cálculo político de alguém esclarecido, que conhecia os meandros do jogo do poder, como parece ser o caso de Lívio Lopes Castelo Branco.

No entanto a participação de Lívio Castelo Branco na Balaiada será majoritariamente percebida como uma mácula. O próprio Miguel Borges na biografia do pai, nos informa que a sua participação na Balaiada acompanhou Lívio por toda a vida, e foi sempre munição usada por adversários: “Lívio Lopes, porém, a par de seus muitos dias de glória, como o que teve nas vezes em que triunfou em eleições, jamais deixou de ter, também, uma estrela adversa, que parecia querer anuviar o brilho de todas as suas ações” (CASTELO BRANCO, 2014, p. 127). Lembrando as palavras de Clodoaldo Freitas (1998, p. 143), quando afirma: “nas lutas civis, o criminoso é sempre o vencido, o vencedor é sempre o herói”, podemos claramente entender essa construção discursiva.

A participação no movimento rebelde, bem como as implicações desse envolvimento povoam também outras memórias familiares. Carlos Castelo Branco, jornalista, em discurso de posse na Academia Piauiense de Letras, no ano de 1984, ao mencionar seus antepassados, tece algumas referências a Lívio Lopes Castelo Branco, afirmindo que o envolvimento do ascendente na Balaiada ocasionou certa perda material à família.

No relato de Carlos Castelo Branco, a prosperidade da família, pelo menos no ramo de sua origem, teria se mantido pelo menos até meados

do século XIX, quando um de seus tetra-avós – Lívio Lopes Castelo Branco – armou um pequeno exército e se envolveu na Balaiada, perdendo homens, cavalos e bens. Ainda no seu discurso, relata que uma neta do caudilho, irmã de sua avó, contava-lhe, quando menino, que segundo a tradição familiar, Lívio fazia os filhos passearem, nos fins de tarde, com sapatos bordados a fio de ouro, nos braços de mucamas vestidas de cetim amarelo. Nas palavras do próprio Carlos Castelo Branco, o relato não passa de uma lenda, mas assinala a saudade pelos supostos dias de fausto perdidos, que seguiram ao envolvimento de Lívio na Balaiada (CASTELO BRANCO, 1984).

Outro descendente da família, Moisés Castelo Branco, ao tratar da Balaiada, afirma que Lívio Lopes Castelo Branco se envolveu no movimento, após encontro que teve em Campo Maior com Raimundo Gomes e um grupo de rebeldes, que, depois de embates com forças militares nas proximidades de Parnaíba, no litoral do Piauí, seguiram rumo a Campo Maior, onde tratou com Lívio Lopes Castelo Branco.

Moisés assevera ainda que o acerto entre os dois seria lutar pelo afastamento do Barão da Parnaíba do governo do Piauí. Em síntese, Moisés Castelo Branco afirma que a motivação era política, o afastamento do Barão do poder. Ao analisar o caráter e as motivações para a ação do homem Lívio Castelo Branco, o citado autor o define como destemido, sensível às reivindicações populares, no que faz coro com outros relatos que usam a força de expressões retóricas procurando lustrar o indivíduo (CASTELLO BRANCO FILHO, 1984).

E o que diz o próprio Lívio de sua participação na Balaiada? Em artigo no jornal *O Republicano*, do Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1854, Lívio, em meio a discussões sobre pleitos eleitorais no Piauí, faz algumas considerações sobre seu passado, e sua participação na Balaiada. Afirma que fora criado na abundância, com bastante bens e créditos até 1839,

quando se envolveu na Balaiada (CARVALHO, 2019, p. 63). Em outro momento, em artigo no jornal *O Grito Nacional*, publicado no Rio de Janeiro, em 24 de abril de 1853, Lívio faz uma afirmativa sobre as Revoluções que se perdem, que expressa muito dos ressentimentos que guarda sobre sua participação na Balaiada quando afirma:

E a Revolução que se perde, é sempre coberta por todos os crimes, de todos os defeitos.

Só é grande, só é justa, as que triunfam, como a que fez D. Pedro I a abdicar, a que levou o Sr. D. Pedro II a maioridade, a que fez cair, ou a que elevou Luiz Bonaparte a Imperador (CASTELO BRANCO, 1853, p.3-4).

Lívio ousou entrar em um movimento revolucionário, e assim, correr o risco de lucrar com os louros da vitória ou sofrer, eternamente, as dores da derrota. Aos vencedores ficam a força da verdade imposta pela versão vitoriosa. Se analisarmos a trajetória histórica de outro homem que atuou na Balaiada de forma marcante, no entanto do lado vencedor, na condição de Presidente da Província, podemos confirmar as palavras de Lívio: “Só é grande, só é justa, as (revoluções) que triunfam.” (CASTELO BRANCO, 1853, p. 4).

No ano de 1822, quando a notícia da Independência do Brasil chega ao Piauí, a posição do senhor Manuel de Sousa Martins, foi apoiar a Monarquia Constitucional portuguesa e pela manutenção dos vínculos com Portugal. Meses depois, em movimentação de puro pragmatismo, mudou sua posição política anterior, passando a liderar o movimento de ruptura com Portugal, com a consequente proclamação da adesão do Piauí à causa de D. Pedro I.

Os acontecimentos de 1823, também foram um movimento de sedição, uma guerra civil, no entanto, Manuel de Sousa Martins, comandou um movimento vitorioso, e assim se viu em seguida alçado à

condição de herói, sendo mesmo homenageado com o título de Barão, dando continuidade à sua carreira política.

Ao final da análise o que podemos apresentar como um balanço sobre a figura de Lívio Lopes Castelo Branco, no período em que se envolveu com a Balaiada? Ao que parece, Lívio era um liberal convicto, defendia um governo constitucional, e se posicionava claramente contra posturas despóticas dos governantes. Nos poucos textos escritos por ele, enquanto liderança dos Balaios, publicados no jornal *O Telégrafo*, podemos perceber, claramente, a defesa do diálogo, e do respeito a certa institucionalidade, Lívio sempre faz referências do seu respeito e obediência ao Imperador, à Constituição, a Deus e à Sagrada religião Católica (CASTELO BRANCO, 2020). Sua luta era contra as leis que ferem a Constituição e contra o despotismo dos governantes.

Mesmo que tenha em vários momentos reafirmado sua profissão de fé nos termos definidos no parágrafo anterior, os líderes políticos governistas que lograram a vitória sobre o movimento rebelde impuseram a verdade sobre os fatos e os personagens envolvidos com a Balaiada, usando, para isso, a força do poder instituído e seus inúmeros canais de produção discursiva. Assim, a carga retórica detratora foi direcionada com mais ênfase, exatamente, sobre aqueles homens de maior merecimento, como Lívio Castelo Branco.¹⁶

Segundo Carlota Carvalho, a tese vitoriosa e que norteou a ofensiva governista contra o movimento Balaio, principalmente, depois do ato de força e ousadia de ocupar e controlar a cidade de Caxias, foi a de que o movimento revolucionário era uma ação ignominiosa, vil, que infringia os

¹⁶ Na obra *Masculinidades Compósitas*, o autor, trabalha a ideia de que os homens nas sociedades tradicionais não têm o mesmo valor, eles são naturalmente diferentes. Lívio era um homem de elite, de destaque social, merecedor pela origem familiar e pelas propriedades que detinha, de receber mercês e deferências dos governantes e o respeito dos seus iguais. Aos homens simples, sem origem familiar certa, sem propriedades, não tinham valor, eram masculinidades subalternas, desqualificadas. (VIANA JÚNIOR, 2013, p. 319).

deveres de todos para com Deus, e para com o Imperador. Ato repugnante, de homens sem honra, sem qualidade, que macularia os envolvidos. E completa Carlota Carvalho: “pessoa boa e de nobres qualidades não podiam patrocinar uma revolta de povo ou de escravos”. Essa última assertiva incrementava a percepção criminosa da participação de membros da elite em sedições (CARVALHO, 2011, p. 173-177). A esses homens de elite as punições não se davam apenas na possibilidade de retirada da vida, mas principalmente na tomada dos bens. A lei marcial imposta pela liderança das forças governistas em outubro de 1839, determinava que as propriedades dos rebeldes poderiam ser arrasadas e saqueadas pelos defensores da legalidade.

Os discursos legalistas sobre a Balaiada repetiram mil vezes as assertivas, afirmando que os Balaios eram contra Deus, contra a Religião e contra o Imperador, e essas camadas de discurso sufocaram as afirmações dos líderes rebeldes, alegando o contrário.

Contra Lívio pesará ainda a mácula da deserção. Aparentemente, ao ver a impossibilidade de conseguir êxito na sua proposta de conciliação e negociação, Lívio se vê diante do dilema de dar continuidade à luta armada, ou sair do movimento, o abandono da causa. A continuidade da luta, possivelmente pareceu a ele como algo fadado ao fracasso, diante das reações que viriam na sequência. A segunda hipótese, a de sair do movimento, depois da forma ousada e arrojada como se envolvera, dispensando recursos materiais e convencendo muitos homens a se engajarem na luta, provavelmente seria uma decisão difícil, principalmente pelo risco de macular a honra. Diante do impasse, a fuga pareceu a Lívio a saída mais viável.

Em síntese, asseveramos que as memórias referentes a Lívio Lopes Castelo Branco misturam o brilho da rebeldia, a generosidade capaz de sacrifícios pessoais em nome de valores humanitários, além de uma certa

percepção envergonhada de carregar a mácula de um mau passo - o envolvimento com um movimento rebelde, e ainda mais grave, a fuga do campo de batalha, que, como disse Clodoaldo Freitas, partindo do ponto de vista da defesa da honra, traço nas masculinidades oitocentistas, parece ser mácula difícil de se apagar.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do falo*: uma história do gênero masculino: 1920-1940. Maceió: Catavento, 2003.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. *Clio*, Recife, v. 15, n. 1, p. 39-52, jan./dez. 1994.
- BERTAUD, Jean-Paul. A virilidade militar. In: CORBIN, Alain. *História da virilidade*: o triunfo da virilidade: o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 195-248. v. 2.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense*: família e poder. Recife: Universitária, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. O trabalho na Colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 69-88.
- CARVALHO, Carlota. *O Sertão*: subsídios para a História e a Geografia do Brasil. Teresina: EDUFPI, 2011.
- CARVALHO, Flávio Fernandes. *Imprensa, Política e Sociedade*: memória e representação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva: 1839-1869. 2019. 81f. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.
- CASTELLO BRANCO FILHO, Moisés Ferreira. *O Piauí na história militar do Brasil*: 1759-1984. Teresina, 1984.

CASTELO BRANCO, Carlos. *Castelo na casa de Lucídio Freitas*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1984.

CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. *O Republico*, Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarensse. n. 87, p. 03, 22 de julho 1854.

CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo para a política de princípios. Rio de Janeiro, n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

CASTELO BRANCO, Miguel Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A Balaiada e as disputas de memória das elites políticas no Piauí Oitocentista. *Revistado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, ano 180, n. 481, p. 41-70, set/dez. 2019.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A infância em Teresina nas primeiras décadas do século XX. *Fênix*, Uberlândia, ano 6, v. 6, n. 3, p. 1-21, jul./set. 2009.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades plurais: a construção das identidades de gênero em obras literárias. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 85-95, 2005.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. O jornal O Telégrafo e a construção de uma verdade sobre a Balaiada na Província do Piauí. In: QUEIROZ, Teresinha; RÉGO, Ana Regina (Org.). *Tempo & Memória: interfaces entre os campos da Comunicação e da História*. Porto Alegre: EDIPUC, 2020. (No prelo).

CASTELO BRANCO, Renato. *Senhores e escravos: a Balaiada*. São Paulo: LR Editores, 1983.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: os Castello Branco e seus entrelaçamentos familiares no Piauí e no Maranhão*. 2. ed. rev. ampl. Guarulhos: ABC Editorial, 2013. v. 5.

FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

MONTEIRO, [João da] Cruz. Conto histórico: o Major Irineu Gomes Correia. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 2, n. 224, p. 1-4, 12 out. 1912.

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI, 1997.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007. v. 2.

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

O TELÉGRAFO, Oeiras, ano 1, n. 5, p. 2, 2 dez. 1839.

O TELÉGRAFO. Oeiras, ano 1, n. 3, p. 2-4, 28 nov. 1839.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAPI, 2010.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. *Masculinidades compósitas nas capitania do Norte da América Portuguesa: séculos XVI e XVII*. 2013. 342f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

A Balaiada no Ceará: possibilidades de pesquisa

João Paulo Peixoto Costa

Introdução

Na segunda metade da década de 1830, o Ceará parecia finalmente viver um período de permanente paz. Depois de repetidas turbulências desde 1817, que atravessaram o processo de independência, o governo da província buscava consolidar a versão de que suas medidas repressivas tinham logrado sucesso em pacificar as tensões entre diferentes interesses espalhados pelo território. Em carta de 1835, o governador José Martiniano de Alencar garantia ter conseguido estabelecer a “paz da província” depois de ter colocado “os homens revertidos do poder militar necessário à manutenção da ordem monárquica” nas “áreas sediciosas e desconfiadas do poder provincial” (OLIVEIRA, 2008, p. 28). Segundo Alencar

O mais interior de nossa província está em perfeita paz [...], não falo com exageração; a nossa província não apresenta probabilidade de um rompimento, eu tenho tomado todas as medidas, e como conheço perfeitamente nossa terra e seus habitantes, tenho posto a força distribuída por aqueles lugares onde um rompimento é possível.¹

Tudo parecia sob controle e caminhava para um futuro político e socialmente harmonioso com a consolidação do Poder Executivo e o estabelecimento dos Poderes Judiciários e Legislativos provinciais. De

¹ De José Martiniano de Alencar a Manuel do Nascimento de Castro e Silva. Fortaleza, 10 de outubro de 1835. In: Cartas do padre José Martiniano de Alencar, presidente do Ceará, a Manuel do Nascimento de Castro e Silva, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, tomo XXII, 1908, p. 58-59.

acordo com Almir de Oliveira, essa evolução administrativa organizou “a realidade dispersa e autofragmentada” dos grupos locais, coibindo seu poder e submetendo-os “a uma vontade mais ampla, a saber, a das correntes políticas hegemônicas no Ceará” (2008, p. 28-29).

No entanto, as diferentes manifestações não se resumiam às dos potentados locais espalhados pelas ribeiras do Ceará. Deve-se levar em consideração as heterogêneas motivações políticas populares, que, inclusive, conflitaram violentamente com as novas definições institucionais. Por exemplo, o presidente Alencar não poderia imaginar que, 5 anos depois de sua declaração sobre a *perfeita paz* da província, a região da serra da Ibiapaba – na fronteira com o Piauí, também chamada de Serra Grande – se envolveria em uma rebelião de tal magnitude como a Balaiaada.

Com raras exceções (DIAS, 2008, p. 204; VIEIRA, 2010, p. 105-106; XAVIER, 2015, p. 156-161), dificilmente a historiografia menciona a adesão do Ceará à revolta. De meu conhecimento, o único trabalho que adensou a análise no tema foi a pesquisa que realizei sobre o protagonismo dos indígenas da província no conflito, que atuaram nos territórios cearense e piauiense (COSTA, 2018, p. 356-379). Após um intenso processo de lutas em nome da monarquia portuguesa e em prol da emancipação do Brasil, os índios também batalharam pela defesa de suas prerrogativas, nas condições de súditos e, posteriormente, de cidadãos. No entanto, a nova condição passou a ser usada pelos poderes governativos provinciais como argumento para flexibilizar garantias que remetiam ao Antigo Regime. Em relatório aos deputados do Ceará de 1840, o presidente Francisco de Souza Martins argumentou que, após jurada a Constituição de 1824, entendeu-se que “a lei devia ser igual a todos os cidadão brasileiros, em cujo número com razão se compreendem os índios”. Como consequência, as

sesmarias que por antigas doações lhes foram reservadas têm sido invadidas por posseiros inumeráveis. [...] Por outras parte, nossas leis de eleições excluíram os índios de todos os empregos públicos. [...] Abandonados os indígenas a si mesmos, [...] estão desgostosos de sua posição social e suspiram pelo antigo regime, excitando-os esta disposição a tomar partido da rebelião. [...] Julgo que, por análogas razões, eles se aliaram com os partidos rebeldes do Maranhão (MARTINS, 1840, p. 12).

A cidadania abolia a concepção de sociedade corporativa em que de cada grupo emanava sua própria legislação, e nesse novo momento liberal se desfizeram mercês indígenas como os cargos camarários em vilas de índios e as patentes militares de ordenanças. Em contrapartida, a lógica censitária consolidada na Constituição de 1824 fragilizava a posse dos índios à terra, a partir de então sob a gestão dos juízes. Além disso, a violência dos recrutamentos forçados contra a população mais pobres que motivou o início da Balaiada atingiu de igual maneira muito grupos indígenas no Ceará. Unidos a mestiços, pretos cativos ou livres e brancos pobres insatisfeitos com os rumos da nova nação independente, os índios da Ibiapaba também tinham muitos motivos para a indignação. Percebiam que o país por que derramaram o sangue fora sequestrado por uma elite branca, proprietária e escravocrata, que buscava afastar a população subalterna de qualquer possibilidade de ascensão social e participação política e os percebia apenas como força de trabalho a ser controlada (COSTA, 2018, p. 379-380).

A atuação indígena talvez seja um dos aspectos mais importantes do envolvimento do Ceará na Balaiada, mas certamente não é o único. Diante dessa enorme lacuna, há muito o que investigar sob diversas perspectivas e priorizando diferentes grupos e regiões da província. O que se pretende nas próximas páginas não é dar conta do tema e muito menos executar uma análise definitiva, mas, sim, apresentar possibilidades de pesquisa

para as histórias tanto do Ceará quanto do fenômeno Balaiana. O objetivo é sugerir temas e incentivar o surgimento de novos trabalhos que enriqueçam a historiografia, tornando mais complexa a compreensão sobre a revolta e as transformações políticas e sociais vivenciadas no Brasil oitocentista.

Percorso político

A trajetória que levou parte da população subalterna do oeste do Ceará a aderir à Balaiana foi longa e remete à crise do Antigo Regime. Nesse contexto, novas ideias vindas da Europa relativas a liberdade, esfera pública e soberania popular promoveram transformações irreversíveis e de grande magnitude na realidade política brasileira. Mas além das mudanças que atingiram a configuração do Estado, a administração colonial e as relações das elites governativas, o contexto liberal e muitos conceitos a ele inerentes também foram lidos e operacionalizados pelos grupos dominados, ocasionando inclusive uma série de revoltas que atravessaram a independência. Mais do que uma adaptação do que vinha de fora, essas influências dialogavam com culturas políticas² populares muito mais antigas e que puderam se expressar em uma nova conjuntura, ressignificando-se.

Um indício desse tipo de manifestação no Ceará pode ser localizado em 1815. Em ofício ao ministro marquês de Aguiar acerca de diversos assuntos concernentes aos índios da Ibiapaba, o governador Manuel Ignácio de Sampaio argumentou que era próprio dos indígenas “a ideia de que os *bens são comuns*”, o que faria com que degenerassem “com muita

² De acordo com Lúcio Rennó Junior, *cultura política* se refere a todas as questões subjetivas que influenciam as ações políticas de indivíduos e grupos (1998, p. 71). Para nós, importa refletir sobre de que maneira as experiências da população mais pobre fundamentaram a eclosão da Balaiana como uma manifestação política popular.

facilidade em ladrões”.³ Curiosamente, a expressão aparece novamente na documentação sobre a Revolução Pernambucana de 1817. Acerca do ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, Sampaio afirmou que o rebelde liberal proclamava “que todos os bens são comuns”, princípio que, segundo o governador, era “arraigado no espírito de todos os índios, ainda os mais civilizados, e que agrada por extremo a todas as castas de misturados, que constitui a maior parte dos habitantes deste sertão”.⁴ O governador do Ceará utilizou a expressão novamente em 1818: segundo ele, os índios ainda tinham viva a “ideia da *comunidade dos bens*”, princípio fecundo também entre “as qualidades de misturados [mestiços]”.⁵

Localizei mais um registro dessa ideia nos documentos sobre a guerra de independência do Piauí em 1823. De acordo com o tenente Simplício José da Silva, parte dos habitantes do distrito de Campo Maior passaram a cometer roubos por conta do “vocábulo que corria entre as pessoas rudes dos *bens serem comuns*”. Com uma surpresa sarcástica, Monsenhor Chaves comentou: “Poxa vida! Marx ainda não tinha 5 anos e em Campo Maior já havia tanta gente progressista...” (CHAVES, 1972, p. 32. Grifo meu).

Aparentemente comum entre a população mais pobre do interior do Ceará e Piauí nesses tempos, a expressão não era resultado da transposição literal de um liberalismo jacobino nos sertões e muito menos o lampejo de um progressismo pré-marxista. Tampouco se tratava de pura baderna, como induziu Chaves: ao contrário, essa percepção ancestral

³ De Manuel Ignácio de Sampaio ao Marquês de Aguiar. Fortaleza, 01 de agosto de 1815. Biblioteca Nacional (BN), C-199, 14. Grifo meu.

⁴ De Manuel Ignácio de Sampaio a João Paulo Bezerra. Fortaleza, 21 de janeiro de 1818. Arquivo Nacional (AN), Secretaria do Governo do Ceará (88), p. 83-83V. ARARIPE, Tristão Alencar. Documentos para a história do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, tomo XXV, 1911, p. 94-95. Grifo meu.

⁵ De Manuel Ignácio de Sampaio a Thomas Antônio de Vilanova Portugal. Fortaleza, 2 de julho de 1818. BN, C-199, 14. Grifo meu.

entre os povos indígenas remete uma visão de mundo onde não havia propriedade privada. No entanto, os índios e mestiços dessa região na passagem dos séculos XVIII e XIX diferiam bastante dos povos do início da colonização. Por isso, a proclamação da *comunidade de bens* durante a Revolução Pernambucana de 1817 se configurava muito mais como um oportunismo de um liberal que visava atrair partidários ao movimento do que uma manifestação legitimamente popular. Prova disso é que a revolta teve pouca adesão de pobres no Ceará e uma efêmera duração de 8 dias na vila do Crato, muito por conta da circulação das ideias liberais na capitania terem ficado restritas às elites econômicas e administrativas e à maçonaria (COSTA, 2018, p. 315-329).

Muito mais importava para a maioria dos subalternos a defesa da monarquia. No Antigo Regime português, o rei simbolizava proteção aos grupos inferiores da hierarquia social contra os abusos dos ricos. Por isso que tantas revoltas eclodiram durante o contexto constitucional português, que pretendia limitar o poder do monarca dando mais autonomia política aos potentados. Exemplos significativos disso são as Rebeliões dos Cerca-Igreja que estouraram no decorrer de 1821, em que grupos armados invadiam igrejas bradando contra a Constituição portuguesa, referindo-se a ela como *lei do cão* ou *lei do diabo* (FELIX, 2010, p. 87; CÂNDIDO, 2018, p. 201-202; ARAÚJO, 2018, p. 74-81).

É a partir daí que podemos entender a utilização da expressão de que *os bens são comuns* no Piauí de 1823. Nesse ano, a província ainda era palco de lutas entre tropas fiéis às Cortes de Lisboa e outras partidárias à independência do Brasil, que contou com muitos adeptos das classes populares, inclusive de tropas de índios e de outros grupos vindos do Ceará. Estes foram protagonistas de uma onda de saques que vitimaram muitos proprietários e qualquer um que “possuía alguns bens; bastava ter alguma coisa para ser chamado ‘corcunda’ [ou seja, defensor da união com

Portugal], e ser logo roubado”.⁶ A ação política popular não se dirigia genericamente contra os *portugueses*, pessoas que viviam no outro lado do Atlântico, mas, sim, contra os inimigos de sempre: os ricos e proprietários que abusavam de sua força de trabalho.

No ano seguinte, outras manifestações de radicalismo político foram registradas após o fim da Confederação do Equador. De acordo com as memórias de Manoel Ximenes Aragão, ao término dos conflitos entre o governo do Ceará e os patriotas,

a populaça, lembrada dos acontecimentos desastrosos da Ilha de S. Domingos, cujos fatos eles não ignoravam, e nem deixavam de falar deles, tratou de se ajuntar em grandes grupos e evadir todas as povoações e vilas [...] com o desígnio de matar patriotas. Ora, com tal gente não havia meio termo. Eles só chamavam patriota a pessoas que possuísem alguma coisa, e eram estes os seus encarniçados inimigos, e ultimamente principiaram a ameaçar a toda a pessoa que tinha couro alvo, tratando-as com maior desprezo e audácia que dizer se pode (ARAGÃO, 1913, p. 71).

Soma-se ao relato de Aragão o lamento do presidente José Felix Azevedo e Sá, que assumiu o governo do Ceará após debelada a Confederação do Equador. Segundo ele, os cabras juntavam “campos de cadáveres daqueles que apelidam patriotas”, esperando, “em tempos tão melindrosos, que não queira essa gente tomar aos homens brancos em consideração para os matar”.⁷

Tais registros sinistros revelam que as ações populares agregavam muitas conotações. Eram manifestações de evidente cunho étnico, demonstrando um rancor da população não-branca contra a sociedade

⁶ De José Marques Freire à junta governativa do Piauí. Campo Maior, 7 de maio de 1823. Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), Série Independência (SI), livro 4.

⁷ De José Felix de Azevedo e Sá a Manuel Antônio de Amorim. Fortaleza, 19 de novembro de 1824. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Governo da Província (GP), Correspondências Expedidas (CO EX), livro 1, p. 103V-105.

escravocrata. O exemplo externo da revolta do Haiti, que impressionantemente chegou ao sertão do Ceará, não foi apenas adaptado, mas motivou um sentimento de revolta secular e encontrou nesse contexto um ambiente propício para provocar ebullições. Mas o mais curioso é que os alvos não eram apenas os de *couro alvo*, já que estes se confundiam com os patriotas (ou seja, os liberais adeptos do modelo republicano da Confederação) que, por sua vez, eram identificados pela população rebelada por aqueles que “possuísem alguma coisa”, semelhante ao que se fizera no Piauí no ano anterior. A indignação de índios, pretos livres ou escravos e mestiços se voltava contra uma elite branca e proprietária que, mesmo após a concretização do projeto liberal do Brasil independente, insistia em excluí-los de qualquer espaço de participação governativa e enquadrá-los apenas como mão de obra a ser controlada. A condição de cidadania e a suposta *igualdade* professadas pela Constituição de 1824 só eram respeitadas ou se efetivavam para prejudicar os interesses dos subalternos, ao anular garantias do tempo do Antigo Regime como vimos acima. Em contrapartida, as diferenças étnicas e sociais, características da sociedade corporativa, se acentuaram no contexto constitucional.

Nesse período, destacou-se a atuação do governador das armas Conrado Jacob de Niemeyer, conhecido por sua truculência diante dos tumultos populares, pela aplicação de castigos físicos e fuzilamentos e por efetivar a solução encontrada pelo governo para lidar com os subalternos: os recrutamentos forçados (CÂNDIDO, 2018, p. 211). Mas, como afirma Tyrone Cândido, a imensa repressão não foi suficiente para debelar o espírito de revolta entre a população mais pobre. Além do que vimos no relato de Ximenes Aragão, as experiências de militarização e repressão “exerceram um papel importante na exaltação dos espíritos rebeldes nos anos que se seguiram” (Ibid., p. 213). Por isso, com conscrições violentas e

ações armadas de grupos subalternos, as cenas de violência que marcaram o fim da década de 1820 adentraram a primeira metade dos anos 1830.

Segundo Reginaldo Araújo, “no Ceará pós-1824, cada vez mais estas populações pobres tinham suas ‘liberdades’ limitadas” com o avanço do judiciário, a “interiorização do Estado” e as práticas repressivas (2018, p. 155). Muitos pobres livres se envolveram na Revolta de Pinto Madeira, que eclodiu entre 1829 e 1832 na região do Cariri por conta de conflitos entre poderes provinciais, divididos entre liberais e conservadores, e que reivindicava a restauração do trono de dom Pedro I. Há relatos de “soldados” do lado rebelde armados de “cacetes de jucá bentos” que morriam às centenas pelo poder de fogo das tropas do governo (2018, p. 157). Após o término do conflito, a violência continuou fazendo parte do cotidiano do Ceará. De acordo com Araújo, as “guerras, levantes, revoltas e batalhas [...] se seguiram até meados da década de 1840” na província e eram “parte do mesmo processo inaugurado com o constitucionalismo de 1820”. Para o autor, tratavam-se de “movimentos resultantes diretamente da formação do campo político brasileiro, em conflito com a lógica local” (2018, p. 156).

Diante de uma cidadania tão precária, a esfera pública e as discussões políticas também foram operacionalizadas pelos grupos subalternos por meio de sublevações. A condição de cidadão, quando não foi utilizada pelos governantes para anular direitos antigos (como aconteceu com os indígenas), era abertamente ignorada quando se tratava dos mais pobres durante toda a primeira metade do século XIX. Por isso, e levando em conta todo o percurso de atuação política e bélica que vimos até aqui, percebemos que as revoltas do período regencial não ocorreram por acaso, como foi o caso da Balaiada e da adesão de cearenses da Ibiapaba. Segundo Marco Morel, esse contexto se caracterizou como um “grande laboratório

de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil” (2003, p. 9).

Em contrapartida, ainda é muito comum encontrar na historiografia a participação popular em movimentos armados do contexto da formação do Estado brasileiro retratada como fruto de manipulações paternalistas. No entanto, se lembrarmos dos fragmentos que estudamos acima sobre a atuação dos subalternos em diferentes conflitos do contexto liberal no Ceará, é possível afirmar que esses povos tinham projetos políticos próprios e lutavam por eles. O protesto contra as violências e recrutamentos forçados, a defesa da monarquia e os ataques a brancos ou a *quem possuísse alguns bens* revelam a luta de uma plebe etnicamente heterogênea por uma sociedade igualitária, onde a cidadania fosse uma condição respeitada e garantida a todos.

A balaiada no Ceará

Há uma série de temáticas possíveis a serem investigadas sobre os efeitos da Balaiada em território cearense, como, por exemplo, a extensão geográfica do conflito. É notável o protagonismo da população da serra da Ibiapaba. A política de *paz provincial* se materializou em práticas de violência contra as pessoas mais pobres cujo histórico remetia, pelo menos, às lutas no Piauí em 1823 e contra os patriotas em 1824 e 1825.⁸ Os cearenses encontrados por Ximenes Aragão no Maranhão relataram-no serem originários da Ibiapaba e que se lembravam dos conflitos em que se envolveram durante a Confederação do Equador (ARAGÃO, 1913, p. 143-146). Ou seja, a experiência político-militar dos habitantes dessa região do Ceará é indício, primeiramente, de seu ressentimento pelas

⁸ Em 1825, os índios de Viçosa invadiram a vila de Granja no encalço de patriotas. De acordo com Conrado Jacob de Niemeyer, “os índios de Vila Viçosa [eram] insolentes, que os anarquistas da Granja não sossegavam e [estavam] em contínua rivalidade com os ditos índios”. De Conrado Jacob de Niemeyer a José Felix de Azevedo e Sá. Fortaleza, 20 de setembro de 1825. AN, Confederação do Equador (IN), caixa 742, pacotes 4 e 5. (COSTA, 2018, p. 351-352)

violências sofridas após tantos episódios de combates em prol da emancipação brasileira e, em segundo lugar, de uma *cultura política* marcada pelo uso das armas.

Na documentação sobre a revolta, encontrei menções a muitos povoados e vilas da Serra Grande, como Ipú, Vila Nova (atual Guaraciaba do Norte) e, principalmente, São Benedito, Vila Viçosa (atual Viçosa do Ceará) e São Pedro de Baepina (atual Ibiapina). Todas foram local de trânsito e conflito dos balaios cearenses, e as três últimas eram povoações indígenas, o que denota a procedência da maioria dos adeptos da rebelião no Ceará. O presidente Francisco de Souza Martins, por exemplo, contou sobre os “índios de Vila Viçosa que desertaram de São Pedro [de Baepina, à época subordinada administrativamente a Vila Viçosa] com suas famílias em número de mais de 60 casais para se reunirem aos rebeldes das Frecheiras” (MARTINS, 1840, p. 12). Mas ainda é preciso aprofundar as pesquisas sobre possíveis outros espaços de atuação rebelde na província, como a região norte até o litoral, o Vale do Acaraú e o sertão de Crateús.

A diversificada composição étnica e social dos balaios cearenses também pode render profícias pesquisas. Além dos índios da Serra Grande, na documentação há referências a outros indivíduos que se uniram a eles e atuaram, inclusive, em território piauiense. O subprefeito de Piracuruca, José Rodrigues de Miranda, se referiu à Ibiapaba como lugar “que tem grande número de índios e outros de iguais sentimentos” e que “já ousam chamar a Raimundo Gomes, nosso irmão”.⁹ Em outro episódio, após uma batalha ocorrida na referida vila do Piauí entre tropas legalistas e balaios vindos da serra, dois dos mortos, Pedro Celestino e Pedro da Costa, foram identificados como “legitimamente cabras, e até

⁹ De José Rodrigues de Miranda a Manoel de Souza Martins. Piracuruca, 4 de julho de 1839. APEPI, Série Balaiada (SB), livro 6. Grifo meu.

desprezíveis”.¹⁰ Já em 1841, após o golpe da maioridade e a rendição de muitos combatentes, o presidente da província José Martiniano de Alencar recebeu o preto Antônio de Souza Cabral, balaio maranhense que lutara no Ceará. Sobre Cabral, Alencar argumentou que era “inegável que no oeste desta província, [...] teatro de suas façanhas, [tinha] uma grande ascendência sobre os índios e a *gente de sua cor*”,¹¹ o que sugere o envolvimento de homens pretos da Ibiapaba na Balaiada.

Índios, escravos, pretos livres e mestiços lutaram juntos e irmanados com Raimundo Gomes, o grande líder da rebelião. A mensagem do vaqueiro piauiense que iniciou o movimento rebelde no Maranhão chegou à fronteira oeste do Ceará levantando pessoas que compartilhavam das mesmas indignações. Ainda que unidos, cada um desses grupos possuía experiências e culturas políticas distintas adquiridas em suas trajetórias particulares de lutas e convívios entre si, com a Coroa portuguesa, com o Estado brasileiro e com as elites político-econômicas locais. Além disso, possuíam tradições e valores próprios, o que proporcionava leituras particulares dos fenômenos políticos que viviam e pelos quais atuavam. A cultura política de cada um desses grupos é questão fundamental para entendermos a Balaiada, que estava longe de ser exclusivamente uma manifestação de ira popular. Diferente do que parte da historiografia defendeu (OLIVEIRA, 1989, p. 15. DIAS, 2008, p. 211), os Balaios tinham projeto políticos bem definidos pelos quais lutavam, como o restabelecimento da monarquia (suspenso pela Regência) e a consolidação de uma sociedade igualitária.

Toda essa confluência de demandas é perceptível quando analisamos os registros sobre a já citada comunidade de Frecheiras, hoje distrito de

¹⁰ De Albino Borges Leal a Manoel de Souza Martins. Piracuruca, 26 de setembro de 1839. APEPI, SB, livro 6. Grifo meu.

¹¹ De José Martiniano de Alencar a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Fortaleza, 7 de fevereiro de 1841. APEC, GP, CO EX, livro 41, p. 40-40V.

Cocal da Estação, no Piauí, uma das mais significativas experiências de convivência étnico-política da Balaiada. Durante a revolta, a localidade foi reduto de resistência rebelde, recebeu muitos cearenses e reuniu adeptos de diferentes afiliações étnicas e sociais. Pelo registro do presidente da província do Ceará Francisco de Souza Martins, a composição majoritária era de “descendentes de indígenas, outros são de cor mista, a que chamam *cabras*, e alguns negros fugidos dos seus senhores. [...] Seus hábitos são muito semelhantes aos dos índios, de que quase todos descendem, e parecem que amam a mesma independência selvagem”.¹² A origem indígena comum à maioria pode ter facilitado a dinâmica interna do lugar, mas o que mais aproximava a todos os grupos era a condição de subalternidade que extrapolava as fronteiras provinciais, culturais e de cor. As experiências e expectativas políticas de cada um desses grupos vindos do Ceará e os diálogos que estabeleceram são objetos importantes a serem pesquisados.

Há, pelos menos, mais três elementos presentes nos relatos sobre Frecheiras que demandam investigações. O primeiro deles são as interessantes táticas de guerrilha utilizadas pelos balaios, que tão bem conheciam as matas da região e que lhes possibilitou importantes investidas na Ibiapaba. O presidente Martins anotou que os rebeldes tingiam suas roupas “de cor avermelhada com infusão de entrecasca de árvores. Essa cor, bem asquerosa, os confundem com os troncos das árvores, com as pedras e com os matos, atrás das quais se escondem para dispararem os seus tiros de emboscada”. Faziam “exercícios de armas que têm aprendido de alguns soldados desertores ou prisioneiros, mas quase nenhuma disciplina e subordinação conservam dos chefes”. Sua guerra era

¹² De Francisco de Souza Martins a Francisco Ramiro de Assis Coelho. Vila Viçosa, 20 de junho de 1840. Apud: NOGUEIRA, 1901, p. 31. De conteúdo semelhante em: de Antônio Paulino Límão de Abreu ao vice-presidente do Ceará. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1840. APEC, Ministérios (MN), Ministério da Justiça (MJ), livro 38.

de emboscada, utilizando-se de trilhas nas matas ao lado das estradas, trincheiras de pedra e “numerosos espias pelas estradas e lugares, onde existem destacamentos de nossas tropas, o que lhes é fácil conseguir por meio de outros pobres moradores desses sítios, os quais todos têm com eles relações mais ou menos simpáticas”. Nunca faziam confrontamento em campo raso, atacando as tropas em caminhos cobertos de mato. Quando descarregavam sua munição, “somem-se de corrida pelo interior das matas, e raras vezes acontecem que alguns sejam apanhados”.¹³

Outros documentos também falam de casas queimadas e assassinatos provocados pelos insurgentes nas vilas e povoados por onde passavam, o que indica retaliações contra desafetos locais ou formas de atrasar a marcha das tropas legalistas. O presidente Martins também relatou situações em que os rebeldes “se tinham fortificado com guerrilhas no palmeiral [...] e cavado fossos transversais na estrada, guarnecidos por dentro de espinhos, e cobertos por cima com folhas de palmeira e terra dispersa” (MARTINS, 1940, p. 7). Além da influência indígena, como se infere pelos documentos, há também a participação de soldados desertados e, certamente, a contribuição dos escravizados fugidos. Os registros dessas técnicas de ataque, camuflagem e guerrilha são outros indícios da convivência no meio rebelde, cuja análise pode ser aprofundada a partir das novas perspectivas da história militar em confluência com questões étnicas (PARENTE, 2009, p. 9).

Mais um elemento presente nos registros sobre o reduto de Frecheiras é a importância da religiosidade cristã, tantas vezes consonante à luta política popular (ANTUNES, 2016, p. 147). Segundo o presidente Martins, no povoado os rebeldes “à noite rezavam o terço”, fato que o induziu a supor que o envio de missionários poderia “sem custo conseguir

¹³ De Francisco de Souza Martins a Francisco Ramiro de Assis Coelho. Vila Viçosa, 20 de junho de 1840. Apud: NOGUEIRA, 1901, p. 3-32.

que eles largassem as armas e se submetessem à autoridade”.¹⁴ Outras fontes também destacam a religiosidade nas manifestações políticas dos balaios: durante o cerco de Piracuruca, os líderes do grupo afirmavam ser “chefes da religião católica de Jesus Cristo”.¹⁵ Mathias Assunção também encontrou referências à fé cristã nos escritos rebeldes apreendidos no Maranhão. Segundo ele, a “ênfase na religião católica era complementada pela acusação de que os cabanos formavam sociedades secretas”, expressando a desconfiança da maçonaria (ASSUNÇÃO, 2011, p. 306-309).

As manifestações de fé analisadas por Assunção apareciam juntas a vivas ao imperador e à carta magna do país, o que remete ao último elemento de destaque nos registros de Frecheiras, e talvez o mais importante: as projeções políticas dos balaios. A luta pelo que acreditavam ser a verdadeira religião se unia a algo tão sagrado quanto a coroação do legítimo ocupante do trono da monarquia brasileira. Para eles, apenas dom Pedro II, de posse plena de seus poderes de Estado, poderia fazer aplicar integralmente a Constituição, especialmente no que dizia respeito à igualdade entre os cidadãos. Lembremos da trajetória de luta popular no Ceará que analisamos: durante toda primeira metade do século XIX o envolvimento das camadas sociais subalternas em turbulências políticas reivindicava o fim das desigualdades étnico-sociais.

De acordo com Mathias Assunção, “o ideário dos revolucionários continuou a receber pouca atenção” da historiografia da Balaiada, mesmo que existam muitos registros escritos dos rebeldes onde suas reivindicações eram detalhadas. A respeito deles, o autor os interpreta como exemplos de “reapropriação do liberalismo por diferentes atores sociais”, formando o que chama de “*liberalismo popular*, inspirado pelo

¹⁴ De Francisco de Souza Martins a Francisco Ramiro de Assis Coelho. Vila Viçosa, 20 de junho de 1840. Apud: NOGUEIRA, 1901, p. 33.

¹⁵ De João Antônio de Miranda a João Vieira de Carvalho. Fortaleza, 8 de outubro de 1840. APEC, GP, CO EX, livro 41, p. 12V-14.

liberalismo das elites, mas distinto dele em alguns pontos cruciais [...], que se originou da apropriação do liberalismo das elites e a sua combinação com elementos da cultura popular regional” (2011, p. 299-301, 323. Grifo meu). A leitura popular dessas ideias provenientes da Europa certamente foram cruciais para a eclosão das revoltas regenciais. No entanto, não podemos perder de vista as culturas políticas de cada grupo envolvido nos conflitos, o que remete a valores, tradições e crenças, ao percurso político dos subalternos nos oitocentos e a experiências muito mais antigas, oriundas do Antigo Regime.¹⁶

Apesar de não contar com a mesma fartura de documentos escritos por balaios, no Ceará há vários registros sobre os objetivos políticos dos adeptos da província. Ainda sobre Frecheiras, o presidente Martins anotou que os rebeldes declaravam

obedecer à S. M. o Imperador, e fazer guerra aos *cabanos*, que querem governar em nome do mesmo Augusto Senhor. Mostram-se muito pertinazes em não se sujeitarem, preferindo antes viver sob as armas, foragidos pelas brenhas, com suas mulheres e crianças, etc., do que se submeterem ao jugo da autoridade legal.¹⁷

Outro presidente, José Martiniano de Alencar, também registrou detalhes do projeto balaio no Ceará após a coroação de dom Pedro II. Segundo ele, o “pensamento político único” dos insurgentes era

um expressivo amor à sagrada pessoa do soberano e muita adesão a seu governo, como composto dos homens que trabalharam pela sua maioria, pois dizem eles que quando pegaram em armas foi só para fazer com que S. M. I. subisse ao trono, persuadidos brigavam contra o partido que se opunha

¹⁶ Há referências a “saudades do *rei velho*” e “suspiros pelo Antigo Regime” ditos por indivíduos subalternos no Ceará na década de 1830. Cf. COSTA, 2018, p. 106-107. ARAÚJO, 2018, p. 161.

¹⁷ De Francisco de Souza Martins a Francisco Ramiro de Assis Coelho. Vila Viçosa, 20 de junho de 1840. Apud: NOGUEIRA, 1901, p. 33.

a que o imperador entrasse no governo do Estado. A alguns ouvi dizer que se achavam pagos de todas as fadigas e inconvenientes por que haviam passado, uma vez que viam a seu monarca no trono, único alvo a que se dirigiam seus esforços¹⁸

Esses dois registros comprovam o que já expus anteriormente acerca da fidelidade cultivada pelas classes subalternas ao monarca, a quem consideravam um sagrado protetor. Evidenciam também que, na percepção popular, a abdicação de dom Pedro I inaugurou um contexto de usurpação do trono e intensa repressão pelas elites político-econômicas. A avaliação de Francisco Constâncio sobre a postura dos indígenas e pretos cativos na história do Brasil, em texto publicado no ano de 1839, auge da Balaiada, é decisivo para nossa compreensão:

Se nesta e outras semelhantes ocasiões se mostraram os indígenas, assim como os escravos africanos, favoráveis à autoridade régia e dispostos a combater contra os habitantes sublevados, é porque, sujeitos ao pesado jugo dos proprietários do solo, só nos agentes do governo encontravam alguma proteção. Até à época de que tratamos, os portugueses estabelecidos no Brasil e seus descendentes não cessaram de tratar com o maior desprezo as nações indígenas, que tentaram reduzir à condição de escravos. Aos missionários devem estes infelizes a proteção do rei, benefício de que os índios conservam grata memória (CONSTÂNCIO, 1839, pp. 219).

Esse posicionamento de fidelidade à Coroa e combate ao *desprezo* e *jugo dos proprietários* evidenciou-se com a abdicação de dom Pedro I e o recrudescimento das violências contra os mais pobres, dando origem à Balaiada e a tantas outras revoltas. Portanto, usando as palavras de Alencar, há um evidente “pensamento político” que unificava a luta dos rebeldes: a restauração do poder real com a coroação do príncipe, para

¹⁸ De José Martiniano de Alencar a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Fortaleza, 7 de fevereiro de 1841. APEC, GP, CO EX, livro 41, p. 40-40V.

que, finalmente, pudesse ser respeitada a dignidade da condição cidadã dos mais pobres, de acordo com sua leitura da Constituição.

Tendo em conta essas ideias gerais, abrem-se caminhos para pesquisas que analisem projetos mais específicos de cada grupo envolvido da Balaiada cearense. Sobre o conflito do Maranhão, por exemplo, Mathias Assunção aborda o ideário político balaio a respeito da igualdade das diferentes *qualidades* (ou cores) de homens, mas que encontrava um limite na omissão do negro escravo (ASSUNÇÃO, 2011, p. 312-313). No entanto, havia exemplos de pretos protagonistas da rebelião que lutavam abertamente pela libertação dos escravos. Este era o caso do cearense Cosme Bento das Chagas, forro natural de Sobral, líder “do mais famoso quilombo que participou da revolta”. Portando-se de adornos africanos, supostamente praticando feitiçaria e agregando valores de África, tradições revolucionárias europeias e catolicismo popular, suas “ideias iam muito além do liberalismo exaltado dos bem-te-vis, pois também falava de república e alforria, chegando a proclamar a abolição generalizada com indenização” (2011, p. 322). As diferenças de experiências e percepções políticas em cada grupo étnico e social também podem ser exploradas nas pesquisas sobre os rebeldes do Ceará.

Por fim, há, pelo menos, mais um campo possível de ser estudado sobre a Balaiada em território cearense: as forças contra-revolucionárias. Por um lado, é possível pensar no tratamento dos governos em relação aos rebeldes – que ia desde a condoléncia, ao procurar compreender os motivos da revolta, até a caracterização da Balaiada enquanto um tumulto de gente bárbara e maléfica –, nas discussões legislativas nos níveis provincial e imperial e nas variações de postura ao longo do conflito, especialmente quando muitos balaios depuseram suas armas. Por outro, cabem investigações acerca do caráter militar da repressão, como as estratégias diante da rebelião, os movimentos das tropas legalistas, que

tiveram bases importantes em Granja e Sobral (NOGUEIRA, 1901, p. 34-36), e a participação de populares, a partir do recrutamento forçado ou por adesão voluntária. Mathias Assunção fez referência a Francisco Ferreira Pedrosa, que passou para o lado da legalidade à frente de 1600 homens (2011, p. 319), e é significativo no Ceará o caso do capitão indígena Luiz José de Miranda, que liderou a tropa dos índios de São Benedito em conflitos contra os balaios na Ibiapaba.¹⁹ Pesquisar a atuação dos pobres que lutaram em nome do governo abre caminhos para a reflexão sobre os difíceis dilemas que essas pessoas enfrentavam e a dimensão da heterogeneidade de culturas políticas da população subalterna.

Conclusão

A província do Ceará não pode mais ser esquecida nos debates em torno da Balaiada, já que a “rebeldia do Maranhão e Piauí [...] havia acometido também as fronteiras desta província”, como afirmou José Martiniano de Alencar.²⁰ Se a revolta ainda oferece possibilidades de análises em tantos temas, o mesmo se pode dizer sobre sua ocorrência em território cearense. Os povos indígenas da Ibiapaba tiveram um destaque inegável, mas o protagonismo de outros grupos étnicos e sociais, a própria interação entre eles e o trânsito que estabeleceram entre as fronteiras piauiense e maranhense permitem incontáveis reflexões sobre a cultura política da população subalterna nos sertões do império do Brasil.

Mais do que isso, os estudos sobre a Balaiada no Ceará podem fornecer contribuições valiosas para os campos tanto da história militar quanto da história política dos Oitocentos. Não há avanço nessas áreas da

¹⁹ De Francisco de Souza Martins a Luís Alves de Lima. Fortaleza, 24 de julho de 1840. AN, AA, IJJ9 174. De Francisco de Souza Martins a José Paulino Soares de Souza. Fortaleza, 27 de julho de 1840. Apud: NOGUEIRA, 1901, p. 42-43. MARTINS, 1840, p. 6-7. Diário de viagem de Francisco Freire Alemão. “Viagem de Fortaleza até a Serra Grande”, 1860-1861. BN, I-28, 8, 11. BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965, p. 166.

²⁰ De José Martiniano de Alencar a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Fortaleza, 7 de fevereiro de 1841. APEC, GP, CO EX, livro 41, p. 40-40V.

historiografia sem levar em consideração a atuação das populações subalternas, assim como não é possível pensar em história do Brasil se esquecermos do que se vivia nos sertões de suas províncias. A própria antecipação da coroação de dom Pedro II – o golpe da maioridade – foi resultado dos projetos e atuações políticas das populações mais pobres dessas regiões. Não se conhece o passado do império sem a análise dos dilemas internos de suas províncias, que, por sua vez, não são explicados apenas com a exposição da conjuntura nacional ou do que se passava nos grandes centros urbanos. A Balaiada no Ceará, com todos os vieses de investigação aqui apresentados e ainda outros possíveis, é fundamental para a compreensão da construção política e social dessa província e do próprio país nos Oitocentos.

Referências

- ANTUNES, Ticiana de Oliveira. *Índios arengueiros: senhores da igreja? Religião e cultura política dos índios do Ceará oitocentista*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2016.
- ARAGÃO, Manoel Ximenes de. As fases da minha vida: genealogia. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Minerva, tomo XXVII, 1913.
- ARAÚJO, Reginaldo Alves de. *A parte no partido: relações de poder e política na formação do Estado brasileiro, na província do Ceará (1821-1841)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 2018.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrling. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Mônica Duarte (Org.). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 295-327.
- BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1965.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. A plebe heterogênea da independência: armas e rebeldias no Ceará. *Almanack*, n. 20, pp. 194-215, 2018.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. Campo Maior e a Independência. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: v. III, 1972. p. 23-33.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *História do Brasil, desde seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do imperador dom Pedro I*. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1839.

COSTA, João Paulo Peixoto. *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*. Teresina: EDUFPI, 2018.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Movimentos sociais do século XIX: resistência e luta dos balaios no Piauí. In: ZARTH, Márcio. MOTTA, Márcia. (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis*. Volume 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008, pp. 199-218.

FELIX, Keile Socorro Leite. “*Espíritos inflamados*”: a construção do Estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2010.

MARTINS, Francisco de Souza. *Relatório que apresentou o Exm. Sr. Doutor Francisco de Souza Martins, presidente desta província, na ocasião da abertura da assembleia legislativa provincial no dia 1º de agosto de 1840*. Fortaleza, Tipografia Constitucional, 1840.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará: período regencial. 10º presidente, bacharel Francisco de Souza Martins. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Studart, tomo XV, 1901.

OLIVEIRA, Almir Leal de. A construção do Estado nacional no Ceará na primeira metade do século XIX: autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais. In: OLIVEIRA, Almir Leal de. BARBOSA, Ivone Cordeiro (Org.). *Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861)*. Compilação das leis provinciais do Ceará - compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso [Ed. Fac-similada]. Fortaleza: INESP, tomo I, 2009, pp. 17-30.

OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. A balaiada no Piauí. In: ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos populares no Nordeste no período regencial*. Recife: FUNDAJ, Editora Massananga, 1989, pp. 15-26.

PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar. *Revista Brasileira de História Militar*, ano 1 (edição especial de lançamento), 2009, pp. 1-13.

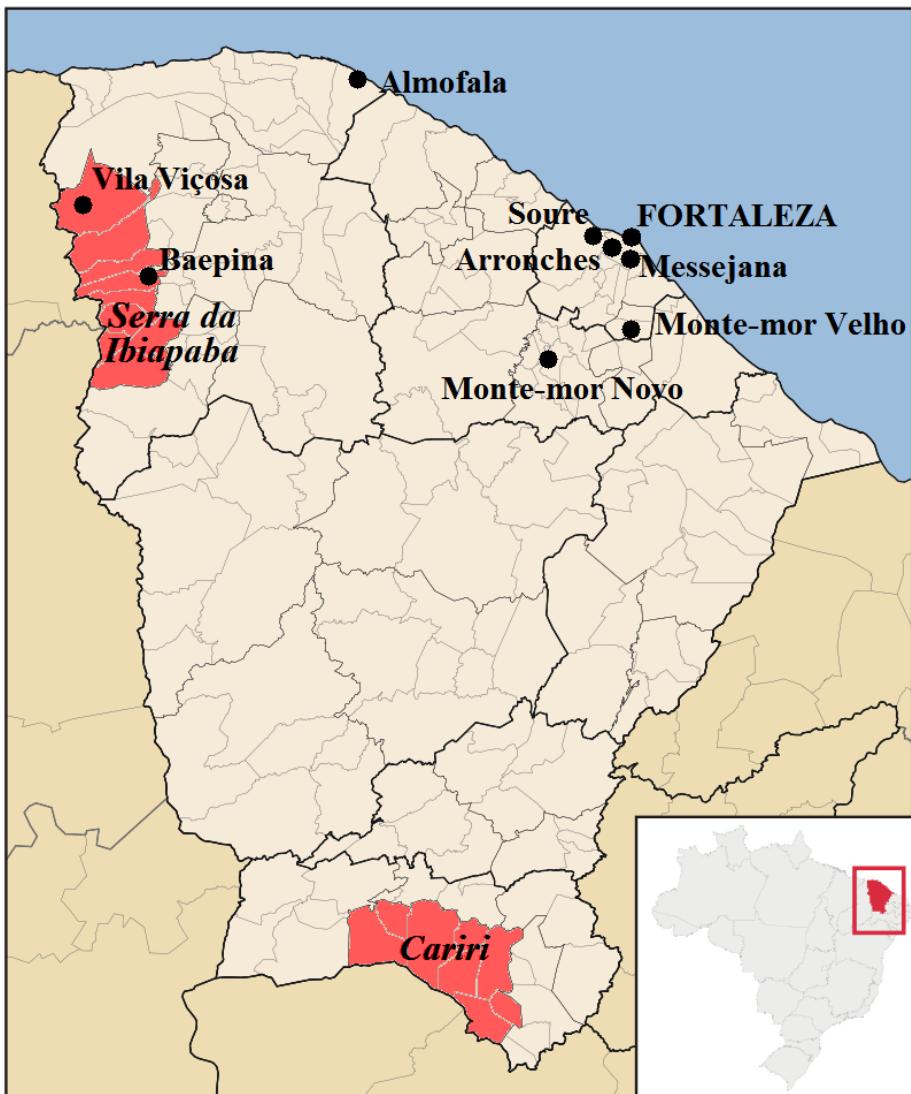
RENNÓ JUNIOR, Lúcio Remuzat. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB. Revista Brasileira em Bibliografia em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, 1998.

VIEIRA, Jofre Teófilo. *Uma tragédia em três partes: o motim dos pretos da Laura em 1839*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2010.

XAVIER, Maico Oliveira. *Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 2015.

Anexos

Mapa 1 : Vilas e povoações de índios no Ceará no início do século XIX



Marcações feitas pelo autor, sobre cartografia atual do estado do Ceará disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ceará>

Mapa 2 : A Balaiada nos limites entre CE, PI e MA



Elaboração do mapa: Estêvão Martins Palitot (UFPB)

A Balaiada pela teia da institucionalidade

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Introdução

Na primeira metade do século XIX situa-se o tempo histórico da Balaiada (1838 a 1841), revolta que eclodiu no sertão maranhense. No dizer de Astolfo Serra (1946, p. 148) “foi uma rebelião que originou-se de uma massa agitada e rebelada, um aglutinado inquieto de vaqueiros, artesãos e até abastados fazendeiros”.

A Balaiada compõe, com outras revoltas provinciais que eclodiram na primeira metade do século XIX (Cabanagem, Sabinada, Farroupilha, Praieira), o quadro da situação de antagonismos, desmandos e abusos cometidos pelos que detinham o poder.

Esses movimentos, agitações e revoltas se enquadram no que Nelson Werneck Sodré (1973, p. 145) denominou de crise da regência, “são movimentos que eclodem em diversos pontos do país, estavam ligados à situação econômica do país, que medeia para a vida autônoma sem o mínimo de recursos para atender às suas necessidades”.

Segundo Gonçalves de Magalhães (1848, p. 34),

(...) nada há que espantar nos deva nesta série de rebeliões que desde a época da nossa Independência até hoje tem arrebatado nas províncias do Império. Os povos livres, e os que procuram ser, se removem continuamente, ambiciosos do bem sonhado, e impacientes de que lhes escapa: mas ativa e vertiginosa é sua vida, e sujeita a alterações provenientes do exaltamento das idéias, além de que vivemos em época de transição, em que pensamentos de reforma são os que ocupam o espirito humano.

Frente a este contexto, importa destacar a posição do Maranhão. Essa província, desde a época da Independência, vinha sofrendo convulsões que foram determinadas por crises de ordem econômica, política e social, fato que vem a favorecer um terreno fértil para amplas convulsões sociais, principalmente se levarmos em consideração que aproximadamente metade de sua população era composta de escravos, índios, alforriados e mestiços sem ocupação formal.

Quando da eclosão deste movimento rebelde, a Província do Maranhão, em especial seu interior, vivia uma situação de profunda violência, consequência dos recrutamentos indistintos, prisões indiscriminadas, trabalhos forçados. Como reação, era comum naquele contexto o arrombamento de cadeias, fugas de membros da Guarda Nacional, assassinatos, suicídios e tantas outras formas de reação que a população mais humilde adotava para demonstrar sua insatisfação, seu descontentamento contra todos aqueles que consideravam os culpados de sua situação de opressão.

Todo esse descontentamento fica revelado nas mensagens contidas nos documentos dos rebeldes balaios, possibilitando vislumbrar que na dinâmica do movimento, os rebeldes foram gestando ideias próprias, que extrapolaram os anseios de liberdade, passando a demonstrar posturas políticas, perceptíveis em suas reivindicações e na defesa de posições sociais.

A historiografia consagrou a data 13 de dezembro de 1838 como o início da revolta, quando do arrombamento da cadeia da Vila da Manga pelo vaqueiro Raimundo Gomes, ocasião em que foi lançado o manifesto pelos revoltosos, provavelmente inspirado nas reivindicações dos liberais bem-te-vis. Estas reivindicações constantemente reaparecem na documentação dos rebeldes, adquirindo maior expressividade após a

tomada e ocupação de Caxias, ocasião em que os rebeldes de fato consolidam sua posição ao assumir o poder político e administrativo da cidade.

Considerando que a Balaiada é apontada pela historiografia como o maior movimento de revolta do Maranhão no século XIX, contando com uma grande participação popular, é possível dizer-se que ela representou a confluência de fatores sociais (desrespeito, opressão, exploração e miséria) e de reivindicações políticas de caráter nativista (suspenção da Lei dos Prefeitos e Sub-prefeitos, expulsão do Presidente da Província, expulsão dos portugueses), com especial destaque para uma parcela significativa da população do sertão maranhense, composta de vaqueiros, escravos fugitivos, pequenos artesãos, assaltantes de estradas, agricultores, sem-terra, desertores da Guarda-Nacional, pequenos comerciantes, fazendeiros etc...

Este movimento durou quase três anos, e embora no começo as autoridades provinciais desconhecessem ou procurassem negar a força que os rebeldes representavam, esse quadro se reverteu quando da ocupação da cidade de Caxias e da ameaça de ocupação de São Luís pelas forças balaias, razões que levaram o Governo Regencial a encarar a revolta como uma ameaça vigente à ordem e ao poder, fato que se explica pela vinda de Luís Alves de Lima e Silva, oficial do Exército, nomeado como Presidente e Comandante das Armas. Este militar, utilizando-se de fortes mecanismos de controle e de repressão armada, conseguiu por fim ao movimento.

1. A gestação da Balaiada pela teia da institucionalidade

Dentre os acontecimentos que se apresentam como causas da Balaiada, citam-se a criação da Lei dos Prefeitos (1838), e a lei do Recrutamento, que já entrara em vigor a partir de 1825, na época da

Guerra Cisplatina. Segundo Paulo Pereira de Castro (1972), a Lei dos Prefeitos apoiava-se no Ato Adicional de 1834, que determinava entre suas várias medidas a descentralização do gabinete regencial de Feijó, para instância situada abaixo do regente.

Desde 1837, havia um projeto na Câmara Regencial que visava a uma reforma radical no Ato Adicional de 1834. Era o projeto da Lei da Interpretação, que daria curso ao processo centralizador. A Lei da Interpretação visava promover alterações básicas no Ato Adicional, compatíveis com o novo programa do governo, intitulado "regresso". Essas alterações versavam sobre três pontos básicos, conforme pontua Castro:

1º Retirava às Assembléias Provinciais o poder de definir atribuições aos agentes previstos no Código do Processo; 2º os cargos criados por lei geral e sob responsabilidade do tesouro da União eram retirados da competência das mesmas Assembléias; 3º distinguia-se a política administrativa da política judiciária e subordinava-se essa última ao governo-geral. O efeito dessas alterações foi fundamentalmente transferir para o governo central todo o sistema judicial e policial (CASTRO, 1972, p. 56).

Enquanto no Rio de Janeiro ainda se discutia a Lei da Interpretação, a Assembléia Provincial do Maranhão, adiantando-se às decisões do Senado, discutia a aprovação da Lei dos Prefeitos, visando à criação de chefes fortes nos municípios, subordinados ao presidente da província e à diminuição do poder local. Poucos dias antes da aprovação dessa lei, João Francisco Lisboa, no Jornal *A Crônica Maranhense*, referia-se a ela como onerosa, lembrando que grandes males surgiriam com a sua adoção.

Os prefeitos... esta inútil, dispendiosa e prejudicialíssima instituição, nada menos, podemos contar certo com a sua existência, à vista das bem pronunciadas tendências da maioria da Assembléia, e do encarregado da

administração provincial ... Quantos males nos hão de vir de sua adoção ... Veremos que aqui não só não há bens que compensem o mal da despesa, mas além deste mal há outros superiores. Em nossa opinião a utilidade é nenhuma, mas os danos serão muitos (LISBOA, 1969, p. 148-149).

E, continuando sua análise, Lisboa destaca:

Dirá alguém: os Juizes de Paz têm sido maus, péssimos e perversos. E nós responderemos: seja assim muito embora, nem o queremos contestar; mas os prefeitos serão plasmados do mesmo barro que os Juizes de Paz; brevemente lereis a sua história e vereis cada página manchada com fatos mais monstruosos, filhos da ignorância e da maldade, um luxo de arbitrariedade e perseguição contra os bons, e de inaudita proteção a favor dos maus! ... Eles cumprirão com mais segredo e prontidão as ordens do governo. Sim, sem murmurar antes cheios de júbilo, eles perseguirão a todos quanto a incorrerem no ódio do governo, prenderão ora como desertor ora como recruta, o que atacar a pessoa inviolável e sagrada do Presidente: eles prenderão, com o maior segredo, o cidadão carregado de anos de serviço, e de filhos, ao menor acesso do despota, instigado por ignóbeis intrigantes (LISBOA, 1969, p. 151).

Apesar dos chamamentos do jornalista para o perigo que representava a Lei dos Prefeitos, "cujo projeto ia de encontro aos princípios gerais do direito e um perigo para as liberdades públicas" (LISBOA, 1969, p. 151-152), a lei foi aprovada um mês depois sob o nº 79, em 26 de julho de 1838, no governo do então presidente Vicente Pires de Figueiredo Camargo (1838-1839), passando a instituir os cargos de prefeitos e subprefeitos na província mesmo antes que "a referida discussão da Interpretação do ato chegasse a seu termo na capital do Império" (JANOTTI, 1987, p. 53). A aprovação desta lei no Maranhão sofreu severas ondas de críticas por jornalistas da época e pelos políticos da oposição, que pregavam ser a nova lei mais um instrumento de pressão do governo, uma terrível arma de perseguição e de vinganças.

*Companheiros, enlutai-vos:
Passou a lei dos Prefeitos;
São Comandantes Geraes,
Porém ainda mais perfeitos,
Bem tristes, bem desgraçados
Vão ser os nossos costados!*

*Ferverão rodas de pau,
Gonilhas vão renascer;
Duras Algemas, e cordas
Nossos pulsos vão prender.*

*Bem tristes, bem desgraçados
Vão ser os nossos costados!
Calabouço escuro, e feio,
Pesados troncos, grosseiros,
Prenderão talvez para sempre
Milhares de Brasileiros!*

*Bem tristes, bem desgraçados
Vão ser os nossos costados!*

*Filhos, esposas, e maes,
Chorai nossa triste sorte.
Não sei, se melhor seria
Gozar repentinamente morte!
Bem tristes, bem desgraçados
Vão ser os nossos costados!
(CARVALHO, 1987, p. 19).*

A Lei dos Prefeitos atingiu diretamente alguns chefes poderosos do interior, que exerciam a política local, muitos dos quais faziam oposição ao governo provincial. Essa lei constituiu-se no Maranhão como um duro golpe nas conquistas políticas desse grupo dos liberais do interior da

província, destacando-se a perda das funções do juiz de paz, representante do poder local, que muitas vezes chegava ao cargo pelo voto livre dos seus concidadãos, e nem sempre se submetia aos caprichos desabridos dos presidentes.

Já os prefeitos, ao contrário, eram nomeados pelos presidentes e tinham, segundo João Lisboa, que se submeterem a essas autoridades para executar suas ordens arbitrárias, destacando-se o do recrutamento:

A atribuição especial, e como que exclusiva de recrutar, o arbítrio de dispor da força pública, as honras distintivas de coronel, tudo concorre a dar à autoridade dos prefeitos um caráter militar; e o general Andrea que em matéria de despotismo é uma autoridade tão irrecusável como digna de respeito, declarou na Assembleia Provincial do Pará, alto e bom som, que os prefeitos não eram outra coisa mais do que comandantes militares. Ou capitães-mores, ou comandantes gerais, escolha-se (LISBOA, 1969, p. 151-152).

A Lei dos Prefeitos foi uma das medidas que compunham naquele momento o que se chamava o "regresso", foi um mecanismo institucional que acabou acobertando a retaliação feita pelo poder local. O artigo 2º, da célebre Lei dos Prefeitos, de número 79, estabelecia que:

Os prefeitos serão nomeados pelo Presidente da Província dentre os cidadãos nela residentes, que tenham as qualidades necessárias para o inteiro desempenho de tal emprego, e serão por eles demitidos ou removidos, quando convier o serviço público (apud CARVALHO, 1987, p. 75).

Fazendo jus à autoridade que passaria a exercer, os prefeitos cometiam as maiores atrocidades, ou então faziam vista grossa às mesmas. Muitos foram os crimes políticos cometidos nesse período que ficaram impunes ante a falta de justiça, destacando-se nesse contexto, o de Raimundo Teixeira Mendes, liberal bem-te-vi caxiense.

(...) a morte de Teixeira Mendes foi resultado das ordens e contra ordens do governo, e ao falar das vinganças que S. Exa. reprovou por ocasião do bárbaro atentado acrescenta com uma tranquila ferocidade que os caxienses têm considerado a vingança a primeira nobreza do sentimento do homem, e não duvidam sacrificar-lhe o melhor amigo pela mais leve ofensa!...

Antes de terminar declararemos contudo, primeiramente que os habitantes de Caxias existem num lastimoso estado de consternação e susto, em consequência das invenções de república, e da morte desastrosa de um dos mais ricos e influentes dos seus concidadãos; e em segundo lugar, que o nosso intuito, ao escrever este artigo, foi não somente desagravar os males de um patriota puro, e de um amigo estimável, mas também inspirar a todos o horror do crime, e dos criminosos(...) (LISBOA, 1969, p. 9-10).

Como enfatiza Carlota Carvalho (1924), o atiçamento dos ânimos causado pelo linguajar desabrido da imprensa não apenas atingiu São Luís, mas espalhou-se pelo interior da província, já contaminada pelos ultrajes ali cometidos e pela impunidade reinante.

Para os conservadores, muitos foram os proprietários e fazendeiros que em suas terras se acobertavam nas leis para justificar as suas ações, praticando a justiça como verdadeiros "caudilhos", conforme atesta Gonçalves de Magalhães (1848, p. 267):

Muitos dos Srs. fazendeiros, a imitação dos antigos barões, vivem sem respeito algum ás autoridades, vingando-se por suas mãos de particulares insultos, e acoutam em suas terras os facinorosos que buscam o seu abrigo, e em tudo se prestam ás suas vindictas... Esta é a gente que incitada nos fez a guerra, é ela a que compôs o exercito da rebeldia.

Essa situação intensificou e despertou nos sertanejos maranhenses práticas de resistência. Diante de atos impunes, muitas pessoas passaram a praticar a justiça com as próprias mãos. Temos o exemplo de Manoel Francisco Ferreira dos Anjos, “O Balaio”, considerado “um pacato cidadão”, e que a historiografia consagrou como o “mais terrível de todos

os rebeldes balaios (ALENCASTRE, 1872, p. 423) e, que segundo Magalhães (1848), entrou para o movimento quando teve suas filhas defloradas por um oficial da legalidade, da Vila do Itapecuru, de nome Guimarães.

Balaio, posto que de baixa esfera e pobre, assim ferido na sua honra, jurou lavar com sangue a nódoa de suas filhas; cheio de indignação publicou sua desonra, excitou os ânimos de amigos e conhecidos atraiu gente, e repetia a linguagem dos facciosos, que aqueles homens da legalidade, vendidos aos portugueses, queriam exterminar os de cor; que suas vidas, honra e bens, pátria e liberdade, não tinham outros recursos senão o das armas: e destarte colocou-se Balaio á testa de um enxame de rebelados, e começou a semear por onde passava destruições e mortes (MAGALHÃES, 1848, p. 275).

A exemplo do Balaio, muitos foram os cidadãos, pais de família e trabalhadores que foram vítimas de atrocidades e barbaridades - fosse por maldade, vingança pessoal ou política - cometidas contra eles ou seus familiares, parentes e amigos. Em face destes acontecimentos, era comum no interior do Maranhão (em especial, na zona sertaneja) a reação contra os abusos: militares ou outras autoridades caiam em ciladas, muitas pessoas apareciam mortas, cadeias eram arrombadas para soltar presos, fazendas de poderosos eram saqueadas e queimadas, tudo isto demonstrando a onda de terror, de crimes e a disposição para os combates.

(...) tenho feito vir a V. Ex^a por diferentes vezes as criticas circunstanciais em que me axo por falta de numero suficiente de tropa e ainda agora torno a ponderar a mesma necessidade: o crime continua em progreço; os cremenozos e malfeiteiros.... agora mesmo me consta que Francisco Ferreira, por Antonomásia o Balaio, que tomou o filho recrutado, e que dêo lugar a fuga dos outros recrutas; anda com outros mais, armados saindo em diferentes partes gabando-se que hão de fazer soltar a - recrutas passarem, e que finalmente a

assassinar ao que recrutou o filho... (Ofício do prefeito do Brejo para o presidente Vicente Pires de Camargo, em 12/12/1838).

Este fato evidencia que a rebeldia já existia na província, apenas precisava sedimentar-se, o que aconteceu com o lançamento do manifesto de Raimundo Gomes, lançado em Manga do Iguaçú (hoje Nina Rodrigues).

Das reivindicações contidas no Manifesto da Manga, a que se fazia mais presente nas reivindicações dos sertanejos era a da abolição das leis dos prefeitos e sub-prefeitos, isto porque a figura destas autoridades tinha ligação direta com a questão do recrutamento forçado.

Muitos dos recrutados fugiam e embrenhavam-se nas matas, passando a ser considerados fugitivos da lei; outros juntavam-se aos bandos de desocupados perambulantes, ou ainda revoltavam-se e eram presos. Enfim, o recrutamento militar forçado criou na população humilde um sentimento de ódio contra as autoridades, vistas como culpadas por sua situação.

A hum anno e sinco q' nno foi apresentado humas proclamação tiradas pelos decretos vindas das Cortes do Rio de Janeiro p^a todos Brasilieros a manter acrouâ do noço I.P. Sr D. pedro 2º... pegarem em armas p^a ajudar a defender a sua casa. Deliberamos nos a pegar em armas em defensa do N.I.P. O. S. r D. pedro 2º da Constituição e da ST^a Religião contra os cabanos a fim de botarmos ás leis dos prefeitos e subprefeitos e comercarios [sic] abaxo ficando em vigor as leis gerais e as provincias as q' não forem de encontro a Constituição do Imperio... (Documento assinado por vários rebeldes e enviados a Legalidade em 26/09/1840).

Os rebeldes diziam encontrar-se em desespero diante dos males e flagelos pelos quais passavam, tendo como única saída lançar mão das armas para a defesa dos seus direitos.

O povo pequeno vendoce destituido e desesperado de tantos malles e fragello sem puderem dar remédio buscarão mão de armas para defender o seu direito e as suas vidas e sustentar a Constituição do Império... Senhores tenhão compaixão do Brasil o povo desesperado de tantos malles e fragellos ja se tendo liberado a não deixar um só português nesta província e também de perderem suas vidas uma vez que não se firmace a Ley da Constituição igualmente que todos senhor nos queremos a união de nossos Patrícios queremos obedecer o nosso presidente da província huma vez que seja brasileiro e amante da Pátria queremos obedecer as autoridades huma vez que se firme a Ley da Constituição com todos seus artigos e todos seus paragrafos (Proclamação dos rebeldes, de 15/05/1840).

Que males e flagelos eram esses, que obrigaram esse povo que se dizia “pequeno” a lutar com armas, como sendo o último recurso do qual se valiam para a defesa de suas vidas, de seus direitos, pela liberdade, pela igualdade e pela União?

Nós pequenos nesta cauza por já não nos atrever com tantos malles e fragelos que se via o povo atacado, os comiçarios inpondo ordem de matar como se matou a muitos sem culpa alguma otros athe... semanas e mezes enquanto...sem cauza nenhuma legal de processos sendo para bem se vingarem de suas paixões... (Proclamação dos rebeldes em nome do povo, 1840).

Para essa grande parcela da população maranhense, os males e flagelos vinham dos recrutamentos e das mortes indiscriminadas, da falta de respeito às leis demonstrada pelas autoridades, prefeitos, subprefeitos e comissários. O povo justificava sua luta considerado-a justa diante das injustiças praticadas. Sobre a questão do recrutamento, é sabido que se tornara uma prática constante e intensa, determinada pela Regência em nome do imperador, como medida para manter a defesa, a integridade e a

segurança do Império. Muitas eram as exigências neste sentido, feitas pelas autoridades do reino.

Em cumprimento da Lei de 16 de outubro de 1837, solicito o recrutamento de jovens rapazes de 14 a 17 anos, que não tiverem ofício ou ocupação útil... para as Companhias fixes de marinheiros... encajamento em nossa Marinha de Guerra para a formação de hábeis marinheiros nacionais para a defesa e integridade e segurança do Império. (Circular n. 47, do Presidente da Província os Prefeitos, 15/06/1839).

João Lisboa afirmou que a atuação de alguns prefeitos era de perseguição a certas autoridades, ou porque as consideravam prejudiciais ou suspeitas.

(...) outros aconselham ao governo com admirável sangue frio que mande recurtar para a grumete um cidadão pacífico, estabelecido com negócio vereador da câmara, porque só assim nos poderemos livrar de um mulato tão prejudicial; outro finalmente assevera que só por falta de forças não prendeu um juiz de paz, contra quem apenas tinha algumas suspeitas! E em tudo isto o que é mais notar é o silêncio de S. Exa... Seria duro na verdade que a tranquilidade que goza o Maranhão a mais de 6 anos, houvesse de agora ser perturbada pelos despotismos e imprudências de alguns baixás de calda curta(...)(LISBOA, 1969, p. 3-4).

Segundo Astolfo Serra (1946), foram os atos praticados pelos prefeitos que fizeram surgir a Balaiada.

Os efeitos não se fizeram esperar aquelas centenas de tiranetes “vestidos de farda verde comprida”, semearam pelos pontos mais afastados da província terror e desordem. O ódio antigo aumentou e a poderosa energia que brota da alma do povo nas suas grandes horas de desespere, e que através dos tempos e dos séculos sempre se manifestou contra todas as fórmulas de tirania vingadora e indomável sacudiu também os rincões mais afastados do Maranhão e, congregando forças heterogêneas, fundindo almas rudes e

primitivas despejou... a avalanche de ódio e sangue de vingança e terror, que se acumulavam brutais e impetuosas na rebentina sertaneja da Vila da Manga (SERRA, 1946, p.128).

O ato de rebelar-se era prática corrente no interior, e mesmo antes de Raimundo Gomes, outros indivíduos rebelaram-se, arrombaram cadeias e soltaram presos, principalmente em consequência do recrutamento forçado.

Ribeiro do Amaral (1900) procurou visualizar bem a situação de insatisfação em que se encontravam muitas pessoas do interior da província, principalmente os bem-te-vis:

(...) Despotismo autoritário, prisões sem crime algum, trabalhos forçados, como a capina das ruas, infligidos a bemtevis de destaque social para humilhá-los; violências, injustiças, irresponsabilidade dos depositários do poder, assassinatos, recrutamento permanente, em princípio, para a guerra da Cisplatina por fim usado como instrumento de perseguição, extorções do fisco, impunidades e acatamento oficial aos assassinos de Caxias e de outros municípios, os quais eram chefes governistas e matavam para se fazerem temer e suprimir bemtevis ousados (AMARAL, 1900, p. 35-36).

Foi nesse contexto de insatisfação que eclodiu a revolta da Balaiada, comandada por homens provenientes das mais diversas categorias sociais, compondo um grupo diversificado e difuso contra as autoridades constituídas. Essa rebeldia foi jogando na corrente da luta cafuzos, crioulos, vaqueiros, aquilombados, mulatos, pretos, desertores, vagabundos, comerciantes, fazendeiros, autoridades e militares que, vítimas de tantas maldades, transformaram sua dor em ódio contra tudo aquilo que para eles representava o excesso de poder e a falta de respeito às suas liberdades individuais e igualdade de direitos.

Existe toda uma discussão de que os rebeldes balaios tinham vinculação com o grupo político liberal, por conta da natureza de seus documentos que faziam exigências defendidas por esses políticos. Embora possa ter havido um certo tipo de relacionamento entre indivíduos pertencentes aos dois grupos, consideramos que os rebeldes tinham motivos determinados pela sua própria condição existencial, o que torna difícil perceber o que se passava pela mentalidade dessa gente sertaneja a essa altura do século XIX. Procurar entender o que se passava no universo mental dos rebeldes balaios é um grande desafio, provavelmente o mesmo que foi sentido por Carlos Guilherme Mota (1972, p. 71) em relação aos revolucionários de 1817. “A grande maioria da população que se viu engrenada na “Revolução” não dispunha de recursos suficientes – intelectuais e materiais – para entender e participar de maneira consciente”.

Nesse sentido, buscamos por intermédio de termos ou expressões rústicas empregadas pelos rebeldes em seus documentos, pistas que possibilitassem compreender suas especulações e suas visões de mundo. Não são poucas as dificuldades a enfrentar para escrever a história sob a ótica dos balaios, especialmente considerando que a maioria dos rebeldes era analfabeta e existem poucos registros atribuídos à autoria destes.

O movimento da Balaiaada foi permeado por muitas ideias políticas e sociais. De um lado estavam presentes as concepções formuladas racionalmente pelos liberais na defesa da monarquia constitucional: o respeito e a obediência às leis. Estas ideias constituíram-se na bandeira da elite liberal, que de forma conservadora fazia a defesa da situação naquele momento. Do outro lado, estavam presentes ideias mais democratizantes, de liberdade, respeito e igualdade, heranças provavelmente trazidas por alguns remanescentes da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador. Completando este quadro, ainda se fazia bem

forte o velho rancor nativista dos brasileiros contra os portugueses, resquícios das lutas pela Independência, que na região sertaneja tiveram papel de destaque.

Como já foi dito, chegar ao entendimento de como essas idéias surgiram e foram entendidas pelos balaios constitui-se um sério problema, principalmente se considerarmos que a maior parte do acervo da Balaiada provém de fontes oficiais, escritas pelos agentes da repressão, o que de certa forma condiciona o tipo de informação disponível.

Entretanto, a pouca quantidade de documentos deixados pelos rebeldes - se comparado com os da oficialidade -, foi o instrumento básico para a análise das ideias e do papel que os rebeldes desempenharam no movimento.

Partindo do estudo da linguagem, do vocabulário e das ideias contidas nos documentos, foi possível perceber qual a visão de mundo presente nas mensagens, que razões impulsionaram os balaios a lutar, e quais as ideias e as posturas adotadas nessa luta. A documentação dos rebeldes compreende proclamações, ofícios, atas e cartas.

O primeiro manifesto dos rebeldes balaios foi lançado em 14 de dezembro de 1838, é um documento que apresenta um teor de caráter político, cujos objetivos deixam explícitas reivindicações liberais, embora também contenha algumas de cunho nacionalista, como a expulsão dos portugueses:

Como me acho nesta Vila com a reunião de Povos e bem do sossego Públco como consta dos artigos seguintes. 1. - Que seja sustentada a Constituição e garantia dos Cidadãos, 2º - Que seja demitido o Presidente, 3º - Que sejam abolidos os Prefeitos, sub-prefeitos e Comissários somente em vigor as Leis Gerais das províncias, que não forem de encontro a Constituição do Império, 4º - Que sejam expulsados dos empregos os Portugueses e despejarem a

província dentro em 18 dias, com exceção dos casados com famílias brasileiras, e os velhos de 60 anos para cima.

Raimundo Gomes Vieira, Comandante da Força Armada. (Apud LISBOA, 1969, p. 9).

A análise da escrita do manifesto, nos fez perceber elementos da insatisfação dos liberais maranhenses, naquele momento alijados do poder político. O primeiro e o segundo artigos, referem-se à sustentação da Constituição e à garantia dos cidadãos, o que era voz geral na chamada “oposição liberal”, descontente com a administração do presidente e autoridades cabanas; o terceiro artigo, mais específico, fala da abolição das leis dos prefeitos, sub-prefeitos e comissários, trata da ordem política e administrativa do interior da província com um cuidado maior e coincide com o que era preconizado pelos liberais (*bem-te-vis*), que se sentiam prejudicados por estas leis, bem como por uma parcela significativa da camada pobre da população (a maior vítima das arbitrariedades cometidas em nome dessas leis pelas autoridades constituídas); o quarto artigo, que trata da expulsão dos portugueses, traz à tona a velha pendência entre brasileiros e portugueses, com argumentos da velha luta nacionalista advindos da época da Independência.

Este manifesto procura demonstrar que os sertanejos rebeldes fizeram uso da voz corrente dos liberais, *bem-te-vis*, e lançaram suas reivindicações. É um documento com uma ordem de exigências políticas, cujo escopo era a Província.

Sobre este manifesto existem dúvidas quanto à verdadeira autoria da sua redação, ou seja, se teria sido obra exclusivamente de Raimundo Gomes e seu grupo, ou se haveria, por trás deste, a participação de políticos *bem-te-vis*, que mantiveram erros na grafia para encobrir os verdadeiros autores.

Em relação aos objetivos da revolta, é importante ressaltar que à medida que o movimento avançava os rebeldes iam tendo maior clareza sobre as reivindicações da luta, o que ocorreu mais especificamente após a tomada da cidade de Caxias, em 1º de julho de 1839, quando a revolta adquiriu mais força e maior dimensão. Foi o momento em que os rebeldes sentiram a força de seu poder a ponto de impor condições ao governo, conforme atesta Astolfo Serra.

A tomada de Caxias pelos balaios foi o sopro vitalizador da política assoberbante, agindo e atuando sobre o levante. Aquela massa de sertanejos tomam uma atitude no cenário político (...). Num ultimato de exigências impostas ao governo (SERRA, 1946, p. 222).

Da cidade de Caxias os rebeldes encaminharam suas exigências ao presidente da província.

(...) 2º - O Conselho Militar declara que o povo e a tropa, que se acha reunido e se conserva com as armas na mão; não tem outro fim mais que pedir ao Exmº. Snr. Presidente da Província a abrogação das Leis Provincias que criaram as Prefeituras, a que ofenderam a Lei Geral sobre a organização de uma guarda nacional, além dos artigos seguintes (...) (SERRA, 1946, p. 227).

Na proclamação lançada pelos rebeldes em nome do povo é possível constatar que para eles a aprovação das leis de prefeitos, sub-prefeitos e comissários representava o regresso da lei. “Estes prefeitos, subprefeitos e comissários que querem o regresso da lei... que compram votos para se o partido...”. E para demonstrar o significado desse regresso, baseando-se na Constituição, apontavam como funcionava o sistema de recrutamento: “Como podemos aprovar os prefeitos expandidos ordem de recrutarem solteiros e caçados, moços e velhos, ora senhores digão isto e ley Constituição(...)”. Para os rebeldes, a falta de justiça e a forma de agir das

autoridades era um ultraje à Nação, e isto significava que as autoridades agiam daquela forma para se vingarem em nome dos portugueses. “Querem ultrajar a nação será só para vingar os portugueses... os comissários impondo ordem de matar como se matou muitos sem culpa algumas (...) até sem legal processo para se vingarem de suas paixões(...)(Proclamação dos Rebeldes em nome do Povo, 1840).

São falas em que os rebeldes ressaltam a falta de justiça, os abusos cometidos pelas autoridades, o tratamento desigual e a falta de cumprimento da lei - a Constituição. Apesar de a grafia dos rebeldes demonstrar o pouco trato com a comunicação escrita, as ideias contidas nas mensagens deixam claro que os fatores que os moveram à luta não estão fora da esfera do que era defendido pelos liberais: a defesa da Constituição e a crítica severa aos abusos e arbitrariedades praticadas pelas autoridades em nome das leis.

Este documento inclui outros aspectos, como a existência do comportamento nacionalista, explicado pela lusofobia - e o ódio renhido aos portugueses: “(...) bem lembrem-se q’he a nação Lusitana que são nossos inimigos por toda a vida que nos desejam ver mutº hum com outros i qui deste se requisição para ficamos mais fracos Brasileiros”. Mais adiante no documento, os rebeldes apresentam uma contestação à ordem social, demonstrando que o racismo se fazia presente na sociedade brasileira: “(...) digam senhores estes homens de cor por ventura pegarão a cor deles nos Brancos; estes homens de cor por ventura não serão filhos de Deos...”.

Esta proclamação dos rebeldes, ao tratar da questão racial, não esclarece quem seriam esses homens de cor, se seriam somente os mestiços, mulatos e caboclos ou se aqui já estavam também inclusos os negros livres e escravos. Isto é até possível, levando-se em consideração

que o documento foi lançado em 1840, ocasião em que muitos negros sublevados já haviam se unido aos rebeldes balaios.

Embora reconheçamos que esta é uma lacuna não esclarecida no documento, isto não nos impede de inferir que os rebeldes destacam falta de justiça como algo patente nessa sociedade, principalmente contra os não brancos, que não tinham a pela alva. E que essa falta de justiça acabava por prejudicar direitos individuais de cada ser humano; sua vida e liberdade: “(...) ora brasileiro obrem com mais justiça pensão para que esta dividição e esta desunião só porque têm a pele alva querem roubar o direito que cada um tem em si que lei divina e humana...” (Proclamação dos Rebeldes em nome do Povo, 1840).

Os rebeldes revelavam também que conheciam a importância do papel dos homens de cor para o desenvolvimento da Nação, e a dependência dos brancos em relação ao seu trabalho: (...) bem se lembrem que este nosso povo de cor é que é as forças do Brasil e que eles acabados que os Brancos tendem levar o mesmo fim (...) bem se lembrem esta terra devastada que outra qualquer nação a toma com a mais facilidade possível...”. São falas reveladoras de que a visão de mundo dos rebeldes abrangia questões de desenvolvimento econômico, como dependência do braço dos homens de cor, necessidade de segurança do País e união das raças.

O documento revela ainda o grande valor dado à religião e à Providência Divina, bem como à fidelidade à Constituição do Império e a D. Pedro II. (...) sustentamos a Santa Religião sustentamos a Constituição do Império e o amor da Pátria e do nosso Imperador o Sr. Dom Pedro 2º (...). A crença em Deus e na religião é aspecto sempre presente na documentação dos rebeldes, mesmo naqueles em que se percebe dissensões de qualquer natureza. A religião fazia parte da vida do sertanejo, exercendo forte influência sobre ele.

Também o valor da palavra empenhada era um aspecto bastante respeitado pelos rebeldes, "(...) eu acho-me com huma grande força a frente das forças de V. S", e esperanço D. S e Nossa Mãe Maria santíssima que nós havemos de reunir protesto com palavra de honra que não há de haver insulto nem roubo(...) Ds. Ge. a Vs^a Pr. Ms. Ans" (Ofício de Raimundo Gomes Jutahy para o comandante de uma força Bem-te-vi, Senhor Augusto Rocha, em 10/11/1840).

A linguagem dos rebeldes denota que eles haviam assimilado as ideias e reivindicações que os liberais vinham defendendo nesse período; assim, não há por que estranhar a defesa do cumprimento da Constituição e de liberdades, além naturalmente da defesa da Monarquia Constitucional e da figura do imperador D. Pedro II.

Embora os rebeldes tenham, coincidentemente ou não, utilizado a linguagem dos liberais, percebe-se que à medida que o movimento avançava, os documentos iam revelando um certo nível de amadurecimento acerca da dimensão dos objetivos da luta. Eles já não se limitavam somente a defesa do ideário liberal, não obstante a tônica continuasse a mesma: a defesa constitucional; mas foram introduzindo em seus documentos novas palavras e expressões de cunho político, nacional e social. É comum nos deparamos com expressões como “nossa pátria”, “amor à pátria”, “os nacionais do País”, “declaração da vontade do povo”, “irmão brasileiro”, “brasileiros pobres”, “homens de cor”, “cidadãos”.

Como he dos meus deveres comunicar-me com os Brazileiros amantes da crôa do nosso Imperador o Sr. D. Pedro segundo e da religião e dos q' sabem qual hé o amor a Pátria é o nosso irmão Brasileiro e obedecemos o nosso Imperador s Sr. D. Pedro Segundo fasso a saber que Vs^a q' me acho neste ponto da Velha São Miguel de Marchá p^a Villa do rosário onde hé o acampamento de V.S^a, e espero em como bom Brazileiro que somos ... Não hé de bem q' disgrasimos a nossa Pátria pella pátria alheia... trago os melhores

oficiais p^a me ajudarem a batter o desputismo e V.S^a fará ver Brazileiros amantes do nosso Sagrado Partido. Ds. Ge. A VS^a Ms. Ans. Em Marcha 10 de Novembro de 1840 (Correspondência de Raimundo Gomes Vieira Jutay para o Sr. Augusto Rocha, major comandante de sua Força, 1840).

Na ordem destes acontecimentos importa salientar que os balaios, além de demonstraram uma insatisfação social, política e econômica, demonstraram também o que é considerado “uma nacionalidade intransigente”, bem como propugnavam por princípios igualitários e defendiam ideias de liberdade.

Esse nível de insatisfação da população mais simples passou a ser interpretado pelos dirigentes da sociedade e pelos mais poderosos como ofensivos e atentatórios à segurança da Nação e dos poderosos. Não admitiam que pessoas mais humildes da população pudessem agir com tanto discernimento, o que justificava o fato de procurarem canalizar para fora dessa camada a responsabilidade por essas ideias.

Considerações Finais

O século XX em suas últimas décadas foi marcado por um debate bastante profícuo no campo da história social, a intenção era trazer para o contexto da história sujeitos sociais até então excluídos. A percepção desta concepção visava romper com a história tradicional e conservadora que prevaleceu no século XIX e se estendeu até a metade do século XX.

As novas abordagens do campo da história buscam resgatar temas sociais, a exemplo da Balaiada, que nas últimas décadas século XX e início do século XXI vem sendo revisitada. Vale ressaltar que nesse contexto, esse movimento tem sido alvo de apropriações em seu simbolismo rebelde, por grupos e lideranças de movimentos sociais e políticos que de forma “singular” buscam estabelecer as interfaces com o movimento da Balaiada ocorrida no século XIX.

Não obstante a Balaiada apresentar uma composição social heterogênea, isto não descaracterizou seu aspecto popular, em virtude da procedência da maior parte de seus membros e da origem dos seus principais líderes. Os rebeldes, na sua maioria, pertenciam à mais humilde das camadas sociais: eram lavradores, vaqueiros, agregados, artesãos, desertores, e indivíduos desocupados. Estes foram justamente os mais injustiçados, e pela própria condição de miséria em que viviam, foram as maiores vítimas das arbitrariedades e das impunidades. Por isso entendemos que a Balaiada, enquanto movimento de revolta, foi uma resposta à violência e à opressão do momento.

Surgida no ciclo da Regência, a Balaiada desenvolveu-se com características próprias decorrentes de fatores que se constituíram nas causas imediatas para a sua eclosão: o despotismo das autoridades, a falta de cumprimento das leis, a criação de leis arbitrárias (Lei dos Prefeitos e Subprefeitos e o Recrutamento forçado), além da terrível situação de insegurança e miséria em que se encontrava a maioria da população maranhense.

De um episódio até certo ponto comum, no sertão do Maranhão, como o arrombamento de cadeias, desembocou a Balaiada, movimento que aos poucos foi adquirindo força e expressividade, não só pelo grande número de rebeldes envolvidos, mas também pela dimensão política das reivindicações, que se constituíram em ameaças aos poderosos e autoridades. No bojo dessas reivindicações estavam as ideias oriundas de concepções que, grosso modo, chegavam a ser contraditórias. Os rebeldes faziam em seus documentos exigências que também eram defendidas pelos liberais bem-te-vis: a defesa da Monarquia Constitucional, o respeito e a obediência às leis, mas, ao mesmo tempo, defendiam ideias democratizantes de liberdade, respeito e igualdade, e ideias nativistas, como a expulsão dos portugueses. Essas ideias contraditórias até certo

ponto se davam em razão do caráter heterogêneo da composição social do movimento.

A repressão pelo poder das armas foi o fator decisivo para a derrota da Balaiada, porém outros fatores também contribuíram para essa derrota: a desunião, que fragilizou e dividiu os rebeldes, a traição dos companheiros, que foram cooptados pela legalidade; o abandono da revolta em virtude da maioridade do imperador, quando então se entregaram vários rebeldes graças à lei da anistia, e finalmente, a fome e as doenças.

A Balaiada, portanto, foi um movimento de revolta de caráter popular, e dada a heterogeneidade de seus componentes foi marcada pela pluralidade de características contraditórias e diversificadas, cujos matizes são definidores de sua natureza sertaneja. A Balaiada representou a confluência de fatores sociais (desrespeito, opressão, exploração e miséria) e de reivindicações políticas de caráter variado, político-institucional, ou nativistas (suspensão da Lei dos Prefeitos e Subprefeitos, expulsão do presidente da província, expulsão dos portugueses) por uma parcela significativa da população do sertão maranhense, composta de vaqueiros, escravos fugitivos, pequenos artesãos, assaltantes de estrada, agricultores, sem-terra, desertores da Guarda-Nacional, políticos, pequenos comerciantes, fazendeiros, etc. Toda essa complexidade talvez justifique a atualidade do tema, sempre tão intrigante e ao mesmo tempo instigante.

Esse movimento se justifica com sendo um precursor para outros movimentos de rebeldias posteriores no contexto social e político do Maranhão.

Referências

ABRANCHES, Dunshee de. *A Esfinge de Grajaú*. 2. ed. São Luís: Alumar, 1993. (Coleção Documentos Maranhenses)

ABRANCHES, Dunshee de. *O Cativeiro*. 2. ed. São Luís: ALUMAR, 1992. (Coleção Documentos Maranhenses)

ALENCASTRE, José M. Pereira de. "Notas diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias de Maranhão, Piauhy e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840, 1841. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*, 1872, vol. XXXV, parte II, pp. 421-479.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. Memórias da Balaiada. Introdução do Relato de Gonçalves de Magalhães. In: *Revista do CEBRAP*, nº 23. 989, pp. 7-13.

AMARAL, José Ribeiro do. *Apontamentos para a história da revolução da Balaiada na província do Maranhão*. São Luís: Typ Teixeira 1898-1900 e 1906. 3v.

ARENDT, Hanna. "Ação". In: _____. A Condição Humana. 8^a ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

ASSUNÇÃO, Matthias R. *A Guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na Memória Oral*. São Luís - MA: Ed. IPES, 1983.

BERREDO, Bernardo Pereira. *Anais Históricos do Estado do Maranhão*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Tipo Editor Ltda, 1988. (Documentos Maranhenses).

BORGES, Vavy Pacheco. "História e Política: Laços Permanentes". São Paulo, *Revista Brasileira de História*, 1992, vol. 12, nº 23/24, pp.7-18.

CASTRO, Paulo Pereira. "A Experiência Republicana, 1831-1840"; "Política e Administração de 1840-1848". In. CARDOSO, Fernando Henrique (Org). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Dispersão e Unidade*. 6.ed. São Paulo: Difel, 1972, Tomo 2, vol. 2.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão*. Rio de Janeiro: Empresa de Obras Científicas e Literárias, 1924.

CORRÊA, Viriato. *A Balaiada. Romance histórico*. São Luís: EDUFMA, 1993.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e Bem-te-vis: a Guerrilha Sertaneja*. Teresina - PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FAZOLLI, Arnaldo. *O Período Regencial*. São Paulo: Ática, 1996.

KIDDER, Daniel. *Reminiscências de Viagem e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 148-155.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções-1789-1848*. 8^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. *Rebeldes Primitivos*. São Paulo: Zahar Editores, 1970.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mónaco. *A Balaiada*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. (Coleção Tudo é História).

LIMA, Carlos. *História do Maranhão*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1981.

LISBOA, João Francisco. A Crônica Maranhense. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional do Museu Histórico Nacional. Estudos e Documentos IU, 1969, 1^a e 2^a parte.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*, n° 10, 1848, pp. 217-362.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: DASP - Imprensa Nacional, 1960.

_____. *História da Independência do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1972.

MORAIS, José Nascimento (Org.) *O Bemtevi. Estevão Rafael de Carvalho*. São Luís; Editora Gráfica Diário do Norte (edição fac-similar), 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. *O Nordeste 1917: estruturas e argumentos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

OTÁVIO, Rodrigo. *A Balaiada, 1839: depoimento de um dos heróis do Cercado de Caxias sobre a Revolução dos Balaios*. 2^a ed. São Luís: EDUFMA, 1995 (Série Memória e Gente).

SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1946.

SODRÉ, Nelson Wemeck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____. *As Razões da Independência*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Astolfo Serra: o que disse e o porquê, acerca da Balaiada!

Josenildo de Jesus Pereira

Considerações iniciais

A “Balaiada” (1839 – 1841) ainda hoje instiga historiadores a investigá-la com o objetivo de melhor compreendê-la em suas determinações, desenvolvimento e fim. O que já se sabe a respeito vem de memórias produzidas no tempo de sua ocorrência; mas, também, de interpretações dos que a estudaram. Assim sendo, não é demais salientar que as memórias e as interpretações são sempre urdidas a partir de filtros políticos e ideológicos, bem como da perspectiva teórico-metodológica de seus intérpretes que lhes conferem sentidos e instituem uma historiografia do tema pautando, inclusive, o nosso conhecimento acerca do mesmo. A respeito desta questão, CERTEAU (2012, p.66) sublinha que,

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscreto por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letRADOS, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

Sob esta perspectiva, se revisitou a escrita de Astolfo Serra acerca da “Balaiada” tendo por pressuposto que a mesma está inserida na trama contida na relação entre a Memória, a História e o Esquecimento que Paul

Ricoeur nos instiga a refletir (RICOEUR, 2007). Daí, a importância e a necessidade de se revisitar esses estudos a fim de lhes apreender em sua urdida teórico-metodológica; mas, sobretudo, quanto as implicações político-ideológicas contida em suas teses elaboradas acerca dos eventos e dos protagonistas dos mesmos.

Em relação a Balaiada, nos interessa estudar o que escreveu Astolfo Serra - padre, político e militante, tendo por base o método da análise do discurso na perspectiva de Mikhail Bakthin, para o qual

O discurso escrito é de certa maneira parte integrante de um discursão ideológica em grande escala : ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política) (BAKTHIN, 2002, p. 123).

A obra de referência é *A BALAIADA, 2ª edição revista e atualizada por Sebastião Moreira Duarte*, publicada pelo Instituto Geia em 2008.

Neste capítulo se quer responder as seguintes questões: o seu objeto de estudo; a sua base documental, o referencial teórico-metodológico que usou para construir a sua análise, narrativa e tese, na qual apresenta os significados atribuídos aos sujeitos sociais estudados no contexto e dinâmica da “Balaiada”. Com este procedimento, se objetiva compreender o que Astolfo Serra disse e porque acerca deste amplo movimento social ocorrido da sociedade escravista do Maranhão provincial, nos marcos temporais das décadas de 1830 e 1840, tempo no qual foram sendo demarcados os contornos políticos e sociais do Estado nacional braileiro.

A partir deste intinerário de reflexão se quer responder, também, às seguintes questões – Astolfo Serra se deixou dominar pelas representações de protagonistas de memórias – *documentos oficiais e discursos*

jornalisticos, sobretudo - acerca de grandes proprietários de terras e escravos, comerciantes do setor importador/exportador; escravos e trabalhadores livres dentre os quais, os sertanejos, que deram materialidade a este amplo e diversificado movimento social, bem como, por aqueles que escreveram a respeito deste, antes dele, ou nos apresenta uma tese diferenciada e por que?

Não é demais lembrar o que disse *Gonçalves de Magalhães*, secretário do coronel Luis Alves de Lima e Silva, e integrante da elite letrada acerca de um dos segmentos sociais protagonista da “Balaiada” – vaqueiros e escravos nomeando-os de “rebeldes”. Para ele, esses,

(...) não aspiravam à glória dos combates, e sim à vantagem na rapina, prontos se deslocavam em face de arriscadas empresas; e como nenhuma inteligência entre eles se movesse, nem plano político bem concebido tivessem, andavam devastando tudo como quadrilhas de bárbaros salteadores (...) (MAGALHÃES, 1848, p.29)

No final do século XIX, veio a público, a obra *APONTAMENTOS para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão* (1898) escrita por *José Ribeiro do Amaral*, abrindo caminho para a constituição da historiografia da “Balaiada” no Maranhão, no campo profissional da ciência História, e, por isso mesmo, se tornando em leitura obrigatória para os que se interessam em compreender e escrever a respeito deste evento.

Ao dirigir-se ao público leitor da época, Jose Ribeiro do Amaral se referindo ao que fez e como fez disse sentir-se “animado apenas do justo desejo de levar a minha tosca pedra para o engrandecimento do edifício da história pátria” procedendo a reunião e coleção de tudo que havia sido “dito ou escrito sobre tão importante assunto”. (AMARAL, 1898, p. 5)

A partir deste propósito, ele consultou diversos jornais constituintes da *imprensa periódica local*; *Memórias* de sujeitos que vivenciaram o contexto da “Balaiada; *Correspondências Oficiais* referente à época da Balaiada, tal como: ofícios trocados entre o governo geral e os presidentes, e entre estes e os diversos comandantes de colunas, e batalhões, expedições, partidos, pontos fortificados, etc e as autoridades de províncias; proclamações, ordens do dia, e, como sublinha, sobretudo as do tempo do coronel Luís Alves de Lima e Silva. Mas, também, os ofícios e requisições dos que nomeou por “chefes rebeldes”; *Cartas* do major Feliciano Antonio Falcão dirigidas a sua irmã D. Carlota Altina Falcão.

Em relação aos jornais vale destacar os seguintes: o jornal *Chronica Maranhense* (1838-1841), do jornalista João Francisco Lisboa. Este jornal, segundo Jose Ribeiro do Amaral era o “registro vivo, fiel, e completo”, de toda a vida política, administrativa, comercial e econômica deste recorte temporal. Os jornais – *O Investigador Maranhense*, *O Investigador Constitucional*, e *A Revista* porque apoiavam o partido Cabano. O jornal *O Publicador Maranhense* porque publicava os atos do governo; *O Bentivi* (1838) do jornalista Estevam Raphael de Carvalho, porque fazia oposição ao presidente da província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo.

Em se tratando de *Memórias da Balaiada*, vale destacar que o referido autor utilizou a que escreveu *José Gonçalves de Magalhães*, secretário do coronel Luiz Alves de Lima e Silva – *A Revolução da Provincia do Maranhão, desde 1839 até 1840: Memória Histórica e Documentada*. Para José Ribeiro do Amaral, tratava-se de uma “obra muito fiel e verdadeira, quando se limitava à simples exposição ou narração dos acontecimentos que se desenrolaram então na província”. (AMARAL, 1898, p. 6)

Em relação a este aporte documental, a despeito das concepções políticas e ideológicas de seus protagonistas, Jose Ribeiro do Amaral sublinhou o seguinte:

São estas fontes em que fui beber inspirações para o meu trabalho, fontes autenticas, e portanto, a meu ver, insuspeitas; entretanto, como é possível que delas me não tivesse sabido utilizar com inteiro proveito para a historia pátria, sendo meu único fim apurar a verdade, eu o submeto desde já ao juízo dos entendidos, pedindo e aceitando de boa mente toda e qualquer retificação com que o queiram por ventura honrar (AMARAL, 1898, p. 7).

A obra está dividida em três partes. A primeira, conforme sublinha, corresponde a uma “retrospectiva sobre os últimos tempos do governo de Francisco Bibiano de Castro, e toda a administração de Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo”, ou seja, a conjuntura social e política da província entre novembro de 1837 e fevereiro de 1839. A segunda, corresponde ao tempo da administração de Manoel Felizardo de Souza e Mello, isto é, o período compreendido entre mês março de 1839 e fevereiro de 1840. A terceira é relativa ao período de governo do coronel Luís Alves de Lima e Silva. (AMARAL, 1898, p. 8).

O jornalista João Francisco Lisboa lhe serviu de lente para « ler » a história da « Balaiada », pois, o considerava como « O ilustrre jornalista maranhense, com espirito superior que acompanha os videntes, viu ao longe os primeiros prenúncios da revolução; em frases energicas e incisivas, repassadas do mais puro patriotismo ». (AMARAL, 1898, p. 9) Por isso, a primeira parte do livro lhe foi dedicada “como homenagem de mais profundo respeito e admiração » por considerá-lo como “O Jornalista e Historiador Insigne » (AMARAL, 1898, p. 8).

Mas, é preciso salientar que o referido homenagedo foi um critico de sertanejos e escravos protagonistas da « Balaiada » nomeando a sua mobilização de « desordens » ; « um obscuro movimento », « uma revolta », um « espirito anárquico » e os seus protagonistas como « rebeldes, plebe ignorant ; inimigo comum, bando sedioso, quadrilha de salteadores, ladrões, hordas desenfreadas » que «uniam a maior audácia

em violar a liberdade individual de cidadãos inermes e pacíficos em ataques à propriedade » (Apud. PEREIRA, 2019, p.175 In : SILVA, et alli, 2019)

O modo como *José Ribeiro do Amaral* se refere ao sentido das fontes escritas, no contexto do ofício do historiador, para oferecer ao público leitor a verdade histórica, sugere que o mesmo desenvolveu o seu estudo referente a “Balaiada” conforme os marcos teóricos e metodológicos da historiografia positivista. Ao se referirem aos seus procedimento Azevedo & Stamatto destacam que,

De acordo com o pensamento positivista, o historiador deve ser imparcial inexistindo interdependência entre ele e o seu objeto; a história existe em si, objetivamente e se oferece através dos documentos; os fatos devem ser extraídos dos documentos rigorosamente criticados interna e externamente e organizados em sequência cronológica. (AZEVEDO & SAMATTO, 2010, p.10).

José Ribeiro do Amaral inspirado na interpretação de João Francisco Lisboa, nomeou de «Revolução» os acontecimentos ocorridos na província do Maranhão, a partir da Vila Manga, termo Guará, desde o 13 de dezembro de 1838, no tempo de governo do presidente Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, ou seja, a « Balaiada ». Mas, com o sentido de « desordem tendo por chefe um certo Raimundo Gomes » (AMARAL, 1898, p. 11). Por isso, ele, de posse de seu método e convicto de estar contando a « verdade histórica » disse que a « Balaiada » foi uma

malfada revolução que, havendo começado a princípio por um insignificante movimento na villa da manga, dentro em pouco como um incêndio, se havia derramado pela província inteira (...) chegando até a ponto de inspirar os mais serios receios na capital, que esteve ameaçada de ser invadida (AMARAL, 1898, p. 11).

No que se refere às causas dessa « malvada revolução » Jose Ribeiro do Amaral elenca a conjuntura política denominada por ele de «tempos não muito serenos», caracterizada pelas tensões político-partidárias entre Cabanos e Bentivis, objetivadas no assassinato do Tenente-Coronel Raimundo Teixeira Mendes, em 25 de novembro de 1837, na cidade de Caxias; a Lei de Prefeitos e o abuso de poder dela decorrente.

Nesse contexto, ele sublinha que o presidente da província, o senhor Francisco Bibiano de Castro, por ser «fraco, irresoluto e parcial» contribuiu «não pouco, sobretudo pela sua frouxidão, para preparar os animos para a *guerra civil*, que meses depois assolaria a província». Como bem salientou, tratava-se de «tristes, bem tristes aquelles tempos, em que qualquer potentado acercando-se de um bando facinoroso podia fazer recuar a ação da lei, do direito e da justiça !» (AMARAL, 1898, p. 7-8)

Em relação aos rebeldes disse tratar-se de «*hordas indisciplinadas*, apanhadas aqui e ali da mais baixa ralé da sociedade, vivendo da pilhagen e do roubo, e tendo por chefes homens embrutecidos e ignorantes» que «conseguiram perturbar o socego e a paz da província por um espaço de mais de dois anos ». Ao refutar qualquer participação de João Francisco Lisboa no encaminhamento da « Balaíada destacou que se assim ocorresse « a conflagração seria geral, e ao menos por muitos anos estaria o Maranhão irremissivelmente perdido» (AMARAL, 1898, p. 53).

Jose Ribeiro do Amaral nega qualquer protagonismo a Raimundo Gomes para o deflagrar a « Balaíada » por considerá-lo «um homem ignorante, saído das ultimas classes da sociedade » ; «um humilde e obscuro vaqueiro, nascido nos sertões do Piauí, coberto de crimes, sem o prestigio que dá o talento » e que, por isso mesmo, não tinha « a força precisa para levantá-las e assolar o território de grande parte de uma província durante o longo período de mais de dois ano » (AMARAL, 1898, p. 54-55).

A partir de tais convicções sublinha que « não é no rude vaqueiro que se devem procurar as origens da revolução ! Mas, na *Lei dos Prefeitos* porque esta, embora considerada como inconstitucional e combatida pela oposição, atribuiu aos prefeitos «as funções policiais de juiz de paz, e de chefe de polícia, a de inspecionar as escolas, qualificar os jurados, proceder ou mandar proceder a corpos de delito, e executar as sentenças criminais dentro de sua comarca (AMARAL, 1898, p. 55). Por isso, eles

Derramados pelo interior da Província, e querendo a todo transe dar ares de sua dedicação ao governo que os nomeára, em breve começaram a abusar de um poder que em tão má hora lhes havia sido confiado. Multiplicavam-se os atos de violência e prepotencia. Às perseguições, aos vexames, aos maus tratos, às prisões ilegais, e recrutamento, juntavam-se os trabalhos forçados em estabelecimentos rurais, os açoites, e finalmente, castigos de toda sorte, que foram como que os meios de que se serviram muitos novos magistrados para firmarem o prestígio de sua autoridade. (AMARAL, 1898, p. 55)

Nestas condições a revolução era uma coisa fatal ao gerar «o descontentamento nas classes baixas. Homens grosseiros e ignorantes não sabem combater a violência senão pela violência mesma. Foi de um fato destes que nasceu a desordem » (AMARAL, 1898, p. 56).

Em relação a inserção de Manoel Francisco dos Anjos Ferrreira, chamado de « Balaio », considerado por ele de « baixa esfera e pobre », na « Balaiada » José Ribeiro do Amaral atribui à questão de honra porque teve duas filhas defloradas por um certo Antonio Raimundo de Guimarães, oficial de comissão, que pretendia prender Raimundo Gomes.

Alguns anos depois, em 1924, Carlota Carvalho, na obra *O Sertão* também deixou-nos o que entendeu acerca do porque da ocorrência da « Balaiada ». De seu estudo baseado em memórias familiares, sobretudo, mas, também, na obra de Jose Ribeiro do Amaral, ela situa este episódio no contexto das lutas político-partidárias e ideológicas no qual se

desenvolveu o processo da Independência do Brasil em relação a Portugal. Tal como sublinha, « desde a independência, os acontecimentos políticos nas províncias são a repercução dos do Rio de Janeiro. Não são mais que os resultados da política da Corte » (CARVALHO, 2006, p. 151).

A referida autora, confere à força da memória, em particular, a de sua família a referência para a sustentação da veracidade de seus argumentos, pois como a mesma sublinha,

Dezenas de anos depois desses acontecimentos, no recesso do lar, eu ouvi colóquios de meu pai, tias, e tíos desenvolvendo recordações da guerra da independência e dos fatos a ela ligados por elos morais até a revolta dos bementes (1838 -1841). São testemunhos verdadeiros, por serem dados no íntimo da família, despretenciosa, quase confidencialmente e sem preocupação de favorecer ou hostilizar alguém. São fotografias dos acontecimentos e o receptor de vozes. Reproduzo-os nesta história. Lendo esta explicação, todos conhecerão as razões da certeza e do conhecimento de minúcias com que escrevo, parecendo que pessoalmente assisti. (CARVALHO, 2006, p. 151)

Ao considerar pertinente os argumentos de José Ribeiro do Amaral acerca da relação entre a Lei de Prefeitos e a « Balaiada » ela concluiu que « dessa situação de desespero irrompeu a revolta popular de 1839, apelidada «a balaiada», para dar-lhe caráter proletário em significação pejorativa (CARVALHO, 2006, p. 158).

Carlota Carvalho embora concordando com José Ribeiro do Amaral que a Lei de Prefeitos sancionou o abuso de poder e, por conseguinte, a reação ao mesmo, faz uma leitura diferente acerca de Raimundo Gomes e lhe atribui um protagonismo na eclosão desse movimento. Segundo a mesma, este era o administrador da fazenda do rico fazendeiro de gado vacum e cavalar, o padre Ignácio Mendes de Moraes e Silva. Em termos morais, se tratava de «um homem de reconhecida probidade e merecedor de toda

confiança para depositar na mão dele o valor monetário das boiadas » (CARVALHO, 2006, p. 159).

Conforme a referida autora, a revolta se iniciou porque, Raimundo Gomes e os demais vaqueiros, ao passarem com a boiada pela Vila da Manga do Iguaçá, foram alvo do arbitrio e autoritarismo do «prefeito policial», adversário político e inimigo do Padre Ignácio Mendes de Moraes e Silva. Então, o prefeito com o propósito prejudicá-lo “mandou prender e meter na cadeia numero de tangedores de boi que impossibilitasse a marcha”, dentre os quais o irmão de Raimundo Gomes. Em vista deste episódio,

Depois de esgotar os meios persuasivos e as atitudes humildes, pedido e súplicas, ameaçados de prisão por se tornar aborrecido pela insistência Raimundo Gomes e nove companheiros, que restavam soltos praticaram uma audacia surpresa. Subitamente invadiram e tomaram o quartel e cadeia guardada por 23 soldados sob o comando de um oficial inferior soltaram os presos e apoderaram-se do armamento, deixando livres os soldados desarmados. Depois de muita reflexão, os soldados, temendo castigo militar, voltaram e aderiram.

Estava iniciada a revolta. (CARVALHO, 2006, p. 159)

Então, como já sublinhado, se quer compreender, numa perspectiva geral, em quais pontos e porque, Astolfo Serra combina e ou se diferencia de seus antecessores em relação à compreensão acerca da eclosão da “Balaiada”.

2. Astolfo Serra e o seu tempo histórico.

Astolfo Henrique de Barros Serra (Astolfo Serra), nasceu em Matinha-MA, no dia 22 de abril de 1900 e falecera na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no dia 19 de fevereiro de 1978. Sob uma perspectiva iluminista e triunfante, seus biógrafos sublinham que ele teria como destino o

analfabetismo, tal como outras crianças pobres do interior maranhense, “se não tivesse sido filho de um modesto professor que fazia de seu magistério a vocação do exercício da dedicação e devotamento a todos os meninos pobres da vila de Matinha”, e de “uma mãe extremosa”. Ele estudou as primeiras letras numa “escola coberta de palha de babaçu e tapada de barro, tendo como piso o chão batido de soquete, mas nos sonhos, um ideal definido, quer na vila de Matinha, onde ficara até aos sete anos de idade, quer na cidade de Viana, onde completou seu curso primário”.¹ Os seus pais superando as dificuldades que os envolviam contribuíram para que Astolfo Serra se tornasse “uma estrela cujo brilho na história do Maranhão e do Brasil jamais se apagará”.²

A linha do horizonte da dinâmica social, do século XX, continuou baseada na cultura escravista do Império brasileiro, vigente até 1889, na qual, o poder, o prestígio e a visibilidade social se fazia pela inserção dos sujeitos no campo da Medicina, Direito, Teologia e, por extensão, na política institucional. Astolfo Henrique de Barros Serra escolheu ser padre. Ele foi formado e ordenado no “velho e tradicional Seminário de Santo Antônio, em São Luís do Maranhão”, em 25 de março de 1925, por ocasião da “festa litúrgica da Anunciação de Nossa”.³

Em São Luís, ele foi *inspetor* do Liceu Maranhense; diretor da *Junta Comercial do Maranhão*, e, depois, *Interventor Federal* no Maranhão, ainda que, por pouco tempo. Após instalar-se no Rio de Janeiro, ele assumiu o cargo de *diretor-geral* do Ministério do Trabalho ascendendo, em seguida, à posição de *ministro do Tribunal Superior do Trabalho*⁴. Ele foi, também,

¹ <https://www.blogsoestado.com/flaviobraga/2011/02/21/padre-astolfo-serra/>. Consultado no dia 12 de dezembro de 2018.

² Id. Ibid.

³ Id. Ibid

⁴ <https://www.blogsoestado.com/flaviobraga/2011/02/21/padre-astolfo-serra/>. Consultado no dia 12 de dezembro de 2018.

sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e, na Academia Maranhense de Letras, sucedeu a Clodoaldo de Freitas, fundador da poltrona de Sousa Andrade (nº 18) (Prefácio DUARTE. In. SERRA, 2008).

Em termos cronológicos se pode dizer que Astolfo Serra foi um homem do século XX. Mas, o exame mais pormenorizado de seus dados biográficos nos leva a outra conclusão. Da análise dos cargos que ocupou e dos procedimentos que orientavam o processo de ascensão aos mesmos, se argumenta que ele estava inserido nos meandros da cultura política típica de uma formação social colonial e escravocrata na qual a fronteira entre as esferas pública e privada de poder era muito tênue se expressando nos benefícios do mandonismo local (QUEIROZ, 1976).

A este respeito, vale lembrar que o seu nascimento ocorreu doze (12) anos após a abolição da escravatura, no Império brasileiro, e a onze (11) da proclamação da República, ou seja, um tempo histórico no qual ainda se verificavam, enraizadas, as desigualdades típicas de uma formação social escravista, lucidamente lido e criticado por Aluízio Azevedo (1888) e Nascimento de Moraes (2000).

Até publicar, em 1946, o livro – A BALAIADA - o qual lhe rendeu mais notoriedade, ele tivera em sua formação os ecos e os efeitos destes dois eventos da história social e política brasileira; mas, também, a influência de outros da conjuntura nacional tal como a “Coluna Prestes”(1925-1927); a “Revolução de 1930”; o “Estado Novo” e a publicação de “Os Sertões” de Euclides da Cunha.

Das motivações e da perspectiva política e ideológica destes três eventos, se supõe que Astolfo Serra recortou os elementos necessários para a definição de seu objeto de estudo. E, da obra “Os Sertões”, a sua referência teórica e metodológica, uma vez que estruturou a sua obra nos mesmos termos e procedimento analítico.

Da conjuntura internacional vale sublinhar a I e II guerras mundiais com o seu rastro de horrores; a “Revolução Russa” de 1917 e os ensaios da experiência nazifascista na Alemanha e as lutas anticoloniais em África.

As guerras sempre têm as suas determinações. Em geral, a configuração e dinâmica social e econômica das sociedades porque tecem os interesses, sobretudo, dos que detém o poder econômico, em grande medida, administrados pela esfera do poder político. O desfecho para os beligerantes se relacionam às estratégias militares, mas, também, pela relação destes com o meio ambiente. Nesta perspectiva, a Geografia, num duplo sentido – ciência e ecologia, lhe pareceu um campo fértil de investigação para que pudesse compreender o evento – “A Balaiada” e o sentido das ações de seus protagonistas.

Da “Revolução Russa” (1917) vale supor que a perspectiva política orientada por princípios socialistas lhe tenha despertado o interesse. É muito sugestivo, porque conforme indicam biógrafos, ele colocou o nome Lenine em um filho seu (FERRO, 2017)

Ao se considerar que a vida cotidiana se processa sob o influxo da relação dialética entre os indivíduos e o mundo que os cerca, se comprehende que a ocorrência deste eventos e o modo como Astolfo Serra se apropriou dos mesmos, o influenciaram na definição de seu tema-problema e no modo como articulou o enredo e a narrativa acerca da Balaiada, um evento do século XIX maranhense.

3. A Obra e a sua urdidura

A obra está estruturada em três partes articuladas entre si.

Na primeira parte, o objeto de sua narrativa é a *Terra*. Para construí-la, o autor tendo o determinismo geográfico por orientação metodológica se apoiou em sua memória e referências bibliográficas, sobretudo, de

autores do campo da geografia física e, por isso, sublinhou que “a geografia do Maranhão afirma a sua história”.

Na segunda parte, o autor se ocupou do *Homem*. Para ele, “o traço definitivo do homem maranhense já reponta nos característicos de alguns tipos regionais.

Na terceira parte, intitulada HISTÓRIA, a partir da leitura de documentos oficiais e da consulta em obras relativas à Balaiada, ele constrói a sua compreensão acerca das determinações deste movimento bem como o seu sentido. A este respeito disse que “a Balaiada é, antes de tudo, rebelião de massas...”. O objetivo do autor com esta obra era “dar a Balaiada uma interpretação mais objetiva e humana” (SERRA, 2008, p. 36). Para tanto, o mesmo compreendia que se devia encarar este movimento,

... como um surto que extravasou das condições do seu meio, porque nessa geografia que não tem proporções para caudilhismo, a revolta revela, no entanto, dentro do círculo onde se desenvolve, algo das influências das forças secretas da terra, na sua estranha mobilidade, nas suas indecisões, e, sobretudo, na bravura de um exército de homens simples, e que se movimentam para a luta armados primitivamente de foices, lazarinhas, clavinetes, e até varapaus e ferrões de vaqueiros (SERRA, 2008, p. 36).

Para este autor, a Balaiada “não foi uma aventura, nem política, nem de banditismo; foi antes um fenômeno de acentuadas características revolucionárias, quase comunista, e que se manifestou como movimento de massa com o caráter de reabilitação social” (SERRA, 2008, p. 23). Enfim, a Balaiada foi uma “Rebelião de Massa”, um “Movimento Revolucionário” inserido numa “cadeia de revoluções” ocorridas entre os anos de 1831 a 1840. Desse modo, a sua ocorrência “tem, pois, suas raízes fundas na história do Maranhão” (SERRA, 2008, p. 22).

Em termos metodológicos, tendo por pressuposto que há uma intrínseca relação entre a geografia e a história, ele estabeleceu por procedimento de investigação o estudo de grandes zonas do território da província desde o Alto Tocantins para o litoral e os campos da Baixada, a sua tipologia e as influências de ordem psicológica, racial e histórica. A este respeito desenvolveu a sua análise e argumentação com base na seguinte hipótese,

Se a geografia maranhense não dá caudilhos, e se a vida ali, das várias zonas, se revela propensa a dar tipos característicos surgidos do seu meio ambiente de conformidade com a paisagem, teremos que buscar, para encontrarmos as razões daqueles fatos, as suas verdadeiras causas, que poderão ser *históricas*, na formação e povoamento; *raciais*, na assimilação e cruzamento; *econômicas*, no braço escravo e lavoura; *psicológicas*, na religião e na política (SERRA, 2008, p. 36).

Astolfo Serra, baseado em sua hipótese de trabalho, recortou duas zonas para os fins de sua análise, ou seja, os *Sertões* e a *Baixada* para que, assim, pudesse localizar, afinal, a área etnográfica dos tipos sobre os quais recaia toda a responsabilidade histórica do “movimento armado” porque, para ele, a história como experiência humana resultava da relação dialética entre o homem e a paisagem. Por isso, ele destaca que no procedimento da investigação era necessário “examinar, no âmbito de cada zona, o capítulo movimentado do Homem e a paisagem, no eterno conflito da geografia estática e dinâmica”. Em vista disso, ele sublinhou,

Quem vinga as terras altas dos *Sertões* maranhenses sente, de logo, a tortura impressionante da paisagem. Essa desoladora visão de martírios da flora é tão mais chocante, quanto o observador conhece as zonas úmidas da *Baixada* maranhense e sombrios profundos das matas seculares do Maranhão (SERRA, 2008, p. 34).

Segundo Raimundo Lopes, um de seus referenciais bibliográficos, “a existência humana, no Sertão maranhense, prende-se às mesmas razões gerais que dominam as vidas das gentes de todos os nossos sertões, e que agravaram pela dureza do clima e da terra nos territórios áridos do Nordeste” (LOPES apud SERRA, 2008, p. 36). A cerca de aspectos dos perfis societário do Sertão brasileiro, o referido autor sublinha que,

Predominam, por esses latifúndios pastoris, o *nomadismo* desenvolvido, o *patriarcalismo*, muitas vezes extremado até o ódio visceral de família, e ainda o excesso *individualista* de que resulta a epopéia sangrenta dos *bandidos famosos*, que de tempos em tempos, aparecem, ao lado dos tiranetes. Estes últimos são, no Sertão maranhense, o tipo mais comum dessa ordem de personalidades dominantes da sociedade primitiva em que vivem. Uma sociedade assim construída dificilmente poderá gozar de suficiente estabilidade (LOPES apud SERRA, 2008, p. 36).

Astolfo Serra inspirado nas interpretações de Raimundo Lopes, mas, também, pela percepção do que viu em suas andanças como padre e pelas histórias que lhe contaram disse que “o sertanejo do Maranhão, em função da paisagem, vive uma existência simples, mas atormentada e difícil” (SERRA, 2008, p. 36). Por isso, as suas lutas eram constantes, “quer na seca, quer no inverno”. O seu trabalho era “sempre o mesmo, incessante – uma luta do homem contra a natureza mais ou menos ríspida e cheia de aspectos variados” que exigia “uma têmpera de aço para subjuga-la” (SERRA, 2008, p. 37).

Ele, ainda que debitasse à paisagem a força propulsora da dinâmica histórica, sublinhava a partir de Raimundo Lopes que “o eixo da produção é o elemento fundamental em toda cultura. Em torno dele deve processar a vida das populações, e todas as sociedades primitivas o possuem” (LOPES apud SERRA, 2008, p. 37). Em relação ao sertanejo maranhense disse que o mesmo fixava o seu ““eixo de produção” nos currais e na

pequena lavoura: na vida pastoril, ainda no Ciclo do Gado, e na vida agrícola, rotineira e primitiva". Mas, de tempos em tempos, contra este se levantava a "natureza e, com ela, as calamidades dos verões queimosos, ou os tormentos das inverniás cruas (SERRA, 2008, p. 37).

No tempo histórico de Astolfo Serra, ele ainda pôde verificar que os territórios nos quais se processava a vida no Sertão, nos tempos da Balaiada, eram as Fazendas, as casas de rancharia, as Igrejas ou Capelas. Por isso, o referido autor destaca que,

Nas fazendas ricas, as casas são verdadeiras evocações de ocas mais ou menos civilizadas. Erguem-se aos grupos, dentro de enormes cercados de estacas de aroeira, e nessas cidadelas de palha o *pater-família* reúne todos os filhos e filhas casados, os afilhados e *crias* de casa, sob o regime patriarcal legítimo, em que a autoridade paterna se faz sentir em toda a sua plenitude. O pai nunca abre mão desse direito. Filhos, homens barbados, pais de prole numerosa, quando erram, apanham, de joelhos, respeitosos e humildes, suras tremendas de cordas de sedenho (SERRA, 2008, p. 45).

Em torno da casa-grande de moradia, ele destaca que "numa área enorme de sítios", os agregados faziam "as suas casas", trabalhavam, "ou nos campos como vaqueiros", ou lavravam "as terras de meia", e ainda ajudavam "o senhorio com dias de serviço nas roças, abatição de estradas, em franco regime comunal, dos latifúndios (SERRA, 2008, p. 46).

Dentre outras características do sertanejo, Astolfo Serra sublinha que a *honra* é o seu "maior patrimônio moral", por isso era "sagrada". Logo, "para lavá-la, só sangue; para repará-la, só a morte". Em vista disso, ele sublinha que "entre um desrespeito à honra e a mira do "rifle" ou a ponta do punhal medeia apenas o espaço da ocasião ou do primeiro encontro". Por isso mesmo, ele salienta que ainda ao seu tempo, "os grandes crimes que por vezes têm abalado os sertões não foram lutas de origem política, mas lutas de honra, que geralmente nascem de questões fúteis de terra ou

“questões de moça” (SERRA, 2008, p. 51). Para tanto, tal como realça, “o coronel latifundiário provoca e, por vezes, acirra as lutas entre posseiros, par depois intervir como advogado e tomar conta de tudo como paga do acordo promovido” (SERRA, 2008, p. 52).

A partir do exposto se verifica que a perspectiva do determinismo geográfico de Astolfo Serra incidia na tipologia das atividades econômicas, alimentares e, por extensão, as societárias, morais e psicológicas porque o modo de vida material era urdido pelas relações estabelecidas entre os sujeitos constituintes da dinâmica do “eixo de produção”. Nesse sentido, se supõe que para ele, a configuração humana se definia na relação dialética com a natureza porque ele considerava que “o homem, como se vê, reflete, em sua vida. A sua paisagem, e a modifica, por vezes, de modo violento, para melhormente adaptá-la às condições de seu “eixo de produção” (SERRA, 2008, p. 57). Sob o ritmo dessa relação dialética entre a natureza e o homem, os Sertões,

...se refazem, nessa quadra de renovação das seivas cansadas, e a vida prossegue, lenta, mas, ininterrupta, e o homem no Sertão ritma os seus que fazeres, na monotonia cristã da resignação de quem obedece a um destino imutável, e segue a todas as interferências da paisagem, que lhe determina, em cada época do ano, os rumos da vida, nos seus horizontes de trabalho e povoamento (SERRA, 2008, p. 60).

Astolfo Serra, seguro de sua perspectiva analítica considerava que os pretextos para a Balaiada poderiam ser *políticos* se referindo à “insegurança e violência provocadas pelo *absolutismo do poder*, entregue sempre ao partido dos portugueses; *sociais*, no poderio do *senhor de engenhos*, que dava origem aos quilombos; e, por fim, na sucessiva mudança de governos” contrariando a expectativa dos que lutaram pela independência.

Para explicar as determinações políticas da ocorrência da Balaiada, Astolfo Serra tomou por base os argumentos do jornalista liberal João Francisco Lisboa e, assim, ele debitou o deflagrar deste evento ao presidente de província Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo considerando-o como um “cego e energúmeno, imponderado em tudo” porque “resolveu acabar com os juízes de paz” criando a *Lei de Prefeitos*.

Por meio desta lei, os prefeitos passaram a acumular as funções policiais de uma Comarca, as quais, eram antes de responsabilidade de juízes de paz e de chefes de polícia. Além do mais, a partir desta lei, os prefeitos ainda podiam “inspecionar as escolas, qualificar jurados, proceder ou mandar proceder corpos de delitos, e executar as sentenças criminais dentro de suas comarcas” (CAMARGO apud SERRA, 2008, p. 138).

Astolfo Serra, apoiado nos termos do liberalismo de João Francisco Lisboa e no nacionalismo de seu tempo, compreendia que os princípios desta lei indicam que o presidente Pires Camargo foi “a mais alta expressão de violência reacionária, e com ela desencadeou, na história da província, a tempestade que se castelava há séculos, e que, deploravelmente, rugiu, feroz, dantesca e prenhe de funestos estragos” (SERRA, 2008, p. 138). Assim, esta lei “refletia, na sua mais truculenta e brutal expressão, todo o velho ódio de casta que, através de dois séculos, armara o braço português contra o povo maranhense, agitado pelos mais nobres impulsos de seu exuberante nativismo” (SERRA, 2008, p. 138).

Em vista disso, ele sublinha que “há na criação dos prefeitos uma vitória do espírito do colonizador primitivo que deixou de se fixar à terra”. Afinal, “a própria ideia era europeia. Enquanto os juízes de paz nasceram do voto popular, da vontade expressa das massas oprimidas que elegiam, assim, os seus magistrados – criação essencialmente democrática”. (SERRA, 2008, p. 139)

A respeito desta lei João Francisco Lisboa se pronunciou nos seguintes termos,

Uma lei, menos prudente, da Assembleia passada, oposta à índole do sistema, arrancara das mãos de empregados de eleição popular poderes importantes, para os entregar a uma criatura do só presidente; concentrara demais energias dispersas e disseminadas, e restituíra certamente os detestados capitães-mores, com o nome de prefeitos; travara a ação do poder municipal; criara conflitos repetidos de jurisdições, e gerara uma odiosidade perigosa contra toda ação do Poder Executivo provincial, odiosidade que cada dia se aumentava, graças aos atos opressivos dos prefeitos, na escolha de cujo pessoal se tinha tido, ao que parece, mais em vista obter fanáticos agentes do que ilustrados e sisudos executores agentes de ordens legais. Vossa sabedoria abrogando a lei e restituindo o direito antigo extinguiu de um golpe o incêndio que lavrara, cortou pela raiz o espírito de resistência no povo, e aumentou assim a força real do Governo (LISBOA apud SERRA, 2008, p. 139).

Destes argumentos evocam nuances da história política praticada no país, nos anos de 1940, atualizando a cultura política praticada nos tempos regenciais e imperiais na província do Maranhão. Hoje, uma análise mais acurada dessa conjuntura revela que se tratava de embates políticos entre os segmentos das classes dominantes maranhenses movidas por seus interesses particulares cuja realização passava pelo controle dos aparelhos de Estado. Desse modo, não é demais sublinhar que se trata do cenário criado pelo fim do Império Luso-brasileiro o qual havia criado este quadro de tensão e, que, além do mais, conforme os termos da Constituição de 1824, a cidadania e o seu exercício estavam limitados à renda porque não existia voto popular, mas, o voto censitário.

Astolfo Serra concluindo a sua análise acerca das determinações políticas da Balaiada tendo por parâmetro a Lei de Prefeitos e o tempo das Regências, sublinhou,

Os efeitos não se fizeram esperar: aquela centena de tiranetes “vestidos de farda verde e comprida” semearam pelos pontos mais afastados da Província o terror e a desordem. O ódio antigo aumentou, e a poderosa energia que brota da alma do povo nas suas grandes horas de desespero, e que, através dos tempos e dos séculos, sempre se manifestou contra todas as fórmulas de tirania, vingadora e indomável, sacudiu também os rincões mais afastados do Maranhão, e, congregando forças heterogêneas, fundindo almas rudes e primitivas, despejou sobre quase toda a Província e sobre a Ilha histórica de São Luís, onde se acastelavam os donatários da época, a avalanche de ódio e sangue, de vingança e terror, que se acumulavam brutais e impetuoso na rebentina sertaneja da vila da manga. Surgiu assim a Balaiada, o *mais caluniado* de todos os episódios históricos e o mais impressionante de todos os resíduos das lutas independentista do Brasil-caboclo (SERRA, 2008, p. 140).

4. A história

Da aplicação de seu método de análise, Astolfo Serra concluiu que a Balaiada foi um movimento revolucionário ilógico porque “fugiu a geografia maranhense” ao considerar a rica paisagem e a fartura das terras do Sertão, do Litoral e da Baixada. Contudo, advertiu que, “o mesmo não acontece com relação à paisagem da História” porque foi “uma impressionante manifestação da lógica dos acontecimentos”, “cujas causas se articularam em duzentos anos da formação político-social do Maranhão” (SERRA, 2008, p. 144).

Para sustentar o seu argumento, sublinha que a História, como disciplina, “não é simples narração; é antes de tudo, um encadeamento de fatos que se sucedem, criando, em cada época, um “estado de espírito”, ou um *clima psicológico*, que gera a maior ou menor intensidade dos acontecimentos”. Portanto, para ele, a Balaiada foi o resultado desse clima no qual, os povos cristalizaram as suas aspirações, retemperam os seus impulsos e deflagraram os seus instintos. Assim, “todo fato histórico tem

que se prender a um elo da cadeia normal dos acontecimentos” (SERRA, 2008, p. 143).

Nestes termos, vê-se que para Astolfo Serra, a História como disciplina e experiência social dos sujeitos sociais eram compreendidos sob uma perspectiva metafísica e linear, por isso compreendia que os fatos históricos eram “sempre uma consequência capaz de provocar inúmeras outras consequências”. Por isso, salientava que era possível surgir “aqui ou ali fatos aparentemente incoerentes no conjunto das consequências históricas”. Contudo, advertia que essa fisionomia era “uma camuflagem, um disfarce para armar, depois, efeitos mais surpreendentes dentro do andamento da História, que não para, porque é renovação, e renovar é viver, e a vida é sempre movimento”.

Tal argumentação revela a sua epistemologia baseada no determinismo histórico expresso numa concepção de tempo teleológico e linear caracterizada pelos conceitos de *Ciclos, de Eras, de Épocas históricas, fases* objetivadas em datas e protagonistas excepcionais – Heróis ou Bandidos - subtraindo assim, as subjetividades de outros não menos protagonistas.

Não é demais destacar que os termos desta epistemologia foram urdidos ou, mais precisamente, sistematizados no contexto do colonialismo moderno ocidental europeu, ou qual gerou uma historiografia em torno de si e para si.

Desta perspectiva, para Astolfo Serra, a Balaiada surgiu sob a curva do ciclo histórico da Regência, o qual correspondeu à “fase gravíssima do Brasil-Império” porque “criou um clima de lutas, pois, as atividades dos homens públicos desenvolviam-se entre o uso e o abuso do poder suscitando na *massa dirigida*, ou oprimida, o *espírito de resistência*, que é, em última análise, *instinto de conservação*. Por isso,

o **Povo** começou a rebelar-se, a princípio sob a forma de resistência passiva, e depois com as armas na mão. Criada, por esse clima de uso e abuso de poder, a desordem espiritual no **aglomerado dirigido**, não foi difícil aparecerem sintomas de rebeldias mais graves. (SERRA, 2008, p. 144).

Conforme o mesmo, a Regência deu, pois, a *República de Piratini*, a *Revolução Federalista, no Sul; a Sabinada na Bahia, a Revolução Praieira em Pernambuco, a Vinagrada no Pará, e a Balaiada no Maranhão*. Apesar destes eventos terem ocorridos em tempos diferentes, para ele “o ciclo é o mesmo”. Por isso, não havia “razão de ordem história, ou social, para não colocar a Balaiada na era revolucionária da Regência. Todos os pronunciamentos revolucionários da época nasceram sob o mesmo ciclo.” Portanto, “não há por que recusar à Balaiada o seu lugar nesse quadro de revoluções” (SERRA, 2008, p. 144). Afinal, conforme sublinhou LISBOA, “a política se havia constituído o centro de todas as atividades humanas” (apud. SERRA, 2008, p. 144).

A Balaiada foi, “antes de tudo, rebelião de massa. É esse, sem dúvidas, o sua mais impressionante característica (SERRA, 2008, p. 147). Por massa, ele esclarece que compreendia “na sua significação integral, o vocábulo no sentido estrito e lato da palavra” - milhares de camponeses se unem pelo mesmo espirito (SERRA, 2008, p. 147).

Considerações Finais

Astolfo Serra, em relação a José Ribeiro do Amaral e a Carlota Carvalho, inovou a análise e interpretação da «Balaiada» no método da abordagem explorando e situando a ocorrência deste evento como desdobramento da relação entre a História e a Geografia. Por isso, não criminalizou os sertanejos como fez José Ribeiro do Amaral, que, pela sua predileção por João Francisco Lisboa, seguiu à risca os seus argumentos.

De sua perspectiva reiterou várias vezes que os sertanejos se moviam segundo as suas regras culturais da dinâmica societárias e, por isso mesmo, instigados a se mobilizarem num contexto de opressão criadas pelas lutas das elites econômicas pelo controle dos fóruns de poder com a criação das Leis de Prefeitos.

Em vista disso vale dizer que, neste ponto, ele se aproxima de José Ribeiro do Amaral e de Carlota Carvalho, ao sublinhar a relação entre a Lei dos Prefeitos e a eclosão da « Balaiada » que nomeou de « rebelião de massa » porque « milhares de camponeses » se uniram pelo « mesmo espirito ». Mas, se afasta deste por não considerar se tratar de uma revolução com uma configuração negativa, tal como sugere Jose Ribeiro do Amaral.

Referências

AMARAL, Jose Ribeiro do. *Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia Teixeira, 1898.

AZEVEDO, Crislane B. ; STAMATTO, Maria Inês S. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. *Antiteses*, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 703-728. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Consultado no dia 14 de setembro de 2021.

BAKTHIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da linguagem : problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. São Paulo : HUCITEC-Anablume, 2002.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. (Organização e notas de Adalberto Franklin). 3^a edição revista e ampliada. Imperatriz, MA: Ética, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

[https://www.blogsoestado.com/flaviobraga/2011/02/21/padre-astolfo-serra/.](https://www.blogsoestado.com/flaviobraga/2011/02/21/padre-astolfo-serra/)

Consultado no dia 12 de dezembro de 2018.

[https://www.blogsoestado.com/flaviobraga/2011/02/21/padre-astolfo-serra/.](https://www.blogsoestado.com/flaviobraga/2011/02/21/padre-astolfo-serra/)

Consultado no dia 12 de dezembro de 2018.

FERRO, Ana Luiza Almeida. ASTOLFO SERRA, Estrela de primeira grandeza das Letras Maranhenses. *Revista do IHGM*, nº 46. São Luís: IHGM, 2017.

LOPES, Raimundo. *O Torrão Maranhense*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1916.

RICOUER, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Rodrigo C.; PEREIRA, Josenildo de J.; CARVALHO e SILVA, Márcio D.; BUENO, Eva Paulino (ORGs). *Escravos, Libertos e Livres: história de luta e resistência no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Mentes Abertas, 2019.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.

SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. 2. Edição, Revista e anotada por Sebastião Moreira Duarte. São Luís: Géia, 2008.

A politização de indivíduos livres e pobres durante a construção do Estado Liberal na província maranhense, entre o início da Regência (1831) e o fim da Balaiada (1841)

Léa Maria Carrer lamashita

Ao recebermos o convite para participar desta coletânea temática, elegemos refletir acerca da protagonização política dos grupos populares durante a Rebelião da Balaiada (1838-41), recortando para análise o espaço da província do Maranhão. Sabemos que a Balaiada se insere no contexto do reordenamento político e social concomitantes à construção do Estado e da nação brasileiros, no pós- Independência.

Ao trabalharmos com as questões da cultura política autoritária na sociedade brasileira e do engendramento da exclusão social na montagem de nossas instituições e legislações, procuramos sempre conhecer a influência da ação política popular na conformação das mesmas.

Isto, porque partilhamos das noções de circularidade cultural elaboradas por Carlos Ginzburg, a partir das reflexões de Mikail Bakhtin, de que as culturas não se desenvolvem de forma isolada, elas se comunicam e influenciam entre si.(GINZBURG, 1987, p.16) O que pressupõe que os grupos populares participaram da construção de nossas instituições e de nossa cultura política, ainda que não em posição de liderança, mas certamente influenciando nas suas configurações, reinvenções, conforme seu posicionamento político.

No pós-Independência, a criação do Estado Liberal no Brasil abarcou uma série de mudanças frente à nossa experiência histórica, tais como:

mudança do padrão de sociabilidade (de súdito a cidadão), do dever de obediência às leis imparciais, em detrimento do costume; da definição e precisão tipicamente moderna de conferir a "cada coisa o seu devido lugar" – prescrevendo outro ordenamento dos espaços, do tempo, dos comportamentos, das formas de controle social, de disciplinamento do trabalho.

Nossos recortes temporal e espacial compreenderão o da experiência Regencial na província maranhense, posto que nesta foram implementados e testados diferentes modelos de operacionalização do aparelho Estatal, nas suas esferas executiva, legislativa e judicial.

Nosso objetivo então, neste capítulo, será o de perscrutar a reação dos grupos populares a esse reordenamento de suas existências. Procuraremos evidenciar o entendimento da legislação liberal a partir da Constituição de 1824, particularmente com a implantação do Ato Adicional de 1834 e o uso dela pelos cidadãos, que tentaram recorrer a favor dos seus direitos. Depois, buscaremos evidenciar a revolta popular que culminou com a Balaiada, diante do *Regresso*, ou seja, do retorno à centralização no âmbito da província maranhense, com a retirada de aspectos liberais da legislação, interpretadas como um retrocesso, que significou perda de autonomia para cidadãos, para a gente simples da província.

Ou seja, analisaremos a face do ordenamento moderno atuando no sertão, no caso, da província maranhense. Queremos destacar a questão da politização dos vaqueiros, roceiros, mestiços e indígenas, diante do remodelamento das instituições nacionais e provinciais durante a Regência, de legislações que definiam quem poderia votar nas eleições do poder legislativo, da Guarda Nacional, do Juizado de Paz. Particularmente nos interessou refletir sobre a situação de fronteira, como era a dos sertões maranhenses, no segundo quarto do século XIX.

Primeiramente: – de qual sertão estamos falando? Uma questão de representação

Se um dos primeiros significados conferidos à Balaiada foi o de *rebelião sertaneja*, convém considerar sua interpretação e codificação a partir do imaginário social no qual se inseria a categoria *sertão*.

A moderna teoria geográfica nos orienta para o entendimento do espaço como produto de uma prática cultural e simbólica. Para muitos, além de uma concepção de aspectos físicos, o espaço é percebido ao mesmo tempo como continente e conteúdo dos seus signos e símbolos, envolvendo espaços de vivência, e de representações espaciais.

Iná Elias Castro nos esclarece como a imaginação é alimentada pelos atributos espaciais, ou como os objetos geográficos se incorporam ao cotidiano individual e coletivo, participando da prática social que lhes confere valor simbólico. (CASTRO, 1997)

Também Antônio Manuel Hespanha nos alerta para a construção das realidades espaciais como produtos de uma prática organizadora do espírito humano, que além de recortar em ordens e classificações o material bruto da extensão, valoriza cada uma destas ordens e hierarquiza-as entre si:

Com efeito, uma vez investido pelo sentido, o espaço torna-se uma realidade em si mesmo portadora de sentido, ou o sentido investido no espaço passa de um momento para o outro a conformar a mentalidade social e a participar com outros aparelhos culturais num trabalho de inculcação ideológica, nomeadamente na difusão dos valores sociais e políticos dominantes e na constituição duma certa imagem da ordem social. Para além da realidade significante, a divisão política de espaço constitui também um instrumento de poder. (HESPANHA, 1994, p. 86)

O *sertão* é um dos espaços mais recorrentes no pensamento social brasileiro, especialmente no conjunto da historiografia. Chega a constituir-

se como uma categoria de entendimento de Brasil, desde o seu emprego pelos colonizadores, carregada dos sentidos negativos, claro, estritamente vinculados ao ponto de observação do enunciante e da localização do dominante, ao emitir o conceito. (AMADO, 1995, p. 145)

Ou seja, era do espaço urbano, considerado civilizado que se construía as representações dos sertanejos e do sertão, o espaço dos não civilizados, do inculto, da desordem, dos selvagens, da irracionalidade.

A dicotomia referente aos espaços litoral/sertão presente na historiografia brasileira, como não poderia deixar de ser, também informa a leitura feita sobre a experiência histórica da província maranhense.

Podemos dizer que a historiografia da Balaiada começa com o relatório sobre o conflito, escrito pelo poeta Gonçalves Magalhães, que acompanhou, como secretário, Luís Alves de Lima, nomeado Presidente da Província do Maranhão em 7/02/1840, com o intuito de dar fim à Balaiada.

Gonçalves Magalhães descreve a cidade por meio de julgamento moral, usando imagens que lembram as cidades bíblicas de Sodoma e Gomorra:

Caxias, a Cidade do crime... Almas piedosas lhe auguravam grandes desgraças em punição dos crimes, e quis Deus que ela fosse o teatro sanguinolento de todos os horrores da rebelião, talvez para correção dos seus costumes depravados e seus futuros melhoramentos... bem caro pagou Caxias seus crimes do passado. (MAGALHÃES, 1848, p. 22)

Magalhães segue assim a lógica binária, dicotômica, segundo a qual São Luís seria a capital litorânea, voltada para a civilização; enquanto Caxias seria a capital do sertão, local síntese de toda barbárie. Segundo o autor, a selvageria dos sertanejos é que caracterizaria a região e também os tornava propensos à rebeldia, pois

distinguiam-se apenas dos selvagens pelo uso de nossa linguagem. São estes homens de cruel índole pelo hábito de pastorar e matar o gado, consumindo o resto da vida em ócio e rixas. Desta gente bruta há grandes manadas nesta província, e assim nas do Piauhy e do Ceará, análogas a esta pelos usos e costumes... Os fazendeiros os usam para suas vinganças... É esta gente que incitada nos fez a guerra, é ela a que compôs o exército da rebeldia. (MAGALHÃES, 1848, p. 16)

Muito dessa visão etnocêntrica impregnou-se em nossa historiografia tradicional, cuja visão negativa dos indígenas se estendeu aos mestiços e aos sertanejos de uma forma geral. Na historiografia brasileira, a reflexão sobre a incorporação dos sertões ao Estado que, no século XIX, se deu em nome da construção do território, foi empreendida numa expansão para dentro, em processo tal como uma *colonização interna*.

Também de forma dicotômica, Luís Felipe Alencastro classificou o movimento da Balaiada como “antes de tudo, um conflito geográfico”, e articulou às imagens contrapostas de litoral/sertão às diferenças de interesses econômicos. (ALENCASTRO, 1989, p. 9).

Sérgio Buarque de Holanda destacou a civilidade de São Luís na década de 1830, que "exibia os símbolos da civilização: casarios imponentes, a presença das instituições públicas, um centro urbano com cerca de 30 mil pessoas que alcançava o quarto lugar entre as cidades brasileiras". (HOLANDA, 1967, p. 141) Por outro lado, percebeu nas rebeliões populares da Regência explosões de insatisfação dos ignorantes: "essa indignação era expressa por meio de atos vandálicos, posto que mestiços e índios tinham uma consciência primária das coisas". (HOLANDA, 1967, p.10)

O eixo espacial da sociedade considerada civilizada partia de São Luís, avançava pelas margens dos Rios Itapecurú, Mearim e Pindaré, na parte leste da província, com o estabelecimento de fazendas de cultivo de

algodão e arroz, para cuja expansão agrícola foram trazidos africanos escravizados, a partir da criação da Companhia Pombalina do “Grão-Pará e Maranhão, em 1775. (ASSUNÇÃO, 2005, p. 346)

No outro extremo do Rio Itapecurú, em um espaço construído como antagônico à civilização, se encontrava a cidade de Caxias, denominada a “capital do sertão. Em contraposição a São Luís, centro das atividades voltadas para o mercado externo, Caxias, além de ser área agrícola, centralizava as atividades de criação de gado e a mão de obra livre, vinculadas ao mercado interprovincial.

Assim, as representações construídas sobre a cidade de Caxias são sobrecarregadas das imagens negativas do sertão, lugar da selvageria, da incivilidade. Durante a Balaiada, a tomada da cidade pelos rebeldes, ocorrida por duas vezes, é descrita como ponto clímax do conflito. Não é por acaso que a Luís Alves de Lima, o vencedor da guerra, o pacificador da província, foi concedido o título de Duque de Caxias e não de Duque do Maranhão ou de São Luís.

Observamos assim que predominante a historiografia que tratou da Experiência Regencial e da Balaiada se refere ao Maranhão como se a totalidade da província fosse a área produtiva articulada ao mercado externo ou ao interprovincial, como se a grande parte de seu território, ocupado por indígenas, nem existisse, e quando esse espaço aparece é representado não pelo que é, mas pelo que não é, o espaço da não civilização. A situação de fronteira entre os sertões e as áreas civilizadas não foi evidenciada na historiografia da modernização e da rebelião.

Nossos espaços de sertão pesquisados estão não só rodeados por territórios indígenas, como a eles estão articulados. Envolvendo as áreas produtivas, havia uma conflituosa zona de fronteira, que podemos avaliar pelos relatos do major graduado Francisco de Paula Ribeiro, produzido em

1819, e publicado na Revista do IHGB, em 1839, intitulado Memória sobre as nações gentias que habitam o Continente do Maranhão:

As povoações gentias ainda não domesticadas depositam-se geralmente pelo lado oeste da mesma capitania, entre os rios Itapecurú e Tocantins, acossados da beira mar pelos primeiros povoadores. Os Tupinambazes, pode um ramo de suas nações ocupar as Villas de Vinhais e Paço do Lumiar, São Miguel, Trizidelas e Vianna, no Pindaré. Já a nação Gamelas, espalha sua prole em 2 distritos, formando 3 ou 4 povoações. Inclusive, os Gamelas atacados em sua aldeia, conservam-se à fronteira dos terrenos perdidos, próximo aos distritos de Monção e Carará. Já a nação Timbira é superabundante com inumeráveis aldeias ocupando o âmbito central dos seus terrenos. (RIBEIRO, 1839, p. 184)

Trouxemos as narrações do Major Paula Ribeiro sobre um período ainda antecedente ao recorte proposto, porque entendemos que ele indica muito bem as particularidades do espaço em questão. No recorte da *nação em construção* que tentamos vislumbrar na pesquisa tentava-se modernizar, enquadrar, disciplinar uma área de fronteira bastante tensionada por conflitos, repleta de indígenas e mestiços, resistentes ao enquadramento legal buscado pelos presidentes de província, representantes do Estado Imperial.

No governo do Presidente da Província Vicente Pires Camargo, em 1838, encontramos solicitações suas para enquadrar índios no serviço da esquadra,¹ para que os índios fossem utilizados no estabelecimento de povoações,² ordem para que autoridades vigiassem contra a escravidão indígena, questionamento sobre regularização de sesmarias indígenas.³

¹ APEM – Setor de Avulsos, FSG, Série Ofícios de Juiz Municipal, ano 1838. Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos da Comarca de Alcântara, Guilherme Carlos Monteiro, ao PPv. Vicente Camargo, em 11/09/1838.

² APEM – Setor de Códices. Livro de Registro de Correspondência entre Presidente de Província e diversas autoridades. Livro nº 75, ano: 1837-1838, fl 4.

³ APEM – Setor de Avulsos, FSG, Série Ofícios de Juiz Municipal, ano 1838. Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos da Comarca de Alcântara, Guilherme Carlos Monteiro, ao PPv. Vicente Camargo, em 6/04/1838.

Por outro lado, o mesmo presidente recebeu solicitações dos juízes de órfãos, para que o governo provincial custeasse o transporte de índios, ou o retorno destes às suas aldeias,⁴ e outros.

Neste sertão, não havia apenas violência entre autoridades e habitantes, havia também negociação, como as que ficam explícitas na resposta que o Juiz de Paz da Vila de Monção, José Lourenço, deu ao Presidente da Província Cândido Vianna, a respeito dos índios Gamellas, aparecidos na fazenda Santo Ignácio, no seu distrito, em 1830.

Informa o juiz que para responder ao presidente fora examinar sobre as armas que se disse que os índios tinham. Verificou-se que apenas 3 índios as tinham: uma dada pelo capitão militar na época das desordens; outra dada pelo próprio juiz de paz ao índio Francisco, e uma, modelo casarina, com o índio Jose Alexandre, que a recebera como pagamento de certo serviço a um homem daquela vila.

Porém, afirma o juiz, “não me consta que esses mesmos índios tenham feito mal algum a qualquer pessoa desta vila e que se agora se acham levantados é devido aos ataques feitos às suas aldeias pelas tropas idas do Corará”. Daí supor o juiz ser esse o motivo de tantas fazendas atacadas. O juiz ainda mandou chamar três índios Gamellas para dar explicações, no que foi atendido, e concluiu serem falsas as acusações aos índios “por os conhecer a todos e morarem perto de minha fazenda, pois é quanto tenho a dizer sobre os ditos Gamellas”.⁵

As relações tensas, típicas de áreas de fronteira não era o espaço da brutalidade pura, da total selvageria e da incivilidade, e sim de confronto de tradição e modernidade, ora de agressividade, ora de negociação, ora de solidariedade.

⁴ APEM – Setor de Avulsos, FSG, Série Ofícios de Juiz Municipal, ano 1838. Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos da Comarca de Vianna, José Thomaz de Almeida, ao PPv. Vicente Camargo, em 9/06/1838.

⁵ APEM – Setor de Avulsos, FSG, Série Ofícios de Juiz de Paz, ano 1830. Ofício do Juiz de Paz José Gomes Lourenço, da Freguesia Villa de Monção, ao PPv Cândido Joze de Araújo Vianna, em 08/10/1830.

Vemos que, articulado às áreas civilizadas e "produtivas" havia um sertão povoado não só por índios bravios, mas que inclui também os índios denominados "civilizados", que eram aqueles destribalizados, ou os que viviam sob um Diretório Indígena,⁶ os que votavam, os que recorriam com petições e queixas nas instituições administrativas e judiciais do Estado.

Era também o sertão das cidades e vilas sem a monumentalidade das construções públicas, onde muitos juizes de paz atendiam em suas próprias residências, onde a monumentalidade era mesmo a da natureza. Nessas vilas e nas fazendas dessas regiões a escravidão negra se fazia presente e, paralela a ela, existiam quilombos que no Maranhão eram numerosos e de difícil combate, justamente pelo abrigo da natureza.

Essas matas fechadas e pantanosas abrigavam os negros fugidos e também os índios e os mestiços livres, a *população de cor* ou os *cabras* que fugiam do recrutamento militar, do controle e da exclusão violenta do Estado Moderno e da *sociedade civilizada*.

Ligando essas vilas e cidades sertanejas estavam, além dos rios, as trilhas que transportavam as boiadas, num circuito que ligava os sertões do Maranhão e Piauí aos da Bahia, Pernambuco e Goiás, circuito evidentemente não só comercial, mas também cultural.

Realmente, esse era um sertão de fronteira de difícil acesso ou compreensão também para o historiador. Para chegar a ele temos que atravessar uma massa documental institucional.

Nesse sentido, concordamos com Victor Leonardi quando afirma que nossa cultura foi "muito mais diferenciada, desigual e heterogênea do que geralmente se pensa" (1996, p. 152) e, particularmente, refletindo em

⁶ O Diretório dos Índios, de 1777, embora abolido na América Portuguesa em 12/05/1798, continuou vigorando extraoficialmente em várias regiões. "O que ocorreria mesmo foi um vazio legal aberto em 1798 com o fim do Diretório e que só seria preenchido em 1845, com o regulamento das Missões". SAMPAIO, 2003, 125-134. As fontes de nosso período de pesquisa, para o Maranhão, se referem normalmente ao Diretório dos Índios, como se ele não tivesse sido abolido formalmente.

torno dos interesses específicos de nossa pesquisa, a experiência regencial brasileira foi bem mais heterogênea do que supõe a visão historiográfica construída a partir de uma perspectiva que tenta historicizar a submissão do selvagem pelo civilizador.

As representações acerca da nomeação

O nome Balaiada é referência a um dos líderes rebeldes da rebelião, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, conhecido como “Balaio”, um mulato artesão que produzia e vendia cestos. Claro que na denominação dada e vulgarizada, o sentido pejorativo se denota na referência à grande participação popular no conflito, de pessoas do povo, de gente “do tipo fazedora de balaios”.

Alguns historiadores se referem ao conflito como *Guerra dos Cabanos contra Bemtevis*, em referência aos dois partidos políticos que se confrontavam no período. (ASSUNÇÃO, 2003; DIAS, 2002).

Mesmo tendo prevalecido a nomeação *Balaiada*, a rebelião foi interpretada como decorrente da disputa eleitoral entre os partidos Liberal (ou Bemtevis, o nome de um jornal liberal) X Cabanos, os conservadores, defensores do retorno à centralização no âmbito da província.

Para Gonçalves Magalhães o que conduziu ao conflito foi “a troca de insultos entre partidos nos jornais... pela ambição de mando e dos lugares e pelo desejo de triunfar nas eleições... até que afinal sucedeu à infame guerra civil”. Referiu-se ainda à “estupidez” do partido liberal que achou que “poderia apoiar e quando quisesse simplesmente conseguiria fechar o dique da cólera popular”. (MAGALHÃES, 1848, p. 18).

Para Caio Prado (1970), a palavra de ordem da rebelião liderada pelos liberais Bemtevis, tomou feição própria e “degenerou-se” num levante de massas sertanejas ... em vez de um levante para realização de uma política

consequente, apenas bandos de homens armados que percorrem os sertões em saques e depredações". (2007, p. 60-70)

Maria Januária dos Santos, em obra de 1983, inovou na pesquisa das fontes, mas ainda enfatizou a visão de que a rebelião foi iniciada no seio das elites, provocada por interesses político-partidários. (1983, p. 73) Esta visão é enfatizada por José Murilo de Carvalho, que, ao prefaciar a reedição da obra "Timon" (1995), comenta a experiência regencial:

As forças descentralizadoras exigiram a reforma da Constituição num sentido federal a maior autonomia política das províncias abriu margem ao conflito entre grupos de elites provinciais.... Algumas dessas revoltas escaparam ao controle das elites e transformaram-se em guerras populares.. (CARVALHO, 1995, p. 6-7)

A participação dos sertanejos é interpretada como um “outro” movimento, dentro do “movimento maior”, aquele que opôs Bemtevis a Cabanos. Ao movimento dos rebeldes (separado do que seria o *movimento político*) somou-se uma terceira frente rebelde, a insurreição de escravos, como se os significados da rebeldia, as percepções de justiça ou injustiça, não pudessem permear os diferentes grupos sociais, não pudessem coincidir, antagonizar ou aproximar os envolvidos.

Trata-se, portanto, de mais uma leitura dos movimentos rebeldes a partir da ótica das elites. A iniciativa de uma rebelião tão expressiva só poderia ter sido iniciado pelos liberais, pessoas de posse, ou autoridades, ou políticos liberais, que, ao envolverem os sertanejos, perderam o controle do processo.

Acreditamos que, embora os choques de interesses político-partidários não devam ser ignorados, não devem, porém, ser a perspectiva exclusiva de análise, sob pena de desconsiderar a complexidade e a riqueza de nuances que envolvem qualquer experiência social. A predominância

de tal visão deve-se à tradição de uma historiografia que parte do ponto de vista político-institucional, segundo a qual as definições do destino da nação estão sempre articuladas às ações das elites.

Não pretendemos vender os olhos para a atuação política das elites, e suas redes de ação clientelista e patrimonialista. Essas ações emergem de nossas fontes a todo momento. O que defendemos é que as questões políticas, as disputas, as tensões não estavam apenas entre as elites, não se desenvolveram isoladamente, não se desenvolveram apenas “no seio das elites até o momento que transbordaram para as camadas populares, quando não mais se pode contê-las”.

Ora, as fontes nos indicam que nunca houve uma separação profunda entre as “frentes” da rebeldia: a facção liberal ou facção proprietária, mais ou menos ilustrada, “digna de ação política”, e a outra facção: popular, composta por sertanejos, mestiços, desconhecedores da ciência política ou, ainda, uma facção escrava.

As fontes nos apontam que não ocorreram movimentos distintos dentro da Balaiada. Desde antes da eclosão da rebelião, e quando esta já era iminente, encontramos registros de articulação de autoridades e/ou proprietários aos grupos populares, ou, dizendo de outra forma, os representantes “liberais ilustres”, oposicionistas aos conservadores (cabanos) se articularam aos sertanejos, vaqueiros, pequenos lavradores, populares, enfim. A circulação de notícias, de ideias e de movimentação foi frequente durante toda a Rebelião. São constantes as indicações de associações rebeldes livres/escravos, proprietários/homens livres pobres, autoridades/sertanejos rebelados, militares/civis.

Mesmo que aceitássemos o argumento de que se os “rebeldes populares” não tivessem convicção ou objetivos políticos, ou que tivessem participado da rebelião cooptados como massa de manobra, por influência dos Bemtivis *ilustres*; mesmo se considerarmos que os “liberais

populares” se abasteceram da ideologia dos liberais *ilustres*, dos argumentos que estes divulgaram amplamente na imprensa, ainda assim não poderíamos ver a participação dos sertanejos como despolitizada. Não há como não considerar como politização o fato deles terem bem se utilizado dessa ideologia na defesa da causa própria, para fundamentar sua exclusão da vida política.

Defendemos que não se tratou disso, de uma ação despolitizada e surgida dentro de um movimento maior. Não houve um primeiro estágio da rebelião onde agiam só os Bemtevis letrados ou proprietários e um segundo estágio de transbordamento da ação rebelde, quando os Bemtevis pobres ou despossuídos, foram contagiados ou seduzidos para a rebelião.

Estes grupos sociais agiram juntos, ainda que sob liderança, ou com maior engajamento e maior exposição de homens livres pobres. Este grupo, onde predominavam os mestiços, juntamente com escravos e proprietários e autoridades liberais agiu de forma articulada desde o começo, união fruto de uma situação geral de descontentamento com o retrocesso das conquistas liberais alcançadas após a Constituição de 1824 e o Ato Adicional.

O conflito teve vários líderes sertanejos, cada qual capitaneando grupos de 200, 400, 900, 1.200 pessoas, que ora se uniam para uma batalha maior, ora se dispersavam, o que justamente fazia parte de sua força e estratégia de luta. Registrados em suas próprias correspondências ou nos ofícios governistas, estão os nomes dos líderes das tropas rebeldes, nem todos eles “fazedores de balaio”.

Havia vaqueiros, ex-integrantes de corpos policiais, lavradores. Raramente conseguimos informações sobre suas atividades anteriores ao conflito. São eles: Cutrim, Domiciano, Valério Braúna, Vicente Arruda, o pardo Manoel Rodrigues Coque, ex cabo do extinto corpo de polícia da província Maranhense (AMARAL, 1898, p. 8) Antônio Pedregulho, Mathias

Medeiros, Francisco Ferreira Poderosa, Pedro de Moura Albuquerque, Pedro Alexandrino dos Santos, João da Mata Coelho Castelo Branco, Francisco Lopes Castelo Branco, por apelido O Ruivo (AMARAL, 1898, p. 61), Pio, Tempestade, Gavião, Potenciano Matos, Raio, Corisco, Jose Ferreira Couto (por apelido, João Bunda), Joaquim Lamego, Mulungueta, Jezuino Sucupira, e o índio Domingos da Silva Matruá. O único homem abastado, que pudemos confirmar ter sido proprietário de terras, indicado como líder à frente de uma tropa rebelde e articulado diretamente aos líderes populares é Lívio Lopes Castello Branco e Silva, natural de Campo Maior, no Piauí. (AMARAL, 1898, p. 38)

O líder mais proeminente do conflito foi o mestiço Raimundo Gomes Vieira Jutahy, tal como a descrição de Gonçalves Magalhães “filho dessa raça cruzada de índios e negros”. (1848, p. 18) Raimundo era natural do Piauí, trabalhava como vaqueiro para o padre Inácio Mendes de Moraes e Silva, integrante do partido liberal Bemtevi, e proprietário de uma fazenda na freguesia do Arari, na região do Baixo rio Mearim, na Comarca de Viana. (HOLANDA, 1967, p. 159).

Além de ser ele o envolvido no episódio considerado o desencadeador da revolta – a invasão da cadeia da Vila da Manga, em 13 de dezembro de 1838, Raimundo foi sem dúvida o maior articulador entre os líderes, o mais resistente, e o que mais nos deixou registros próprios.

Pelo Código Criminal do Império (1830) Art. 110,⁷ para ser legalmente classificada como rebelião, faltaria à Balaiada ter envolvido 20 mil pessoas rebeladas. Porém, mesmo considerando a participação de 11 mil rebelados,⁸ a magnitude do evento com certeza pareceu muito maior aos coevos, pela grande migração de pessoas, além das rebeladas.

⁷ Art. 110, Capítulo II, Título IV: “Dos crimes contra a segurança interna do Imperio, e publica tranquilidade”, do Código Criminal do Império.

⁸ No balanço final do conflito que faz ao seu sucessor, o Presidente da Província João Antônio Miranda, Luis Alves de Lima contabiliza cerca de 11 mil rebeldes, entre 1.000 mortos pela guerra, peste e fome; 4.000 capturados e

As tropas legalistas se deslocavam constantemente, saíam da província recrutas capturados e outros chegavam, fazendeiros se mudavam para São Luís abandonando as fazendas, algumas localidades foram despovoadas, além do envolvimento de partes da classe proprietária no conflito.

Ainda sobre a fixação do termo “rebelião”, ainda concordamos com José Honório Rodrigues. Para o autor, no Brasil, os nomes rebelião, revolta e revolução tem sido usados conforme a qualificação que se dá aos movimentos armados e aos seus protagonistas. (1965, p. 104) Assim, foram considerados qualificados e receberam a denominação de *revolução* a Farroupilha, a Liberal de Minas e São Paulo, e a Praieira, em Pernambuco. Já os termos *rebelião*, *revolta* tinham sentido mais restritivo, eram considerados sem base em princípios e sem objetivo de reforma. Num extremo, a revolução, sempre mais qualificada, por *defender ideais*. No outro, a insurreição, designação restrita a escravos.

Claro que o reconhecimento de ideais e objetivos nas ações políticas de qualquer movimento contestador da ordem está no ponto de vista de quem conceitua, classifica e define o evento. Nos seus discursos, os rebeldes da Balaiada sempre se referiam ao seu movimento como *revolução*, clamavam o povo a aderir à revolução, pediam que não esmorecessem na luta pela revolução. Como destaca José Honório, “todos os movimentos almejaram sempre a designação de revolução, a que se junta sempre um adjetivo qualificativo para dar-lhe historicidade”. (1965,104)

apresentados; 3.000 reduzidos a fome após decretação da anistia e 3.000 negros insurretos. Conforme Domingos Gonçalves de Magalhães, *op cit*, p. 62-63; e no ofício que o chefe rebelde Francisco Lopes Castello Branco escreve ao Comandante das forças Expedicionárias Francisco Sérgio de Oliveira, participa-lhe que por toda a província possui “onze a doze mil homens em armas em defesa da Constituição do Império e contra estes opressores do trono de Sua Magestade o Senhor dom Pedro 2º”, em 16/12/1839. *Documentos para a História da Balaiada*, *op cit*, p. 227.

Destacamos ainda a possibilidade de ter sido agregada ao conflito a expressão “guerra civil”, utilizada por Gonçalves de Magalhães em sua “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão”. Como primeiro texto historiográfico sobre a Balaiada, não obstante influenciar profundamente a produção historiográfica posterior, foi ignorado no que concerne à denominação do conflito. Não permaneceu nem a designação “revolução”, nem “guerra civil”, expressão utilizada várias vezes por Magalhães para referir-se ao evento.

Considerando que o conflito apresentou características de guerra civil, pois esta se define como guerra entre grupos sociais de um mesmo país ou integrantes de um mesmo Estado ou nação, pesou muito a não consideração no período de que todos aqueles grupos sociais envolvidos pertencessem a uma mesma nação. A imagem mais forte do conflito e a que obteve interesse em ser fixada foi a de ação armada de grupos “bárbaros”, “inferiores”, que, insatisfeitos, explodiram sua ira em atos irracionais contra a parte “civilizada” da sociedade.

Tendo sido os homens livres pobres os principais líderes do movimento, nos propusemos a entender suas ações sem nos preocuparmos em compará-las a um modelo previamente definido de ação política (se tinha fundamentação ideológica consistente, se pode ser considerada *partidária*, se tinha consciência de grupo ou de classe). Ação política intensa foi o que eles expressaram e quisemos entender como se deu.

Até aqui entendemos que as ideias políticas do período se difundiram pela sociedade maranhense e que as ações políticas se desenvolveram articuladas entre os diferentes segmentos sociais; que ocorreram trocas intensas entre estes diferentes grupos/segmentos sociais. Pensamos também que ficou claro que estes, vivendo um mesmo contexto, compartilhavam muitas insatisfações e esperanças, embora isso implicasse perceber diferentes percursos, diferentes demandas, o que se

traduzia em diferentes significados para a luta entre os grupos da elite proprietária, elite intelectual, homens livres pobres e escravos.

Resta-nos ver agora quais significados emergiram ao pesquisar a documentação que registrou as ações rebeldes.

A Politização da gente simples da província

Uma vez que a criação da nação liberal e sua respectiva ordem se dariam ancoradas na feitura de legislações, pensemos no conflito advindo dessas mudanças, uma vez que, como nos esclareceu Edward Thompson,

As regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais dos direitos e *status* dos homens e contribuem para a auto definição ou senso de identidade dos homens como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm-se travado. (THOMPSON, 1987, p. 358)

É certo que em uma sociedade vincada pelas hierarquizações de classe, raça, gênero e assentada no trabalho escravo, as disposições legais seriam criadas em sintonia, de forma a assegurar esses aspectos, eixos do ordenamento e das relações sociais. Porém, como disse Thompson, se a lei "define e defende as pretensões das classes dominantes aos recursos e à força de trabalho - ela diz o que será propriedade e o que será crime", ela também opera "como mediação das relações de classe com um conjunto de regras e sanções adequadas". (THOMPSON, 1987, p. 349)

Dessa forma, entendendo que a lei também pode ser percebida na perspectiva de "esfera de conflitos", como regras e sanções que mantém uma relação ativa e tensa com as normas sociais é que dialogaremos com nossas fontes, rastros da reação/participação dos grupos populares, frente ao esforço legal do ordenamento social moderno. Este, no caso brasileiro, começou com a outorga da Constituição de 1824, seguida da elaboração

dos demais Códigos Liberais, das legislações provinciais e das posturas municipais.

Se a legislação foi usada para submeter, também foi usada como estratégia de ação nas lutas de poder, de adaptação às novas circunstâncias e de criação de identidades no processo histórico. Afinal, enquanto o indivíduo ou grupo percebe a si mesmo e ao outro, enquanto tomam consciência do seu lugar nas relações de poder, da diferença de posições na sociedade em que vive, o indivíduo/grupo está, ao mesmo tempo, se politizando e construindo sua identidade, inclusive, reinventando-a.

Os indígenas, os caboclos e os demais mestiços interagindo na área de fronteira do sertão maranhense não responderam politicamente apenas com a violência tão empregada pelo Estado, atacando as áreas que lhes eram usurpadas ou “que se civilizavam”. Também tentaram negociar e atuar dentro das regras constitucionais, das leis provinciais, incorporando elementos liberais e modernos, como a ideia de cidadania, construindo alianças políticas, negociando com o Estado e com os outros grupos sociais.

Lembramos que no início da Regência ocorreu empenho das autoridades representantes do governo imperial no sentido de implantar um efetivo liberalismo, com maior descentralização, autonomia política dos cidadãos como prescrito nas novas leis.

A própria escolha de quais autoridades seriam nomeadas como presidentes de província indicam muito do jogo político e das estratégias do governo central. Assim, podemos observar que os três primeiros presidentes da província maranhenses, no período regencial, foram advogados ou juristas: Cândido Vianna, Vieira da Silva e Antônio Pedro da Costa.

A partir de 1837, são nomeados o Capitão de Mar e Guerra Bibiano de Castro, o ex-presidente de província Vicente Camargo, o Tenente

Coronel de Engenharia Manuel Felizardo e, por fim, o Coronel Luís Alves de Lima. Podemos dizer que as nomeações até 1837 apontam a intenção da regência liberal de governar com fidelidade à lei, de forma moderada, coordenando as diversas autoridades, instruindo estas sobre como agir seguindo as estratégias definidas pelo Estado Moderno. A partir de 1838, a escolha dos presidentes aponta para o controle social e para a imposição mais dura da obediência ao centro.

Esse esforço de valer a nova legislação liberal pode ser observado na atuação do primeiro presidente da província maranhense do período regencial, Cândido Vianna.

O cidadão Jose Pereira de Miranda entrou com Requerimento junto a este presidente porque, por ordem do juiz de paz, fora mandado sair da freguesia de Monção, por um simples despacho. O argumento de José Miranda foi de que o juiz não guardara as formalidades da lei. Em resposta, o presidente da província oficiou ao juiz ordenando-lhe que mandasse chamar à sua presença o indivíduo denunciado, e depois de ouvir três testemunhas, obrigasse o cidadão a assinar *Termo de Bem Viver*, se descriminasse a pena proporcionada nos limites de sua alcada, que só seria aplicada em caso de reincidência do delito. Recomendou ainda que o juiz procurasse guardar os direitos civis e políticos dos cidadãos e que qualquer falta cometida em objeto tão delicado, se faria efetiva sua responsabilidade pelos meios competentes.⁹

O mesmo esforço pode ser observado no caso da crioula Maria Joana, que chegou até o presidente por suspeita de *ser fugida*. Como ela alegara ser livre e residir em Alcântara, foi encaminhada ao juiz de paz daquele

⁹ APEM – FSG, Série Correspondência do PPv a diversas autoridades. Ofício do PPv Cândido Vianna ao juiz de paz da Freguesia de Monção, Jacinto Gomes, 20/02/1830.

distrito, para que este verificasse a veracidade das alegações de Maria Joana.¹⁰

O mesmo presidente, ao receber o preso Domingos de Azevedo, encaminhou-o de volta ao juiz de paz, recomendando-lhe que aplicasse a pena conforme o acusado merecesse, mas que não deixasse de considerar que o preso era casado, não devendo dar-lhe destino sem esgotar antes todos os meios de lhe dar correição.¹¹

Também recorreu à justiça a índia Anna Surana, utilizando-se da “Queixa”, recurso previsto na Constituição de 1824, Art. 179. A índia representou ao Presidente da Província, Cândido Vianna, contra a atuação do Juiz de Paz da freguesia de São Miguel de Lapa e Pias, Jozé Alexandre Nugueira. Recebendo a Representação de Anna Surana, o Presidente Cândido Vianna pediu ao juiz de paz que se explicasse, ao que este lhe respondeu em ofício:

Sr Presidente, em observância ao seu despacho que trata da representação feita contra mim pela índia Anna Surana, desta povoação, tenho a dizer que é falsa sua representação:

1º Representa essa índia que tenho sido o motivo dos índios desta povoação desertarem, o que é falso, o que pode ser verificado por V Ex^a pela Attestação que faz o Principal destes mesmos índios. Esta índia representa sem temor e posso esclarecer que tudo por ter saído mais votos de maior número juiz de paz e que a ter sido suplente nada desta maneira teria acontecido...

2º Representa essa índia que posso dois escravos inferiores que servem a mim e a minha família, sem mais rendas, chamando-me de pobre. Sou pobre sim, mas honrado, nada devo e vivo satisfeito com o que tenho...

3º Representa essa miserável índia que o comandante deste distrito foi nomeado por proteção para dele tirar os meios de subsistência....

¹⁰ APEM – FSG, Série Correspondência do PPv a diversas autoridades. Ofício do PPv Cândido Vianna ao juiz de paz suplente da Freguesia da Conceição da Capital, Antonio Gomes Claro, 30/06/1830.

¹¹ APEM – FSG, Série Correspondência do Presidente da PPv a diversas autoridades. Ofício do PPv Cândido Vianna ao juiz de paz suplente da Freguesia da Conceição da Capital, Antonio Gomes Claro, 17/12/1830.

4º Representa essa índia ou o seu letrado [aquele que escreveu a representação pela ela], que daqui só faço as barbaridades com indecentes meios de interesses, inclusive tenho V Ex^a atestações dos homens fidedignos desta freguesia a meu favor....

Diz essa índia ou seu letrado, que iludi os índios para me elegerem juiz de paz. Conhecido esta falsa calunia porque tendo este mesmo letrado feito com que se desmanchassem as cédulas daquelas a quem pode iludir das eleições, como se desmancharam em caso de um Sr. que diz ser cidadão nobre, mas nunca procurado por o publico logo que seguisse que os povos tenham votado em mim, todos eles para que desmanchando parte das cédulas. Se fui eleito juiz de paz este é o motivo Exmo Sr. de todas essas intrigas e chegamos de haver letrado que fizesse semelhante representação.¹²

Segundo o documento, podemos concluir que a índia Anna Surana representou contra o juiz porque este não representava os interesses dela e os de sua comunidade. Para ela, o juiz enganara a todos, pois pediu aos índios que o elegessem juiz de paz, mas, ao invés de representá-los, prejudicava-os com a prática do recrutamento, sendo a razão dos índios desertarem. Certamente, referia-se a índia, ao esvaziamento da aldeia com a fuga ao recrutamento, de responsabilidade do juiz.

A índia acusou o juiz de, ao invés de representar seus interesses, servir-se do cargo para fazer “barbaridades com indecentes meios de interesses”, como o de nomear como comandante do distrito um seu protegido, para que, por este meio, pudesse “tirar os meios de subsistência”. Ela desqualificou o juiz não só pela sua atuação não-justa, como pelo fato do juiz não possuir renda ou prestígio social condizente com o cargo, chamando-o, ou melhor, acusando-o de pobre, evidenciando a partilha pela índia, das representações hierárquicas, ou do uso delas, inclusive em defesa própria, conforme a conveniência.

¹² APEM – FSG, SA, Série Ofícios de Juiz de Paz, ano 1830. Ofício do Juiz de Paz, Jozé Alexandre Nogueira, da freguesia de São Miguel da Lapa e Pias, ao PPV Cândido Vianna, 16/04/1830.

Na análise da série documental “Requerimentos e Processos ao Presidente de Província” para o período de 1831 a 1834, são raros os processos que poderíamos enquadrar como Queixa. Consistem principalmente de processos administrativos.

Na série seguinte, no ano de 1837, tornam-se frequentes as Queixas fundadas no argumento de recrutamento injusto, porém, em geral, elas são deferidas, como as dirigidas ao Presidente da Província Maranhense, Bibiano de Castro (05/1837- 03/1838).

Por exemplo, Antonio Bernardo Pestana, de 90 anos, que vivia no Pirangi do Itapecurú-Mirim, pediu a escusa do serviço militar para seu filho que sustentava a si e a sua família, já que seu outro filho foi assentado no exército, no Pará. O juiz de paz atestou a versão do suplicante e afirmou ser justo que ele fosse atendido. O Presidente Bibiano de Castro deferiu o pedido, em 14/10/1837.¹³

Antonia Maria Rodrigues, descrita pelo juiz de paz no processo, como “viúva, vítima de deplorável abandono, e extrema pobreza”, solicitou justiça e soltura de seu filho único que a sustentava. O juiz esclareceu que o recrutador, o alferes Pacheco, não respeitou as Instruções de 10/07/1822, que conferia isenção de recrutamento aos filhos únicos de pessoas viúvas. Além disso, o alferes indeferiu o pedido da suplicante, apesar dela ter anexado a ele, certidão de batismo do seu filho, emitida pelo pároco, e um atestado dos cidadãos probos do local, alegando o alferes que os atestados não tinham fé. O presidente Bibiano de Castro deferiu o pedido, aceitando a escusa do recrutamento, em 09/10/1837.¹⁴

¹³ APEM – FSG, SA, Série Requerimentos e Processos ao PPv, ano 1837. Requerimento de Antonio Bernardo Pestana, ao PPv Bibiano de Castro, em 3/10/1837.

¹⁴ APEM – FSG, SA, Série Requerimentos e Processos ao PPv, ano 1837. Requerimento de Antonia Maria Rodrigues, ao PPv Bibiano de Castro, em 15/09/1837.

O índio Agustinho Lopes procurou Antonio Joaquim Carvalho para que este escrevesse por ele uma súplica de soltura para seu filho recrutado. Antonio então escreveu que

Agustinho Lopes, índio, viuvo, adoentado, morador no subúrbio desta Villa, tendo hum único filho de nome Jose Lopes que o sustenta. Roga ao Sr. encarregado do Recrutamento soltá-lo pois elle não esta em condições de assentar praça. Assino a rogo de Agustinho Lopes por este não saber ler nem escrever. Antonio Joaquim Carvalho.¹⁵

De posse da súplica escrita, o índio entregou-a ao meirinho Estácio Diaz Britto, que se comprometeu em despacho escrito na própria súplica, a entregá-la em mãos do Tenente Jose do Carmo, encarregado do recrutamento. Em outra página do processo, o meirinho confirma que assim o fez, mas que o Tenente respondeu que não despachava. O caso subiu ao Juiz Municipal de Direito da Comarca do Brejo, e este o encaminhou ao Presidente Bibiano de Castro, que deferiu o pedido: “Seja solto o filho do suplicante de que trata o presente requerimento”.

Com a documentação acima procuramos evidenciar o entendimento da legislação liberal, o acesso a ela, o uso dela pelas pessoas simples para se defenderem das injustiças. Com a virada conservadora, podemos observar mudança de conteúdo das Requerimentos populares, bem como da conduta das autoridades, relacionadas ao deferimento ou não das solicitações, principalmente quanto ao recrutamento militar.

O ano de 1838 significou uma guinada na direção da província maranhense e no cotidiano da população. A nomeação de Vicente Camargo para presidente da província, em 3/03/1838, significou uma brusca mudança no sentido do maior controle social, da centralização e também

¹⁵ APEM – FSG, SA, Série Requerimentos e Processos ao PPv, ano 1838. Requerimento do índio Agustinho Lopes, ao PPv Bibiano de Castro, em 2/01/1838.

das tensões sociais e políticas. Tanto assim que apenas 9 meses após sua posse, eclodiu a Rebelião da Balaiada.

Assim que empossado como presidente da província, Vicente Camargo se articulou aos políticos conservadores, naquela província denominados "cabanos", que aprovaram a "Lei das Prefeituras" em 4/07/1838, e que ele sancionou. A lei transferia a maioria das funções do juiz de paz, autoridade eleita em primeira instância pelo voto direto da população, para os prefeitos, autoridades do executivo, diretamente subordinadas ao presidente da província.

As mudanças tiveram impactos radicais no cotidiano popular, pois se o juiz de paz era a autoridade representante do Estado na localidade, era também a autoridade representante da população, pois fora eleita pelos moradores do lugar. Vivendo no local, a todos conhecia, sabendo muito bem quais filhos não deveriam ser recrutados *porque cuidavam de seus velhos pais*, e quais não cumpriam seus deveres filiais; *os malprocedidos*, as pessoas de bons costumes; os ociosos e aqueles que eram pobres, porém *honrados trabalhadores*. Havia pois um consenso na comunidade, uma partilha de costumes, de um senso de moral e de justiça entre esta autoridade e os moradores/eleitores desta autoridade.

Como dissemos, na série documental "Requerimentos", após 1838, abundam as Queixas contra o recrutamento injusto ou ilegal. O serviço militar constituía-se um verdadeiro drama social, pois impingia aos recrutados os mais variados sofrimentos: o afastamento da família por longos períodos ou, talvez, para sempre; o desamparo à família, o abandono das roças, de suas atividades de sobrevivência; a vida duríssima do cotidiano militar, principalmente durante a Regência, período com ocorrência de muitas guerras, falta de pagamento das tropas, a quase nudez delas, as doenças e até a fome, como informam as mais frequentes descrições nos ofícios dos presidentes da província ao Ministro da Guerra.

A resistência ao recrutamento sempre existiu, mas se acirrou no período regencial e, na província maranhense, com a Lei das Prefeituras, os prefeitos passaram a ter encargos militares e policiais, além de proceder aos recrutamentos nas suas prefeituras.

Na gestão de Vicente Camargo (1838), que tinha sob seu mando as prefeituras, a maioria das solicitações fundadas em Queixa de recrutamento ilegal foram indeferidas. Nestes casos, Camargo indeferia as escusas ao recrutamento, mesmo com todos anexos comprovando tratar-se de ilegalidade ou injustiça. Assim foi quando o juiz de paz da freguesia de São Joaquim encaminhou ao presidente Camargo a Representação de Antonio Bernardo dos Santos:

O suplicante é pobre e vive de sua pequena lavoura nesta ilha, tem dous filhos Manoel Lourenço e Bernadino que o ajudam na pesca e lavoura a sustentar sua numerosa família, estes mesmos foram capturados...Espero que V Ex haja por bem haver do supte comiseração ordenando a soltura de ambos.¹⁶

O juiz anexou um atestado de próprio punho constando que o filho do suplicante “tem sido até o momento de muita boa conduta e amparo de seus pais”. O processo é longo, constando todos os níveis da burocracia percorridos, e chega às mãos do presidente Vicente Camargo um mês depois, e mesmo sendo evidente o recrutamento ilegal dos dois filhos do suplicante, a solicitação foi indeferida, com a simples expressão “Não tem lugar”.

Em 27/08/1838, Ângelo Custodio Nunes, casado, com três filhos menores, morador da Villa de Vianna, que se achava quase cego e era sustentado pelo seu filho ilegítimo (que já não tinha mãe), de nome Mariano, solicitou por meio de uma petição “à autoridade recrutante que

¹⁶ APEM – FSG, SA, Série Requerimentos e Processos ao PPv, ano 1838. Requerimento de Antonio Bernardo dos Santos, da freguesia de Vicente Ferrer de Cajapió, ao PPv Vicente Camargo, em 28/09/1838.

não o recrutasse". O juiz de paz escreveu um atestado e o anexou à petição de Antonio, encaminhando ambos ao Presidente Vicente Camargo: "Atesto que tinha perfeito conhecimento de que Ângelo Custódio Nunes, morador do Termo desta Villa, que está quase cego a mais de dous annos, sendo minimamente pobre he sustentado do serviço de Mariano.¹⁷ Ao processo também se encontra anexado um atestado do cirurgião provado pelo Delegado de Cirurgias do Império, Manoel Lopes de Magalhães, que afirma "ser o suplicante portador de uma oftalmia crônica, quase cego, e impossibilitado para qualquer exercício". Após duas semanas o presidente despachou indeferindo o pedido com a alegação: "Não tem lugar o que o Suplicante requer".

Certamente essas recusas significaram um aumento das injustiças na percepção da população, posto que desrespeitavam a lei de recrutamento, sendo, portanto, interpretadas como arbitrárias.

As explicações do subprefeito do presídio de Santa Cruz, por ocasião de uma diligência para recrutar homens para combater um motim ocorrido às vésperas da eclosão da Balaiada, conflito nomeado pelas autoridades como "O caso dos mocambeiros de São Fernando", indicam a prática de não se importar com a lei e com o senso moral da coletividade:

Mandei avisar toda a gente e alcancei formar uma força de 80 homens deste mesmo termo, entrando neste numero quasi só velhos, casados e pessoas cheias de filhos, que deixarão suas casas ao desamparo; os quais eu ia remetendo em porções para o presídio de Santa Cruz.... perto do dia 21 poderá ter 130 pessoas em estado de mandar contra os mocambeiros.¹⁸

¹⁷ APEM – FSG, SA, Série Requerimentos e Processos ao PPV, ano 1838. Requerimento de Ângelo Custódio Nunes e Atestado do juiz de paz João Raimundo da Silva, ao PPV Vicente Camargo , em 27/08/1838.

¹⁸ APEM – FSG, SA, Série Requerimentos e Processos ao PPV, ano 1838. Ofício do Subprefeito Raimundo da Cruz, do presídio de Santa Cruz, ao PPV Vicente Camargo, de 29/11/1838.

Ou seja, mesmo indicando ter plena ciência de que arregimentando homens casados os filhos destes ficariam desamparados, o subprefeito, ao longo de todo o documento, não indica sinal de constrangimento ou esforço de justificativa.

Diante de todas as situações que envolviam o recrutamento expostas até aqui, podemos concluir pelo seu papel como fomento para a politização dos grupos populares em termos de ação política para defesa da vida, dos seus interesses, da autonomia, da liberdade para cuidar da própria subsistência. Por outro lado, também devemos considerar que a situação do recrutamento para o serviço militar servia como oportunidade de treinamento e circunstância de politização. Como ressalta Marcus de Carvalho, ao refletir sobre a estrutura repressiva da sociedade brasileira no século XIX:

Há muito sabemos que qualquer forma de dominação não apenas exclui, como também assimila gente aos seus quadros... Lá embaixo onde viviam as pessoas mais simples, o Estado fazia-se presente principalmente por meio dos seus aparelhos de controle e repressão. (CARVALHO, 2005, p.884)

Ou seja, ao atrair, forçada ou voluntariamente, os negros forros e os mestiços livres para dentro do aparato repressivo, o Estado oferecia uma experiência transformadora, que certamente contribuiria e muito com a politização desses grupos populares. Experiência não só no sentido do treinamento militar, mas também para desenvolvimento de identidades políticas.

No caso da Balaiada, as diferentes práticas discursivas que a registraram indicam muito da politização operada. A rebelião foi conduzida principalmente por homens livres pobres, envolvendo cerca de 11 mil pessoas. (ARAÚJO, 2001, p.227) O movimento não se resumiu a ações típicas de “capangas mandados pelos seus patrões proprietários”, como

afirmou nossa historiografia tradicional, que partiu quase sempre da ótica da elite para explicar as ações políticas envolvidas no conflito, mas não analisou as evidências da politização dispersa por todo o tecido social na conjuntura daquele evento. (IAMASHITA, 2010).

A análise dos discursos rebeldes da Balaíada sob a perspectiva dos populares, permitiu-nos entender o quanto a transferência das atribuições do juiz de paz para o cargo de prefeito, significou uma desorganização das suas vidas, um retrocesso de autonomia e do formato de representação popular aplicado à judicatura, expresso na eleição do juiz de paz. Interpretavam então que a Lei Provincial das Prefeituras era ilegal, pois ia contra os princípios liberais de uma lei maior, o da Constituição Imperial em vigor.

O próprio evento considerado o marco da eclosão da Balaíada, o assalto à cadeia da Vila da Manga por grupo liderado pelo vaqueiro Raimundo Gomes, foi motivado pelo recrutamento ilegal de seus irmãos. Ilegal, segundo a lei geral de recrutamento vigente, de 10/07/1822. Observemos como Raimundo reagiu diante da "nova ordem de cousas", tal como indicado no ofício do prefeito Joaquim José Gonçalvez endereçado ao presidente Vicente Camargo, em dezembro de 1838:

Acabo de saber que no termo de Igoará, um desgraçado vândalo, de nome Raimundo Gomes, reunindo alguns seus iguais, entrou na Vila da Manga, e apoderando-se do quartel do Destacamento, chamou este a si, e soltou os criminosos que existiam presos... Conforme ofício do subprefeito do dito termo... A força de 1^a linha que há aqui são a maioria de recrutas novos e estão desarmados por isso estou reunindo o maior número possível de paisanos antes que eles se tornem mais formidáveis, o que não é difícil, à vista dos descontentes que existem, avessos a nova ordem de cousas, [grifo nosso] e outros estigmatizados por efeito do recrutamento forçado. (ARAÚJO, 2001, p.32)

Com a expressão à vista dos descontentes que existem, avessos a nova ordem de cousas, certamente referia-se o prefeito à Lei das Prefeituras, que vigorava por cinco meses e que transferia as funções policiais de uma autoridade civil e eleita para uma autoridade de perfil militar, escolhida pelo presidente da província e subordinada diretamente a ele.

O primeiro *Manifesto dos Rebeldes*, assinado por Raimundo Gomes, foi divulgado em 15/12/1838, apenas dois dias pós o marco de irrupção da Balaiada. No texto, a declaração do protesto armado contra as autoridades e as exigências dos rebeldes:

Ilustríssimo sr = João Luiz de Abreu= Vila do Manga= quinze de dezembro de 1838=como me acho nessa vila com a reunião de povos a bem do soego publico, como consta dos artigos seguintes.= primeiro: que seja sustentada a Constituição e garantias dos cidadãos.= Segundo: que seja demettido o presidente da Província, e entregue o governo ao vice-presidente.= Terceiro: que sejão abolidos os prefeitos, subprefeitos, e commissarios, ficando somente em vigor as leys geraes, e as provinciaes, que não forem de encontro à Constituição do Império.= Quarto: que sejão expulsados dos empregos os portuguezes, e despeijarem a Província dentro em quinze dias, com excepção dos casados com famílias brazileiras, e os velhos de 16 annos [sic] pára cima.=Raimundo Gomes Vieira, Comandante da Força Armada.¹⁹

Não respeitar as leis significava para os rebeldes não respeitar a Constituição, que teria sido desrespeitada com a criação da lei das prefeituras, que feria o funcionamento dos poderes estabelecidos pela lei maior da nação. Nesse sentido, quem cometia tal ilegalidade, a de desrespeitar a lei eram os conservadores, ora chamados por cabanos, ora por "portugueses", referindo-se ao grupo dominante antes do Ato de 1834.

Afinal os "portugueses", então naturalizados desde o juramento da Constituição de 1824, foram afrontados desde o processo de

¹⁹ Manifesto de Raimundo Gomes enviado a João Luiz de Abreu, em 15/12/1838.

Independência, quando seus cargos e privilégios passaram a ser disputados com os brasileiros, principalmente, a partir da ascensão dos liberais na província. Basta lembrar as repercussões da Proclamação Tropa e Povo, de 1831, cujas medidas, mesmo tendo durado apenas três meses, efetivamente retiraram os portugueses adotivos dos cargos provinciais.

Em novembro de 1839, o Presidente da província Maranhense, Manuel Felizardo, enviou correspondência ao Ministro da Guerra informando sobre a insurreição de escravos, *sugestionados* por Cosme, um negro livre, mas que, no relato do presidente, é referido como “escravo por nome Cosme”:

É do meu dever não omitir que de meado para fins de novembro manifestou-se na comarca do Itapecuru, nas vizinhanças do rosário uma pequena insurreição d'escravos, á que dera lugar o abandono, em que por causa da rebellião se achão as fazendas, e as sugestões d'un escravo por nome Cosme evadido das cadeias d'esta cidade, que aproveitou o ensejo para induzir os escravos de alguns 20 círios á subtrahiem-se ao domínio dos seus senhores, pegando das armas todas as providências, para que não engrossasse... (corroído) fizesse progressos tão perigoso ajuntamento, e... Creio entretanto que dos quatrocentos negros reunidos á esta hora ter-se-hão muitos debandados; e soi de acordo com o commandante das forças ... devo porem significar a v. Exa que este ajuntamento muito menos terror do que á primeira vista deveria fasel-o, por isso que quase todos os indivíduos que o compõem estão inermes, alguns tem arcos, e flexas, mui poucas armas finas, e em mão estado o que temível é o contagio do mão exemplo sobre os outros escravos, e a juncão dos insurgentes com os rebeldes, e isto o que me empenharei.
(ARAÚJO, 2001, p. 155)

Tais articulações sociais, eram vistas pelas autoridades como perigosas, principalmente as que envolviam escravos. Na forma como Felizardo descreve o perigo da nova situação, a de virem os escravos insurreicionados se juntarem com os rebeldes livres e de contagiarem os

escravos da província, transparece uma ideia de sociedade onde os espaços de vivência de escravos e livres não se misturassem, onde as fronteiras de suas relações estariam delimitadas, escravos de um lado, livres de outro.

Todavia, apesar desta linha divisória brutal entre a situação de livre para a de escravo, nas relações cotidianas seria impossível um não contato, um não contágio, uma impossibilidade de troca de ideias, de notícias, de valores e favores.

Que dizer da situação dos escravos de aluguel e sua mobilidade nos centros urbanos? Ou dos trabalhadores nas fazendas de gado do Maranhão, cuja documentação nos indica a presença de um escravo para cada cinco homens livres, e da circulação de recrutas e desertores entre batalhões dentro da província ou entre províncias e que se escondiam nas matas, entre indígenas ou entre quilombolas?

Analisemos agora o documento “Apelo do Povo da Província do Maranhão”.²⁰ O documento possui 8 páginas e trata-se de uma Representação dirigida à Assembleia Geral, na Corte, e assinada pelo rebelde pertencente a tradicional família proprietária de terras no Piauí, Francisco Gil, em 1840, quando liberais letRADOS, populares e proprietários há muito se articulavam.

Segundo este manifesto, a Constituição não imperava porque à frente da justiça estavam os portugueses (cabanos). Poderiam ter dito que os portugueses estavam à frente da administração, dos cargos públicos ou da política, mas a representação mental de justiça ainda abarcava a ideia de gestão da sociedade, no sentido de “administração da justiça”. Assim, à frente da “justiça”, os portugueses naturalizados, ou os brasileiros pela Constituição, continuavam a agir como se possuissem todos os privilégios

²⁰ AN – Coleção Duque de Caxias, Cx. 808, pasta 1, doc. 34, 4 fls. Apelo do Povo da Província do Maranhão. Assinado por Francisco Gil Castelo Branco, Roberto Jose de Mario e Anastacio Pereira da Costa à Assembleia Geral- Rio de Janeiro, em 15/05/1840.

anteriores ao texto constitucional. Insistiam em não respeitar a cidadania dos brasileiros.

Agir com arbitrariedade, sem obedecer a lei, é o que autores denominaram de “despotismos”. Os mesmos, dão então exemplos desses despotismos praticados pelos portugueses: insultar famílias de brasileiros natos, prender e desfeitar redatores, assentar praça a outros, encarcerar cidadãos e colocá-los inclusive em tronco de pescoço, castigo exclusivo aos escravos, recrutar velhos e moços, casados e solteiros indistintamente, e não conforme especificado em lei, e até morte sem causa legal e sem processo.

Com data de dois meses após esta Representação encabeçada por Francisco Gil, Raimundo Gomes escreveu uma carta de 10 páginas, na qual respondeu ao major Feliciano Falcão sobre as condições para que sua tropa entregasse as armas. Trataremos apenas dos pontos que julgamos fundamentais. Raimundo inicia dizendo que os rebeldes.

pegamos nesta causa nem matando nem roubando e so o que queríamos era a Ley da Constituição [mas] se via o povo atacado os comissários impuseram ordens de mattar... os perfeitos [prefeitos] expedindo ordens de recrutarem solteiros e cazados, moços e velhos. Ora senhores digão se isto he Constituição... queirão senhores dizer com que razão querem ultrajar a sua mesma nassão.²¹

O autor insiste no pertencimento à nação, pois, para ele, o ultraje aos homens de cor significava ultrajar igualmente a mesma nação, ou seja, reivindicava a distinção de integrante da nação brasileira para os homens de cor, utilizando-se de expressão básica do princípio liberal—“*a Ley é igual para todos com todos os seus artigos e todos os seus paragrafos firmemos*

²¹ AN– Coleção Duque de Caxias, Ofício de Raimundo Gomes Vieira Jutahy ao Major da tropa legalista, Feliciano Falcão, em 10/07/1840. Cx. 808, pasta 1, doc. 45, 5 fls.

a *ley igual*", e refere-se também ao princípio de igualdade do discurso religioso: "por ventura esses homens de cor não serão filhos de Deos?"²²

Esta ideia fica claramente expressa quando se refere à questão da divisão social entre cidadãos e não cidadãos, questão chamada por ele de "negócio tramado por meio do Segredo da Sociedade Massonica que sejão Cidadoens os Brancos e Ricos e que todo o povo de Cor que esteja no abito de desprezar que sofra o pezado jugo do absolutismo e da escravidão".²³

O âmbito deste capítulo não nos permite explorar os significados presentes na ampla documentação pesquisada, mas cremos que atendemos aqui nossa pretensão que foi a de indicar a intensa politização dos grupos populares em momento de tantas mudanças fundamentais como foi o momento inicial da construção da Nação e do Estado Brasileiros.

Com certeza, aquele ordenamento social foi objeto de interesse e intensa participação de todos os grupos sociais, e não só daqueles apontados por nossa tradicional historiografia. Os índios, negros, mestiços pobres e desfavorecidos não ficaram apáticos olhando o desenrolar da política como meros observadores, como se a política fosse algo exclusivo das elites e/ou do âmbito do Estado, construindo-se fora do alcance de suas mãos.

Aquela política afetava sobremaneira suas vidas, por isso a elas reagiram e delas participaram, porque eram capazes sim de se indignar com uma situação de injustiça, do uso arbitrário do poder, e de escolherem agir por meio de uma ação política efetiva, individual ou associada a grupos, e não apenas como simples "paus mandados".

Não houve, como afirmou nossa tradicional historiografia, um primeiro estágio da rebelião onde só agiam os liberais proprietários e/ou

²² *Idem Ibidem*

²³ *Idem Ibidem*

liberais letrados, e um segundo estágio, quando ocorreria um "transbordamento" de rebeldia do seio da elite, quando os pobres ou despossuídos foram contagiados ou seduzidos para a rebelião.

Estes grupos sociais agiram juntos, ainda que o início da rebelião, o maior engajamento e a maior exposição tenham sido dos homens livres pobres. Este grupo, onde predominavam os mestiços, vaqueiros, roceiros, artesãos, juntamente com escravos, proprietários e autoridades liberais agiram de forma articulada desde o começo, união fruto de uma situação geral de descontentamento com o retrocesso das conquistas liberais alcançadas após a Independência e a Abdicação.

Finalmente, os documentos apresentados neste capítulo indicaram que no processo de construção da lei houve mediação da sociedade, remetendo-nos à reflexão de Thompson de que “a lei media as relações de classe existentes”. A lei foi um palco onde se “travaram os conflitos sociais”, pois foi sendo construída a partir das práticas sociais, incorporando as demandas da sociedade, reinventando-se frente à ação política dos grupos sociais populares, por meio de suas ações de adesão, resistência e negociação.

Abreviaturas Usadas na Indicação das Fontes:

APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão

FSG - Fundo Secretaria de Governo

FCPC - Fundo /Coleção: Polícia da Corte

SM - Seção de Manuscritos

SA - Setor de Avulsos

PPv - Presidente de Província

AGCRJ - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AN – Arquivo Nacional

Bibliografia

ALENCASTRO, Luís Felipe, *Memórias da Balaiada e os balaios: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães*. Novos Estudos CEBRAP, N. 23, P. 7-13, 1989, p. 9.

AMADO, Janaína. Região, sertão e nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, 1995, pp. 145-151.

AMARAL, José Ribeiro do, *Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão*, 1898, v.2.

ARAÚJO, Maria Raimunda (org.). *Documentos para a História da Balaiada*. APEM. São Luís: FUNCMA, 2001.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig, Cabanos contra Bem-te-vis, In: PRIORE, Mary Del, e GOMES, Flávio, *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig, Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCSÓ, István (org.), *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2005.

CARVALHO, José Murilo. Prefácio da reedição de 1995 de *Jornal do Timon: Partidos e Eleições no Maranhão(1852 a 1858)*. Companhia das Letras: 1995.

CARVALHO, Marcus J M., Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848). In: JANCSÓ, István (org.), *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2005.

CASTRO, Iná Elias. *Explorações Geográficas: percursos no Fim do Século*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

DIAS, Claudete Maria Miranda, *Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

GINZBURG, Carlo, *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio B., A Regência. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1967, tomo II, v.2.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer., *Modernização e Rebeldia: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)*, Tese de Doutorado em História, PPGHIS, Universidade de Brasília 2010.

LEONARDI, Victor, *Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15, 1996.

MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de, “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão, desde 1839 até 1840”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 23, p. 14-66, mar., 1989. Publicação original: 1848.

PRADO Jr., Caio, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 2007(1^a:1970).

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memória sobre as nações gentias que habitam o Continente do Maranhão, em 1819. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Ano 1839, nº 10.

RODRIGUES, José Honório, *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 104.

SAMPAIO, Patrícia, Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia Portuguesa. In; PRIORE, Mary Del, e GOMES, Flávio, *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SANTOS, Maria Januária V., *A Balaiada e a Insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

THOMPSON, E. P., *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Parte IV

Imprensa e Literatura

Narrativas da Balaiada na obra de Hélio Benévola Nogueira – *A Escrava Romana*

Jakson dos Santos Ribeiro
Maria dos Santos Damasceno Sousa

Introdução

O presente trabalho trata sobre as representações históricas da Balaiada no romance *A Escrava Romana*, de Hélio Benévolo Nogueira. A obra trata de um romance ocorrido no século XIX, dentro do Período Regencial, entre uma mulher negra e um homem branco, na província do Maranhão, com expressividade maior na cidade de Caxias e no estado vizinho, Piauí, no contexto da Revolta da Balaiada. Nessa tônica discursiva, partindo da perspectiva da narrativa ficcional com elementos do real, a pesquisa centraliza-se em analisar as representações do movimento dentro da obra do escritor Hélio Benévolo Nogueira, o romance *A Escrava Romana*.

Nesse caso, os movimentos de reivindicação contra a falta de assistência do Estado apresentavam um conjunto de ações espalhados pelo Brasil a fim de recuperar tais direitos, como por exemplo, a Balaiada, que teve, por sinal, o olhar de diversos autores que se tornaram clássicos da historiografia brasileira, principalmente relacionados ao contexto da Independência, tais como Albuquerque (1981); Fernandes (1976); Faoro (1976); Holanda (1978); Mota (1972); Rodrigues (1975).

Nesse sentido, para constituir um diálogo sobre as possibilidades de escrita deste estudo, à luz da Literatura, realizamos uma interlocução com os apontamentos teóricos e metodológicos possíveis, a partir da História

Cultural, que ampliou novos horizontes permitindo construir trabalhos como esse, que versa sobre a ruptura dos paradigmas tradicionais, fazendo com que a história passe a dialogar com diversos campos, como a cultura, a cultura letrada, as representações e as práticas discursivas partilhadas pelos diversos grupos sociais, no caso, o movimento da Balaiada.

A História Cultural assinala as mudanças epistemológicas vistas sob esse novo olhar, onde o historiador se orienta através das representações, podendo, assim, estudar a vida social e suas representações dentro de um contexto histórico. A pesquisa fundamenta-se em autores como: Astolfo Serra, com a obra *A Balaiada* (1948); Rodrigo Otávio, *A Balaiada* (1939); Claudete Maria Miranda Dias, *Balaio e Bem-Te-Vis* (2002); Maria de Lourdes Mônaco Janotti, *A Balaiada* (1991); Carlos Lima, *História do Maranhão* (2008); Mário M. Meireles, *História do Maranhão* (2008) e o Jornal *A Chronica Maranhense*, dentre os quais nos ajudaram a tratar sobre o movimento revolucionário da Balaiada.

Vislumbrando a compreensão do simbolismo da Balaiada e a representação desse movimento nos textos e autores que pensaram acerca deste movimento, nos apoiamos nas considerações de Sandra Jatahy Pesavento, especialmente quando a autora reflete sobre os aspectos epistemológicos da história, com a abordagem da História Cultural e a complexidade da dinâmica social. Além da relação entre História e Literatura, mediante suas aproximações e distanciamentos quanto às representações sociais pelas quais se pode identificar dentro desses dois campos.

Assim, as contribuições de Roger Chartier (2000) e Pierre Bourdieu (1989), se tornam válidas, sobretudo para pensarmos acerca de como entender as representações do mundo e como são construídas, forjadas pelos interesses dos grupos que as constroem, a partir do seu lugar de fala.

Nesse caso, o social e as percepções elaboradas sobre ele não devem ser consideradas como discursos com expressiva neutralidade, pois, independente de quem as produz, elas impõem um aspecto autoritário em relação aos outros, ou seja, legitimam e justificam suas posições acerca dos fatos. Chartier considera, nesse sentido, que as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.

O contexto dentro do texto: aspecto do movimento

O Brasil do século XIX foi marcado por vários conflitos, como por exemplo, a abdicação de D. Pedro I (1831) e a declaração da maioridade de D. Pedro II (1840); foi marcado também por elevado número de levantes, insurreições e revoluções por todo país, como a Sabinada e a Revolta dos Malês, na Bahia; a Revolução Praieira, Setembrada e Novembrada, Abrilada, Cabanada, em Pernambuco; a Vinagrada e a Cabanagem, no Pará; no Rio Grande do Sul, a Farroupilha; a Balaiada, no Piauí e Maranhão, entre outros movimentos. No entanto, frisamos que a Balaiada, no Maranhão, será nosso enfoque neste estudo. Salienta-se que os motivos que provocaram esses movimentos variam de região para região, partindo dos descontentamentos com a situação social até brigas entre partidos que afetavam diretamente a população.

O movimento social Balaiada, ocorrido nos anos 1838-1841, foi impulsionado pelas medidas políticas do governo da Província, que tinha por objetivo beneficiar o partido que estava no poder, os conservadores cabanos, e atacar diretamente ou indiretamente os seus adversários políticos, os liberais, Bem-te-vis, que quando estavam no poder se utilizavam da mesma prática, segundo Janotti (1998):

A Província do Maranhão estava conturbada por acerbas disputas políticas entre bem-te-vis e cabanos, desde a abdicação de D. Pedro I. A renúncia de Feijó aprofundara as divergências no grupo social dominante, acentuando os antigos ressentimentos gerados pela Setembrada de 1831. Naquela ocasião, a repulsa à influência dos portugueses e ao absolutismo do monarca congregara um grupo político, que se identificava aos liberais exaltados e que, posteriormente, foi várias vezes acusado de espousar idéias republicanas. Os exaltados maranhenses nunca admitiram publicamente ser adeptos das perigosas doutrinas de Comte, e embora existissem entre eles alguns republicanos, eram em números inexpressivos. Durante o governo de Feijó, os liberais, popularmente chamados de bem-te-vis, exerceram completa autoridade sobre a província, relegando seus antagonistas, os cabanos, ao ostracismo político. Estes, haviam-se originado do partido português, que pretendia a volta de D. Pedro I ao Brasil; e em 1838 identificavam-se com a política centralista de Bernardo Pereira de Vasconcelos (JANOTTI, 1998, p.45).

Sabe-se que o que levou à revolta da Balaiada, aqui no Maranhão, foram as medidas políticas tomadas pelos cabanos ao ascenderem ao poder. A luta política no Maranhão era a mesma que se dava em todo país, decorrentes das disputas entre os grupos dominantes que procuravam implantar suas ideologias. As questões entre quem era brasileiro nato, e quem não era, também provocavam desavença e desordem. O assassinato de Raimundo Teixeira Mendes, considerado chefe da oposição, provocou uma campanha nos jornais contra os cabanos que ocupavam o poder provincial:

[...] a imprensa maranhense, considerada uma das mais importantes da época, era comandada por dois homens de vinculação partidária de grande destaque: João Francisco Lisboa, deputado liberal na assembleia Provincial, e Francisco Sotero dos Reis, deputado situacionista. Os jornais mais importantes eram a *Crônica Maranhense*, órgão da oposição e o *Investigador Maranhense*, que defendia a política oficial.

Tal campanha jornalística era secundada por uma dezena de pequenos jornais, destacando-se entre eles o famoso Bem-ti-vi, de Estêvão Rafael de Carvalho, que sempre pregara abertamente revolução e dedicava-se à desmoralização sistemática de pessoas ligadas ao governo (JANOTTI, 1998, p.47).

Nesse contexto, no Rio de Janeiro era discutida a Lei de Interpretação do Ato Adicional que modificava a Constituição outorgada por D. Pedro I. Por essa via, a Assembleia da Província aprovava duas leis que provocaram mudanças na estrutura de poder político do município. Segundo a Lei dos Prefeitos:

[...] Lei dos Prefeitos, que na prática instituía uma autoridade com ilimitados poderes, os quais, aliás, ainda se estendiam aos agentes ou subprefeitos, todos de nomeação exclusiva do presidente, competindo-lhes assim a execução de todas as ordens de seu chefe, que lhes diziam claramente: “Faça o que lhe digo e não se importe com a lei”. Entre as muitas atribuições dadas aos prefeitos pela Lei no. 79, de 26.7.1838, era-lhes permitido “fazer dissolver os ajuntamentos ilícitos, ou em que houver manifestos perigo de desordem; destruir os quilombos e coito de malfeiteiros; exercer a atribuição que competia aos juízes de paz e aos chefes de Polícia”; aos subprefeitos: “prender os que deverem ser presos”; e competindo aos comissários de Polícia “executar as ordens do prefeito” [...] (LIMA, 2008, p.195-196).

Desse modo, o prefeito procurava buscar os poderes que lhe foram constituídos para prejudicar os seus oponentes e enfraquecê-los. Nessa ocasião, o irmão de Raimundo Gomes, funcionário do padre Inácio, que pertencia ao partido liberal Bem-te-vis e que era adversário político do grupo dos conservadores cabanos, acaba sendo preso, um dos motivos para eclosão da Revolta da Balaiada (SERRA, 1948):

Ora, o fenômeno da BALAIADA se manifestou, de maneira insofismável, precisamente, quando uma onda de descrença, de desesperos surdos, se alastrava por tôdas as classes oprimidas do Maranhão. A grande massa de

sertanejos esperava a palavra de ordem de seus mentores políticos. Entre o governo, ou mais certo, entre os chefes da política dominante e a massa de tódas as camadas sociais, cavou-se um abismo. A cisão era evidente, tendo-se quebrado todos os vínculos de direção entre o poder público e o povo.

A revolta dos Bentevis manifestou-se como um vigoroso surto de socialismo primitivo. Desde o seu início a sua dominante é a das rebentinas de massa. O pequeno grupo de vaqueiros chefiados pelo mulato Raimundo Gomes constituía, a clássica “multidão psicológica” de Le Bom, isto porque, dêsse grupo se irradiou para outros grupos, o hipnotismo das massas inconscientes, que, em épocas decisivas da história, tomam a si a responsabilidade de numerosos acontecimentos (SERRA, 1948, p.134).

Há de se considerar que o que essa massa buscava era uma liberdade que não veio através do diálogo, foi necessário pegar em armas e usar de força para consegui-la, ainda que momentânea. Para Everardo Dias (1977):

A liberdade não é uma palavra oca, nem mesmo quando se refere à liberdade burguesa, embora muitas vezes houvéssemos zombado dela. A gente sabe o que vale quando essa liberdade desapareceu dos Códigos por um estado de sítio perpétuo, foi riscada por um governo totalitário ou abolida por um ditador. A desgraça proporciona muitas ligações e quando somos atirados ao calabouço de um presídio e lá ficamos sepultados entre quatro sólidas paredes e grades de ferro ou então tangidas como feras para barracões cercados com fios eletrificados nos campos de concentração; quando se anda peregrinando pelo mundo, perdida a família, lar e pátria, como tem acontecido a muitos de nós e ainda está acontecendo em diversas regiões da Terra – é que se dá valor a essa grande, imensa felicidade, representada pela faculdade de falar, opinar, escrever, viajar livremente, sem ter quem nos interrompa, nos interogue, espione, acompanhe, siga nossos passos, anote com quem trocamos algumas palavras de cortesia – um olho procaz e maldito, que nos persegue até no recesso de nossa habitação[...] (DIAS, 1977, p. 23-24).

Contudo, os revoltosos ao buscarem sua liberdade foram presos e massacrados dentro do movimento da Balaíada pelos cabanos, que lutaram do lado dos governistas para o fim da revolta. Para Dias:

[...] a autoridade é um abuso de poder, uma suplantação insuportável dos direitos naturais do indivíduo. Os homens nascem iguais e devem permanecer com iguais direitos. O mundo terá paz e sossego quando cesse o poder absurdo e ominoso da autoridade (DIAS, 1977, p. 34).

Nessa perspectiva, Luís Alves de Lima, ao dar anistia aos combatentes bem-te-vis, exigia em troca, como prova de lealdade, que estes fossem combater os que ainda não haviam se rendido:

Luís Alves de Lima usou mesmo os Balaios anistiados para combater os negros, e a Francisco Ferreira Pedrosa, que propôs render-se com os seus 1.600 homens, o futuro duque impôs a condição de que primeiro fosse atacar negro Cosme, em Lagoa Amarela, e depois se apresentasse! [...] quando escravo, ele fala pela rebelião, pela fuga, pelo suicídio, e até mesmo pelo crime, falas que são gestos de protesto violentos, mas gestos corajosos, gesto de homens indomáveis e desesperados. Quando libertável ou liberto, o ex-escravo fala através daqueles documentos que lhes restituíram a liberdade, deram-lhes um rosto e existência própria (LIMA, 2008, p. 228- 229).

Os balaios que buscavam pela luta armada foram perseguidos, combatidos e castigados para ficarem de exemplo para quem ousasse imitá-los. Nesse caso, a Balaiaada se constituiu de reivindicações políticas, como a suspensão da Lei dos Prefeitos e Subprefeitos, expulsão do presidente da Província e dos portugueses.

Nesse compasso, Coronel Luís Alves de Lima tinha a missão de pacificar pela arma a Revolta da Balaiaada, e no processo provocando um banho de sangue, pois a ordem era matar, já que alegavam não ter cadeia para tantos presos. Com isso, somente os líderes da revolta foram presos, porém, mortos para dar exemplo aos outros: Cosme foi enfocado, Raimundo Gomes preso e mandado de navio a São Paulo, que morre antes de chegar ao seu destino, e Balaio morre ainda dentro do combate.

Notas sobre o Autor de Romana

Hélio Benévolo Nogueira, brasileiro, nascido na cidade de Caxias, no estado do Maranhão, no Bairro Trezidela, na década de 1920. Filho de Dona Aziza Azevedo Nogueira, dona de casa, e Benevoluto Nogueira, latifundiário proprietário das terras da *Lagoa, Malhada de Pedra, Barro*, entre outras situadas no município de Caxias, no estado do Maranhão. Segundo os dados coletados, Benevoluto Nogueira era uma figura influente no Maranhão. Em seu casamento teve seis filhos: Paulo de Tasso Azevedo Nogueira, Nilton Dario Azevedo Nogueira, Hélio Benévolo Nogueira, Maria Lima Azevedo Nogueira, Vanise Azevedo Nogueira e Clades Azevedo Nogueira (NOGUEIRA, 2001)

Hélio Benévolo Nogueira, como membro de uma família abastada, sua trajetória foi vivida longe, no Rio de Janeiro, onde se formou Bacharel em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro. Durante esse período desenvolveu atividades em um jornal local da cidade do Rio de Janeiro, *Jornal Imprensa Popular*, pertencente ao Partido Comunista Brasileiro.

Após sua formação, retorna para cidade de Caxias-MA, onde abre o seu escritório de advocacia, certamente facilitado por sua família. Segundo entrevista concedida por sua sobrinha, professora Clades Nogueira, no dia 17 de outubro de 2015, o escritório funcionava no centro comercial da cidade, localizado no segundo andar do prédio, onde hoje se encontra a Loja Ideal Magazine. Enquanto morou na cidade de Caxias, Hélio Benévolo Nogueira, em vista da sua influência como advogado, lançou-se como candidato no cenário político, cuja intenção seria apoiar a candidatura de alguns políticos, como João Castelo, João Alberto de Sousa, entre outros ao Governo do Estado do Maranhão, que com sua influência ajudou a eleger.

Em sua trajetória, Hélio Benévolo Nogueira atuou como diretor da Faculdade de Educação de Caxias (FEC), atual Universidade Estadual do

Maranhão (CESC/UEMA), pela Resolução de 16/01/1973, publicada no Diário Oficial de 19/01/1973, pelo então Governador Pedro Neiva de Santana, em substituição ao Professor Genival Costa e Silva, sendo que seu mandato se estendeu até 09 de janeiro de 1975. Ele, na linha de sucessão frente a administração, naquele momento, foi o quarto diretor da instituição. Durante o período em que foi diretor da Faculdade, trabalharam em sua equipe o Prof. Arlindo Fernandes de Oliveira, ocupando o cargo de vice-diretor, e Teresinha de Jesus Vilanova Assunção, como secretária.

Na sua administração, foi criado o curso de Pedagogia, conforme resolução de 21 de setembro de 1973 e aprovado pelo Conselho Departamental da Faculdade. As aulas tiveram início após a realização do vestibular, que ocorreu em dezembro, tanto para o curso de Pedagogia como para os demais cursos, e tiveram grande receptividade, exigindo que fosse realizada a ampliação do espaço para comportar o número de alunos.

De modo que após sua temporada em Caxias, Hélio Benévolo Nogueira resolveu morar em Brasília, Distrito Federal, e posteriormente vai para o Rio de Janeiro, onde viveu até sua morte. Já diagnosticado com um câncer na laringe, morre enquanto fazia caminhada no *Calçadão de Copacabana*, vítima de um enfarte.

Tendo isso em vista, Hélio Benévolo, em paralelo a profissão de advogado, constituía a prática da escrita. Em seus textos buscava escrever e descrever acerca dos lugares por onde viveu. As suas obras: *Portas Fechadas* (em Era uma vez uma vida), *O mundo Vermelho do Coronel Dosinho*, *A Borracha do Diabo* (Prêmio Lima Barreto-Academia Carioca de Letras/União Brasileira de Escritores), *A Escrava Romana* (2001), *Mateus dos Evangelios*, *Porão do Inferno*, *O Aneurisma*, *O Rei*, *O Doze, Dinheiro Enterrado*, *A Grande Risada* (contos), *Vida e Morte de Araújo Tabor*, *Relembrações, Stalin/Muro de Berlin*, *O Crime Como Adaptação Meio*

Socioeconômico, O Crime como Fenômeno Bio-social e a Tarrafa (e outras coisas).

É importante salientar que dentre as obras do autor, em nossa análise vamos discutir a obra *A Escrava Romana*, que trata do romance entre um jornalista branco e uma escrava dentro do movimento social da Balaiada. À medida que a leitura avança são percebidos elementos da vida do personagem que se assemelham com a do escritor da obra. Segundo considerações do autor Hélio Benévola, só tomou conhecimento sobre Romana, personagem dessa história, quando esteve na cidade de Itapecuru-Mirim. O amigo que o hospedou contou-lhe sobre uma “preta velha tida como feiticeira e dada à história de amores com um branco, guerras e escravidão. Benévolo ficou interessado para conhecê-la e resolveu, na ocasião, lhe fazer uma visita.

O autor nos aponta que Romana encontrava-se sentada à porta da sua residência, fumando cachimbo a olhar para o horizonte à sua frente. Ao chegar, Hélio Benévolo, cumprimentou e lhe perguntou sobre seu noivo branco. Em sua narrativa, no decorrer da conversa, percebe-se que os relatos da “preta velha”, já centenária, tratavam-se da Balaiada.¹

Hélio Benévolo Nogueira afirma que ela possuía um saco dependurado na parede de palha, no qual tinham recortes de jornais, estudos, reportagem, fragmento de um diário e poemas, ao que ele pediu para levar o saco com tais registros, o que foi veementemente negado, tendo Hélio e seu amigo que examinar os papéis ali mesmo sob o olhar vigilante de Romana. Posto que desse contato nasceu a obra que é foco deste estudo, como o autor mesmo descreve:

Daí nasceu este livro. Adiei-o várias vezes. Falta de inspiração, em verdade não me atrevia a reconstituir o que belos sentimentos haviam inspirado alguém a

¹ No livro não é possível encontrar uma data específica quando esse encontro entre Romana e Hélio Benévola ocorreu.

registrar. Procurei ser fiel às indicações e sequências do que me dado ouvir a ler. Do que transcrevo vários trechos, naturalmente adaptados à ortografia moderna, com a preocupação de não tornar cansativo a descrição. Não sei se saiu como imaginado. Como seja, aqui está a história. Por ela responde a escrava Romana e o jornalista Cesário (NOGUEIRA, 2001, p.06).

A princípio, o autor Hélio Benévolo Nogueira encontra dificuldade em classificar a obra entre técnico ou romanceado, neste caso, resolve tratar de uma ficção inspirada em fatos reais. Seguindo essa premissa, podemos afirmar que:

O texto literário como documento da história ou a história como contexto que atribui significado ao texto literário são caminhos que podem colidir no congestionamento da mão única por onde enveredam. Neste sentido, reflexo, expressão, testemunho, articulação, influência e termos similares são o léxico que costuma vincular o texto literário ao que há de coletivo e social para aquém e para além de suas páginas. Aliás, a escolha de um ou de outro termo já implica não só menor ou maior grau do entrelaçamento postulado entre literatura e história, como também e sobretudo o modo como se postula tal entrelaçamento (MALLARD, 1995, p.21).

Diante de tal concepção, considerou o romance mais adequado ao que pretendia divulgar nos anos de pesquisa, pois acreditava que um livro técnico, com dados historiográficos só atingiria um determinado público aficionado em leitura técnica.

[...] a ficção não seria [...] o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites da criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador [...]. Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta [...] o que nela se resgata é a reapresentação do mundo que comporta a forma narrativa (PESAVENTO, 1995, p. 117).

Nessa premissa, a proximidade entre história e literatura produziu trabalhos que apresentam essa possibilidade, a de perceber como a escrita ficcionalizada torna-se um terreno fértil para analisar elementos concernentes ao contexto, a fatos de um dado momento da história. Nesse ínterim, o autor mescla em sua obra a diferença entre elas durante a produção do seu discurso. Segundo Sandra Jatahy Pesavento:

[...], pode-se dizer que o discurso literário, consagradamente tido como o campo preferencial de realização do imaginário, comporta, também, à preocupação da verossimilhança. A ficção não seria, pois, o avesso do real, mais uma outra forma de cooptá-la, onde os limites de criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador (PESAVENTO, 1995, p.117).

Sabe-se, por outro lado, que para tanto é necessário que haja um conhecimento do discurso: a literatura ao passar os acontecimentos para uma narrativa levando a crer que aquilo de fato ocorreu, precisa ter a preocupação com a temporalidade apresentada pela história. Sendo assim, ao dar voz ao passado, a literatura e a história proporcionam o encontro dessa temporalidade.

Em virtude disso, a história e a literatura se utilizam de estratégias para explicar o presente, inventar o passado e pensar o futuro, assim, através das narrativas históricas, para abordar os fatos que pretende trabalhar, o estudo do estreitamento entre história e literatura se faz possível dentro de questionamento entre o passado concreto e a construção da narrativa pelo historiador, que vai apresentar através do documento sua visão fragmentada dos fatos ocorridos no passado. Deste modo, “[...] o historiador não busca nele a verdade de um outro tempo, vendo no discurso de ficção a possibilidade de acessar o passado, mas a concepção do passado formulada no tempo da escrita” (PESAVENTO, 2008, p51).

2. História da Balaiada para além do Romance *A Escrava Romana*

O Romance *A Escrava Romana* tem como cenário a Província do Maranhão, em meados do século XIX, nos anos de 1838-1841, durante a Revolta da Balaiada. Na obra, o encontro do par romântico se dá dentro da revolta. Cesário, um jovem idealista, apresenta-se na obra de Nogueira com seus 21 anos e era filho de pai industrial e mãe professora, que desejavam ver o filho entrar para faculdade de Medicina, porém, seu desejo era bem diferente do de seus pais, ele promete aos dois entrar para faculdade de Direito e participar do grêmio, mas se considerava mais inclinado para o jornalismo e a política.

No caso da política, seria justamente o contrário do que seus pais sonhavam para ele. Cesário, com a promessa de que no ano seguinte entraria para faculdade, consegue permissão para ir a campo fazer uma entrevista com o líder da revolta, Raimundo Gomes, pois, acreditava que se conseguisse uma matéria de tal importância ganharia um papel de destaque dentro Jornal de João Lisboa, *A Chonica Maranhense*². Cesário parte em busca de seu artigo e dentro da revolta encontrou com Romana, filha de pai e mãe escravos vindos de Angola, ela já nascida no Brasil e desejava ser livre.

Contudo, a história de Cesário se confunde com a do autor desse livro, pois existem semelhanças de alguns fatos que ocorreram na vida do autor e na vida do personagem dessa obra. Quanto de Benévolo tem em Cesário? E quanto de Cesário tem em Benévolo? É como se o autor escolhesse, através desse personagem, relatar parte da sua história de vida, só que dentro de outra época, em outro tempo, mas conservando elementos de sua vida real. O romance está dividido em vinte e dois capítulos,

²-Jornal de João Lisboa, membro do partido liberal, jornal mais importante da imprensa maranhense.

distribuídos em 218 páginas e a narrativa segue em dois ambientes, um ficcional e outro real. Os direitos de tradução, reprodução e adaptação da obra pertencem à Biblioteca Nacional, sob o número 100.638, livro 144, folha 210.

A propósito, o início da obra é com a apresentação e partida de Cesário de São Luís, do Maranhão, para o acampamento de Raimundo Gomes, em busca da entrevista que lhe renderia um bom artigo e uma posição de destaque, visto que queria sair do anonimato e passar a escrever grandes fatos. Conta o assassinato de Raimundo Teixeira Mendes, membro do partido liberal, pessoa muito influente, que com a tomada de poder pelo partido Conservador perde seus direitos políticos.

Nesse ínterim, Raimundo Gomes já havia tomado a cadeia da Vila da Manga e feito o seu manifesto. Nesse momento, Cesário decide acompanhar o grupo, ou bando, de Raimundo Gomes, decidindo deixar a faculdade para mais tarde, pois o momento político em que a Província se encontrava era favorável para suas aspirações; conta sobre José Cândido Moraes e Silva, dono do *Jornal Pharol Maranhense*³, um dos primeiros a apelar para o povo se organizar contra o governo, bem como Estevão Rafael de Carvalho em seu folheto *O Bem- ti -vi*.

Apresenta a revolução dividida em duas fases, a primeira considerada de preparação ou dos chefes intelectuais, que faziam acusações aos governistas e incita o povo contra o Governo da Província, sendo que assim que a revolta ganha um caráter de luta armada recolhem-se em suas fazendas e um deles, João Lisboa, do Jornal *Chrônica Maranhense*, passa a dialogar com os governistas e parte a escrever contra os rebeldes, o que deixa Cesário muito decepcionado, uma vez que contava com este para

³Jornal de José Cândido, importante na imprensa maranhense que escrevia contra os governistas.

enviar os seu artigos e que fossem publicados. A segunda fase é representada pelos rebeldes quando estes pegam em armas.

Tal contexto denota que na obra Benévolo aproxima romance e a revolta social, apresentando a efervescência do momento político no qual a Província vinha passando, coloca seu personagem Cesário para viver junto aos rebeldes, no primeiro momento como observador, visto que como jornalista não estava lá para lutar, mas sim para observar e relatar a vida, como também as conquistas desses combatentes.

Em vista disso, ele, que acompanha o grupo, o observa pela primeira vez sendo atacado, e inicialmente observa como um mero expectador, mas em pouco tempo se junta a esse grupo e aprende que é preciso pegar em armas para defender sua própria vida. Cesário conta das condições de insalubridade e da não assistência ao povo pobre, já que não havia atendimento médico, de forma que essa camada pobre se valia de parteiras, curandeiros, rezadeiras e benzedeiras para curar-lhes os males. Em decorrência dessa realidade, o índice era muito alto de mortalidade de crianças acometidas de doenças comuns no interior, como: sarampo, catapora e coqueluche, as crianças já se encontravam fracas visto que a alimentação era pouca, diante disso, eram facilmente levadas pela morte.

Assim, sujeitos como negros, índios e pessoas mais pobres aparecem na obra como aliados naturais, pois têm o mesmo inimigo comum e juntam-se para ficarem mais fortes na luta pela liberdade. Os negros escravizados há muito vinham lutando pelo direito de viver em sua terra, muitos tiveram suas casas queimadas, suas terras invadidas pelo latifundiário, e sem ter para onde ir, plantar e viver resolvem aliar-se aos rebeldes em nome da justiça pela força. É importante citar que embora tenham sido combatidos e vencidos pelos governistas, deixaram seu exemplo para novas gerações.

Além disso, apresentando um romance vivido por um homem branco e uma mulher negra, a obra é ambientada na Revolta da Balaiada, permitindo observar aspectos inerentes à situação escravocrata nesse momento do Brasil Imperial.

É oportuno destacar que na obra, ao passo que Romana escolhe viver ao lado de Cesário, envolve-se em situações para se defender e também ao seu amado. Assim, ela, que já vinha travando uma luta solitária por sua liberdade, agora encontra Cesário, que irá acompanhar e defendê-la dentro do movimento. E, consequentemente, os dois se veem obrigados a recorrer ao uso de armas, visando defender a revolta e seus ideais.

A Balaiada através de Romana

Romana nasce em terras brasileiras, nascida e criada em uma senzala, casa de escravo, na Vila de Coroatá. Ainda jovem vai para casa-grande, casa de branco, como escrava particular da filha do senhor, lá teve acesso à educação, já que o patrão lhe botou para aprender a ler e escrever com uma professora particular que sempre a repreendia quando a pegava falando igual aos outros escravos que viviam na senzala.

Nota-se que o patrão queria que Romana falasse igual a um homem letrado, negando, com isso, uma parte importante de sua cultura africana, a sua própria língua (LIMA, 2009). Todavia, a linguagem é um dos aspectos mais evidentes da contribuição cultural dos africanos trazidos para o Novo Mundo, um elemento muito forte de sua raiz como símbolo de liberdade que lhe é tirado e reprimido pelo seu senhor. Segundo Hall, as identidades:

[...] parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual

nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2004, p. 1090).

Assim, o lugar e as memórias que Romana tinha eram a base para pensar, enquanto sujeito. A esse respeito, lembra-se de quando tinha doze anos e sonhava em se casar, e gostava muito de dançar, sua mãe lhe ensinava as danças africanas e ela também aprendia observando as outras mulheres, quando dançava se prendia na dança de seu povo, que chegava a se esquecer da dança dos outros povos. A dança, um elemento forte de sua cultura, que lhe é permitido usar mais como atração, chegava a ser um entretenimento na casa-grande, o que fazia com que todos da casa, o senhor, a sinhá, o padre, a sinhazinha, parassem para vê-la dançar. Segundo Munanga e Gomes (2006), a dança representada pela ginga do corpo, serve para disfarçar o caráter de luta, dando-lhes uma expressão lúdica e inofensiva.

Nessa ordem, a condição de corpo disponível vai marcar a figuração literária da mulata: animal erótico por excelência, desprovida de razão ou sensibilidade mais acuradas, confinada ao império dos sentidos e às artimanhas e trejeitos da sedução. Via de regra desgarrada da família, sem pai nem mãe, e destinada ao prazer isento de compromissos, a mulata construída pela literatura brasileira tem sua configuração marcada pelo signo da mulher fornicaria da tradição europeia, ser noturno e carnal, avatar da meretriz (DUARTE, 2009, p. 06).

Sua família foi trazida da África, mais precisamente da Angola. Foram trazidos da vasta região costeira central do continente, onde hoje estão Angola e Congo, para serem escravizados aqui no Brasil (LIMA, 2009).

Nesse caso, o Brasil acaba sendo um país que por mais tempo e em maior quantidade recebeu pessoas escravizadas vindas da África. Deste modo,

“[...] os pais de Romana foram separados de seus filhos ainda em Angola e nunca mais souberam para onde seus filhos foram enviados. [...] O tráfico angolano abastecia principalmente o porto do Rio de Janeiro, e, em segunda escala, Bahia e Pernambuco. As capitais de Pernambuco, Maranhão e Pará detinham 20% do tráfico de escravo de Angola no fim do século XVIII e no começo do XIX” (LIMA, 2009, p.12).

Como menciona Hélio Benévolo Nogueira, Romana se referia a seu passado da seguinte maneira: “Mamãe falava de quando era moça. Tinha uns filhos pequenos, lá, em Angola, aí os cabanos pegaram o povo e ela nunca mais soube deles” (NOGUEIRA, 2001, p.168). Seu pai fora assassinado quando Romana tinha cinco anos de idade por um escravo de nome Anfrísio, que fazia tudo para agradar o patrão, sempre que recebia ordem ele espancava os outros escravos, algumas vezes chegava a matar, como fez com o pai de Romana.

Observa-se que o patrão demonstrava um cuidado excessivo em relação a Romana, chega a lhe ameaçar de surra caso a pegasse conversando com algum rapaz. Ao descobrir que Romana estava gostando de um escravo novo, por nome Julião, que gostava muito de cantar, o patrão troca Julião por um bocado de porcos, lá no Piauí.

Aqui se percebe uma relação de poder do patrão para com sua escrava, embora fosse letrada e vivesse na casa-grande não era livre para escolher com quem queria namorar, pois, o investimento do patrão tinha uma só finalidade, que era lhe servir na cama quando solicitada, a desvalorização da mulher era nítida, e a da mulher escrava ainda maior dentro de uma sociedade machista e patriarcal.

Nesse universo, encaixa-se à perfeição a figura da mucama, termo que em sua origem quimbundo significa “amásia escrava”. A casa grande a acolhe como cria – isto é, companhia e criada das sinhás e de suas filhas, ama de leite e demais funções domésticas. Mas a verdade histórica da miscigenação reforça a etimologia da palavra, bem como o ditado “popular” que confina a mulata ao serralho do senhor. (DUARTE, 2009, p. 11).

Em razão dessa realidade, Romana sempre se perguntava: “O que o patrão queria dela? - Fazer de vosmecê a preferida, respondeu Cesário. Tinha outras mulheres, vosmecê seria a que ele procuraria... por algum tempo” (NOGUEIRA, 2001.p.168).

Desta forma, Romana sempre buscava oportunidade e quando era castigada dava um jeito de fugir da casa-grande. Certa vez, fugiu com o bando de Cosme que passava libertando os escravos e ateando fogo nas casas, no entanto, foi pega e castigada pelo patrão e acaba fugindo novamente, mas, dessa vez, com outros escravos, sendo capturada novamente por cabanos enquanto tomava banho no rio, quando havia desconsiderado o aviso de não andar sozinha, deram-lhe uma surra de chicote, chegando a lhe fazer sangue, pois o chicote tinha um osso na ponta.

Nesse momento, enquanto Romana foge mata adentro, promete a si mesma nunca mais apanhar novamente. Cabe salientar que essa rebeldia dos escravos representava a motivação de escaparem da escravidão que lhes foi imposta, quando foram retirados de sua pátria para servirem de mão de obra escrava e submetidos ao um ritmo de trabalho exaustivo, a uma alimentação precária e condições de trabalho desgastante, chegando, muitas vezes, a ser perigosa. Segundo Lima (2008), para eles a liberdade implicava, antes de mais nada, no direito de ir embora, de se deslocar livremente, de abandonar a lavoura, de trabalhar onde, como e quando quisesse.

Assim sendo, o primeiro encontro de Romana e Cesário deu-se no quilombo do Chefe Joaquim, próximo a *Itapecuru-Mirim*, o bando no qual Cesário andava foi recebido com comida e festa. Durante a festa, em meio ao batuque dos tambores e as melodias cantadas, Cesário avista na roda de dança uma jovem de sorriso “facio” e bonita, que dançava ao som dos tambores e percebe que ela também o observava, quando exausta de tanto dançar afasta-se da roda de dança e vai descansar à sombra de uma árvore, atirando-se na areia solta, ele aproveita para se aproximar de Romana e se apresenta:

- Eu me chamo Cesário.
- Meu nome é Romana.
- Vosmecê dança... gostei muito.
- Ela ainda ofegava. (...)
- Vai amanhã?
- O grupo com que estou vai ... Mas posso voltar...
- Eu quero (NOGUEIRA, 2001, p.50-51).

E Cesário parte com o grupo de Zefo e Pitical, mais uma vez em busca da entrevista com Raimundo Gomes, que é seu objetivo principal quando sai da capital. Em busca dessa entrevista e de tanto andar junto ao bando, Cesário se vê obrigado a pegar em arma para se defender, em meio à luta, seu objetivo passa a ser secundário, visto que ele adere ao movimento tornando-se um *Bem-te-vis*. E só se reencontrou com Romana somente depois da tomada de Caxias.

Pessoas sabidas de Caxias no dia 24 do corrente referem o seguinte. Aquela cidade foi geralmente saqueada: o chefe Livio de Castelo Branco marchou para o Piauhy com 600 homens a repelir as força do Barão da Parnahuba, e a liberta os seus parentes que se disiam presos; o Balaio marchou para o Brejo; Raimundo Gomes e Coquete desceram para o Urubu, e em Caxias ficou um

forte destacamento sob o comando de um certo Millomi. A penuria de mantimentos concorreu em parte para esta dispersão forças.

Corre que Militão se acha no Mearim, donde tem emigrado muita gente para esta capital." (CHRÔNICA MARANHENSE, São Luís, 4 de agosto de 1839. nº157, p.633)

Vale destacar que logo após a tomada da cidade de Caxias foi criado pelos rebeldes um Conselho Militar e uma Deputação, que foi composta dos Srs. João Fernandes Moraes, Hermenegildo da Costa Nunes, João da Cruz, Feliciano José Martins e padre Raimundo de Almeida Sampaio, que se dirigiram à cidade.

Depois de anos da separação, o quilombo onde Romana e Cesário outrora se encontraram foi atacado por cabanos, fazendo com que Romana fugisse pelo rio, onde nadou até a outra margem, passando a viver escondida no mato. Ela acompanhou um grupo da *Lagoa Amarela*, se fixando no quilombo até se agrupar com os *bem-te-vis*, construiu um casebre nas margens do rio e morou nele com outros escravos fugidos.

Cesário avista Romana numa quitanda com um embrulho na mão conversando com outra mulher, olha a cena e acha algo de familiar naquela mulher, se aproxima e pergunta:

_Vosmecê não é a Romana?

A jovem olhou-o admirada:

_ Eu me chamo assim.

_ O meu nome é Cesário... vosmecê nem se lembra mais... nem sei se é ela mesma.

A jovem mostrou-lhe os dentes bonitos, o sorriso da noite do batuque:

_ Vosmecê procura quem?

_ Vosmecê não foi quem dançou uma noite, no batuque, aqui perto?

Nós até pernoitamos lá.

Ela riu:

_ Nem se esqueceu de mim?

_ Eu disse que voltava.

_ Veio agora?

Ele lhe contou quando chegara e onde estava. Ela aonde ia? Romana mostrou-lhe o embrulho:(...)

_ Vosmecê deve é ir logo comigo, no acampamento a gente fica melhor.

_ Fazer o que lá? ... Indagou, debochada.

_ Não sei... a gente pode ficar sempre junto. (...)

_ Tem... acho que tem algum marido.

_ E não é! Tenho mesmo.

_ Casou-se?

_ Comigo mesma (NOGUEIRA, 2001, p. 134-135)

Em face disso, Cesário e Romana passam a viver juntos no acampamento Bem-te-vis. Aqui nós temos um romance que para sociedade da época era inaceitável, visto que Cesário, moço branco, estudado, de família abastada da sociedade maranhense, que vivia às custas da força do suor escravo, e Romana, escrava negra, letrada, mas pobre, essa mistura provocaria um escândalo dentro dessa sociedade e em sua família, uma vez que certamente já devia de ter escolhido para seu filho alguma moça pertencente a mesma classe social, o que era muito comum na época, casamento de fortunas, nesta sociedade. Romana só seria aceita na cozinha, nunca como senhora e na sala, espaço de branco.

O casal, em meio a um contexto de muitos conflitos, ainda enfrenta o dilema de aceitação pela sociedade, principalmente por ser um homem branco e uma mulher negra. Visto isso, o próprio autor da obra apresenta os medos de Romana, por ser uma mulher negra, tanto que em determinado momento Romana questiona Cesáreo: e se não me aceitar?

Observando que o imaginário sobre a mulher na cultura ocidental constrói-se na dialética do bem e do mal, do anjo e do demônio, cujas figuras símbolos são Eva e Maria; e que o corpo da mulher se salva pela maternidade, a ausência de tal representação para a mulher negra acaba por fixá-la no lugar de um mal

não redimido. (...) O que se argumenta aqui é o que essa falta de representação materna para a mulher negra na literatura brasileira pode significar. Estaria a literatura, assim como a história, produzindo um apagamento ou destacando determinados aspectos em detrimento de outros, e assim ocultando os sentidos de uma matriz africana na sociedade brasileira? (EVARISTO, 2005, p. 202).

Entretanto, Cesáreo sabia que Romana não seria aceita, que não havia espaço para ela dentro de sua vida de homem branco, e o que se pode perceber é que até os dias atuais ainda há essa diferenciação por causa da cor, a relação das mulheres negras com homens brancos, nesse período, é de uma relação servil. Por esse viés, Darcy Ribeiro relata:

[...] as distâncias abismais entre os diferentes estratos e o caráter intencional do processo formativo- condicionaram a camada senhoril para encarar o povo como mera força de trabalho destinada a desgastar-se no esforço produtivo e sem outros direitos que o de comer enquanto trabalha, para refazer suas energias produtiva, e o de reproduzir-se para repor a mão-de-obra gasta (RIBEIRO, 1995, p.212).

O autor Gilberto Freyre, em suas obras, acaba sendo bem enfático ao tratar dessa relação entre o homem branco e a mulher negra.

Com relação ao Brasil, que diga o ditado: “Branca para casar, mulata para (f..), negra para trabalhar”, ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura de seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que “virgens pálidas” e as “louras donzelas” (FREYRE, 1989, p.10).

Em decorrência dessa realidade, a relação de Cesário e Romana, para sobrevir em sociedade conservadora e excludente, onde a mulher negra

está na última escala social, vai precisar de muita confiança e amor, pois, sobreviver dentro desse grupo social ao qual Cesário pertence vai ser uma luta constante para ambos.

Cesário apresenta a Romana seu “meio palácio”, palhas de babaçu apoiadas em uma árvore, esse reencontro se deu logo após a tomada de Caxias, núcleo urbano importante para os rebeldes, sendo que no contexto era a segunda cidade mais importante do Maranhão, por ser um centro cultural e político bem como o comércio desenvolvido.

Até aquele momento, a cidade servia como praça comercial para venda de escravo e couro. Com uma grande produção agrícola, tinha influência em outros estados como o Piauí, daí a importância de sua tomada, visto que enfraqueceria a capital que estava nos planos dos rebeldes. Por isso, Caxias seria a próxima a ser tomada, que, embora bem protegida pelos governistas, foi tomada pelos rebeldes logo após uma luta sangrenta, com perda para ambos os lados, com vitória para os rebeldes; enquanto aguardam a resposta das exigências, alguns rebeldes viviam andando pelas ruas sem objetivo, provocando desordem na cidade, atirando sem motivo e brigando (NOGUEIRA, 2001)

Tempos depois, Cesáreo constrói um palácio com paredes e um telhado, comparando com o lugar onde coabitavam antes, um espaço a céu aberto, a nova moradia é equiparada a um palácio, pois oferece mais conforto e segurança ao jovem casal. Nesse acampamento, eles passam muito tempo sem mobilidade, chegando a fazerem pequenos casebres, plantações, criação de animais, toda essa falta de mobilidade do grupo facilitou o ataque dos cabanos.

O acampamento acaba sendo invadido pelos cabanos, Zefo, chefe dos rebeldes, vê a necessidade de mudar-se devido a vulnerabilidade, mas para isso é necessário combater os invasores, uma luta a tiros, paus, socos, facas e pedras; enquanto parte do grupo ia para o combate, as mulheres e as

crianças, e o velho cego, desciam o morro em busca de outro lugar para montar acampamento, essas mudanças faziam-se necessárias para evitar que fossem pegos por seus perseguidores.

Agora, já em outro acampamento, Romana encontrava-se grávida e com a morte de Zefo, Cesário tornou-se o líder do bando e resolve mudar novamente de local, visto que há sempre cabanos rondando próximo ao acampamento. Nesse ínterim, chega ao acampamento a notícia que o imperador perdoou os revoltosos, porém, esse perdão não chegava a todos, os negros (escravos) tinham de voltar para seus donos, então, nada de liberdade para esse grupo da sociedade. Logo, se não podiam ser livres, de que valeu essa luta? Nesse caso, melhor continuar lutando a perder o pouco que conquistaram.

Cesário faz uma reunião com todos os membros do grupo e fala para aqueles que desejarem se entregar podiam sair, pois, ele continuaria a lutar ao lado dos que ficassem. Por conta das perseguições, o grupo agora bem reduzido, uma vez que muitos foram assassinados, vive em constante mobilidade para própria segurança. Partem em busca de outros grupos para unirem forças contra os governistas.

Raimundo Gomes, porém, largou escapar, e voltou ao Maranhão à frente de outros mil balaios. Batido em Tabatinga, na estrada das Preguiças, correu para Miritiba, onde o negro Cosmo chefiava mais de mil escravos fugidos, mas o próprio Caxias (chamemo-lo logo como depois passou à história) marchou contra essa vila que foi abandonado pelos rebeldes. Daí, mandou prosseguir na perseguição, vencendo-o na Ribeira, com grande vantagem, um contra-ataque em Mata Grande, e, com isso os rebeldes entraram a debandar.

Os que fugiram para o sertão foram detidos e vencidos em Jacarandá, na Passagem Franca, pelo coronel Diogo Lopes de Araújo Sales. Raimundo Gomes, acossado por todos os lados, pediu condições para a capitulação, que lhe foram porém negadas.

Desesperado, tentou prosseguir na luta, mas foi nova e definitivamente esmagado no combate de Alegrete; e correu a refugiar-se, outra vez, com negro Cosmo, que fê-lo seu prisioneiro.

O tutor e imperador das liberdades bem-ti-vis ficou, então, como o chefe principal, já que Raimundo Gomes seu prisioneiro, e uma vez que o Balaio e a maior parte dos caudilhos mortos durante a campanha.

Concentrado em Lagoa Amarela, no Brejo, Cosmo começou a ser assediado pelas forças legais, reunidas em Vargem Grande. É, Então, que Francisco Pedrosa, que ainda estava em Belágua, à frente de 1.700 balaios, pede condições de paz, e Caxias exige, preliminarmente, que combata os negros, como demonstração de seus reais propósitos.

Pedrosa marcha contra Lagoa Amarela e bate negro Cosme que, por sua vez, concentra-se em Belágua; Raimundo Gomes aproveita e foge.

O presidente da província, reconhecendo a revolução nas últimas, oferece anistia(...). (MEIRELES, 2008, p 230-231).

Em meio a crise na qual se encontravam, a notícia da perda de Caxias provoca um abalo no grupo, a possibilidade de invadir a capital do Maranhão, São Luís, não existe mais, uma vez que esta encontrava-se bem protegida e o cerco se fechava cada vez mais, de modo que muitos dos combatentes rebeldes haviam morrido ou encontravam-se feridos e doentes. Diante de tanta preocupação, Cesário não consegue dormir e Romana percebe a inquietação dele frente a tantas incertezas, e resolve iniciar uma conversa, pergunta se Cesário gosta realmente dela e que está preocupada com o futuro dos dois depois do fim da revolta, quando Cesário terá de voltar para casa e ela, sendo escrava, não será aceita pela família branca e abastada que se sustenta pela força escrava. Romana questiona se sua família a aceitaria, no que Cesário responde: “Minha família faria guerra contra mim, a cidade inteira se meteria... mas eu sou eu [...]” (NOGUEIRA, 2001, p. 183). Romana ainda não satisfeita continua a conversa, perguntando a Cesário:

- _ Vosmecê foi noivo? Até me disse.
- _ Noivo não, só assim..meio comprometido, por que?
- _ Ai ela queria ficar de novo no seu lado.
- _ Eu não ia querer. (NOGUEIRA, 2001, p184).

A incerteza do futuro do casal era mais um dos agravantes dentre os muitos problemas nos quais já se encontravam: Romana estava com a gravidez já bem adiantada, e com o bando tendo de se locomover constantemente, ela resolve meio que se vingar de Cesário dizendo: “[...] Pois eu tive um bocado de gente querendo se casar comigo... os escravo, sabe? (NOGUEIRA, 2001, p.184). E nesse mesmo desabafo Romana conta que os negros queriam se casar, porém, os brancos queriam só se aproveitar das escravas, e conta a Cesário o que o filho do patrão fez com ela quando morava na casa-grande:

Vivia me mandando fazer as coisas dele e só me olhando. Até um dia... eu arrumava o quarto dele, bicho me derrubou, ai cortei o braço com a tesoura. Corri e contei à mamãe. Ela disse que eu ficasse calada, o bicho na certa não ia mais mexer comigo. Mas, uma vez, eu lavava roupa na fonte, ele apareceu e me derrubou de novo, disse que me matava, ai me amarrou e fez o que bem quis (NOGUEIRA, 2001, p. 184).

Cesário, indignado diante de tal atrocidade, teme pela vida das pessoas das quais ele agora é o responsável. Segue-se a luta e a busca por outros grupos que ainda resistiam ao combate para unirem-se a eles, nesta busca, o grupo de Cesário é pego numa emboscada e travam uma luta final.

Um soldado encontra o bando e começa o tiroteio entre os grupos que se separam e buscam se defender do ataque, Romana, mesmo em estado avançado da gravidez, participa do combate ativamente dando tiros e carregando as armas. Cesário, que se encontrava próximo a ela, foi

atingido no ombro, depois no peito, mesmo tentando permanecer no combate não tem mais forças e Romana o arrasta para um local distante, mas percebe que os seus olhos “vitrios” indica que seu corpo já não tem mais vida. Ao que Romana, durante o combate, entra em trabalho de parto, sendo forçada a fugir juntamente com outros membros do grupo, e conseguem escapar por sorte do tiroteio, enquanto outros preferem ficar atirando. Romana permanece viva, porém, não sabe o que aconteceu com o seu filho, que foi obrigada a abandonar, se foi levado por alguém ou se morreu em meio ao combate, esta incerteza provoca profunda dor por desconhecer a que tipo de sorte seu filho foi submetido.

Considerações Finais

O Romance *A Escrava Romana*, de Hélio Benévolo Nogueira, promoveu uma interação entre a História e a Literatura, que se dá devido à quebra de paradigmas tradicionais, possibilitando que a história abra um diálogo com vários campos epistemológicos. O discurso literário, nesse caso, nos condiciona a ter uma visão do mundo do autor que foi selecionado por ele e apresentado na forma de romance.

Na obra em questão, foram analisados os aspectos do movimento da Balaiada, o que podemos perceber pela forma como os personagens são representados e interagem com as figuras da ficção e como ele estabelece o elo entre os dois universos, o de ficção e o real. Um outro ponto a evidenciar é o modo como os negros são representados dentro da revolta, sempre com um caráter marginal e sem voz, que para falar é necessário que haja um branco para emprestar sua voz para que a camada de cima possa ouvi-los.

A revolta da Balaiada é a expressão do descontentamento em que vivia a população, suas causas principais estava na Lei dos Prefeitos e no recrutamento militar que provocaram o descontentamento na população

maranhense. Essas medidas agravaram as condições de vida dessa população e também as dos grupos sociais e partidários dos opositores ao governo; temos elementos de tensão que levaram a eclosão do movimento dos balaios com a prisão do irmão de Raimundo Gomes, que os levaram a tomar a cadeia da Vila da Manga, dando início à revolta da Província do Maranhão e Piauí.

Acrescente-se, ainda, que os líderes do movimento não estavam preparados para enfrentar as forças governistas, com os seus aparatos bélicos e suas táticas de guerrilhas, e apesar de todo esse despreparo conseguiram obter êxito dentro do movimento, como a tomada de Caxias, cidade de grande importância para Província. Os governistas resolvem combater o movimento com mais força, pois temiam a perda da capital, São Luís, que era o centro de poder da Província e que se encontrava protegida dos ataques dos revoltosos.

A posição do autor Hélio Benévolo Nogueira diante da revolta se caracteriza como uma defesa, visto que os seus personagens aparecem do lado dos revoltosos, combatendo em prol do movimento. Inicialmente, seu personagem busca somente uma entrevista com o líder da revolta, o que lhe daria um destaque dentro do *Jornal A Chronica Maranhense*, de João Lisboa. Neste processo de construção da entrevista, passa a andar com grupos rebeldes e logo passa a combater, a princípio, por sua vida, e logo se vê lutando por seus companheiros.

Não obstante esse clima de tensão, é dentro da revolta que Cesário encontra seu par romântico, a escrava fugida, Romana, ele se sente atraído por suas formas ao vê-la dançar. Romana é apresentada como elemento que remete a sensualidade e ao mesmo tempo trabalho braçal, o que se dá devido sua condição de escrava, sendo apresentada em posição de inferioridade dentro da obra.

Voltando às concepções iniciais, o objetivo desse estudo foi perceber e analisar essas representações dentro da obra, atentando-se para os aspectos e as suas representações sobre o movimento. Neste sentido, tivemos a oportunidade de, no momento de realizar as pesquisas bibliográficas, elucidar várias perguntas e de proporcionar novos questionamentos sobre a temática abordada. Tendo consciência dessa complexidade, a Balaiada se apresenta como um tema enriquecedor, o que possibilitou um conhecimento sobre a Província do Maranhão e sua forma política, e ainda que passados anos, permanece bem atual em nossos dias.

Referências

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1976.

CARVALHO, Maria Gema de Jesus. *Faculdade de Educação de Caxias, uma trajetória de muitas lutas e grandes vitórias*. Caxias: Nova Expansão Gráfica e Editora, 2007.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org.) *A história contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994.

CHARTIER, Roger. Literatura e História. *Topói*, Rio de Janeiro, nº 1, pp.197-216.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. *Topói*, v.10, n.19, p. 7-16, jun/dez 2009.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e Bem-Te-Vis: a guerrilha sertaneja*. 2^a ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. 2^aed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade*. Volume 17-A (Dez) 2009.

EVARISTO, Conceição. “Gênero e etnia: uma escreve (vivência) contemporânea”. Nadilza Moreira & Liane Schneider, (Org.) *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Idéia, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 26^a edição Rio de Janeiro: Editora Record.1989.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. Tradução de Donaldson M. Garschagen.4º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. EDNSC, Anpocs. s/d.

IANNI, Octavio. *Raças e Classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasileira, 2004.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Editora brasileira, 1998.

LIMA, Carlos. *História do Maranhão*. 2ºed. revista e ampliada. São Luís: Instituto Geia, 2008.

SILVEIRA, Renato da. Do calundu ao candomblé. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *Raízes africanas*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro : DP&A, 2001.

MALLARD, L. et. al. *História Literatura – ensaios*. Campinas: Unicamp: 1995.

MEDEIROS, Francisco Caldas. Aconteceu em Caxias: Selo Academia Caxiense de Letras, 2003.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 4ºed. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidade, Problemas e Caminhos*. 2º ed. São Paulo: Global, 2006.

PROJETO VIDA DE NEGRO. *Negro Cosme e a Guerra da Balaiada no Maranhão*. São Luís. Publicação do Centro de Cultura Negra do Maranhão. Parceria com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos/ Projeto Vida de Negro, 1996.

NOGUEIRA, Hélio Benévolo. *A Escrava Romana*. (Academia Caxiense de Letras): Brasília, 2001.

OTÁVIO, Rodrigo. *A Balaiada: 1839*. São Luís: EDUFMA, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 4, dezembro de 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRADO JÚNOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12ªed. São Paulo, Brasiliense, 1972.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Maria do Amparo Moura Alencar. Os Diferentes Olhares na Historiografia Brasileira sobre a Balaiada. In. GAIOSO, Arydimar; MARTINS, Cynthia Carvalho (Org). *Insurreição de Saberes: reinterpretação em movimento*. Manaus: UEA Edições, 2013.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. *A Balaiada no Sertão: a pluralidade de uma revolta*. São Luís: Editora UEMA, 2010.

SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. 3ºed. Rio de Janeiro. BEDESCHI. 1948.

SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. História, cidade e modernidade: a instituição dos signos modernos na cidade de Belo Jardim (1950/1, 970). *Tambor – revista da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim*, n. 02, abr. 2004.

Fontes primárias

A Escrava Romana

Jornal Chonica Maranhense

Chonica Maranhense, São Luís, 3 de outubro, 1939, nº. 173.

Chonica Maranhense, São Luís, 24 de outubro de 1839, nº 179. P. 718.

Chonica Maranhense, São Luís, nº 184, 8 de novembro. Vol. II. Ano 1839. P.740.

Chonica Maranhense, São Luís, nº 183, 13 de novembro de 1839. Vol. II. p. 743.

Chonica Maranhense, São Luís, Vol. II, 10 de outubro de 1839, nº 175. P.704.

Chonica Maranhense, São Luís, Vol. II, 6 de novembro de 1839, Nº 183 p. 734- 73

O jornal “O Telégrafo” e sua atuação na Balaiada durante os anos de 1839-1840

*Johny Santana de Araújo
Susana Ferreira da Silva*

Introdução

Em 1838, estourava na vizinha província do Maranhão, notadamente na vila da Manga do Iguara, o princípio de um movimento sedicioso de forte cunho social, mas igualmente político. A história desse movimento e sua própria construção simbólica foi amplamente explorada por diversos cronistas, escritores e historiadores ao longo dos anos.¹

A partir dessa reflexão podemos avaliar que, na própria construção dessa história, houveram sujeitos e produtores de sentidos os mais diversos, ora em busca de fortalecer o movimento ou a fim de resistir a ele. Nesse aspecto, a repressão protagonizada pelo então presidente da província do Piauí, Manoel de Sousa Martins, o Barão da Parnaíba, pode ser compreendida por meio de diversas ações, uma delas era no campo da notícia e se configurou na ação protagonizada pelo jornal *O Telégrafo*.

Nesse sentido, o presente capítulo pretende destacar a importância do referido jornal para o fortalecimento do combate contra os opositores políticos do então presidente da província do Piauí, Manoel de Sousa Martins, bem como ao próprio movimento debelado pelos insurretos.

Procuramos avaliar a importância de seu redator, o jornalista Francisco José Fialho, que se notabilizaria como uma figura destacada da

¹ Há uma historiografia bastante atual sobre a revolta, ver: (ASSUNÇÃO, 1988); (DIAS, 2002); e trabalhos de referência mais antigos, ver: (JANOTTI, 1984); (NUNES, 2007), (CHAVES, 1998).

sociedade imperial na Corte, onde foi residir após o fim da Balaiada. A história deixou registrada a notável ascensão política e econômica de Fialho, chegando mesmo a se tornar amigo pessoal do Imperador Pedro II e de diversos intelectuais, políticos e cientistas, inclusive estrangeiros como Karl Philipp von Martius.

A Balaiada fora um movimento profundamente marcado pela atuação de facções e grupos que disputavam antagonicamente a influência política na província. Manoel de Sousa Martins há muito governava o Piauí, de onde saíra bastante fortalecido na disputa pelo poder após a consolidação do estado imperial em 1823.²

Após a expulsão dos portugueses aconteceu a sua elevação à condição de presidente e, após a derrota do movimento da Confederação do Equador em 1824, acabou sendo consolidado no Piauí o viés conservador e centralizador que caracterizaria o império naqueles primeiros momentos.

A principal fonte deste capítulo é o jornal “*O Telégrafo*”, que se encontra inserido junto ao acervo do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação (NUJOC), em parceria com o Arquivo Público do Piauí. O acervo conta com 77 (setenta e sete) edições do jornal, que vão de novembro de 1839 a agosto de 1840 e todos eles tratam da Balaiada na província do Piauí em concomitância ao Maranhão.³

A revolta da Balaiada no Piauí em 1838

Com a renúncia de Diogo Antônio Feijó em 1837, a Regência adentrava uma nova fase, conhecida pela historiografia como Regresso conservador, cuja principal preocupação era restabelecer a centralização

² Sobre o processo de independência ver: (ARAÚJO, 2015)

³ Sobre a Balaiada em linhas gerais ver: (BASTOS, 1994).

político-administrativa. Feijó renunciou ao cargo de regente por inúmeras questões, inclusive contradições que seu próprio governo criou. O regente havia se empenhado na criação da Guarda Nacional, a qual possuía batalhões e corpos nas províncias (CASTRO, 1979). A milícia cidadã, como também era conhecida, teve reduzida o contingente das tropas e passou a ter dificuldades para acalmar as rebeliões provinciais, dentre elas a Balaiada nos sertões do Maranhão e do Piauí.

Pedro de Araújo Lima assumiu como regente interino em 1838, no mesmo ano em que rebentou a Balaiada. Seu governo foi marcado pela tentativa de resgatar o prestígio da monarquia (BASILE, 2004).

A Balaiada no Piauí não teve ainda a sua dimensão e importância devidamente avaliada pela historiografia oficial brasileira, que comumente reporta a este movimento como sendo tipicamente maranhense.⁴

A Balaiada foi uma insurreição popular com características políticas e sociais que abalou o Maranhão e abrangeu, praticamente, todo o território do Piauí e do Ceará (DIAS, 2002). Teve início no Maranhão, em dezembro de 1838, tendo atingido o Piauí no mês seguinte, no momento em que o vaqueiro Raimundo Gomes, que era proveniente do Piauí, invadiu Parnaíba, recebendo ali grandes adesões, inclusive de alguns membros de famílias ilustres (SANTOS, 1983).

Os fatores que provocaram a eclosão do movimento insurrecional no Piauí foram as péssimas condições de vida da maioria da população, decorrente da estrutura política, social e econômica que se firmara, em grande medida, a partir das lutas pela independência e em uma sociedade que estava centrada na família patriarcal, apoiada na grande propriedade, na escravatura e numa relação de clientelismo.⁵

⁴ Ver: os debates contemporâneos ao movimento, a partir do historiador e jornalista João Francisco Lisboa, há uma excelente análise proposta por Janotti (1977).

⁵ Sobre a evolução histórica do Clientelismo no século XIX, ver: (GRAHAM, 1999)

A sociedade brasileira do século XIX continuou com as características da colônia e na província do Piauí não foi diferente, com as relações escravistas e livres, que tinham uma vida miserável,⁶ com condições péssimas e de extrema pobreza, onde não tinham trabalho e nem terra para tal (DIAS, 2002).

Por outro lado, Balaiada é um caso evidente de transbordamento da atividade política dos grupos urbanos e letrados para as camadas pobres da população, que se apropriaram dos embates políticos e sociais, levando-os adiante (MOREL, 2003, p. 64).

Em 1840, a “Lei dos Prefeitos” se constituía em um outro fator de descontentamento da população, sobretudo daquelas famílias abastadas que tinham poder político. A lei pode ser compreendida como um mecanismo criado com fins de perseguição política, através da qual os prefeitos eram nomeados pelos Presidentes das Províncias, se constituindo, portanto, num instrumento de poder para diminuir ou dobrar a resistência de lideranças políticas locais (DIAS, 2002, p. 127).

Por outro lado, a prática do Recrutamento obrigatório em 1830, somado à lei dos prefeitos, acabou levando um descontentamento popular e gerando um constante estado de pânico, uma vez que a prática do recrutamento era feita, impiedosamente, com um ou outro membro das famílias importantes; mas, em sua maioria com a população mais pobre e indefesa do interior. “Jovens agricultores e vaqueiros inexperientes que não conheciam praticamente nada, além dos limites das fazendas e vilas, eram levados à força”(OLIVEIRA, 1985, p. 65), como soldados para formar contingentes para reprimir os movimentos rebeldes que ocorreram durante o Período Regencial.

⁶ Ver o trabalho do historiador Francisco Gleison da Costa Monteiro, sobre a condição do homem pobre e livre na província do Piauí durante o século XIX. (MONTEIRO, 2016).

Toda esta situação era regida pelo Barão da Parnaíba, Manuel de Sousa Martins, que dirigiu com “mão-de-ferro” e despotismo a Província do Piauí ao longo de vinte anos (da independência até o início do Segundo Reinado). (ARAÚJO, 2015).

A Balaiada abrangeu boa parte do território do Piauí, várias proclamações manuscritas foram lançadas de Parnaíba explicando a razão da rebelião. Era surpreendente o teor político destas proclamações, pois os seus autores, “[...] eram homens rústicos, mas suficientemente imbuídos de seus direitos fundamentais de cidadãos de um Império Constitucional.” (OLIVEIRA, 1985, p. 65).

Houve tentativas para se construir alianças entre os rebeldes, mas acabaram se revelando precárias. Junto aos oponentes do governo central havia os liberais exaltados como Lívio Castelo Branco, os três mil quilombolas comandados por Cosme Bento, além de índios, caboclos, vaqueiros, lavradores, camponeses, que formavam grande parte do contingente, mas atuavam em pequenos bandos armados sem maior organização (MOREL, 2003, p. 65).

O movimento se fortaleceu tanto no Maranhão como no Piauí com os rebeldes, quantitativamente superiores as forças governamentais, assim no ano de 1839 os rebeldes invadiram a cidade de Caxias, o maior centro comercial do interior do Maranhão (SANTOS, 1983).

Uma das primeiras providências de Manoel de Sousa Martins, foi fortificar a capital da província Oeiras com a:

[...] pouca pólvora existente, ordenou ao prefeito de Parnaíba a compra de armamento e fez destacar para Campo Maior o capitão Antônio de Sousa Mendes. Como se o perigo fosse iminente e chegassem à capital constante notícias da atitude ameaçadora dos revoltosos, chamou às armas a Guarda Nacional e, enfim, apelou para todos os cidadãos exigindo serviços militares (NEVES, 1926, p. 118).

Manuel de Sousa Martins solicitou ajuda aos Ministros do império e governo central, mas não foi atendido. Entretanto, a sua enérgica e objetiva atuação na repressão do movimento foi de uma eficácia arrasadora no Piauí e no Maranhão.

Neves indicou que o Barão da Parnaiba conclamou o povo às armas, distribuindo uma proclamação em 17 de Maio de 1839. Assim, “Os primeiros contingentes a partir para o teatro da luta foram os comandados por António de Sousa Mendes para Campo Maior, e pelo Major Manuel Clementino de Sousa Martins, que ocupou as margens do Parnaíba, conseguindo desalojar os inimigos de todas as suas posições (NEVES, 1926, p. 118).

O movimento militar realizado pela província foi articulado e os balaios não estavam preparados para tal, pois os comandantes tinham treinamento, de acordo com Dias (2002), estes oficiais conheciam táticas de guerrilhas.

A ajuda que solicitara só foi atendida em 1840, com a chegada no Maranhão do jovem coronel Luís Alves de Lima e Silva, que tomou posse como Presidente da Província e Comandante das Armas. Este enviou ao Barão da Parnaíba, armas, munições, medicamentos e dinheiro. A repressão esmagou o movimento, os balaios no Piauí foram derrotados em princípios de 1841. Após o sucesso, Lima e Silva receberia o título de Barão de Caxias.

A Balaiada apesar de não ter estabelecido fronteiras entre as duas províncias, assumiu, porém, características específicas no Piauí, diferentes daquelas do movimento no Maranhão.

Enquanto no Maranhão a grande maioria dos rebeldes eram oriundos das camadas mais baixas da sociedade, no Piauí, além de vaqueiros e agregados, lutaram, também, fazendeiros abastados.

O Jornal “O Telégrafo” e seu redator

Em outra frente havia o jornal *O Telégrafo*, impresso na Tipografia Provincial, tinha como redator Francisco José Fialho. O jornalista nasceu em data incerta, 1814 ou 1820, na cidade de Oeiras, antiga capital da Província do Piauí. Ele se notabilizaria muito e, por causa da sua proximidade com Manoel de Sousa Martins, teve autorizado em 21 de novembro de 1839 a circulação de seu jornal, quando saiu a portaria permitindo redigir um periódico em Oeiras.

A função precípua de Francisco José Fialho era transmitir as informações da Balaiada, dar publicidade aos atos do governo através do Jornal e reagir à investida dos elementos oriundos da elite opositora piauiense que havia se aliado aos insurretos, notadamente Lívio Lopes Castelo Branco.

O Telégrafo era um jornal oficial e noticioso, mas a finalidade maior também era dar publicidade aos supostos “atos de bravura” das forças governamentais na luta contra a Balaiada. Assim, o periódico circulou até 1841. Como jornalista, Francisco José Fialho tinha a característica de ser combativo e polêmico.

Francisco Jose Fialho era sagaz em sua escrita, a sua relação e o seu consórcio com o Barão da Parnaíba trouxeram-lhe tantos ganhos que reverberou no tremendo sucesso financeiro após o fim da Balaiada, ao contrário de Manoel de Sousa Martins que paradoxalmente entrou num profundo ostracismo político antes mesmo do fim da revolta.

Francisco José Fialho viajou para a Corte onde estabeleceu residência. Já com uma pequena fortuna, conseguiu manter-se o suficiente para transitar junto ao círculo do poder no Rio de Janeiro, vindo a se tornar tabelião, ofício que permitiu multiplicar ainda mais a sua fortuna. Tornou-se deputado geral pelo Piauí em duas legislaturas, em 1864 e 1869, e ao

longo daqueles anos já havia realizado diversos trabalhos para o governo imperial que o projetara mais ainda dentro dos círculos oficiais.

No Rio de Janeiro esteve a frente nos projetos do governo imperial, atuando como ativo sujeito da boa sociedade na corte.⁷ Fialho havia conhecido um arquiteto francês chamado Auguste François-Marie Glaziou, ambos se associaram para a reforma do Passeio Público, na capital do Império; quando Glaziou contou com a colaboração de Francisco José Fialho e esta parceria foi retomada na proposta para ajardinamento do Campo da Aclamação. De acordo com Noronha Santos (1944), Fialho era um “estudioso de assuntos de jardinagem” e apareceu como co-autor nos primeiros documentos referentes à contratação do projeto (1871), mas logo depois houve a ruptura da sociedade, “concorrendo o notável naturalista francês isoladamente perante a Câmara Municipal”. No projeto original apresentado a Câmara, constava que,

Propomos que se aceite o plano apresentado pelos senhores Glaziou e Fialho para o embelezamento do campo da Aclamação, levantado por ordem do Governo Imperial, procedendo a Diretoria das Obras Públicas, desde já, o orçamento de todos os trabalhos, ficando o vereador comissário plenamente autorizado a ajustar as condições do contrato com os mesmos senhores, segundo o valor do orçamento e propondo à Ilustríssima Câmara os meios de obter os recursos necessários à execução dessa monumental obra (SANTOS, 1944, p.129).

Fialho se destacaria, portanto, por ter conduzido a partir de 1861 a reforma do Passeio Público, com a orientação técnica do francês Auguste Glaziou. O tabelião e empresário Francisco José Fialho estava envolvido ainda em vários outros negócios. Fialho foi um grande investidor de terras, comprando, loteando e vendendo terrenos.

⁷ Sobre a noção de boa sociedade, ver: (MATTOS, 2004).

Por volta de 1857, toda a área da atual praia de Ipanema denominava-se Fazenda Copacabana. Um francês chamado Carlos Leblon era o proprietário dos terrenos e decidiu vender suas terras da “Fazenda Copacabana” ao “empresário” Francisco José Fialho, sendo comprada pelo tabelião naquele mesmo ano,⁸ que adquiriu a parte que ia da atual rua Barão de Ipanema, em Copacabana, até o pico dos Dois Irmãos.

Francisco Fialho vendeu suas terras em 1878, sendo divididas em dois grandes lotes. A área do lote um, correspondendo ao atual bairro do Leblon, foi retalhada em três grandes chácaras, vendidas a particulares. Uma das partes foi adquirida pelo Comendador José Antônio Moreira Filho, segundo Barão de Ipanema. As terras iam do Arpoador até a Praia de Fora, atual rua Vieira Souto. Fialho havia criado entre 1883 e 1886 uma empresa de urbanização para erguer o novo bairro com o nome de Loteamento Villa Ipanema que teve o seu termo de fundação assinado em 1894.⁹ Fialho havia, portanto, loteado originalmente todo o terreno que se constituiria os modernos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon.

Fialho estava também organizando uma empresa, a Architectonica, voltada para construções de habitações populares e jardins públicos; a iniciativa implicou na aquisição, em 1855, de amplo terreno na antiga rua Matacavalo [atual rua Riachuelo], onde instalaria as primeiras construções, e estava tramitando com a regularização da sociedade para, em seguida, captar investidores. O negócio, porém, não prosperou (PESSOA; SANTOS, 2019. p. 1826).

Fialho se tornaria fazendeiro na região de Petrópolis. Ele faria construir um sofisticado palacete, na Glória, cujo logradouro seria denominado rua do Fialho. O tabelião ainda se envolveria em iniciativas

⁸ Sobre a história do bairro, ver: (SANTOS; BERGER, 1965).

⁹ Sobre a história da criação dos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, ver (RODRIGUES, 2012).

particulares de colonização, pois era um membro atuante da Associação Central de Colonização, criada em 1855 (PESSOA; SANTOS, 2019, p. 1826).

Apreciador e colecionador de arte, Francisco Fialho participou inclusive da Exposição Geral de Belas Artes organizada em 1859, no qual aparece como um dos maiores expositores, ao lado do próprio imperador (MACEDO, 2005, p. 127).

Francisco Fialho era pai de Anfrisio Fialho, oficial de artilharia do Exército imperial, que iria lutar no conflito contra o Paraguai em 1865 e 1870. Posteriormente, Anfrisio Fialho se notabilizaria muito ao se tornar um dos maiores críticos do regime monarquista, fazendo parte da chamada geração de 1870 e sendo conhecido como o panfletário da república. Obviamente é muito provável que em alguma medida contrariasse o seu pai, tendo em vista os laços conservadores deste com o passado na Balaiada e os contatos com o partido conservador na capital do império, embora seja quase certo que a concepção política de Francisco Fialho tenha sido muita mais pragmática do que propriamente de fundo ideário.

O jornal *O Telégrafo* surgiu de forma accidental para cobrir um acontecimento e passou a ser o primeiro jornal piauiense noticioso, de cunho semioficial, pois mantinha a opinião pública a favor do Barão de Parnaíba.

Na folha inicial de cada exemplar aparecia o número, a cidade, a província; no caso o Piauí, o dia da semana, a data e o mês, o título do jornal, o local da subscrição, o preço da assinatura e do valor avulso e os lugares que poderiam ser comprados. Logo abaixo dessas informações vinha uma epígrafe, em geral uma frase curta, que funcionava como uma carta de apresentação do jornal e sintetizava seu posicionamento político. O seu lema era: “Ouçam todo o mal que a todos tocam”, e por último, a tipografia onde havia sido impresso.

Era publicado no tamanho 18x12, sendo comercializado na segunda-feira e quinta feira ao custo de cem réis o exemplar. Em suas páginas podia-se ler sobre a Balaiada e o terror causado as duas províncias, ao tempo em que reforçava a autoridade e a ação do Barão da Parnaíba.

A Truculenta revolta nascida nos Campos do Maranhão, e que, tem devorado o seio, que a produziu, fazendo sentir estragos a esta Província, cuja paz foi sempre invejada, trouxe-nos, além das quais, a necessidade de uma Folha, que, não só aos nossos compatriotas, se não a todo o Império, transmitia as ocorrências da Guerra, com que lutamos, para que alterados não corra, como temos visto, e como por fatalidade sempre em desabono da causa legal: as medidas de salvação pública tomadas pela autoridade da Província o Excelentíssimo Sr. Barão da Parnaíba, e pelas subalternas, e o que tiver relação á mesma luta. (O TELÉGRAFO, 03/11/1839, nº 01, p. 01)

Percebe-se aqui que os jornais já estavam sendo usados para reafirmar poderes e ideologias (RÊGO, 2001). Poucos foram os jornais de oposição desse período. Um dos principais motivos foi o medo do Barão da Parnaíba. Ninguém se arriscava a contestá-lo. O máximo que alguns dos seus adversários faziam era publicar boletins impressos no Maranhão, no entanto esse material era entregue na calada da noite.

É importante salientar que um jornal como *O Telégrafo*, depois que era publicado, ganhava uma dinâmica própria e se tornava um meio de circulação de ideias e de reflexões que representava as vontades do governo provincial, portanto, não podia mais ser controlado por seus escritores, uma vez que as ideias eram interpretadas, apropriadas e transmitidas segundo referenciais e pensamento muito próprios do Barão da Parnaíba.

A respeito dos jornais, Fernandes (2013) identificou que, foi a partir desses periódicos e das ideias neles apresentadas que os homens se dividiam na cena política e os grupos começavam a se formar. Eram essas

publicações que serviam de base para a criação de identidades políticas que permeavam as ações e os posicionamentos (FERNANDES, 2013, p. 34), no caso de *O Telégrafo* esses posicionamentos já estavam bem definidos, e possuíam um lugar de fala.

A Balaiada representou mais um desses momentos. Se no Piauí era tenso, no Maranhão os líderes do partido, cujo discurso e simbologia os rebeldes adotaram - o pássaro bem-te-vi -, recusaram-se a ver o caráter político da insurreição composta por camponeses livres, pobres e escravos rebelados. De acordo com Maria de Lourdes Janotti, (2005, p. 54-55), se durante o conflito os liberais em São Luís do Maranhão visaram obter sucesso e, assim, vencer as eleições que se aproximavam e retornar ao poder, o temor de uma invasão da capital após a tomada da cidade de Caxias, segunda maior da província, levou-os a apoiarem os cabanos e a repressão violenta efetuada pelo presidente Luís Alves de Lima, o futuro Barão de Caxias.

Na próxima seção, veremos como a Balaiada se desdobrou em outra frente de ação, no contexto do Piauí através da escrita de Francisco Fialho através do jornal “*O Telégrafo*”, no apoio ao governo do Barão da Parnaíba no combate à Balaiada.

“Ouçam todo o mal que a todos tocam”: O Jornal “*O Telégrafo*” e sua ação no combate à Balaiada

A criação de “*O Telégrafo*” ocorreu quando o Barão da Parnaíba constatou a dimensão que a insurreição havia tomado no Maranhão e como ela rapidamente se expandiu ao Piauí, principalmente por conta do envolvimento de grupos oriundos da elite, o que caracterizava o movimento como sendo também de caráter político, uma contenda de facções oligárquicas pelo controle do poder provincial. A publicação do jornal seria mais uma ação contra os inimigos que ameaçavam a preeminência política do Barão da Parnaíba no governo provincial.

O jornal *O Telégrafo* seria, portanto, um forte aliado na construção da legitimização das ações propaladas pelo presidente da província no combate aos revoltosos, ao tempo em que buscava descredenciar os adversários, por meio da desconstrução dos membros da elite liberal que colocavam em risco o governo centralizador do Barão da Parnaíba, entre os quais estavam os liberais exaltados liderados por Lívio Castelo Branco.¹⁰

Em 1839 surge então o jornal impresso *O Telégrafo*, primeiro jornal noticioso que, de acordo com Celso Pinheiro:

[...] a Portaria de 22.11.1839 registra que foi aceito o oferecimento de Francisco José Fialho, de encarregar-se de redigir nesta capital, Oeiras, um periódico em que se transmitam ao público as ocorrências da atual guerra e os atos do governo a ela tendentes, com a condição de ser impresso na Tipografia Provincial e fornecidos os materiais pela Tesouraria da Fazenda e remeter para seus cofres todo o rendimento do dito periódico, 10 proveniente da venda das folhas que se extraírem." (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 11).

Francisco José Fialho, em 1839, foi autorizado a escrever o periódico que tinha o intuito de transmitir informações a respeito da Balaiada e os atos do governo. Era dono de uma escrita considerada combativa e polêmica, sendo que a primeira matéria do jornal é datada como os primeiros dias do mês de novembro de 1839, e começava a tratar sobre a revolta nascida no Maranhão cujo conflito, àquela altura, também já havia atingido a província do Piauí, onde a paz que ali reinava havia sido, segundo o seu redator, ameaçada.

Nas medidas de salvação para o retorno do *status quo* social estava as primeiras medidas da autoridade da Província o Barão da Parnaíba, e uma delas era anunciar sobre as atividades do próprio jornal, Francisco Fialho como redator teria a missão de ir construindo uma face da revolta.

¹⁰ Há uma pequena biografia de Lívio Castelo Branco em: (CHAVES, 1998).

[...] com a mira ao bem público, nos encarregamos da tarefa de fazer trabalhar o *Telegrafo*: preza aos Céus que nosso fraco contingente aproveite, e que sua duração seja efêmera; pois que terão passado as públicas calamidades. Não faremos protesto de seguir na Redação deste pequeno Periódico; este, ou aquele caminho; o *Telegrafo* quer só anunciar ao Piauí e ao Brasil nosso presente estado; e é só o que tender a este fim que achará lugar em suas colunas. (O TELÉGRAFO, 03/11/1839, nº 01, p. 01).

Na mesma edição de 3 de novembro de 1839, o jornal ressaltou o que chamava de “falsidades” que ocorriam na Capital e que estas estavam “tomando corpo” e se divagavam por toda Província. Afirmava ainda que “incautos piauienses” seguiam o caminho do conflito por desconhecerem a verdade, e que o jornal, *O Telégrafo*, pedia aos céus que a sua duração fosse efêmera, pois as calamidades públicas com isto se cessariam (O TELÉGRAFO, 03/11/1839, nº 01, p. 01).

Ainda no mesmo número, *O Telégrafo* ressaltou a “falta de patriotismo em alguns”, referindo-se àqueles que entraram em conflito com as forças da província do Piauí. O jornal também procurou informar que não se preocuparia em narrar sobre as excursões do “faccioso Raymundo Gomes”. Provavelmente porque naquela época julgava que ele exercia pouca influência na revolta. No entanto, trataram sobre pedido de auxílio ao Piauí feito pelo Prefeito de Caxias quando os facciosos preparavam assédio àquela cidade (O TELÉGRAFO, 03/11/1839, nº 01, p. 02).

Em 25 de novembro do mesmo ano, o jornal relatava a ida do Major Manoel Clementino para o Porto das Queimadas, após saber do “desastroso” sucesso ocorrido em Caxias. O jornal noticiou que o major havia acampado no Porto S. Francisco por alguns dias, enquanto um grupo da cavalaria do comandante José Maurício da Costa Pestana buscava no

Povoado da Manga alguns “facciosos” que haviam se reunido para se reforçarem.

Segundo consta eles entraram em combate, e de lá saíram com três prisioneiros rebeldes; o jornal destacou que entre eles havia um criminoso sentenciado que havia fugido. Na manhã seguinte as tropas imperiais ao adentrarem no Povoado da Manga, encontraram um grupo de seis “rebeldes”, houve um ataque, no qual um sargento saiu gravemente ferido e dois “rebeldes” morreram e três outros foram feitos prisioneiros (O TELÉGRAFO, 25/11/1839, nº 02, p. 01).

Durante os combates na vila do Mirador na Província do Maranhão, o jornal destacou, na edição do dia 28 de novembro de 1839, que os “facciosos” na referida vila eram mais de 200, e que estes gritavam insultando os “nossos bravos”, referindo-se à tropa que combatiam os *bentivis*. O jornalista afirmou que em “poucos momentos” de duração da luta só um dos combatentes legais morreu, mas dos “rebeldes” 12 foram mortos e 9 foram feitos prisioneiros. Segundo consta na edição, com estes foram encontrados roubos, o jornal destacou ainda que pela morte de um deles “os miseráveis assassinos da honra e da vida” ousaram por “poucos instantes” encarar os seus “corajosos guerreiros, ávidos da glória” ao fazer os rebeldes “morder a terra” (O TELÉGRAFO, 28/11/1839, nº 03, p. 03).

Em 28 de novembro de 1839 o jornal discorreu sobre a atuação em comando do Major Manoel Clementino na Comarca de Pastos Bons, onde, segundo destacou o jornal, que os “amigos da Lei” haviam imposto terror aos “facciosos”. O jornal afirmou também que o Barão da Parnaíba havia feito aquisição de apetrechos bélicos, e que havia mandado pessoas de sua confiança partindo da Comarca de Icó e Vila de Juazeiro [ambos no Ceará] para a compra de munição e armamento, segundo consta estes emissários, que haviam pedido às autoridades destes locais, auxílio [na aquisição] destes objetos [...] (O TELÉGRAFO, 28/11/1839, nº 03, p. 01).

De posse do material bélico, fizeram marchar em direção ao Ponto das Queimadas o capitão Piauhylino, no entanto, antes de chegar ao destino previsto, o capitão recebeu ordem de se direcionar ao Povoado da Manga, a qual pela segunda vez havia sido ocupada pelos “rebeldes”. Ainda de acordo com o periódico, o capitão os havia encontrado no S. Francisco e prontamente expulsou os “inimigos” que se aproximavam. O jornal relatou ainda que “Chefe Rebelde Lívio” deixou Caxias roubada, “feita Teatro das mais barbas hostilidades e entregue à sanha de seus companheiros d’armas [...], anunciando sua chegada com tiros de canhão e fazendo preparativos para invadir a Villa” (O TELÉGRAFO, 28/11/1839, nº 03, p. 02). O Telégrafo afirmou ainda que Lívio era considerado “faccioso” pelo jornal, pelo estado imperial e pelo Barão da Parnaíba. De acordo com o editor, Lívio espalhou anúncios escritos a próprio punho e com a própria ortografia.

Naquele momento, o jornal informou que sempre que publicassem qualquer “peça dos rebeldes”, publicariam com a ortografia escrita pelos próprios revoltosos. Eis a nota de Lívio, segundo o Telégrafo

Anúncio a 23 de agosto de 1839.

O Comandante Em chefe de todas as Forças Bentivis das Fronteiras do Piauí que comunicar a bem do S. de S. M. o Imperador como Sr. Cap. Antônio de Sousa Mendes, O Major Clementino de Souza Martins, e com Liberato Lopes de Cast^o br^o e S^a; pede esclarecimento certo debaixo de Palavra de honra Militar qual os luares onde eles se acham, e quais suas ocupações nestas Fronteiras: assim como se é concedido, e garantidos os Correios afim de que se possa debaixo de boa-fé corresponder. Livio Lop Castbr^o S^a. (O TELÉGRAFO, 28/11/1839, nº 03, p. 02).

Segundo *O Telégrafo*, a notícia da chegada desta força, na qual foi transmitida a todos, obrigou o Major Manoel Clementino a marchar aceleradamente nas Villas da Passagem Franca e São José, e em outros

lugares por qual passava. O jornal noticiou que Lívio estava desanimado pela consciência de seus crimes e pela desunião dele com outros chefes. Em um exercício de suposição, Francisco Fialho havia escrito no jornal que Lívio estava triste e “desanimado pela consciência de seus crimes” cometidas, mas que o mesmo, segundo o jornal, estava ocupando Santa Rita, assim como dois pontos ao centro da estrada de Campo Maior. (O TELÉGRAFO, 28/11/1839, nº 03, p. 03).

Ainda em novembro de 1839 o jornal já havia divulgado que uma correspondência dos “rebeldes”, tinha sido encontrada após um ataque de “19 do corrente [...].” O periódico afirmou que nenhuma reflexão faria, pois, as palavras dessas “cobras”, referindo-se ao *bentivis*, e a satisfação que mostravam quando cometiam crimes bárbaros - assim como assassinatos e roubos - já dava a população a ideia do que este grupo cometia “malvadezas e rematada brutalidade” (O TELÉGRAFO, 02/12/1839, nº 04, p. 02). A correspondência não havia sido publicada pelo jornal, da qual o público leitor do periódico não conseguiu saber de inteiro teor o que os “rebeldes” queriam expor ou explicar

Apesar das especulações, o jornal continuava a narrar sobre os combates envolvendo as forças do governo imperial contra os rebeldes, sempre identificando as vitórias e sucessos das forças imperiais.

O Major Manoel Clementino havia ido até Santa Rita após saber que os “rebeldes” haviam levado 16 presos. Na vila houve uma guerrilha, onde três praças foram feridas, e dos tiros das praças, quatro “rebeldes” caíram. O comandante encontrou 700 cartuxos, armas, cinco bois no curral, farinha, comida no fogo, mobílias e uma correspondência de Lívio, na qual não foi divulgada (O TELÉGRAFO, 05/12/1839, nº 05, p. 01-02).

Na sequência das notícias o Telégrafo noticiou sobre o deslocamento dos rebeldes dando conta que Lívio havia seguido em direção à Longá, juntamente com seis homens, mas que um “piquete de 34 praças bem

montadas, inclusive o comandante e cinco oficiais” foram atrás do fugitivo. No entanto, três oficiais e cinco soldados da força de Balaio, Manoel do Anjos Ferreira, possivelmente vindo de alguma comissão de Lívio, haviam entrado no centro da “Coluna”. O Major, através de um prisioneiro soube que para ajudar Lívio vinha um corpo de 200 homens comandados por Milhomens e Ruivo, e que Balaio havia se fortificado no Morro Agudo (O TELÉGRAFO, 05/12/1839, nº 05, p. 02).

Um dos representantes mais engajados na luta ao lado dos *bentevis* era Lívio Lopes Castelo Branco, um homem de uma das famílias mais ilustres do norte do Piauí. Ele era inimigo político do presidente da Província do Piauí, o Barão da Parnaíba.

Lívio Lopes Castello Branco e Silva era natural de Campo Maior, nascido em 11 de setembro de 1811. Estudou em Barras na escola particular do frei Antônio de Jesus Maria Faya. Lívio Lopes Castello Branco e Silva pertencia a uma família de proprietários de terras no Piauí, era rico, inteligente, e um estudioso; era alguém com conhecimentos avançados para a época, o que provavelmente o fazia um homem de concepções liberais. Era muito consciente dos problemas sociais da província.

Começou a exercer cargos públicos cedo, já em 1828, foi nomeado pelo governador da província do Piauí para o posto de alferes. Advogou por mais de 22 anos. Exerceu por várias vezes, na comarca de Campo Maior, os cargos de vereador, juiz de paz e promotor público. Em 1836 exercia importante função na inspetoria da Fazenda Pública de Campo Maior.

Lívio Lopes Castelo Branco exercia o comando do destacamento da cidade de Campo Maior quando estourou a Balaiada no Maranhão em 1838. O seu envolvimento na revolta, segundo consta, era em decorrência da permanência de Manoel de Sousa Martins no governo da província, isso

o perturbava profundamente e a revolta abriu espaço para a sua participação no movimento (CHAVES, 1998, p. 461).

O jornal trabalhou em uma ampla campanha de destruição da imagem de Lívio. *O Telégrafo* retrata o líder desta forma:

Lívio mandou assassinar à vista de seus companheiros 2 soldados, vingança nimiamente vil para um Chefe que peija seus escritos dos palavrões-honra militar, direito de guerra, garantias, liberdade e outras quejandas, de que fazem maior uso os que menos prezam; mas ele talvez tinha razão... a presença de um soldado, que prefere arrastar uma pobre vida, porém fiel às Lei de seu País, e às da humanidade, a empunhar as armas para arrancar com inaudito descaramento a vida, a honra, e propriedade de seus concidadãos, era o despertador dos remorsos desse moço, que pela mais execrada via quer haver fortuna que tão extravagantemente perdeu; e com seu procedimento dar ao Piauí sua Pátria o que nunca ele teve- um filho revolucionário- e à sua família, distinta na Província, um eterno dissabor, e indigno membro (*O TELÉGRAFO*, 02/12/1839, nº 04, p. 02).

O jornal, ao tratar da figura de Lívio, o relaciona ao remorso de perder a sua fortuna e que, por este motivo, se voltou contra a sua “Pátria”, pois o mesmo preferiu se armar contra seus “concidadãos” e arrancar deles a vida, a honra e as suas propriedades ao invés de seguir as Leis do país e ao lado deles ficar tratando-o, assim, como um dissabor à família e um membro indigno da boa sociedade.

Quanto as forças legais, os relatos sobre a bravura dos oficiais das forças imperiais era uma constante. Assim, em 9 de dezembro de 1839 o jornal relatou uma marcha até as Matas do Baixão, onde os “inimigos” conheciam cada parte deste local (CASTELO BRANCO, 1983, p. 62). O jornal não deixou claro quem era um dos Chefes que levou um tiro no olho e outro no umbigo. O jornal relatou que os “inimigos covardes” poderiam tê-lo aprisionado, no entanto, estavam tão assustados que corriam e

davam tiros para trás. O chefe se achando sem forças e com fortes dores mandou que um dos seus ordenados lhe escondesse e voltasse para a “marcha da coluna” e ordenou antes de morrer:

Avancem camaradas, só vos peço que sejais constantes, e que me vingueis a morte, por morrer um homem não se perde a causa; morro contente por haver empregado meus dias no serviço da minha Pátria, e ela compensar-me há ajudando à minha família liquidar minha casa (O TELÉGRAFO, 09/12/1839, nº 06, p. 02).

O Telégrafo relata que os “valentes Piauhyenses” da coluna ao ouvirem as últimas palavras de seu chefe, ao invejarem tamanha “morte heroica” e foram atrás dos “ladrões”. Ao retroceder à Santa Rita, conduziram o cadáver do Chefe para o Estanhado, onde repousará em “mesas de ouro” (O TELÉGRAFO, 09/12/1839, nº 06, p. 02).

No periódico 8, o Exmo. Sr. Barão da Parnaíba notícia e lamenta a morte do comandante das forças legais. Tratava-se do Major Manoel Clementino de Sousa Martins, seu sobrinho e oficial comandante na Província do Piauí em operações do interior. Em carta, o Barão da Parnaíba se compadeceu da morte do major, o seu sobrinho:

He do meu dever dar um público, e solene testemunho da mágoa que tenho sentido com a notícia da morte do bravo Major Manoel Clementino de Sousa Martins, Comandante das forças d'essa Província em operações no interior d'esta. A perda d'esse benemérito Cidadão, que tantos serviços há prestado á Pátria desd'a época da Independência se faz inteiramente sensível a todos os amigos da ordem. Devem porem sobre todos deplora-lo este Governo, e os filhos d'esta Província, a quem com tanto denodo, e eficácia estava ele ajudando a domar a anarquia, tendo já expelido os facciosos da Comarcar de Pastos- Bons, onde restabelecera a tranquilidade. Seja-me porem lícito dar por alguns instantes trégua ao nosso vivo pesar com a lembrança de que aquele distinto Brasileiro não podia terminar seus dias d'uma maneira mais gloriosa

do que sustentando a causa da justiça e da humanidade, e arrancando uma disputada Victoria aos inimigos da Religião, do Trono, da Civilização, da Ordem, e das Leis. O nome d'este servidor do Estado será perene nos Estados Brasileiros, e sobretudo na memória d'aqueles por cuja defesa derramou o seu sangue, e sacrificou sua preciosa vida. Sirva, pois, esta circunstância para mitigar o justo sentimento que a V. Ex^a deve ter causado a morte de seu ilustre parente, do vencedor do Morro-Agudo.

Deus Guarde a V. Ex.^a. Maranhão, 30 de outubro de 1839.

Ilm e Exmº Sr. Barão da Parnaíba, Presidente da Província do Piauí. (O TELÉGRAFO, 16/12/1839, nº 08, p. 04).

Este, aos olhos da elite local, assim como do Jornal O Telégrafo, tratava-se de um homem que ajudou a domar a “anarquia” com bastante eficiência, onde conseguiu livrar-se dos “facciosos” em Pastos Bons e ali trouxe tranquilidade. O Barão denota que não havia morte mais gloriosa do que “sustentando a causa da justiça e da humanidade, e arrancando uma disputada Victoria aos inimigos da Religião, do Trono, da Civilização, da Ordem e das Leis” (O TELÉGRAFO, 16/12/1839, nº 08, p. 04). E nesse ponto uma visão quase messiânica da missão do major ao combater a rebelião acabou sendo construída pelo jornal.

Em sua edição de número sete, o jornal fez referência a comemoração do aniversário do “adorado e jovem” Imperador Sr. D. Pedro II no dia 2 de dezembro, onde, segundo o jornal, foi festejado com a pompa compatível com as circunstâncias em que estavam; o jornal afirmou que não havia sido festejado como nos anos anteriores, pois os Militares “pugnavam na Campanha por nossos foros”. Nesta ocasião, foram vistos os mais “distintos cidadãos” da Província do Piauí onde se apresentaram a um simples convite do Excelentíssimo Presidente, este na qual o Brasil tinha as suas esperanças e que somente com 14 anos de idade já punha medo no coração dos conspiradores (O TELÉGRAFO, 12/12/1839, nº 07, p. 04).

No dia 23 de dezembro, o jornal destacou que o Exmo. Sr. Barão da Parnaíba nomeou o Tenente Coronel de 1^a Linha do Exército José Feliciano de Moraes Cid para comandar como Chefe as forças da Província contra os “salteadores” do Maranhão. Tal comandante, segundo O Telégrafo (1839) veio da Bahia com o desejo de ver derrotados os assassinos que cometiam barbaridades no “infeliz solo maranhense”. E, no mesmo periódico, o Barão da Parnaíba notícia ao povo do Piauí e Maranhão:

Não vos persuades, que o único fim da ganancia leva esses dísculos a empunharem fratricidas armas para com elas cometerem as atrocidades de que tendes sido testemunhas: Negros, e horríveis planos combinados em infernais clubes porão em campo esses iludidos e desnaturados maranhenses, que bem tarde terão de arrepender-se de sua cegueira... O Governo tem bastante confiança em vosso Patriotismo para crer que em breve, com vosso auxílio, verá extinta uma horda de monstros, que envergonham o País que os viu nascer, e a humanidade em geral e então convosco entoará. Viva a Santa Religião de Jesus Cristo! Viva a integridade do Império! VIVA S. M. O IMPERADOR D. PEDRO 2º! - Viva o Regente em Nome do Imperador! Viva a Assembleia Geral Legislativa- VIVA AOS BRAVOS LEGALISTAS! (O TELÉGRAFO, 23/12/1839, n° 10, p 3).

O Barão da Parnaíba relatou nesta carta ao povo do Maranhão e Piauí para que eles não se deixassem persuadir pelos *bentivis*. Que estes, considerados iludidos, um dia iriam se arrepender por cometer atrocidades contra as Províncias. O Barão enfatizou que tinha muita confiança no patriotismo dos cidadãos das Províncias e que em breve eles veriam a extinção dos monstros, claramente se referindo aos *bentivis*.

Em 6 de janeiro de 1840, *O Telégrafo* afirmou que o último ataque dos “salteadores” havia sido realizado pelo Major Manoel Clementino, nas Matas do Baixão, e isto obrigou que as forças de Ruivo, Pedregulho, Balaio e outros “pequenos Chefes” se reunissem. Alguns dos prisioneiros

afirmaram que estes iriam evadir-se das posições de Morro Agudo para irem até a Província do Piauí, às margens do Parnaíba; eles afirmaram que não tinham mais a quem temer, referindo-se à morte do Major Manoel Clementino (O TELÉGRAFO, 06/01/1840, nº 14, p 1).

No dia 16 de janeiro, o jornal publicou uma nota do comandante Chefe José Feliciano de Moraes Cid ordenando que as forças que estavam sob seu comando prestassem urbanidade e todo acolhimento àqueles que estavam arrependidos de terem prestado obediência aos *bentivis*, e aos chefes revolucionários que porventura fossem “depor” as armas da rebeldia diante das forças legais. Afirmou também que os comandantes da fronteira estavam autorizados a fornecerem “rações de etapa”, seja para homens ou para mulheres que, perseguidas pelo “inimigo que emigrarem para as mesmas forças e empregando desde logo os que pudessem prestar serviços” (O TELÉGRAFO, 16/01/1840, nº 17, p 3).

No mesmo periódico, o comandante chefe autorizou a distribuir recompensas em dinheiro a qualquer espião que com dificuldade e risco de vida fosse mandado para o centro dos inimigos, no entanto, a recompensa só seria dada se destas diligências resultassem informações úteis à causa legal e também aos que se interessarem em fazer denúncias da qual se colhesse frutos para o bem da ordem e da tranquilidade (O TELÉGRAFO, 16/01/1840, nº 17, p 3).

No dia 23 de janeiro, o Barão da Parnaíba mandou publicar uma nota em *O Telégrafo* na qual afirma que os cofres públicos da Província estavam exauridos e por este motivo recorreria ao patriotismo dos piauienses, que com seus bens provassem o seu amor ao país e doassem valores conforme a sua fortuna, e no dia 2 de março o jornal publica a relação de nomes que ajudaram a Província para a sustentação da guerra:

Barão da Parnaíba (200 bois) 2:000\$ rs. Coronel Ignácio Francisco d'Araújo Costa (150 bois) 1:500\$ rs. Tenente Antônio da Silva Coitinho, 160\$ooo. Tenente Francisco José d'Araújo Costa (12 bois) 120\$ rs. Ajudante Thomé Joaquim Gomes Teixeira, Capitão Justino José da Silva Moura, Capitão Cezario José da Silva Conrado, Doutor Juiz de Direito Manoel Joaquim Bahia, Tenente Coronel Jose Nicolau da Costa Freire, Tenente José Mendes Vieira, José Lourenço de Britto, Alferes Manoel Luís Ferreira, José Pedro Selestino, Capitão Joaquim Antônio de Moraes, Bartholomeu Nicolau Mazas, Padre Antonio Delfino Cunha, Capitão José Luiz da Silva, Tibério Cesar Burlamaque, Capitão Ignacio de Loiola Mendes Vieira, Tenente Angelo Custodio Ferreira, 100\$ rs cada um; D. Maria Luiza de Santa Anna (8 bois) 80\$ rs. Capitão Antonino Ferreira de Araújo e Silva (6 bois) 60\$ rs. Antonio Bernardo da Silveira, 60\$ rs. João Bernardo de Azevedo Braga, Manoel Marques dos Reis, Manoel d. Fonseca Lemos, Honorato José de Moura, Antonio Rodrigues Campos, Joaquin Bartolomeu da Silva, Manoel Bento Gonçalves, Theotonio Gomes da Cruz, João Gonçalves da Silva, Tenente Coronel José de Sousa Martins, Capitão Aniceto d' Araujo Sousa, Alferes Pedro Alexandre Nogueira, Capitão Felix Rodrigues de Carvalho, Padre Pedro Antonio Pereira Pinto do Lago, 50\$ rs. Cada um (O TELÉGRAFO, 02/03/1840, nº 30, p 2).

Os nomes receberam destaque no jornal por manifestarem-se a favor da Guerra e por terem doado a quantia que lhes eram concernentes as suas fortunas. O jornal afirmou ainda que houve outras doações, no entanto, não teriam como colocar todos os nomes na lista, mas que eles haviam demonstrado patriótico e reconhecido amor ao seu país.

Sob esse aspecto, o jornal *O Telégrafo* já havia destacado sobre o que chamou de patriotismo de um notório oficial da Guarda Nacional o Capitão João Damasceno, que apesar de sua doença que o impedia de “prestar serviços na defesa da Pátria”, ele havia feito uma doação para a “Caixa Militar”:

Illmo e Exmº Sr. Não podendo eu ter hoje (por motivo de moléstia) pessoalmente prestar serviços na defesa da Pátria, por que muito me preso em

ser defensor d'ela: remeto a V. Ex. ^a cem patacoens para a Caixa Militar, visto que o estado em que estamos reclama que todos tomemos parte na causa, pois que ela toca a cada um em particular. Deus Guarde a V. Ex^a Quartel do Curral-novo 4 de novembro de 1839---- Illmº e Exmº Sr. Barão da Parnaíba, Presidente da Prov.^a do Piauí—João Damasceno Rodrigues (O TELÉGRAFO, 25/11/1839, nº 02, p 04).

Em decorrência desta doação, o Sr. Capitão Damasceno foi aclamado pelo jornal, que aproveitou a oportunidade para chamar a atenção daqueles que tinham “avantajada fortuna” e que não haviam colaborado ainda para também fazerem doações, pois a economia da província estava em franco estágio de decadência, assim o Barão recorria ao expediente do jornal para tentar sensibilizar aqueles que ele julgava conhecer o estado financeiro dos cofres da província. O jornal afirmou que haviam pessoas que tinham fortuna e que “fazem-se surdos ao clamor do governo”, e que eles não tomavam a responsabilidade para si, e que tal feito servisse de “incentivo a nossos concidadãos, indiferentes aos males de seu País, o ato do Sr. Capitão Damasceno” (O TELÉGRAFO, 25/11/1839, nº 02, p 03).

Enquanto isso, o conflito seguia e em 15 de junho de 1840 *O Telégrafo* noticiou que por todos os pontos em que se explorava iam colhendo “malvados”, mulheres, inocentes e outros que queriam escapar da fome, inclusive alguns *bentivis* arrependidos por não terem outra alternativa. Ainda segundo o jornal, a quantidade de homens presos em Curimatã, Egípto e outros lugares foram de 71, apresentados 57, mortos 27, totalizando 155. As mulheres prisioneiras totalizavam 210, crianças 374 e escravos encontrados 56 (O TELÉGRAFO, 15/06/1840, nº 60, p. 02-03).

Em 20 de julho o Barão da Parnaíba se viu satisfeito com os resultados obtidos, onde os “salteadores” estariam sem estabilidade em seus planos, ficando satisfeito com as sucessivas vitórias conquistadas pelas “armas Imperiais sobre os mais vigorosos bandos”. Sousa Martins

afirmou contundentemente que os rebeldes não mais resistirão por muito tempo.

No dia 23 de julho de 1840, o Barão da Parnaíba afirmou que não se via mais em campo um dos Chefes primitivos, e que só existiam “miseráveis caudilhos”. (O TELÉGRAFO, 23/07/1840, nº 71, p. 01). No dia 27 de julho asseverou que o número de prisioneiros era de capturados 149, apresentados [rendidos] 314, mortos 46, mulheres prisioneiras 498, crianças 686 e escravos de ambos os sexos 116, totalizando 1809 pessoas. (O TELÉGRAFO, 27/07/1840, nº 72, p. 03). Esses dados são bastante discutíveis, sobretudo ao que se refere a quantidade de mortos.

No dia 13 de agosto de 1840, *O Telégrafo* noticiou uma declaração assinada por Raimundo Gomes e outros companheiros que haviam se armado contra o Governo, no entanto, este [o governo] chamaram-vos à ordem, e que lhes dessem as armas para receberem perdão do “nosso muito amado Imperador Sr. D. Pedro segundo”. Desejavam que se cessassem o derramamento de sangue inutilmente, pois o Presidente tinha forças suficientes para cercar-lhes, mas não queria ver tantos homens morrerem, e declarou que:

[...] a humanidade pede que vos perdoe, agora que vos achais humilhados e sem meios para resistir, porque vos falta gente, alimento, munições de guerra e bem cedo na tereis. Arrependidos ao mal, que tendes feito, vinde merecer o vosso perdão, entoando: Viva a Nossa Santa Religião, Viva S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro segundo. Viva a Constituição do Império (O TELÉGRAFO, 13/08/1840, nº 77, p. 3).

Quando teve a maioridade decretada, o Imperador havia decidido pacificar o País de forma definitiva. Então, em 22 de agosto de 1840 foi promulgado um decreto onde anistiava todos que por qualquer motivo

tinham se envolvido em crimes políticos até aquele momento. O parágrafo 1º dizia:

Aqueles que seguem a rebelião nas províncias em que ela existe, deverão para o fim de gozar da anistia concedida apresentar-se perante qualquer autoridade legal da mesma ou de outra província, no prazo de sessenta dias, contados de publicação deste decreto, na província que estiverem. São autoridades legais para este fim, não só as civis das cidades, vilas e distritos, mas também as militares encarregadas e comando de exército, corpo ou posição militar de legalidade. BRASIL, Decreto de Anistia Geral, 22/08/1840, 1863, p. 75).

O alcance da anistia não atendeu a maioria, e os balaios tinham medo de se entregar às forças do governo. Em edição posterior, o jornal informou que nas margens de Curimatã houve a prisão de Francisco Lopes Castelo Branco que tinha a alcunha de Ruivo, que acabou sofrendo muito na prisão com os castigos físicos que sofreu, mas que foi libertado posteriormente; o destino de outros líderes foi diverso.

Lívio Castelo Branco havia abandonado a luta e se dirigido a província de Pernambuco após desistir de sua participação no movimento contra o estado imperial, sendo então anistiado e tendo retornado posteriormente ao Piauí. Mas segundo consta, continuou sendo atacado por desafetos mesmo após a queda de Manoel de Sousa Martins.¹¹

Outros, como o rebelde conhecido como “Brasa viva”, alcunha do Capitão Manuel de Figueiras Mascarenhas Feitosa, acabou morrendo em decorrência dos castigos sofridos na prisão. Raimundo Gomes aceitou a anistia e foi levado à São Paulo, mas teria falecido na viagem (JANOTTI, 1984, p. 68). Os destinos mais trágicos foram o de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, o conhecido Balaio, que foi morto na tomada de Caxias no

¹¹ Sobre Lívio Lopes Castelo Branco ver: CHAVES, 1995, p. 465)

Maranhão e Cosme Bento,¹² que foi enforcado na vila de Itapecuru na Província do Maranhão.

Conclusão

Durante a Balaiada pode-se perceber a existência de disputas de posições políticas na província do Piauí, e o quanto essa disputa acabou de alguma forma suplantada pela força do Barão da Parnaíba. Uma das linhas de frente era o jornal *O Telégrafo*. Essa percepção é muito clara quando se percebe que, ao contrário do que se acreditava, o Barão da Parnaíba entendeu pragmaticamente que necessitava de um instrumento de força transfigurado para a palavra escrita. Não eram simplesmente normas, eram muito mais que isso, a projeção da notícia, por meio de um veículo oficial, que ao tempo em que dava parecer sobre as ações do governo, tentava diuturnamente destruir os seus detratores, entre eles Lívio Castelo Branco, que sem ter um jornal por onde se apoiar, não contatava com nenhum periódico como o jornal *Bem-ti-vi* do Maranhão.

Entender como a Balaiada aparecia nas narrativas publicadas nas páginas de *O Telégrafo* nos permitiu ter uma visão sobre a atuação do governo provincial para conter a rebelião através da documentação produzida durante a revolta. Notadamente, o jornal nos possibilitou construir uma análise até então desconhecida do conflito, aquela que apesar de ser oficial, do governo provincial, revelou os outros mecanismos de ação do Barão, para além da violência armada das forças militares, para deter os insurretos.

Acreditamos que tenha sido possível destacar como os posicionamentos políticos do Barão e do jornalista Francisco Fialho contratado por ele para presidir *O Telégrafo*, foram de grande importância para compreender aquele momento delicado da história do Piauí.

¹² Sobre Cosme Beto das Chagas, ver: (ARAÚJO, 2008).

Seus destinos teriam caminhos diferentes e diversos, ao tempo em que Manoel de Sousa Martins entrou no ostracismo. Francisco Fialho se destacaria tanto, ao ponto de se tornar um dos maiores potentados da Corte, rico tabelião, colecionador de obras de arte, ativo membro da boa sociedade imperial, dono das terras em que surgiria três importantes bairros da zona sul do Rio de Janeiro, Copacabana, Ipanema e Leblon, legaria ainda um dos intelectuais que ajudaria a forjar a república, o seu filho Anfrisio Fialho.

Seus destinos são cruciais para a compreensão da narrativa sobre a revolta, e do jornal enquanto documento na defesa do governo provincial. Os acontecimentos do passado nesse texto podem ser repensados como um momento único na história do Piauí que ganha, dessa forma, uma significação através das páginas do jornal, e ao ser exposto aqui adquirem vida ao serem interpretados. São narrativas que intimamente se relacionam com os debates que lhes são contemporâneos.

Assim, o conhecimento histórico e a construção das representações sobre a Balaiada podem ser pensados como mecanismos de poder, que nos faz pensar sobre o passado e entender muito sobre as ações políticas do presente.

A Balaiada foi o maior movimento popular já ocorrido em território piauiense na primeira metade do século XIX. A sua história infelizmente ainda não tem sido explorada com tanta profundidade no Piauí tal como deveria. Uma das preocupações desse texto é exatamente manter viva a memória e a história de uma revolta tão importante para a consolidação do estado imperial através de uma fonte nova, um jornal relativamente desconhecido tanto quanto o seu editor, que contribuiu para solapar os desejos diversos dos atores sociais que ajudaram a moldar a história do Piauí e do Império em um dos momentos mais difíceis para a construção do Estado Nação no Brasil.

Fontes e Referencias:

Fontes:

BRASIL, Decreto de Anistia Geral, 22 de agosto de 1840. *Coleção de Leis e Decretos do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Reimpresso na Typographia Nacional, 1863.

O TELÉGRAFO, 03/11/1839, nº 01.

O TELÉGRAFO, 25/11/1839, nº 02.

O TELÉGRAFO, 28/11/1839, nº 03.

O TELÉGRAFO, 02/12/1839, nº 04.

O TELÉGRAFO, 05/12/1839, nº 05.

O TELÉGRAFO, 12/12/1839, nº 07.

O TELÉGRAFO, 16/12/1839, nº 08.

O TELÉGRAFO, 23/12/1839, nº 10.

O TELÉGRAFO, 06/01/1840, nº 14.

O TELÉGRAFO, 16/01/1840, nº 17.

O TELÉGRAFO, 02/03/1840, nº 30.

O TELÉGRAFO, 15/06/1840, nº 60.

O TELÉGRAFO, 23/07/1840, nº 71.

O TELÉGRAFO, 27/07/1840, nº 72.

O TELÉGRAFO, 13/08/1840, nº 77.

Referências:

- ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. *Clio - Revista de pesquisa histórica*. v. 33, n. 2 (2015). Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24527/19816>> Acessado em 20/02/2020.
- ARAÚJO, Maria Raimunda, *Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas – Negro Cosme: Tutor e Imperador da Liberdade, Imperatriz*, 2008.
- ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. *A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral*. São Luís: Sioge, 1988.
- BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial. Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS-UFRJ), *Doutorado em História Social*. Rio de Janeiro – RJ. 2004.
- BASTOS, Cláudio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, PMT, 1994.
- CASTELO BRANCO FILHO, Moisés. *Piauí na História Militar do Brasil 1759-1984*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1984.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.
- CHAVES, Joaquim. *Monsenhor Chaves, Obra Completa*. Teresina: FCMC, 1998
- DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 2ª Ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002
- FERNANDES, Gabriela da Silva Ramos, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 7 de abril: usos políticos e representações na Regência (1831 - 1840) Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) *Mestrado em História*. Juiz de Fora – MG. 2013.

GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: toma lá dá cá, Braudel Center Papers, n. 15, 1999. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp15_pt.pdf> Acesso em 16/04/2020.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Balaiada*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador*. São Paulo: Ática, 1977, p.230.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Balaiada: construção da memória histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 41-76, 2005.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasilia: Senado Federal, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5^aedição, São. Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. "Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado": terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). *Doutorado em História*, UFPE – PE. 2016.

MOREL, Marco. *O período das Regenciais (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

NEVES, Abdias. *Aspectos do Piauhy*: formação territorial, composição étnica, valores econômicos, organização política. Teresina: Typographia D'O Piauhy, 1926

NUNES, Odilon, *Pesquisa para a história do Piauí*: A Balaiada. Teresina: FUNDAPI, 2007. Vol 3.

OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. *A Balalada no Piauí*. Teresina: Ed. Projeto Petrônio Portella, 1985.

PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lúcia V. TH. Marx, um arquiteto na corte de D. Pedro II. Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira (3.: 2019: Salvador, BA). *Anais do 3º CIHCLB* [recurso eletrônico]: Salvador, 3 a 6 de setembro de 2019/Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração, organizador. - Salvador, BA: Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração, 2019. p. 1826.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa Piauiense: Atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Lagoa Rodrigo de Freitas/RJ: História de uma ocupação desordenada. *Oecologia Australis* 16(3): 339-352, setembro 2012 <http://dx.doi.org/10.4257/oeco.2012.1603.03>

SANTOS. Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo, Ática, 1983.

SANTOS, Francisco Agenor de Noronha; BERGER, Paulo. *As freguesias do Rio antigo vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. O Parque da República, antigo da Aclamação. Rio de Janeiro: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 8, 1944. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3184>.

Apêndice

Referências sobre a Balaiada

Obras gerais

ALENCASTRE, José M. Pereira de. “**Notas diárias sobre a revolta que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará, pelos anos de 1838, 39, 40 e 41**”. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, T. XXXV, Parte II, 1872.

AMARAL, José Ribeiro de. **Apontamos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão**. Maranhão: Typografia Teixeira, (1898, 1900, 1906). 3v.

ARAÚJO, Mundinha. **Negro Cosme: em busca de dom Cosme Bento das Chagas – tutor e imperador da liberdade**. Imperatriz: Ética, 2008

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A Guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luís: SIOGE, 1988.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **De Caboclos a Bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2015.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil**. Imperatriz: Ética, 2006. (1.ed 1924)

COSTA, Maria Bertolina. **Ecos da Balaiada em Caxias-MA na memória geral de idosos: uma interpelação à política nacional de patrimônio imaterial**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Teresina, 2010, 231p.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. **Modernização e rebeldia: a dinâmica da política regencial e a revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1987

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1838 ate 1840.** Rio de Janeiro: Revista do IHGB, n. 10, 1848.

MARQUES, Benedito Ferreira. **A Guerra da Balaiada à luz do Direito.** 2.ed. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira, 2014.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a Insurreição de Escravos no Maranhão.** São Paulo: Ática, 1983 (Tese 1981).

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A Balaiada no Sertão:** a pluralidade de uma revolta. São Luís: Editora UEMA, 2010 (Dissertação 1999).

SERRA, Astolfo. **A Balaiada.** 3.ed. Rio de Janeiro: Dedeschi, 1948. (1^a edição 1946)

SOUSA, Ronilson de Oliveira. **“No Tempo do Pega”: Lugares e memórias da Balaiada no ensino de História em São Bernardo – MA.** Dissertação (Mestrado Ensino Profissional de História) - Ananindeua, Pará, 2020.

TAVARES, Therezinha de Jesus M. **A revolta dos "balaios" no Maranhão (1838-1840).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1985.

Artigos, capítulos e textos completos em anais

ABI-RAMIA, Jeanne. A Balaiada. **MultiRio:** a mídia educativa da cidade, p. 1-13 Disponível em: www.multirio.rj.gov.br.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Memórias da Balaiada: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 23, março de 1989, pp. 7-13.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”: liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In. Mônica Duarte Dantas (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX.** São Paulo: Alameda, 2011, p. 295-328.

ASSUNÇÃO, Matthias R. Balaiada e resistência camponesa no Maranhão (1838-1841). In. Motta, Márcia; Zarth, Paulo (Orgs). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história – concepção de justiça e resistência nos Brasis.** São Paulo: UNESP, 2008, v. 1., pp. 171-198.

- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841). In. PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio (Orgs). **Os Senhores dos Rios: Amazônia, margens e histórias.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Histórias do Balaio. **Revista Oral**, Associação Brasileira de História Oral, nº 1, 1998.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Memórias em conflito: a Balaiada e as disputas de memória das elites políticas no Piauí oitocentista. **Anais do XXX Simpósio Nacional de História**, Recife, 2019, pp. 1-41.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaiada: a guerrilha sertaneja. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 5, novembro, 1995, pp. 73-88.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. Movimentos sociais do século XIX: história e historiografia. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 2003, p. 1-9.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Balaiada: ação e exploração. **Revista de História**, USP, v. 52, n. 103 (1975), v.1, SP, p. 343-365.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Balaiada: construção da memória histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 41-76, 2005.
- LEONCINI, Sandra. A revolta dos balaios: uma questão regional na formação do Estado brasileiro (1838-1841). **Boletim de Geografia Teórica**, 16-17 (31-34): 206-210, 1986-1987.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Balaios e Farrapos: um paralelo esclarecedor. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRS**.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. A “Balaiada” sob a “ pena” de João Francisco Lisboa: argumentos e tese. In. SILVA, Rodrigo Caetano; PEREIRA, Josenildo de Jesus; SILVA, Márcio Douglas de Carvalho; BUENO, Eva Paulino (Orgs). **Escravos, Libertos e Livres: histórias de luta e resistência no Brasil e na Argentina.** São Paulo: Mentes Abertas, 2020, p. 157 – 178.
- PRIVADO, Rafael de Jesus Pinheiro ; REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos. A Balaiada no Maranhão : uma revisão historiográfica. **Revista Humanidades & Educação**, v. 2, n. 3, p. 65-76, jul./dez. 2020, Imperatriz (MA).

ROCHA, Maria do Amparo Moura Alencar. **Os Diferentes Olhares na Historiografia Brasileira sobre a Balaiada.** In. GAIOSO, Arydimar ; MARTINS, Cyntia Carvalho (Orgs). Insurreição de Saberes: reinterpretação em movimento. Manaus: UEA Edições, 2013.

SARNEY, José. Caxias e a Balaiada. **Da Cultura**, ano III, n. 5, p. 21-23.

SILVA, Lillian Micheli. “E um eco de dor para o futuro”: a construção de uma memória sobre a Balaiada. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História:** contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília, pp. 1-9.

SOARES, Flávio José Silva. **Guerras e vidas infames: o trauma da Balaiada.** In. No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. Tese (Doutorado em História) – Recife, UFPE, 2008, p. 308 - 349.

SOUZA, Adriana Barreto. O resgate do que se desmacha: a cartografia da pacificação da Balaiada. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan-jun 2008, pp. 233-257.

SOUZA, Patrícia Aparecida Guimarães de. Três Olhares sobre a Balaiada. **Anais do XXX Simpósio Nacional de História**, ANPUH, Recife, 2019, p. 1-16.

Monografias:

ABRANTES, Elizabeth. **A Balaiada e os balaios: uma análise historiográfica.** São Luís, UFMA, 1996.

ALVES, Luís Jeremias Victoriano. **A representação da Balaiada na historiografia maranhense.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, 2002.

BARBOSA, Emilly Barros. **“Novos Balaios”: (re)significados e apropriações da memória da Balaiada no atual contexto político maranhense.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, São Luís, 2013.

CAMPOS, Josias Ramos. **A Balaiada, o fato, a interpretação e o resgate dos líderes.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, 1998.

- COSTA, Valde Maria Andrade Moreno. **Balaiaada: a guerra do Maranhão.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, 2008.
- CRUZ FILHO, Magno. **Uma leitura crítica da Balaiaada.** Monografia (Graduação em Ciências Sociais). UEMA, 2019,
- FRAZÃO, Fernanda Rogéria Rodrigues. **Um breve olhar historiográfico sobre a Balaiaada.** Monografia (Graduação História) - UFMA, São Luís, 2000.
- LUZ, Gerlândia. **A revolta Balaiaada no Maranhão.** Monografia (Graduação em Licenciatura em Ciências Humanas), UFMA, Pinheiro, 2016.
- MARTINS, Gilson Rodrigo Marinho. **A Balaiaada no Maranhão: uma revolta de negros e pobres.** Monografia (Graduação em História). Instituto Educacional Filadelfia. Anajatuba-MA, 2019.
- MORAES, Francisca Edinete da Silva. **Análise historiográfica acerca da Balaiaada na década de 1940: duas vertentes em confronto.** Monografia (Graduação em História). UEMA, Caxias, 2016.
- PIRES, Meire Carla de Farias Meireles. **A Balaiaada: rebelião de massas e o negro nesse contexto.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, 2005.
- ROCHA, Maria da Graça Cantanhede Silva da. **A Balaiaada na visão didático-literária.** Monografia (Especialização em História). UEMA, São Luís, 2001.
- SANTOS, Railton Robson Bantos dos. **Escola de Balaios: história, memória e educação através do Museu Memorial da Balaiaada, em Caxias.** Graduação em História. UEMA, Caxias, 2020.
- SILVA, Larissa Maria de Nogueira e. **Análise historiográfica da obra de Hélio Benévolo Nogueira: A Escrava Romana.** Monografia (Graduação em História). UEMA, Caxias, 2009.
- SOUZA, Maria dos Santos Damasceno. **As representações históricas da Balaiaada no romance A Escrava Romana, de Hélio Benévolo Nogueira.** Monografia (Graduação em História). UEMA, Caxias, 2016.

VALÉRIO, Isadora de Sousa. **O Morro do Alecrim como lugar de disputa de memória: os vestígios da Balaiada.** Monografia (Graduação em História). UEMA, Caxias, 2013.

VIEIRA, Luimar Correia. **A representação da imprensa na Balaiada.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, 2003.

Balaiada no Piauí e Ceará

BRITO, Anísio. “Os balaios no Piauí”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense.** Teresina, Tomo II, 1972.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Movimento popular e repressão: a Balaiada no Piauí.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 1985.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí.** v. 3. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

OLIVEIRA, Maria Amélia Mendes Freitas de. **A Balaiada no Piauí.** Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1987 (Dissertação 1983).

COSTA, João Paulo Peixoto. Os índios do Ceará na Balaiada. In. **Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845).** Teresina: EDUFPI, 2018, p. 356-380.

FALCI, Miridan Brito Knox. **O Piauí na primeira metade do século XIX.** Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1986.

Balaiada e ensino de história:

BESSA, Getúlio Vargas Fernandes. **A Balaiada e suas visões nos livros didáticos do ensino médio.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, 2007.

ENGEL, Magali Gouveia. “Memórias e histórias dos balaios: interpretações entre os saberes acadêmicos e a história ensinada”. In. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **A Escrita da História Escolar: memória e historiografia.** RJ: Editora FGV, 2009.

ESTRELA, Valkíria Silva. **Balaiada: uma análise a partir do livro didático História do Maranhão.** (Graduação em História – Programa Darcy Ribeiro) – Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, São Luís, 2017.

MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **A Balaiada na sala de aula: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”.** Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **A Guerra da Balaiada.** Paradidático. São Luís: PPGHIST/UEMA, 2018.

MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio; ABRANTES, Elizabeth. **Novas abordagens para o ensino da Balaiada.** In. CAMÉLO, Júlia Constança Pereira; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio (Orgs). História do Maranhão na sala de aula: formação, saberes e sugestões. São Luís: EDUEMA, 2019.

ABRANTES, Elizabeth. Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **Museu Memorial da Balaiada: a educação museal e a preservação da memória histórica da Guerra dos Bem-te-vis.** In. FARIAS JÚNIOR , José Petrúcio de; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes; SILVA, Ana Cristina Rocha; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio (Org.). História, Arqueologia e Educação Museal: patrimônio e memórias. 1ed.Teressina - MA: Editora da UFPI, 2021, v. 1, p. 91-119.

SOUZA, Ramsés Magno da Costa. **As visões da Balaiada: uma abordagem acerca dos livros didáticos de História do Brasil.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2001.

VERAS, Rosângela Mourão. **A Balaiada no Piauí: uma análise a partir do livro didático de história.** Anais do XXII Simpósio Nacional de História, ANPUH, João Pessoa, 2003, p. 1-7.

DUARTE, Rosângela de Oliveira. **Uma construção de conhecimento histórico e educação com o patrimônio material no museu memorial da Balaiada.** Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020.

SANTOS, Patrícia Silva. **O Museu Escola Memorial da Balaiada e o Ensino de História : identidades, história local e formação de consciências históricas em Caxias – MA.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Literatura e obras memorialísticas:

ABRANCHES, Dunshee. **O Cativeiro (memórias).** 2.ed. São Luís: Alumar, 1992 (Escrito em 1938 e primeira edição em 1941).

ALMEIDA, José. **Isaura: romance da Balaiada.** Icatu, 2018.

CASTELO BRANCO, Renato. **Senhores e escravos: a Balaiada.** São Paulo, L. R. Editores, 1983.

CORRÊA, Viriato. **A Balaiada.** Romance do tempo da Regência. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1927.

FERNANDES, Ronaldo Costa. **Balaiada** (romance). São Luís : EntreCapas Edições, 2021.

LIMA NETO, Bento Moreira. **Balaiada: rastros de amor de ódio.** São Luís, 2017.

MONTEIRO, Carlos Augusto do Rego. **Balaiada (livro de memórias).** Piauí, s/d.

OTÁVIO, RODRIGO. “**A Balaiada: depoimento de um dos heróis do cerco de Caxias sobre a revolução dos balaios**”. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, T. LXV, Parte II, 1903. (2.ed. 1942).

HQ, jornais e documentos

ARAÚJO, Iramir. **Balaiada: a Guerra do Maranhão.** São Luís: Editora do Autor, 2009 (Ilustrado por Ronilson Freire e Beto Nicácio).

APEM. **Documentos para a história da Balaiada/Organização de Maria Raimunda Araújo.** São Luís: Edições FUNCMA, 2001.

LISBOA, João Francisco. **Crônica Maranhense.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1969. 2 v.

Sobre os/as autores/as

Dayse Marinho Martins

Doutora em Políticas Públicas (UFMA) Doutoranda em História (PPGHIS UFMA). Mestra em Cultura e Sociedade (UFMA). Graduada em Pedagogia, História, Filosofia, Sociologia e Psicologia. Graduanda em Geografia. Especialista em áreas das Ciências Humanas: Psicopedagogia Clínica e Institucional; História do Brasil; Educação Infantil; Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia; Metodologia de ensino de História; Ensino de História da África e do Maranhão; Planejamento educacional e políticas públicas; Ludopedagogia; Neuropsicopedagogia; Educação Especial/ Inclusiva; Psicologia Educacional; Psicologia Infantil; Arqueologia; Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à EJA; África e suas diásporas; Etnologia indígena, Antropologia Brasileira, Fundamentos e Organização Curricular, Educação Integral e Integrada, Saúde Mental e Atenção Psicosocial, Educação Profissional e Tecnológica, Pedagogia Hospitalar e Carcerária. Membro do Grupo: História, Religião e Cultura Material – REHCULT/ UFMA. Professora da SEMED São Luís. Especialista em Educação da SEDUC/MA, Assessora da Diretoria de Ensino no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Psicóloga CRP 22/03627.

Elizabeth Sousa Abrantes

Pós-Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciada em História pela Universidade Federal do Maranhão. Professora Adjunta do Departamento de História, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST/UEMA). Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero e Educação do Maranhão (NUPEGEM) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (NEPEHIS/UEMA). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e do Maranhão, atuando principalmente nos seguintes temas : relações de gênero, história das mulheres, dote e educação feminina (séculos XIX e XX).

Jakson dos Santos Ribeiro

Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2018). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (2014). Especialista em História do Maranhão pelo IESF(Instituto de Ensino Superior Franciscano) (2011). Graduado no Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Maranhão (Centro de Estudos Superiores de Caxias-MA) (2011). Professor do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), na Universidade Estadual do Maranhão. Coordenador do Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão- GRUGEM/UEMA. Membro Colaborador do Grupo de Estudos Surdos & Interfaces (GESI) do Instituto de Educação e Cultura do Pará (Instituto IEPA).

João Paulo Peixoto Costa

Professor do Instituto Federal do Piauí, campus de Uruçuí, e do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA - da Universidade Estadual do Piauí em Parnaíba. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. É líder do GT "Os índios na História" da Anpuh Piauí, compõe a coordenação do Projeto VIP - Vilas Indígenas Pombalinas, é membro do SEBO - Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista - da Universidade Federal do Ceará. Pesquisa os índios na história do Ceará entre a crise do Antigo Regime e a formação do Estado nacional brasileiro, com ênfase em políticas indígenas e indigenistas. Atualmente se concentra nos vereadores e juízes indígenas que atuavam nas câmaras municipais de vilas de índios no Ceará, entre as décadas de 1750 e 1820.

Johny Santana de Araújo

Possui graduação em História Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão (2001), graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão (2004), Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2005) Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2009). É Professor da Universidade Federal do Piauí e Membro do Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Desenvolve pesquisas com ênfase em História do Brasil. Atuando principalmente nos seguintes temas: Formação do Estado Nação, História Militar, Forças Armadas do século XIX ao XXI, História Política e História das Relações Internacionais, Relações Sociais, Políticas e Econômicas no Piauí do século XIX, Escravidão no Brasil do século XIX, Imprensa no Brasil do século XIX. É líder do Grupo de Pesquisa: Núcleo de História, Memória,

Sociedade e Política (cadastrado junto ao CNPq). É tutor do Programa de Educação Tutorial/PET, do Curso de Licenciatura em História/UFPI.

Josenildo de Jesus Pereira

Possui graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA - 1986), mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - 2001), doutorado pela Universidade de São Paulo (USP -2006) e um Pós-Doutorado no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa UL - 2017). É professor Associado II do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É um dos líderes do Grupo de Pesquisa - O Mundo Atlântico e suas Diásporas (GMAD). Participa do Grupos de Estudos e Pesquisa Escravidão e Abolição na Amazônia (GEPEAM/DEHIS-UFPA) e do Grupo de Pesquisa ÁFRICA DO SÉCULO XX (UNEB/DEDC II-BAHIA. Tem experiência de ensino e pesquisa na área de História com ênfase em História do Brasil Império e da África atuando, principalmente, nos temas: História da África Centro Ocidental, com destaque para o colonialismo português e a História de Angola; a escravidão Moderna; a Cultura Afro-brasileira; Educação, racismo e as relações étnico raciais no Brasil. Com publicações de artigos, livros e capítulos de livros relativos a estes temas.

Léa Maria Carrer Iamashita

Professora da Universidade de Brasília com atuação no Departamento de História, na área de História do Brasil Contemporâneo e Cultura Brasileira. Possui Mestrado e Doutorado em História Social, Linha de Pesquisa "Sociedade, Instituições e Poder", pela mesma Universidade. Integra o Grupo de Pesquisa "História e Historiografia do Brasil". Autora do livro "Ordem no mundo da desordem: modernização e cotidiano popular".

Maria dos Santos Damasceno Sousa

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2016). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil.

Matthias Röhrig Assunção

Licenciatura e mestrado em História pela Universidade de Paris VII - Diderot (1977, 1979), licenciatura em Germanistica pela Universidade de Paris VIII - Vincennes (1979), especialização em América Latina pela Universidade Paris III - Sorbonne Nouvelle (1979) e doutorado em História pela Freie Universitaet Berlin (1990). Atualmente é professor titular

na Universidade de Essex, Inglaterra, Reino Unido. Ensina e pesquisa História da América Latina e História do Brasil, atuando principalmente nas seguintes sub-áreas: história política e história social do Brasil e da América Latina (séculos XIX e XX), escravidão, movimentos sociais, Maranhão, cultura afro-brasileira, capoeira e artes marciais do "Atlântico negro". Coordenador dos projetos "Raízes Angolanas da Capoeira (2010-14), "Capoeira Contemporânea no Rio de Janeiro, 1948-82 (2018-), ver www.capoeirahistory.com

Pedro Vilarinho Castelo Branco

Possui Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1992), Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Atualmente é professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, e ao Departamento de História. Exerceu funções como Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI (2007-2008), Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, durante o quadriênio de 2009-2012; Pró-Reitor de Pesquisa da UFPI (2013 - 2017), foi ainda Tutor do Programa de Educação Tutorial em História (PET), durante os anos de 2007 a 2012, atualmente é o Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI. Integra o grupo de pesquisa História Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro, cujas linhas de Pesquisa se enquadram em: Estado, Cultura e Relações de Poder; História, Relações de Gênero e Família, Práticas religiosas no Longo século XIX. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e República, atuando principalmente nos seguintes temas: História, relações de gênero e família; história do catolicismo no Brasil; História e Imprensa; História, memória e interações entre estado e sociedade no longo século XIX brasileiro.

Ramsés Magno da Costa Sousa

Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Maranhão (2002) é Especialista em Ensino-Aprendizagem da História (2004) pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano. Atua como professor das redes estadual de educação do Estado do Maranhão SEEDUC-MA e Municipal de São Luís SEMED-SL, atuando na Educação de Jovens e Adultos e na construção da proposta curricular de história da rede municipal. Leciona como Professor CLT na rede particular de ensino em escolas como Jardim Escola Crescimento e Colégio Santa Teresa com atuação destacada nas turmas do 3º ano do Ensino Médio, presta

serviços em importantes cursinhos pré-vestibulares da capital maranhense além de possuir relevante trabalho nas redes sociais sendo diretor e criador de conteúdo do canal na plataforma do Youtube, "Prof. Ramsés Magno" (<https://www.youtube.com/channel/UCAon-vahhyhmcjM-Ur5Dv3Q>) é um Apple Teacher certificado. Como pesquisador desenvolve trabalhos nos seguintes campos: Balaiada, Manuais Didáticos, Resistência, Movimentos Sociais, Educação, TICs na Educação, Currículo de História, Escravidão e Cultura.

Reinilda de Oliveira Santos

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN), atual Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduada em História pela mesma instituição. Pós-graduanda em Gestão Escolar pela Faculdade FAEL. Atua como fotógrafa. Tem experiência na área de Patrimônio, Cultura popular, religiosidades afro brasileiras, identidades e estudos da imagem. Membro da Comissão Maranhense de Folclore (CMF), Comitê Gestor de Salvaguarda do Tambor de Crioula (CGSTC), Rede Proprietas/NE, Museu Afrodigital do Maranhão-MAD, no "NEÁFRICA: Núcleo de Estudos e Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global".

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Possui Pós Doutorado em Educação pela Universidade de Lisboa, Doutorado em Políticas Públicas em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (2004), Mestrado em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999), Especialização em Historiografia Brasileira e Regional, pela Universidade Federal do Maranhão (1988) e Graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (1978). Atualmente é professora Adjunta do Departamento de História e do Mestrado Profissional História, Ensino e Narrativas, da Universidade Estadual do Maranhão. É integrante do Grupo de Pesquisa Ensino de História: linguagens e formação docente e discente (EnsinaHistória), na linha de pesquisa Saberes históricos do espaço escolar, e do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero e Educação do Maranhão (NUPEGEM), coordenando a linha de pesquisa Educação e História da Educação. Desenvolve atividades de ensino e pesquisa nas áreas de História e Educação, com pesquisa nos temas da história e historiografia do Maranhão, com destaque para a Balaiada, e no campo da história da educação, com pesquisas na área de políticas educacionais, estágio curricular, ensino de

história, gestão democrática, com destaque para o projeto político-pedagógico e a gestão colegiada.

Susana Ferreira da Silva

Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual da Paraíba (2002). Especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Atualmente é Técnica social da Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN. Tem experiência na área de Assistência Social, Habitação, Educação e Saúde, com ênfase em Serviço Social.

Teresinha Queiroz

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1977) e Bacharel em Ciências Econômicas pela mesma instituição (1983). Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (1984) e doutora em História pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada III da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portella, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado). Desenvolve pesquisas sobre História e Literatura, História e Imprensa, História Política, História e Sociabilidades e Historiografia Piauiense.

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de doutorado intitulada: "A (Des) Ordem Imperial Brasileira: as lutas populares por cidadania no Maranhão no contexto de construção do Estado Nacional (1823-1841)", orientado pelo Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (UFMA), sob o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em História, Ensino e Narrativas pelo Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN), atual Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Especialista em Docência do Ensino Superior (2017) e em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional (2019) pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Graduado em Pedagogia (licenciatura) (2017) e em Teologia (Bacharel) (2015) pela Faculdade de Teologia Hokemah (Fateh). Graduado em História (licenciatura) (2015) pela

UEMA, Bolsista (UEMA/FAPEMA). Membro do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO); do INCT Proprietas; do Grupo de Pesquisa História, Religião e Cultura Material (REHCULT) e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (NEPEHIS).

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org